

RELATÓRIO PRELIMINAR DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

*Plano Regional de Ordenamento do Território*



**VOLUME II**  
Caracterização e Diagnóstico  
PARTE 1

DEZEMBRO 2002

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

<b>1- INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2- A REVISÃO DO PROT ALGARVE</b>	<b>5</b>
<b>3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS</b>	<b>9</b>
<b>3.1- Introdução</b>	<b>9</b>
<b>3.2- Plano de Desenvolvimento Regional (2000-2006)</b>	<b>10</b>
<b>3.3- Estratégia de Desenvolvimento do Algarve</b>	<b>13</b>
<b>3.4- Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve</b>	<b>19</b>
<b>3.5- Vencer os Desafios Económicos-Empresariais do Século XXI no Algarve</b>	<b>29</b>
<b>3.6- Plano Regional de Turismo do Algarve Anos 2000</b>	<b>34</b>
<b>3.7- Síntese</b>	<b>40</b>
<b>4- ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROT ALGARVE</b>	<b>43</b>
<b>5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO</b>	<b>55</b>
<b>5.1- Dinâmicas Demográficas</b>	<b>55</b>
<b>5.2- Actividades Económicas</b>	<b>73</b>
5.2.1- Agricultura	73
5.2.2- Pesca	78
5.2.3- Indústria Extractiva	82
5.2.4- Indústria Transformadora	84
5.2.5- Energia	85
5.2.6- Comércio	87
5.2.7- Turismo	89
<b>5.3- O Processo de Ocupação Urbanística</b>	<b>125</b>
5.3.1- O Sector da Habitação	125
5.3.2- Loteamentos	136
5.3.3- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	158
5.3.4- Áreas de Aptidão Turísticas	161
5.3.5- Zonas de Ocupação Turística	165
5.3.6- Unidades Hoteleiras Isoladas	168
5.3.7- Golfe	169
<b>5.4- Acessibilidades e Logística</b>	<b>171</b>
<b>5.5- Saneamento</b>	<b>179</b>
5.5.1- Drenagem	179
5.6.2- Resíduos	181
<b>5.6- Recursos Hídricos Subterrâneos</b>	<b>183</b>
<b>5.7- Solos</b>	<b>189</b>
<b>6- ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL</b>	<b>193</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	



Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

O presente Relatório inclui um conjunto de elementos de caracterização e diagnóstico elaborados no âmbito do processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve), tendo a sua divulgação pública como objectivo essencial permitir uma fase de participação, discussão e envolvimento dos elementos da Comissão Mista de Coordenação do Plano e de outras entidades/actores sociais representativos de interesses económicos, sociais, culturais e ambientais relevantes.

A produção desta informação de base integra-se metodologicamente numa fase preliminar de elaboração do Plano que, a par das reuniões que têm sido levadas a cabo com as autarquias e outras entidades e actores sociais relevantes no contexto regional, bem como da recolha e tratamento de outra informação não incluída neste Relatório, possibilita a identificação genérica de problemas, conflitos e potencialidades e a definição de prioridades de actuação e bases estratégicas de desenvolvimento.

O Relatório apresenta alguns desequilíbrios que são assumidos ao proceder-se à sua divulgação, nomeadamente no que concerne ao não tratamento de várias componentes, às lacunas de informação ainda existentes e ao grau diferenciado de pormenorização na abordagem de algumas das matérias. Por exemplo, o Relatório não inclui elementos sobre o emprego, sobre o sistema urbano, sobre equipamentos educativos, sociais e culturais...; apresenta lacunas evidentes no domínio natural/ambiental; é relativamente exaustivo na análise das dinâmicas demográficas, enquanto que aborda de modo superficial algumas das componentes associadas às actividades económicas; o capítulo do Turismo parte de uma análise exclusivamente de base estatística e considera apenas o universo dos estabelecimentos hoteleiros; alguns documentos e planos actualmente em análise não foram ainda incorporados no presente documento, etc...

Deverá ter-se presente, pois, que os elementos aqui reunidos constituem apenas parte da informação já trabalhada ou em elaboração *numa determinada altura* do processo, a completar com novos documentos e com progressivos graus de pormenorização, e tendo sempre em atenção a possibilidade de posteriores acertos ou afinamentos; por outro lado, a apresentação pública da informação disponível *num determinado tempo* constitui-se como essencial na perspectiva de garantir, nas diferentes fases, os graus desejáveis de discussão e participação das entidades e actores sociais, num quadro flexível que permite o progressivo enriquecimento qualitativo e quantitativo da informação, incluindo a que decorre de contributos e análises críticas produzidos no âmbito do processo de discussão e envolvimento das diferentes entidades.

O presente Relatório, da responsabilidade da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, contou com a colaboração de várias entidades, desde logo na sequência dos contactos e reuniões que têm sido levados a efeito no âmbito deste processo. Caberá aqui realçar, no entanto, a colaboração da Comissão de Coordenação da Região do Algarve (nomeadamente, e num quadro de colaboração mais alargada, na redacção do capítulo "Acessibilidades e Logística" ) e da Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia, nomeadamente nos capítulos "Comércio", "Energia", "Indústria Extractiva" e "Indústria Transformadora".

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve) foi aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 11/91, de 21 de Março, no quadro jurídico definido pelo Decreto Lei nº 176-A/88, de 18 de Maio, tendo sido mandado elaborar pela Resolução do Conselho de Ministros nº 33/88, de 14 de Julho. Este documento tinha “como preocupações dominantes, designadamente, as seguintes realidades: distribuição espacial da ocupação humana; recursos naturais com valor significativo na região; paisagem e meio ambiente mais característicos da região; funcionamento dos vários sectores económicos” (cf. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, *Plano Regional do Ordenamento do Território do Algarve – Relatório*, Agosto de 1990). Em consequência, o PROT Algarve definia orientações que visavam genericamente “promover o desenvolvimento regional, espacialmente equilibrado; proteger o ambiente e os recursos naturais; promover o desenvolvimento económico da Região, de forma sectorialmente equilibrada, atendendo a que o turismo é o sector preponderante na economia regional” (*idem*).

Decorridos cerca de 10 anos, a Resolução do Conselho de Ministros nº 126/2001, de 14 de Agosto, aprova a proposta de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. De acordo com este diploma, o PROT Algarve, aprovado em 1991, “constitui um importante instrumento de ordenamento do território, concebido para procurar inverter as tendências de uma gestão territorial verdadeiramente ameaçadora não apenas dos valores ambientais do Algarve mas também do seu próprio futuro económico”, impondo-se “proceder à revisão daquele Plano, de acordo com a lei de bases da política de ordenamento do território e urbanismo, Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, e do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, constante do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro”.

Ainda nos termos deste diploma, “a revisão do PROT Algarve deve assentar, por um lado, nos resultados da avaliação já efectuada – e que importa aprofundar – sobre a experiência de aplicação do Plano e, por outro, nas perspectivas de evolução futura da região e consequentes dinâmicas territoriais. Em especial, a revisão do PROT Algarve implica uma reflexão sobre os termos da concretização de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, onde o desejável dinamismo dos diferentes sectores de actividade económica, em particular o do turismo, se articule com a salvaguarda dos valores ambientais e culturais e com uma cuidada gestão territorial, por forma a alcançar um desenvolvimento com qualidade.”

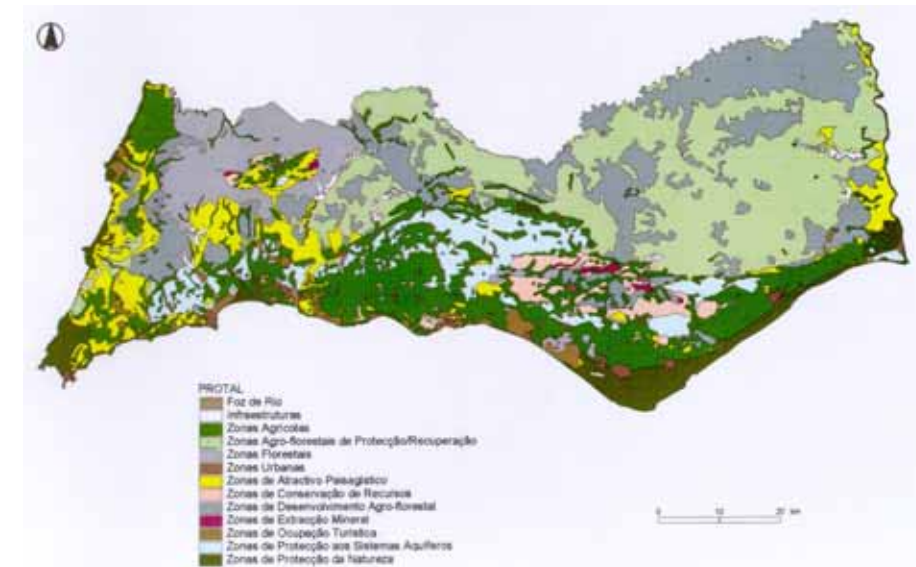
### OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A Resolução do Conselho de Ministros nº 126/2001 afirma “a necessidade de adequação formal e de conteúdo do PROT Algarve ao novo enquadramento jurídico”, devendo o novo PROT, nestes termos, “ser encarado como um documento verdadeiramente estratégico para a região”.

Tendo presente as considerações preambulares deste diploma, “a nova configuração do Plano deverá reforçar as componentes estratégicas do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade do desenvolvimento da actividade económica, em termos regionais, em especial do turismo, com particular incidência nos aspectos de requalificação urbanística e ambiental das áreas edificadas, dos equipamentos, do património arquitectónico e arqueológico, das infra-estruturas e da paisagem como elementos integrados de intervenção neste território, com particular incidência nas subunidades regionais e no litoral”.

Em particular, a revisão do PROT Algarve deverá ser elaborada em prossecução dos seguintes objectivos estratégicos (cf. RCM 126/2001):

- a) Traduzir para o Algarve, no âmbito regional, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social definidos a nível nacional, ao serviço da qualificação territorial e do desenvolvimento sustentável;
- b) Definir uma estratégia de atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações, com particular incidência nas redes de acessibilidades e transportes regionais;
- c) Definir estratégias adequadas à diversidade territorial que ocorre na região através de propostas diferenciadas que se adaptem à especificidade dos sítios, das áreas ou dos fenómenos emergentes;



- d) Articular, a nível regional, as diferentes políticas de desenvolvimento sectorial com incidência espacial, com destaque para as políticas de turismo, da agricultura, das acessibilidades e transportes, das cidades, da salvaguarda e valorização do património arquitectónico e arqueológico e do ambiente;
- e) Enquadrar a actividade turística como factor central de desenvolvimento, associado à necessária revitalização de outros sectores com menor dinâmica de crescimento;
- f) Articular o desenvolvimento urbano, habitacional e turístico, com a necessária protecção aos sistemas ecológicos regionais, com especial incidência nas áreas protegidas ou classificadas e no litoral;
- g) Definir e articular, a nível regional, as políticas de protecção de áreas ecologicamente sensíveis, bem como dos recursos naturais e culturais indispensáveis à manutenção da identidade regional;
- h) Integrar as propostas decorrentes dos imperativos de conservação da natureza e dos *habitats* naturais, da fauna e da flora selvagens protegidos, nos termos do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, que procedeu à transposição para o direito interno das directivas relativas à Rede Natura 2000;
- i) Definir orientações estratégicas para o espaço rural, integrando a protecção da natureza e da paisagem e a revitalização económica e social das áreas agro-florestais ou periféricas, dando suporte à melhoria das condições de vida da população;
- j) Promover a integração e o controlo nas áreas do interior, da serra e do barrocal, de fenómenos de edificação dispersa, que configurem sistemas urbanos geríveis e com impactos mínimos na paisagem rural em que se inserem;
- k) Integrar as orientações decorrentes dos estudos e do relatório de avaliação do anterior PROT Algarve, assim como as dos planos sectoriais ou especiais entretanto elaborados;
- l) Contribuir para a formulação da política nacional de ordenamento do território e servir de quadro de referência das decisões regionais e da elaboração ou revisão de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

### FUNDAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO

#### A competitividade como ideia mobilizadora

A competitividade é actualmente apontada como o grande objectivo a atingir em termos de desenvolvimento regional. Todavia, o ordenamento do território, sendo um processo em que se conjugam os aspectos socio-económicos e culturais com a realidade física e natural da região, poderá enriquecer ou situar mais concretamente os contornos dessa competitividade, tendo em vista a valorização dos factores de identidade regional.

O PROT Algarve actualmente em vigor não aborda de forma explícita a prossecução do objectivo de competitividade territorial. No entanto, dado o compromisso estabelecido em torno do objectivo da competitividade no contexto do desenvolvimento regional, poderá a competitividade territorial vir a constituir uma ideia capaz de mobilizar os principais actores regionais para a revisão do PROT, legitimando assim as opções a tomar quanto à futura gestão do território.

Na construção da competitividade territorial como ideia mobilizadora será de considerar à partida dois aspectos característicos da teoria e da prática do ordenamento do território.

Em primeiro lugar haverá que atender à tensão entre a dupla tarefa que é cometida ao ordenamento do território. Por um lado, porque se procuram aumentar as potencialidades territoriais, através do incremento do capital fixo, da tecnologia ou do capital humano, nas áreas em que a sua utilização seja mais eficiente em termos económicos e com maior impacte social. Mas, por outro lado, o ordenamento do território tem sempre como objectivo específico o desenvolvimento equilibrado e a coesão social entre os distintos espaços, cuja prossecução acaba por ser comprometida pela competitividade baseada na exigência de melhoria da eficiência produtiva dos investimentos, acabando por ser sacrificada a equidade territorial e social.

Em segundo lugar, no que se refere em concreto à exploração de recursos naturais – e considerando aqui o próprio espaço como recurso –, haverá que confrontar igualmente duas estratégias básicas. De um lado, as estratégias de flexibilidade da oferta, baseadas na mobilização crescente de recursos para satisfazer procuras externas que se supõem quase ilimitadas; do outro, novas estratégias de gestão da procura baseadas no conhecimento ou na estimativa dos limites de exploração dos recursos disponíveis.

Havendo consciência das dificuldades que decorrem da consideração dos aspectos focados, a competitividade territorial poderá assim ser entendida, à partida, como a capacidade de mobilização da sociedade algarvia para assegurar as condições económicas do desenvolvimento (Lopes, 1998) sem comprometer a identidade do território no qual se insere. Este será igualmente um desígnio concordante com a afirmação dos princípios do desenvolvimento sustentável.

#### A dinâmica de mudança

Face às mudanças operadas na última década, a necessidade de revisão do PROT Algarve, bem como a oportunidade e a utilidade prática em se iniciar tal processo, poderá ser vista em torno de quatro questões relevantes:

- Exigência legal;
- Novas formas de pressão sobre o território regional;
- Novos contextos estratégicos;
- Dinâmicas territoriais globais.

**Um novo enquadramento jurídico** - Como atrás se fez referência, o presente processo de revisão assenta numa estrutura legislativa diferente da que vigorava à data de elaboração do PROT Algarve. Com base no anterior quadro legislativo, o PROT, aprovado em 1991, estabeleceu um corpo normativo relativo à ocupação, uso e transformação do solo à escala regional, que viria a ser em grande parte densificado pelos Planos Directores Municipais. A legislação que regulou a execução

do PROT foi entretanto revogada, tendo sido definido um novo quadro legal, nomeadamente a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei 48/98, de 11 de Agosto) e a legislação regulamentar subsequente, nomeadamente o DL 380/99, de 22 de Setembro, que definem a natureza, os objectivos e os conteúdos materiais e documentais dos Planos Regionais de Ordenamento do Território.

Como diferença assinalável em relação à anterior legislação de enquadramento dos PROT, surge a afirmação do carácter estratégico. Efectivamente, a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo classifica os PROT como “instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, que traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território, estabelecendo directrizes de carácter genérico sobre o uso do mesmo” (artº 8º, alínea a).

Por outro lado, a actual legislação estabelece que apenas os Instrumentos de Planeamento Territorial e os de Natureza Especial vinculam directamente os particulares, deixando assim os PROT de ter natureza regulamentar.

Decorrendo da própria natureza dos PROT, e nos termos do enquadramento jurídico que regula o presente processo de revisão, haverá a realçar como principal função a de servir de quadro de referência na elaboração dos Instrumentos de Planeamento Territorial. Este facto, desde logo, determina o carácter de prioridade e oportunidade deste processo, tendo presente nomeadamente que se perspectiva a revisão de número significativo de planos directores municipais, justificando-se a promoção de um novo quadro de referência de carácter global que enquadre a sua revisão.

**Novas formas de pressão sobre o território regional** - Na última década registaram-se alterações significativas no território e foram geradas expectativas de ocupação e transformação que irão ter reflexos na organização territorial a curto/médio prazo, configurando novas formas de pressão, nomeadamente no que se refere a novos investimentos, equipamentos, infraestruturas e reconfiguração turística.

Verificaram-se alguns investimentos de vulto, tanto públicos como privados, com efeito estruturante a nível regional, alguns deles não totalmente conformes com as previsões do PROT Algarve. A título de exemplo, estarão neste caso empreendimentos privados como a marina de Albufeira ou o empreendimento Vilamoura XXI e empreendimentos de promoção pública como o estádio intermunicipal Faro-Loulé, conhecido como Parque das Cidades.

Também algumas das infraestruturas de carácter estruturante a nível regional, já previstas no PROT Algarve, nem sempre tiveram no seu processo de implementação um percurso condicente com o Plano em termos de definição de corredores/ eixos.

Estará neste caso o traçado da auto-estrada Lisboa-Algarve que chegou a estar previsto em corredor definido na Serra do Caldeirão, desenquadrado de qualquer dos eixos de acessibilidade previstos. Também no que se refere ao traçado da Via Infante de Sagres, troços Poente, as opções terão hesitado em relação aos princípios de estruturação espacial e aos corredores apontados no PROT Algarve.

Estas situações foram ocorrendo sem ser questionada a necessidade de alteração do Plano ou da sua avaliação contínua, sendo assim susceptíveis de gerar, por um lado, desconfiança ou descrédito por parte dos principais actores sociais em relação à eficácia do Plano e, por outro lado, expectativas de eles próprios promoverem novas formas de pressão sobre o território – exigência de novas infraestruturas e de traçados diferentes, promoção de novos empreendimentos, não compatíveis com o PROT.

Tem sido igualmente avaliada a possibilidade de lançamento de novas infraestruturas com efeitos potenciais importantes a nível regional, como sejam o TGV com ligação a Espanha, o gás natural, etc. Estas hipóteses, não consideradas no PROT, necessitarão de um enquadramento territorial óbvio, uma vez que geram só por si expectativas de transformação ao nível das actividades produtivas.



**Novos contextos estratégicos** - Os instrumentos estratégicos que serviram de referência ao PROT Algarve foram revistos – PDR Nacional, PDR Regional, entre outros –, tendo surgido novos documentos, de natureza global ou sectorial – PEDRA, Plano Regional de Turismo, Planos de Bacia, POOC's, Rede Natura, etc. –, susceptíveis de configurar novos contextos estratégicos.

Na Estratégia de Desenvolvimento Regional: 2000-2006, documento que serve de base ao PROALGARVE – eixo IV do Plano de Desenvolvimento Regional –, o território e o ambiente constituem o suporte dos 3 domínios de intervenção [a) espaços rurais, valores naturais e biodiversidades; b) infraestruturas de base; c) espaços urbanos e equipamentos educativos, sociais e culturais] em que se apoia a competitividade regional. Neste documento é apontado como primeiro objectivo estratégico a afirmação da capacidade competitiva do Algarve, sendo assumido o papel estruturante do turismo e do lazer na construção dessa capacidade competitiva. Será pois de toda a oportunidade confrontar as reais possibilidades de o território regional proporcionar condições de competitividade sem perder a identidade regional que o mesmo documento refere.

A nível nacional haverá igualmente a considerar algumas experiências e debates que mesmo não tendo, aparentemente, uma expressão efectiva em termos de tradução espacial ou normativa, influenciam ou podem vir a influenciar, a curto prazo, as estratégias territoriais. Poderá ser apontado o caso do debate sobre a regionalização, que levou a um aprofundamento da reflexão sobre a distribuição do poder e das competências institucionais em matéria de ordenamento do território, ou, mais concretamente, a descentralização operada no que se refere ao reforço das competências das Autarquias em vários domínios, entre os quais o do ordenamento do território e urbanismo – ou ainda o aumento das competências de organismos desconcentrados da Administração Central como por exemplo as Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território ou as Direcções Regionais da Economia.

No contexto mundial e europeu haverá a registar a influência de conferências internacionais sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, como a Conferência do Rio (1992), o protocolo de Quioto (1998), donde emanam estratégias globais a serem aplicadas localmente, e também a influência mais directa das Directivas Europeias sobre a mesma matéria, enquadradas pelo V Programa de Acção Comunitário em matéria de Ambiente, como por exemplo a Directiva Quadro da Água, a Rede Natura, ou os trabalhos do Esquema Europeu de Ordenamento do Território, ou ainda a preparação do VI Programa de Acção Comunitário em matéria de Ambiente. Como traço comum da maior parte destes tratados surge a afirmação dos princípios do desenvolvimento sustentável, desígnio estratégico que é portanto mais claro agora do que há doze anos atrás.

**Novas dinâmicas territoriais** - As condições e as perspectivas, quer económicas, quer políticas e socio-culturais, que estiveram na base das opções estratégicas que nortearam o PROT Algarve, sofreram uma modificação assinalável. Efectivamente, na década de 1990 desenvolveram-se alterações de relevo à escala mundial, associadas ao fenómeno da globalização económica, com modificação dos processos produtivos, dos fluxos de informação e dos centros de decisão. Estas alterações acabam por ter influência directa nas relações territoriais, sejam de âmbito global, sejam de âmbito local.

No âmbito global, a progressiva abertura dos mercados e as novas tecnologias de informação proporcionaram um aumento sem precedentes de fluxos materiais e imateriais, com crescente interdependência entre territórios numa escala mundial, esbatendo inclusivamente o papel dos Estados (Caravaca, 1997). A organização em rede desse espaço de fluxos é controlada por grupos económicos e sofre constantes mudanças que influenciam a posição dos distintos lugares. Assim, cada lugar é definido pelas redes que o servem e organizam (Dollfus, 1999). A interpretação da articulação territorial, neste contexto, encontra melhor resposta nas relações horizontais – relações polo a polo –, do que nas relações verticais – hierárquicas entre o polo e o seu hinterland (Caravaca, 1997).

Junto a este espaço de fluxos, que se converteu numa forma espacial dominante de articulação do poder à escala mundial, continua no entanto presente o espaço de lugares, em que se desenvolve a vida das pessoas, onde existe um sentimento de lugar, uma cultura, uma história (Castels, 1996).

Estas constatações da nova forma de organização espacial, com dicotomia entre o global e o local, influenciam decisivamente as estratégias territoriais a adoptar em qualquer região, sendo bastante diferente, por exemplo, a “ordem territorial” dirigida à afirmação de um espaço competitivo procurando um lugar na rede mundial de articulação espacial, de uma “ordem territorial” baseada na conservação dos recursos naturais, dirigida prioritariamente para a distribuição equitativa da riqueza, tanto na perspectiva social como territorial.

Uma vez que o turismo constitui uma actividade dominante no Algarve, o seu papel estruturante no território regional deverá ser encarado dentro das preocupações suscitadas pela dinâmica da globalização, o que influenciará certamente os contornos da competitividade territorial.

Por outro lado, existem de forma mais visível outras condições de âmbito externo que influenciam a dinâmica territorial, como sejam os surtos migratórios com a chegada de grande número de imigrantes do leste europeu e de África – influenciando as relações laborais e condições produtivas –, as novas tecnologias, capazes de alterar as formas tradicionais de articulação territorial, ou as perspectivas de alargamento da União Europeia, capazes de alterar o relacionamento entre as várias regiões da Europa.



Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

### 3.1- INTRODUÇÃO

No presente capítulo apresenta-se o resumo de alguns planos e documentos estratégicos que identificam constrangimentos e potencialidades, enunciam propostas de actuação e ajudam à compreensão de questões relativas à evolução do território na última década. O levantamento dos vários planos, documentos estratégicos, programas, directivas, etc., permitirá a construção de uma base de dados que relacione os aspectos analisados entre si com os problemas/conflitos existentes e com os aspectos legais, permitindo a elaboração de um documento de apoio à proposta do Plano.

Propositadamente, nos resumos aqui apresentados não se procedeu à correcção de elementos de caracterização ou de propostas de actuação que se encontram desactualizadas como consequência do tempo decorrido desde a elaboração dos respectivos estudos (v.g., “necessidade de rápida conclusão da auto-estrada Lisboa/Algarve”).

Deverá ainda ter-se presente que os resumos constantes do presente Relatório constituem uma pequena parte do conjunto de documentos em análise, e cujo teor será reflectido em fases posteriores do processo. Só a título de exemplo, refiram-se os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, os Planos de Bacia Hidrográfica, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000/2006 e os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, para além de outros documentos estratégicos sectoriais, como sejam, entre outras, os documentos que têm vindo a ser produzidos pela Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve.

### 3.2- PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2000-2006)

O Plano de Desenvolvimento Regional (Ministério do Planeamento, Dezembro de 1999) constitui a proposta portuguesa de enquadramento, orientação estratégica, sistematização operacional, programação financeira e estrutura organizativa que daria origem ao estabelecimento do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, na sequência do processo negocial comunitário.

O PDR<sup>1</sup> propõe um novo modelo de desenvolvimento orientado por princípios de sustentabilidade ambiental e de sustentabilidade económica e financeira, identificando os seguintes elementos estratégicos fundamentais:

- no que respeita à inserção geoeconómica, afirmação de Portugal como fronteira atlântica da Europa;
- no que respeita ao modelo de desenvolvimento económico, privilegiar as actividades, factores de competitividade e as tecnologias mais dinâmicas e estruturantes da economia mundial e europeia no médio e longo prazos;
- no que respeita à protecção e valorização do património natural, Portugal tem em preparação uma estratégia nacional para a conservação da natureza e a biodiversidade, e posiciona-se no contexto europeu como um dos Estados membros com maior parcela relativa do território abrangido pela Rede Natura 2000;
- no que respeita ao modelo de desenvolvimento social, Portugal valoriza a solidariedade e a coesão.

Este posicionamento estratégico traduz-se pela adopção de inovações significativas, de entre as quais:

- concentrar na perspectiva operacional os instrumentos e acções dirigidos à formação profissional;
- concentrar na perspectiva operacional os sistemas de incentivo à actividade económica, sistematizados de acordo com três tipologias básicas: o reforço da produtividade, da inovação e da competitividade das empresas;
- adoptar um novo modelo de gestão territorial, com valências muito significativas de actuações sectoriais e de valorização dos espaços naturais;
- instituir dimensões estratégicas e operacionais de natureza transversal relevantes, onde se destacam a sociedade de informação, a valorização da sustentabilidade ambiental e a igualdade de oportunidades.

#### Portugal no contexto da UE – dinâmica de convergência

O movimento de convergência observado ao nível do País não se processou de forma idêntica em todas as regiões que o constituem, embora entre 1993 e 1996 todas as regiões, à excepção do Algarve, se tenham aproximado da média da UE.

O movimento de aproximação à Europa Comunitária registado na produtividade média do país observou-se em todas as suas regiões. Entre 1993 e 1995 este processo foi mais acelerado no Alentejo, Centro e LVT. À excepção da Região Autónoma da Madeira, as remunerações registaram nesse período um ligeiro movimento de aproximação à média comunitária, o qual foi mais intenso na região Centro. As regiões do Norte e do Algarve apresentam as remunerações médias mais baixas em relação à média da EUR15.

Quanto ao peso da população idosa (+ de 65 anos) é mais importante na EUR15 do que em Portugal, verificando-se, contudo, valores superiores à média comunitária nas regiões do Alentejo, Algarve e Centro.

A nível regional, os valores mais altos do índice de dependência jovem localizam-se nas regiões onde predomina a população mais jovem (Regiões Autónomas e região Norte), enquanto que os índices de dependência de idosos e de envelhecimento são mais elevados nas regiões do Alentejo e Algarve.

A nível regional verifica-se que é a região do Alentejo a que apresenta maior taxa de analfabetismo (dados de 1996), muito embora as regiões Centro e Algarve apresentem também valores elevados (14.5 e 14.8%, respectivamente), enquanto que a região de LVT apresenta a taxa mais baixa (6.7%).

É a região do Alentejo que faz uma utilização mais intensiva do meio de transporte ferroviário. Segue-se a região de Lisboa, sendo no Algarve que ocorre o menor fluxo de carga transportada por esta via para a própria região e para o resto do país. Os fluxos mais intensos ocorrem do Alentejo para Lisboa e de Lisboa para o Norte.

No que se refere à rede de estradas existentes registam-se significativas diferenças regionais, sendo a região de LVT aquela que, em 1997, apresenta a melhor relação de quilómetros por área, seguida da região Norte e Centro, e a grande distância do Alentejo e Algarve.

O acesso ao abastecimento domiciliário de água tem evoluído favoravelmente. No tanto, registam-se assimetrias espaciais: a região de LVT apresenta 98% do volume de água para abastecimento tratado, face a 71% da região Norte e 88% no Algarve.

Quanto aos níveis de atendimento de saneamento básico (sistemas de drenagem e sistemas de tratamento), e não obstante a melhoria registada nos últimos anos, Portugal afasta-se significativamente da média Europeia. Em termos de drenagem, o Algarve, em 1997, era ultrapassado pelas regiões de LVT e Alentejo, ocupando, no entanto, a melhor percentagem relativa ao nível do tratamento.

Realce para o peso do sector secundário na região Norte, do sector primário na região do Alentejo e do sector terciário nas regiões do Algarve, Madeira e LVT (com, respectivamente, 79%, 78% e 62%).

A análise da produtividade ao nível dos grandes sectores de actividade revela que o afastamento mais significativo face aos níveis médios europeus se verifica no sector primário.

No que se refere ao sector secundário, todas as regiões do país acompanharam o movimento de convergência a nível nacional. Apesar desse movimento, a produtividade média nacional neste sector apenas representa 55.9% da média europeia em 1995, apresentando a região Norte, o Algarve e as Regiões Autónomas níveis médios de produtividade aquém dos 50% da média europeia.

A produtividade no sector terciário é a que mais se aproxima da média comunitária. O nível médio mais baixo verifica-se no Alentejo e o mais alto em LVT.

É no sector terciário que se observa a maior aproximação às remunerações médias da Europa comunitária. A região de LVT é aquela em que, neste sector, se auferem remunerações mais próximas da média comunitária, e a região do Algarve aquela onde mais se distanciam.

A estrutura social do emprego revela que o emprego no sector primário tem um peso muito superior em Portugal face à média da UE, no sector secundário é semelhante (embora as Regiões Norte e Algarve se afastem claramente – +10.5% e -9.9 p.p. em 1997), e no sector terciário é bastante inferior (embora em LVT e no Algarve atinja valores superiores).

Em todas as regiões do Continente as famílias despendem a maior parcela do seu orçamento com 'Alimentação, Bebidas e Tabaco', com excepção da região de LVT e Algarve, regiões com elevado PIB *per capita*, e onde as despesas com 'Habitação, Aquecimento e Iluminação' constituem a maior parcela de despesa nos orçamentos familiares.

<sup>1</sup> Na presente análise – e sem prejuízo de referências ao enquadramento nacional de algumas das questões mais relevantes – privilegiam-se os aspectos do PDR que têm relação mais directa com o Algarve.

Embora o nível de vida em Portugal tenha vindo a registar uma melhoria, a distribuição dos rendimentos na primeira metade da década de 1990 caracterizou-se por um aumento da desigualdade. A grande assimetria na distribuição dos rendimentos em Portugal é um dos factores explicativos das situações de pobreza, dada a forma de repartição dos rendimentos primários e os baixos níveis das pensões.

Quanto aos recursos humanos e físicos afectos à função saúde, são de realçar as grandes assimetrias regionais. No que se refere à disponibilidade de camas, o seu número é inferior ao da UE em todas as regiões do País, com destaque para as regiões do Alentejo e Algarve.

### Portugal no final da década de 90

Do ponto de vista territorial, a análise do comportamento de alguns indicadores relativos ao mercado de trabalho evidencia a persistência de importantes assimetrias.

Ao nível das NUTS II, destaca-se uma mais elevada concentração do emprego no sector industrial nas regiões Norte e Centro, do emprego no terciário moderno na região de LVT e do emprego no sector agrícola no Alentejo.

A nível de NUTS III, a situação mais desfavorável em termos do rácio de desemprego encontra-se nas quatro regiões alentejanas, na Península de Setúbal, na Lezíria do Tejo e na Grande Lisboa, no Grande Porto e no Ave e, ainda, no Algarve e Baixo Mondego.

O Algarve, cujas actividades se concentram na área do turismo e na agricultura, apresenta níveis de qualificação e de rendimentos médios próximos da média do Continente, mas com tendência regressiva.

O valor do ICDH (Índice Composto de Desenvolvimento Humano) global relativo à região de LVT era o único (em 1997) que se situava acima da média nacional. Os valores apurados para as restantes regiões, todos inferiores a essa média, referiam-se, por ordem decrescente, às regiões Algarve, Norte, Centro, RAA, RAM e Alentejo.

De acordo com os valores apurados para as diferentes NUTS II no período 1970/1997, foram as regiões do Algarve e Alentejo as que apresentaram um ICDH com crescimento mais elevado (a região de LVT, com o mais elevado ICDH de partida, em 1970, foi a que apresentou um acréscimo mais baixo). De referir em especial a evolução verificada no Índice relativo à região Algarve, o qual passou de segundo valor mais baixo em 1970 para segundo valor mais elevado, embora ainda inferior à média nacional, em 1997.

Em 1970 o peso de analfabetos era significativamente mais elevado no Alentejo (44%), na RAM (40%), no Algarve (37%) e no Centro (33%). Entre 1970 e 1999 o peso da população sabendo ler e escrever registou um acréscimo de 28%, sendo em 1997 inferior a 10% a proporção de analfabetos no conjunto do país.

Em 1970, a RAA e o Algarve apresentavam dos mais baixos índices de PIB *per capita* do País. Desde essa data até 1997, o PIB *per capita* registou um crescimento bastante rápido. Assim, a evolução da actividade económica foi especialmente dinâmica nas regiões do Algarve – com o forte impulso proporcionado pelo Turismo –, na RAA, na região Norte e no Alentejo. No entanto, só a região do Algarve conseguiu aproximar-se da média do País no final do período. Em 1997, a região de LVT continuava a apresentar o mais elevado índice de PIB *per capita* e o Algarve a aproximar-se da média do País.

Na faixa litoral a norte de Setúbal e no Algarve, onde se registam os mais elevados rendimentos *per capita*, persistem zonas críticas em termos de condições de vida e de desemprego e empregabilidade (baixas qualificações profissionais).

Em termos de capacidade produtiva de cada região, avaliada pelo PIB *per capita*, destacam-se LVT e Algarve com valores superiores à média do País.

O Algarve, com LVT e Norte, apresenta um peso do sector primário inferior à média do País, sendo a região com menor participação do sector secundário no VAB total; em LVT e Algarve, o peso do sector terciário é bastante superior ao que se verifica noutras regiões.

### A Região do Algarve

#### ⇒ DEMOGRAFIA E RECURSOS HUMANOS

A dinâmica demográfica do Algarve é caracterizada por contínuos saldos fisiológicos negativos desde a década de 60, compensados por movimentos migratórios gerados pela atracção que o Algarve exerce sobre as outras regiões (turismo).

Têm-se verificado descidas na taxa de natalidade, não se afastando os seus valores da média do País. Embora, no Algarve, a taxa de mortalidade tenha vindo a acentuar-se, tem-se verificado uma diminuição da taxa de mortalidade infantil e perinatal, indicador da melhoria das condições de vida da população.

Apesar do dinamismo dos fluxos migratórios, a população permanece envelhecida, sendo o peso das pessoas com mais de 65 anos o mais elevado do país, a seguir ao Alentejo.

O Algarve apresenta ainda uma taxa de analfabetismo elevada, mas o perfil de habilitações tende a melhorar.

#### ⇒ PADRÃO DE ACTIVIDADES

O Algarve apresenta uma base de recursos naturais, em que se destacam os recursos do litoral – balneares, paisagísticos, pesqueiros, etc; e a nível agrícola culturas permanentes – nomeadamente fruticultura – e algumas bolsas de agricultura em estufa.

O Algarve é a região onde o sector terciário tem o maior contributo para o VAB regional, induzido pelo peso da actividade turística, a qual configura uma base económica pouco diversificada e sujeita a forte sazonalidade. O sector secundário tem no Algarve uma importância diminuta, particularmente no que se refere à indústria transformadora.

#### ⇒ ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Nas últimas décadas, a estruturação do território algarvio teve subjacente alguns factores determinantes: localização periférica nos territórios nacional e europeu, exposição orográfica potenciadora das ocupações litorais, concentração litoral (população, localizações urbanas, actividades, equipamentos, eixos de transporte), eixos de acessibilidade externa que reforçam o corredor de transportes transversal situado no litoral, ausência de dinâmicas de desenvolvimento a norte e leste, perda de influência de transporte marítimo, forte variação sazonal da população.

Este padrão confere um maior protagonismo ao litoral. No entanto, o reforço dos principais centros urbanos do litoral não conferiu a nenhum deles dimensão crítica suficiente, não modificando a forte dependência do principal centro urbano nacional (a 300 km), não sendo de desprezar as crescentes influências na região do peso e dinamismo de Huelva e Sevilha (a 120 e 200 Km). Em termos de infraestruturas previstas para o horizonte 2000/2006, reforçar-se-á o corredor de transportes longitudinal situado no litoral.

Importa assegurar que os eixos verticais IC4 e IC27 cumpram uma função de dinamização e qualificação dos espaços que servem, não esquecendo o elevado valor ambiental dessas zonas (Costa Vicentina e Bacia do Guadiana), indispensáveis à diversificação da actividade turística.

Em síntese, do ponto de vista da estruturação do território os grandes desafios que se colocam à região situam-se no combate à crescente periferização em relação ao território europeu e no reforço da articulação no espaço nacional – ganhando, nesse sentido, relevo os seguintes aspectos: construção de infraestruturas e equipamentos que melhor articulem o Algarve com o espaço nacional; recuperação das zonas costeiras e das localizações marítimo-portuárias, e valorização de espaços naturais classificados; qualificação dos espaços urbano-turísticos; reforço das articulações intermunicipais, garantindo que a localização dos equipamentos estruturantes do território tenha uma óptica regional, e não local ou sub-regional.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

#### ⇒ ACESSIBILIDADES

##### *Articulação inter-regional e transfronteiriça*

A situação geográfica do Algarve no extremo Sul do país e as actuais condições de acessibilidade a Lisboa, em associação com a abertura das fronteiras, têm colocado a região, e em particular o Sotavento, na área de influência das cidades andaluzas de Huelva e Sevilha – para o que contribui também a fragilidade do seu sistema urbano regional, em particular do núcleo principal Faro/Olhão/Loulé.

Assim, as articulações inter-regionais e transfronteiriças devem contribuir para a “concorrência” entre o Sistema Urbano de LVT e o Sistema da Andaluzia.

O sistema Norte/Sul, constituído pela auto estrada, pela linha do Sul e pela ligação aérea Lisboa/Faro, é estratégico para reforçar a articulação/integração do Sistema Urbano Regional do Algarve no SU Nacional – havendo, neste quadro, que reforçar igualmente o papel dos portos de Faro e Portimão, sobretudo no que respeita ao transporte de mercadorias. Indispensável ainda o estabelecimento de articulação intermodais, em especial associadas ao aeroporto. O IC4, o IC1 e o IC27 são ligações importantes para desenvolver as complementaridades entre o Algarve e o Alentejo em termos de oferta turística e à diversificação da oferta actual centrada no sol e praia.

##### *Articulação intra-regional*

A região estrutura-se longitudinalmente com base em três eixos rodoviários paralelos à costa e pelo caminho de ferro.

Torna-se indispensável concluir o IC4, prolongando ao Barlavento o eixo estruturante da região, melhorar as condições de segurança e de serviço da EN-125 e reequacionar o funcionamento da linha férrea regional. Com grande acuidade, ainda, a estruturação da rede de transportes que articula a rede urbana Faro/Olhão/Loulé/Quarteira (eventualmente Tavira), potenciando-a como principal estrutura urbana regional. As infraestruturas fundamentais a esta articulação urbana são a rede ferroviária com funções de transporte urbano/suburbano, e a rede rodoviária estruturada com base na EN-125.

#### ⇒ AMBIENTE

A este nível, são de destacar:

- amenidade do clima, qualidade das paisagens e praias;
- investimentos efectuados (abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) e novos modelos de gestão;
- constituição de reservas hídricas de abastecimento;
- elevada percentagem de costa em áreas classificadas;
- existência de instrumentos de planeamento que garantem a defesa de zonas sensíveis;
- crescente procura de produtos turísticos associados ao ambiente;
- elevada sensibilidade ambiental do litoral, incompatível com pressão e ocupação urbanística desordenada;
- atrasos na execução dos sistemas de tratamento de águas residuais e ausência de tratamento eficaz dos resíduos sólidos e efluentes não urbanos;
- contaminação dos aquíferos;
- alteração da dinâmica costeira afectando as praias e as arribas, e perda de qualidade cénica;
- poucas intervenções de valorização de frentes de mar;
- insuficiente sensibilização da população residente para as questões ambientais;
- pressão demográfica sazonal, afectando o ambiente urbano e das áreas turísticas;
- impacte da drenagem do Alqueva no Baixo Guadiana.

#### ⇒ CONFORTO E BEM-ESTAR

Apesar do peso das instalações destinadas ao turismo, os indicadores de conforto dos alojamentos apresenta-se abaixo da média nacional (especialmente água canalizada no interior do alojamento, que assume o valor mais baixo do País).

#### ⇒ SAÚDE

Os equipamentos de saúde são nitidamente insuficientes para as necessidades da região (quer a nível físico, quer de recursos humanos e técnicos), apresentando todos os rácios valores significativamente inferiores às médias nacionais. Por outro lado, a maior parte dos equipamentos de saúde localizam-se no litoral, colocando problemas de acessibilidade às populações das zonas rurais. A instalação do Hospital do Barlavento contribuirá para alterar a actual panorâmica.

#### ⇒ COESÃO SOCIAL

O rendimento médio dos agregados familiares registou entre 1990 e 1995 um crescimento modesto, com acréscimo bastante abaixo da média nacional.

Embora persistam bolsas de pobreza, têm sido levadas a cabo acções no sentido de corrigir estas situações. A implementação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) tem contribuído para aquele objectivo.

Quanto aos equipamentos de segurança social, apresentam os mesmos problemas dos equipamentos de saúde: insuficiência e desigual distribuição no território. A percentagem de população coberta por equipamentos dirigidos à infância e população idosa é insuficiente, abaixo da média nacional.

A situação de pobreza é importante, levando a que os beneficiários do RMG apresentem um peso relativamente à população residente superior à média nacional.

#### Balanço geral

Em resumo, pode fazer-se o seguinte balanço geral, com referência aos pontos fortes, aos pontos fracos, às oportunidades e aos riscos:

##### PONTOS FORTES:

- Amenidade do clima e diversidade da paisagem;
- Condições favoráveis ao desenvolvimento dos sectores primário (aquacultura e hortofruticultura) e terciário (turismo);
- Enquadramento e atendimento ambiental (água, esgotos, resíduos sólidos) acima da média nacional;
- Boa rede de infraestruturas nos domínios da educação e saúde a partir de 2000;
- Destacada projecção externa como destino turístico;
- Boas condições de segurança pública;
- Volume significativo de população flutuante na maior parte do ano.

##### PONTOS FRACOS:

- Ausência de centro urbano regional de dimensão crítica;
- Insuficiente articulação no sistema urbano regional;
- Debilidade das infraestruturas de apoio às actividades económicas;
- Acessibilidades ferroviárias e marítimas obsoletas e ausência de articulação intermodal;
- Baixo nível de qualificação da mão de obra;
- Forte sazonalidade na actividade económica e no emprego;
- Debilidade e pulverização do tecido empresarial;
- Debilidade nos sistemas de apoio social e de saúde;
- Dificuldade de inserção do aeroporto de Faro em rotas regulares e directas;
- Despesas acrescidas no dimensionamento de infraestruturas destinadas a uma população muito superior à residente.

## OPORTUNIDADES:

- Elevada extensão de áreas protegidas e de grande biodiversidade;
- Rede rodoviária bem definida, com forte expectativa de execução;
- Centros históricos com potencialidades para a diversificação turística;
- Universidade;
- Diversidade dos recursos endógenos com possibilidade de valorização;
- Cooperação com Andaluzia e Norte de África;
- Identidade regional favorável à articulação institucional;
- Raízes e valores culturais passíveis de dinamização e projecção.

## RISCOS:

- Dinâmica demográfica com traços preocupantes de envelhecimento;
- Pressão de edificação sobre o litoral;
- Aumento de focos de poluição associados à concentração urbana;
- Desertificação humana de parcelas significativas;
- Excessiva especialização sectorial no produto turístico e nos mercados;
- Riscos de degradação ambiental;
- Forte concorrência das províncias de Huelva e Andaluzia;
- Localização periférica nos espaços europeu e nacional.

**3.3- ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALGARVE<sup>2</sup>****Introdução**

A economia e a sociedade do Algarve registaram nas últimas três décadas uma transformação acentuada com reflexos no perfil de especialização económica e de ocupação de activos, mas também com incidência no padrão de ocupação territorial. Estas duas dimensões da mudança (especialização económica e modelo territorial) encontram-se indissoluvelmente ligadas nas suas virtualidades e limitações.

Quando se avaliam as políticas de desenvolvimento e ordenamento da Região, observa-se um desfasamento acentuado entre as intenções e objectivos procurados e as dinâmicas de evolução ocorridas. Para tanto concorrem, sobretudo, as dinâmicas pesadas de estruturação das actividades turísticas e imobiliárias.

O crescimento decorrente não foi, no entanto, acompanhado de uma função reguladora dinamicamente ajustada à ampliação de efeitos e vantagens sobre a economia da Região e sobre o seu modelo territorial de desenvolvimento.

A aposta na competitividade económica regional, centrada no complexo de actividades do turismo/lazer, tem presente a necessidade de ampliar os efeitos sobre o emprego e o valor acrescentado do Algarve e a certeza de que esse desiderato só é alcançável se a Região souber construir uma base dinâmica mais sólida.

O aprofundamento da competição económica entre territórios, na procura e acolhimento de mais e melhores investimentos e fluxos de visitantes, coloca a competitividade territorial no âmago da definição de opções estratégicas de desenvolvimento para o Algarve, cabendo à Região enfatizar os seus recursos de excelência e reivindicar a fixação de outros recursos que contribuam para reforçar a sua atractividade.

O desafio da competitividade territorial deve, todavia, andar a par com as exigências de reforço da coesão social, num contexto de solidariedade territorial.

Para além do litoral, nas zonas do Barrocal e da Serra não só se expressam alguns dos principais valores naturais e de equilíbrio social da Região, como também se reúnem recursos e capacidades produtivas com relevo para a estratégia regional.

**Objectivos estratégicos de desenvolvimento****1º OBJECTIVO ESTRATÉGICO: AFIRMAÇÃO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DO ALGARVE**

O Algarve é, com grande clareza, a principal região turística do país. A afirmação da capacidade competitiva da Região constrói-se no aproveitamento destas dinâmicas e tendências e pela adopção clara de opções de especialização económica centrada no complexo de actividades do turismo e do lazer, o que pressupõe uma visão integradora dos diversos elos da cadeia produtiva regional, contemplando objectivos e estratégias que reforcem as relações intersectoriais.

<sup>2</sup> "Estratégia de Desenvolvimento do Algarve – Algarve 2000/2006", Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Dezembro 2000, 83 pp.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

O potencial da oferta regional em termos de alojamento, evidencia uma concentração muito elevada no contexto nacional nas categorias de apartamentos, aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos. A menor expressão regional no alojamento em hotéis constitui uma limitação reconhecida.

Na óptica do reforço das relações intersectoriais, o complexo de actividades do turismo e do lazer deve suscitar dinâmicas de actividades directas, indirectas ou induzidas num leque alargado de produções com expressão no Algarve: a produção e transformação de produtos agrícolas e outros característicos dos meios rurais com procura assegurada na hotelaria e restauração; o comércio; os serviços de apoio à actividade económica; a fileira de actividades da construção, dos materiais aos serviços imobiliários; as actividades da cultura e do lazer; as actividades de investigação e de estímulo da inovação; a qualificação dos espaços rurais com a diversificação dos pontos de interesse turístico; o ordenamento e qualificação dos espaços urbanos nos aspectos de melhoria da qualidade ambiental, mas também da riqueza patrimonial e da identidade regional.

#### 2º OBJECTIVO ESTRATÉGICO: CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE REGIONAL

A opção estratégica de especialização económica em torno do complexo de actividades turismo/lazer, como instrumento-chave da afirmação competitiva da Região, impõe a necessidade de valorização dos recursos humanos e a qualificação do território e do ambiente, adquirindo especial relevância os referidos vectores de suporte e de qualificação da estratégia regional:

- Recursos humanos, competências regionais (sub-sistemas educação/formação e ciência e tecnologia) e coesão social.
- Território e Ambiente.

#### Domínios de intervenção

##### Domínio 1. Infraestruturas de base (Acessibilidades, Ambiente e Apoio às actividades económicas)

Este é um domínio crucial para a Região, e que deve responder simultaneamente:

- à qualificação de investimentos anteriores nas condições materiais de desenvolvimento, procurando assegurar uma maior integração territorial de funções;
- à conclusão e consolidação das infraestruturas de recursos hídricos e saneamento básico, bem como de resíduos urbanos;
- ao desenvolvimento da rede de acessibilidades;
- à consolidação de relações de solidariedade económica e territorial entre o litoral e a serra, através da melhoria das ligações internas.

##### Domínio 2. Espaços Rurais, valores naturais e biodiversidade

Este domínio assenta num conceito amplo de riqueza do ambiente e habitat natural, considerado como área-chave de investimento numa tripla perspectiva:

- factor de competitividade indispensável para a consolidação de diversas actividades do complexo turismo/lazer;
- factor de racionalização do aproveitamento de oportunidades regionais no domínio dos recursos naturais (recursos agro-florestais e marinhos, energias renováveis, etc.);
- factor de preservação do ambiente e das paisagens rurais, sabendo utilizar os recursos naturais e a conservação da biodiversidade como factor de atracção, adoptando medidas de protecção ambiental, de preservação do património rural e de apoio a zonas desfavorecidas.

##### Domínio 3. Espaços urbanos e Equipamentos educativos, sociais e culturais

Este domínio incorpora actuações inseridas numa lógica de fortalecimento da rede de cidades do Algarve, de modo a contribuir para dar coerência ao sistema urbano regional, reforçar a capacidade de atracção dos núcleos urbanos, fixar recursos económicos, assegurar a concretização de equipamentos essenciais nos domínios da saúde, educação, acção social, desporto e cultura e qualificar as zonas de ocupação turística e suas envolventes.

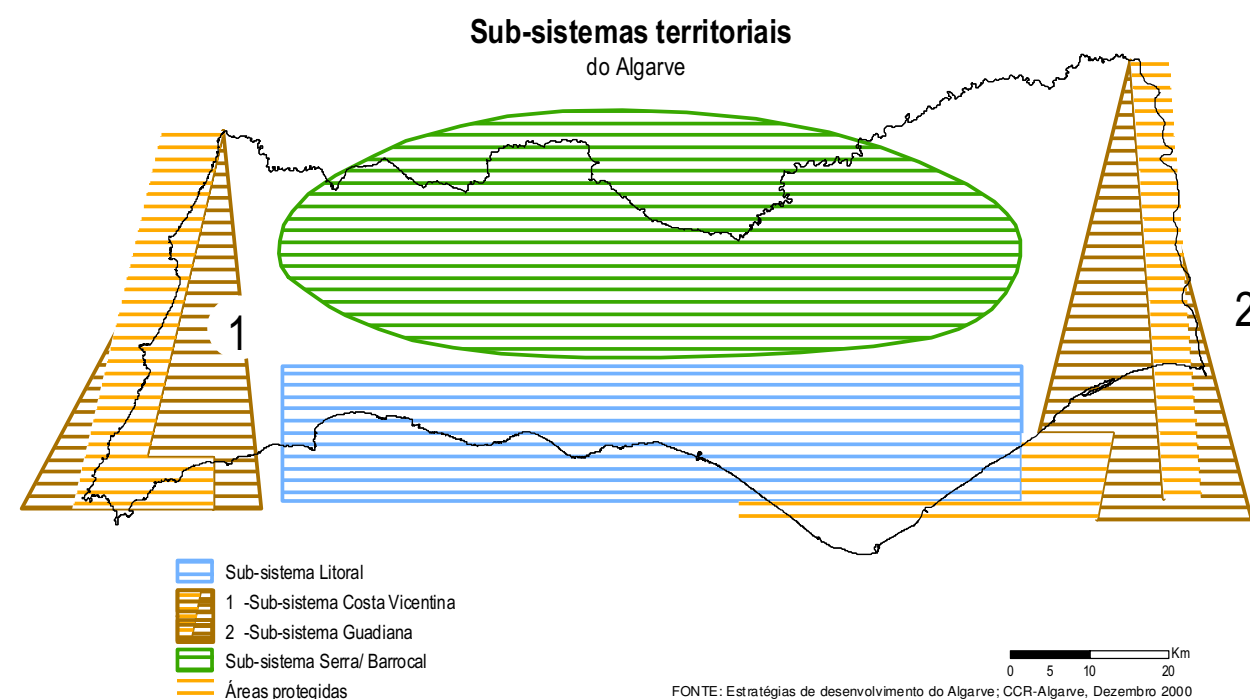
#### Território e ambiente

##### a) Organização territorial – uma visão de síntese

A transformação acentuada da vocação económica do Algarve nas últimas décadas andou a par com importantes mutações do modelo territorial, sendo visíveis duas importantes linhas de tendência: (i) uma pressão gradualmente mais intensa sobre os principais centros urbanos, nomeadamente daqueles que possuem maior vocação turística; (ii) uma redução dos dinamismos socio-demográficos, económicos e territoriais de diversos espaços não integrados no Litoral.

Na análise da organização territorial da Região, segundo as qualificações e especializações afirmadas e/ou vocacionadas distintas, podem identificar-se quatro sub-sistemas que espelham de forma directa ou multifacetada aquelas linhas de tendência (ver desenho):

- **Sub-sistema Litoral**, entre Lagos e Tavira, intensamente urbanizada e onde os limiares de sustentabilidade se encontram mais ameaçados pela pressão demográfica, imobiliária e turística;
- **Sub-sistema Costa Vicentina**, que abrange os espaços naturalizados integrados e envolventes do PNSACV, e locais com elevado valor simbólico;
- **Sub-sistema Guadiana**, que abrange os territórios de fronteira e espaços naturais de grande sensibilidade, a par de núcleos urbanos com valor patrimonial;
- **Sub-sistema Serra/Barrocal**. Abrange uma área de transição entre a Serra despovoada e o Litoral, e apresenta características predominantemente rurais.



Relativamente à componente urbana da organização territorial (concentrada no sub-sistema litoral), há a realçar os seguintes indicadores-chave:

- concentração da ocupação urbana numa estreita faixa do litoral associada à concentração sazonal das actividades económicas;
- pressão sobre os equilíbrios ambientais e sobre a capacidade das redes de suporte (infraestruturas básicas e complementares).



Relativamente à componente não litoralizada do padrão de ocupação do território importa ter presente uma diversidade de dinâmicas socio-económicas que rompe com lógicas dicotómicas patentes nas abordagens tradicionais da Região:

- áreas de implantação de funções económicas com importância empregadora e dinamismo crescente (actividades produtivas, armazenagem, distribuição...), predominantemente localizadas ao longo da EN 125 de forma dispersa (destacando-se as manchas de actividades existentes em Albufeira, Loulé e Olhão);
- áreas de actividade agrícola. Ocupam solos na campina de Faro, em zonas do Barrocal e noutras, a caminho da Serra;
- áreas de ruralidade intensa predominantemente localizadas na serra algarvia; as potencialidades de articulação destas áreas de paisagem natural que retêm tradições, produções genuínas e quadros de vida ruralizados, com as estratégias de enriquecimento do produto turístico regional, sugerem que lhes sejam atribuídos novos papéis no modelo territorial e na estratégia de desenvolvimento para a Região.

Quanto às consequências e traços negativos destas dinâmicas, geradoras de uma elevada mobilidade inter-urbana, são de destacar a fragilidade do sistema urbano, a desestruturação urbana, a marginalização dos aglomerados urbanos não integrados no sub-sistema litoral, e a rarefação demográfica e de iniciativa das áreas rurais, numa espiral de desvitalização.

Em sentido inverso há que reconhecer que, em resultado da dinâmica sociourbanística registada, ficaram criadas condições favoráveis de suporte a uma estratégia de desenvolvimento regional:

- forte concentração demográfica, alargamento de mercados com consequências para as condições de valorização dos recursos regionais, reunião de capacidades e potencialidades mobilizáveis, difusão de hábitos de consumo, economias de escala e sinergias de proximidade, e dimensão de aglomeração susceptível de gerar condições satisfatórias de afirmação regional e projecção nacional e internacional.

#### b) Ambiente, valores naturais e biodiversidade

O enfoque das questões do ambiente, na perspectiva da construção de condições da competitividade regional, tem exigências específicas em matéria de prioridades de intervenção e também de condicionantes a observar.

No decurso de todo o século vinte assistiu-se a grandes modificações da paisagem algarvia e dos ecossistemas, que essencialmente se devem à existência simultânea de óptimos solos e de excelentes praias; de uma via longitudinal (EN-125); e do Aeroporto – elementos organizadores por excelência do território regional. São comuns as situações de conflito entre as diversas actividades praticadas no território, devido à inexistência de uma gestão global integrada. É frequente a ocupação e destruição dos solos agrícolas e da sua fertilidade pela invasão de estruturas industriais e turísticas, a destruição de zonas costeiras por construções e usos abusivos, a descarga directa de esgotos urbanos e industriais.

Na perspectiva dos recursos do território associados à estratégia, adquirem especial relevância os recursos hídricos, constituídos predominantemente pelas águas de superfície na Serra e pelos recursos subterrâneos no Barrocal e no litoral.

Os processos de desertificação têm conduzido à degradação do solo nestas diferentes zonas, sendo notórias a impermeabilização de vastas áreas, a par da degradação das águas subterrâneas, resultado do aumento das cargas poluentes com origem na agricultura e nos campos de golfe, e agravada pela sobreutilização das reservas e pela sazonalidade da procura.

No domínio do ambiente são hoje visíveis os efeitos negativos de um modelo de desenvolvimento muito centrado no aproveitamento de recursos da faixa litoral, e que muito contribuiu para a descaracterização da paisagem, para a destruição de sistemas dunares, a degradação de arribas e os conflitos entre actividades económicas; e ainda o ruído, a degradação de ecossistemas e a insuficiência/ineficácia das infraestruturas de saneamento básico. Tudo isto teve, como resultado final, reflexos negativos na qualidade de vida da população residente e afectando globalmente a população turística.

Mau grado o quadro atrás descrito, de inúmeras disfunções ambientais, o Algarve é ainda, no contexto nacional, uma região de elevada qualidade ambiental – da qual, no quadro de estratégia assente no Turismo e Lazer, importa tirar partido.

Em síntese, os principais traços de diagnóstico do macro-sistema “ambiente, valores naturais e biodiversidade” evidenciam um conjunto de traços negativos que se prefiguram como desvantagens (que devem ser corrigidas) a par de um conjunto de vantagens (que importa preservar e valorizar).

Quanto aos traços negativos / desvantagens a corrigir são de destacar:

- a pressão urbanística no sub-sistema litoral;
- a insuficiência de meios humanos e materiais especializados a operar na área do ambiente;
- o atraso na execução (e modelo de gestão) dos sistemas de tratamento de águas residuais e as insuficiências no abastecimento de água nos concelhos não integrados nos sistemas multi-municipais;
- os efeitos da erosão costeira nas zonas de maior dinâmica de ocupação turística e os efeitos da contaminação dos aquíferos sobre a qualidade dos recursos hídricos.

Quanto às condições favoráveis, a preservar e valorizar como parte integrante da estratégia regional, destacam-se:

- a amenidade do clima, a beleza das paisagens e das praias;
- áreas protegidas litorais;
- a constituição de reservas hídricas para abastecimento público;
- elevados níveis de atendimento nos domínios de abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos urbanos;
- criação de empresas regionais com novos modelos de gestão nos sectores do abastecimento de água e RSU (Águas do Barlavento e Águas do Sotavento, e ALGAR);
- existência de instrumentos de ordenamento e defesa ambiental (Rede Natura 2000, PROT, PDM's, REN, RAN e POOC's);
- oportunidades para a oferta de produtos turísticos associados ao ambiente, e para a atracção de empresas e quadros altamente qualificados que valorizam a qualidade climática e ambiental.

#### Eixos estratégicos de desenvolvimento

##### DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA BASE ECONÓMICA – O DESAFIO DA ESPECIALIZAÇÃO

O diagnóstico realizado e os desafios colocados desenham fortes probabilidades para a abertura de um ciclo de renovação e mudança que estabeleça os contornos de um novo modelo de desenvolvimento estratégico da base económica do Algarve, os quais se podem sistematizar em torno de três grandes eixos:

**Eixo 1** - Assumir com determinação a especialização no complexo de actividades do Turismo/Lazer como o pólo dinamizador e catalisador do desenvolvimento económico da Região

Esta opção implica duas rupturas: romper com a miragem de uma diversificação de actividades sempre adiada (ter “de tudo um pouco”); e romper com um caminho de oferta turística sempre limitado pela pressão sobre os recursos e o ambiente, pela sazonalidade, pela forte concentração dos produtos e dos mercados emissores, pelo nível da despesa no local e pela duração das estadas.

**Eixo 2** – Construir um novo paradigma para competir no novo quadro da U.E.M.

Esta construção implica trabalhar, por um lado, a dimensão dos desafios da especialização económica confrontada com a necessidade de alargamento de cadeias de valor; por outro lado, a dimensão do aproveitamento de recursos produtivos da Região, com carácter específico e potenciais de mercado em afirmação crescente.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

#### a) os desafios da aposta no complexo de actividades do Turismo/ Lazer

A construção de um novo paradigma competitivo para o Turismo regional implica fazer escolhas claras entre caminhos diferentes. Entre: *i)* uma cadeia de valor limitada e um produto insuficientemente diferenciado, com receitas limitadas e sazonalidade persistente; e *ii)* uma maior articulação com as outras actividades (agricultura, indústria e serviços, cultura, lazer, património), abrindo um novo ciclo de consolidação e crescimento com receitas acrescidas e sazonalidade diminuída.

Entre: *i)* um turismo que está em Portugal e oferece produtos insuficientemente desenvolvidos e promovidos; e *ii)* um turismo português que precisa de estar, também, fora de Portugal, para propiciar uma acção global de promoção de capacidade empresarial e imagem renovada à escala internacional.

Entre: *i)* ser competitivo sem real poder de mercado; e *ii)* ser competitivo desenvolvendo obrigatoriamente a qualidade do serviço, melhorando a organização, formando competências e ganhando poder concorrencial que polarize outras actividades suportando o valor acrescentado no turismo

#### b) os desafios da aposta nos recursos produtivos regionais com potencial no mercado

O Algarve alberga um conjunto rico de recursos que tem merecido um aproveitamento produtivo com tradições, mas insuficiente incorporação de valor regional. Estão neste caso a alfarroba, a cortiça, a brecha, os sienitos, o sal-marinho, o sal-gema, que, a par dos moluscos e dos bivalves, têm evidenciado capacidade de penetração em mercados externos. Relativamente a estas produções específicas deve ser colocado o desafio de aumentar os níveis de incorporação de valor.

O desenvolvimento de uma relação virtuosa que rompa com o cenário limitado de simples incorporação de matérias-primas, em favor de soluções que incorporem matéria-prima e conhecimento e reforcem os índices de valor acrescentado regional, pressupõe um conjunto articulado de iniciativas onde a Universidade do Algarve, a par de outras instituições públicas e associativas, assume um papel relevante transferindo capacidades em matéria de gestão e de inovação. De entre estas iniciativas, destacam-se as seguintes actuações:

- aproveitamento de energias renováveis (eólica, solar, das ondas e biomassa);
- desenvolvimento de projectos-piloto no domínio da exploração e gestão florestal;
- aprofundamento de projectos de cooperação Universidade-indústria, nomeadamente nos domínios da biotecnologia e engenharia alimentar;
- construção das infraestruturas e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos produtos da sociedade da informação.

**Eixo 3 – Alargar as fronteiras internas de crescimento e reforçar e alargar os canais de ligação nacional, ibérica, europeia e mundial do Algarve**

O novo modelo de desenvolvimento da base económica do Algarve implica um alargamento das fronteiras internas, obrigando a pensar, em conjunto, a valorização dos diferentes espaços – Litoral, Barrocal e Serra – devendo ser um modelo de desconcentração de actividades, nomeadamente no que respeita à pressão sobre os recursos, o ambiente e a paisagem, e de reequilíbrio na qualificação infra-estrutural.

O modelo territorial configura-se como um conjunto relativamente equilibrado de centros urbanos de pequena dimensão, cuja efectiva organização em rede urbana – através da articulação de funções, equipamentos e serviços – deverá permitir qualificá-lo globalmente como rede atractiva de centros urbanos e afirmar internacionalmente a sua diferença.

No plano da organização territorial da Região, e tendo em vista recolher vantagens da abertura e da nova dimensão dos mercados, o desafio-chave é o de construir o edifício principal da rede urbana regional em torno de dois sub-sistemas polarizados por Faro e Portimão, constituindo-se:

- um primeiro e mais importante sistema urbano polinucleado, com Loulé/ Quarteira-Vilamoura/ Faro /Olhão/ S. Brás;
- e um segundo, com Lagos/ Portimão/ Lagoa/ Silves.

Como elemento de articulação física, de movimentos económicos e de pessoas, encontra-se Albufeira.

Assegurada esta construção articulada, a conquista de nichos específicos de mercado, associados à promoção das vantagens comparativas da Região no mercado ibérico e europeu, deveria passar:

- pelo reforço da “capitalidade” de Faro, enquanto Cidade-Porta do Algarve, e entendida numa dimensão alargada de coesão e solidariedade com todas as cidades algarvias;
- pela promoção da visibilidade e da qualificação da imagem internacional da Região, através da valorização dos elementos de maior qualidade e do estabelecimento de inter-relações com espaços mais alargados.

A mobilidade de pessoas no espaço desta rede polinucleada será decisivo. A inovação e integração no sistema de transportes deverá merecer grande prioridade, garantindo ao transporte interno novas capacidades assentes na articulação com as ligações externas da Região.

No domínio da intervenção referente às acessibilidades são as seguintes, sinteticamente, as intervenções de médio prazo indispensáveis ao alargamento das fronteiras internas de crescimento, uma vertente-chave para a afirmação da capacidade competitiva da Região:

- acessibilidade rodo-ferroviária da Região, visando atenuar a sazonalidade do turismo algarvio e contemplando a conclusão da Auto-estrada, a redução do tempo de percurso Lisboa/Algarve por via ferroviária, e a programação do troço transfronteiriço da linha ferroviária Lisboa-Faro-Sevilha;
- melhoria das condições de exploração aeronáutica e de acolhimento de passageiros do Aeroporto, e melhoria da fluidez na distribuição do tráfego gerado pelo mesmo;
- consolidação da rede de marinas e portos de recreio do Algarve;
- qualificação e ampliação dos investimentos na sociedade da informação, nos domínios tecnológico e dos recursos humanos.

#### Ordenamento do território e desenvolvimento urbano

##### ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Na análise da organização territorial da Região foram identificados quatro sub-sistemas e respectivas potencialidades-chave (ver figura da página seguinte).

A valorização integrada destes sub-sistemas deve ocorrer em articulação intensa com o novo modelo de desenvolvimento da base económica, sem se confundir com sub-divisões regionais ou de zonamento do território.

O modelo territorial deve prosseguir objectivos de:

- Valorização do sistema urbano, o que pressupõe organizar e estruturar o eixo policêntrico do Litoral sul; reforçar a atractividade do sector Guadiana/ VRSA/ Tavira; e favorecer a articulação do triângulo Lagos/ Sagres/ Aljezur, estruturado a partir de Lagos.
- Reordenamento e qualificação dos espaços de localização para actividades industriais, potenciando novas oportunidades no sub-sistema da Serra, designadamente no eixo Silves/ S. Bartolomeu/ Alte/ Salir/ Querença/ Loulé/ S. Brás/ Santa Catarina.
- Revitalização socioeconómica das áreas rurais.

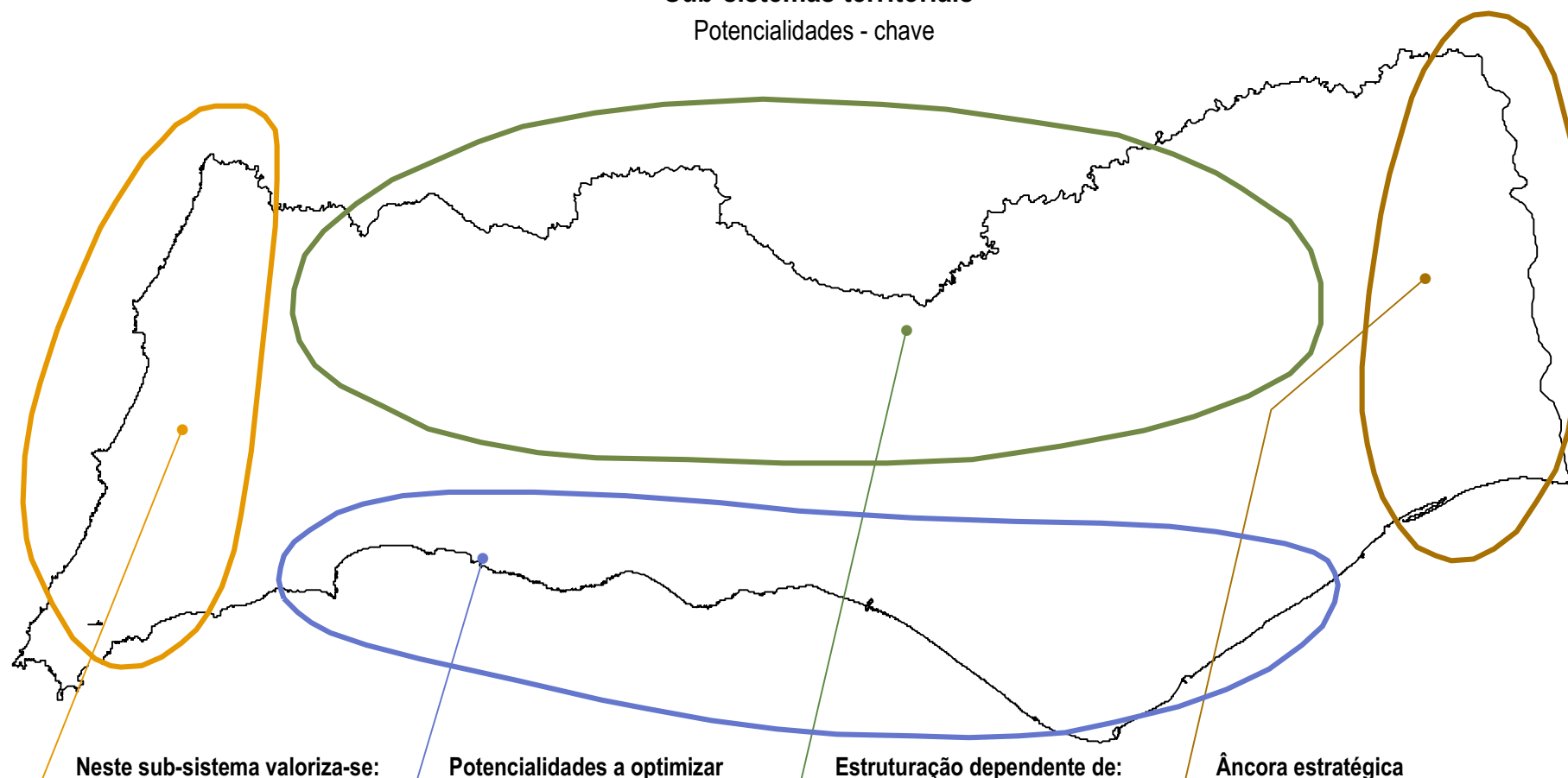
##### ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO

No actual quadro de afirmação e competitividade territorial que atinge os países, regiões e espaços comunitários, a qualidade do ambiente e do espaço urbano oferecidos surge como factor decisivo e orientador das escolhas no que se refere às opções de investimento, fixação/destino populacional e à atracção de fluxos e trocas nos domínios económico, tecnológico, científico e cultural.

Deve, assim, reconhecer-se a importância das políticas urbanas como instrumentos de política regional e ordenamento do território.

**Sub-sistemas territoriais**

Potencialidades - chave



**Neste sub-sistema valoriza-se:**

- Espaços naturalizados e locais de valor simbólico (turismo natureza e turismo cultural);
- Núcleos de 2º nível a caminho do interior que, em articulação com a cidade de Lagos, desempenham um papel organizador relevante.

**Potencialidades a otimizar**

- Recursos naturais (orla costeira/ paisagem/ praias/ mar) e PNRF;
- Recursos urbanos (património, reabilitação e renovação dos centros...) associados à concentração de pessoas, actividades económicas e infraestruturas culturais, desportivas e de animação;

**Domínios estratégicos de acção:**

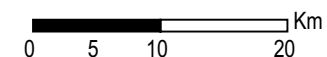
- Complementaridade entre os diversos centros que integram a rede urbana, estruturação paisagística, qualificação do quadro de vida e do ambiente urbano.

**Estruturação dependente de:**

- Criação de condições de vida atractivas para residentes actuais e futuros;
- Criação de estruturas de acolhimento e estada ajustadas a um turismo alternativo suportado nos recursos da serra e "ruralidade" (aldeias);
- Integração dos centros urbanos de Silves, Loulé e S. Brás pelo seu carácter de inter-face com o litoral, enquanto "actores" de sustentação desta estratégia.

**Âncora estratégica**

- Articulação/ cooperação transfronteiriça baseada na criação de infraestruturas de distribuição e na valorização dos desportos cinégetico e náutico.
- Potencialidades: arqueologia, RNSCMVRSA, bacia do baixo Guadiana;
- Criação de estruturas de acolhimento e valorização patrimonial e urbanística de Tavira e Vila Real de Santo António e Castro Marim.



### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

Definem-se como objectivos estratégicos para a Estruturação e Qualificação do Sistema Urbano do Algarve, os seguintes:

- Qualificar o quadro de vida e o ambiente urbano das cidades;
- Estruturar tecidos urbanos contíguos;
- Planear as expansões urbanas;
- Promover a animação socio-cultural das cidades.

#### Integração territorial e coesão social

A competitividade regional, no Algarve, está hoje fortemente associada à possibilidade de (re)construir relações económicas intra-regionais de duplo sentido, entre o litoral e o interior.

Esta lógica de integração vive das complementaridades económicas associadas à fruição dos recursos do interior (paisagem, produções locais, costumes e tradições...) que contribuem para a recomposição do produto turístico regional, e à valorização de produtos nos espaços de consumo dos centros urbanos de proximidade.

#### Domínios de intervenção

As intervenções no domínio dos espaços rurais, valores naturais e biodiversidade devem enquadrar-se na estratégia regional, desde logo como recurso desta, mas também como beneficiários de políticas preocupadas com a correcção de assimetrias estruturais.

Quanto ao objectivo de diversificação do produto turístico regional cruzado com a valorização dos recursos naturais e da biodiversidade aponta-se um conjunto de investimentos prioritários:

- requalificação/valorização dos espaços com interesse ambiental associados aos empreendimentos turísticos;
- valorização ambiental de espaços urbano-turísticos (frentes marítimas degradadas);
- valorização de zonas de interesse ambiental (nomeadamente Rede Natura);
- recuperação de património hidráulico (açudes, barragens...) e espaços envolventes;
- construção do Centro Oceanográfico de Sagres;
- criação de circuitos interpretativos com carácter científico (dunas, algares, vegetação...);
- criação de zonas de caça;
- criação de Bioparques.

Relativamente ao objectivo de promoção da integração social e económica das populações que vivem em meios rurais:

- localizar equipamentos sócio-culturais e de animação nos pequenos aglomerados urbanos da Serra, promover programas de recuperação de casas nas aldeias, completar a rede de ensino pré-escolar, instalar equipamentos de apoio à organização das produções primárias, incentivar a criação de instituições sem fins lucrativos na área da acção social, criar centros de recursos sociais polivalentes que desenvolvam serviços de apoio ambulatorio junto de idosos, reforçar a rede de equipamentos de apoio a grupos desfavorecidos, aproveitar mais eficazmente as medidas activas de emprego, e criar instrumentos de apoio à integração social e económica, com destaque para as empresas de inserção.

#### Infraestruturas de base

##### ACESSIBILIDADES

As acessibilidades e o sistema de transportes assumem no quadro dos objectivos estratégicos de desenvolvimento para a Região um papel charneira de grande importância.

Quanto às ligações inter-regionais, convém não perder de vista a necessidade de garantir os acessos aos pontos finais do sistema (Portos e Aeroporto) das redes rodo e ferroviária.

Nesta perspectiva, destacam-se, quanto ao interface com os fluxos de visitantes:

- prioridade à melhoria de acessibilidade terrestre à Região;
- melhoria das condições de exploração aeronáutica, a par de uma ligação rápida à rede rodoviária principal (Aeroporto/VLA) e à cidade de Faro;
- redução do tempo de percurso do modo ferroviário. Esta intervenção deverá ser alcançada através da antecipação temporal do troço Coima/ Pinhal Novo, da electrificação da linha até à Funcheira e do estudo do percurso Funcheira, Neves Corvo, Ourique, Tunes/ Paderne, acompanhando a A2;
- programação da ligação ferroviária Lisboa/ Faro/ Sevilha;
- diversificação dos acessos rodoviários ao Algarve a partir da AML e Centro do país;
- conclusão das ligações com a Andaluzia ao longo do Guadiana através do IC-27.

No que respeita ao interface com o tráfego de mercadorias:

- promover a utilização da via férrea para o transporte concentrado de grandes cargas, nomeadamente combustíveis e cimento;
- avaliar a transferência da tancagem existente no porto de Faro (em plena área urbana consolidada) para um ponto de armazenamento que concentre as necessidades de stockagem de combustíveis da Região, desejavelmente em área perto do aeroporto.

No que respeita às ligações regionais, o papel nuclear da VLA no padrão de acessibilidade regional pressupõe, para além da rápida conclusão do troço entre o nó da Guia e Lagos, um conjunto de intervenções complementares: construção de ligações aos principais centros e aglomerações urbanas, reordenamento da circulação, estacionamento e acessos marginais em toda a 125, em particular no troço Olhão/VRSA, de maior sinistralidade.

Num 2º nível das ligações regionais, refira-se a necessidade do aumento das acessibilidades aos aglomerados urbanos da Serra, a par do desenvolvimento do eixo turístico longitudinal no interior algarvio (Aljezur/ Alcoutim), sendo indispensável o prolongamento da EN-267 até S. Marcos da Serra.

Ao nível do modo de transportes terrestres, são necessárias intervenções: no modo ferroviário, melhorando o serviço na via litoral Lagos/ VRSA, e adquirindo novo material circulante; e na reestruturação do transporte colectivo rodoviário, constituindo uma bacia de recolha de passageiros suficientemente atractiva que fundamente os investimentos de coordenação modal necessários. Esta coordenação implica a possibilidade de o comboio funcionar como ligação suburbana entre os centros das principais aglomerações urbanas e as suas áreas envolventes.

No tocante às ligações internas às aglomerações e centros urbanos principais, destacam-se três intervenções principais: construção de variantes rodoviárias de Lagos, Faro, Loulé, S. Brás de Alportel, Pêra e Alcantarilha; construção de um anel viário de grande capacidade entre os nós de Faro e Olhão; implementação nos principais aglomerados de um serviço integrado de mini-autocarros.

##### AMBIENTE

No Algarve, o ambiente e o património natural constituem um domínio estratégico, na óptica do recurso e factor-chave de competitividade e na óptica da sensibilidade induzida sobre este macro-sistema, resultante dos padrões de utilização.

É consensual que um estatuto de turismo de qualidade e um reforço desta actividade económica só poderá ser alcançado através da manutenção da qualidade ambiental.

Assim, é prioritário continuar a desenvolver as acções necessárias para a melhoria da qualidade ambiental da Região, e simultaneamente promover a requalificação de espaços degradados e a correcção das disfunções ambientais e a racionalização dos usos dos recursos naturais, com destaque para os recursos hídricos.

Esta prioridade deve ser orientada em diversas direcções complementares:

- promoção da qualidade ambiental;
- minimização de disfunções ambientais e valorização de espaços com interesse ambiental;
- gestão e utilização racional da água.

Quanto à promoção da qualidade ambiental da região:

- conclusão das infraestruturas de abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos;
- monitorização da qualidade ambiental da Região;
- valorização dos produtos resultantes da intervenção ambiental;
- recuperação paisagística de pedreiras;
- estudos e investigação no domínio do ambiente;
- implementação dos POOC.

Quanto à valorização de espaços com interesse ambiental e minimização de disfunções:

- eliminação de focos de poluição (suiniculturas, lagares, outras agro-indústrias, sucatas...) e de conflitos ao nível da ocupação do domínio hídrico;
- requalificação/valorização de espaços degradados.

Quanto à gestão e utilização racional da água:

- reabilitação de linhas de água, promoção da recarga artificial de aquíferos;
- regularização torrencial;
- construção da barragem de Odelouca;
- reutilização de águas residuais (agricultura e golfe);
- minimização de situações climatéricas extremas (secas/cheias);
- alteração dos padrões de consumo individual.

#### INFRAESTRUTURAS DE APOIO ÀS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Exige-se a formulação dos seguintes objectivos gerais:

- reordenamento e qualificação dos espaços de localização para actividades industriais, de distribuição e logística (Zonas de Localização Prioritária);
- fixação de recursos de excelência orientados para reforçar as condições de competitividade das empresas e actividades produtivas.

Isto pressupõe um conjunto de investimentos prioritários no ordenamento de áreas que têm acolhido importantes funções económicas, a qualificação da envolvente ambiental das zonas industriais, a reorganização de equipamentos, serviços e infraestruturas e o apoio a projectos-piloto de requalificação física e ambiental das instalações fabris. Por outro lado, há que investir na instalação de centrais de regaseificação de gás liquefeito e de fuel nos pólos de Portimão-Silves e Faro-Olhão, no estímulo às energias renováveis, na instalação de um Centro de Formalidades Empresariais, no desenvolvimento de projectos de incubação de empresas em áreas inovadoras, na criação de um Centro Tecnológico de Actividades Turísticas e na criação de outras unidades de I&D ligadas às actividades agrícolas.

#### Espaços urbanos e equipamentos educativos, sociais e culturais

É fundamental a qualificação da rede urbana e o reforço da rede de equipamentos, exigindo-se investimentos prioritários nas áreas da educação, saúde e educação social, que vão desde actuações para qualificar o quadro de vida e o ambiente urbano das cidades, até às actuações nas áreas do desporto e da cultura e às áreas da educação/formação, da saúde e da acção social.

### 3.4- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALGARVE<sup>3</sup>

Documento publicado em 1999, sob iniciativa e responsabilidade da Associação de Municípios do Algarve, este Plano tinha como objectivo essencial orientar “nos próximos anos (...) a actividade dos municípios algarvios, bem como a actuação de diversos agentes com intervenção na região (...), numa altura em que se prepara a programação dos investimentos e acções a desenvolver no âmbito do QCA III”.

Este Plano, naturalmente, atribui prioridade “às matérias que se inscrevem nas competências municipais, ou que com elas estabelecem ou devam estabelecer relações razoavelmente directas”, e organiza-se em quatro sub-conjuntos de matérias (situação actual do Algarve, diagnósticos prospectivos sobre a situação da Região, traços fundamentais da estratégia de desenvolvimento e problemática dos requisitos institucionais).

#### Caracterização do Algarve

Em termos **territoriais**, é de realçar o carácter periférico da Região, tanto em termos nacionais como internacionais, e a clara diferenciação entre as áreas mais desfavorecidas (identificadas com a Serra e o xisto), as áreas susceptíveis de desenvolvimento a curto/médio prazo (grande parte do Barrocal), e as mais ricas e dinâmicas, correspondentes ao Litoral, numa situação que se traduz em grandes assimetrias na ocupação do território e nas condições de vida da população do Algarve.

O **crecimento demográfico** a que se assistiu no último quarto de século evidencia grandes diferenças de comportamento no interior da própria Região, com uma concentração crescente nos dois principais sistemas urbanos (Faro/Olhão e Portimão/Lagos), registando-se uma tendência para a concentração da população essencialmente em aglomerados com mais de 2.000 habitantes, que resulta em parte do êxodo das populações agrícolas como consequência da crise da agricultura tradicional de sequeiro.

De realçar, ainda, as fortíssimas oscilações sazonais dos quantitativos populacionais, com uma muito elevada pressão sobre o território litoral. À excepção de Loulé, todos os lugares com mais de 5.000 habitantes confinam com a faixa litoral Sul. Trata-se, pois, de uma rede urbana relativamente equilibrada, mas fortemente concentrada no território – factor determinante nos processos de desequilíbrio territorial, em termos demográficos e funcionais.

Quanto ao **mercado de trabalho**, a maior parte da população activa na Região é absorvida pelo sector terciário, o que revela a grande especialização da economia regional no comércio e serviços (cerca de 70%). Os principais centros urbanos do litoral polarizam trabalhadores residentes noutros concelhos. Albufeira e Faro são os que exercem maior efeito polarizador. Os postos de trabalho permanentes na região são insuficientes para absorver a totalidade da população activa, situação que se tem agravado nos últimos anos, com aumento do desemprego. O principal vector de especialização regional é o turismo. Este dinamiza não só a hotelaria, mas também a restauração, o comércio e a construção civil que, conjuntamente, são responsáveis por 40% do VAB gerado na região.

Quanto à **agricultura**, realce para as culturas permanentes e, de entre elas, para os frutos secos e os citrinos que assumem papel de especial relevo, ocupando quase 70 % da SAU (superfície agrícola útil). Importa referir, pela importância que ainda detém na economia algarvia, a mancha de sobreiro que se estende entre os concelhos de Monchique e Castro Marim, cujas condições naturais e a forma de exploração justificam a prevalência de um produto de alta qualidade.

<sup>3</sup> “PEDRA – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve”, Associação de Municípios do Algarve, 1999, 198 pp.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

O peso da Região no **sector das pescas** tem vindo a diminuir no contexto nacional em termos de contribuição para o VAB, embora o Algarve ocupe um lugar de relevo na produção aquícola nacional (64% da produção total do Continente), sobretudo por efeito da moluscicultura. A Ria Formosa representa a quase totalidade da produção aquícola algarvia (contando com 94% dos viveiros de moluscos do Continente).

O peso da **indústria transformadora** na base económica regional tem-se vindo a reduzir. Neste domínio, será de referir o caso específico das conserveiras, pelo contínuo decréscimo do seu peso relativo: tendo constituído uma das áreas de especialização, em 1994 apenas representavam 6.3% do VAB da indústria alimentar algarvia. No que respeita à indústria da cortiça, assistiu-se nas últimas décadas a uma redução no número de unidades fabris.

O **turismo** é o sector com maior peso na estrutura económica do Algarve: Em 1994, a produção da actividade turística (incluindo as actividades mais directamente associadas, como o comércio e a construção) apresentava um peso de 40% do VAB e de 42.5% do emprego regional. Apesar do elevado número de camas para alojamento disponíveis na Região, a oferta em estabelecimentos hoteleiros de qualidade não chegará a atingir um quinto do total da oferta. Verifica-se, em paralelo, uma oferta de alojamentos não classificada. Durante o ano de 1996, os hotéis de 4 estrelas, hotéis-apartamentos de 2 estrelas e pousadas, foram os únicos estabelecimentos hoteleiros que conseguiram manter uma taxa superior a 50%.

Na Região, as unidades de agro-turismo, turismo rural e turismo de habitação têm expressão irrelevante. O “Sol e Mar” é o produto turístico oferecido por excelência.

Para além do produto sol e praia, o golfe tem-se afirmado desde finais da década de 60 como um eixo de desenvolvimento turístico já relevante em termos internacionais, tratando-se de um produto com inequívoco interesse para a Região, pelo poder de compra que lhe está habitualmente associado e pelo seu contributo para a atenuação da sazonalidade turística.

Como actividades a incluir nos produtos turísticos para as quais se considera haver potencial no Algarve, devem referir-se os desportos (de lazer, de espectáculo e de estágios), os congressos e incentivos, a cultura, a saúde e a natureza. Deve referir-se, na vertente cultural, o reduzido aproveitamento turístico do património, boa parte do qual ainda nem sequer recuperado.

O Algarve apresenta ainda boas condições para o desenvolvimento do turismo de saúde para a 3ª idade, para o qual Monchique e S. Brás de Alportel parecem especialmente vocacionados.

Quanto ao sector da **construção civil e obras públicas**, refira-se que em 1994 estavam sediadas no Algarve 1925 empresas de construção, embora exercessem actividade na região 8152 empresas do sector. Estas empresas são uma fonte empregadora relevante, chegando a absorver nalguns concelhos mais de 15% da população activa.

O **sector terciário** tem um peso significativo na economia da região. No entanto, dentro dos serviços predominam os ramos relacionados com o turismo, havendo carências nos restantes sub-sectores. A hotelaria e a restauração são os ramos com maior peso no sector terciário. Nas trocas inter-regionais, a região de LVT é o maior mercado abastecedor do Algarve, sendo também a mais representativa como destino das mercadorias provenientes do Algarve. No que respeita à taxa de cobertura dos serviços e equipamentos sociais, o Algarve apresenta valores equivalentes aos do Continente para a 1ª e 2ª infância, mas claramente inferiores no que se refere à população idosa.

O peso do sector da Administração Pública na estrutura de emprego regional tem aumentado, sem que, no entanto, se observem melhorias na qualidade dos serviços prestados.

Dos 212 091 **alojamentos familiares** existentes no Algarve em 1991, 15% encontravam-se vagos. Apenas 55% dos alojamentos familiares ocupados constituíam residência habitual das famílias. Cerca de 27% são segundas residências, apenas utilizadas sazonalmente. Em 1994 – e apesar de a grande maioria dos alojamentos dispor de instalações sanitárias – apenas 56% das famílias era servida pela rede pública de águas residuais.

As principais **vias rodoviárias de comunicação intra e extra regional** no Algarve fazem-se por quatro eixos principais: o eixo ocidental constituído pela EN-120, o eixo central correspondente ao IP1, o eixo oriental relativo à EN-122 (Beja/VRSA), e o eixo longitudinal que liga o Algarve à Andaluzia pelo IP-1. A situação do Algarve apresenta a este nível insuficiências muito significativas.

Exige-se a melhoria de traçado, alargamento e nova pavimentação de 3 vias estruturantes de acesso ao interior, a complementar por outras vias de atravessamento, indispensáveis ao desenvolvimento do interior e à difusão de fluxos turísticos, designadamente no âmbito do produto *touring* para o qual o Algarve apresenta inequívocas potencialidades: a EN-270 (Fonte de Boliqueime a Tavira, passando por Loulé e S. Brás); a “Via Cénica”, que inclui a actual EN-267 (Aljezur/Monchique) e a actual EN-124 (S. Bartolomeu de Messines/Alcoutim); e a actual EN-2, que liga Faro a Almodôvar passando por S. Brás.

Pode considerar-se que as **infraestruturas aeroportuárias** revelam uma situação confortável.

Quanto à **ferrovia**, faltam infra-estruturas que propiciem ligações rápidas, cómodas e eficientes, o que tem conduzido à sobre-utilização do transporte rodoviário. O comboio só tem significado no eixo Boliqueime/Tavira, com especial concentração entre Faro e Fuzeta. De realçar ainda a falta de ligação da ferrovia aos Portos de Faro e Portimão, ao aeroporto de Faro e à zona de expansão da Universidade de Faro (Gambelas), bem como a falta de interconectividade que retira competitividade a este meio de transporte.

Quanto aos **portos**, verifica-se uma tendência de especialização de Faro na área comercial e de Portimão na vertente turística (navios de cruzeiro e passeios ao longo da costa).

A predominância nacional de satisfação das **necessidades energéticas** com recurso à importação de combustíveis repercute-se também no Algarve, que apresenta forte dependência dos combustíveis fósseis, como é o caso do petróleo. Em 1990, o sector dos transportes representou cerca de 44% do consumo de energia final da região. A energia solar, eólica e da biomassa constituem inequívocas fontes de energia endógenas com a maior utilização e o maior potencial no Algarve. A serra de Monchique e um corredor litoral na área do Barlavento são duas áreas consideradas de elevado potencial eólico. Os resíduos sólidos produzidos na Região podem constituir um potencial energético considerável. Deve ser considerado o potencial de produção de energia eléctrica a partir do biogás (suiniculturas) e dos resíduos das actividades agrícolas e florestais.

É de realçar o papel indutor e inovador que as diversas acções específicas tiveram na modernização do **sector das telecomunicações** no Algarve, com uma aproximação (em 1994) às médias europeias, nomeadamente quanto ao uso dos sistemas de Transmissão de Dados e de Telefonia Móvel Terrestre.

A **situação ambiental** da Região encontra-se claramente marcada pela circunstância de cerca de 2/3 da sua costa se encontrar classificada como património natural (PNRF, PNSACV, Ria do Alvor, Sapal de Castro Marim, Salir), sendo ainda de assinalar os regimes de protecção resultantes da Rede Natura. Sem prejuízo de salvaguardar os aspectos associados à protecção e equilíbrio dos ecossistemas, as áreas protegidas e as áreas da Rede Natura correspondem a um importante potencial para exploração do turismo verde e de natureza, associando zonas naturais de rara beleza cénica como a Margem do Guadiana e a Serra de Monchique.

Em termos de **abastecimento de água**, a situação alterou-se completamente com a constituição das Águas do Barlavento e Águas do Sotavento e o aproveitamento dos dois sistemas do Funcho e Odeleite/ Beliche, exigindo-se agora a construção da barragem de Odelouca.

Em 1994 era de apenas 54% a percentagem de **águas residuais** tratadas, obrigando a equacionar novos investimentos de forma a privilegiar soluções integradas sobre soluções municipais, nomeadamente no que respeita ao tratamento terciário e aproveitamento de águas residuais.

Ao nível de **resíduos sólidos urbanos**, a taxa de cobertura, em 1997, elevava-se a 98%. Entretanto, a selagem das lixeiras municipais originou um grave problema de poluição: o do destino a dar aos resíduos industriais banais. Situação preocupante, ainda, no que respeita aos resíduos hospitalares.

Em 1994/ 95 a taxa de pré-escolarização no Algarve era de 48.2%, contra 53.3% no país. São grandes as carências relativas a **equipamentos educativos**, de resto traduzidas pelos respectivos indicadores (p.ex., Faro é o 2º distrito do País com maior taxa de analfabetismo). A circunstância de, no Algarve, a percentagem de alunos matriculados nos ensinos secundário e superior no total de alunos inscritos ser inferior à média nacional é igualmente um factor negativo para o desenvolvimento da Região.

Pode considerar-se que o Algarve está razoavelmente bem coberto com **equipamentos de saúde**, pese embora alguma assimetria na sua distribuição territorial. Por outro lado, o Algarve é a região do país com maior rácio de habitantes por médico, com um número de médicos e enfermeiros em percentagem bastante inferior à parte da região na população portuguesa, com um número de camas hospitalares por 1000 habitantes bastante inferior à média nacional (2.92 contra 4.63, em 1995) e com um número de consultas por 1000 habitantes, do mesmo modo, claramente inferior à média nacional.

Os dois quadros-síntese em anexo são elucidativos não só do peso da economia e população algarvias no conjunto da União Europeia (0.04% e 0.09%) e em Portugal (3.5%), mas igualmente dos atrasos e dificuldades que o Algarve evidencia face às médias nacionais e europeias. Assim, embora o Algarve apresente globalmente um PIB *per capita* análogo ao português, uma análise mais fina permite detectar diversas situações desfavoráveis em relação às médias nacionais:

- índice de envelhecimento claramente superior à média nacional;
- forte dependência em relação ao sector turístico;
- indicadores na educação e saúde sistematicamente inferiores à média nacional;
- taxas de cobertura em equipamentos sociais inferiores à média nacional, e maior percentagem de famílias candidatas ao rendimento mínimo garantido;
- indicadores de conforto sistematicamente inferiores às médias do país.

A análise dos dois referidos quadros evidencia uma Região com assinaláveis atrasos e dificuldades de desenvolvimento no contexto da União Europeia.

### Finanças municipais no Algarve

A contribuição da região do Algarve para o total das contas de gerência dos municípios em termos nacionais tem diminuído ligeiramente ao longo dos anos quer no que respeita às receitas quer às despesas. As receitas dos municípios aumentaram entre 1990 e 1993, ano a partir do qual tem havido decréscimo real das mesmas. O acréscimo das receitas municipais é cada vez menor a nível nacional, mas as taxas de variação têm-se mantido positivas, o que não acontece no Algarve. De qualquer modo o Algarve é a região do país com o valor mais elevado em termos de capitação das receitas municipais.

As despesas municipais no Algarve aumentaram entre 1990 e 1993, tendo desde essa data havido um decréscimo real das mesmas, sendo este decréscimo originado pela diminuição das despesas de investimento dos municípios (despesas de capital). Em resumo, tem havido um aumento das despesas correntes originado pela evolução das "outras despesas correntes" e dos encargos financeiros (cerca de 250% e 150% de aumento entre 1990 e 1995), enquanto que a queda percentual das despesas de capital resulta sobretudo da diminuição do investimento municipal que, entre 1990 e 1995, se reduziu em cerca de um quarto.

**Quadro I – Indicadores demográficos/ económicos: quadro comparativo entre a União Europeia, Portugal e o Algarve**

Indicadores - Valores Absolutos	Data	Unidade	U.E.15	Portugal	Algarve
Densidade	95	Hab/ Km <sup>2</sup>	117	108	69
Taxa de Mortalidade Infantil	93	‰	7	9	6
População < 25 anos	93	%	32	35	32
População ≥ 65 anos	93	%	15	14	18
Taxa Participação na Educação (15-24 anos)	95	%	70	57	65
Taxa de Actividade Total	95	%	55	58	53
Taxa de Actividade Feminina	95	%	45	50	43
Emprego na Agricultura	95	%	5	11	11
Emprego na Indústria	95	%	30	32	16
Emprego nos Serviços	95	%	64	56	73
PIB por Habitante	95	PPC	17 280	12 095	12 069
Taxa de Desemprego Total	96	%	11	7	10
Taxa de Desemprego Feminino	96	%	13	9	10
Taxa de Desemprego de Longa Duração	95	%	5	3	4
Área Agrícola	94	%	44	43	28

Indicador - Índices base 100	Data	U.E.15=100	Algarve	Portugal=100	Algarve
Densidade	95	100	59	100	64
Taxa de Mortalidade Infantil	93	100	98	100	74
População < 25 anos	93	100	100	100	91
População ≥ 65 anos	93	100	120	100	128
Taxa Participação na Educação (15-24 anos)	95	100	92	100	113
Taxa de Actividade Total	95	100	96	100	91
Taxa de Actividade Feminina	95	100	96	100	87
Emprego na Agricultura	95	100	205	100	94
Emprego na Indústria	95	100	53	100	49
Emprego nos Serviços	95	100	114	100	130
PIB por Habitante	95	100	70	100	100
Taxa de Desemprego Total	96	100	92	100	135
Taxa de Desemprego Feminino	96	100	80	100	118
Taxa de Desemprego de Longa Duração	95	100	73	100	112
Área Agrícola	94	100	64	100	65

Fonte: Eurostat

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

Quadro II – Indicadores sócio- económicos: quadro comparativo entre o Algarve e Portugal

Indicador	Data	Unidade	Algarve	Portugal
<b>DEMOGRAFIA</b>				
População residente	1996	1000	346,1	9 934,1
População residente	1996	%	3,48	100
Densidade Populacional	1996	Hab/ Km <sup>2</sup>	69,4	108,2
Estrutura Etária				
População < 25 anos	1995	%	30,9	33,9
População ≥ 65 anos	1995	%	18,1	14,7
Taxa de Natalidade	1996	‰	10,7	11,1
Taxa de Fecundidade	1996	‰	44,7	42,9
Taxa de Mortalidade	1996	‰	13,4	10,8
<b>ECONOMIA</b>				
PIB	1996	%	3,5	100
PIB per capita	1996	1 000 Esc	1 690	1 693
VAB por Sectores				
Sector Primário	1994	%	7,4	4,1
Sector Secundário	1994	%	13,8	33,6
Sector Terciário	1994	%	78,8	62,3
Turismo				
Oferta Hoteleira	1997	%	40	100
Dormidas de Estrangeiros	1996	%	55	100
Taxa de Ocupação Cama	1997	%	46,9	45,4
<b>EMPREGO</b>				
População Activa	1996	%	3,2	100
População Empregada po Sectores				
Sector Primário	1996	%	12,2	12,1
Sector Secundário	1996	%	17,9	31,4
Sector Terciário	1996	%	69,9	56,4
Taxa de Desemprego	1997	%	7,8	6,7
Taxa de Actividade	1997	%	44,7	49,3
<b>EDUCAÇÃO E SAÚDE</b>				
Taxa Real de Pré-escolarização	1994/ 95	%	48,2	53,3
Alunos Matriculados	1994/ 95	1000	75,5	2 375,1
Alunos Matriculados	1994/ 95	%	3,2	100,0
Alunos Ensino Secundário e Superior/ Total	1994/ 95	%	3,0	3,2
Taxa de Mortalidade Infantil	1996	‰	4,7	6,4
Médicos	1995	N.º/ 1 000 Hab	1,99	2,96
Camas Hospitalares	1995	N.º/ 1 000 Hab	2,92	4,63
<b>APOIO SOCIAL</b>				
Taxa de Cobertura Equipamentos Sociais				
1ª e 2ª Infância	1996	%	21	*22
População Idosa	1996	‰	77	*83
Candidatura ao RMG	Até Mar/ 98	%	4,5	100
<b>CONFORTO</b>				
Alojamento com Água Canalizada	1997	%	95,4	97,9
Alojamento com Electricidade	1997	%	98,2	99,3
Alojamento com Retrete	1995	%	93,4	95,6
Alojamento com Telefone	1997	%	76,8	79,7
Indivíduos com Automóvel	1997	%	53,8	56,2
Telefones	1996	N.º/ 1 000 Hab	468,1	374,9

(\*)- Continente

Fonte: INE, DGT, MTS, Ministério da Educação

#### Execução do QCA 1994 -1999 no Algarve

De acordo com o previsto, o investimento co-financiado pelos Fundos Estruturais deveria atingir cerca de 4.7% do investimento total programado para o País. A análise da execução no final de 1996 revelava valores muito aquém do esperado, havendo aparentemente alguma dificuldade dos responsáveis pela gestão do QCA e seus programas em atingir os valores previamente definidos e ou das estruturas representativas da região em se fazerem ouvir junto dos órgãos decisórios da administração central.

Como grande conclusão da situação nos domínios de aplicação do QCA, refira-se que a gestão nacional não tem sido capaz de garantir os fluxos financeiros previamente definidos para o Algarve, nem de apresentar taxas de execução aceitáveis; em contrapartida, o PROA assume-se como um programa com forte execução, capaz de absorver recursos bem mais elevados do que os que lhe foram inicialmente atribuídos. O programa regional, no entanto, detém apenas 8% do total do investimento co-financiado previsto para a região, o que significa uma limitada capacidade de orientar e influenciar a modernização e o desenvolvimento económico e social regional, encontrando-se fundamentalmente dependente das intervenções que o nível nacional concretizar no Algarve.

#### Diagnóstico prospectivo de âmbito demográfico

⇒ DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

A partir de 1989, no Algarve, os totais de óbitos passaram a ser sempre superiores aos de nados-vivos. O nº de nascimentos manteve a tendência decrescente evidenciada desde início dos anos 80, e o envelhecimento populacional progressivo traduziu-se num aumento das taxas de mortalidade, sobretudo a partir de meados daquela década. Este saldo fisiológico global negativo apresenta uma única excepção: Albufeira.

Assim, o crescimento demográfico da região assenta na sua capacidade global de atracção de imigrantes – internos e externos. No período 1985-1991, o Algarve, em termos relativos, revela uma capacidade atractiva muito superior à das restantes regiões portuguesas.

No entanto, a aparente atenuação da média anual das taxas migratórias na primeira metade dos anos 90 justifica alguma reflexão: até que ponto está o Algarve a desenvolver e consolidar as condições que justificam uma atracção sobre populações qualificadas e semi-qualificadas? E qual a efectiva capacidade de aproveitamento destes profissionais na geração de um processo de desenvolvimento regional de carácter sustentável?

Muito relevante é a captação de imigrantes estrangeiros. No entanto, as comunidades de origem europeia que se têm vindo a fixar no Algarve registam uma sobre-representação da população com 50 e mais anos, fenómeno que não favorece o rejuvenescimento das estruturas demográficas regionais.

O desenho em anexo sintetiza as tendências de evolução demográfica da região.

⇒ ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS

As estruturas demográficas do Algarve têm apresentado uma tendência progressiva para o envelhecimento (96.9% em 1991, contra os 68.1% do País). De um modo geral, realce para os índices de envelhecimento muito elevado nos municípios de interior, e um menor envelhecimento da população dos concelhos mais dinâmicos da faixa litoral entre Olhão e Lagos, com destaque para Albufeira.

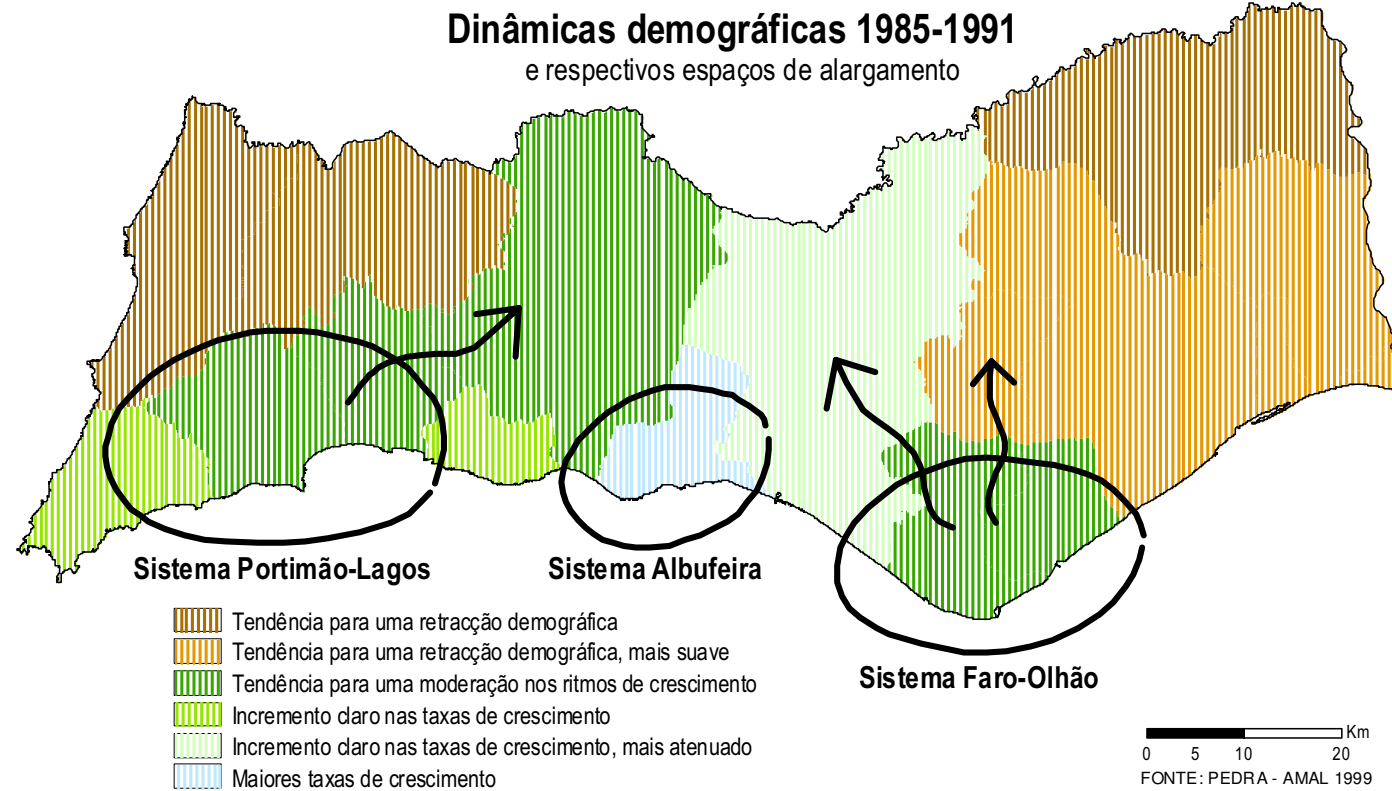
⇒ PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS 1996/ 2011

Foram consideradas três hipóteses de projecção, assumindo-se como mais provável um cenário em que se verifica uma estabilização das condições de mortalidade e de natalidade, e saldos migratórios idênticos aos da década de 80. Neste cenário, a população em 2001 será de 351.853 pessoas, em 2006 será de 355.977, e em 2011 de 357.898. Num cenário de crescimento demográfico mais intenso, por via do movimento natural e das migrações, a população do Algarve em 2001 seria de 386.590 e em 2011 de 430.941 pessoas.



- a pesca e a aquicultura permanecem como importantes actividades na economia da região, mas verifica-se uma tendência para a redução da capacidade empregadora;
- a polarização do mercado de trabalho pela lógica empregadora/remuneradora do turismo dificultou a criação no Algarve de uma base industrial relevante e contribuiu para o declínio das tradicionais actividades industriais.

Assim, o crescimento polarizado pelo turismo não só desestruturou o modelo económico do Algarve como introduziu na Região significativas dinâmicas de alteração da estrutura territorial. Em contraste com o zonamento natural, a estrutura territorial actual poderá definir-se em torno de um eixo urbano polarizador da vida sócio-económica regional, de uma zona marginal e de um espaço intermédio de transição entre esta zona e aquele eixo (ver desenho).



### Diagnóstico prospectivo de âmbito sócio-económico

#### O Algarve no contexto do País

Os anos 60 assinalam no Algarve o início de um processo de crescimento regional claramente polarizado pelo turismo. Nas décadas de 70 e 80, o Algarve registou pela primeira vez um ritmo de crescimento demográfico superior ao do país.

Em síntese, a dinâmica do crescimento polarizado no turismo tem permitido ao Algarve reforçar o seu peso económico no País, mas a contrapartida deste modelo de crescimento tem sido a degradação do grau de eficiência produtiva da economia regional.

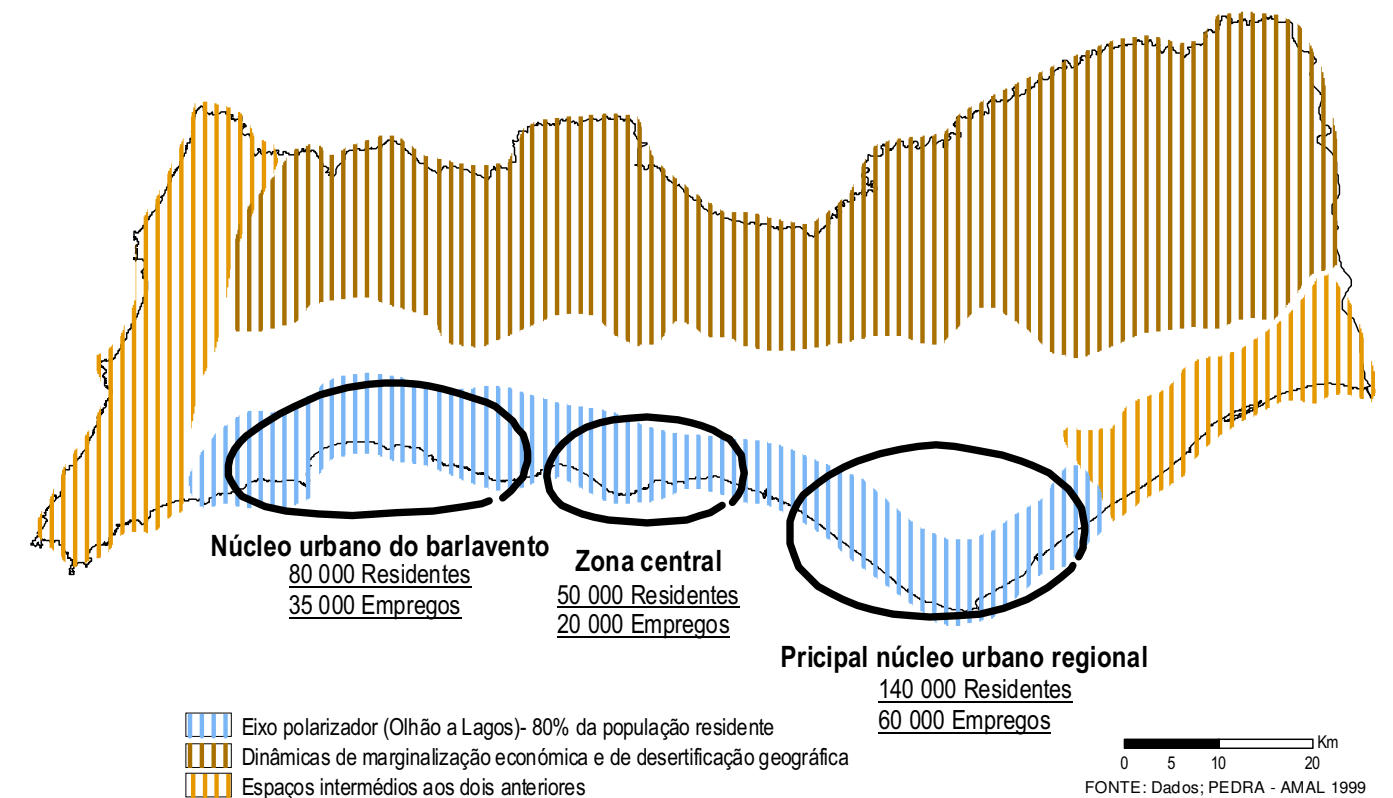
#### ⇒ DINÂMICA DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

No passado, a organização territorial da economia da região era moldada pelas três zonas “naturais” (litoral, barrocal, serra). Com a explosão turística dos anos 70 iniciaram-se várias dinâmicas que conduziram a uma alteração profunda daquele modelo económico-territorial:

- crescimento imobiliário-turístico do Litoral a expandir-se de forma dispersa para o Barrocal, contribuindo para a aceleração do êxodo rural da zona serrana, actualmente em avançado grau de envelhecimento e declínio demográfico;
- a erosão dos solos e a evolução desfavorável das condições de mercado dos produtos tradicionais da Serra afectaram profundamente a rentabilidade da economia da zona, favorecendo uma dinâmica de abandono produtivo;
- nas zonas de maior potencial agrícola do Litoral/Barrocal, a resposta dos agricultores para assegurar a viabilidade económica da agricultura foi a introdução de técnicas de cultivo baseadas na forçagem e semi-forçagem, num contexto em que a actividade agrícola passou a concorrer com o turismo na disputa do espaço, de água e mão-de-obra; sobrecarga de exploração dos freáticos e degradação acentuada da qualidade da água. Problemas ambientais decorrentes desta dinâmica, nomeadamente no que se reporta aos recursos hídricos;

### Dinâmicas de alteração da estrutura territorial

Crescimento polarizado pelo turismo



#### ⇒ DINÂMICA DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL

A polarização turística da dinâmica de crescimento regional resultou numa estrutura de especialização económica baseada em três *clusters* de actividades com reduzidas sinergias “inter-grupos” e mesmo no interior de cada um deles. A dimensão urbana da região constitui o principal suporte comum desses três grupos de actividades:

- **fileira agro-alimentar**, consubstanciada nas actividades agrícola e piscatória e na indústria de bebidas e alimentação humana. Esta “fileira” tem vindo a perder progressivamente a sua capacidade empregadora;
- os **serviços pessoais e colectivos**, particularmente os de natureza pública associados ao exercício de funções administrativas e/ou fornecimento de serviços colectivos (educação, saúde, energia, abastecimento domiciliário de água...), constituem um segmento de crescente importância empregadora no Algarve.
- o **cluster imobiliário/ turístico** suplanta claramente a importância dos dois anteriores, afirmando-se progressivamente como a base económica polarizadora da economia regional. Dentro deste *cluster* merece realce a construção civil, que só por si assegurava no início da década de 90 cerca de 15% do emprego regional.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

Em síntese, a especialização económica do Algarve repousa sobre três grupos de actividades nas quais se concentram 91% do PIB regional e 95% do emprego. Daqui decorre uma das vulnerabilidades da estrutura económica regional: a sua excessiva especialização num reduzido núcleo de actividades – com a agravante de a dinâmica estrutural em curso apontar para uma situação de quase mono-especialização de tipo imobiliário turístico. A eventual ocorrência de um período recessivo no turismo terá, nestas circunstâncias, gravidade particular.

Enquanto o turismo regista estas dinâmicas de crescimento, a indústria sofreu uma redução superior a 20% do seu volume de emprego na década de 80, limitando-se a assegurar 7% do emprego em 1991, constituindo uma actividade com menor expressão empregadora do que a construção civil em todos os concelhos.

Deverá ter-se presente que a dinâmica de crescimento do número de dormidas na hotelaria que se registou durante a década de oitenta parece ter estagnado a partir de 1991. Por outro lado, o preço médio por dormida no Algarve em 1996 foi de 3.000\$00 em Maio e 3.700\$00 em Julho – o que deixa antever as condições em que estão a ser disponibilizadas aos operadores internacionais as camas da hotelaria regional.

Verifica-se também uma desaceleração do ritmo de construção. Paralelamente a esta dinâmica recessiva, na primeira metade da década de 90 o número de desempregados tem vindo a aumentar.

#### ⇒ CONDIÇÕES DE EMPREGABILIDADE E TECIDO SOCIAL

Mais grave que o desemprego na região são as fracas condições de empregabilidade, exprimindo-se umas e outras na fragilização do tecido social regional.

O ajustamento da sazonalidade do mercado de trabalho regional que é induzida pela sazonalidade turística faz-se por recurso a mão-de-obra de contratação precária, sendo os custos imediatos que decorrem deste mecanismo de ajustamento transferidos para o Orçamento de Estado através do recurso ao "subsídio de desemprego".

O tecido social da região apresenta uma dinâmica tendencialmente assimétrica e vulnerável.

#### ⇒ O TECIDO EMPRESARIAL DA REGIÃO

Em contraponto às considerações anteriores, o Algarve tem vindo a revelar-se como uma das regiões do País onde se concentra maior capacidade de iniciativa empresarial. Durante os anos 80 o número de empresas quase triplicou.

No entanto, são vários os sinais de vulnerabilidade do tecido empresarial regional. O tecido empresarial do Algarve apoia-se numa elevada capacidade de renovação através da multiplicação de novas iniciativas empresariais, mas não apresenta nem consistência dimensional e relacional, nem densidade organizativo-institucional que lhe permita influenciar o mercado em que opera ou valorizar o potencial das sinergias potenciais através da conjugação da dinâmica empresarial da região com a sua diversidade territorial.

A dinâmica económica regional em curso prenuncia a necessidade de uma transformação estrutural do modelo de desenvolvimento turístico que tem prevalecido nas últimas décadas. O sol, a praia e o baixo custo relativo do alojamento já não bastam para cimentar a competitividade internacional da oferta turística do Algarve. A região enfrenta o desafio de criar novos factores de competitividade alicerçados na capacidade para qualificar, diversificar e diferenciar a sua oferta turística. O deficiente aprofundamento dos valores patrimoniais e ambientais, veiculados para actividades lúdicas e de conhecimento, manifesta-se na pouca memória que os visitantes retêm e levam da região.

Há que criar identidade, marcar a diferença, provocar novas dinâmicas. Mostrar o Algarve na sua verdadeira identidade cultural e histórica. Realçar, criar e desenvolver áreas e domínios de interesse.

### Diagnóstico prospectivo de âmbito territorial

⇒ ELEMENTOS-CHAVE DO ACTUAL MODELO TERRITORIAL DO ALGARVE:

**A) Do ponto de vista da Inserção Supra Regional**, o Algarve apresenta uma localização periférica e fragilidades nas ligações verticais nas extremidades (IC4 e IC27), tem mercados de vizinhança pouco interessantes, tem uma proximidade relativa a duas importantes concentrações metropolitanas (Lisboa e Sevilha), e apresenta extrema debilidade dos contactos com mercados inter-continentais de proximidade (Marrocos, p.ex.).

**B) Do ponto de vista da Organização Intra-Regional**, apresenta um dualismo crescente entre o litoral e o interior (litoralização de pessoas e actividades) e uma urbanização crescente com afirmação em dois pólos (Lagos/ Portimão e Faro/ Olhão/ Loulé), verificando-se uma insuficiente estruturação interna.

⇒ QUESTÕES-CHAVE DO MODELO TERRITORIAL DO ALGARVE:

O conjunto de aspectos identificados, que condiciona de forma decisiva o futuro da região, pode ser avaliado à luz de cinco questões-chave:

- 1) **periferização**;
- 2) **litoralização** (a litoralização não é necessariamente negativa, embora tal processo, no Algarve, tenha sido associado a aspectos muito negativos);
- 3) **bipolarização** (marcada por duas nucleações urbanas – Faro/ Olhão/ Loulé e Portimão/ Lagos – que é potencialmente positiva para o equilíbrio do conjunto da Região, mas que coloca vários problemas);
- 4) **interioridade** (associada à marginalização crescente de determinados sistemas sócio-culturais e técnico-económicos face às tendências dominantes);
- 5) **barrocal** (que se foi descaracterizando e perdendo vitalidade).

### Estratégia de desenvolvimento

Considerando embora muitos dos aspectos negativos atrás enunciados, deverá afirmar-se com veemência que o Algarve vem demonstrando resultados económicos e sociais positivos, particularmente evidenciados através da evolução revelada pelo produto regional e pela dinâmica demográfica. Em síntese, o Algarve possui uma base económica crescentemente apoiada no sector turístico, cujas características e sazonalidades influenciam directa ou indirectamente todas as restantes actividades produtivas.

- PRESSUPOSTOS

Poder-se-ia considerar que a orientação estratégica do processo de desenvolvimento a seguir no Algarve se deveria limitar a ajustar o modelo económico e social prevalecente, introduzindo apenas alguns aperfeiçoamentos. Não é isso que se propõe. O actual modelo de desenvolvimento algarvio apresenta fragilidades significativas, é vulnerável e gera desequilíbrios territoriais e sociais; por outro lado, a Região possui recursos e potencialidades insuficientemente exploradas. Assim, mantendo os traços mais relevantes da especialização regional, propõem-se alterações significativas no sentido de assegurar um processo de desenvolvimento sustentável, necessário para assegurar o aumento de competitividade regional e internacional do Algarve.

Nestas circunstâncias, defende-se que o núcleo central da nova estratégia de desenvolvimento do Algarve deverá corresponder ao turismo, numa visão sectorialmente diversificada e territorialmente equilibrada.

## - ORIENTAÇÕES SECTORIAIS

**Turismo** - A estrutura sócio-económica do Algarve é claramente dominada pelas actividades turísticas. O desenvolvimento deste sector decorreu da crescente valorização social das actividades de lazer associadas ao produto “sol e mar”. Embora esta especialização comporte riscos, a especialização sócio-económica prevalecente no Algarve apresenta ainda um potencial de desenvolvimento muito relevante.

Neste sector, os principais objectivos a prosseguir devem passar:

- **Pela diversificação temática e de mercados de origem.** Devem, entre outras, prosseguir-se as seguintes orientações estratégicas:
  - assegurar que o aproveitamento turístico do “mar” se não restrinja ao aproveitamento do litoral e da “praia”;
  - promover a exploração de segmentos e produtos emergentes, de que são mais significativos os relacionados com a natureza e a paisagem;
  - aprofundar valências turísticas especializadas (negócios, congressos, cultura, património);
  - explorar oportunidades associadas às condições naturais e climatéricas do Algarve.
- **Pela integração territorial:**
  - promover de forma integrada a exploração de recursos e produtos que articulem litoral e interior;
  - construção e reabilitação das vias de comunicação;
  - investimentos e acções de reabilitação e reconversão urbana e urbanismo comercial – designadamente nos centros históricos mais significativos.
- **Pelo aumento da produtividade:**
  - aumento da capacidade negocial dos empresários turísticos;
  - valorização e aumento de atractividade dos equipamentos e serviços de natureza comercial;
  - melhoria da qualidade dos serviços turísticos oferecidos de natureza eminentemente privada, como seja o caso da restauração;
  - realização de manifestações temáticas especializadas com ocorrência regular;
  - exploração de recursos ambientais, naturais ou patrimoniais através da adopção de formas de gestão empresarial.

**Promoção e Marketing** - Não se trata apenas de promover produtos, segmentos da sua actividade ou sub-regiões, mas sobretudo definir e concretizar uma estratégia de promoção da Região. O Algarve deverá assim dotar-se de um instrumento específico de *marketing*.

**Pesca e Aquicultura** - O potencial que o sector das pescas representa, sobretudo no contexto da valorização da vocação marítima do Algarve, deverá ser maximizado, em especial pela superação das suas insuficiências mais significativas.

**Agricultura, Desenvolvimento Rural e Floresta** - Estas actividades, cuja importância na economia regional foi muito marcante no passado, têm sido progressivamente rejeitadas pelo modelo de especialização prevalecente. No entanto, subsistem potencialidades relevantes para a agricultura tradicional, e existem novas oportunidades (valorização económica dos produtos naturais tradicionais, legumes frescos, ornamentais, fruteiras subtropicais, etc.).

**Indústria Transformadora** - A indústria transformadora manifesta, no Algarve, uma articulação directa com a pesca e a agricultura, tratando-se, todavia, de um sector ainda insipiente. A situação de relativa marginalidade da indústria transformadora no contexto da base económica regional (muito influenciada pela crise na indústria conserveira) não pode no entanto ser considerada uma inevitabilidade face à correspondente especialização económica do turismo. Pelo contrário, importa promover a diversificação harmoniosa da economia algarvia.

**Apoio à actividade económica** - A especialização e a competitividade da base económica algarvia deverão articular-se – especialmente no contexto da indústria transformadora – com o desenvolvimento de competências tecnológicas e de

capacidades inovadoras na Região e com a criação de redes de cooperação e de informação com entidades e instituições estrangeiras.

**Recursos humanos** - A qualificação dos recursos humanos surge como exigência central do processo de desenvolvimento sustentado do Algarve. Deverá todavia ser salientado que as carências existentes neste domínio são muito significativas e respeitam genericamente a todos os sectores e segmentos da actividade produtiva.

**Acessibilidades** - A Região do Algarve apresenta, a este nível, uma situação particularmente desfavorecida. Deverá salientar-se a prioridade que deve ser atribuída às infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias, bem como aos correspondentes serviços de transportes.

Quanto ao primeiro caso, parece particularmente importante viabilizar a conclusão dos principais eixos de comunicação com o exterior – conclusão da auto-estrada Lisboa/Algarve e Via do Infante. Quanto ao aeroporto, os investimentos anunciados parecem suficientes para superar as insuficiências actuais.

No entanto, a mera disponibilidade de infra-estruturas não é suficiente: é necessária a operacionalização de serviços de transporte.

Os portos algarvios apresentam uma situação insatisfatória. Deverá destacar-se o papel que os transportes marítimos poderão desempenhar tanto em termos de mercadorias como no que respeita a cruzeiros turísticos – onde se salientam as situações de Faro e Portimão.

Também no caso das actividades de pesca e náutica de recreio se verificam carências graves.

O desenvolvimento dos transportes ferroviários apresenta um grande interesse para a economia e a sociedade algarvias. Atenção particular neste contexto merece o desenvolvimento das ligações ferroviárias suburbanas bem como o prolongamento das infra-estruturas ferroviárias até à Andaluzia.

Deverá salientar-se a importância estratégica das correspondentes plataformas de *interfaces* – que no que respeita ao transporte de pessoas está essencialmente articulada com o Aeroporto de Faro.

**Telecomunicações** - As telecomunicações, os serviços avançados que lhes estão associados e as tecnologias de informação, são domínios essenciais para apoiar a modernização da economia regional e a competitividade do Algarve, bem como para superar a sua posição periférica, designadamente no contexto europeu.

**Energia** - Embora não tenham sido detectadas carências na oferta energética, deverá assinalar-se que o Algarve não integra o território abrangido pelo fornecimento de gás natural – o que poderá traduzir-se a prazo numa desvantagem competitiva face a outras regiões portuguesas. Por outro lado, há que aproveitar adequadamente as boas condições naturais que a Região oferece no domínio das energias alternativas e renováveis, designadamente solar e eólica.

**Ambiente** - No domínio ambiental, o Algarve apresenta hoje uma situação globalmente melhor quer da que conhecia há alguns anos, quer da que genericamente se verifica no país. Particularmente significativas são as realizações no que respeita à recolha, armazenamento, transporte, tratamento e distribuição de água. O segmento que apresenta resultados menos significativos respeita ao saneamento, onde, não obstante as obras concretizadas, se aconselha uma abordagem mais integrada, com gestão empresarial. Balanço igualmente positivo pode ser feito nos domínios da conservação da natureza e protecção da orla costeira. No entanto, esta avaliação não pode atenuar a importância estratégica da requalificação ambiental, paisagística e urbanística da Região, designadamente do seu litoral, que, em resultado da emergência da explosão turística e dos seus impactes, conheceu um processo de desordenamento de grandes proporções.

**Qualificação urbana** - Deverá atribuir-se um carácter prioritário às actuações dirigidas à qualificação urbana: por um lado, é necessário inverter as tendências que marcam alguma degradação do sistema e dos núcleos urbanos, e promover activamente a respectiva qualificação; por outro lado, subsistem ainda importantes carências no que respeita à educação, à saúde e à habitação, bem como às infra-estruturas e equipamentos destinados aos mais jovens e aos mais idosos.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

#### - ORIENTAÇÕES TERRITORIAIS

Objectivos estratégicos, visando a construção de um novo modelo territorial para o Algarve:

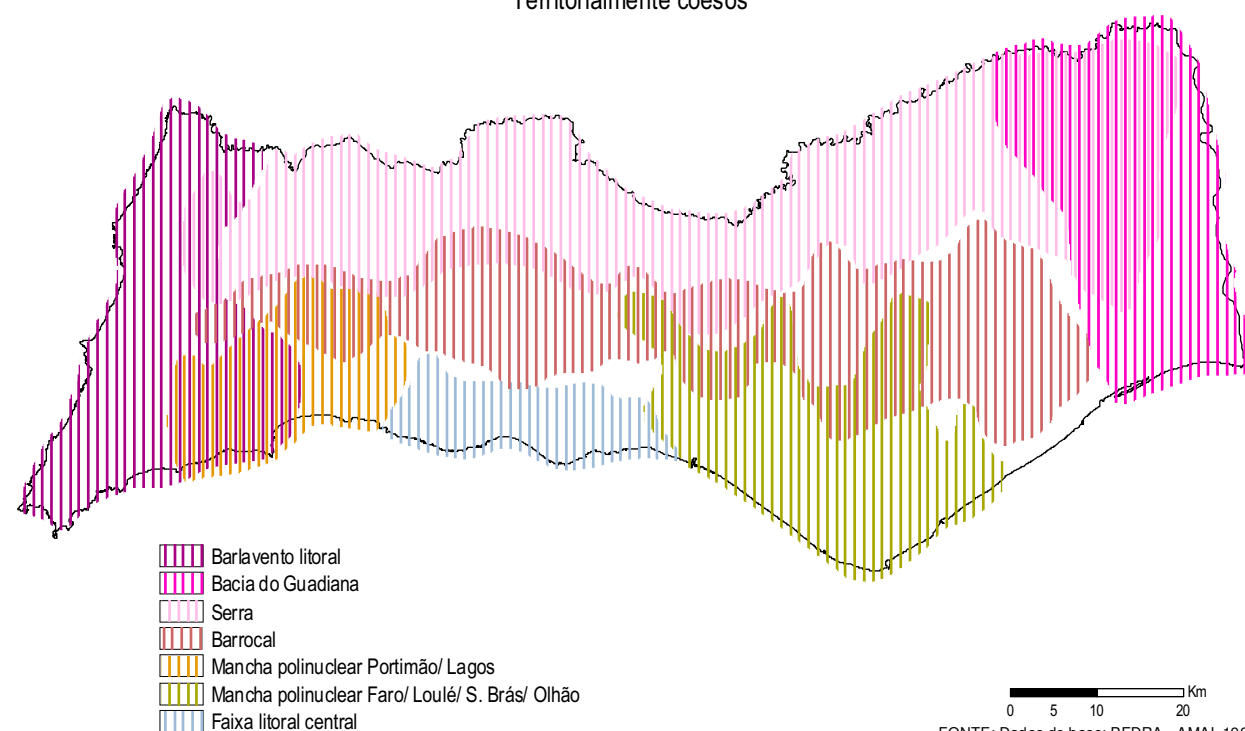
- Garantir níveis adequados de cobertura e satisfação em termos de infraestruturas e equipamentos sociais básicos, assegurando que a equidade territorial é o critério essencial da identificação das acções a desenvolver.
- Promover um funcionamento mais sistémico da região, através de transportes e comunicações eficientes e articuladas entre si, com a rede urbana e com o conjunto de centralidades com valor estratégico supra-local.
- Valorizar o património natural, estimulando a sua visita e conhecimento, e diversificar a oferta cultural.
- Requalificar o litoral do ponto de vista ambiental, paisagístico, urbanístico e sócio-económico.
- Reinventar o interior, viabilizando a revitalização de áreas rurais em perda.
- Reconquistar o barrocal, transformando-o numa retaguarda activa da orla litoral.
- Redescobrir o mar, explorando novos usos e recursos.
- Procurar consolidar mercados regionais vizinhos e de proximidade, melhorando as condições de inserção supra-regional do Algarve.
- Conquistar um lugar mais activo no espaço de fluxos internacionais de ideias, pessoas, bens e serviços.

A par destes objectivos estratégicos, deverão identificar-se as unidades espaciais que permitam construir sub-sistemas territorialmente coesos (ver desenhos):

- Barlavento Litoral (Aljezur, Vila do Bispo e Lagos);
- Bacia do Guadiana (Alcoutim, Castro Marim, VRSA e parte de Tavira);
- Serra (a Norte do Barrocal e limitada a este e leste pelas anteriores);
- Barrocal (transição entre a faixa litoral central e a serra);
- Mancha polinuclear Portimão/ Lagos;
- Mancha polinuclear Faro/ Loulé/ S. Brás/ Olhão;
- Faixa litoral central, entre as duas anteriores.

À procura de unidades espaciais que permitam construir

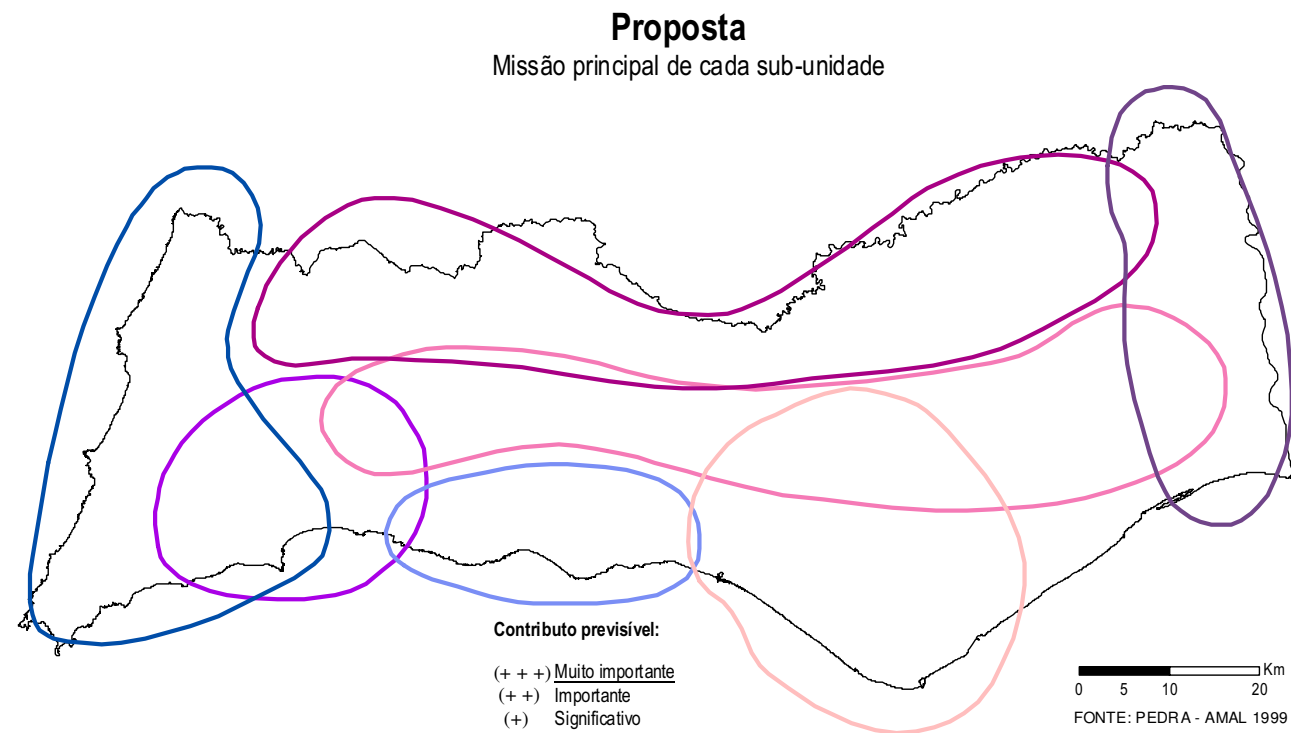
#### Sub-sistemas Territorialmente coesos



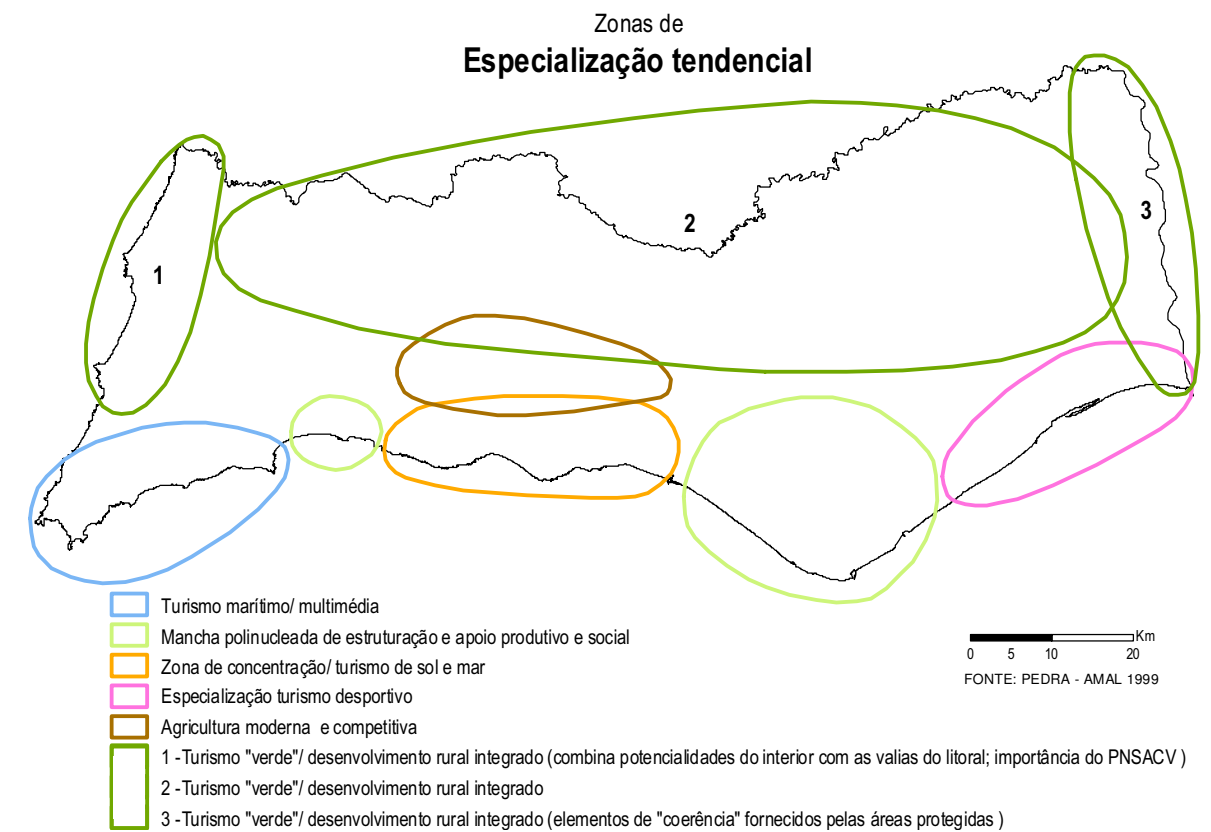
A conjugação entre o modelo territorial e as orientações sectoriais apresentadas permite avançar no sentido da identificação de zonas de especialização tendencial, evidenciando-se uma situação ou especialização económica de âmbito predominantemente horizontal, originando uma dualidade entre o litoral e o interior (opondo-se à tradicional distinção Barlavento/ Sotavento).

O litoral do Algarve apresenta naturalmente mais complexidade que o interior:

- **A faixa litoral central** corresponde, mais que qualquer outra zona, ao actual imaginário dos fluxos turísticos que se dirigem ao Algarve; apresenta potencialidade turística em termos de continuação do seu crescimento, mas simultaneamente condicionada pela capacidade de expansão das actuais quotas de mercado.
- **A mancha polinuclear de Faro/ Olhão/ S. Brás** encontra-se dotada de importantes infraestruturas e beneficia da localização prevalente das instituições públicas regionais (e serviços desconcentrados da Administração Central), apresentando situação privilegiada para reforçar a sua posição actual na hierarquia urbana regional e simultaneamente para apoiar a estruturação territorial do Algarve.
- **O Litoral oriental do Algarve** não conheceu desenvolvimentos turísticos com a expressão das zonas já abordadas, mas a situação de relativa protecção que a caracteriza originou condições para prevenir e antecipar as consequências predatórias do turismo de sol e mar e para promover desde já uma oferta mais diversificada e equilibrada. É clara uma vocação particular para a realização de estágios desportivos para alta competição, que importa preservar e promover. Por outro lado, pela sua localização, tem condições favoráveis à dinamização das relações regionais transfonteiriças. Deverá ter-se em conta que a dinâmica de desenvolvimento deverá assumir com clareza a protecção e valorização do património ambiental e paisagístico, designadamente porque o PNRF e a RNSCMVRSA asseguram a coerência desta zona e influenciam a sua evolução. A isto, acrescente-se o potencial turístico e ecológico do Guadiana.
- **A mancha polinuclear de Portimão/ Lagos** corresponde a um sistema urbano importante que equilibra a Região face à concentração institucional e terciária de Faro. Estas funções devem ser valorizadas, nomeadamente através do reforço das orientações de ordenamento espacial dirigidas à localização de infraestruturas e equipamentos de nível regional.
- **O extremo ocidental do Barlavento** apresenta um posicionamento privilegiado no contexto algarvio (Descobrimentos, particular vocação marítima...), que decorrem de ter escapado aos efeitos negativos dos fluxos maciços para outras zonas do Algarve. Há que maximizar as oportunidades decorrentes da valorização de uma imagem de qualidade, o que implica a conciliação permanente com a protecção e salvaguarda ambiental. Importa valorizar as suas especificidades em duas direcções prioritárias: a redescoberta do mar e o imaginário associado aos Descobrimentos.
- **O interior** apresenta, sem prejuízo de algumas especificidades, características e potenciais comuns, evidenciadas pela evolução populacional negativa, pela debilidade da base produtiva e pelas deficientes infraestruturas e equipamentos. As orientações estratégicas caminham no sentido de tirar partido do valioso património natural e ambiental para explorar o segmento de mercado que vulgarmente se designa por "turismo verde e de natureza". Obrigatória a construção de uma via cénica interior e a melhoria das acessibilidades verticais no Algarve. O desenvolvimento desta vocação turística deve ser harmonizado com o aproveitamento do potencial produtivo desta zona no que respeita ao sector primário.



- |   |   |   |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Requalificar o litoral (+ + +)</li> <li>▶ Reinventar o interior (+)</li> <li>▶ Redescobrir o mar (+ + +)</li> <li>▶ Consolidar mercados de proximidade (+)</li> <li>▶ Conquistar um lugar nos fluxos internacionais (+)</li> </ul>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Requalificar o litoral (+ + +)</li> <li>▶ Reconquistar o barrocal (+ +)</li> <li>▶ Redescobrir o mar (+ +)</li> <li>▶ Consolidar mercados de proximidade (+ +)</li> <li>▶ Conquistar um lugar nos fluxos internacionais (+ +)</li> </ul>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Requalificar o litoral (+ +)</li> <li>▶ Reinventar o interior (+ +)</li> <li>▶ Redescobrir o mar (+ +)</li> <li>▶ Consolidar mercados de proximidade (+ +)</li> <li>▶ Conquistar um lugar nos fluxos internacionais (+)</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Requalificar o litoral (+ + +)</li> <li>▶ Reconquistar o barrocal (+ +)</li> <li>▶ Redescobrir o mar (+ +)</li> <li>▶ Consolidar mercados de proximidade (+)</li> <li>▶ Conquistar um lugar nos fluxos internacionais (+ +)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Requalificar o litoral (+ + +)</li> <li>▶ Reconquistar o barrocal (+ +)</li> <li>▶ Redescobrir o mar (+ + +)</li> <li>▶ Consolidar mercados de proximidade (+ + +)</li> <li>▶ Conquistar um lugar nos fluxos internacionais (+ + +)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Reinventar o interior (+ +)</li> <li>▶ Reconquistar o barrocal (+ + +)</li> <li>▶ Consolidar mercados de proximidade (+)</li> <li>▶ Reinventar o interior (+ + +)</li> <li>▶ Reconquistar o barrocal (+)</li> </ul>                |



- COOPERAÇÃO TRANSFONTEIRIÇA

As ligações com a Andaluzia assumem uma especial importância, sendo os seguintes os principais domínios a reforçar, de forma sustentada, relações de cooperação entre as duas regiões:

- Ordenamento do território (especial atenção às infraestruturas de acessibilidade e atravessamento: estradas, caminhos de ferro e telecomunicações; atravessamento do Guadiana por ferrovia, ligações por fibra óptica); criação de um parque industrial regional com características transfronteiriças;
- Cooperação empresarial, nos domínios do turismo, horto-fruticultura e agro-indústria; troca de informações e experiências entre os agentes económicos;
- Inovação e desenvolvimento tecnológico, entendida como área-chave de desenvolvimento, e com um agente privilegiado que é a Universidade do Algarve;
- Intervenção municipal, que tem sido impulsionada pela Associação de Municípios do Algarve/Huelva – ANAS. Este esforço de concertação transfronteiriça deve ser prosseguido, aproveitando as potencialidades do instrumento institucional que a ANAS representa.

- SISTEMATIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Os objectivos estratégicos de desenvolvimento para o Algarve serão os seguintes:

- Assegurar o desenvolvimento sustentado do turismo, preservando a especialização dominante da economia algarvia e propiciando a sua consolidação.
- Aumentar a competitividade económica do Algarve no contexto nacional e internacional, havendo que valorizar, depois do turismo, as diversas valências da base produtiva algarvia (sector primário e indústria transformadora).
- Qualificar os recursos humanos e reforçar a coesão social reveste relevância prioritária.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

- Promover o equilíbrio territorial e ambiental significa criar condições para tornar mais equitativas as condições de vida e as oportunidades económicas e sociais, tanto internamente à região como no seu relacionamento com o exterior. Como restrições à prossecução deste objectivo, saliente-se as insuficiências nas redes e sistemas de transportes e comunicações, que acentuam a perifericidade geográfica e económica do Algarve.

- Completar redes de saneamento, dar início aos processos de tratamento terciário, e sistemas de gestão integrados;
- Recuperar e requalificar os Centros Históricos;
- Reordenar e requalificar as zonas urbanas degradadas;
- Recuperar a orla costeira nas perspectivas ambiental e de Ordenamento do Território.

#### Infraestruturas e equipamentos estruturantes e apoios à actividade produtiva no Algarve

⇒ INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES

O desenvolvimento sustentado do turismo é o mais exigente e mobilizador a este nível, e compreende as seguintes intervenções:

- Aproveitamento integrado do rio Arade, melhorando as suas condições de navegabilidade até Silves;
- Aproveitamento turístico do Guadiana: assegurar a navegabilidade até Mértola e dotação de equipamentos náuticos e complementares;
- Valorização turística do PNRF;
- Centro Oceanográfico de Sagres, em articulação com a exploração do respectivo património histórico (Centro Museológico Virtual do Algarve);
- Complexo de Negócios e Congressos (incluindo vertente cultural), integrado por dois espaços multi-usos dirigidos aos segmentos turísticos emergentes tanto do Barlavento como do Sotavento;
- Museu Regional do Algarve, em articulação com redes museológicas sub-regionais ou municipais;
- Complexo de Alta Competição e Centro de Medicina e Saúde Desportiva;
- Completar a rede de equipamentos marítimos da costa algarvia (náutica de recreio);
- Kartódromo de Lagoa e Motódromo Internacional do Algarve.

O aumento da competitividade económica do Algarve deverá enquadrar os seguintes empreendimentos:

- Construção e equipamento dos Parques Industriais Regionais;
- Expansão do Parque de Exposições de Lagoa;
- Concretização de um Centro Regional de Citricultura;
- Promoção do Pólo Tecnológico do Algarve;
- Equipamento dos Portos de Portimão e Faro;
- Desenvolvimento de um Centro de Tecnologias Avançadas nos domínios audiovisual e multimédia, em articulação com o Centro Museológico Virtual do Algarve (Centro Oceanográfico de Sagres).

Quanto à preparação dos recursos humanos e melhoria da coesão social, salientam-se as seguintes infraestruturas e equipamentos estruturantes:

- Alargar as valências da Universidade do Algarve;
- Estimular a criação de uma Clínica de Saúde Geriátrica.

Quanto à promoção do equilíbrio territorial e ambiental do Algarve, saliente-se:

- Completar rapidamente a Via do Infante e a auto-estrada Lisboa/ Algarve;
- Melhorar as acessibilidades rodoviárias que complementam aqueles eixos (IC4, IC27 e Via Cénica Interior), todas acolhidas no PRN, importando no entanto assegurar fixação rigorosa de calendários de execução;
- Estudos e investimentos destinados a melhorar as condições de acessibilidade ferroviária (ligações directas a Lisboa e Sevilha, ligações ferroviárias suburbanas);
- Estruturar uma rede regional de aeródromos, melhorando estruturas e equipamentos existentes e dotando o Sotavento de uma infra-estrutura desta natureza;
- Aproveitar potencialidades do PNSACV, harmonizando as preocupações de ordem ambiental com a prossecução de objectivos de fixação da população residente;
- Promover a gestão integrada e o aproveitamento turístico-ambiental dos recursos naturais de relevância sub-regional (Ria de Alvor, Sapal de Castro Marim, Serras do Caldeirão e Monchique);
- Completar redes e sistemas associados aos recursos hídricos (incluindo construção de Odelouca);

- Falta de “imagem de marca” para o Algarve.
- Não criação de condições para aproveitar os Descobrimentos como “factor de atracção mundial”.

### 3.5- VENCER OS DESAFIOS ECONÓMICO-EMPRESARIAIS DO SÉCULO XXI NO ALGARVE - MODELO E VECTORES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A EXCELÊNCIA<sup>4</sup>

#### Factores de caracterização estrutural e enquadramento do Algarve

Refira-se, antes de mais, que o presente documento começa por realçar um aspecto que tem marcado “de forma determinante o passado e presente da Região”, e que “nunca foi equacionado nas múltiplas vertentes e implicações que acarreta e consequentes medidas”: o problema da população flutuante. “De facto, aos 347.280 residentes acrescem anualmente cerca de 6 milhões de turistas e visitantes, com um número de dormidas estimado em cerca de 60 milhões”.

⇒ FACTORES POSITIVOS E NEGATIVOS E DESEQUILÍBRIOS ESPACIAIS

#### Factores Mais:

- Posição geográfica estratégica como escala comercial, de pescas e de recreio, e posição boa ou razoável em relação a mercados turísticos europeus.
- Condições potenciais excepcionais para o desenvolvimento da actividade turística.
- Potencial para o incremento de produtos horto-frutícolas específicos e da floresta.
- Aquicultura.
- Razoáveis condições para atrair investimentos e quadros nas altas tecnologias.
- Bons solos, clima, praias e diversidade da paisagem.
- Fraco grau de poluição.
- Abastecimento de água.
- Quadros abertos à inovação.
- Afirmção do Ensino Superior e razoável rede dos outros graus de ensino.
- Infraestruturas aéreas e rodoviárias, potenciais condições portuárias.

#### Factores Menos:

- “Periferismo”.
- Actividades de fraco valor acrescentado e reduzido grau de transformação dos produtos regionais.
- Debilidade da estrutura empresarial.
- Deficientes estruturas de comercialização.
- Fraca utilização de tecnologias avançadas, fragilidade no sector da prestação de serviços, falta de quadros técnicos, carências de formação profissional, carências de investigação.
- Elevado custo e deficiências no abastecimento de energia, não se tendo instalado o gás natural.
- Fraca pluviosidade e inadequado aproveitamento dos recursos hídricos.
- Envelhecimento da população.
- Escassez de recursos financeiros, pela fragilidade empresarial.
- Carências nas infraestruturas aéreas, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, telecomunicações, e nos domínios da saúde e cultura.
- Rede de transportes insuficiente e desarticulada; o aeroporto não foi melhorado.
- Profundos desequilíbrios intra-regionais.

⇒ DESEQUILÍBRIOS ESPACIAIS

Nas últimas três décadas, uma estreita faixa litoral cresceu de forma permanente, enquanto o interior e a serra estagnaram ou regrediram, sendo hoje a sua expressão económica e social muito reduzida.

⇒ EMPRESAS, EMPREGO, DESEMPREGO E RECURSOS HUMANOS

Mais de 90% das empresas da Região, num universo de cerca de 50.000, têm até 4 trabalhadores, no máximo, e volumes de vendas inferiores a 25.000 contos/ano. Confirmando os desequilíbrios espaciais, metade dos concelhos algarvios representam 94% das empresas. A sazonalidade é um outro problema de grande gravidade, sendo má para a economia e para as empresas, mas também para os trabalhadores (precariedade: só na hotelaria, mais de 40% dos trabalhadores têm contratos a prazo). A formação profissional é uma prioridade.

⇒ EVOLUÇÃO ECONÓMICA E DO VAB NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O Algarve iniciou em finais da década de 60 um período de crescimento por afirmação do sector turístico, que viria a ser interrompido pela prolongada instabilidade que se seguiu ao 25 de Abril. A década de 80 corresponde ao período da explosão de crescimento e da grande avalanche de turistas. Perante um sector turístico pujante, turistas, investidores e empresários afluem ao Algarve. Este crescimento acentuado, com base no turismo, teve reflexos positivos em outros sectores de actividade (comércio, construção civil, imobiliária...). No entanto, este foi um período de rupturas e desajustamentos entre um crescimento económico em flecha mas sem contrapartidas nas infraestruturas e no planeamento. Sem se planear por antecipação, o desperdenamento e problemas urbanísticos foram inevitáveis. O PROTAL foi aprovado já numa fase recessiva da economia, e constitui no imediato curto prazo mais um constrangimento na perspectiva empresarial. A década de 90, por razões externas e internas, foi um período de grandes dificuldades empresariais. Aos problemas de natureza estrutural, sobrevieram problemas conjunturais e novas tendências. Na segunda metade da década de 1990 iniciou-se uma certa descompressão e melhoria nos sectores do turismo, construção civil, indústria e imobiliária, permanecendo difícil a situação do comércio e da agricultura.

⇒ EVOLUÇÃO GLOBAL DA ANÁLISE DA ECONOMIA REGIONAL

A partir de meados da década de 1980 até aos primeiros anos da década seguinte, o VAB *per capita* do Algarve foi superior à média nacional, tendo depois descido e sendo agora sensivelmente igual. Analisando as grandes tendências para um período de 25 anos, entre 1970 e 1994 verifica-se que o sector primário desceu de 29 para 7%, o secundário de 20 para 14%, tendo o terciário subido de 51 para 79%, com uma linha de inversão a partir de meados da década de 1980.

No turismo, o grande salto deu-se na década de 80; entre 1980/1986, por exemplo, o VAB regional aumentou 5.5 vezes. No comércio, o grande período foi também em parte na década de 1980, com o VAB a triplicar entre 1980 e 1986. A partir do final da década, o sector entrou em clara desaceleração. A construção civil e obras públicas também teve um grande crescimento na década de 1980, entrando em queda muito acentuada a partir de finais dessa década até meados da década seguinte. A agricultura registou aumentos do VAB respectivo entre 1980/86, tendo, desde então, entrado em queda. Nas pescas, em valor absoluto regional verifica-se uma quebra na década de 80 e parte da década de 90, embora a sua representatividade comparativamente ao nacional tenha aumentado. Na indústria, a década de 80 foi de forte crescimento absoluto, embora com um valor relativo sempre muito baixo.

Pese a importância de todas as actividades, é em torno do turismo, da agricultura e das pescas que assenta a base ou “fermento” económico regional gerador. Acresce uma outra questão-chave: a do indispensável equilíbrio entre uma economia de serviços e uma economia de produção.

<sup>4</sup> “Vencer os Desafios Económico-Empresariais do Século XXI no Algarve – Modelo e Vectores do Plano de Desenvolvimento para a Excelência”. CEAL – Confederação dos Empresários do Algarve, 1999. 217 páginas.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

⇒ BREVES DADOS COMPLEMENTARES DE CARACTERIZAÇÃO SECTORIAL

- **Turismo** - O Algarve tem condições naturais extraordinárias para desenvolver o sector turístico. Com cerca de 6 milhões de turistas e visitantes por ano e um total de cerca de 60 milhões de dormidas, assume-se como o pólo nuclear do turismo em Portugal.

De entre os **Factores mais**, destaquem-se as excepcionais condições naturais, amenidade do clima, bem receber das populações, as praias limpas, as águas não poluídas e a beleza da costa; zonas turísticas e alguns empreendimentos do melhor do Mundo, melhorias em algumas infraestruturas, imagem razoável, animação/desporto com algum significado, em particular o golfe; o facto (não aproveitado) de o Algarve ser o berço dos Descobrimientos, a diversidade de novos produtos turísticos; por outro lado, a maior parte do espaço tem fraca concentração da oferta turística, apresentando boas condições de desenvolvimento; segurança e ordem pública boa.

De entre os **Factores menos**: ausência de estratégia para o sector, descaracterização de certas zonas do Algarve com construções muito densas e altas, estruturas públicas e serviços deficientes, com carências ao nível das acessibilidades; forte sazonalidade e excessiva dependência do mercado do Reino Unido, concentração da oferta e excesso de alojamento não classificado; o preço médio praticado pela hotelaria é o mais baixo do país; turistas com baixo poder de compra; carências de formação profissional e insuficiente e desadequada política promocional; oferta quase exclusivamente dependente do sol e mar, falta de apoio financeiro comunitário, ruído, muitos serviços turísticos em economia paralela; elevadas taxas aeroportuárias, animação insuficiente, falta de limpeza (nomeadamente das praias) falta de adequadas estruturas de serviços públicos.

- **Comércio** - O sector é fortemente representativo (cerca de 7.000 estabelecimentos), mas as pequenas e microempresas tradicionais confrontam-se com graves problemas, alguns insuperáveis. A situação é muito grave, com a chegada em “massa” na década de 90 de grandes grupos económicos, com grandes e médias superfícies ou cadeias de pequenas unidades, numa situação em que a oferta excede largamente a procura. Desta situação resulta a asfixia das empresas.

- **Agricultura** - É um sector que registou progressos assinaláveis em vários domínios, no entanto insuficientes para enfrentar os desafios do mercado aberto e da exigência de qualidade. A situação é má sobretudo nos produtos frutícolas (em especial citrinos) e hortícolas. Mas igualmente os frutos secos, a oliveira, a pecuária e florestas constituem preocupação, com vastas áreas do interior que se desertificam. E, no entanto, os seus impactos e efeitos económicos, sociais e culturais são enormes e dizem respeito a ¼ do território da Região, envolvendo uma população agrícola familiar superior a 50.000 indivíduos.

De entre os **Factores mais**, realcem-se: condições edafo-climáticas excepcionais para a horto-fruticultura, para plantas aromáticas, medicinais e condimentares; potencialidades da Serra para a floresta e caça; o turismo pode ser um importante “consumidor” dos produtos agrícolas; estão numa fase positiva os processos de afirmação da especificidade dos produtos regionais; a produção biológica apresenta bom potencial.

Quanto aos **Factores menos**: diminuição da área de solos com capacidade agrícola, elevado preço da terra, abandono dos terrenos; carências de água; estrutura fundiária de minifúndio; baixos níveis de produtividade e baixo nível de formação profissional; poucos apoios, redes e estruturas de comercialização insuficientes; seguros de colheitas não adaptados à realidade da horticultura regional; sector de transformação agro-industrial quase inexistente, pouco significado da investigação e experimentação; falta de condições para tratar das florestas; não aplicação das regras de normalização; elevados custos dos factores de produção; forte, e por vezes desleal, concorrência de horto-frutícolas vindas do estrangeiro; deficiência dos serviços de extensão agrária.

- **Construção civil e obras públicas** - A vitalidade do sector depende sobretudo das obras públicas que foram lançadas, facilidades no crédito à habitação e desenvolvimento económico, sobretudo do turismo. De entre os **Factores menos**, destaque para a demora na aprovação dos projectos e o atraso nos pagamentos, por parte das entidades públicas.

- **Indústria** - É dos sectores que apresenta maior gravidade, não tendo praticamente expressão a nível nacional. A situação é preocupante, no entendimento de que este é um sector estratégico.

De entre os **Factores mais**, refira-se o facto de a Região ser muito conhecida em todo o mundo, com o que isso pode representar de atractividade para investidores e quadros, e a existência da Universidade do Algarve e do Instituto Politécnico de Faro. Refira-se ainda a qualidade e quantidade das rochas extractivas e outros produtos economicamente transformáveis, e a existência de uma cultura industrial em certos domínios.

Quanto aos **Factores menos**, saliente-se a inexistência de um plano industrial para a região, a falta de incentivos financeiros e fiscais, a falta de grandes parques industriais, o elevado preço dos terrenos e da energia e a falta de um terminal TIR; falta ainda um centro difusor de novas indústrias, há uma forte dependência do sector da construção e baixo grau de especialização e existe uma distribuição regional desequilibrada (7 dos 16 concelhos representam 93% do total); há ainda um estrangulamento que resulta de uma cultura instalada na população de que trabalhar na área dos serviços “é sinónimo de estatuto social”.

- **Pescas e Aquicultura** - O sector tem atravessado grandes dificuldades, sendo no entanto ainda o mais representativo da região a nível nacional.

Como **Factores mais**, a tradição piscatória regional, a extensão da costa, a riqueza em espécies pelágicas e crustáceos, bom mercado para o consumo em fresco, organizações e associações com dinamismo e apoios recentes à aquicultura e salinas. Realce para a aquicultura, com as boas condições naturais de produção sobretudo na Ria Formosa e os processos de despoluição em curso.

Quanto aos **Factores menos** é de referir a frota envelhecida e mal equipada, a sobre-exploração e exaustão de alguns stocks, a descapitalização do sector, as carências em infraestruturas portuárias, a falta de formação profissional, o declínio da incipiente indústria de transformação e a investigação dispersa e insuficiente. Especificamente no que se refere à aquicultura existem também alguns constrangimentos que devem ser ultrapassados.

⇒ POLÍTICAS E OPÇÕES DA U.E. E APOIOS DIRECTOS E INDIRECTOS AO SECTOR PRODUTIVO DO ALGARVE

Desde 1987, quando entrou em vigor o Acto Único Europeu, que havia clara consciência de que economias mais débeis e as médias e pequenas empresas corriam riscos sérios. Sem prejuízo dos instrumentos que visavam combater o periferismo e ou evitar o agravamento das disparidades regionais, e de algumas realizações importantes no Algarve, a verdade é que desde a adesão de Portugal à CEE o que se previu fazer foi sempre claramente insuficiente, e o que se realizou ficou sempre abaixo do prometido. Por outro lado, será de referir que o não aproveitamento dos incentivos pelos empresários algarvios não resulta da sua falta de capacidade, mas sim do desajustamento daqueles à realidade empresarial da região. Pode concluir-se que no período 1986/1998, os incentivos comunitários, por poucos e desajustados, deixaram morrer a indústria, não tiveram expressão relativa no turismo, não modernizaram o comércio em tempo útil e não responderam às necessidades e potencialidades importantes na agricultura e pescas.

A não implementação do gás natural em gasoduto, que chegou a estar prevista, é outro constrangimento a assinalar.

⇒ DESAFIOS E OPORTUNIDADES EXTERNAS PARA O ALGARVE

Considerando o extremo periferismo do Algarve e a estrutura do tecido empresarial, é muito forte a vulnerabilidade da economia regional. Considerando o essencial da estrutura produtiva regional, que assenta no turismo, horto-frutícolas e produtos da pesca, os principais desafios situam-se em/ na:

- Países com acordos com a UE no âmbito da OMC, sobretudo nas horto-frutícolas, peixe e mel;
- Espanha, e em especial Andaluzia, nas horto-frutícolas, turismo e pescas;
- Marrocos (e outros países do Norte de África) no turismo, horto-frutícolas e produtos da pesca;
- Países de Leste, na perspectiva da adesão à Comunidade, na agricultura e turismo.

A Andaluzia é a região com quem podemos e devemos manter relações privilegiadas, mas simultaneamente aquela que nos fará concorrência crescente em diversos sectores. Quanto ao turismo, se se implantar no Algarve um modelo de alta qualidade, a sua concorrência não será preocupante.



### Potencial da região e síntese das condicionantes a superar

#### FACTORES DE ATRACÇÃO E POTENCIAL ESTRATÉGICO

Apesar das carências e estrangulamentos do Algarve, a região dispõe de grandes belezas naturais (sol, terra, mar, ar e praias) e beneficia das excepcionais qualidades humanas dos residentes. Acresce a notoriedade internacional que a região conquistou através do turismo, e uma valência que não tem sido aproveitada e que são os Descobrimentos.

#### ÁREAS ECONÓMICAS COM POTENCIAL

As áreas económicas de grande potencial a desenvolver são o turismo de qualidade, para turistas de alto poder de compra; as hortofrutícolas na base da citricultura, extratemperas, flores, primores e sub-tropicais; a agricultura biológica; a aquicultura; as indústrias de alta tecnologia e agro-alimentares; alguns tipos de pesca; as indústrias extractivas; as indústrias transformadoras tradicionais (barro vermelho, madeira, metalomecânica, frio, cortiça e sal); a pecuária dos pequenos ruminantes e porco ibérico. Com base na dinâmica de relançamento destes sectores e sub-sectores, o comércio, a construção civil, imobiliária e serviços diversos crescerão e modernizar-se-ão.

O ambiente e a segurança são dois pilares fundamentais desta estratégia.

#### SÍNTESE DAS CONDICIONANTES A SUPERAR

De carácter geral:

- O Algarve é genericamente pouco competitivo e indiferenciado, e com uma débil estrutura empresarial;
- Nível de vida dos residentes nalguns aspectos inferior à média nacional, e um forte contributo da região em divisas, mas muito inferior ao possível e necessário, face ao baixo gasto médio dos turistas;
- Forte sazonalidade e concentração polarizada da população flutuante;
- Grandes desequilíbrios entre o litoral e o restante espaço territorial;
- Falta de resposta adequada por vários serviços públicos;
- Inexistência de condições para uma forte participação e cooperação das Associações Empresariais em responsabilização.

#### INFRAESTRUTURAS E OUTROS ASPECTOS ESTRUTURANTES

Sobressai neste domínio:

- Insuficiente combate ao periferismo e necessidades geradas pela forte população flutuante (6 milhões) nas vias ferroviárias, rodoviárias, aéreas, marítimas, gás natural, estruturas de saúde, etc.
- Sistema de barragens por concluir e incertezas quanto ao caudal do Guadiana;
- Formação profissional, investigação e experimentação.

#### CARÁCTER ECONÓMICO E EMPRESARIAL

A nível geral, tem-se:

- Prejuízos ou redução das taxas de rentabilidade dos investimentos empresariais e do emprego, provocados pela falta de adequados investimentos públicos, sobretudo em infraestruturas;
- Baixo gasto médio por turista/dia;

- Dificuldades empresariais resultantes da sazonalidade;
- Meio concorrencial adverso e agressivo, com condições que levaram à indiferenciação e tentativa de responder segundo a lógica da quantidade e baixo preço;
- Acentuado desequilíbrio entre sectores;
- Incentivos comunitários insuficientes, desajustados e fora de qualquer quadro ou plano;
- Economia paralela a alastrar.

A nível sectorial, salienta-se:

**Turismo** - É uma enorme força, mas com baixo gasto dos turistas, forte sazonalidade, predominando (sem prejuízo de algumas ilhas de qualidade) uma oferta indiferenciada e concentrada.

**Comércio** - A oferta é muito superior à procura. Exige-se travão absoluto a novas médias ou grandes superfícies.

**Agricultura** - Registou melhorias e modernização em várias áreas, mas a abertura dos mercados e a concorrência estão a estrangulá-la.

**Construção e obras públicas** - Necessidade de modernização da estrutura interna das empresas.

**Indústria** - Tem muito fraca expressão. Sector em risco.

**Pescas** - Há potencial por aproveitar, salientando-se a necessidade de renovação da frota e continuação dos apoios à aquicultura.

### Modelo de desenvolvimento económico e grandes objectivos do plano

⇒ ALGARVE COMO “TRONCO” DE UMA ESTRATÉGIA DE AFIRMAÇÃO E CONQUISTA DA EXCELÊNCIA

Até agora, nunca se definiu nem aplicou no Algarve qualquer planeamento ou estratégia, tendo-se tudo resumido a discursos e acções pontuais, desgarradas, sem uma coluna vertebral condutora.

Por vezes anunciam-se mais umas infraestruturas e fica-se com a ideia de que, com isso, tudo se resolve. É preciso ter presente que as infraestruturas são condição indispensável de desenvolvimento, mas não condição suficiente.

⇒ OBJECTIVOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O modelo de desenvolvimento preconizado pela CEAL deve alcançar os seguintes objectivos:

- Aproveitar as potencialidades, gerando mais riqueza;
- Corrigir desequilíbrios espacio-temporais, e garantir um crescimento equilibrado e sustentado;
- Garantir uma elevada rentabilidade dos investimentos;
- Criar mais empregos e com segurança.

Tudo isto em simultâneo a:

- Criar condições para uma economia interna forte, aumentar as exportações, captar investimentos e quadros e fazer investimentos no estrangeiro.

Tudo, sempre, num quadro em que o pilar de base seja a EXCELÊNCIA DO ALGARVE, aferida em três domínios:

- Alta qualidade dos serviços; alta qualidade dos produtos; elevado padrão de vida para residentes, turistas e visitantes.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

⇒ ESTRUTURA DO MODELO

**Algarve como “tronco da Estratégia** - Pesem alguns desequilíbrios, considera-se que toda a estratégia de desenvolvimento deve assentar no facto de o Algarve ser a única região do país em que existe uma efectiva unidade económica, social e cultural. Antes de mais, é preciso conseguir construir a MARCA ALGARVE, como sinónimo de uma multiplicidade de coisas apetecíveis, sejam os serviços ou os produtos. Em nada deve prevalecer o princípio da “massificação” (qualidade com baixo valor), devendo a estratégia ser orientada tendo em vista: a especialização, a diferenciação, a alta qualidade com elevado preço, as novas tecnologias, as actividades de alto valor acrescentado e a permanente defesa do ambiente.

#### **Vertentes ou vectores estratégicos da intervenção e principais linhas de força**

**Vectores de Carácter Global** - São cinco as realidades específicas: Sazonalidade, Periferismo, População flutuante, Desequilíbrios espaciais, Economia Paralela. De significado particularmente relevante é reforçar e garantir competitividade a Portugal no eixo/triângulo mediterrânico atlântico, constituído por Algarve/ Andaluzia/ Marrocos.

**Vectores de carácter económico sectorial** - Incluem-se aqui os dois sectores mais sensíveis da economia algarvia: o turismo e a indústria. O turismo exige um Programa Específico, que conduza à captação de turistas com maior poder de compra e a um adequado ordenamento regional do espaço. A indústria, enquanto motor de transformação e valor acrescentado, e atenta a sua debilidade, obriga também a um plano ou programa específico.

**Vectores de carácter horizontal para os jovens empresários** - Estimulando e apoiando o espírito empreendedor.

**Vectores de carácter económico sub-sectorial** - A agricultura deverá ser contemplada com Programas para os citrinos, horticultura protegida, subtropicais, florestas, pecuária, frutos secos e incremento da agricultura biológica. As Pescas deverão ter um Programa para a renovação da frota, a aquicultura e a piscicultura.

**Vectores de carácter horizontal específico para o comércio** - Modernização de micro e pequenas empresas e apoio à fusão ou outras formas de cooperação entre elas.

**Vectores de intervenção de carácter horizontal geral** - Necessidade de apoios especiais para as micro e pequenas empresas, considerando a sua importância económica e social, em particular para as que contribuem de forma relevante para a imagem do Algarve.

**Vectores estruturais envolventes e condicionantes** - Inclui aspectos fundamentais, que vão das estruturas de animação à água, da formação profissional ao ambiente, da internacionalização da economia aos programas integrados...

**Vectores de alteração e/ou criação de serviços públicos** - Criação do Ministério do Turismo e do Ministério do Mar; criação de um Conselho Económico-Social Regional e de um Conselho Económico-Social para os Assuntos Regionais; alterações profundas na CCR e actual Assembleia Distrital.

**Vector ou Valência determinante** - Os Descobrimentos, enquanto um dos factores com maior poder de atracção a nível regional, nacional e internacional.

#### **Alguns grandes desafios e medidas de carácter global e estruturante**

**Abastecimento de água** - Conclusão do sistema de barragens e implementação de um sistema de pequenas e médias barragens no interior; havendo dúvidas sobre os caudais do Guadiana, avançar com estudos, tendo em vista concretizar as barragens da Foupana e do Vascão; rápida ligação entre os sub-sistemas de barragens do Sotavento e do Barlavento.

**Periferismo** - Rápida conclusão da Auto-Estrada; abastecimento de gás natural em gasoduto a partir de Huelva; ligação ferroviária à Andaluzia, melhoria da rede no Algarve e ligação a Lisboa. Deverão desde já iniciar-se os estudos para um novo aeroporto.

**Combater a sazonalidade da actividade económica, atenuar o desequilíbrio entre sectores e afirmar a genuidade dos nossos produtos** - Importa um vasto conjunto de medidas a nível da oferta e da promoção turística, sendo indispensáveis infraestruturas como o Roteiro das Descobertas e Museu das Descobertas, um Centro de Animação Polivalente com palácio de Congressos, outros Centros para Convenções, Centros de Medicina Desportiva de Alta Competição, Estruturas de Saúde, etc.

**Equilibrar o Desenvolvimento Intra-Regional** - É necessário um Plano Integrado para o interior e a Serra e Programas Específicos para os Concelhos Vicentinos e para o extremo do Sotavento. Neste conjunto, a floresta assume um lugar particular. Urge o prolongamento da Via do Infante até Lagos e a melhoria da rede ferroviária regional. São ainda relevantes: a “via longitudinal serrana”, ligando Aljezur a Alcoutim, o IC-4 e o IC-27.

**Promover o Ensino, a Investigação e a Formação Profissional** - São áreas estratégicas, autênticos alicerces do futuro. No ensino, há que garantir as adequadas infraestruturas e a introdução nos graus intermédios de ensino de disciplinas e temas que contemplem a especificidade regional. Quanto à investigação, urge a implementação de um Pólo Tecnológico; a formação profissional exige um Plano Global e Planos Sectoriais. A Universidade do Algarve tem um papel fundamental em todo este sistema.

**Afirmar as raízes e tradições culturais** - O Algarve precisa de ter circuitos culturais, com grandes pólos de atracção e negócio. Tavira e Silves são essenciais nesta estratégia. Os DESCOBRIMENTOS são um filão que continua por aproveitar.

**Defender o Ambiente** - O Ambiente deverá ser uma das bases da afirmação regional.

**Estudar, concluir e actuar sobre o comportamento das ondas, ventos, marés e deslocamento de areias na Costa** - A situação de instabilidade e erosão costeira é muito grave, exigindo-se sínteses de carácter científico e correspondentes actuações.

**Garantir a segurança em terra e a fiscalização das águas** - Fundamental um reforço na acção preventiva com vista a garantir cada vez maior segurança aos residentes e turistas. Necessidade de rigorosa fiscalização marítima das 12 milhas.

**Preparar e implementar um Programa Integrado de Promoção do Algarve** - Há que conceber e implementar um Programa de promoção com a MARCA ALGARVE, na procura de captação de turistas, investidores e quadros.

**Economia Paralela** - A economia paralela apresenta grandes factores de perturbação económica e empresarial. A este nível, há que estabelecer as condições e um período de transição para a integração plena do alojamento não licenciado, e combater os prestadores de serviços com ligação ao sector turístico que actuam sem legalização; há que evitar que frutícolas e hortícolas estrangeiras (em especial de Espanha) sejam vendidas como algarvias, combater os panificadores não legalizados, garantir a qualidade genuína da aguardente de medronho, combater as empresas não legalizadas de informática, actuar para evitar a fuga de pescado vendido em lota e assegurar que produtos comprados no estrangeiro sejam vendidos com IVA, nomeadamente os provenientes de Espanha. Finalmente, impedir a actuação de indivíduos sem alvará fazendo o papel de agentes imobiliários.

**Internacionalização da economia** - É indispensável que o Algarve capte mais investimentos, invista no exterior e dinamize as suas trocas comerciais e a constituição de empresas mistas, sendo importantes, além do turismo, o incremento das relações com a Andaluzia, Marrocos, Reino Unido, França, Alemanha, África e Oriente.

**Informação e Divulgação** - É um aspecto determinante, exigindo-se, para além de uma consolidação cada vez mais forte dos órgãos de comunicação social existentes, a criação de um canal ou canais de televisão regionais.

### Incentivos comunitários a atribuir às empresas, níveis de gestão e papel das associações empresariais

**Filosofia da atribuição dos incentivos a empresas** - Os fundos comunitários devem permitir melhorar o que existe, incentivar o investimento nas zonas do interior e serra e outras zonas de menor concentração, e criar condições para, conforme opções a assumir nos diferentes sectores e a que adiante se fará referência, favorecer determinado tipo de investimentos em detrimento de outros. A este nível, merece destaque negativo o facto de o turismo ter sido o parente pobre quanto a apoios a fundo perdido.

#### Estrutura dos incentivos:

- A) Incentivos de carácter sectorial e sub-sectorial;
- B) Incentivos de carácter horizontal, que se dividem em dois grupos:
  - a) Modernização e novas PME;
  - b) Formação profissional “por medida” e recrutamento de quadros;
- C) Incentivos para os jovens empresários;
- D) Projectos especiais (nas áreas do ambiente, higiene, prevenção, saúde, segurança, certificação, etc.).

**Nível de descentralização da gestão dos incentivos e papel das associações empresariais** - Considera a CEAL que, apesar de em graus diferentes, é fundamental a participação regional na estrutura dos incentivos.

**Apoio a projectos de dinamização empresarial regional ou transfronteiriça** - Às Associações Empresariais deverão continuar a ser garantidos incentivos para apoiar tecnicamente as empresas na região ou fora dela.

**Entidades gestoras de fundos** - A posição da CEAL aponta para a criação de condições para que projectos de natureza regional a definir sejam geridos por entidades autónomas em relação ao Estado.

### Medidas/ acções de carácter sectorial

**Turismo** - Ao longo da década de 80, a imagem de um Algarve naturalmente diferenciado e selectivo foi progressivamente mudando para a de um turismo massificado, em que predominam os turistas de médio e médio-baixo poder de compra. Sem prejuízo de algumas carências que se mantêm, na década de 90 houve evolução, sendo a melhoria da imagem e dos serviços, em muitos domínios, significativa. Contudo, o que existe não é suficiente para iniciar um processo de inflexão. A imagem de marca “Turismo do Algarve” é um processo ainda por desenvolver. Assumindo o princípio da qualidade como pressuposto essencial à actividade, é necessário fazer definitivamente a opção de política que tem por objectivo transformar o Algarve num destino competitivo para turistas com alto poder de compra.

#### Medidas, relativamente à oferta:

- Modernizar o alojamento de qualidade já existente e aumentar esse tipo de oferta com novas unidades.
- Classificar rapidamente toda a oferta existente no mercado turístico.
- Definir o ordenamento turístico regional.
- Valorizar a capacidade negocial da oferta existente, concretizando um vasto conjunto de infraestruturas básicas (com realce para a conclusão da auto-estrada e prolongamento da VLA até Lagos) e de infraestruturas “produtivas” (animação, desporto, cultura). Em particular, salienta-se a necessidade de fazer o “casamento” entre o turismo e as Descobertas.
- Criar um grande Centro de Convenções, com palácio de congressos e outras valências.
- Construção de mais portos de recreio.
- Definição de rotas ou diferentes roteiros.
- Maior flexibilidade e ajustamento nas ligações aéreas.

- Garantir a redução das taxas aeroportuárias praticadas em Faro.
- Aposta e apoios no sentido de aumentar a oferta de alta qualidade, no litoral, menos concentrado, interior e serra.
- Estímulo à oferta de novos produtos turísticos (p.ex., captar turismo de Congressos e incentivos).
- Na animação turística, concentrar os apoios em função de uma rigorosa selecção dos eventos.
- Aumentar o número de campos de golfe.
- Vasto programa de formação profissional.
- Construção de pista para desportos motorizados.
- Garantir uma incedível limpeza das praias.

#### Medidas relativamente à procura:

- Urgência em melhorar e diversificar a oferta, para que haja um suporte verdadeiro da promoção dirigida aos segmentos adequados.
- Definir as campanhas promocionais dinâmicas em cada ano em função do tipo de oferta.
- Facultar aos empresários informação detalhada dos mercados.
- Fazer uma selecção rigorosa das feiras e certames em que o Algarve está presente.

Proposta de apoios com incentivos comunitários - O turismo, no Algarve, praticamente sempre esteve de fora quanto a incentivos a fundo perdido. Isto deverá ser alterado, apresentando a CEAL um conjunto de propostas quanto ao tipo de incentivos e às áreas sobre as quais devem incidir.

**Indústria** - Ao Algarve coloca-se o grande desafio de superar as debilidades estruturais, produzindo cada vez mais e com mais competitividade e com elevado valor acrescentado. A indústria deve contribuir para potenciar as riquezas regionais da agricultura e das pescas. O aproveitamento da fileira agro-alimentar é essencial.

#### Medidas

- Criação de três Zonas Industriais de âmbito regional. Os recursos humanos e a mão de obra qualificada são muito importantes. São ainda de considerar as questões de qualidade, certificação, higiene e segurança no trabalho, devendo ser criadas condições para tratar os resíduos e preservar o ambiente.

**Comércio** - Neste domínio, o absoluto descontrolo de uma oferta que já ultrapassa largamente a procura causou danos irreparáveis. O chamado comércio tradicional tem que agrupar-se, especializar-se e modernizar-se, sendo entretanto necessário, entre outras medidas, travar no imediato a aprovação de mais superfícies de grandes dimensões.

**Construção civil e obras públicas** - Destaque especial para a necessidade de maior rapidez na aprovação dos projectos.

**Agricultura** - Para o sector deverão ser aprovados Programas Específicos sub-sectoriais destinados:

- à modernização dos pomares de citrinos e a apoiar o sector agro-alimentar;
- à modernização e construção de novas estufas, ao incentivo a culturas sub-tropicais e a garantir as especificidades regionais;
- a aumentar a área de floresta até à completa florestação da serra, a apoiar a pecuária, a renovar os pomares de sequeiro e recuperar o olival;
- a apoiar o tratamento de efluentes poluentes;
- a aumentar a área de vinha;
- a apoiar a criação de Organizações de Produtores e estruturas de comercialização.

#### Pescas e aquicultura:

- Em relação às pescas:

- permanente estudo sobre o estado dos stocks, definição de épocas e zonas de defesa, e fiscalização;
- urgente renovação da frota e adequada gestão das lotas;

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

- fiscalizar a fuga de peixe à lota e definir regulamento para os barcos de pesca desportiva;
- novas regras no domínio da formação profissional;
- melhoria das condições portuárias e desassoreamento regular das barras e/ou canais de VRSA, Tavira, Fuzeta e Stª Luzia.

- Quanto à aquicultura:

- prosseguir as acções de repovoamento de viveiros abandonados;
- despoluição e oxigenação das águas, em particular na Ria Formosa;
- criação de “hatcheries” e garantir certificação pelas depuradoras;
- conclusão do processo de Denominação de Origem para a amêijoia;
- fiscalização da entrada de moluscos vindos do estrangeiro;
- prosseguir os esforços no sentido do total licenciamento dos viveiros.

#### **Alterações orgânicas dos serviços públicos, descentralização e participação das associações empresariais**

Neste capítulo, a CEAL enumera um conjunto de princípios e actuações que, num quadro em que não há condições para a criação da Região do Algarve, garantam a prossecução do Plano de Desenvolvimento apresentado no presente documento. Alguns pressupostos são fundamentais: dar peso político aos sectores de actividade em conformidade com a respectiva importância, haver desconcentração dos serviços, existir articulação e coordenação dos serviços públicos a nível regional, garantir uma participação forte da sociedade civil, em especial através das associações empresariais, etc., com vista a garantir uma melhoria dos serviços e maior rapidez nas decisões, um maior número de decisões tomadas no Algarve e um maior peso da região na tomada de decisões que lhe respeitam.

### 3.6- PLANO REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE- ANOS 2000<sup>5</sup>

#### **Introdução**

Aprovado pela RCM n. 8/95, de 9/2, o Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA) assumiu-se como um documento orientador das iniciativas públicas e privadas, visando a concretização de projectos e acções estratégicas para a região, com vista à requalificação do turismo algarvio. O PRTA anos 2000, pretende adequar o anterior plano às novas dinâmicas regionais e fazer uma avaliação, actualização e enquadramento no Quadro Comunitário III, facilitando a implementação e acompanhamento das medidas preconizadas.

#### **A revisão do PRTA**

Os fundamentos e principais linhas orientadoras que estiveram na base da revisão do PRTA, foram:

- “(...) preservar os recursos naturais, ambientais e do património da região e por outro, de explorar esses recursos, conferindo-lhes sempre a qualidade adequada e indo ao encontro das preferências dos consumidores”;
- introduzir “(...) uma componente mais dinâmica, apta a acompanhar a evolução do mercado e as alterações das apetências dos consumidores”.

A revisão pretendeu articular projectos e iniciativas das diversas entidades envolvidas, coordenar esforços entre o sector público e privado e promover padrões de qualidade por forma a tornar eficaz o processo.

Foram analisados os vários documentos estratégicos com incidência directa ou indirecta sobre o sector, nomeadamente:

- Grandes Opções do Plano do Governo 2001(GOP);
- Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 (PNDES);
- Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006 (PDR);
- Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve da AMAL (PEDRA);
- Estratégia de Desenvolvimento da Região do Algarve.

O Quadro I, apresenta a análise comparativa entre os grandes objectivos definidos por estes documentos estratégicos em articulação com os principais domínios do PRTA. A análise permitiu concluir que em traços gerais os objectivos se encontram bem articulados.

<sup>5</sup> “Plano Regional de Turismo do Algarve- Anos 2000”, Conselho do Plano, 159 pp.

### Dinâmicas do sector turístico

A **capacidade de alojamento classificado** no Algarve em 1999 era de 388 estabelecimentos hoteleiros, representando 22% do total da oferta nacional, e 40% do total nacional da oferta de camas. Esta situação deve-se ao facto da capacidade média de alojamento no Algarve, em camas, ser a maior do país (219 camas), substancialmente superior à média nacional (122 camas). O **tipo de oferta** traduz-se, relativamente ao total Nacional, em 95.1% em Apartamentos e Aldeamentos turísticos, 52.6% em Hoteis-apartamentos, 34.3% em Motéis, 30.8% em Hotéis de 5\* e 29.2% em Hotéis de 4\*. Houve um ligeiro abrandamento na evolução da oferta de alojamento, em camas, especialmente no período 1995/99, tendo a partir daqui havido um crescimento médio anual de apenas 0.8%, o que corresponde a um aumento de 2623 camas em todo o Algarve.

Em 2000, o número de estabelecimentos aumentou para 409, localizados na sua maioria nos concelhos de Albufeira, Loulé e Portimão, onde também é maior o número de camas, e se localizam os hotéis de 5\*.

O **peçoal ao serviço** na hotelaria global, registou um crescimento contínuo até 1992, tendo no conjunto dos anos seguintes sofrido uma quebra de 9%. A partir de 1995, voltou a ser positivo, tendo uma variação média anual no período 1995/99, de 2.2%. Em 1999, a região empregava 32% do total nacional de mão-de-obra na hotelaria global. O rácio empregado/ cama era 0.15 em 1999, com uma variação média anual, no período 1995/99, de 2.1%. Este é o rácio mais baixo do país, situação que se deve ao facto de 95.1% da oferta ser em aldeamentos e apartamentos turísticos, que proporcionam um tipo de serviço diferente e que requer um menor quantitativo de mão-de-obra.

### Quadro I – Análise Comparativa dos Objectivos dos Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento e o PRTA

Planos	Objectivos	Domínios do PRTA					Implementação e acompanhamento do PRTA
		Enquadramento da oferta turística	Qualificação e diversificação da oferta/ equipamentos e serviços	Qualificação e diversificação da oferta/ produtos	Melhoria da prestação institucional	Promoção turística	
PNDES	Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social				×		
	Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro		×	×	×		
	Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do País	×				×	
	Promover o desenvolvimento sustentável das regiões, a qualidade de vida urbana e o desenvolvimento rural	×	×	×			
	Garantir a melhoria sustentada da protecção social						
PDR	Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social				×		
	Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro		×	×	×		
	Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do País	×				×	
	Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão social	×	×	×			
PEDRA	Assegurar o desenvolvimento sustentado do turismo	×	×	×			
	Aumentar a competitividade económica		×	×	×	×	
	Qualificar os recursos humanos e reforçar a coesão social				×		
	Promover o equilíbrio territorial e ambiental	×		×			
EDRA	Afirmação da capacidade competitiva do Algarve	×	×	×	×	×	
	Construção das condições de competitividade regional	×	×	×	×	×	

Fonte: Região de Turismo do Algarve

A média geral dos **preços**, por quarto duplo, praticada ao balcão na hotelaria tradicional, assinalou uma evolução positiva no período 1990/99, registando o Algarve (8.8%) no período 1990/ 95, uma evolução superior à nacional (6.3%), situação que se inverteu no período 1995/ 99 (1.9% para 3.2%). Salvo raras excepções, os preços praticados no Algarve ao balcão na época alta, foram sempre superiores à média nacional e inferiores o resto do ano. Em 1999, os valores foram de 18 574\$00 para o Algarve e de 17 670\$00 para o país.

Relativamente à **procura**, verificou-se no período em estudo um aumento da entrada de estrangeiros nas fronteiras nacionais, com um índice médio de crescimento anual de 5%, sendo que a entrada via aérea registou igual comportamento. No Algarve, por via aérea, no período 1990/ 95, a taxa de crescimento médio anual foi superior à nacional (6.8% vs. 5.9%), sendo no período seguinte próximo do nacional. Por via terrestre foi mais acentuada entre 1995/99, do que no período 1990/95 (5.2% vs. 2.1%)

No Algarve o número de **dormidas** em todos os meios de alojamento, tem demonstrado uma tendência crescente, registando no período 1995/99, um índice médio de crescimento anual de 2.6%, índice este inferior ao observado no período anterior (1990/95), que foi de 4.6%, factor que também se verifica na hotelaria global (6.3% para 2.5%). Contudo e em relação ao nível nacional, houve um aumento do número de dormidas de nacionais e estrangeiros, representando a região 44% das dormidas do país em 1999. Esta situação mantém-se para o número de dormidas dos portugueses. As dormidas de estrangeiros na hotelaria global representam, em 1999, 71.3% do total nacional e 83.7% do total da região, tendo sido também objecto de crescimento de cerca de 50% no período estudado. No que diz respeito aos **parques de campismo** e apesar de não ter havido um aumento na capacidade de alojamento, o número de dormidas registou um acréscimo de 40%, no período 1990/ 99, enquanto que a nível nacional foi praticamente nula (0.9%). Quanto ao **turismo em espaço rural**, verificou-se, entre 1995/ 99, um aumento da capacidade de alojamento superior à nacional (uma evolução de 28.4% no período em apreço), embora o número de dormidas regionais tenha registado valores inferiores aos nacionais.

Os **índices médios de ocupação/ cama** do alojamento hoteleiro algarvio eram de 55.2% em 2000, tendo sido os hotéis de 4\*, aqueles que registaram o índice mais elevado (68.2%), enquanto que os aldeamentos turísticos registaram o mais baixo (48.8%).

Cerca de 40% das dormidas efectuadas na região concentram-se no 3º trimestre, situação semelhante ao que acontece a nível nacional (36%). A partir de 1998, houve uma ligeira tendência para um decréscimo da **sazonalidade**. Este fenómeno é mais acentuado nas dormidas de turistas nacionais e menor nas categorias de alojamento superior, nomeadamente nos hotéis de 4 e 5\*.

Em 1999, os principais **mercados externos** fornecedores de dormidas para o país e para o Algarve continuaram a ser o Reino Unido (29.5% vs. 41.1%), a Alemanha (22.2% vs. 25.3%) e a Holanda (7.5% vs. 10.7%), representando respectivamente 60% e 77% do total da procura registada.

A **distribuição das dormidas por concelhos**, em 1999, mostra que Albufeira mantém a posição cimeira, com 40% das dormidas, uma vez que aí se concentra grande parte da oferta. Portimão em segundo lugar com 20.1%, seguido de Loulé (14.2%), que aparece, no entanto, como a segunda preferência dos turistas nacionais.

O **gasto médio por dormida de estrangeiros em todos os meios de alojamento**, em 1999, foi no Algarve de 14.4 contos/dia, representado um aumento de 56.5% face a 1990, o que corresponde a um crescimento médio anual de 6.2%, inferior em mil escudos à média nacional.

Com base em estimativas realizadas pela Universidade do Algarve em 1996, havia 75 660 camas em **casas próprias** (2ª residência), maioritariamente concentradas nos concelhos de Loulé (26%), Portimão (13.5%) e Albufeira (13.2%), representando no conjunto mais de 50% da oferta existente. A tipologia **Família/ Amigos** disponibilizava uma oferta de 193 332 camas, constituindo os concelhos de Loulé (34.1%), Albufeira (10.9) e Faro (9.1%), 55% da oferta de camas do Algarve nesta tipologia. O **alojamento não classificado** representa na região uma oferta de 312 493 camas, estando 18.9% no concelho de Loulé, 10.1% no concelho de Silves e 9.1% em Faro. Pelas estimativas realizadas pela DGT em 1999, a casa própria oferecia 1391.4 milhões de dormidas de estrangeiros, a casa de Família/ amigos 3 162.3 e o alojamento não classificado 22 808.6 milhões. No período 1995/ 99, verificou-se um decréscimo de 3.8% nas dormidas de estrangeiros em casa própria e um aumento de 5.5% e 3.4%, respectivamente, das dormidas em casa de Família/ amigos e em alojamento não classificado.

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

Da análise verificou-se que os principais estrangulamentos endógenos à actividade turística identificados no PRTA (concentração espacial da oferta de alojamento, concentração da procura nos mercados inglês e alemão e sazonalidade elevada) se mantêm praticamente inalterados. Verificou-se ainda que o Algarve mantém a sua posição como principal destino turístico de Portugal, tanto para os mercados nacional como internacional.

Tendo por base a análise efectuada resulta ser indispensável que o PRTA actue nos seguintes domínios:

- Diversificar os mercados, por forma a diminuir a dependência do Algarve face aos actuais mercados;
- Promover a oferta de alojamento nos concelhos com menor capacidade de oferta;
- Diversificar a oferta de produtos turísticos;
- Aumentar a percentagem da oferta de alojamento de qualidade;
- Incentivar acções que fomentem a diminuição da sazonalidade.

Com estas medidas pretende-se:

- Qualificar a oferta turística do Algarve;
- Evitar que o ciclo de vida do destino entre em fase de declínio;
- Potenciar um eficiente aproveitamento dos recursos;
- Aumentar a capacidade competitiva do Algarve face aos destinos concorrentes;
- Aumentar as receitas do turismo;
- Promover um desenvolvimento sustentável.

#### A execução do PRTA

Foi igualmente avaliado o grau de execução - física e financeira - do PRTA no período 1995-1999, junto das diversas entidades públicas e privadas com intervenção directa ou indirecta sobre o turismo, avaliação essa concretizada através do grau de execução das suas medidas e acções. A avaliação física foi qualitativa (grau de execução reduzido, médio e elevado), realizado medida a medida, e a financeira foi realizada através da quantificação dos investimentos (por fontes de financiamento) realizados por domínios estratégicos e programas que tivessem enquadramento no PRTA.

Verificou-se que a maioria dos investimentos foram efectuados no domínio do enquadramento da oferta turística num montante de despesas de cerca de 116 milhões de contos, sendo que as despesas globais no valor de 149 milhões de contos no período 1995/99 apresentaram uma taxa de execução financeira de 62%, face aos 239 milhões inicialmente previstos. Relativamente às fontes de financiamento, realce para o Fundo de Coesão (40% dos investimentos), as Câmaras Municipais (29%), o PROA (10%) e o SIFIT (5%).

Concluiu-se que muitas das medidas com taxas de execução reduzida ou média, apresentam taxas de execução financeira muito elevadas, donde se conclui que a avaliação qualitativa da execução física das medidas do PRTA não corresponde à execução financeira que se calculou para cada uma das mesmas. Enquanto que para a avaliação financeira existia um plano de financiamento com um prazo definido que permitiu calcular a taxa de execução financeira de cada medida, a avaliação da execução física do PRTA foi avaliada na perspectiva de que há medidas que nunca estão completamente concluídas.

#### O PRTA anos 2000

Tendo-se verificado que o turismo algarvio mantém as suas características de sazonalidade, concentração espacial da oferta de alojamento e dependência dos principais mercados emissores de turistas, é objectivo deste plano promover o combate a esses desequilíbrios, através do incremento de acções que visem o desenvolvimento do turismo sustentável, reforçando a competitividade do destino turístico com novos padrões de qualidade e de acordo com o desenvolvimento patenteado pelos diferentes planos para a região.

A estrutura/ programação do PRTA anos 2000 funciona em torno de 6 domínios estratégicos:

- Enquadramento do Oferta Turística;
- Qualificação e diversificação da oferta/ equipamentos e serviços;

- Qualificação e diversificação da oferta/ produtos;
- Melhoria da prestação institucional;
- Promoção turística;
- Implementação e acompanhamento do PRTA

No seu conjunto estes domínios estratégicos integram 28 Programas, 63 medidas e cerca de 180 acções concretas. (ver quadro II), que garantem a cobertura dos aspectos mais relevantes da actividade turística e traduzem as possibilidades reais de actuação para alcançar os objectivos definidos. Relativamente ao PRTA *antigo*, foram criadas, alteradas ou eliminadas algumas medidas e acções por forma a aumentar a operacionalidade do *novo* PRTA e o relançamento do plano.

Foi ainda feita uma reprogramação financeira do PRTA por medidas endógenas (75 541 000 contos) e exógenas (413 620 000 contos) ao sector e por incentivos financeiros dirigidos à actividade privada, num total de 489 161 000 contos e uma adequação do PRTA ao Quadro Comunitário de Apoio III (ver quadro III).

Quadro II – PRTA Anos 2000

ÍNIO ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	MEDIDAS	ACÇÕES	
1. Enquadramento da Oferta Turística	1.1. Identificação e Valorização de Espaços Relevantes para a Imagem do Algarve	1.1.1. Valorização de espaços relevantes para a imagem do Algarve	(1) Realização de estudos tendo em vista o desenvolvimento do turismo sustentável – Projecto Algarve Agenda 21	
			(2) Valorização de espaços relevantes para a imagem do Algarve	
		1.1.2. Identificação de espaços de desenvolvimento para o turismo	(1) Identificação de locais para novos empreendimentos relevantes e definição de critérios mínimos de selecção para projectos dos empreendimentos	
			(2) Renovação e reformulação urbanística em aldeamentos turísticos antigos com sinais de degradação no Sotavento	
		1.2. Melhoria das Infraestruturas e Equipamentos	1.2.1. Melhoria do sistema de abastecimento de água	(1) Conclusão e ligação dos sub-sistemas hidráulicos de Odeleite-Beliche (Sotavento) e Odelouca-Funcho (Barlavento)
				(2) Implementação de uma gestão integrada dos recursos hídricos
		1.2.2. Melhoria do sistema de águas residuais	1.2.2.1. Melhoria do sistema de águas residuais	(3) Fiscalização/ controle da qualidade e quantidade de água para consumo público
				(4) Ampliação e renovação das redes de distribuição mais antigas e degradadas
		1.2.3. Melhoria do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	1.2.3.1. Melhoria do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	(1) Racionalização, aumento e melhoria das redes de drenagem e dos sistemas de tratamento de águas residuais
				(2) Implantação de unidades de apoio à gestão de infraestruturas de saneamento básico
		1.2.4. Melhoria das condições de circulação e de acesso ao Algarve	1.2.4.1. Melhoria das condições de circulação e de acesso ao Algarve	(3) Desenvolvimento da investigação aplicada e formação técnica no âmbito do tratamento e reutilização das águas residuais (para rega de golfe, jardins, espaços públicos, etc.)
				(4) Promoção da recolha selectiva, reciclagem e valorização dos resíduos sólidos e criação de uma central de reciclagem de entulho
1.2.5. Melhoria das infraestruturas portuárias	1.2.5.1. Melhoria das infraestruturas portuárias	(2) Reforço da capacidade municipal na recolha e tratamento dos resíduos sólidos		
		(3) Encerramento e recuperação de aterros com capacidade esgotada e melhoria do Sistema Regional de Resíduos Sólidos		
1.2.6. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(4) Enquadramento e arranjo dos locais de contentores, nas áreas urbanas e turísticas		
		(5) Estudo e implementação de sistemas de recolha de resíduos mais eficazes, tendo em conta as especificidade dos locais a que se destinam		
1.2.6.2. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.2.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(6) Duplicação, electrificação e automatização da rede ferroviária Lisboa-Algarve		
		(7) Conclusão da Via do Infante (VLA)		
1.2.6.3. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.3.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(8) Melhoria das condições de segurança no Aeroporto de Faro, designadamente a instalação do ILS		
		(9) Construção e melhoria de Aeródromos e Heliportos		
1.2.6.4. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.4.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(10) Construção do Ramal ferroviário de ligação ao Aeroporto de Faro		
		(11) Melhoria dos pavimentos e áreas envolventes das estradas principais, nomeadamente na EN 125, nos acessos à Via do Infante e aos núcleos urbano-turísticos		
1.2.6.5. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.5.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(12) Remoção dos principais estrangulamentos de trânsito através de melhoramentos nos acessos ao aeroporto, às localidades, aos aldeamentos turísticos e na sinalização das estradas		
		(13) Construção de espaços para estacionamento		
1.2.6.6. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.6.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(14) Criação e melhoria e reforço do serviço de transportes colectivos, designadamente transportes públicos urbanos e de apoio às praias e de sistemas inter-modais		
		(15) Melhoria das condições de circulação rodoviária no interior algarvio		
1.2.6.7. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.7.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(16) Inclusão do Algarve na rede ferroviária de velocidade alta (Algarve-Lisboa e Algarve-Sevilha)		
		(17) Limpeza das bermas e espaços contíguos às vias de comunicação		
1.2.6.8. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.8.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(18) Construção e beneficiação de infraestruturas portuárias		
		(19) Recuperação dos cais degradados		
1.2.6.9. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.9.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	(20) Operacionalização do Porto de Cruzeiros de Portimão		
		Conclusão da Marina de Lagos e das obras no porto do Arade		
1.2.6.10. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	1.2.6.10.1. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos	Construção de portos de recreio de apoio a pequenas embarcações de acordo com as prioridades definidas no PROT		
		Modernização do porto de V. Real de St.º António		

LEGENDA

Verde	Programas, Medidas e Acções modificadas (texto)	Preto	Programas, Medidas e Acções não alteradas
Rosa	Programas, Medidas e Acções novas	Cinza	Programas, Medidas e Acções eliminadas
Azul	Programas, Medidas e Acções modificadas (localização)		

ÍNIO ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	MEDIDAS	ACÇÕES	
1. Enquadramento da Oferta Turística (continuação)	1.2. Melhoria das Infraestruturas e Equipamentos (continuação)	1.2.6. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos (continuação)	(3) Aplicação de novas tecnologias na qualificação e gestão do produto turístico.	
			Modernização das telecomunicações, através de uma rede organizada de base de dados regional com informações de e para o turista e introdução de novos produtos, nomeadamente videotext, videoconferência, R.D.S.I., entre outros, para a qualificação e gestão do produto turístico.	
		1.3. Recuperação e Valorização do Património Paisagístico, Natural, Arquitectónico e Histórico	1.3.1. Recuperação e valorização do património natural e paisagístico	(1) Criação de áreas de interesse ambiental e de lazer
				(2) Incentivo à criação de uma estrutura verde contínua ligada à rede hídrica regional
		1.3.2. Recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico e cultural	1.3.2.1. Recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico e cultural	(3) Repovoamento florestal em áreas com vocação para o efeito e melhoramento da sua gestão
				(4) Dinamização de outros projectos de valorização do património natural e paisagístico
		1.4. Recuperação e Renovação Urbana	1.4.1. Acções específicas de reabilitação e renovação urbana	Criação de parques lineares e desenvolvimento de parques florestais de uso múltiplo, de que poderão constituir exemplos, o Arade e o Guadiana
				(1) Levantamento sistemático dos problemas existentes e definição das estratégias de acção a implementar
		1.4.2. Recuperação dos centros históricos/núcleos antigos	1.4.2.1. Recuperação dos centros históricos/núcleos antigos	(2) Dinamização de projectos de recuperação e valorização do Património Arquitectónico, Histórico e Cultural
				(1) Realização de acções de recuperação e renovação urbana
		1.4.3. Planificação e execução de acções específicas de reajustamento e valorização urbana de zonas saturadas	1.4.3.1. Planificação e execução de acções específicas de reajustamento e valorização urbana de zonas saturadas	(2) Melhoria e reforço das acções de limpeza urbana
				(3) Aumento do número de espaços públicos com árvores, nas zonas urbanas
1.5. Revisão, elaboração e acompanhamento de planos em áreas com importância para o turismo	1.5.1. Revisão, elaboração e acompanhamento de planos em áreas com importância para o turismo	(1) Preservação, reabilitação e dinamização dos Centros Históricos, considerando-os áreas estratégicas de intervenção		
		(2) Tratamento de espaços intersticiais desaproveitados		
1.6. Actuações sobre urbanizações em abandono e prédios devolutos	1.6.1. Actuações sobre urbanizações em abandono e prédios devolutos	(3) Realização de concursos de ideias para valorização de espaços urbanos (ex. 1.5.1 - 2)		
		(1) Revisão do PROTAL, tendo em conta a necessária articulação entre o ordenamento do território e sector turístico		
1.7. Definição de bases de ordenamento do espaço marítimo e protecção de zonas húmidas	1.7.1. Definição de bases de ordenamento do espaço marítimo e protecção de zonas húmidas	(2) Execução de Planos de Pormenor e Paisagísticos em todas as zonas necessitadas de intervenção		
		(3) Execução de planos de pormenor, bem como de outros planos de ordenamento do território		
1.8. Sinalização turística	1.8.1. Planos de sinalização turística	(1) Tratamento de espaços intersticiais desaproveitados		
		(2) Execução de Planos de Pormenor e Paisagísticos em todas as zonas necessitadas de intervenção		
2. Qualificação e Diversificação da Oferta/equipamentos e serviços	2.1. Construção, requalificação e modernização do alojamento	(3) Realização de planos sectoriais para produtos turísticos como golfe e turismo de natureza		
		(1) Levantamento das situações, proposta de soluções e estabelecimento de prioridades		
2.2. Reversão do alojamento não classificado	2.2.1. Reversão do alojamento não classificado	(2) Actuação sobre os edifícios inacabados, urbanizações em abandono e prédios devolutos (ex. 1.4.3 - 1)		
		(1) Ordenamento das praias (ex 3.1.1)		
2.3. Requalificação da restauração e similares	2.3.1. Valorização do serviço e imagem dos restaurantes e similares	Coordenação das três entidades mencionadas (CCRA, CM's e Min. do Amb.), durante a prossecução dos POOC		
		(1) Acompanhamento da implantação de marinas e portos de recreio		
2.4. Reforço da actuação das entidades com competência de controlo e fiscalização na região	2.4.1. Reforço da actuação das entidades com competência de controlo e fiscalização na região	(2) Estudo de zonas húmidas sem estatuto específico, tendo em vista determinar o grau de restrições a aplicar a cada uma.		
		(3) Requalificação do Rio Arade		
2.5. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	(1) Requalificação e modernização dos estabelecimentos hoteleiros		
		(2) Construção de estabelecimentos hoteleiros de qualidade em áreas carências de alojamento turístico		
2.5.2. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.2.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	(1) Arranjos nas áreas pertencentes aos empreendimentos turísticos		
		(2) Arranjos nas áreas exteriores aos empreendimentos turísticos		
2.5.3. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.3.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	(1) Criação, realocação e requalificação dos Parques de Campismo		
		Reordenamento dos Parques de Campismo do litoral		
2.5.4. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.4.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	(1) Definição das condições básicas para a classificação, apoios aplicáveis, procedimentos e prazos, estudando, também a reconversão para habitação e outros fins		
		(2) Incentivo à classificação do alojamento não classificado		
2.5.5. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.5.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	(1) Valorização do serviço e imagem dos restaurantes e similares		
		Concursos gastronómicos		
2.5.6. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.6.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	Publicação bianual de "Restaurantes do Algarve"		
		(1) Participação no processo de licenciamento das unidades hoteleiras e aos equipamentos de animação turística e aferição do nível de serviços		
2.5.7. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.7.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	(2) Intensificação da fiscalização de restaurantes e similares		
		(3) Cruzamento de informação entre as entidades públicas mais directamente ligadas ao alojamento não classificado		
2.5.8. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.8.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	(4) Realização de inspecções no domínio da actividade das agências de viagens		
		(5) Implementação de mecanismos eficazes de actuação em casos de irregularidades/ilegalidades (ex.4.1.2 - 3)		
2.5.9. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	2.5.9.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas	Inspeções aos intrusistas no domínio da actividade das agências de viagens		
		(1) Sensibilização e apoio ao sector privado no sentido de fortalecer a sua capacidade competitiva		

LEGENDA

Verde	Programas, Medidas e Acções modificadas (texto)	Preto	Programas, Medidas e Acções não alteradas
Rosa	Programas, Medidas e Acções novas	Cinza	Programas, Medidas e Acções eliminadas
Azul	Programas, Medidas e Acções modificadas (localização)		

### 3- PLANOS E DOCUMENTOS SECTORIAIS

DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	MEDIDAS	ACÇÕES	
2. Qualificação e Diversificação da Oferta/equipamentos e serviços (continuação)	2.6 Implementação de Sistemas de Qualidade nas empresas privadas e serviços públicos	2.6.1 Implementação de Sistemas de Qualidade nas empresas privadas e serviços públicos	(1) Inventariação das necessidades de qualificação nas empresas privadas e serviços públicos (2) Incentivo à certificação das empresas privadas e serviços públicos (3) Criação de um Centro para a Qualidade nas Actividades Turísticas	
	2.7 Melhoria da oferta de infraestruturas vocacionadas para a economia do lazer	2.7.1 Melhoria da oferta de infraestruturas vocacionadas para a economia do lazer	(1) Criação e dinamização de equipamentos com valências culturais, científicas, desportivas e de congressos (2) Criação e dinamização de parques temáticos/diversões com capacidade para operar no Inverno	
3. Qualificação e diversificação da oferta/produtos	3.1. Valorização do produto "Sol e Praia"	Ordenamento das praias	Racionalização e reclassificação dos apoios de praia Ordenamento das praias Extensão dos serviços de salvamento, vigilância e segurança	
		3.1.1. Valorização das praias	(1) Promoção da limpeza e conservação das praias, bem como das áreas envolventes (ex. (3.1.2.)) (2) Acções específicas de protecção e valorização do Litoral	
		3.1.2. Tratamento das frentes de mar	(1) Tratamento e requalificação das frentes de mar Estabelecimento de prioridades, acompanhamento dos estudos e execução das obras	
		3.1.3. Valorização de percursos junto ao litoral	(1) Criação e valorização de percursos recreativos para uso não motorizado	
	3.2. Desenvolvimento do Golfe	3.2.1. Dinamização da oferta integrada de golfe	(1) Incentivo ao desenvolvimento de complexos turísticos integrando campos de golfe (2) Desenvolvimento das actividades complementares do golfe Criação de programas de golfe incluindo diferentes opções	
		3.2.2. Incentivo à manutenção da qualidade da oferta de golfe	(1) Incentivo à criação e recuperação dos campos de golfe	
	3.3. Desenvolvimento do Turismo Desportivo	3.3.1. Reforço e adequação dos equipamentos de apoio às modalidades desportivas	(1) Inventariação das infraestruturas e equipamentos existentes com interesse para uso turístico (2) Criação e recuperação de instalações desportivas e reforço dos respectivos equipamentos de apoio	
		3.3.2. Dinamização do turismo desportivo	(1) Criação de estruturas adequadas para a realização de estágios desportivos (2) Incremento de actividades desportivas (3) Incentivo à criação de estruturas próprias para estágios desportivos, em unidades hoteleiras (4) Incentivo à dinamização de estágios desportivos	
			Incentivo à criação de apoios à actividade desportiva em unidades hoteleiras	
	3.4. Incremento de outros produtos turísticos	3.4.1. Turismo de Congressos e Incentivos	(1) Incentivo ao desenvolvimento do turismo de congressos e incentivos	
		3.4.2. Turismo de saúde e recuperação	(1) Incremento das unidades de talassoterapia (2) Revitalização da Fonte Santa - Quarteira (3) Incremento de outras unidades de apoio ao turismo de saúde e recuperação Recuperação e renovação das Termas de Monchique Aproveitamento para este fim do Sanatório em S. Brás de Alportel Reforço do nível de prestação na área da saúde	
			3.4.3. Turismo cultural	(1) Fomento da realização de acontecimentos especiais, apoiados na tradição histórica e regional (2) Promoção do artesanato regional (3) Criação de centros de artesanato (4) Criação de circuitos temáticos organizados por forma a permitir um contacto directo com locais de particular interesse cultural e histórico (5) Promoção da gastronomia regional
			3.4.4. Turismo de natureza	(1) Estudo e criação de circuitos de descoberta da natureza nos espaços naturais e rurais (ex. 1.1.1-4) (2) Incentivo à criação de programas turísticos de observação de espécies (3) Apoio a medidas de valorização e salvaguarda de espaços naturais e implementação de infraestruturas de apoio ao turismo de natureza (ex. 1.1.1-3) (4) Implementação de Plano de Acção de Turismo e Ambiente
		3.4.5. Turismo em espaço rural	(1) Recuperação para fins turísticos de aldeias semi-abandonadas (2) Fomento de outras formas de turismo em espaço rural	
		3.4.6. Turismo cinegético	(1) Fomento do turismo cinegético	
3.4.7 Turismo Juvenil (ex.3.6.3)		(1) Realização de campos de férias temáticos (desportivos, ambientais, ...) (2) Realização de actividades de tempos livres para jovens, na hotelaria Campanha de sensibilização junto das empresas turísticas		
3.5. Desenvolvimento da animação turística	3.5.1. Desenvolvimento da animação turística	(1) Fomento de manifestações de âmbito cultural e realização de um calendário de animação turística que contemple eventos de grande impacto (2) Elaboração um Plano de Verão para animação de rua (3) Fomento da criação de cursos temáticos de curta duração (por exemplo: culinária regional, artesanato, pintura, etc.) (4) Motivação das unidades hoteleiras e similares para o fomento a sua própria animação		

LEGENDA

Verde	Programas, Medidas e Acções modificadas (texto)	Preto	Programas, Medidas e Acções não alteradas
Rosa	Programas, Medidas e Acções novas	Cinza	Programas, Medidas e Acções eliminadas
Azul	Programas, Medidas e Acções modificadas (localização)		

DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	MEDIDAS	ACÇÕES
3. Qualificação e diversificação da oferta/produtos (continuação)	3.6. Atenuação da sazonalidade	3.6.1. Dinamização da animação turística na época baixa	(1) Dinamização de eventos de animação turística na época baixa Estabelecimento de programas rotativos e criação de festivais - circuitos internacionais
		3.6.2. Dinamização do turismo de 3ª idade	(1) Dinamização do turismo de 3ª idade Ocupação dos tempos livres
		3.6.3. Circuitos turísticos	(1) Dinamização de circuitos integrados que incluam o Algarve (2) Dinamização de circuitos na região
4. Melhoria da Prestação Institucional	4.1. Acções de apoio ao turista	4.1.1. Melhoria do sistema de atendimento	(1) Ampliação e melhoria da rede de postos de turismo com atendimento personalizado (2) Melhoramentos e criação de postos de turismo informatizados (3) Melhoramento e actualização do material de informação turística (4) Realização de campanhas de sensibilização para a qualidade do atendimento
		Intensificação das acções inspectivas - articulação entre entidades	Articular as acções inspectivas da DGT com as de outras entidades Reforço do número de efectivos de inspecção
	4.1.2. Reforço das acções de segurança	(1) Reforço e optimização de meios e acções de segurança (2) Realização de acções de formação para agentes que prestam serviços em áreas essencialmente turísticas (línguas estrangeiras, conhecimento de informação turística básica, entre outros) (3) Realização de campanhas de sensibilização para a segurança rodoviária	
	4.2. Formação profissional	4.2.1. Formação Profissional	(1) Avaliação da oferta de formação e das necessidades existentes (2) Planeamento de formação no âmbito de novos produtos turísticos emergentes (3) Fomento da formação e reciclagem nas entidades que operam no sector do comércio e serviços (4) Apoio à participação em redes nacionais e internacionais, das empresas e instituições de formação do Algarve Dinamização de um observatório de emprego e formação
4.3. Investigação e Desenvolvimento	e 4.3.1. Investigação e desenvolvimento	(1) Criação e manutenção de uma base de dados de recursos, infraestruturas e equipamentos da actividade turística (2) Criação e dinamização de um observatório de turismo regional e de um centro de altos estudos do turismo (ex. 5.2.4-2) (3) Introdução de I&D na indústria turística, a nível de equipamentos e serviços (4) Definição de indicadores de sustentabilidade para a região do Algarve Elaboração de indicadores estatísticos para a permanente análise conjuntural do turismo no Algarve	
		5. Promoção Turística	5.1. Diversificação e Segmentação de mercados
6. Implementação e Acompanhamento do PRTA	5.2. Planeamento Integrado de Marketing	5.2.1. Implementação de um Plano de Marketing para a Região	(1) Implementação de um Plano de Marketing
		5.2.2. Melhoria da coordenação entre os diversos agentes envolvidos na promoção do Algarve	(1) Coordenação dos agentes envolvidos na promoção no sentido da definição de estratégias Acompanhamento e aferição de resultados
	5.2.3. Adequação e requalificação dos materiais promocionais	(1) Adequação e requalificação dos materiais promocionais Criação de um grupo de trabalho	
	5.2.4. Avaliação sistemática da promoção efectuada	(1) Acompanhamento e avaliação da actividade promocional	
6.1. Auditoria e Monitorização da Implementação do Plano	6.1.1. Acompanhamento e avaliação da implementação do Plano	Validação da qualidade dos planos e projectos referentes a empreendimentos turísticos	(1) Acompanhamento e avaliação das acções a desenvolver
		6.2. Difusão do Plano	6.2.1. Divulgação do documento final do Plano e dos documentos subsequentes
6.2.2. Sensibilização da Comunidade para os valores associados ao Turismo		(1) Realização de campanhas publicitárias e de sensibilização para a importância do turismo - Projecto Algarve Agenda 21	

LEGENDA

Verde	Programas, Medidas e Acções modificadas (texto)	Preto	Programas, Medidas e Acções não alteradas
Rosa	Programas, Medidas e Acções novas	Cinza	Programas, Medidas e Acções eliminadas
Azul	Programas, Medidas e Acções modificadas (localização)		



Quadro III – Medidas Endógenas e Exógenas do Turismo

DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	MEDIDAS	Endógenas	Exógenas	Incentivos Financeiros	
1. Enquadramento da Oferta Turística	1.1. Identificação e Valorização de Espaços Relevantes para a Imagem do Algarve	1.1.1. Valorização de espaços relevantes para a imagem do Algarve	✗			
		1.1.2. Identificação dos espaços de desenvolvimento para o turismo		✗		
	1.2. Melhoria das Infraestruturas e Equipamentos	1.2.1. Melhoria do sistema de abastecimento de água			✗	
		1.2.2. Melhoria do sistema de águas residuais			✗	
		1.2.3. Melhoria do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos			✗	
		1.2.4. Melhoria das condições de circulação e de acesso ao Algarve			✗	
		1.2.5. Melhoria das infraestruturas portuárias			✗	
		1.2.6. Melhoria da rede de equipamentos e serviços colectivos			✗	
	1.3. Recuperação e Valorização do Património Paisagístico, Natural, Arquitectónico e Histórico	1.3.1. Recuperação e valorização do património natural e paisagístico			✗	
		1.3.2. Recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico e cultural			✗	
	1.4. Recuperação e Renovação Urbana	1.4.1. Acções específicas de reabilitação e renovação urbana			✗	
		1.4.2. Recuperação e valorização dos centros históricos/núcleos antigos			✗	
		1.4.3. Planificação e execução de acções específicas de reajustamento e valorização			✗	
	1.5. Revisão, Elaboração e Acompanhamento de Planos em Áreas com Importância para o Turismo	1.5.1. Revisão, elaboração e acompanhamento de planos em áreas com importância para o turismo			✗	
	1.6. Actuações sobre as Urbanizações em Abandono e Prédios Devolutos	1.6.1. Actuações sobre urbanizações em abandono e prédios devolutos			✗	✗
	1.7. Definição de Bases de Ordenamento do Espaço Marítimo e Protecção de Zonas Húmidas	1.7.1. Definição das bases de ordenamento da afectação do espaço marítimo aos diversos utilizadores - POOC's			✗	
		1.7.2. Acompanhamento de planos e estudos para marinas e portos de recreio			✗	
		1.7.3. Protecção das zonas húmidas			✗	
1.8. Sinalização Turística	1.8.1. Planos de sinalização turística		✗			
2. Qualificação e Diversificação da Oferta/Equipamentos e Serviços	2.1. Construção, Requalificação e Modernização do Alojamento Classificado	2.1.1. Construção, requalificação e modernização de estabelecimentos hoteleiros	✗		✗	
		2.1.2. Arranjo paisagístico das envolventes dos empreendimentos turísticos		✗		
		2.1.3. Criação, relocalização e requalificação dos parques de campismo	✗		✗	
	2.2. Reversão do Alojamento não Classificado	2.2.1. Reversão do alojamento não classificado	✗		✗	
	2.3. Requalificação da restauração e similares	2.3.1. Valorização do serviço e imagem dos restaurantes e similares	✗		✗	
	2.4. Reforço da Actuação das Entidades com Competência de Controlo e Fiscalização na Região	2.4.1. Reforço da actuação das entidades com competência de controlo e fiscalização na região	✗			
	2.5. Apoio a Estratégias de Competitividade das Empresas	2.5.1. Apoio a estratégias de competitividade das empresas		✗	✗	
2.6. Implementação de Sistemas de Qualidade nas Empresas Privadas e Serviços Públicos	2.6.1. Implementação de Sistemas de Qualidade nas empresas privadas e serviços públicos	✗		✗		
2.7. Melhoria da Oferta de Infraestruturas Vocacionadas para a Economia do Lazer	2.7.1. Melhoria da oferta de infraestruturas vocacionadas para a economia do lazer	✗		✗		
3. Qualificação e Diversificação da Oferta/Produtos	3.1. Valorização do Produto "Sol e Praia"	3.1.1. Valorização das praias	✗			
		3.1.2. Tratamento das frentes de mar		✗		
		3.1.3. Valorização de percursos junto ao litoral	✗			
	3.2. Desenvolvimento do Golfe	3.2.1. Dinamização da oferta integrada de golfe	✗		✗	
		3.2.2. Incentivo à manutenção da qualidade da oferta de golfe	✗		✗	
	3.3. Desenvolvimento do Turismo Desportivo	3.3.1. Reforço e adequação dos equipamentos de apoio às modalidades desportivas			✗	
3.3.2. Dinamização do turismo desportivo			✗		✗	

DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	MEDIDAS	Endógenas	Exógenas	Incentivos Financeiros
3. Qualificação e Diversificação da Oferta/Produtos (Continuação)	3.4. Incremento de Outros Produtos Turísticos	3.4.1. Turismo de congressos e incentivos	✗		✗
		3.4.2. Turismo de saúde e recuperação	✗		✗
		3.4.3. Turismo cultural	✗		✗
		3.4.4. Turismo de natureza	✗		✗
		3.4.5. Turismo em espaço rural	✗		✗
		3.4.6. Turismo cinegético	✗		✗
		3.4.7. Turismo juvenil	✗		✗
	3.5. Desenvolvimento da Animação Turística	3.5.1. Desenvolvimento da animação turística	✗		✗
	3.6. Atenuação da Sazonalidade	3.6.1. Dinamização da animação turística na época baixa	✗		
		3.6.2. Dinamização do turismo de 3ª idade	✗		
3.6.3. Circuitos turísticos		✗			
4. Melhoria da Prestação Institucional	4.1. Acções de Apoio ao Turista	4.1.1. Melhoria do sistema de atendimento	✗		✗
		4.1.2. Reforço das acções de segurança		✗	
	4.2. Formação Profissional	4.2.1. Formação profissional	✗		✗
5. Promoção Turística	4.3. Investigação e Desenvolvimento	4.3.1. Investigação e desenvolvimento	✗		✗
		5.1. Diversificação e Segmentação de Mercados	5.1.1. Diversificação de mercados	✗	
		5.1.2. Promoção do Algarve nos diferentes mercados	✗		
	5.2. Planeamento Integrado de Marketing	5.2.1. Implementação de um Plano de Marketing para a Região	✗		
		5.2.2. Melhoria da coordenação entre os diversos agentes envolvidos na promoção do Algarve	✗		✗
		5.2.3. Adequação e requalificação dos materiais promocionais	✗		
		5.2.4. Avaliação sistemática da promoção efectuada	✗		
6. Implementação e Acompanhamento do PRTA	6.1. Auditoria e Monitorização da Implementação do Plano	6.1.1. Acompanhamento e avaliação da implementação do Plano	✗		
		6.2.1. Divulgação do documento final do Plano e dos documentos subsequentes	✗		
	6.2. Difusão do Plano	6.2.2. Sensibilização da Comunidade para os valores associados ao Turismo	✗		

Medidas Endógenas – Medidas intrínsecas ao sector do turismo.

Medidas Exógenas – Medidas independentes do sector do turismo, com repercussões directas no mesmo.

Incentivos Financeiros – Apoios financeiros dirigidos à actividade privada.

Fonte: Região de Turismo do Algarve

### 3.7- SÍNTESE

**1** Num primeiro exercício de síntese, considera-se ser de realçar o consenso quanto à importância e ao papel do Turismo num novo modelo de desenvolvimento regional: o Turismo enquanto núcleo central de uma nova estratégia de desenvolvimento do Algarve, numa visão sectorialmente diversificada e territorialmente equilibrada (AMAL, 1999), ou a especialização no complexo de actividades do Turismo/Lazer enquanto pólo dinamizador e catalisador do desenvolvimento económico da Região (CCR, 2000).

Embora raramente se tenha avançado para uma definição rigorosa de um conceito que, não raras vezes, é utilizado e compreendido de forma equívoca, é insistente o princípio de que as estratégias de desenvolvimento regional, neste domínio, terão que passar necessariamente por um **turismo de qualidade**: *turismo de qualidade* por oposição a *massificação*, e num quadro de especialização, diferenciação e alta qualidade com elevado preço (CEAL, 1999); *turismo de qualidade* por oposição a um simples aumento da capacidade de oferta, sem grandes preocupações com o equilíbrio urbanístico, cultural e ambiental (PRTA, 2001).

**2** O carácter periférico do Algarve, os desequilíbrios regionais resultantes da concentração urbana numa estreita faixa litoral associada à concentração sazonal das actividades económicas (por oposição a parcelas significativas do território sujeitos a processos de marginalização económica e social), os problemas decorrentes da sazonalidade, a importância estratégica do ambiente e do património natural, a debilidade do tecido empresarial, os baixos níveis de formação profissional, a qualificação do território e do ambiente, a dinamização sócio-económica do interior, o envelhecimento populacional e os aspectos associados às infraestruturas de base nos domínios das acessibilidades, ambiente e apoio às actividades económicas – são alguns dos aspectos que, nos documentos em apreço, ocupam o essencial dos diagnósticos efectuados.

Na sequência destes diagnósticos, a afirmação da capacidade competitiva do Algarve e a construção das condições dessa competitividade (CCR), ou o aproveitamento das potencialidades regionais, gerando mais riqueza, num quadro de correcção de desequilíbrios espaço-temporais, garantindo uma elevada rentabilidade dos investimentos, tendo como pressupostos de base a alta qualidade dos serviços e dos produtos e um elevado padrão de vida para residentes, turistas e visitantes (CEAL), emergem como os objectivos estratégicos de desenvolvimento de carácter geral.

Nesta perspectiva, o complexo de actividades do turismo e do lazer deve suscitar dinâmicas de actividades directas, indirectas ou induzidas num leque alargado de produções com expressão no Algarve, enquanto que os recursos humanos, competências regionais (sub-sistemas educação/formação e ciência e tecnologia) e coesão social, por um lado, e o Território e o Ambiente, por outro, adquirem especial relevância enquanto vectores de suporte e de qualificação da estratégia regional (CCR).

**3** O combate à periferização e à sazonalidade da actividade económica, atenuando o desequilíbrio entre sectores e afirmando a genuinidade dos produtos regionais, um desenvolvimento intra-regional equilibrado, a promoção da investigação e da formação profissional, a defesa do ambiente e a internacionalização da economia, são alguns dos grandes desafios e medidas de carácter global e estruturante a ter em conta (CEAL). Ainda no âmbito das estratégias de desenvolvimento, a diversificação temática e de mercados de origem, a integração territorial e o aumento de produtividade são os principais objectivos a prosseguir no domínio das orientações sectoriais para o Turismo (AMAL), realçando-se ainda o potencial das pescas, da aquicultura, da agricultura e da floresta, desde que superadas insuficiências actuais e exploradas novas oportunidades. A criação de condições para o reforço do peso da indústria transformadora no contexto económico regional, o apoio à actividade económica, a qualificação dos recursos humanos, a prioridade de intervenção ao nível das acessibilidades e a requalificação ambiental, paisagística e urbanística da Região, são outras das orientações sectoriais consideradas prioritárias (AMAL). Refira-se ainda, quanto ao comércio, a referência ao absoluto descontrolo de uma oferta que ultrapassa já largamente a procura, e para a necessidade de, entre outras medidas, travar no imediato a aprovação de mais superfícies comerciais de grandes dimensões (CEAL).

Na “Estratégia de Desenvolvimento do Algarve” (CCR, 2000), por sua vez, é considerada prioritária a intervenção no domínio das infraestruturas de base (acessibilidades, ambiente e apoio às actividades económicas), no domínio dos espaços rurais, valores naturais e biodiversidade, e no domínio dos espaços urbanos e equipamentos educativos, sociais e culturais.

**4** Do ponto de vista da estruturação do território, é realçado que os grandes desafios que se colocam à Região se situam no combate à crescente periferização em relação ao território europeu e no reforço da articulação no espaço regional (PDR). Nesse sentido adquirem particular relevo a construção de infraestruturas e equipamentos que melhor articulem o Algarve com o espaço nacional, a recuperação das zonas costeiras e a valorização de espaços naturais, a qualificação de espaços urbano-turísticos e o reforço das articulações intermunicipais.

Numa análise da organização territorial da Região, segundo as qualificações e especializações afirmadas e ou vocacionadas distintas, foram identificados quatro grandes sub-sistemas: Litoral, Costa Vicentina, Guadiana e Serra/Barrocal (CCR, 2000). Relativamente à componente urbana desta organização territorial, a concentração da ocupação urbana numa estreita faixa do litoral, bem como a pressão sobre os equilíbrios ambientais e sobre a capacidade das redes de suporte, são, nesta perspectiva, os indicadores-chave. Quanto à componente não litoralizada do padrão de ocupação do território, realce para o entendimento de que importa ter presente uma diversidade de dinâmicas sócio-económicas, o que rompe com lógicas dicotómicas patentes nas abordagens tradicionais.

Ainda no plano da organização territorial da Região, e tendo em vista recolher vantagens da abertura e da nova dimensão dos mercados, o documento da CCR considera que o desafio-chave é o de construir o edifício principal da rede urbana regional em torno de dois sub-sistemas polarizados por Faro e Portimão, constituindo-se Albufeira como elemento de articulação física de movimentos económicos e de pessoas. A AMAL, por sua vez, realça um dualismo crescente entre o litoral e o interior (litoralização de pessoas e actividades) e uma urbanização crescente com afirmação em dois pólos (Lagos/Portimão e Faro/Olhão/ Loulé), verificando-se uma insuficiente estruturação interna.

Numa análise de identificação de unidades espaciais que permitam construir sub-sistemas territorialmente coesos, a AMAL considera os seguintes sete sub-sistemas: Barlavento Litoral, Bacia do Guadiana, Serra, Barrocal, Mancha polinuclear Portimão/Lagos, Mancha polinuclear Faro/ Loulé/ S. Brás/ Olhão, e Faixa Litoral Central. Nesta lógica, os objectivos estratégicos visando a construção de um novo modelo territorial encontram-se associados:

- à necessidade de garantir níveis adequados de cobertura e satisfação em termos de infraestruturas e equipamentos sociais básicos;
- ao funcionamento mais sistémico da Região (transportes e comunicações eficientes e articulados entre si, com a rede urbana e com o conjunto de centralidades com valor estratégico supra-local);
- à valorização do património natural, à requalificação do litoral, à revitalização do interior e à reconquista do Barrocal;
- à redescoberta do mar;
- à consolidação dos mercados vizinhos e de proximidade, e à conquista de um lugar mais activo no espaço de fluxos internacionais.

**5** Assumir com determinação a especialização no complexo de actividades do Turismo/Lazer como o pólo dinamizador e catalisador do desenvolvimento económico da Região, construir um novo paradigma para competir no novo quadro da U.E.M. e alargar as fronteiras internas de crescimento e reforçar e alargar os canais de ligação nacional, ibérica, europeia e mundial do Algarve, são, em síntese, os grandes eixos em torno dos quais deve assentar um novo modelo de desenvolvimento estratégico da base económica do Algarve (CCR).

Na definição da AMAL, os objectivos estratégicos de desenvolvimento da Região passam por assegurar o desenvolvimento sustentado do turismo, aumentar a competitividade económica regional no contexto nacional e internacional, qualificar os recursos humanos e reforçar a coesão social e, finalmente, promover o equilíbrio territorial e ambiental.

A CEAL, por sua vez, resume as estratégias de desenvolvimento regional ao aproveitamento das potencialidades, gerando mais riqueza, à correcção de desequilíbrios espaço-temporais, garantindo um crescimento equilibrado e sustentado, à garantia de uma elevada rentabilidade dos investimentos e à criação de mais empregos e com segurança. Tudo isto num quadro em que a “excelência do Algarve” seja aferida em três domínios: alta qualidade dos serviços, alta qualidade dos produtos e elevado padrão de vida para residentes, turistas e visitantes.

Realce, no sector específico do Turismo, para os objectivos últimos que, de acordo com o PRTA, se devem atingir na sequência da intervenção num conjunto alargado de domínios: qualificar a oferta do Algarve; evitar que o ciclo de vida do destino entre em fase de declínio; potenciar um eficiente aproveitamento dos recursos; aumentar a capacidade competitiva da Região face aos destinos concorrentes; aumentar as receitas do turismo; promover um desenvolvimento sustentável.

**6** A competitividade territorial enquanto pilar da definição de opções estratégicas de desenvolvimento, a aposta na competitividade económica regional centrada no complexo de actividades do turismo e lazer, o referencial de um turismo de qualidade (entendido num quadro de especialização, diferenciação e alta qualidade com elevado preço, por oposição a massificação), o ambiente e o património natural entendidos como domínio estratégico regional, a intervenção no domínio das infraestruturas de base (acessibilidades, ambiente e apoio às actividades económicas), a requalificação urbanística e ambiental, a equidade territorial (ou, dito de outro modo, um desenvolvimento intra-regional equilibrado), o combate à crescente periferização e a redescoberta do Barrocal e da Serra, o reforço das actividades dos sectores primário e secundário, a coerência do sistema urbano regional e a formação profissional e a valorização dos recursos humanos – podem considerar-se, num primeiro exercício de síntese como os grandes desafios de ordem estratégica que são realçados pelos diferentes documentos objecto da presente análise.

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

## ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (1989/1996). CCR-ALGARVE, JUNHO DE 2000. ESTUDO EXECUTADO PELO CEDRU – CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO, LD<sup>a</sup>

Este estudo de avaliação do PROT-Algarve centrou-se no período de 1989 a 1996. Para além de um Sumário Executivo da Avaliação, o relatório estrutura-se em três grandes partes: Contextualização, Avaliação e Monitorização do PROTAL.

No presente capítulo apresenta-se um resumo dos principais aspectos considerados no Estudo, estando actualmente em preparação, no âmbito do presente processo de revisão do PROT, um documento com a actualização deste Estudo, com base em elementos de caracterização relativos ao período 1996 – 2002.

### Parte 1 – Contextualização do Protal

#### CAPÍTULO I – DINÂMICA REGIONAL 1989/1996

##### 1. Dinâmica Demográfica

A análise dos quantitativos demográficos da Região do Algarve reveste-se de particular singularidade, uma vez que a sazonalidade da ocupação do território leva a que os quantitativos de base sejam, em alguns períodos do ano, mais que triplicados.

##### 1.1. Evolução da População Residente

A população residente no Algarve ascende a cerca de 350 mil habitantes, tendo sofrido um ligeiro crescimento de cerca de 0.4% no período de avaliação do PROTAL, inferior ao aumento verificado no Continente. Confirmando as tendências das últimas décadas, verifica-se uma acentuação das dissemelhanças entre um litoral atractivo e um interior recessivo. O processo de litoralização que marcou as últimas décadas, associado às recentes tendências sócio-económicas, indicia que esta dicotomia não será alterada nos próximos anos.

A dinâmica demográfica tem sido marcada por uma forte influência dos movimentos migratórios, sendo particularmente significativa, pela positiva, nos concelhos do litoral do Barlavento e do sistema Faro-Olhão, e em termos negativos nos concelhos do Sotavento.

##### 1.2. Importância da População Flutuante

O Algarve é a Região do país onde se observam as maiores discrepâncias na relação entre a população residente e a população flutuante, o que comporta indubitáveis reflexos no ordenamento do território. Albufeira, por exemplo, tem uma população flutuante na época alta cerca de 800% superior à população residente. Pelo contrário, São Brás de Alportel e Monchique apresentam variações quase residuais no contexto regional.

##### 2. Dinâmica Sócio-Económica

O período de avaliação do PROTAL foi marcado por um reforço das tendências observadas nas décadas anteriores, revelando-se o Algarve como uma das economias regionais mais dinâmicas do país.

##### 2.1. Evolução do Emprego e do VAB por Sectores de Actividade

Os primeiros anos da década de 90 foram marcados por uma continuidade da tendência de crescimento do emprego observada ao longo da década de 80. O comportamento positivo do emprego regional atribui-se essencialmente à dinâmica do sector turístico.

O sector secundário apresentou uma importante redução entre 1989 e 1996, perdendo 5.3% do emprego. Embora o emprego na agricultura não sofresse qualquer variação, a actividade da pesca apresentou uma inflexão de cerca de 15% neste período. O sector terciário, em 1996, representa cerca de 67% do emprego regional, evidenciando as actividades terciárias uma progressivamente maior participação no VAB.

A evolução do desemprego é marcada por dois períodos distintos entre 1989 e 1996: até 1991 observa-se uma diminuição de mais de 2 mil desempregados; a partir de 1991 registou-se um crescimento contínuo do desemprego, atingindo-se em 1996 um valor superior a 16 mil pessoas.

Em termos territoriais, a faixa litoral que se estende de Lagos a Vila Real de Santo António concentrava em 1996 aproximadamente 96% do pessoal ao serviço da Região.

##### 2.2. Evolução da Agricultura

A actividade agrícola apresentou durante o período PROTAL uma evolução global negativa, com uma diminuição significativa no VAB regional. As explorações agrícolas em actividade sofreram uma forte redução, sobretudo as de menor dimensão. De qualquer modo, entre 1989 e 1995 alguns sectores apresentaram dinâmicas positivas ao nível da produtividade e rendimento, sendo de destacar o crescimento da produção citrícola, que atingiu, neste período, uma variação de aproximadamente 40% relativamente à produtividade e 34% no que respeita ao rendimento. Os citrinos foram, desta forma, a principal produção da agricultura regional, representando em 1995 cerca de 76% da produtividade total do Algarve.

##### 2.3. Evolução da Floresta

De acordo com o Inventário Florestal de 1989, o Algarve apresentava uma superfície florestal correspondente a cerca de 19.6% do território total regional. Confrontada com a natureza dos solos, a Região continha uma vocação florestal bastante acima da verificada, que de acordo com os estudos do PROTAL corresponderia a cerca de 48% do seu território. As espécies predominantes seriam o sobreiro, com 42.6% do coberto florestal, seguido do eucalipto, com 21.9%, e das outras folhosas, com perto de 19%.

Os valores referentes a 1995, fornecidos pela Direcção Regional de Florestas, registavam um ligeiro acréscimo de 4% do coberto vegetal face a 1989, mas com alterações significativas segundo as espécies, com um crescimento das espécies de usos industriais e de crescimento rápido: assim, o pinheiro bravo/manso triplicou a sua superfície, e o eucalipto expandiu a sua área em cerca de 50%; nas folhosas, por sua vez, verificou-se uma regressão, com uma diminuição para 1/3 relativamente a 1989. Apesar de uma ligeira redução, o sobreiro continuou como a espécie predominante.

Confrontada a evolução das explorações agrícolas e a área correspondente (que no período em análise decaiu 17%), com a evolução da superfície florestal (que se expandiu em 4%), resulta que a expansão da floresta não terá compensado o declínio territorial da agricultura, o que contrariou as expectativas de evolução no sentido de a floresta se constituir como alternativa economicamente viável à actividade agrícola.

##### 2.4. Evolução das Pescas e da Aquicultura

Durante o período em referência, a actividade piscatória no Algarve registou um declínio da sua importância no contexto económico regional (à semelhança do que aconteceu a nível nacional), com realce para a pesca da sardinha que decaiu em mais de 42%, e que em grande parte se deverá ao declínio da indústria conserveira.

A produção aquícola apresentou um comportamento inverso ao das pescas, crescendo 52% em termos de tonelagem, sendo de registar a importância da moluscicultura, que em 1996 representava 94% da produção no Continente, realçando o potencial oferecido pelas condições naturais das zonas estuarinas da Região.

##### 2.5. Evolução da Indústria

A evolução da actividade industrial, no período em apreço, caracterizou-se essencialmente por uma perda da sua importância absoluta e relativa no contexto das actividades económicas regionais.

Uma das principais características do tecido industrial algarvio e que tem condicionado a sua evolução e especialização é a grande dependência do mercado local ou sub-regional para o escoamento das produções, excepção feita para as indústrias conserveiras e a cortiça, as únicas com inequívoca vocação exportadora.

### 2.6. Evolução do Turismo

Durante este período, a actividade turística na Região apresentou um crescimento considerável, embora não tão elevado quanto o observado na década anterior. A procura turística conheceu um crescimento bastante superior face ao restante território nacional, significando um reforço e crescente importância dos quantitativos regionais face aos valores nacionais. Em 1989, cerca de 40% das dormidas realizadas em Portugal estariam registadas no Algarve, enquanto que em 1996 esse valor ascendia a perto de 45%.

Em consonância com o crescimento da procura, a capacidade hoteleira regional registou um aumento de 30% entre 1989 e 1996, mas com uma variação intra-regional bastante desequilibrada, concentrando-se o crescimento, em termos absolutos, nos concelhos de Albufeira (+ 7.780 camas), Portimão (+ 6.711), Lagoa e Loulé. Estes quatro concelhos concentravam 82% do número de camas da Região. Estes e outros valores nesta área, demonstram inequivocamente o padrão de desenvolvimento da actividade turística regional, associada à exploração do produto sol e praia, que no Algarve apresenta um potencial extremamente elevado e ainda em franco desenvolvimento.

O gasto médio por turista na Região apresentou várias oscilações no período em estudo, observando-se uma tendência da queda das receitas turísticas reais *per capita* após 1993. Em termos reais, as receitas atribuídas ao turismo *per capita* são inferiores em 1995 comparativamente com 1989.

### 2.7. Evolução da Construção Civil

Durante o período de avaliação, a actividade da construção civil registou uma diminuição da tendência de crescimento verificada ao longo dos anos 80, o que poderá decorrer, entre outros aspectos, das próprias restrições impostas pelo PROTAL.

A construção de edifícios conheceu uma maior dinâmica nos concelhos de Loulé e Albufeira. Registe-se a posição de Faro – sede de distrito e o concelho com maior população residente –, que registou níveis de construção inferiores, em menos de metade, aos verificados em Albufeira.

A partir de 1989 regista-se uma forte diminuição do número de licenças para novas construções, que de sensivelmente 4.000 nesse ano passam para apenas pouco mais de 1.500 em 1994.

O número de licenças atribuídas pelos municípios foi sempre superior à construção efectivamente realizada, sendo este um indicador do comportamento especulativo do mercado imobiliário

## 3. Dinâmica do Povoamento e do Sistema Urbano

### 3.1. Da evolução do povoamento e da afirmação dos centros urbanos

Ao longo das décadas de setenta e oitenta a estrutura territorial da base económica algarvia conduziu a uma matriz de povoamento cada vez mais marcada pelo crescimento dos centros urbanos litorais e suas envolventes periurbanas, e pelo esvaziamento dos pequenos estabelecimentos humanos dos interiores rurais – Barrocal e Serra.

Em 1991, no entanto, só quatro centros urbanos possuíam mais de 10 mil habitantes: Faro, Olhão, Portimão e Lagos, com cinco aglomerados a aproximar-se deste limiar (Albufeira, Loulé, Tavira, Quarteira e Vila Real de Santo António).

### 3.2. Da estruturação do Sistema Urbano Regional

A hierarquia urbana e a organização territorial pouco se alteraram no período em análise. Em síntese, verifica-se que em 1996 existia um centro urbano (Faro) com capacidade para comandar a Região e, ainda assim, de forma incipiente. Portimão continua a posicionar-se como um centro sub-regional. Num terceiro nível hierárquico emergiam sete centros urbanos (Lagos, Silves, Albufeira, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António). Em 1996 o espaço regional do Algarve tendia a estruturar-se em oito subsistemas urbanos (cf. Figura da pág. 1.34 do “Estudo de Avaliação...”).

## 4. Dinâmica de infra-estruturação do território

### 4.1. Da evolução das acessibilidades e transportes

A qualidade da rede rodoviária melhorou significativamente, sendo que em 1996 mais de 60% da rede nacional na Região era constituída por Itinerários Principais e Complementares, quando em 1989 este valor não ultrapassava os 24.4%. Neste período foram concluídos 85 Km em via dupla da Via do Infante e a rede de IC cresceu 60 Km.

As alterações verificadas ao nível da rede ferroviária foram nulas. Acompanhando esta ausência de dinâmica, verificou-se a diminuição da utilização da rede ferroviária para o transporte de mercadorias, tendo sido observado um decréscimo superior a 70% entre 1989 e 1996, nos movimentos registados na estação de Faro.

O aeroporto de Faro assume a segunda posição nacional, com um movimento de passageiros de 2,440 milhões em 1989, e de 3,513 milhões em 1996, a que corresponde uma variação de 44%. A maioria do movimento de passageiros corresponde a tráfego internacional, tendo este representado 93.2% e 96.2%, respectivamente, em 1989 e 1996. Por sua vez, a capacidade de utilização do aeroporto de Faro para o transporte de mercadorias encontra-se saturado.

### 4.2. Evolução das redes de saneamento básico

#### 4.2.1. Evolução da cobertura de sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água

Em 1994, o índice de atendimento médio da Região no que respeita ao abastecimento de água canalizada por sistemas públicos apresentava uma situação bastante razoável (82%), embora com discrepâncias litoral/interior: Portimão, por exemplo, apresentava índices de atendimento de 100%, enquanto que o valor para Alcoutim não ultrapassava 30%.

#### 4.2.2. Evolução da cobertura de sistemas públicos domiciliários de águas residuais.

Em Setembro de 1994, o valor médio da Região relativamente a este indicador situava-se nos 71%, sendo no entanto de realçar os contrastes significativos verificados numa análise por concelhos.

Quanto às ETARs em funcionamento, era este o sector que em 1994 apresentava as maiores carências, sendo de 58% a média regional da população servida por sistemas de tratamento de águas residuais. Também aqui a situação é muito contrastada numa análise por concelhos, com, por exemplo, Albufeira ou Vila do Bispo a registarem taxas de cobertura acima de 80%, e Faro e VRSA abaixo dos 14%. Os casos de Faro e Portimão (este com 36%) eram os mais preocupantes atendendo aos quantitativos populacionais aí presentes.

#### 4.2.3. Evolução da Cobertura de Sistemas Públicos de Recolha de Resíduos Sólidos.

A análise, a este nível, baseou-se apenas nos inquéritos realizados pela CEDRU no triénio entre Dezembro de 1993 e Dezembro de 1996. A evolução neste período permitiu verificar acréscimos na maioria dos concelhos, sendo que em Dezembro de 1996 existia apenas um concelho com níveis de cobertura inferiores a 75%.

A deposição de resíduos sólidos durante o período analisado efectuou-se predominantemente em lixeiras, situação que viria a inverter-se com a criação da ALGAR e a um novo quadro de competências e objectivos definidos neste domínio. Assim, passou a haver tratamento e melhorias progressivas, quando, em 1993, a situação se caracterizava por todos os resíduos equiparados a RSU não serem tratados.

Em termos de recolha selectiva, mantém-se a ausência de sistemas, à excepção do vidro. Este sector foi o que sofreu menores investimentos.

## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO LEGAL DO PROT ALGARVE

## 1. Dos Planos Regionais de Ordenamento do Território

## 1.1. Antecedentes legais

O regime dos planos regionais de ordenamento do território foi inicialmente vertido no Decreto-Lei nº 338/83, de 20 de Julho, tendo como objectivo “definir as bases biofísicas e as circunstâncias culturais impressas no território, bem como estabelecer os limites do uso e as acções necessárias ao equilíbrio das paisagens, servindo portanto como base indispensável às acções de planeamento concretizadas nos planos e estudos de nível inferior”. Por falta de regulamentação das suas disposições, este diploma não foi capaz de gerar qualquer PROT.

Entretanto, a disciplina dos PROT foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 176-A/88, de 18 de Maio, com várias alterações posteriores. Pela sua filosofia, afirma-se na ordem jurídica a ideia clara de que o ordenamento do território passa a referir-se a magnitudes supralocais, de preferência regionais, e as decisões sobre a estrutura, disposição e composição das actividades principais ou mais determinantes sobre o território devem encontrar expressão num planeamento de âmbito supramunicipal.

## 2. Do PROT Algarve

O PROT Algarve representa a primeira iniciativa governamental em matéria de planificação regional à luz do quadro jurídico definido pelo DL 176-A/88. Pelo DL 33/89, de 26 de Janeiro, foram estabelecidas medidas preventivas destinadas a possibilitar a execução desse instrumento planificatório. O alcance cautelar das medidas preventivas relativas ao PROTAL passou a cobrir praticamente todas as operações urbanísticas, quer as que se destinassem a promover uma ocupação, uso ou transformação do solo *ex novo*, quer as que já se encontravam anteriormente autorizadas, mas em que apenas estivesse em causa a renovação ou revalidação do título administrativo ao abrigo das quais estavam a ser executadas.

O PROTAL veio a ser aprovado pelo DR 11/91, de 21 de Março, e tinha em vista corresponder à necessidade que emerge da realidade da região naquela época “de correcção de debilidades estruturais no plano sócio-económico, bem como de minimização de conflitos de uso e ocupação do solo existentes, numa perspectiva de aumento da capacidade de suporte de vida do território”.

O PROTAL vincula todas as entidades públicas e privadas. Aparentemente, as disposições normativas em causa parecem determinar a eficácia plurisubjectiva das normas do PROTAL. Contudo, não se afigura inteiramente clara esta asserção, já que não se verifica a aplicação directa e imediata das disposições normativas do PROTs quando existam PMOTs. Só na ausência de qualquer PMOT, as normas do PROTAL adquirem eficácia plurisubjectiva.

## Parte II - Avaliação

## CAPÍTULO III – AVALIAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO DO PROTAL

## 1. Caracterização e análise crítica do processo de elaboração do PROT Algarve

Independentemente do esquema de ordenamento do território vigente, poderá comprovar-se a legitimidade de um Plano Regional através da verificação de três fenómenos:  
pela vinculação da Administração Central a esse plano;  
pela orientação da Administração Local por esse plano;  
pelo estabelecimento de uma “plataforma de convergência” através da aplicação do plano.

Podem-se identificar, desde logo, duas grandes razões pelas quais se decidiu pela realização de um PROT para a Região do Algarve: 1) A *verificação* de uma “tripla crise” directamente identificável a nível territorial (processo crescente de alteração do uso do solo e afunilamento da actividade económica no Litoral; processo cada vez mais marcante de “imitação de exemplos” do Litoral em certas zonas do Barrocal; processo de esvaziamento estrutural do Interior); e, 2), a necessidade de colocar no centro das estratégias de planeamento territorial e económico as *preocupações ambientais*, preocupações essas catalizadas pelas regras comunitárias no âmbito do planeamento territorial e do desenvolvimento sustentável das actividades económicas. Assim, o “mandato” da CCR Algarve pressupunha a inversão de um determinado modelo de desenvolvimento e lançar esquemas de desenvolvimento compatíveis com a integração de Portugal na Comunidade Europeia. Assim, os grandes objectivos desenhados pelo PROTAL foram necessariamente genéricos e por via disso geraram objectivos “consensuais” entre os vários níveis da administração e as várias filosofias de intervenção a nível regional.

Deste modo pode detectar-se, de imediato, uma *contradição de raiz* do PROTAL: por um lado a identificação específica dos problemas a que estava subjacente um determinado tipo de intervenção necessariamente correctivo tomando as exigências ambientais como eixo de referência; por outro lado, a formulação generalista já não só dos seus objectivos mas também da estrutura metodológica interna do PROT. O modelo de ordenamento estava implícito na resolução dos “problemas” identificados e o esquema de relacionamento administrativo estava definido pelo próprio mandato da CCR de resolver esses problemas. Deste modo, a possibilidade de o PROTAL se tornar numa plataforma de convergência, em termos administrativos, económicos e territoriais acabou por não se concretizar totalmente.

O aparente rigor e alguma imperatividade do PROT não foram totalmente consagrados nos diversos PDM’s, uma vez que a administração local (as 16 administrações locais...) foi encontrando caminhos de planeamento do território de certa forma divergentes em termos estratégicos e operacionais que o PROT (ou a CCR) não encontrou soluções, nem de aplicação total das suas próprias propostas nem de institucionalização de um esquema de relacionamento administrativo totalmente consistente com a administração local.

## 2. Relacionamento e interacção do PROTAL com as principais estratégias de desenvolvimento regional de outros instrumentos de planeamento com incidência territorial na Região

Procura-se aqui avaliar até que ponto os instrumentos de planeamento pós-PROTAL tiveram em consideração as suas indicações.

PRTA – Plano Regional de Turismo do Algarve

O PRTA foi aprovado em 1994. Em termos gerais, as linhas orientadoras propostas no PRTA permitem aferir uma concordância com o patenteado no PROTAL. De acordo com as orientações estipuladas, o PROT estabeleceu para determinadas matérias, como sendo a afectação de novas áreas para a actividade turística, que esta deveria ser encarada no âmbito do planeamento municipal, através do desenvolvimento de uma política sectorial concreta, espaço que o PRTA vem efectivamente preencher.

PDR/PROA – Programa de Desenvolvimento Regional/Programa Operacional do Algarve

O PDR surge em 1986. Este Programa (PDR 1986-1990) permitiu a identificação e esquematização das principais questões problemáticas da Região, funcionando como um importante instrumento, em termos de diagnóstico, para a definição de algumas das principais estratégias de ordenamento e desenvolvimento regional e sectorial consignadas no PROTAL. Na sequência do PDR 1986-1990, os contributos para o PDR Nacional de 1990-1994 e 1994-1997 procuraram igualmente a realização de um diagnóstico do contexto sócio-económico algarvio. A análise ao contributo da Região do Algarve para o PDR nacional 1994-1997 permite verificar uma situação de concordância nos principais domínios entre este documento e o PROTAL, observando-se igualmente o facto deste documento ter em consideração as mais importantes linhas de orientação do PROT-Algarve. Em termos conclusivos, é de salientar a similitude de propostas entre o PDR e o PROTAL nas grandes questões de desenvolvimento preconizadas para a Região, evidenciando-se o facto de o PDR 1994-1997 considerar as principais linhas orientadoras do PROTAL.

POBA – Programa Operacional do Barlavento Algarvio; e POSA – Programa Operacional do Sotavento Algarvio

Em síntese, saliente-se que o PROTAL, cuja elaboração é posterior ao POBA e ao POSA, regista um aprofundamento bastante significativo dos objectivos operacionais destes dois documentos, definindo em concreto a incidência territorial de algumas das acções aí patentes.

## 4- ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROT ALGARVE

### PRN – Plano Rodoviário Nacional

As diferenças que podem encontrar-se entre a proposta da equipa do PROTAL e o PRN-85, referem-se à não inclusão neste último documento do eixo correspondente ao corredor intra-regional de 2ª ordem a Norte do corredor definido pela Via do Infante, bem como do eixo inter-regional que irradiaria de Faro, acompanhando a EN-2 w a omissão em relação à generalidade dos eixos definidos como de importância inter-concelhia. Mais restritivo em termos de extensão viária, o PRN-85 apresenta diferenças mais substanciais em relação ao PROTAL do que aquelas que são propostas no PRN-2000.

### PDEA – Plano de Desenvolvimento Económico do Algarve

Publicado em 1992, foi elaborado pela Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL). Em resumo, poderá realçar-se que o carácter empresarial assumido na elaboração do PDEA faz com que este instrumento apresente características muito específicas na visão de desenvolvimento regional e sectorial preconizado para a Região. Contudo, as principais linhas de orientação consignadas no PROTAL estão explícita ou implicitamente enquadradas no documento, salientando-se no entanto algumas divergências importantes entre os dois instrumentos no sector turístico.

## CAPÍTULO IV – AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTAL

### 1. Avaliação do processo de ocupação urbanística

O zonamento contido no PROTAL distingue claramente, por um lado, as zonas de ocupação urbanística e, por outro, as zonas de recursos naturais e equilíbrio ambiental. No âmbito propositivo, o PROTAL consagra ainda no seu Regulamento as “Áreas de Potencial Turístico” (com “núcleos de desenvolvimento turístico”) e as “Áreas de Edificação Dispersa”, embora remeta a sua delimitação para o nível do planeamento municipal, não as representando na Carta de Ordenamento e limitando-se a definir alguns princípios e parâmetros-base para a sua identificação.

É ao nível das “áreas de edificação dispersa” que se colocam as questões de interpretação mais difícil e controversa, tanto na realidade como no presente exercício de avaliação.

#### **- Análise comparativa PROTAL/PDM's**

A análise comparativa pretende avaliar a espacialização dos diferentes zonamentos de ocupação urbanística contemplados no PROTAL e no conjunto dos PDM's.

Quanto à **estruturação global**, verifica-se que as áreas afectas a usos urbanos/turísticos contempladas nos PDM são, aparentemente, de dimensão superior que as previstas no PROTAL, e que algumas das áreas de aptidão turística dos PDM's se relacionam com as áreas de atractivo paisagístico definidas no PROTAL. Como factor perturbador, é patente a existência de extensas zonas de povoamento desordenado em áreas identificadas no PROTAL como áreas agrícolas e de protecção de aquíferos.

No que respeita às **zonas urbanas**, as áreas cartografadas no PROTAL são inferiores às identificadas nos PDM's, embora seja de referir que a espacialização no território levada a cabo pelos PDM's, no que se refere aos principais núcleos, não desvirtua a estrutura de ordenamento do PROTAL.

Quanto às **zonas industriais**, estas não foram cartografadas no PROTAL, mas apenas concentrações industriais que visavam encaminhar estrategicamente a localização de actividades económicas. Em termos gerais, as indicações do PROTAL reflectem-se nos PDM's, embora os planos directores contemplem ainda outras áreas, mais relacionadas com a malha urbana e na envolvimento imediata de núcleos urbanos.

Conforme definido no PROTAL, as **áreas de edificação dispersa** foram entendidas como de definição municipal. Dada a relevância deste fenómeno na Região, o assunto é objecto de tratamento detalhado (v. Cap. IV, ponto 1.2.2).

A definição das **Zonas de Ocupação Turística**, atenta a realidade da Região, assume uma importância estratégica e estruturante do território. No zonamento do PROTAL, estas zonas distribuem-se essencialmente ao longo da costa Sul com predominância no Barlavento. Comparando os respectivos zonamentos, verifica-se que estas zonas sofrem, no âmbito dos PDM's, uma redução considerável, com a espacialização, mantendo-se sensivelmente idêntica, a concentrar-se junto à costa. Também a este nível há um tratamento específico neste documento (Cap. III), importando, no entanto, desde já salientar que

enquanto as ZOT se constituem como zonas de ocupação urbanística, o mesmo não acontece com as Áreas de Aptidão Turística, uma vez que abrangem zonas que podem estar classificadas com diversas categorias.

#### **- Análise das pretensões de Ocupação Urbanística e dos efeitos gerados**

A percentagem de **solo classificado como urbano** nos PDM's, numa análise por concelho, é reveladora dos diferentes (e, nalguns casos, antagónicos) tipos de uso e ocupação do solo. Assim, num primeiro grupo de concelhos a percentagem de solo urbano é superior ao dobro da média regional: Albufeira, Faro, Lagoa e Loulé. Num segundo grupo, a percentagem de solo urbano situa-se entre os 2% e os 4% do total do território municipal: Lagos, Olhão, Portimão e VRSA. Nos restantes oito concelhos, essa percentagem é inferior à média regional.

Quanto às **Zonas de Ocupação Turística**, refira-se que estas se constituem como zonas de ocupação urbanística, ou seja, como áreas já afectas a ocupação urbanística. Os concelhos com maior incidência dessas ZOT's (quer a nível dos PDM's quer a nível do PROTAL) são, sem excepção, concelhos que possuem uma faixa litoral na zona central da Região: Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé e Portimão.

Estas constatações podem indiciar uma exponencialização da concentração populacional em alguns dos concelhos do “litoral-centro”, de Lagos a Faro/Olhão.

Mas esta aparente “litorização central” não se reflecte em toda a plenitude na verificação do alargamento dos **perímetros urbanos**, ou seja, na relação entre espaços urbanos e espaços urbanizáveis dos PDM's. Em termos regionais, verifica-se que o alargamento dos perímetros urbanos atinge números razoáveis, uma vez que os espaços urbanizáveis previstos nos 16 planos directores pouco supera um terço dos solos identificados como urbanos.

A análise efectuada relativamente à **recuperação e renovação de áreas urbanas degradadas** permite concluir pela quase inexistência de intervenções de recuperação na estrutura edificada dos 9 concelhos-piloto estudados. De facto, menos de 1% do total das licenças de obras no período 1989-1996 são do tipo de “Recuperação”, revelando que as políticas de intervenção em áreas urbanas degradadas não tiveram incidência minimamente relevante ao nível das acções de recuperação/renovação do tecido urbano.

Entre 1989 e 1996, cerca de metade (49%) das **licenças de construção** incidiram sobre **espaços urbanos ou urbanizáveis** entretanto demarcados como tal nos diversos PDM's. Quanto aos **alvarás de loteamento**, esta percentagem reduz-se a 42% (nota: dados referentes aos 9 concelhos-piloto). Em síntese, constata-se que, entre 1989 e 1996, há uma evolução positiva de aumento gradual de percentagem de autorizações no seio de perímetros urbanos relativamente ao licenciamento de obras de construção, enquanto que ao nível dos alvarás de loteamento essa evolução gradual não se manifesta. Poderá, pois, concluir-se que em termos globais não se terá registado uma delimitação muito rigorosa dos perímetros urbanos, uma vez que do conjunto de autorizações concedidas (cerca de 2000, somando as de construção e as de urbanização), menos de 1000 foram concedidas no seio dos perímetros urbanos.

Quanto ao **número de licenças de obras e alvarás de loteamento emitidos antes e depois da publicação dos PDM's**, é de salientar que não se evidenciam alterações significativas por via da publicação dos PDM's numa maior definição dos perímetros, uma vez que a percentagem de licenciamentos no seio dos perímetros urbanos não aumentou significativamente (entre 1989 e 1996) após a publicação dos diversos planos.

Ainda considerando o período em análise, verifica-se que cerca de 70% das licenças de construção e 75% dos alvarás de loteamento concedidos, o foram em **Zonas de Ocupação Urbanística (incluindo aqui as as Zonas de Ocupação Turística)** entretanto demarcadas como tal nos diferentes PDM's. Em síntese, e tendo em consideração os registos do parágrafo anterior (que considerava a definição rigorosa dos perímetros urbanos enquanto conjunto dos espaços urbanos e urbanizáveis, ou seja, considerava a demarcação dos aglomerados tradicionais dos diversos concelhos) e comparando-os com os registos de avaliação rigorosa das ZOU (consideradas como tal no PROTAL, incluindo pois as ZOT), verifica-se o excepcional significado dessas ZOT no processo de ocupação urbanístico praticado entre o fim da década de oitenta e meados da década de noventa. Esta incidência de construção/urbanização em ZOU (que não, portanto, nos aglomerados urbanos tradicionais) pode indiciar alterações na actual rede urbana da Região.



Verificam-se, assim, grandes **alterações por via da publicação dos PDM's no que concerne à definição rigorosa das Zonas de Ocupação Urbanística**. De facto, há uma evolução positiva, considerando os períodos antes e depois da publicação dos PDM's, ao nível das licenças de construção concedidas em ZOU (de 68% para 77%) e ao nível dos loteamentos (de 73% para 86%). Nestas análises, deverá ter-se sempre presente que, dada a morosidade dos processos administrativos de urbanização, é de prever que muitos dos alvarás entretanto concedidos tivessem já direitos prévios de urbanização, e que portanto viessem a incidir sobre espaços que os PDM's entretanto consideravam como não urbanizáveis. Verifica-se, de qualquer modo, que com o tempo se verifica uma progressiva tendência para a localização da totalidade dos alvarás de loteamento em ZOU dos PDM's.

Em conclusão, é de realçar o papel das **ZOU** não inseridas nos tradicionais perímetros urbanos (com destaque para as Zonas Turísticas) como sendo as **Zonas que têm vindo a capitalizar a dinâmica urbanística da região**, constituindo-se como as Zonas de afirmação mais consistentes das definições de planeamento territorial consignadas nos PDM's e PROTAL.

**Os espaços identificados no PROTAL como ZOU correspondem a cerca de dois terços das ZOU previstas no conjunto dos 16 PDM's**. Estas diferenças correspondem essencialmente à identificação nos PDM's de duas situações como integrantes das ZOU: áreas de edificação dispersa de estruturação urbanística, e os espaços urbanizáveis que abrangem as áreas de expansão dos aglomerados.

#### **- Espaços industriais**

Neste domínio, as principais críticas que se fazem ao PROTAL são:

- a política proposta estaria grandemente dependente das autarquias locais, na sua concepção e financiamento, não existindo garantias de coordenação de políticas entre autarquias e com outras instituições. A não definição de um Programa/Plano de financiamento para a implementação das infraestruturas contribuiu efectivamente para que nenhuma destas se tenha concretizado;
- não existe na Região coordenação e cooperação institucional para a promoção, atracção e acolhimento de investimento industrial que permita estabelecer uma procura para uma oferta de espaço industrial, situação que não foi contemplada no PROTAL.

Na Região existem alguns estabelecimentos licenciados com necessidade de se realocarem, e outros cuja realocação seria aconselhável em face da sua localização junto de aglomerados urbanos. A análise destes aspectos é importante na perspectiva da revisão do PROT.

#### **- Espaços turísticos – Zonas de Ocupação Turística**

Após a aprovação do PROT foram publicados dois Despachos Conjuntos com vista a esclarecer e pormenorizar as regras de uso, ocupação e transformação dos usos do solo e da estrutura edificada das zonas de ocupação turística e das áreas de aptidão turística consignadas nos instrumentos de gestão territorial do Algarve.

Estes Despachos datam de 5 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1993, podendo, em termos temporais, identificar-se dois períodos na avaliação da actividade urbanística relacionada com o turismo: um primeiro período entre 1989 e 1992, e um segundo entre 1993 e 1996.

Tendo presente os 9 concelhos da amostra, dois dados são especialmente relevantes:

- em primeiro lugar, o fraquíssimo peso das licenças de construção de uso turístico no conjunto das licenças concedidas (pouco mais de 1% na globalidade do período em análise);
- a verificação de que esse peso aumentou substancialmente (para o dobro) no período posterior à publicação dos Despachos.

Verifica-se assim que, para todo o Algarve, em oito anos, terão sido concedidas pouco mais de 250 licenças de construção de uso turístico – valor divergente com a assunção do peso e do significado que a actividade turística detém na Região.

Quanto às **licenças de construção concedidas antes e depois dos Despachos em Zonas de Uso Turístico nos PDM's**, revela-se, em primeiro lugar, o peso significativo da actividade urbanística nas Zonas de Ocupação Turística (uma em cada cinco licenças de construção são concedidas nessas ZOT). Por outro lado, o número total de licenças concedidas em zonas de ocupação turística é excepcionalmente mais elevado que o número de licenças de uso turístico, atingindo praticamente uma relação de 1 para 20.

Isto indicia que **a ocupação urbanística dos espaços turísticos se efectuou, no período em análise, basicamente com a implementação de intervenções de carácter eminentemente habitacional**, não se tendo verificado uma correspondência entre o uso dominante previsto nos planos municipais para essas zonas – o turismo – e o uso licenciado. (Para que isto se compreenda, deverá ter-se presente que muitas das construções licenciadas e alvarás emitidos correspondem a autorizações já previstas, e que portanto consignam as ZOT's como Zonas de Ocupação Urbanística.)

Quanto à **compatibilização das Zonas de Ocupação Turística do PROT e dos PDM's**, refira-se, antes de mais, que o conjunto das ZOT's dos PDM's atingem cerca de 6.000 ha, e que a soma total das áreas de aptidão turística demarcadas nos 16 PDM's atinge 30.000 ha, o que significa que as AAT correspondem no Algarve a cerca de 24.000 ha. No entanto, é de referir que apenas cerca de 1.800 ha (ou seja, 30% dos núcleos de desenvolvimento turístico que correspondem a 25% das AAT) ficarão, numa hipótese de *preenchimento* total da capacidade construtiva das AAT, afectos a áreas urbanizáveis.

Em termos concelhios a maior incidência quantitativa de demarcação de ZOT verifica-se nos concelhos de Loulé, Lagos, Portimão e principalmente Loulé. Com excepção de Alcoutim, Monchique, S. Brás (sem qualquer afectação de solo a ZOT's), Faro, Silves e Olhão, todos os restantes 10 PDM's prevêm extensas áreas identificadas como ZOT, o que poderia indiciar alguma intenção de dispersão e desconcentração da actividade turística. No entanto, em termos espaciais, e em todos os concelhos, verifica-se uma grande concentração dessa classe de espaços junto ao litoral, com um peso bastante significativo do eixo central Lagos/ Portimão/ Lagoa/ Albufeira/ Loulé e das zonas litorais periféricas nas vertentes Ocidental – Aljezur e Vila do Bispo – e na parte oriental – VRSA.

Quanto às **Zonas de Ocupação Turística previstas no PROT para cada concelho**, refira-se que os modelos de não inversão da concentração da actividade turística previstos nos PDM são também evidentes no PROT. Neste plano regional as zonas preferenciais para a instalação de empreendimentos turísticos concentram-se praticamente na costa Sul da Região, o que em grande parte decorre de situações de urbanização que se encontravam já autorizadas, projectadas ou em fase de execução. As grandes concentrações turísticas previstas no PROT localizam-se no eixo central (concelhos de Lagos, Portimão, Albufeira e Loulé) e na vertente ocidental, nos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo.

As ZOT's previstas no PROT são, em termos de superfície, cerca de 40% superiores das previstas nos diversos planos municipais. Esta diminuição de ZOT's identificadas nos PDM's deve ser ponderada com a identificação nos planos municipais de muitas extensas áreas com aptidão turística, áreas essas, no entanto, com limitadíssima capacidade construtiva.

Procedendo-se a uma **quantificação das licenças de construção e loteamento nas Zonas de Ocupação Turística previstas nos PDM's e no PROT**, verifica-se que:

- cerca de 27% das licenças de construção no período 1989/1996 foram concedidas em áreas afectas a ZOT's previstas no PROTAL;
- em termos de alvarás de loteamento, essa excepcional incidência da actividade urbanística nas ZOT's previstas no PROT acentua-se ainda mais, registando-se que quase dois em cada cinco alvarás de loteamento foram concedidos nas ZOT consignadas no plano regional.

Isto corrobora a verificação da excepcional importância das ZOT's na (re)estruturação da rede urbana regional e na tendência para a difusão da actividade urbanística, que deixa de se concentrar e polarizar em torno dos tradicionais núcleos urbanos para se diluir por extensas zonas afectas à actividade turística.

## 4- ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROT ALGARVE

### - Edificação dispersa

A edificação dispersa (considerando edificação dispersa toda a construção licenciada fora das classes de espaço urbano e/ou urbanizável, industrial e turístico – e que no seu conjunto poderemos designar por Zonas de Ocupação Urbanística) deteve no período em análise um peso substancial na Região, uma vez que um terço das licenças de construção foram concedidas fora daquelas zonas de ocupação urbanística consignadas nos PDM's, correspondendo a uma enorme proliferação da pequena construção de carácter habitacional (geralmente do tipo unifamiliar), com uma área de construção por licença a rondar em média os 200 m<sup>2</sup>.

É nos concelhos menos densamente povoados e com uma menor afectação de solo em termos urbanísticos que se regista uma maior incidência na edificação dispersa, como sejam os casos de Alcoutim, Olhão, Tavira e Silves, por contraponto com os concelhos do eixo Lagos/Faro (Lagos, Lagoa, Loulé e Faro). Note-se, no entanto, que estes últimos concelhos são aqueles que registam um maior número total de licenciamentos e de área de construção licenciada por ha e e por residente. Assim:

- temos os concelhos de Alcoutim, Silves e Tavira (periféricos ou eminentemente *não litorais*) com um tipo de ocupação urbanística menos acentuada mas mais dispersa;
- e os concelhos do eixo Lagos/Olhão (Lagos, Lagoa, Albufeira, Loulé e Faro – Olhão apresenta posições intermédias) com um tipo de ocupação urbanística mais acentuada e mais concentrada.

Da análise dos **alvarás de loteamento concedidos fora das Zonas de Ocupação Urbanística previstas nos PDM's** verifica-se que ao nível dos loteamentos a edificação dispersa (neste caso a **urbanização dispersa**) deteve também no período em causa um peso razoável, com mais de um quarto dos alvarás de loteamento a serem concedidos fora de zonas de ocupação urbanística (muitos deles, certamente, com prévias autorizações ou direitos de urbanização já consignados).

Em termos de evolução da incidência de edificação dispersa no período 1989/1996, deverão registar-se as seguintes considerações:

- a nível das licenças de construção concedidas fora de zonas de ocupação urbanística, verifica-se que a partir de 1991 se vem reduzindo gradualmente a sua incidência, passando de 37% nesse ano para 24% em 1996;
- ao nível dos alvarás de loteamento, essa evolução é menos linear, verificando-se no entanto que os valores em torno dos 30% registados até 1994 se reduziram drasticamente nos dois últimos anos, apresentando o ano de 1996 o menor registo com somente 14% dos alvarás concedidos fora das ZOU's.

### - Síntese da Dinâmica da Ocupação Urbanística

Para o período em estudo (1989 a 1996), algumas situações são de imediato destacáveis:

- o número de entradas/pedidos de licenciamento tanto de obras como de loteamentos diminuiu gradualmente;
- o número de licenças de construção e alvarás de loteamento concedidos sofreu um grande decréscimo a partir de 1991, apreciando-se, de 93 para 94, uma quebra de cerca de 30% nas licenças de construção e de mais de 50% nos alvarás de loteamento.

Em termos globais, constata-se que a percentagem tanto de licenças de construção concedidas como de alvarás de loteamento emitidos, em relação ao número de entradas/pedidos entrados, se cifrou em 73%. Ou seja, considerando esse período estagnado (1989/1996) em termos de desenvolvimento dos processos de licenciamento, três em cada quatro pedidos terão tido resposta positiva.

Em resumo, poderá concluir-se que a evolução entre 1989 e 1996 revela um forte decréscimo da dinâmica urbanística, sendo que em oito anos o número de processos relativos a operações urbanísticas e a correspondente área de construção licenciada se reduziu sensivelmente para metade.

Uma análise da **densidade de ocupação urbanística praticada** – tendo igualmente presente os dados e tendências já anteriormente enunciados, e fazendo extrapolações para os concelhos que não fizeram parte da amostra – permite realçar uma clara distinção entre dois tipos de concelhos, definindo **duas zonas de estruturação urbanística diferenciada**:

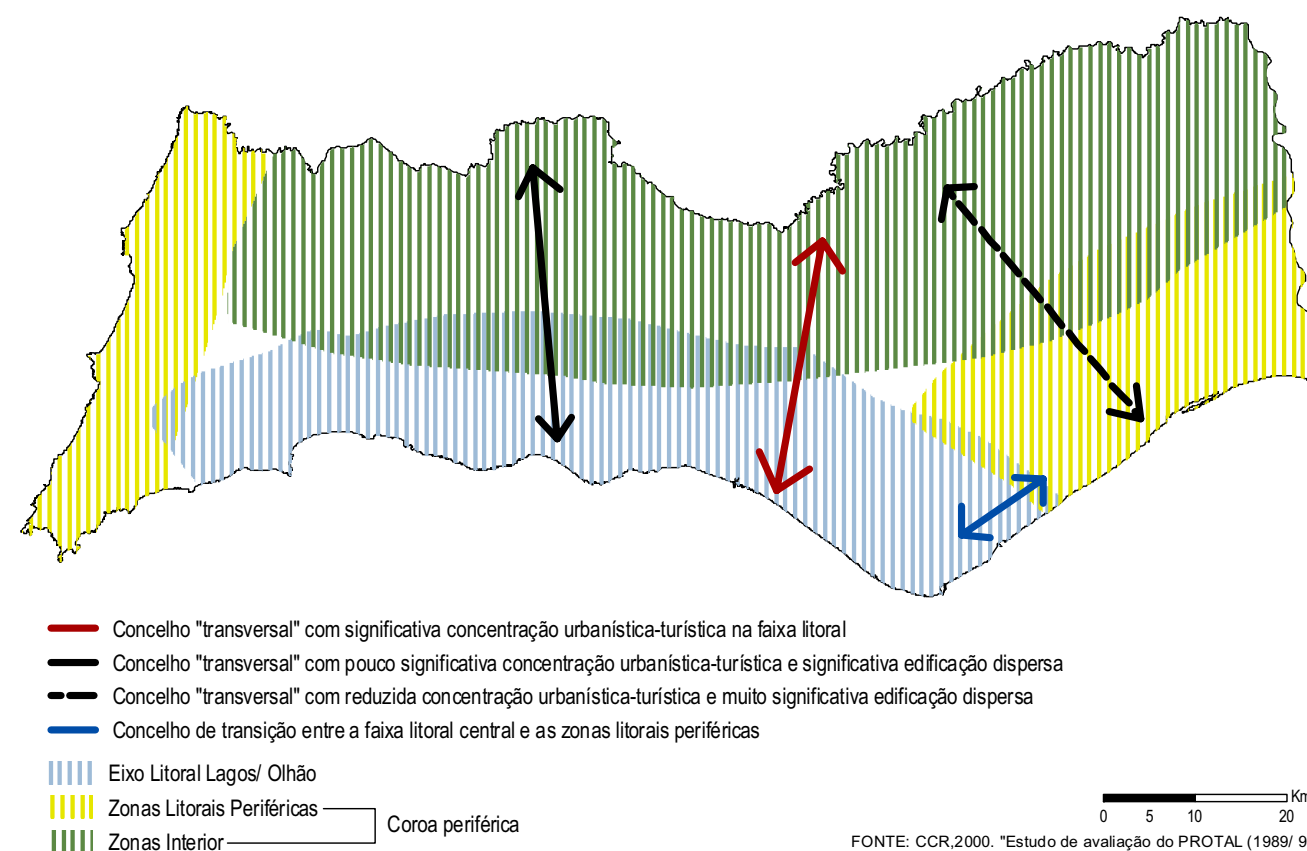
- A zona correspondente ao eixo litoral Lagos/ Olhão, abrangendo os concelhos de Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira, parte litoral dos concelhos de Silves e Loulé, Faro e Olhão.
- A zona correspondente à coroa envolvente interior e periférica, que se pode por sua vez dividir em duas zonas distintas:

- as zonas litorais periféricas que abrangem os concelhos de Aljezur (na sua parte mais ocidental), Vila do Bispo, parte litoral do concelho de Tavira, Castro Marim e Vila Real de Stº António;
- a zona interior, que abrange a parte nascente do concelho de Aljezur, Monchique, a quase totalidade do concelho de Silves, a parte norte do concelho de Loulé, o concelho de S. Brás, a quase totalidade do concelho de Tavira e o concelho de Alcoutim.

Deverá ter-se presente que os concelhos de Tavira, Silves e Loulé possuem um carácter transversal, abrangendo zonas de Litoral, Barrocal e Serra.

Como conclusão-síntese prévia, poderá avançar-se que um Plano Regional para o Algarve não poderá deixar de ter em conta uma incontornável e clara distinção entre estas duas zonas bem distintas, que se desdobram em várias sub-zonas que atravessam transversalmente diversos concelhos, pelo que a estratégia de ordenamento e a estratégia de planeamento territorial de nível regional deverão incorporar uma focagem distintiva que interprete de forma eficaz e consistente esta "divergência territorial (ver desenho).

### Estrutura e incidência de ocupação urbanística



## 2. Avaliação Físico - Ambiental

Neste capítulo procede-se à avaliação da eficácia e concretização do PROTAL em matéria de componente físico-ambiental, considerando um conjunto alargado de factores englobando dois domínios: gestão ambiental e zonamento ambiental.

Entre os **problemas** que motivam a situação ambiental da região do Algarve à data de desenvolvimento do PROTAL podem destacar-se os seguintes como mais relevantes:

- os aspectos biofísicos e questões de aptidão do uso do solo que são ignorados na evolução do desenvolvimento urbanístico;
- subsiste a falta de incentivos económicos e políticos para o desenvolvimento do interior;
- a transformação do uso do solo é feita sem atenção a aspectos de poluição da água, do ar ou do solo, consequências sobre a erosão ou sobre a estabilidade costeira, enquanto que o potencial de uso do solo é sucessivamente afectado;
- a sensibilidade dos recursos naturais não é respeitada e os limiares da sua utilização são ignorados, em particular no que respeita ao solo, recursos hídricos subterrâneos e áreas biologicamente sensíveis.

Perante um cenário de degradação ambiental e destruição do capital de recursos naturais de base, o PROTAL pretendia “promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações”, procurando, em particular:

- proteger a zona costeira e os solos agrícolas;
- contribuir para a regeneração dos solos degradados sujeitos à erosão e para a regularização do regime hídrico;
- proteger os ecossistemas sensíveis e os componentes ambientais humanos (em termos do património histórico, cultural, natural e paisagístico);
- reduzir conflitos de utilização dos recursos naturais;
- contribuir para a protecção das águas superficiais e subterrâneas.

Assim, e enquanto acções no domínio físico-ambiental, o PROTAL propunha as seguintes medidas:

- protecção da água, do solo e dos ecossistemas sensíveis, através da restrição à expansão urbana;
- protecção dos solos com elevada aptidão agrícola;
- pescas, designadamente aquacultura, como alternativa económica importante;
- monitorização da qualidade do ambiente;
- respeito dos requisitos ambientais por parte da indústria;
- desenvolvimento de infra-estruturas (sistemas de tratamento de águas de abastecimento e residuais, resíduos sólidos);
- estabelecimento de zonas de recursos naturais e de equilíbrio ambiental, subdividindo-as em dois grupos: zonas imperativas (zonas de protecção aos sistemas aquíferos, zonas agrícolas, zonas de protecção da natureza) e as zonas preferenciais (que contemplam a protecção ou a exploração de outros recursos importantes, mas que não reclamam uma afectação exclusiva a nenhum uso específico);
- estabelecimento de uma Rede Regional de Conservação da Natureza, que engloba ecossistemas de especial sensibilidade, ocorrências naturais importantes para a estabilização física e áreas com interesse para protecção da fauna e da flora.

### **Zonamento ambiental e efeitos gerados**

#### - Variação da área de protecção dos aquíferos

No PROT, as zonas de protecção dos sistemas aquíferos cobrem uma superfície total de 302 Km<sup>2</sup>, à qual se deve descontar 5% da área de edificação dispersa, resultando assim numa área aproximada de 282 Km<sup>2</sup>, à data de 1989.

Desde 1990 (e de acordo com os dados disponíveis em 1997), estima-se que, no total, foi desafectada das áreas de protecção dos sistemas aquíferos, incluídas na REN, uma área de cerca de 10.67 Km<sup>2</sup>. Assim, desde a execução do PROT ocorreu uma diminuição de cerca de 3.8% da área de protecção dos sistemas aquíferos no Algarve.

#### - Variação da área de REN

Dada a ausência de dados (e o facto de em alguns concelhos não haver ainda REN aprovada – sendo que, no caso de Vila Real de Santo António não existia ainda proposta de delimitação aquando da elaboração do presente estudo de avaliação), não é possível avançar valores fiáveis. De qualquer modo, da análise efectuada foi possível determinar, de forma grosseira, a redução da área absoluta de REN, tendo-se avaliado para todo o Algarve (exceptuando o concelho de VRSA) uma diminuição de cerca de 20 Km<sup>2</sup>.

#### - Variação da área da RAN

Na Carta de Ordenamento do PROT do Algarve, a Reserva Agrícola Nacional corresponde às zonas agrícolas, que se encontram incluídas nas zonas imperativas de recursos naturais e equilíbrio ambiental.

NO PROT, estas zonas agrícolas totalizam 1177 Km<sup>2</sup>, dos quais se devem descontar 70% da área de edificação dispersa, o que leva a considerar uma superfície de zona agrícola de, aproximadamente, 897 Km<sup>2</sup>, à data de 1989. Com base nos dados disponíveis, avalia-se que a área desafectada da RAN entre 1989 e 1996 totaliza cerca de 8.5 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 0.94% do total inicial.

Analisando a distribuição das áreas desafectadas pelas razões que levaram à sua desafecção, constata-se que 84% da superfície desafectada obteve parecer favorável ao abrigo da alínea d), número 2, artº 9º do DL 196/89 (“vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público, desde que não haja alternativa técnica economicamente aceitável para o seu traçado ou localização”). De acordo com a Direcção Regional de Agricultura, os elevados valores incluídos nesta alínea devem-se sobretudo à instalação de campos de golfe (até 1992, os campos de golfe incluíam-se nesta alínea, passando posteriormente a ser incluídos na alínea i) na sequência da publicação do DL 274/92, de 12 de Dezembro).

Após a alínea d), a alínea e), relativa à extracção de inertes, foi a que permitiu a desafecção de uma maior superfície.

A autorização para construção de habitação própria em situações de extrema necessidade é responsável pela desafecção de apenas 1.8% do total, verificando-se desta forma que é praticamente irrelevante a substituição de área de RAN por área de edificação dispersa.

Cerca de 52% do total da área de RAN desafectada deve-se à instalação de campos de golfe.

#### - Variação da superfície agrícola

Considera-se como superfície agrícola a área total dos solos com uso agrícola, incluídos ou não na Reserva Agrícola Nacional. No seu conjunto, a Superfície Agrícola Utilizável (SAL) em 1989 era de 136885 ha, ou seja, 1.5 vezes superior à superfície das zonas agrícolas definidas no PROT, o que demonstra a significativa utilização agrícola em solos fora da RAN, embora se observe uma clara tendência para uma diminuição da SAU. No total, entre 1989 e 1995, perdeu-se um total de 3022 ha de superfície agrícola, ou seja, cerca de 2.2%. (Estes valores enfermam igualmente da inexistência de dados de base rigorosos.)

#### - Variação da superfície florestal

No PROT do Algarve o zonamento das áreas florestais é considerado em três tipos de zonas preferenciais: zonas florestais, zonas de desenvolvimento agro-florestal e zonas agro-florestais de protecção/recuperação. As três zonas somam uma superfície de 2375 Km<sup>2</sup>, na qual o uso florestal deve ser, globalmente, o dominante.

Em termos gerais, constata-se que entre 1989 e 1995 ocorreu um aumento da área florestal total de 41 Km<sup>2</sup>. Contudo, o total das áreas florestais em 1995 corresponde a cerca de 43% da área total das três zonas preferenciais propostas no PROT que contemplam este uso, o que parece ser um valor relativamente reduzido, considerando que o uso florestal deveria ser dominante.

## 4- ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROT ALGARVE

Quanto à distribuição das espécies, registou-se um aumento significativo da área ocupada por Pinheiros (3.9% do total em 1989, 15.2% em 1995) e Eucalipto (21.9% em 1989, 31.4% em 1995). A área ocupada pelo sobreiro sofreu uma redução no período em análise (42.7% do total em 1989, 39.5% em 1995).

Considerando o ano mais recente (1995) é de registar o elevado peso relativo que assumem os povoamentos de eucalipto, que ocupam quase um terço da área de floresta.

### - Incentivos à actividade agrícola

Foram identificadas diversas formas de incentivos à actividade agrícola. Os Programas Operacionais do Barlavento e do Sotavento Algarvio incluem ambos um Sub-Programa relativo ao Desenvolvimento Agrícola e Rural, cujo objectivo geral consiste em criar condições para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo no interior, de modo a possibilitar uma articulação do desenvolvimento económico com o interesse social, contribuindo para combater o êxodo rural. As medidas incluídas neste sub-programa foram as seguintes:

- Medida 1: Valorização de produtos agrícolas. O período de duração desta medida foi compreendido entre 1990 e 1993. No essencial, esta medida pretende impedir o êxodo rural, apostando na valorização dos produtos agrícolas tradicionais e o artesanato em geral.

- Medida 2: Dinamização do meio rural. O período de duração ocorreu entre 1990 e 1993 no Barlavento, e entre 1990 e 1992 no Sotavento. Esta medida pretende no essencial promover o turismo no interior, fundamentando-se esta opção pelo efeito dinamizador que esta actividade pode imprimir ao mundo rural.

Também nos PDM's se encontram medidas de protecção à actividade agrícola e ao desenvolvimento rural, sendo disso exemplo os objectivos, medidas e instrumentos definidos pelo Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António.

Os incentivos mais directamente relacionados com a actividade agrícola resultam da aplicação de regulamentos comunitários e têm sido implementados a nível nacional, não sendo portanto específicos para o Algarve.

### - Zonas florestais: acções, incentivos e financiamentos

As acções, incentivos e financiamentos realizados no Algarve em matéria de zonas florestais enquadram-se em programas e regulamentos de âmbito nacional, não sendo portanto específicos da Região.

Entre Dezembro de 1986 e Dezembro de 1994 foi aprovado um número significativo de projectos, com realce para os concelhos de Aljezur, Monchique, Silves, Alcoutim e Tavira, todos com investimentos superiores a 400 milhões de escudos, e simultaneamente com as maiores extensões de zonas preferenciais florestais e agro-florestais definidas no PROT.

### - Riscos Naturais

#### a) Riscos de Inundação

No Algarve, mais do que grandes cheias associadas a rios principais, ocorrem essencialmente cheias rápidas em pequenas bacias hidrográficas. Como áreas com risco de cheias deste tipo, são identificadas no Barlavento Algarvio as zonas afectadas pelas cheias de Novembro de 1988 nas bacias hidrográficas da ribeira de Aljezur, ribeira de Bensafrim e rio Arade. No Sotavento, são identificadas as áreas atingidas pelas cheias de Outubro a Dezembro de 1989 (cheia do rio Gilão de 3 de Dezembro, com período de retorno estimado em 50 anos) nas bacias hidrográficas da ribeira do Beliche e ribeira do Álamo, ribeira de Cacela, ribeira da Conceição, ribeiro de Cabanas, ribeira de Carriços-Almargem, rio Gilão, ribeira de Santa Luzia e ribeira dos Mosqueteiros, ribeira do Brejo e ribeira de Bela Mandil, rio Seco e ribeira das Lavadeiras.

São ainda identificados os troços de influência de rotura de barragem, a jusante das barragens da Bravura, Funcho, Arade e Beliche, bem como a baixa de Alcoutim devido ao risco de cheia do Guadiana.

#### b) Riscos de Incêndio

No Algarve verificam-se as seguintes classificações de nível de risco de incêndio por concelhos:

- o Risco extremamente baixo: Alcoutim, Castro Marim e Tavira;
- o Risco muito baixo: Lagoa, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António;
- o Risco médio baixo: Vila do Bispo;

- o Risco médio: Monchique, Portimão e Silves;
- o Risco alto: Aljezur;
- o Risco muito alto: Lagos.

#### c) Riscos de Sismicidade

A Carta de Isossistas de Intensidades Máximas apresenta o Algarve como uma região preocupante a nível nacional, o que se compreende dado ser a região mais próxima da fractura Açores-Gibraltar. Toda a faixa do litoral sul a oeste de Tavira e toda a costa ocidental encontram-se numa zona de intensidade máxima (X).

### Síntese da avaliação físico-ambiental

Ao pretender avaliar a influência do PROT na situação do estado do ambiente e do ordenamento do Algarve, deve-se procurar identificar quais as acções que se devem ao PROT e quais as que se manifestariam do mesmo modo independentemente da existência do PROT.

De um ponto de vista da Gestão Ambiental, constata-se que, de um modo geral, as iniciativas tomadas no período em análise resultam sobretudo da implementação de legislação nacional específica, bem como do aumento de responsabilidade das Direcções Regionais do Ambiente ou outras em domínios como o controlo da qualidade da água, licenciamento de poços, pedreiras, etc. De forma indirecta, todas estas iniciativas têm reflexos positivos a nível de preocupações do PROTAL, sem que dele resultem directamente.

A influência do PROTAL em matéria de acções de Zonamento Ambiental é um pouco mais evidente, embora de um modo geral se verifique também de forma parcial e indirecta.

O PROT constituiu um documento de referência para a elaboração dos PDM's, sendo a sua influência variável de caso para caso, sendo possível verificar essa influência nomeadamente na escolha da classificação dos usos e espaços nas cartas de ordenamento, embora uma certa uniformização de critérios conseguida tenha sido consideravelmente menor do que seria possível e desejável.

É importante salientar que, em face da legislação nacional e comunitária, as zonas prioritárias definidas no PROT seriam consideradas de forma idêntica nos PDM's independentemente da existência do plano regional.

### 3. Avaliação do PROT Algarve ao nível dos centros urbanos e espaços canais

Avaliação do Grau de Consolidação do Sistema Urbano

#### - A Hierarquia Urbana proposta no PROTAL

O PROTAL adoptou três princípios de fundamentação da hierarquização dos centros urbanos: i) dotar a Região de uma rede de centros urbanos que assegure o atendimento da procura diária, pelas populações, de bens e serviços de primeira necessidade; ii) privilegiar o desenvolvimento dos centros do interior; iii) reforçar o nível dos centros intermédios e principalmente o de Faro como centro regional.

A estratégia passou pela definição de níveis de centralidade e pela atribuição aos centros urbanos e às respectivas áreas de influência directa, funções a desenvolver.

Foram definidos seis níveis de centralidade:

- Centro Regional (Faro);
- Centro Sub-regional (Portimão);
- Centro com funções sub-regionais (Loulé);
- Centro supra-concelhio (Lagos, Albufeira, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António);
- Centro básico (Vila do Bispo, Aljezur, Monchique, Silves, Lagoa, S. Bartolomeu de Messines, Quarteira, S. Brás de Alportel, Castro Marim e Alcoutim);
- Centro com funções básicas (num total de 23).

Para cada centro urbano foram identificadas funções a atribuir consoante a respectiva vocação.

### Confronto Modelo PROTAL/situação em 1996

A primeira observação a fazer é que o PROTAL apresenta lacunas no universo dos centros com mais de 1000 habitantes. A maior parte destas lacunas corresponde a lugares que graças ao turismo experimentaram, na década de oitenta, uma significativa expansão, sendo no essencial lugares sem grande polivalência funcional. Apesar disso, o Algarve não pode deixar de internalizar na dinâmica do seu sistema urbano tais aglomerações, não apenas pelo seu significativo potencial demográfico (sendo mesmo superior ao de algumas sedes de concelho), mas também porque a diversificação funcional é uma meta desejável e uma tendência irreversível; assim sendo, no médio prazo assistir-se-á à emancipação de tais aglomerações.

A segunda observação é a de que se verificam alguns desfasamentos entre os valores do Censo de 1991 e as projecções do PROTAL para 1990. Exemplo: Vilamoura posiciona-se em 34º lugar de acordo com as projecções, e em 14º lugar de acordo com os Censos.

A terceira observação que se poderá fazer é a de que, apesar da evolução favorável que se tem verificado no que respeita ao apetrechamento e qualificação dos centros urbanos, não só permanecem lacunas na dotação de equipamentos, como nalguns casos se consideram prioridades não fundamentadas pelas orientações e conclusões do PROTAL. Em grande medida, tais distorções face ao modelo configurado no PROTAL ocorreram pelo facto de este plano não ter definido à partida um programa de investimentos de suporte à estratégia.

Por outro lado, a análise das preferências dominantes na aquisição de bens e serviços na Região, sugere que a hierarquização dos centros urbanos estabelecidos pelo PROTAL não está totalmente ajustada em relação à realidade actual e ao potencial de evolução do sistema e subsistemas urbanos do Algarve. Por exemplo, a função de Loulé estará sobrevalorizada, enquanto em Silves se terá minimizado o protagonismo que pode ou deverá ter enquanto centro urbano de charneira entre o Litoral e o Interior.

Finalmente, nem sempre os centros urbanos do Algarve têm conseguido aproveitar da melhor maneira todas as capacidades dos Fundos Estruturais, mormente os associados aos Programas de carácter nacional e às iniciativas comunitárias.

### Competitividade das Cidades-Âncora do Sistema Urbano Regional

⇒ Do perfil económico e social das cidades algarvias

O sistema urbano regional tende a assentar em 9 centros urbanos (ou cidades médias): Faro, Portimão, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Existem algumas particularidades diferenciadoras do perfil funcional das várias cidades, sendo de destacar, em síntese:

- a forte especialização no terciário público da cidade de Faro (mais de 20% do emprego no concelho);
- a forte especialização na hotelaria e na restauração de Albufeira, Portimão e Lagos (mais de 20% do total do emprego no concelho).

⇒ Do nível de apetrechamento das cidades algarvias

Com base num estudo publicado em 1993 pelo antigo GETAP, verifica-se que em 1990 os centros urbanos algarvios apresentavam um baixo nível de apetrechamento, excepção feita a Faro, que surgia no nível 3, com possibilidade de a curto prazo ascender ao nível 2. Portimão e Lagos surgiam no nível 4, numa situação de perigo de resvalagem para o nível 5. Todos os demais se situavam no nível 5.

De 1990 a 1996 concretizaram-se diversos investimentos no domínio dos equipamentos, sendo de realçar os casos de Faro (universidade e conservatório) e Portimão (pólo universitário).

⇒ Dos factores de vulnerabilidade e de competitividade das cidades algarvias

As cidades algarvias apresentam alguns factores de vulnerabilidade, cerceadores de um desenvolvimento sustentado, com realce para Tavira, Loulé e Silves. De entre eles, destacam-se:

- níveis de poluição elevados, mais visíveis em épocas com intensa circulação automóvel;
- fraca dinâmica institucional, pois não se conjuga a presença de organismos da Administração Central, estabelecimentos de ensino superior público, associativismo empresarial, centros de formação profissional e tecnológicos, etc. Excepção para Faro e, em parte, Portimão;
- problemas de exclusão social intensa (idosos, habitação...);
- estruturas demográficas envelhecidas.

Quanto aos factores em que as cidades algarvias poderão alicerçar a sua competitividade:

- bom nível de acessibilidades, visto que as cidades se estruturaram linearmente ao longo de um corredor litoral onde se foram implantando as principais infraestruturas rodó e ferroviárias. Necessidade urgente de conclusão da Via do Infante e de reequacionamento do perfil e função da 125;
- índices elevados de qualidade de vida no domínio do consumo;
- inserção em áreas de elevado valor ambiental, com realce para o PNSACV e o PNRF;
- Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e VRSA e algumas áreas de interesse para a conservação da Natureza;
- índices elevados de qualidade de vida no domínio do desporto;
- força dinâmica de criação de emprego;
- dinâmica demográfica, incluindo capacidade de rejuvenescimento.

Em síntese, Faro é a cidade melhor posicionada em termos de competitividade, com Portimão e Olhão a razoável distância. Silves encontra-se na situação inversa.

⇒ Tendências de Configuração do Sistema Urbano Regional

O Sistema Urbano regional tende a configurar-se de acordo com o modelo proposto pelo PROTAL, embora a concordância não seja total devido aos casos de Loulé e Silves e ao nível de qualificação e especialização atingido.

Em termos gerais, o grande potencial do Sistema Urbano assenta num corredor de grande interacção urbana que se estende de Lagos a Vila Real de Santo António, sustentado por um rosário de centros urbanos litorais e por espaços canais de ligação e orientação longitudinal. Neste corredor há a destacar a progressiva emergência de dois sub-sistemas urbanos: um comandado por Faro, e que congrega ainda Olhão, Loulé e Quarteira; outro comandado por Portimão, e que congrega ainda Lagos, Silves e Lagoa. Os restantes pólos que podem ajudar a configurar este Sistema têm uma força limitada.

Fora do comando de Faro e de Portimão e respectivos subsistemas, tendem a isolar-se Albufeira, Tavira e Vila Real de Santo António.

## 4- ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROT ALGARVE

### - Espaços-Canal

No PROTAL foram definidos cinco eixos/espacos canal “para programar a concentraçao de vias de comunicaçao e de outras infraestruturas lineares em corredores espacialmente definidos”. A definiçao destes eixos tinha objectivos de ordenamento territorial (diminuir a fragmentaçao física, funcional e visual do território, salvaguardar espacos intersticiais não urbanizados, etc.), mas também contribuir para o desenvolvimento de áreas desfavorecidas em termos socioeconómicos, permitir a interligaçao de espacos economicamente dinâmicos, etc.

Foi assim definida uma hierarquia dos eixos propostos, constituída por três niveis de importância:

- inter-regional, garantindo a acessibilidade ao exterior da Região;
- intra-regional, garantindo a acessibilidade entre os centros de hierarquia superior;
- interconcelhia, garantindo a acessibilidade entre unidades concelhias.

Com base nesta hierarquia definiram-se corredores para a implantaçao de grandes infra-estruturas lineares, definindo-se simultaneamente a hierarquia das redes rodo e ferroviárias.

No corredor interior propunha-se a implantaçao da VLA, bem como das condutas de água e linhas de distribuçao de energia. Propunha-se também a instalaçao do serviço ferroviário entre a Região e Lisboa e a Espanha, através de uma nova infra-estrutura que seria implantada ao longo deste corredor, vindo a entroncar na Guia/Tunes, partindo daí para Norte. Para o corredor litoral era reservada a funçao de captaçao e distribuçao do tráfego intra-regional, sendo proposta a aproximaçao do troço ferroviário entre Tunes e Estombar ao corredor litoral, colocando-se a hipótese de se vir a instalar um metro de superfície para as ligaçoes intra-regionais.

Entre 1989 e 1996 foi concluído o IP1, tendo o traçado seguido o proposto no PROT; foram acrescentados os novos 85 Km da Via do Infante, entre a Guia e a ponte do internacional do Guadiana, tal como definido no plano regional; e verificou-se o aumento da extensao do IC-4, Sines-Lagos-Portimao, seguindo de igual forma as propostas do PROT.

As consequências relativas à melhoria das acessibilidades rodoviárias foram evidentes. Os menores ganhos ocorrem em relaçao às localidades do Sotavento serrano, que, devido à configuraçao da rede rodoviária, bem como às condiçoes técnicas das vias, continuam a condicionar a acessibilidade destes lugares a Faro.

Os efeitos da construçao da VLA constitui a principal alteraçao ocorrida na rede rodoviária. Para além de ter contribuído para a melhoria generalizada da acessibilidade na Região, contribuiu também para o melhor ordenamento do território.

A extensao da VLA para Oeste em perfil de auto-estrada poderá contribuir para a melhoria da acessibilidade e do ordenamento, a exemplo dos efeitos alcançados no Sotavento. Os efeitos gerados pela VLA poderão ser potencializados através da beneficiaçao dos troços de acesso aos diferentes nós, por forma a que possa constituir-se como alternativa à EN-125, já que o relativo afastamento ao litoral limitam a sua utilizaçao para deslocaçoes de curta e média distância. O PROTAL propunha a utilizaçao em alternativa do modo ferroviário, de forma a diminuir a pressao sobre a 125. No entanto, esta determinaçao não teve consequências, contribuindo para o aumento da pressao sobre a infra-estrutura existente.

As alteraçoes ao nível das infra-estruturas ferroviárias foram nulas entre 1989 e 1996. Os objectivos definidos a este nível pelo PROTAL não apresentaram qualquer expressao física.

A actual rede eléctrica regional corresponde àquela que é definida no PROTAL. Não prevista no PROTAL encontra-se a ligaçao ao exterior através de uma linha de transporte a 105 kV que vai entroncar na rede regional na subestaçao da rede de transporte de Estói.

Em síntese, e no que respeita aos espacos-canal, pode afirmar-se que estes têm sido respeitados na implantaçao das infra-estruturas de transporte e de comunicaçao, sendo que, no que respeita especificamente à rede ferroviária, não existe qualquer convergência entre o modelo definido no Plano e as perspectivas de desenvolvimento da rede e do serviço.

### 4. O PROTAL na perspectiva dos responsáveis autárquicos

A análise às opiniões emitidas pelos responsáveis autárquicos permite, em síntese, aferir as seguintes consideraçoes:

- o PROTAL veio impor um maior grau de dificuldade relativamente ao processo burocrático de planeamento, e, num certo sentido, interferiu com a legitimidade democrática dos autarcas. Este entendimento é praticamente consensual entre os inquiridos.
- o apesar de a quase totalidade (15 em 16) dos PDM's terem sido elaborados após a aprovaçao do PROTAL, a maioria dos responsáveis autárquicos consideram que as relaçoes funcionais entre os dois documentos tiveram um grau de importância reduzido ou nulo (embora Aljezur considerasse forte as relaçoes estabelecidas entre os dois instrumentos);
- o a opinião da maioria dos autarcas relativamente à importância que o município é chamado a cumprir no modelo definido pelo PROTAL não é, em termos globais, positiva, considerando-se que o município desempenha um papel de importância reduzida no modelo proposto;
- o relativamente aos efeitos gerados pelo PROTAL ao nível da contençao da expansao urbana para além dos perímetros urbanos definidos no PROT, no essencial consideram que surtiu um efeito de carácter negativista forte, ou com efeitos negativamente assinaláveis, e que o PROT veio acentuar os problemas de desenvolvimento concelhio, dificultando a fixaçao das populaçoes locais, em particular dos jovens. Saliente-se, contudo, que Monchique e Castro Marim consideram que os efeitos produzidos foram assinaláveis, mas com carácter positivo, colocando um travão à construçao civil desenfreada que se observa no contexto regional;
- o os efeitos gerados pelo PROTAL no interior dos perímetros urbanos revelam opiniões bastante divergentes entre os autarcas;
- o a contençao da edificaçao dispersa teve uma influência negativa na Região, segundo a maioria dos autarcas. Alguns autarcas consideram que a edificaçao dispersa é uma forma tradicional de estruturaçao do povoamento, especialmente na serra, e, como tal, a política preconizada não deveria ter características tão restritivas;
- o a maioria dos autarcas entende que o surgimento do PROTAL não teve quaisquer efeitos ao nível da protecçao do ambiente, dado que a política do Plano era **restritiva** e não **proteccionista**;
- o os efeitos na actividade da construçao civil revelaram-se fortes ou muito fortes, verificando-se forte diminuicão da construçao civil na Região com consequências negativas ao nível do emprego;
- o embora sem emitirem opiniões muito concretas relativamente aos efeitos gerados ao nível da agricultura, a opinião generalizada dos autarcas é que o PROTAL não surtiu nenhuns efeitos visíveis na Região;
- o ao nível da actividade industrial, a maioria dos autarcas considera que o PROTAL não produziu quaisquer efeitos, sendo que as quatro zonas definidas pelo Plano nunca chegaram a ser implementadas, por falta de um programa/plano de financiamento;
- o no turismo, oito autarcas consideraram os efeitos gerados pelo PROTAL como fortes, mas com incidência negativa para a Região; os responsáveis de dois municípios manifestaram posiçao contrária;
- o a maioria dos autarcas revela um grau de concordância reduzido com a avaliaçao da hierarquia urbana estabelecida pelo PROTAL;
- o por último, de acordo com a maioria dos autarcas, o modelo a seguir com vista à revisao do PROTAL deve considerar apenas as grandes questoes estratégicas de desenvolvimento, deixando para os PDM's a definiçao de zonamentos nos respectivos municípios, considerando igualmente importante que o futuro PROTAL seja acompanhado de um programa/plano de investimentos.
- o Finalmente, a maioria dos autarcas é de opinião que a revisao do PROTAL deve ser efectuada rapidamente, antes de se iniciar todo o processo de revisao dos PDM's.

CAPÍTULO V – SÍNTESE DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Com base numa grelha de indicadores, pretende-se, neste capítulo, construir um Quadro Analítico que permita estabelecer as modificações operadas entre o início dos estudos do PROTAL, em 1989, e o momento da avaliação, em 1996.

Sinteticamente, este quadro deverá permitir estabelecer e esquematizar a avaliação dos desvios entre posicionamento da Região face ao cenário base do PROTAL, medindo qualitativamente o(s) efeitos(s) do PROT relativamente a cada um dos domínios analisados, pretendendo-se ainda verificar quais os contributos provenientes da implementação do PROT, destrinçando-os dos associados instrumentos de planeamento ou factores exógenos.

No quadro seguinte apresentam-se, de forma muito sintética, as principais conclusões.

DOMÍNIOS/ INDICADORES	POLÍTICA DO PROTAL	CONVERGÊNCIA COM O MODELO DO PROTAL	AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS EFEITOS DO PROTAL
Indicadores de acessibilidades e transportes. → Infra-estruturas rodoviárias.	Assegurar boas condições de acesso ao interior e estabelecer uma rede viária mais estruturada no litoral; evitar o adensamento da rede viária; permitir a interligação de espaços económicos dinâmicos.	Sim.	Efeito reduzido.
→ Idem.	Contribuir para o desenvolvimento de áreas mais desfavorecidas e para o ordenamento dos espaços mais congestionados e densamente ocupados.	Sim.	Efeito reduzido.
Indicadores de acessibilidades e transportes. → Infra-estruturas ferroviárias.	Incentivo à utilização do transporte público; modernização dos caminhos de ferro ao longo de um corredor litoral e desenvolvimento de metro de superfície; Utilização do corredor interior para as ligações inter-regionais e internacionais em comboios de alta velocidade.	Não.	Efeito nulo.
→ Indicadores de energia.	Reforço da rede de distribuição de alta tensão e aproveitamento do corredor interior para a implantação das linhas de distribuição regional de forma a minimizar as áreas de servidão.	Sim.	Efeito assinalável.
Indicadores ambientais. → Indicadores de Atendimento.	Redução dos conflitos de utilização dos recursos naturais; protecção das águas superficiais e subterrâneas; protecção dos componentes ambientais humanos.	Não.	Efeito nulo.
→ Indicadores de Gestão Ambiental.	Redução dos conflitos de utilização dos recursos naturais; protecção das águas superficiais e subterrâneas; protecção da zona costeira; protecção dos componentes ambientais humanos	Sim.	Efeito reduzido.
Indicadores Ambientais. → Indicadores de Zonamento Ambiental.	Redução dos conflitos de utilização dos recursos naturais; protecção das águas superficiais e subterrâneas; regulação do regime hídrico; protecção dos ecossistemas sensíveis; protecção dos solos agrícolas; protecção dos componentes ambientais humanos	Não.	Efeito nulo.
→ Indicadores de Ocupação Urbanística.	→ Desenvolvimento de cada parcela do território em função das suas vocações e potencialidades; manutenção da diversidade de funções do solo; localização e organização funcional dos complexos urbanos, turísticos, industriais e infra-estruturas; economizar o consumo de solo, para manter equilíbrios entre espaços edificados e espaços livres, determinando-se a tentativa de controlar a edificação dispersa.  → Protecção da zona costeira; controle do crescimento de áreas congestionadas, em especial as turísticas; instalação de equipamentos sociais e dinamizadores da actividade económica.	NOTA: o estudo considera que as hipóteses <i>sim/ não</i> são muito rígidas nesta vertente do relatório, avançando-se com alguns comentários que, no essencial, se resumem ao seguinte:  → É de salientar a existência de divergências em relação ao modelo proposto pelo PROTAL, tanto na própria aplicação do Plano Regional como na sua capacidade de relacionamento com os instrumentos de planeamento municipal com os outros níveis da administração. Por outro lado, apesar da <i>contenção</i> das propostas do PROTAL, verifica-se um aumento previsível no futuro e um real aumento das zonas de ocupação urbanística previstas nos diversos PDM's. A edificação dispersa, que o PROT visava contrariar, manteve-se, embora se tenha reduzido tendencialmente, sem muito significado.  → A zona costeira continuou a ser a zona de localização preferencial para a implementação de empreendimentos turísticos e consolidação dos grandes centros urbanos. Por outro lado, não se verificou uma inversão na dinâmica urbanística da Região.  → Verificam-se, pois, algumas divergências em termos de aplicação das políticas do PROTAL, não sendo claro se elas se devam a insuficiências na sua elaboração e incapacidade na sua aplicação, ou a incapacidades de relacionamento administrativo pela <i>novidade</i> introduzida por um Plano Regional que deverá ser entendido como documento estratégico.	
Indicadores de Actividade. → Indicadores da Pesca.	Reforço e desenvolvimento da actividade nos Portos de Portimão, Olhão e VRSA; consolidação do sector nos portos de Tavira e Lagos; adaptação da actividade pesqueira regional à concorrência europeia.	Não.	Efeito nulo.
Indicadores de Actividade. → Indicadores do Turismo.	Crescimento da oferta turística em termos globais, em especial nas zonas mais desfavorecidas (interior e periferia; requalificação e reestruturação da oferta turística, com afectação mínima de espaços.	Sim.	Efeito nulo.
Indicadores de Actividade. → Indicadores do Turismo.	Assunção do turismo como vocação dominante, procurando desenvolver-se o <i>turismo de qualidade</i> ; melhoramento da imagem turística do Algarve; atribuição ao planeamento municipal da definição de áreas específicas para o desenvolvimento turístico do território concelhio.	Sim.	Efeito nulo.

Parte III – Sistema de Monitorização

Na sua parte final, o Estudo de Avaliação em apreço propõe a construção de um Sistema de Monitorização composto por um conjunto de indicadores quantificáveis, existentes e a criar, adequados à análise a efectuar aos vários níveis de monitorização da Região.

A abordagem relativamente ao processo de monitorização do PROTAL é fundamentalmente composta de duas partes: uma, relativa ao Quadro de Monitorização, contempla a indicação de indicadores físicos e de desempenho, que constituem a base do sistema; outra, relativa aos indicadores de actividade urbanística, tem como objectivo sistematizar um conjunto de sugestões/recomendações de criação de bases de dados uniformizadas.

Este Sistema de Monitorização proposto no presente Estudo não se encontra em funcionamento.

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**



5.1 – DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

Aspectos gerais do crescimento demográfico

**Nota Introdutória** - o presente documento de trabalho tem, como dados demográficos mais actualizados, os Resultados Provisórios dos Censos 2001 e não os Resultados Definitivos que só estarão disponíveis no final do corrente ano (2002). É natural que, após a publicação destes últimos, se torne necessário proceder a algumas correcções dado que existem sempre algumas diferenças (por exemplo: os resultados Provisórios dão, para a região do Algarve, mais cerca de 3.000 habitantes que os dados dos Resultados Preliminares publicados poucos meses antes). Por outro lado, para a detecção de ritmos de crescimento diferenciados na década em estudo, utilizámos os valores fornecidos pelas Estimativas da População Residente em 1995 e não as estimativas para a mesma população corrigidas de acordo como os Resultados dos Censos 2001 que, entretanto (mas posteriormente a este estudo), o INE disponibilizou. Como tal, os diferentes ritmos de crescimento demográfico nas duas metades da década de 90 não são tão contrastados como, neste documento, os traçamos e, naturalmente, os cenários traçados nas projecções demográficas com que encerramos o estudo precisarão de ser refeitas.

A população da região do Algarve em 2001, e de acordo com os dados provisórios do INE, é de 395.280 habitantes, o que representa um aumento de 15,8% relativamente ao valor apurado nos Censos de 1991. Este crescimento fortemente positivo, consideravelmente superior ao registado na década de 80 (de somente 5,5%), e embora um pouco inferior ao que se registou na década de 70 (20,7%), coloca o Algarve claramente como a região de maior dinamismo demográfico do país e contribuiu para o fortíssimo crescimento demográfico patenteado pela região nas três últimas décadas do século XX: 47,4%.

Quadro 1 - Variação percentual da população residente, por regiões (1991/2001)

	Variação % 1991/2001
Portugal	5,0
Norte	6,2
Centro	3,5
Lisboa e Vale do Tejo	5,4
Alentejo	-2,5
<b>Algarve</b>	<b>15,8</b>
R.A. Açores	1,7
R.A. Madeira	-3,3

Fonte: INE, Censos 2001 (Resultados Provisórios)

O valor obtido pelo Recenseamento de 2001 encontra-se dentro do intervalo que havia sido calculado aquando da realização das Projecções Demográficas para o ano 2000 no âmbito do PROT-Algarve de 1991: 394.083 habitantes segundo a hipótese “baixa”; 406.785 habitantes segundo a hipótese “alta”. Desta forma, e tendo em conta que o Censo se realizou no ano a seguir ao do horizonte da projecção, confirma-se a quase coincidência dos valores da hipótese “baixa”, isto é, aquela que apontava os cenários menos optimistas no que diz respeito às componentes da natalidade e fertilidade. Foi, contudo, a projecção que mais se aproximou dos valores determinados pelos Censos 2001.

Quadro 2 – Comparação dos resultados dos Censos 2001 com projecções efectuadas no âmbito de variados estudos

Estudo	Autor	Valores
Censos 2001	INE	395.208
Projecções Demográficas – PROT 1991	CCR Algarve	394.083 - 406.785 (1)
“Portugal: os próximos 20 anos”	Prof. J. Manuel Nazareth	388.867
Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve	Associação de Municípios do Algarve	331.060 - 351.853 - 386.590 (2)

(1) – hipóteses “baixa” e “alta”

(2) – hipóteses 0, 1, e 2

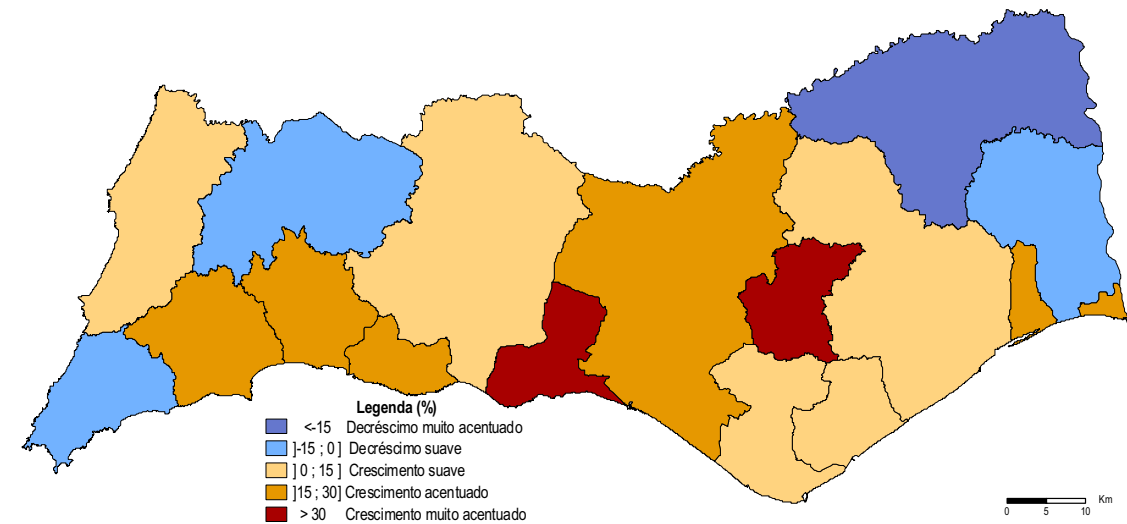
Contudo, o crescimento demográfico não se processou de igual forma em todo o território. Tal como já vinha sucedendo nas décadas anteriores, assistimos:

- a um generalizado e persistente decréscimo populacional nos concelhos do interior serrano – designadamente em Alcoutim e Monchique -;
- enquanto os concelhos do litoral continuam a apresentar, nalguns casos, fortísimos crescimentos – nomeadamente em Albufeira, Faro, Portimão e Loulé.

Merece destaque o facto de Aljezur ter invertido, na década de 90, o sentido de crescimento populacional negativo que apresentava nas décadas anteriores, precisamente o contrário do que sucedeu com o concelho de Vila do Bispo.

A análise do crescimento demográfico numa desagregação espacial mais fina – por freguesias – permite-nos detectar com maior rigor os contornos desse mesmo crescimento demográfico na última década.

Mapa I.1 – Crescimento Demográfico entre 1991 e 2001, por concelhos



Neste nível de análise constata-se que os decréscimos populacionais:

- afectam de uma forma geral todo o Interior e a extrema litoral ocidental;
- são particularmente acentuados nas áreas interiores mais setentrionais dos concelhos de Monchique, Silves, Loulé, Tavira, Castro Marim e Alcoutim;
- mas chegam também a algumas áreas do litoral, contíguas a áreas de acentuado dinamismo demográfico, como são os casos de Ferragudo, Luz, Santa Luzia e Conceição de Tavira.

Por outro lado, os crescimentos populacionais incidiram, de uma maneira geral, em toda a frente litoral meridional e nalgumas áreas de retaguarda desta frente, destacando-se:

- um crescimento muito forte:
  - nos centros urbanos de Lagos, Albufeira e Loulé;
  - nas freguesias litorais de Albufeira e Loulé;
  - nas freguesias que envolvem os centros urbanos de Faro e Olhão
- um ligeiro crescimento em áreas de tradicional recessão demográfica, como são os casos de Aljezur-Rogil, Raposeira e Monchique.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### A distribuição da população

A densidade populacional no Algarve é, no ano de 2001, de 79,9 hab/Km<sup>2</sup>, valor este consideravelmente inferior ao valor apurado para o total do País: 112,7 hab/Km<sup>2</sup>. Todavia, as desigualdades regionais são bastante pronunciadas:

- os concelhos que possuem frente litoral e que se estendem consideravelmente para o interior – Castro Marim, Loulé, Silves e Tavira – apresentam densidades inferiores às médias nacional e da região, uma vez que as fortes concentrações no litoral são atenuadas pelas fracas densidades no interior.
- os restantes concelhos da frente litoral Sul – Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Portimão e Vila Real de Sto. António – apresentam densidades claramente superiores às médias nacional e da região;
- os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Monchique, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo apresentam densidades claramente inferiores às médias nacional e da região;

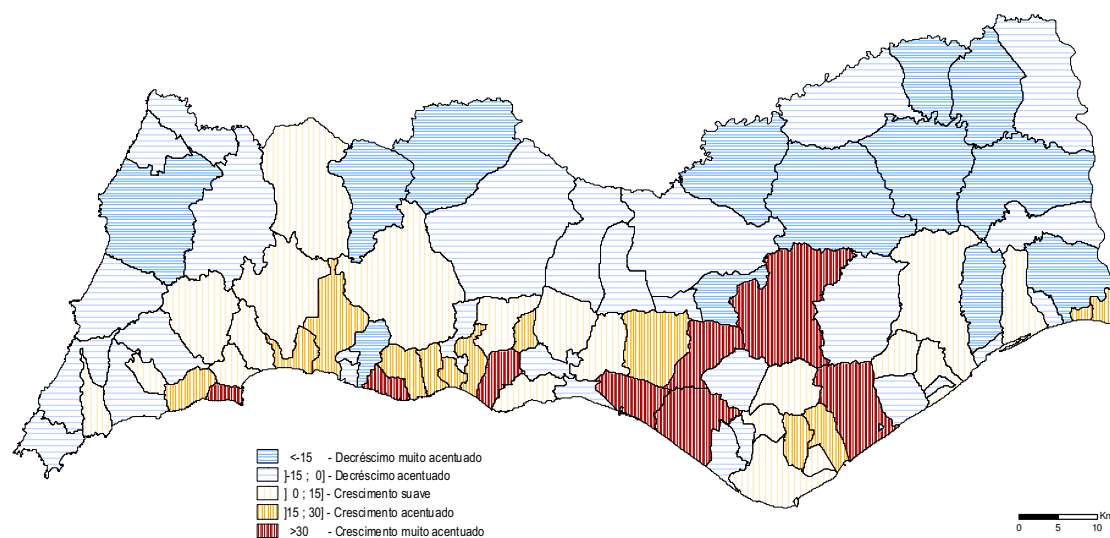
Se observarmos a densidade populacional por freguesias verificamos, com maior nitidez:

- uma clara concentração da população nas freguesias da frente litoral meridional;
- a ocorrência das densidades intermédias nas freguesias envolventes dos centros urbanos;
- uma gradual menor concentração à medida que nos afastamos do litoral;
- valores muito baixos nas freguesias da Serra e do litoral ocidental.

A dinâmica populacional verificada no Algarve durante a década de 90 mostra-nos que houve um reforço da tendência de concentração da população em determinados concelhos que, grosso modo, são os concelhos do litoral. Há, contudo, excepções a este padrão:

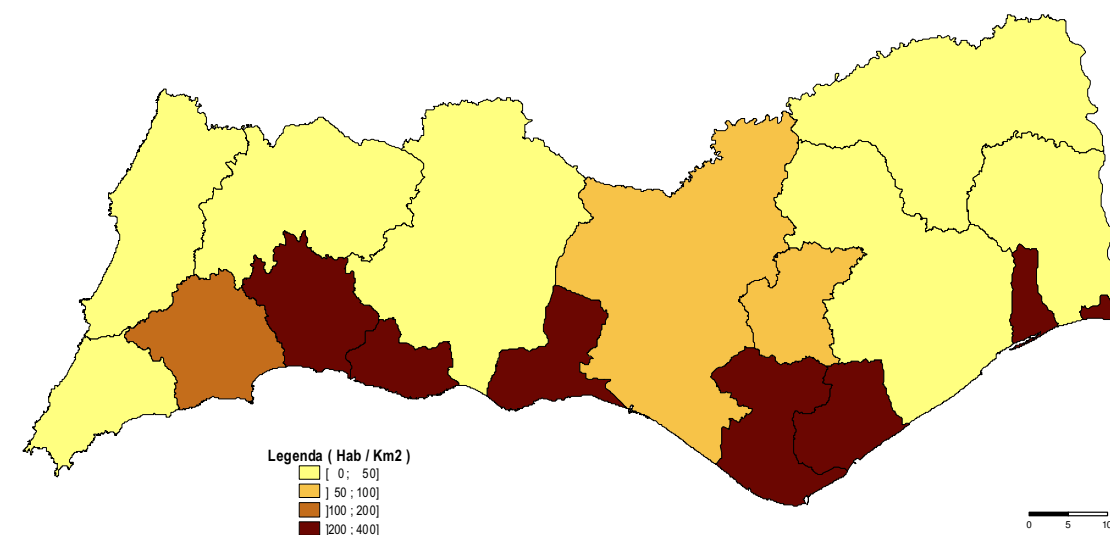
- os concelhos que, tendo uma frente litoral, se estendem para o interior, onde o decréscimo populacional foi notório e sobrepôs-se ao crescimento demográfico no litoral;
- os concelhos marcadamente urbanos do litoral – Faro, Olhão e Portimão – que vêm o seu peso demográfico diminuir porque a dinâmica de crescimento urbano se propagou para os concelhos vizinhos (por exemplo, S. Brás de Alportel e Loulé, no caso de Faro).

Mapa I.2 – Crescimento Demográfico entre 1991 e 2001, por freguesias<sup>1</sup>



1 - Consideraram-se as freguesias existentes em 1991. Os valores relativos às novas freguesias (criadas depois de 1991) foram agregados aos valores das freguesias que lhes deram origem.

Mapa II.1 – Densidade populacional, por concelhos (2001)



Mapa II.2 – Densidade populacional, por freguesias (2001)

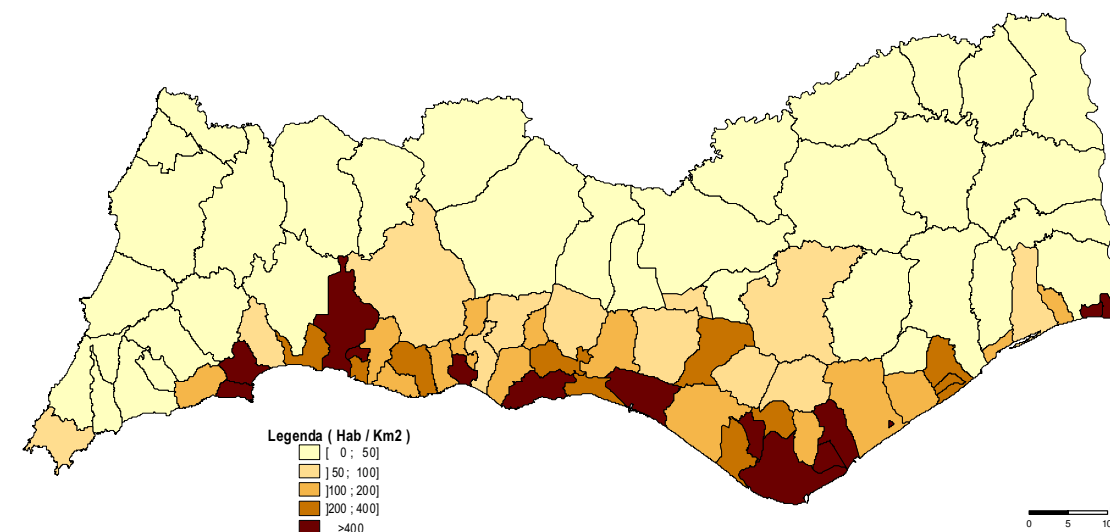
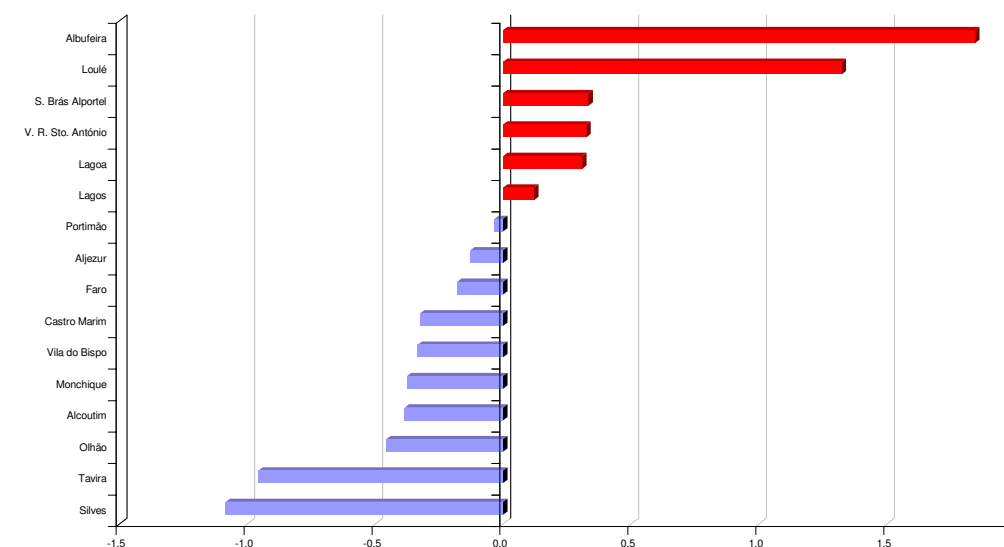


Gráfico 1 - Evolução do peso da população por concelho relativamente ao total da região entre 1991 e 2001

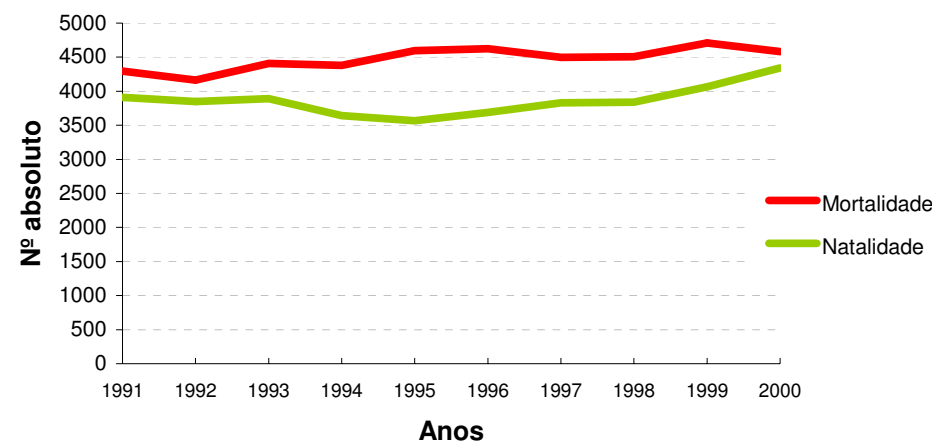


**As componentes do crescimento demográfico**

Entende-se por componentes do crescimento demográfico os dois conjuntos de forças que contribuem para o dinamismo da população: por um lado, o crescimento natural – balanço dos nascimentos e dos óbitos; por outro lado, o saldo migratório – o resultado das entradas e saídas de população. Relativamente ao primeiro – o **Crescimento Natural** – foi-nos possível recolher a informação referente à natalidade e mortalidade em todos os anos em que centrámos o presente estudo (de 1991 a 2000) para as três unidades de referência espacial: a região, o concelho e a freguesia. Como tal, podemos constatar, para a região do Algarve, que a natalidade registou um ligeiro decréscimo até meados da década para na segunda metade da mesma conhecer um ligeiro aumento, situando-se, em 2000, a um nível ligeiramente superior ao de 1991 (mais 432 nascimentos). A mortalidade, sempre superior em toda a década à natalidade, conheceu um ainda mais ligeiro aumento e é, em 2001, superior à que se verificava em 1991 (mais 287 óbitos).

No entanto, a este aumento do número de nados-vivos não corresponde igual aumento da Taxa de Natalidade. Este indicador conheceu, entre os anos de 1991 e 2000, uma pequena descida - de 11,46 ‰ (em 1991) para 10,99 ‰ (em 2001)<sup>2</sup> -, o que se explica pelo facto de o aumento do número absoluto de nascimentos (11%) ser inferior ao aumento da população residente (15,8%).

**Gráfico 2 - Evolução da Natalidade e Mortalidade no Algarve (1991/2000)**



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991/2000)

O comportamento dos valores da Natalidade por freguesias, em 2001, mostra-nos a ocorrência dos valores mais elevados na frente litoral meridional, não propriamente nos centros urbanos mas sim nas áreas envolventes e intersticiais para as quais, de uma forma geral, se tem efectuado a expansão urbana. Por outro lado, os mais baixos valores da Natalidade continuam a registar-se no interior, mais acentuadamente no Nordeste da região. Destaque-se o facto de os valores relativos à Natalidade nas freguesias da Costa Vicentina serem muito semelhantes aos verificados na região central do Algarve, o que comprova algum recente dinamismo nesta área.

Uma análise um pouco mais aprofundada dos indicadores relacionados com a Natalidade confirma-nos esta descida. Os valores da Taxa Geral de Fecundidade<sup>3</sup> na região baixaram de 49,52 para 46,21 ‰ entre 1991 e 1998 e destaca-se, sobretudo, uma profunda alteração na composição da Taxa de Fecundidade por grupos etários:

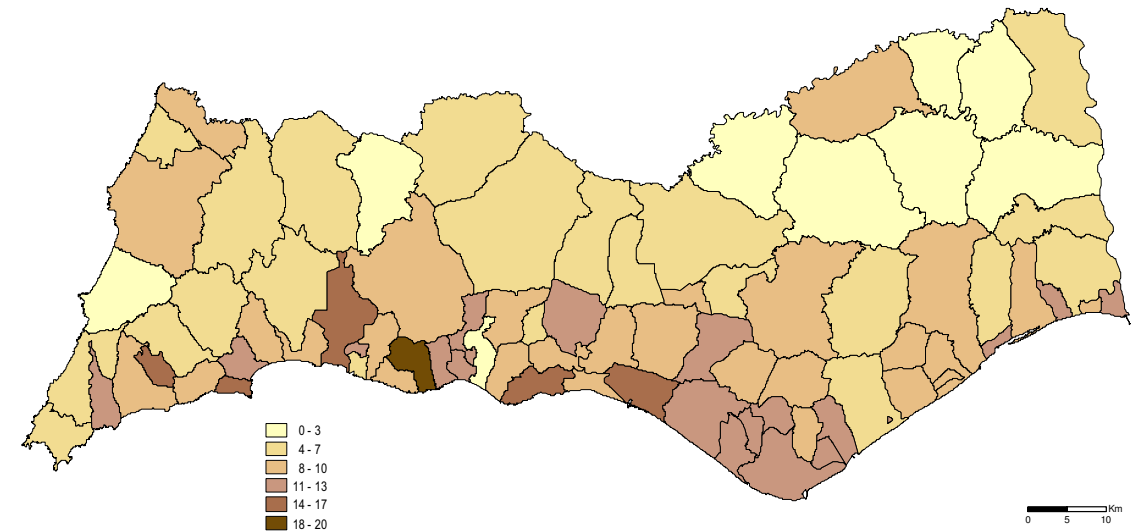
- os grupos etários das mulheres mais jovens (15-29 anos) registam uma quebra da fecundidade;
- os grupos etários dos 30 aos 49 anos registam um aumento da fecundidade.

<sup>2</sup> - Para o cálculo da Taxa de Natalidade em 2001 utilizámos o valor dos nados-vivos referente a 2000 (uma vez que só no final de 2002 teremos acesso aos dados de 2001) e, no denominador, o valor da população residente em 2001.

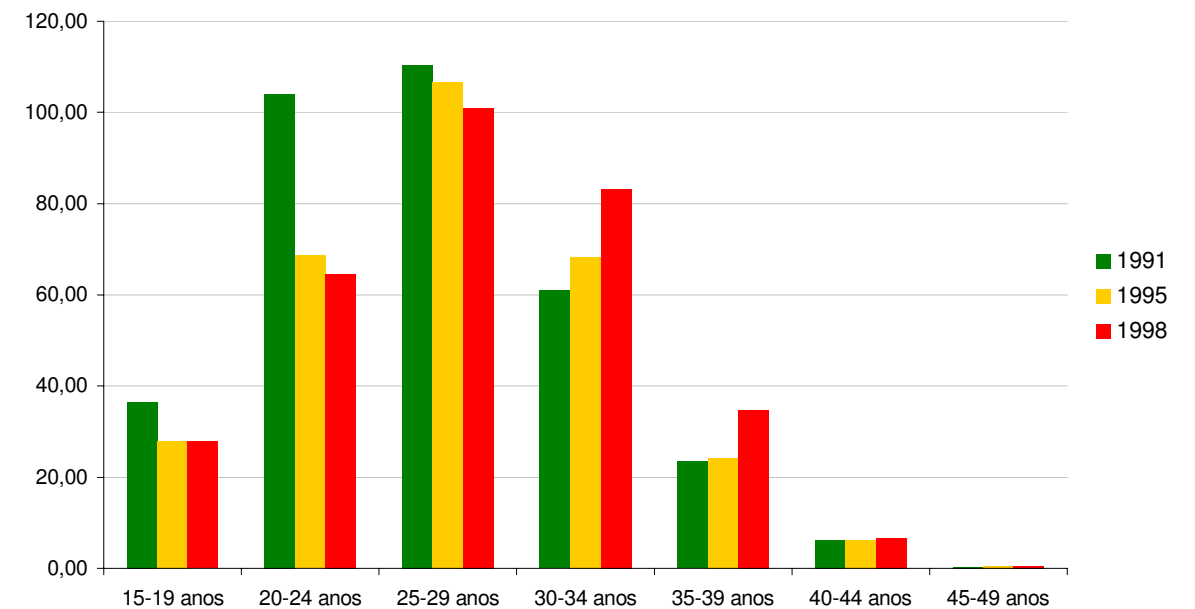
<sup>3</sup> - Taxa Geral de Fecundidade – Número de nascimentos para cada 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos.

Isto é, para além da diminuição da Natalidade (e da Fecundidade) existe um notório adiamento da idade dos nascimentos, como se comprova pelo facto de, em 1998, o segundo grupo mais fértil não ser já o grupo 20-24 anos (situação em 1991), mas sim o grupo 30-34 anos.

**Mapa III.1 – Taxa de Natalidade (‰), por freguesias (2001)**



**Gráfico 3 - Composição de Fecundidade por grupos etários na região do Algarve (1991/1995/1998)**



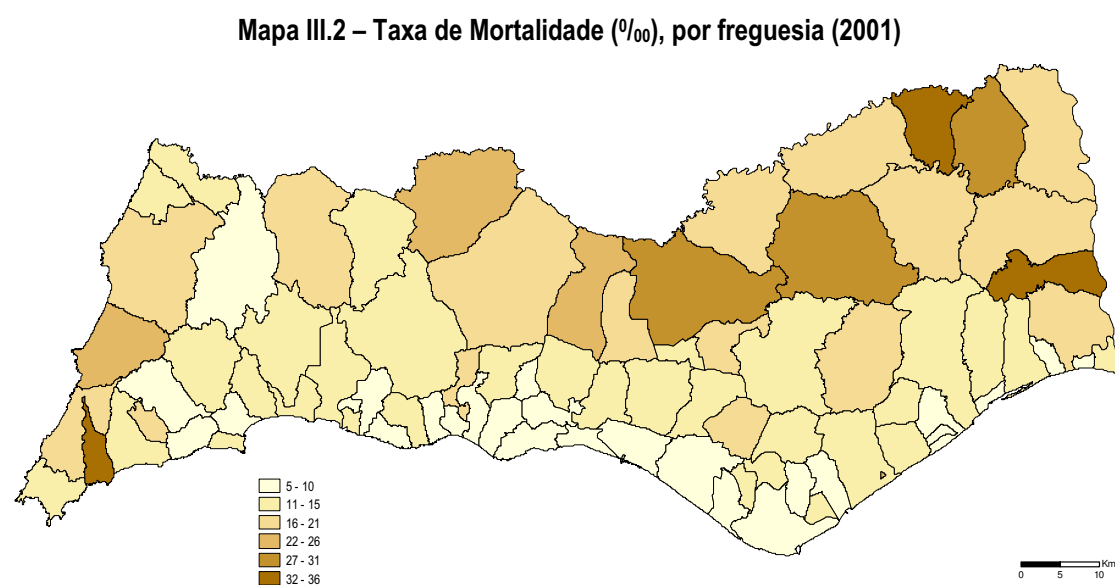
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Como consequência, o Índice Sintético de Fecundidade<sup>4</sup> da região também registou, entre 1991 e 1998, um decréscimo de 1,71 para 1,59. Este valor, já insuficiente para garantir, em 1991, a renovação de gerações, assume um carácter particularmente mais grave em 1998. Somente cinco concelhos – Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Lagoa e S. Brás de Alportel - viram aumentar o valor deste indicador entre 1991 e 1998, sendo que apenas o concelho de Albufeira apresenta um valor (2,18) superior ao necessário para assegurar a renovação de gerações.

Os restantes 11 concelhos da região registaram decréscimos do Índice Sintético de Fecundidade entre 1991 e 1998, particularmente acentuados em Vila Real de Santo António, Vila do Bispo, Silves e Olhão, apresentando tendências preocupantes.

Porém, ao contrário do que sucede noutras regiões do país, nomeadamente no Interior, a imigração, extremamente importante na região do Algarve, encarrega-se de salvaguardar a renovação de gerações, o que não se conseguiria assegurar tendo somente em consideração os movimentos naturais da população algarvia.

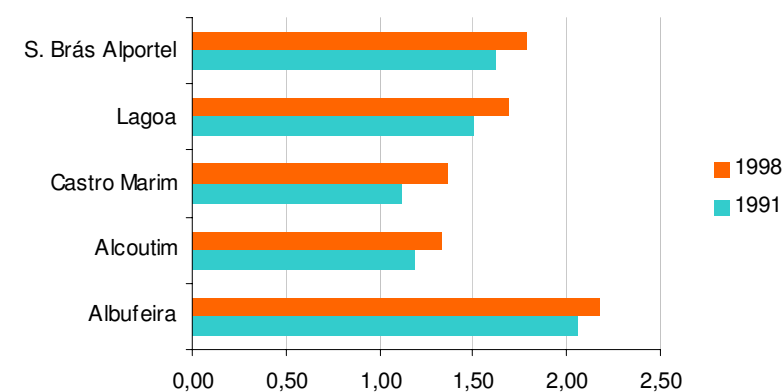
No que respeita à Taxa de Mortalidade, a sua variação ao longo da década é também ela muito pouco significativa. Regista um decréscimo de um ponto, descida mais acentuada que a da Taxa de Natalidade, e tal fica igualmente a dever-se a um aumento do número de óbitos (6,7%) inferior ao aumento da população residente (15,8%).



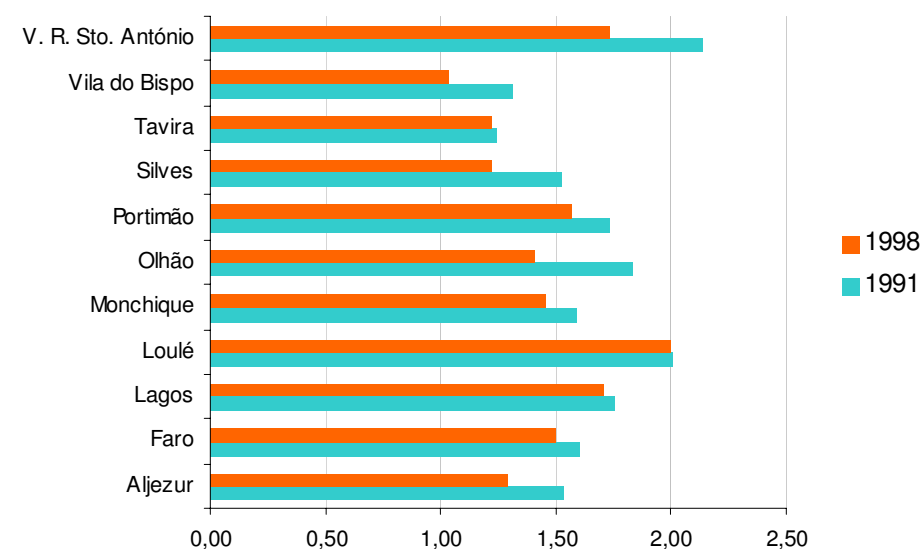
Os valores mais elevados da Mortalidade, em 2001, observam-se essencialmente nas áreas interiores da Serra, principalmente no Nordeste, e nas freguesias da Costa Vicentina, por motivos que se prendem exclusivamente com um enorme peso da população idosa. Os valores mais baixos ocorrem, pela razão inversa (grande peso da população jovem) nas freguesias da frente litoral meridional.

A Mortalidade Infantil, em termos absolutos, registou uma ligeira descida durante a década de 90, embora esta evolução tenha sido um pouco irregular, como o demonstram algumas subidas em intervalos anuais (1993-1994, 1996-1998 e 1999-2000). Todavia, em termos relativos, podemos considerar que houve uma inequívoca e substancial redução deste fenómeno, uma vez que a Taxa de Mortalidade Infantil foi reduzida de 9,2 (em 1991) para 5,5 ‰ (em 2000).

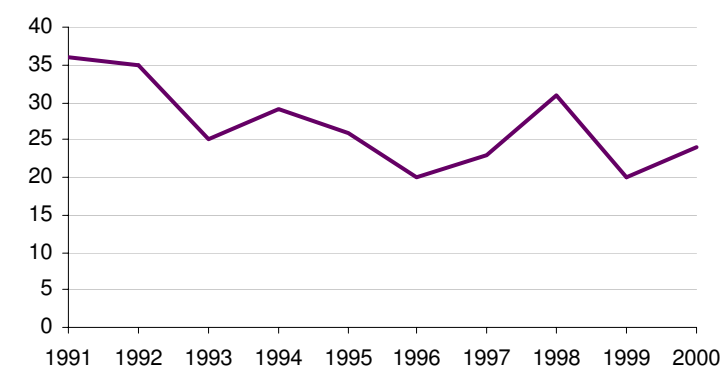
**Gráfico 4 - Concelhos com subida do Índice Sintético de Fecundidade entre 1991 e 1998.**



**Gráfico 5 - Concelhos com descida do Índice Sintético de Fecundidade entre 1991 e 1998.**



**Gráfico 6 - Evolução da Mortalidade Infantil na região do Algarve (1991/2000)**



<sup>4</sup> - Número médio de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos).

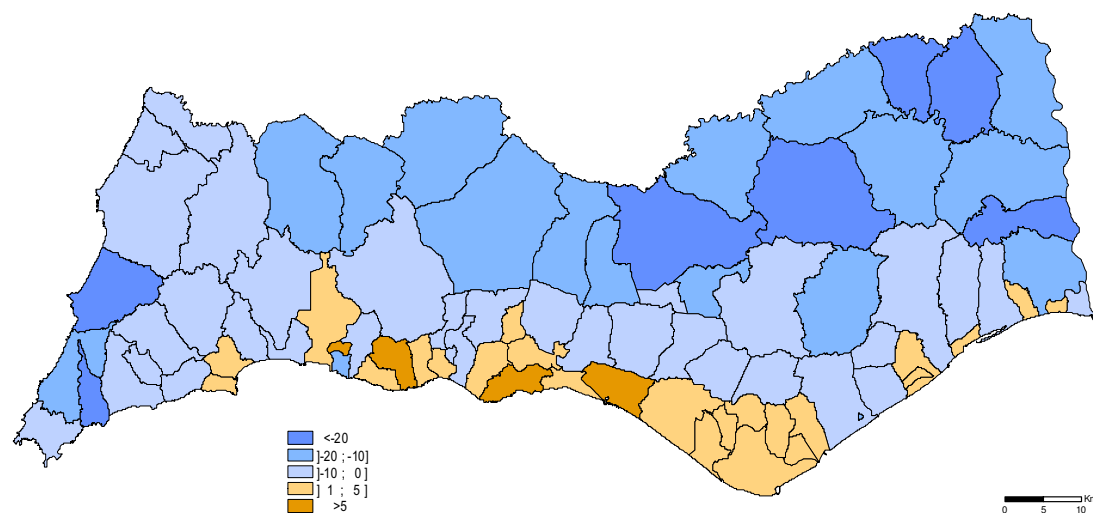
A Taxa de Crescimento Natural de 2001 mostra-nos explicitamente as áreas do Algarve onde a dinâmica natural é positiva, precisamente as freguesias da frente litoral genericamente entre Lagos e Faro. Todo o restante território da região apresenta uma dinâmica natural negativa, podendo-se verificar duas situações:

- um efectivo decréscimo da população, quando o saldo migratório, mesmo que positivo, não compensa um crescimento natural negativo;
- um efectivo crescimento da população, quando o saldo migratório compensa um crescimento natural negativo; isto é, o crescimento fica a dever-se, não à dinâmica natural, mas sim à imigração.

Assim sendo, podemos determinar o Crescimento Natural. Fazendo um somatório dos nascimentos ocorridos na região durante a década de 90, obtemos um valor de 38.634 nascimentos; utilizando igual procedimento para a mortalidade obtemos um valor de 44.754 óbitos durante a década de 90. Como tal, o crescimento natural na região do Algarve resultou num valor negativo de (menos) 6120 habitantes.

Este crescimento natural negativo é quase uma característica de todos os concelhos algarvios, sendo especialmente visível nos concelhos serranos – Alcoutim, Monchique – e em concelhos que, embora detenham troços da orla costeira meridional, se estendem muito para o interior – Silves, Tavira, Loulé, Castro Marim -. Com balanços positivos no crescimento natural ao longo da década de 90, apenas temos 4 concelhos: Albufeira, Faro, Lagoa e Portimão.

Mapa III.3 – Taxa de Crescimento Natural (‰), por freguesia (2001)



Quanto ao **Saldo Migratório**, e uma vez que não é possível utilizar a mesma metodologia seguida para o crescimento natural (a recolha ano a ano) por não estar disponível a contabilização anual de entradas e saídas, conseguimos apurá-lo da seguinte forma:

$$\text{Saldo Migratório} = \frac{\text{População Residente (2001)} - (\text{População Residente (1991)} - \text{Crescimento Natural (1991/2000)})}{\text{População Residente (1991)}}$$

O valor apurado para a região do Algarve é de 59.924 indivíduos, valor este que compensa largamente o valor negativo do crescimento natural (- 6.120) e que se revela como a grande causa do crescimento populacional verificado na região durante a década de 90. A análise do saldo migratório por concelhos dá-nos a medida do real significado deste indicador uma vez que, ao contrário do que seria de esperar – saldos migratórios positivos apenas nos concelhos da frente litoral -, também concelhos do interior tidos como pouco atractivos (e caracterizados em décadas anteriores por saldos migratórios negativos) apresentam valores positivos. É o caso, essencialmente, de Aljezur e Monchique. Todavia, em alguns concelhos, o valor positivo do saldo migratório não foi suficiente para equilibrar as perdas resultantes do crescimento natural.

Gráfico 7 - Concelhos do Algarve com Crescimento Natural negativo durante a década de 90

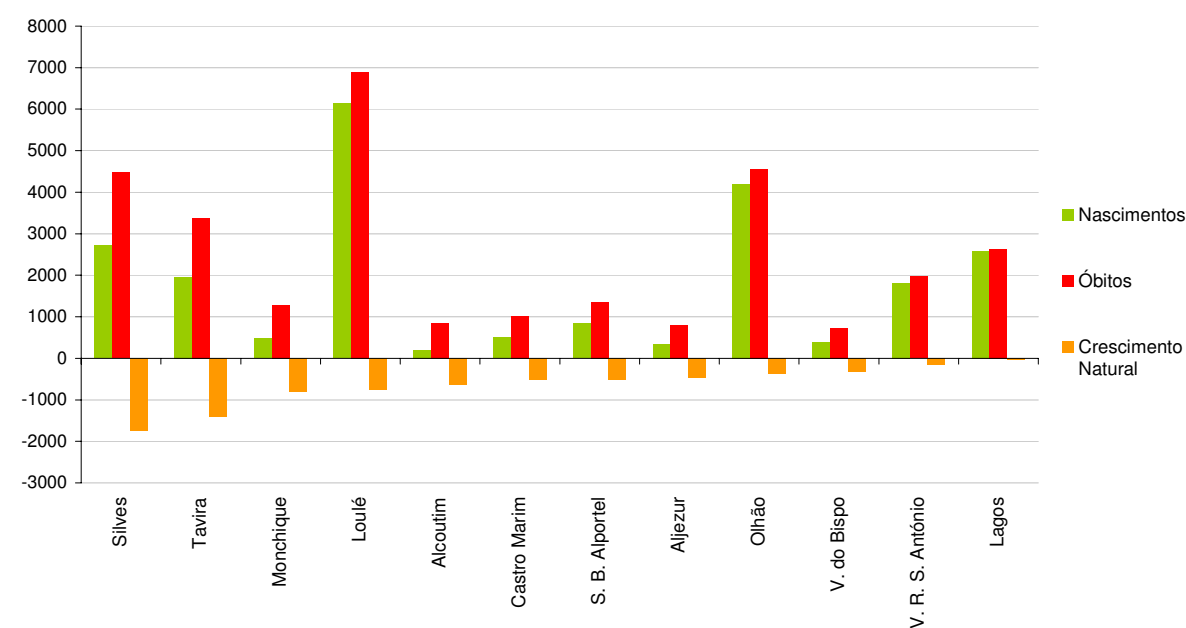
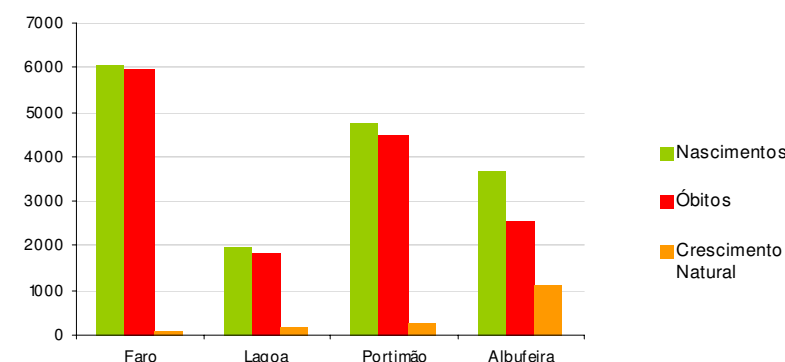


Gráfico 8 - Concelhos do Algarve com Crescimento Natural positivo durante a década de 90



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Assim, temos um **Crescimento Efectivo** (Crescimento Natural + Saldo Migratório) também ele claramente positivo de 53.804 habitantes que se fica a dever, na região como um todo e na grande maioria dos concelhos que apresentaram crescimentos positivos, exclusivamente ao saldo migratório positivo.

**Quadro 3\_- Crescimento Natural, Saldo Migratório e Crescimento Efectivo, por concelhos (1991 / 2001)**

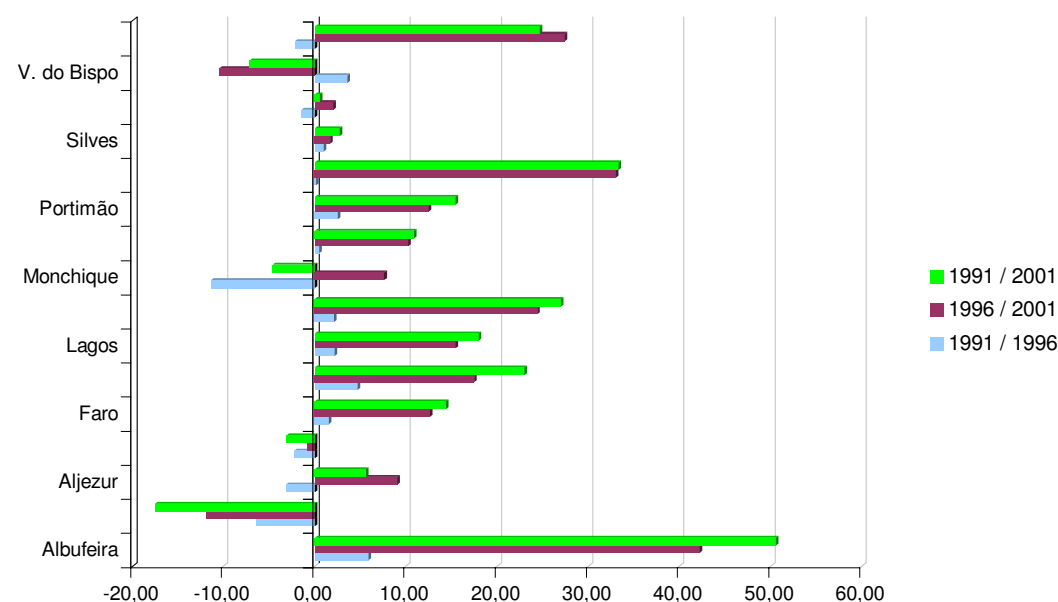
Crescimento Natural \ Saldo Migratório	Saldo Migratório	
	Negativo (-)	Positivo (+)
Negativo (-)	Alcoutim Vila do Bispo	Castro Marim Monchique Aljezur Lagos Loulé Olhão S. B. Alportel Silves Tavira V. R. Sto. António
Positivo (+)		Albufeira Lagoa Faro Portimão

Crescimento Efectivo Negativo
  Crescimento Efectivo Positivo

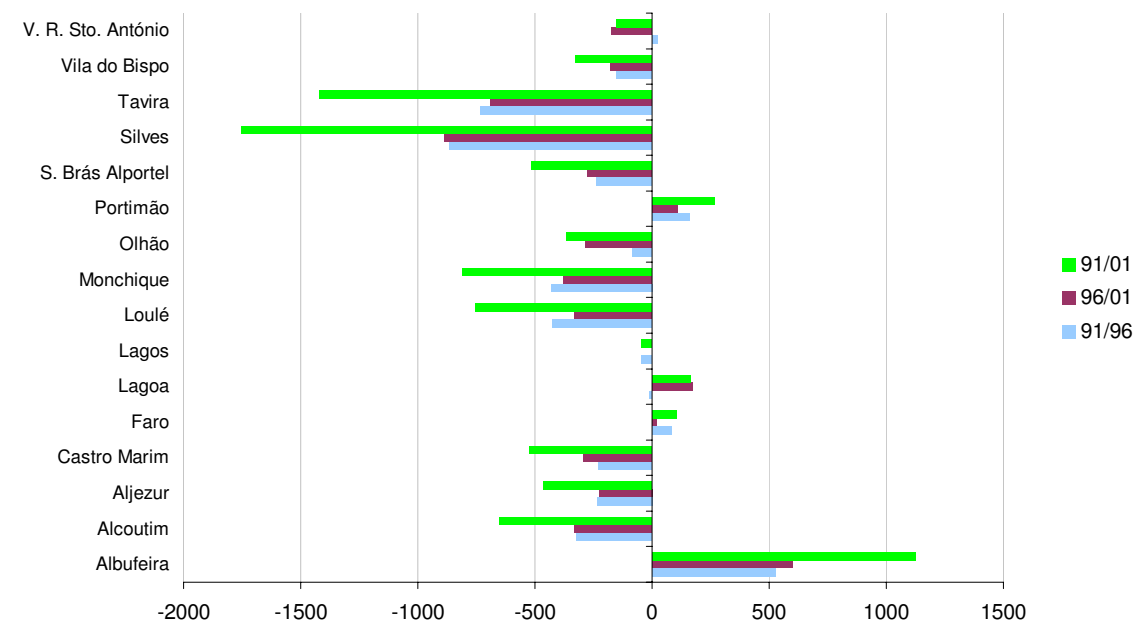
O ritmo de crescimento da população durante a década de 90 não foi uniforme. Podemos mesmo distinguir duas fases bastante distintas:

- uma primeira, na primeira metade da década, que se caracterizou por um crescimento muito lento (1,14% para o total da região), nunca superior a 6% mesmo nos concelhos com maior dinamismo e, em seis concelhos – Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, Tavira e Vila Real de Sto. António –, por uma perda de população;
- uma segunda fase, na segunda metade da década, que se caracterizou por um rápido crescimento (14,45% para o total da região), particularmente notório nalguns concelhos – Albufeira, S. Brás de Alportel, Vila Real de Sto. António e Loulé –, e pela recuperação de alguns concelhos que inverteram o sentido de crescimento ocorrido nos primeiros cinco anos da década – Aljezur, Monchique, Tavira e Vila Real de Sto. António –, tendo mesmo alguns destes terminado a década com um balanço positivo – Aljezur, Tavira e Vila Real de Sto. António.

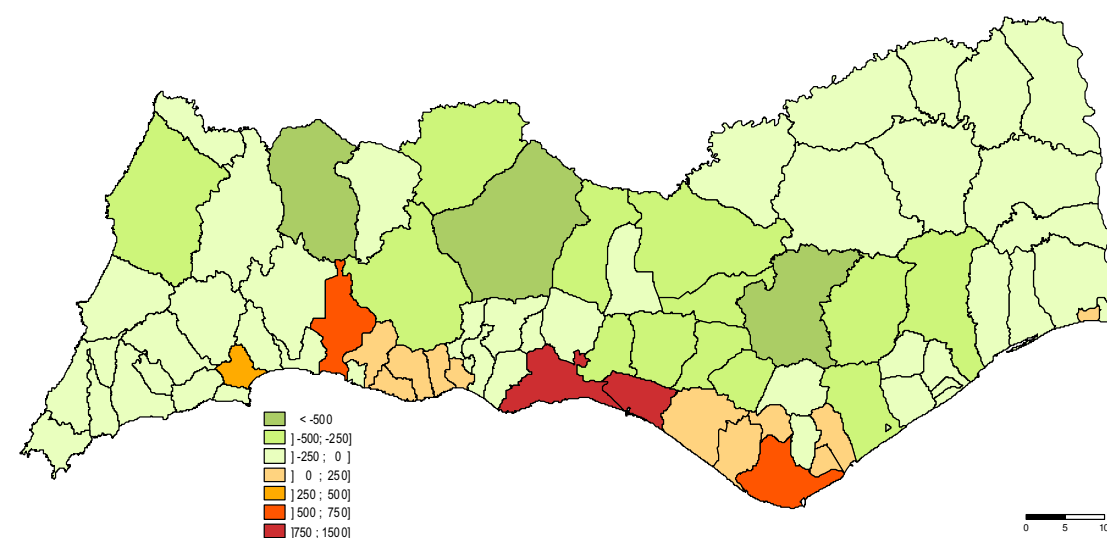
**Gráfico 9 - T. de Variação percentual da população, por concelhos (1991/1996, 1996/2001 e 1991/2001)**



**Gráfico 10 - Crescimento Natural, por concelho, nos períodos 1991/1996, 1996/2001 e 1991/2001**



**Mapa IV.1 – Crescimento Natural, por freguesia (1991/2001)**



O dinamismo demográfico da segunda metade da década de 90 ficou essencialmente a dever-se à contribuição da imigração, fenómeno que terá mesmo sido o responsável pelo aumento da Natalidade na região, contrariando o sentido de evolução (decrecente) deste indicador verificado até 1995.

Gráfico 11 - Saldo Migratório, por concelho, nos períodos 1991/1996, 1996/2001 e 1991/2001

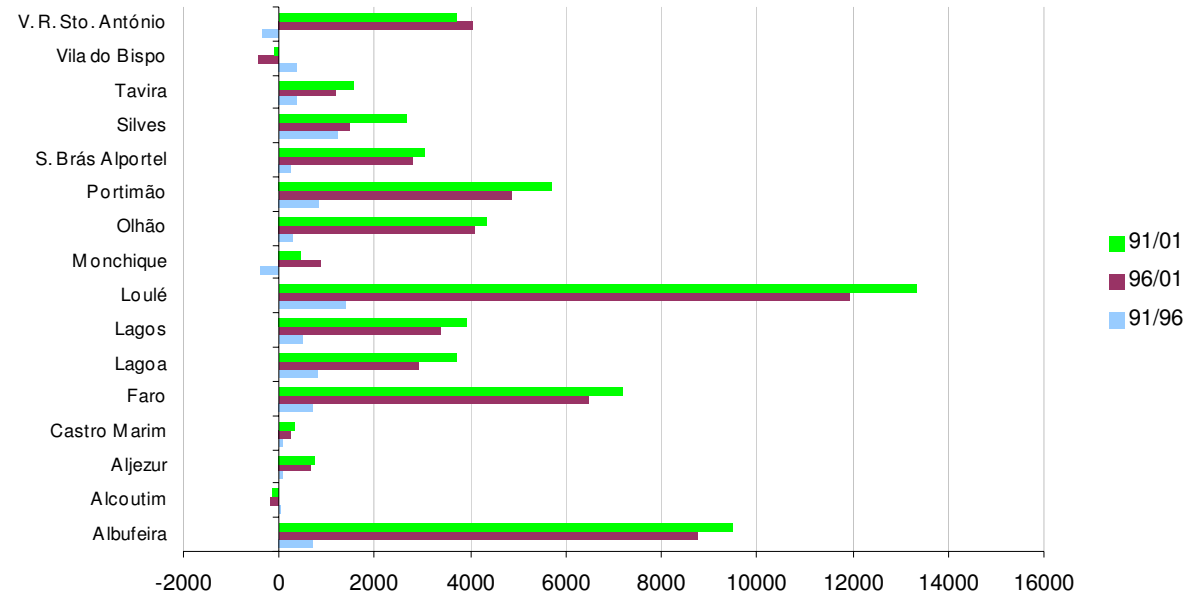
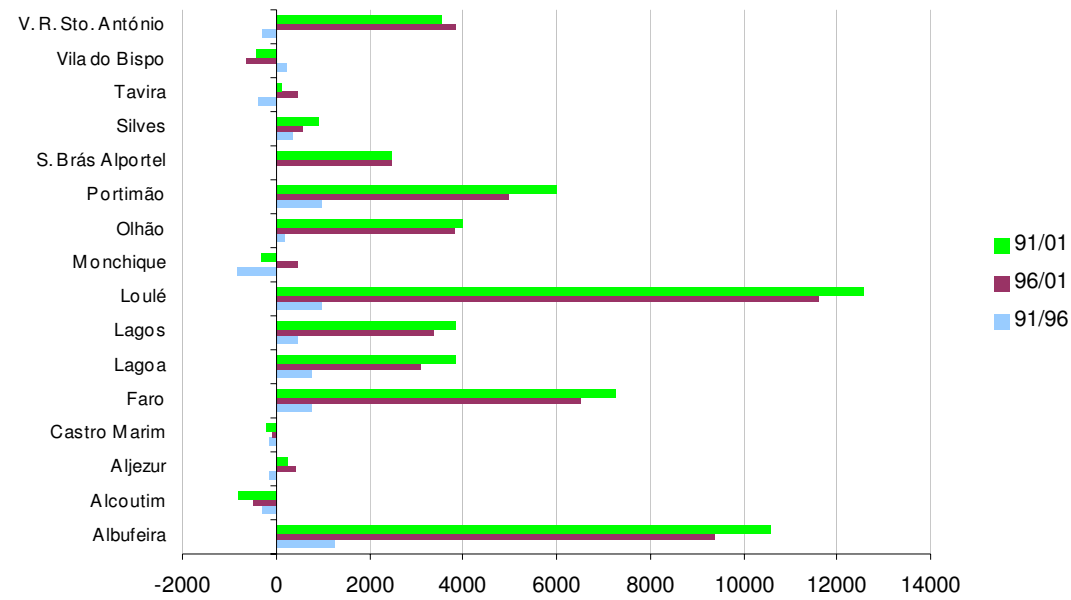
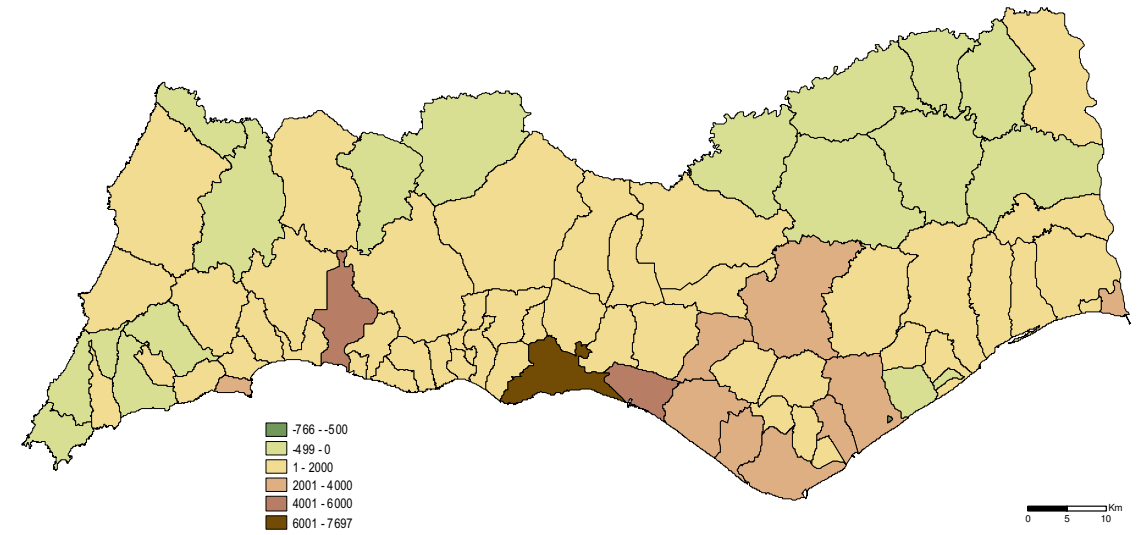


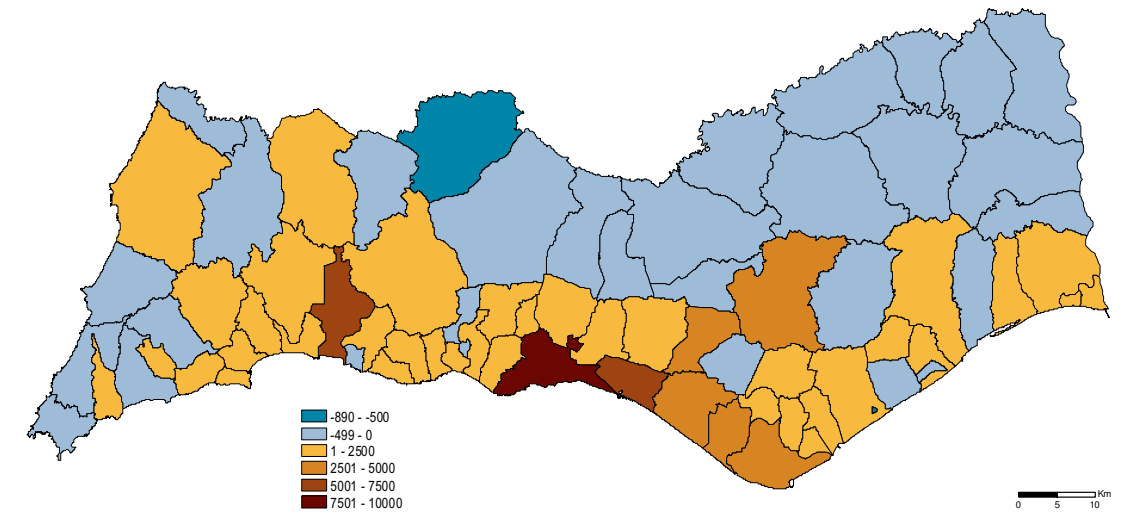
Gráfico 12 - Crescimento Efectivo, por concelho, nos períodos 1991/1996, 1996/2001 e 1991/2001



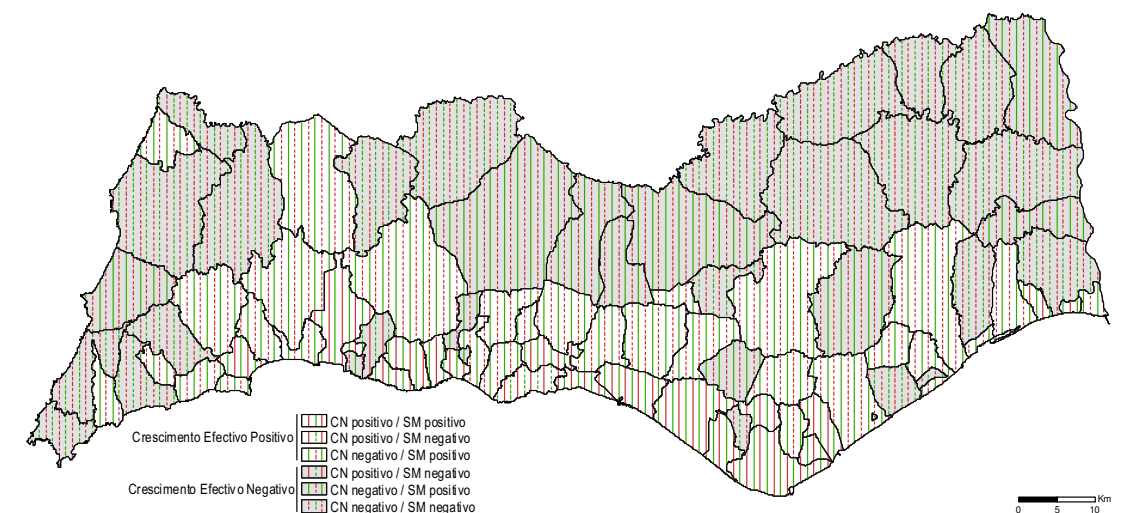
Mapa IV.2 – Saldo Migratório, por freguesia (1991/2001)



Mapa IV.3 – Crescimento Efectivo, por freguesia (1991/2001)



Mapa IV.4 – Crescimento Efectivo, segundo a contribuição do Crescimento Natural e Saldo Migratório, por freguesia (1991 / 2001)



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### Estrutura etária da população

A população algarvia apresenta uma estrutura etária ligeiramente diferente da estrutura etária considerada para o total da população portuguesa:

- detém, a seguir ao Alentejo, as percentagens mais baixas nos grupos etários 0-14 e 15-24 anos, e ambos os valores estão claramente abaixo da média nacional;
- detém, a seguir a Lisboa e Vale do Tejo, a percentagem mais elevada de população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, ligeiramente superior à média nacional;
- detém, a seguir às regiões Centro e Alentejo, a percentagem mais elevada de população idosa, dois pontos percentuais acima da média nacional.

Como tal, podemos afirmar que a população algarvia é menos jovem, ou mais envelhecida, do que a média da população portuguesa e tem a classe dos adultos (população activa) mais representada, uma consequência das correntes migratórias verificadas nas últimas décadas e que atraíram ao Algarve essencialmente população em idade activa.

**Quadro 4 - Estrutura etária da população, por grandes grupos, nas regiões portuguesas ( 2001)**

	Grandes grupos etários			
	0-14	15-24	25-64	+65
<b>Portugal</b>	<b>16,0</b>	<b>14,3</b>	<b>53,3</b>	<b>16,4</b>
Norte	17,5	15,1	53,3	14,0
Centro	15,0	13,8	51,6	19,6
Lisboa e Vale do Tejo	14,9	13,6	55,1	16,4
Alentejo	13,6	12,9	50,0	23,6
<b>Algarve</b>	<b>14,6</b>	<b>13,1</b>	<b>53,6</b>	<b>18,7</b>
Açores	21,4	17,0	48,5	13,1
Madeira	19,2	15,8	51,2	13,8

Fonte: INE, Censos 2001 (dados provisórios)

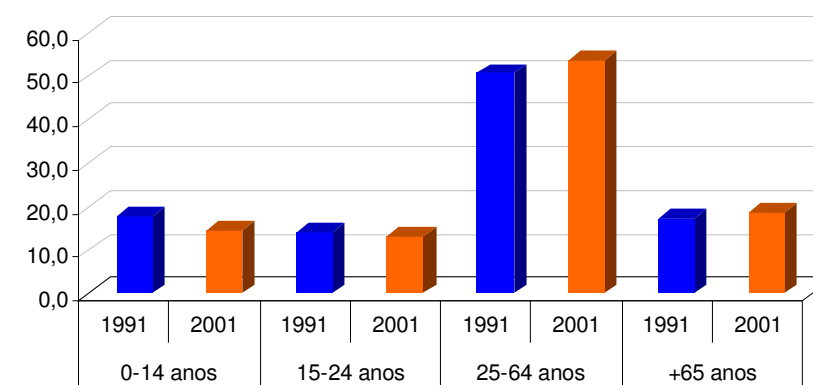
A estrutura etária da população algarvia sofreu consideráveis alterações durante a última década, das quais se destacam:

- uma notória diminuição da população jovem (0-14 anos), de 17,9 para 14,6%;
- uma ligeira diminuição do grupo 15-24 anos, de 14,2 para 13,1%;
- um considerável aumento da população adulta (25-64 anos), de 50,7 para 53,6%;
- um ligeiro aumento da população idosa (+65 anos), de 17,3 para 18,7%.

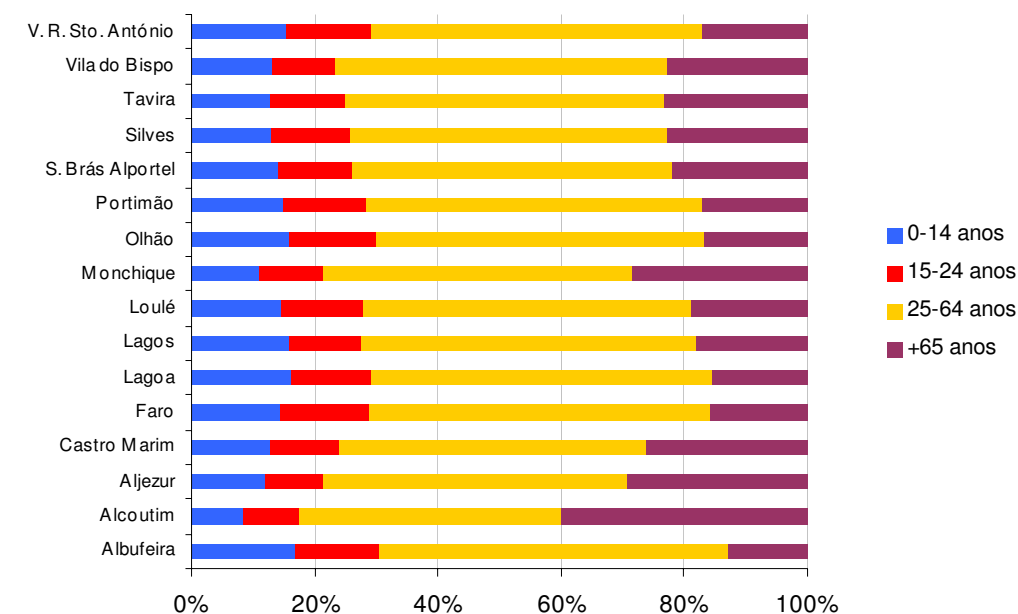
Existem fortes contrastes regionais no que respeita à estrutura etária da população:

- os concelhos do Interior – Alcoutim, Monchique e Aljezur – apresentam simultaneamente as percentagens mais baixas de população jovem e as percentagens mais elevadas de população idosa;
- alguns concelhos do Litoral, os de maior dinamismo – Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão e Vila Real de Sto. António -, apresentam simultaneamente as percentagens mais elevadas de população jovem e as percentagens mais baixas de população idosa;
- determinados concelhos - Castro Marim, Silves e Tavira - que, apesar de deterem uma frente litoral, se estendem muito para o Interior, apresentam valores que oscilam entre os valores dos dois conjuntos de concelhos acima referidos, traduzindo assim a coexistência de dinâmicas próprias do Litoral e do Interior no mesmo espaço concelhio.

**Gráfico 13 - Estrutura etária da população, por grandes grupos – 1991 e 2001**



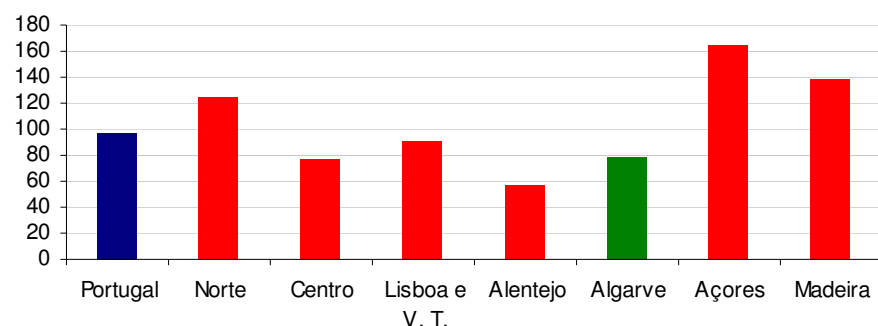
**Gráfico 14 - Estrutura etária da população, por concelhos, em 2001**





O Índice de Juventude<sup>5</sup> da região do Algarve apenas é superior aos das regiões Alentejo e Centro, situando-se, tal como os destas regiões, também abaixo do total apurado para o País. Existem, no Algarve (em 2001), 78,3 jovens para cada 100 idosos.

Gráfico 15 - Índice de Juventude nas regiões portuguesas (2001)

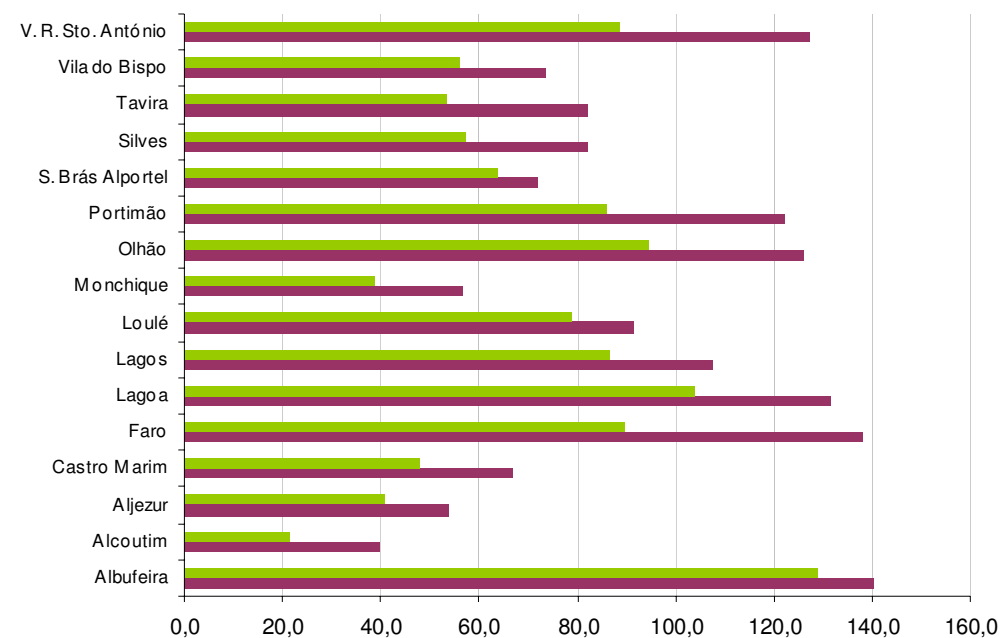


Este Índice conheceu na região do Algarve, durante a década de 90, um acentuado decréscimo – de 103,2 (em 1991) para 78,3 (em 2001) -, de tal forma que, em 2001, apenas dois concelhos – Albufeira e Lagoa - apresentam um número de jovens superior ao número de idosos, quando em 1991 havia sete concelhos nestas condições. A situação apresenta-se particularmente grave nos concelhos do Interior – Monchique, Aljezur e, especialmente, Alcoutim – onde a relação jovens/idosos chega a ser de 1 para 5.

A descida deste indicador foi extensiva a todos os concelhos da região de uma forma muito acentuada, excepção feita somente a S. Brás de Alportel, Loulé e Albufeira, onde o decréscimo foi mais ligeiro.

O Índice de Envelhecimento<sup>6</sup> na região do Algarve apenas é inferior ao das regiões do Alentejo e Centro, e tal como o destas regiões, é superior ao valor apurado para o total nacional. Existem, no Algarve (em 2001), 127,7 idosos para cada 100 jovens.

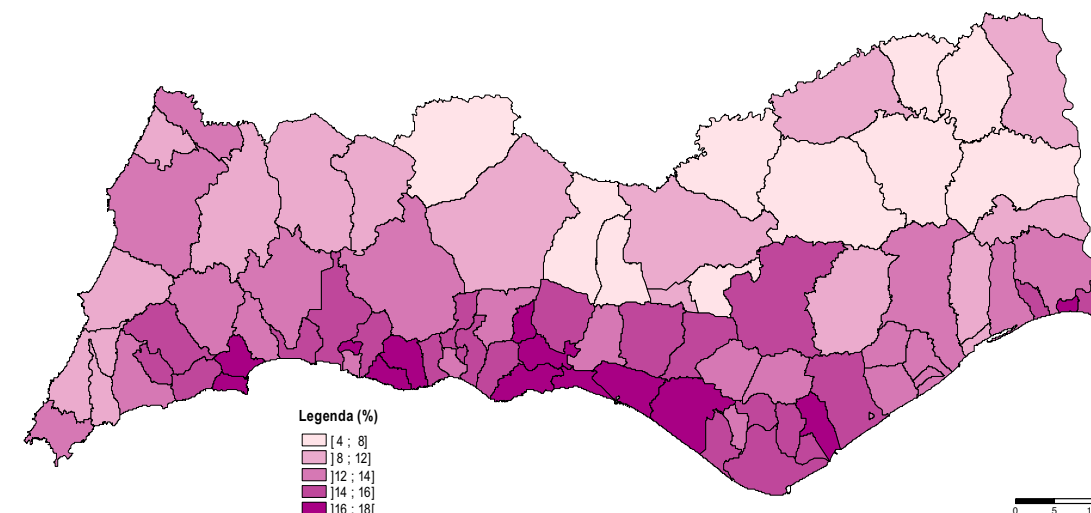
Gráfico 16 - Índice de Juventude, por concelhos, em 1991 e 2001.



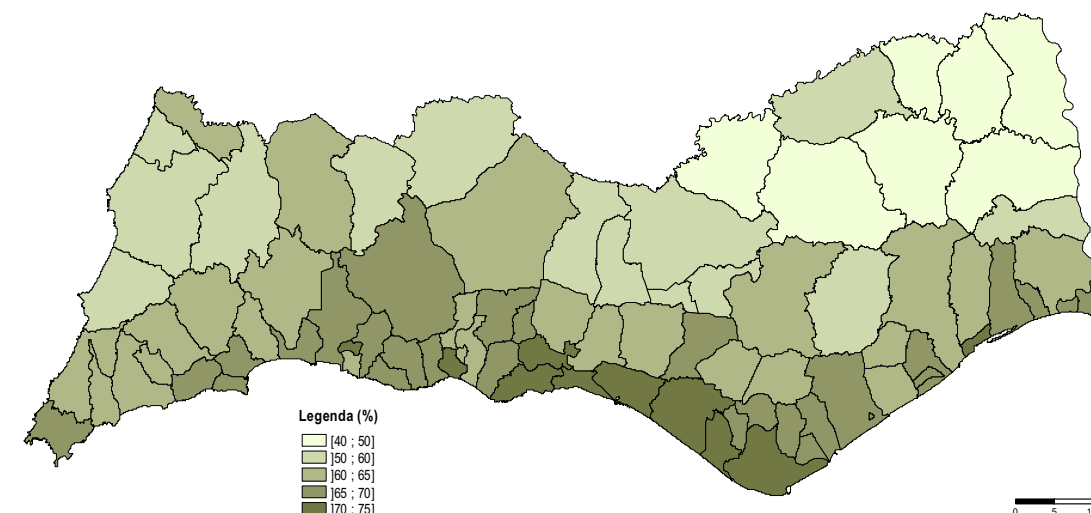
<sup>5</sup> - Número de jovens para cada 100 idosos.

<sup>6</sup> - Número de idosos para cada 100 jovens.

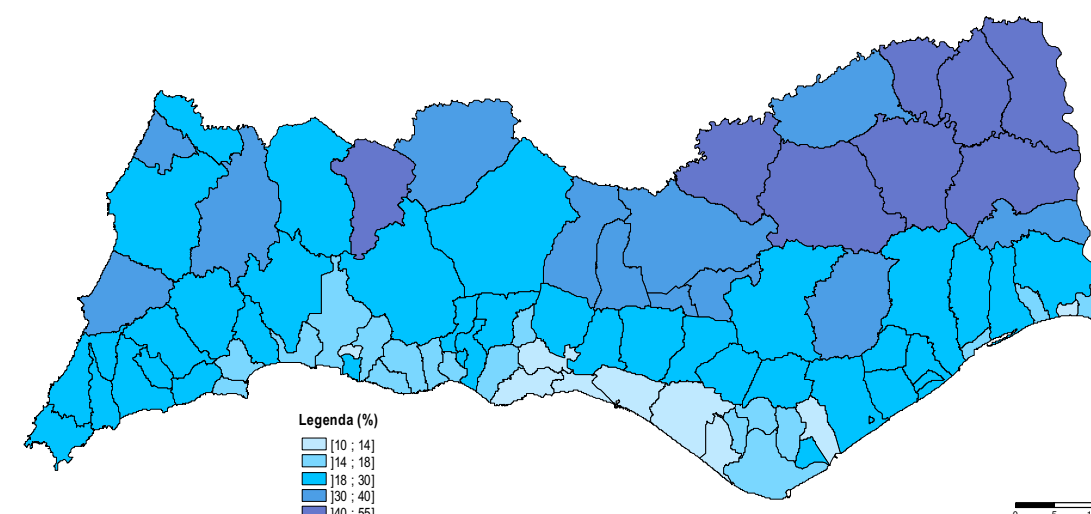
Mapa V.1 – Percentagem de Jovens (10-14 anos), por freguesia (2001)



Mapa V.2 – Percentagem de Adultos (15-64 anos), por freguesia (2001)



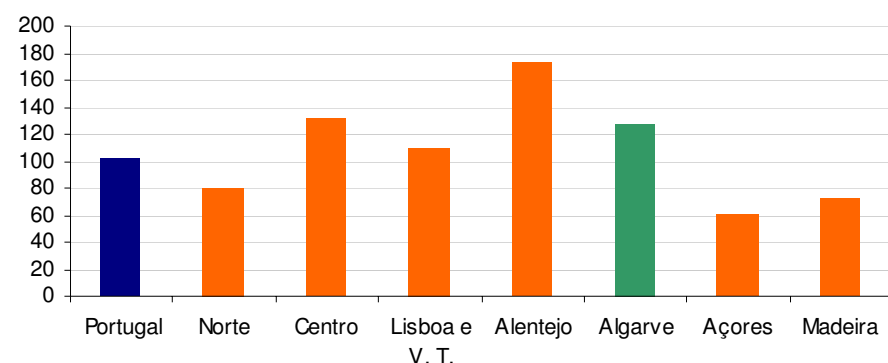
Mapa V.3 – Percentagem de Idosos (65 e mais anos), por freguesia (2001)



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A subida do valor do Índice de Envelhecimento no Algarve, ao longo da década de 90, foi consideravelmente forte: passou de 96,9 (em 1991) para 127,7 (em 2001). Fez-se sentir na totalidade dos concelhos, verificando-se os valores mais elevados, particularmente preocupantes, em Alcoutim (467,8), em Monchique (259,2), em Aljezur (245,5) e em Castro Marim (208,2), concelhos onde o número de idosos mais do que duplica (quadruplica, no caso de Alcoutim) o número de jovens. Apenas em Lagoa e Albufeira, onde as subidas foram mais ligeiras, vamos encontrar menos idosos que jovens, relação que ocorria em sete concelhos em 1991.

Gráfico 17 - Índice de Envelhecimento nas regiões portuguesas (2001)



Relativamente aos Índices de Dependência, a situação no Algarve em 2001 não é tão preocupante, relativamente aos totais, nacionais como o era com os Índices de Juventude e de Envelhecimento. A explicação reside no facto de, para os Índices de Dependência, se considerar a população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (população activa) que, como sabemos, afluíu ao Algarve nas últimas décadas como a mais nenhuma outra região portuguesa (excepção feita eventualmente à Área Metropolitana de Lisboa).

Sintetizando a informação que estes índices nos fornecem, constatamos que:

- o Índice de Dependência de Jovens no Algarve<sup>7</sup> cifra-se nos 21,9; é consideravelmente inferior ao valor apurado para o total do País (23,7) e desceu em todos os concelhos durante a década de 90.
- o valor do Índice de Dependência de Idosos<sup>8</sup> no Algarve cifra-se nos 28,0; é superior ao valor apurado para o total do País (24,3) e ligeiramente superior ao que a região apresentava em 1991, apresenta uma evolução durante a década de 90 diferenciada no contexto da região do Algarve:
  - decreceu nos concelhos de S. Brás de Alportel, Loulé e Albufeira, sem dúvida pelo contributo da entrada de população em idade activa, mais notória nestes concelhos;
  - aumentou consideravelmente nos concelhos mais interiores ou periféricos – Alcoutim, Monchique, Castro Marim e Aljezur -, com fraca capacidade para atrair população em idade activa;
  - aumentou muito ligeiramente nos restantes concelhos da região, expressando de alguma forma o contributo das migrações.
- o valor do Índice de Dependência Total<sup>9</sup>, muito ligeiramente superior ao total nacional e sendo inferior ao de três regiões – Centro, Alentejo e Açores – decresceu durante a década de 90 no total da região, observando-se porém alguma diferenciação regional:
  - uma igual descida na grande maioria dos concelhos, que se ficará a dever à diminuição do peso da população jovem e ao incremento da população em idade activa;
  - um aumento, contrário ao sentido de evolução da região, nos concelhos de Alcoutim, Monchique, Aljezur e Castro Marim, que se ficará a dever sobretudo ao envelhecimento da população sem a contrapartida, como se verificou de uma forma geral na região, do acréscimo de população em idade activa

Gráfico 18 - Índice de Envelhecimento, por concelhos, em 1991 e 2001.

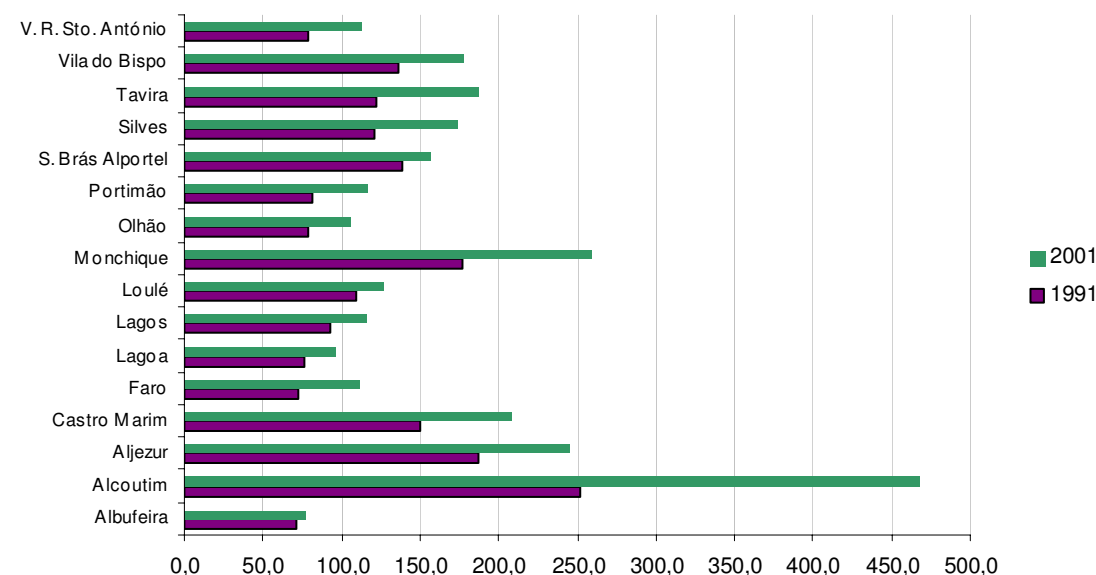
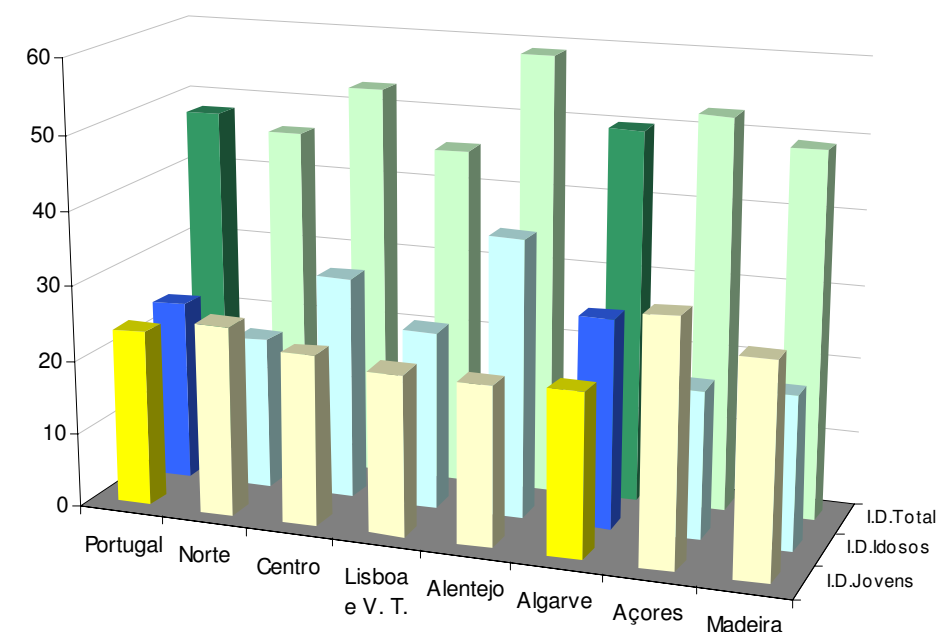


Gráfico 19 - Índices de Dependência nas regiões portuguesas (2001)



<sup>7</sup> - Número de jovens para cada 100 activos (idades compreendidas entre 15 e 64 anos).

<sup>8</sup> - Número de idosos para cada 100 activos.

<sup>9</sup> - Número de jovens e idosos para cada 100 activos.

Gráfico 20 - Índice de Dependência dos Jovens, por concelhos (1991 e 2001)

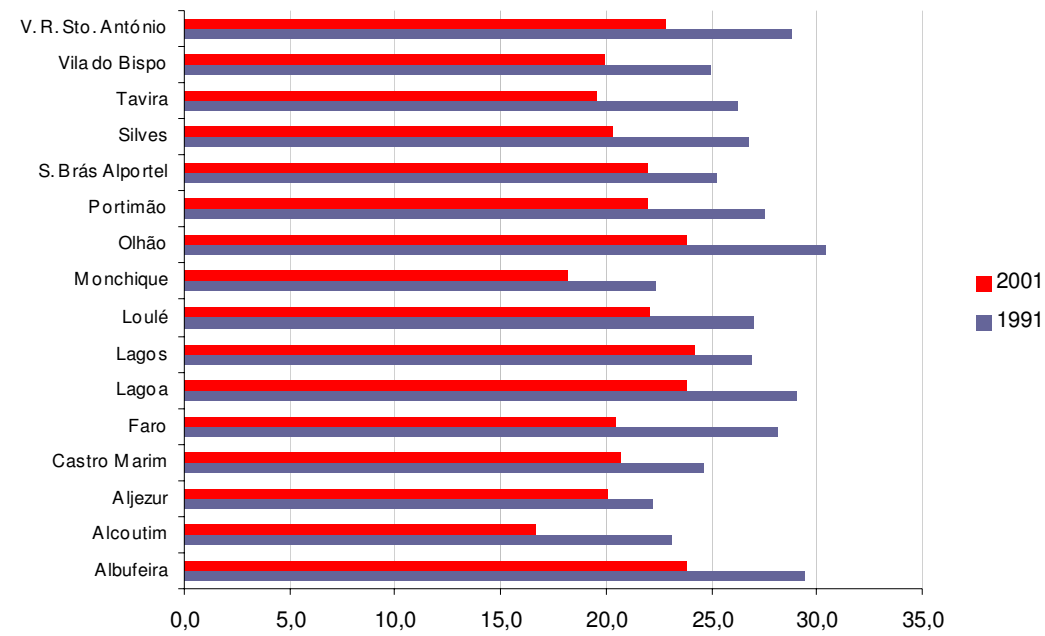


Gráfico 22 - Índice de Dependência Total, por concelhos (1991 e 2001)

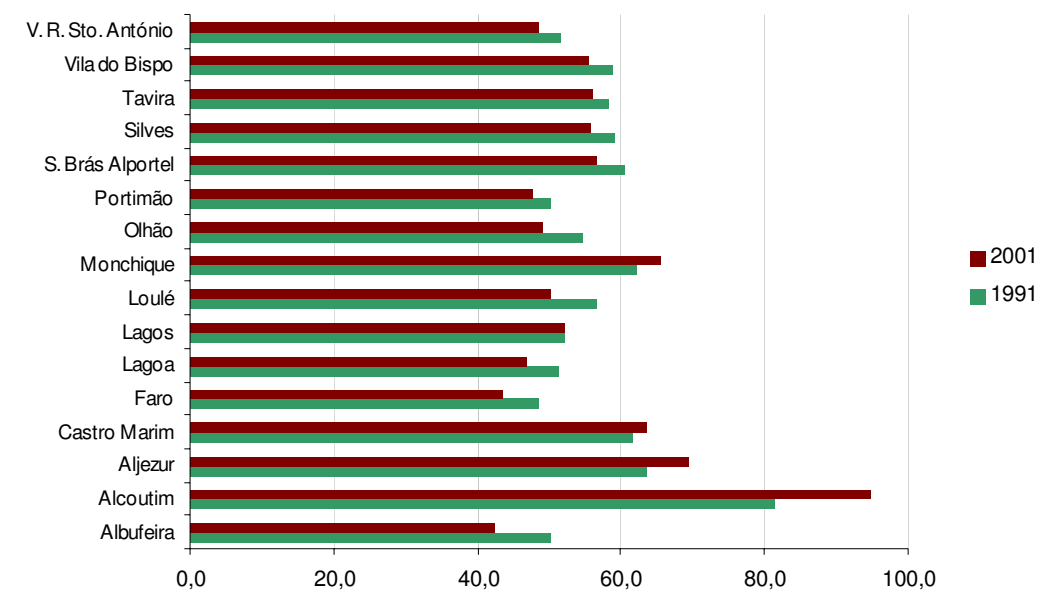
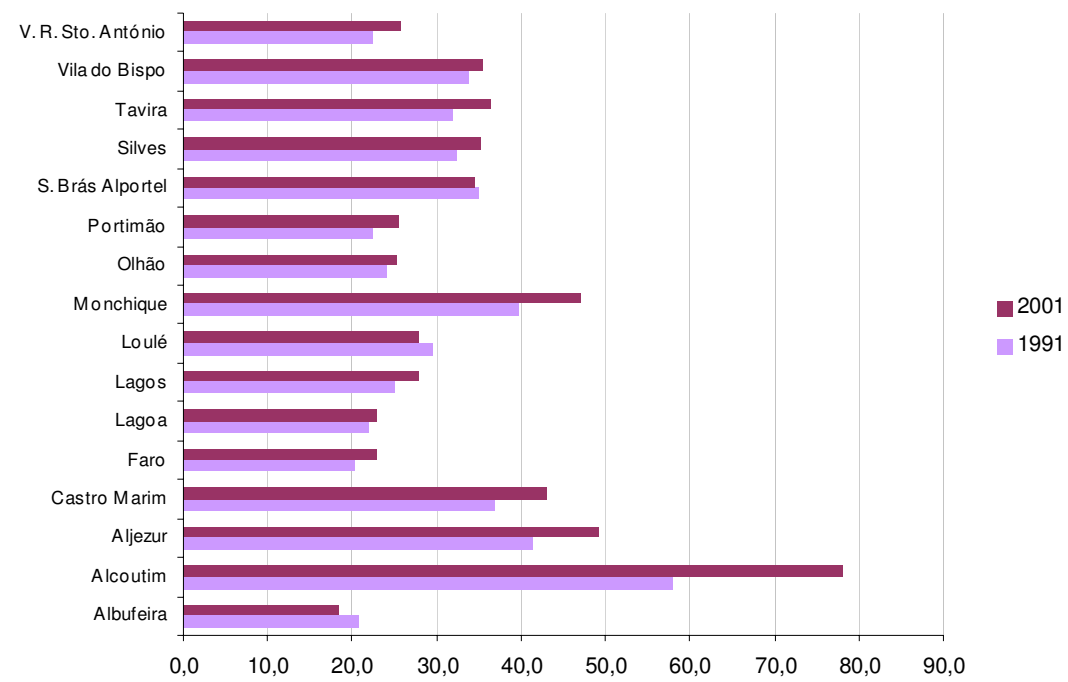
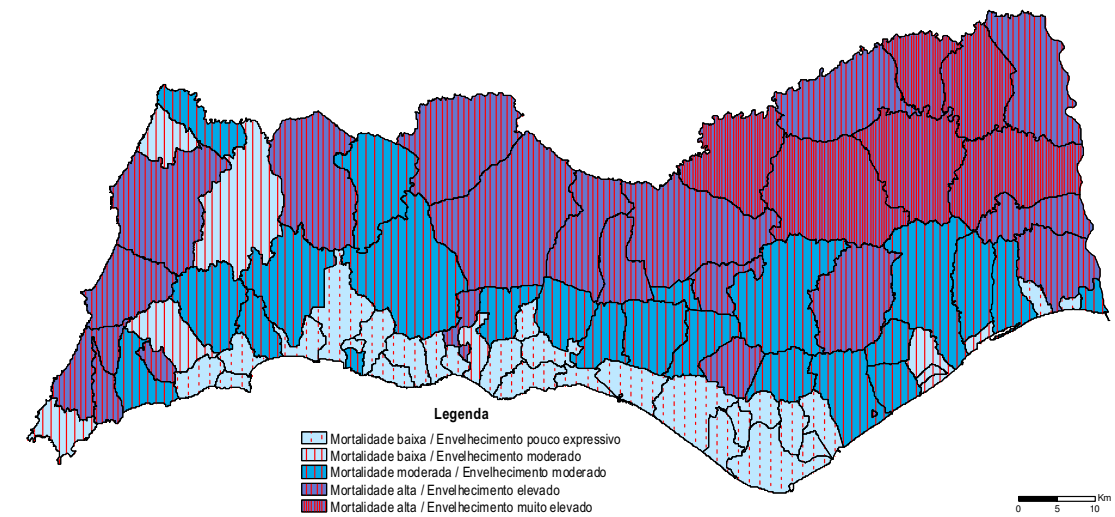


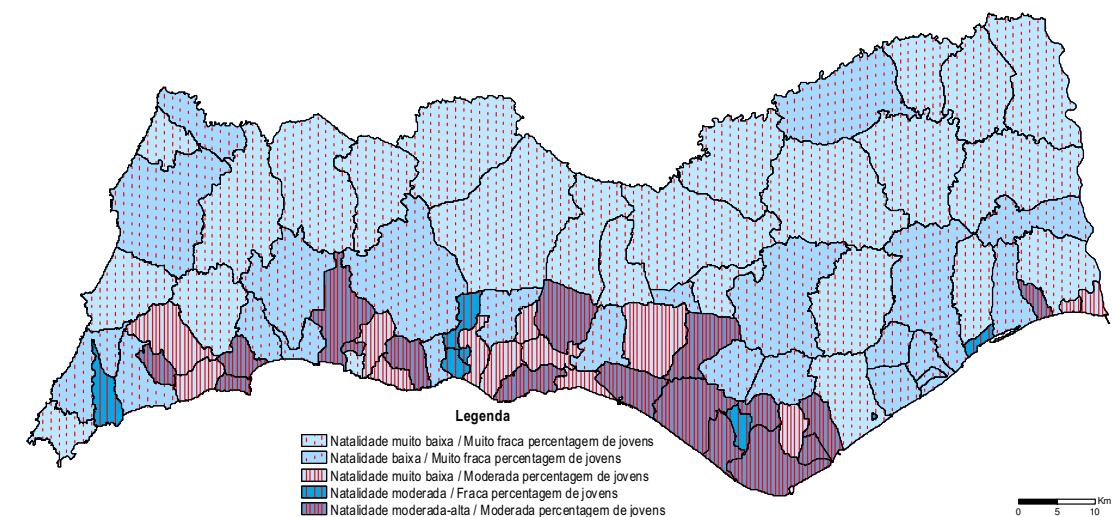
Gráfico 21 - Índice de Dependência dos Idosos, por concelhos (1991 e 2001)



Mapa VI.1 - Relação Mortalidade e Envelhecimento (2001)



Mapa VI.2 - Relação Natalidade e Percentagem de Jovens



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### Previsões da evolução da população para o período 2001- 2011

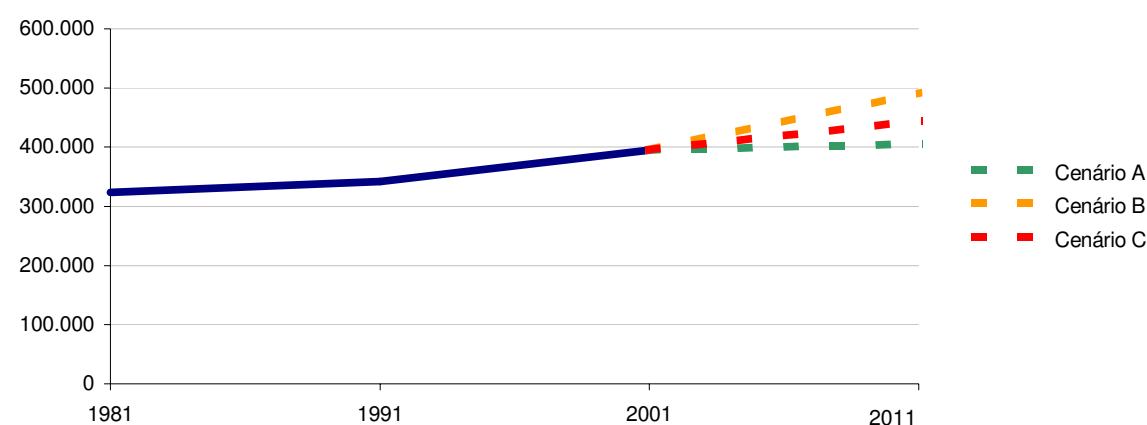
Para um cálculo da evolução da população residente na região do Algarve para os próximos 10 anos, tendo como horizonte o ano de 2011, tivemos em consideração três conjuntos de condições distintos que nos irão dar naturalmente três cenários consideravelmente diferentes. Os três conjuntos de condições, ou premissas, a que nos referimos reportam-se ao comportamento observado dos indicadores demográficos – Natalidade, Mortalidade e Saldo Migratório – e fornecem-nos três dinâmicas substancialmente diferentes conducentes aos seguintes cenários:

**Cenário A** – baseado na dinâmica e no comportamento dos indicadores durante a primeira metade da década - 1991 / 1996 –, com valores negativos para o Crescimento Natural, compensados por um Saldo Migratório positivo;

**Cenário B** – baseado na dinâmica e no comportamento dos indicadores durante a segunda metade da década - 1996 / 2001 – com valores negativos para o Crescimento Natural (embora a Natalidade tenha aumentado um pouco), fortemente compensados por um Saldo Migratório extremamente positivo;

**Cenário C** – baseado na dinâmica e no comportamento global dos indicadores durante toda a década de 90 – 1991 / 2001.

Gráfico 23 - Cenários de Evolução para a população da região do Algarve



A informação que trabalhamos para estas projecções provém:

- das Estatísticas Demográficas – nas quais obtivemos a informação relativa aos Nascimentos e Óbitos ocorridos entre os anos de 1991 e 2001;
- dos Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios);
- das Estimativas da População Residente para 31/12/1995.

Assim sendo, e não podendo dispor em tempo útil da informação respeitante aos Saldos Migratórios aferidos pelos Censos 2001, consideramos à partida que os cálculos dos Saldos Migratórios, efectuados com base na Estimativas da População Residente em 2001, poderão ser ligeiramente diferentes daqueles que o INE terá já disponibilizado e, como tal, provocar alguma distorção nos valores.

Nos capítulos seguintes iremos apresentar, para cada um dos cenários, uma projecção:

- da População Residente em 2011;
- da tendência de concentração de população em cada um dos concelhos (isto é, o incremento ou redução da percentagem da população do concelho no total da população a região);
- da população com “75 e mais anos”; Para este exercício utilizámos o grupo etário “75 e mais anos”, em vez do mais habitual “65 e mais anos”, porque o primeiro é o único que dispomos para a população em 2011, e utilizamo-lo para uma comparação entre os anos de 1991 e 2011. Como tal, o período de evolução considerado para a representatividade do grupo etário “75 e mais anos” no total da população do concelho é de 20 anos (entre 1991 e 2011).
- da Taxa de Natalidade (para 2006);
- da população com idades compreendidas entre os 0 e os 10 anos. Para este exercício utilizámos o grupo etário “0-10 anos”, em vez do mais habitual “0-15 anos”, porque para este não dispomos de valores para 2001. Como tal, iremos traçar os cenários de evolução no período compreendido entre 1991 e 2011.

Sem prejuízo duma melhor visualização das projecções, que apresentamos nos pontos seguintes, deixamos, para cada um dos três cenários, um Quadro-Síntese com as tendências detectadas nos indicadores demográficos acima referidos.

#### Síntese do Cenário A

	Crescimento Demográfico	Tendência de Concentração	Tendência de Envelhecimento	Tendência de rejuvenescimento	Tendência de Evol. da Natalidade
Algarve	+	0	+	-	-
Albufeira	+	+	+	=	-
Alcoutim	-	-	+	-	+
Aljezur	-	-	+	-	-
Castro Marim	-	-	+	-	-
Faro	+	+	+	-	-
Lagoa	+	+	+	+	+
Lagos	+	+	+	-	-
Loulé	+	+	+	-	-
Monchique	-	-	+	-	-
Olhão	-	-	+	-	-
Portimão	+	+	+	+	-
S. B. Alportel	+	+	+	+	+
Silves	+	-	+	-	-
Tavira	-	-	+	-	-
Vila do Bispo	+	+	+	-	+
V.R. Sto. António	-	-	+	-	-

#### Síntese do Cenário B

	Crescimento Demográfico	Tendência de Concentração	Tendência de Envelhecimento	Tendência de rejuvenescimento	Tendência de Evol. da Natalidade
Algarve	+	0	+	+	+
Albufeira	+	+	-	-	-
Alcoutim	-	-	+	+	+
Aljezur	+	-	+	+	+
Castro Marim	-	-	+	-	-
Faro	+	-	+	+	+
Lagoa	+	+	+	+	+
Lagos	+	+	+	+	+
Loulé	+	+	-	-	-
Monchique	+	-	+	-	+
Olhão	+	-	+	-	+
Portimão	+	-	+	+	+
S. B. Alportel	+	+	-	+	+
Silves	+	-	+	-	+
Tavira	+	-	+	-	+
Vila do Bispo	-	-	+	-	-
V.R. Sto. António	+	+	+	-	-

#### Síntese do Cenário C

	Crescimento Demográfico	Tendência de Concentração	Tendência de Envelhecimento	Tendência de rejuvenescimento	Tendência de Evol. da Natalidade
Algarve	+	0	+	-	+
Albufeira	+	+	+	-	-
Alcoutim	-	-	+	-	+
Aljezur	+	-	+	+	+
Castro Marim	-	-	+	-	+
Faro	+	-	+	-	+
Lagoa	+	+	+	+	+
Lagos	+	+	+	+	+
Loulé	+	+	+	+	+
Monchique	-	-	+	-	-
Olhão	+	-	+	-	-
Portimão	+	+	+	+	+
S. B. Alportel	+	+	+	+	+
Silves	+	-	+	-	-
Tavira	-	-	+	-	+
Vila do Bispo	-	-	+	-	-
V.R. Sto. António	+	+	+	-	-

**a) Cenário A**

De acordo com o Cenário A, prevê-se para total da região um crescimento de 2,8% da população residente. Esse crescimento, que revela a tendência verificada no período 1991/1996, incidirá essencialmente nos concelhos da frente litoral com excepção de Olhão, Tavira e Vila Real de Sto. António. Os concelhos do interior irão sofrer perdas de população, particularmente acentuadas nos concelhos de Monchique e Alcoutim.

Neste cenário, detectamos um reforço da concentração da população algarvia nos principais concelhos do litoral, excepto V. R. de Sto. António, Tavira, Olhão e Silves, os quais, juntamente com os concelhos do interior, apresentam tendências para um relativo esvaziamento, isto é, irão deter uma percentagem cada vez menor da população da região.

Relativamente à tendência de envelhecimento da população algarvia revelada neste cenário, o mesmo aponta para um aumento de 3,73% da população da região com 75 e mais anos. Todos os concelhos da região, sem excepção, irão apresentar um reforço da população neste grupo etário. É um claro processo de envelhecimento da população, na continuidade da evolução denotada nas décadas anteriores. Este envelhecimento tenderá a ser particularmente notório em concelhos do interior – Alcoutim -, em concelhos periféricos – Aljezur -, e em concelhos com grande parte do território no interior – Castro Marim e Silves

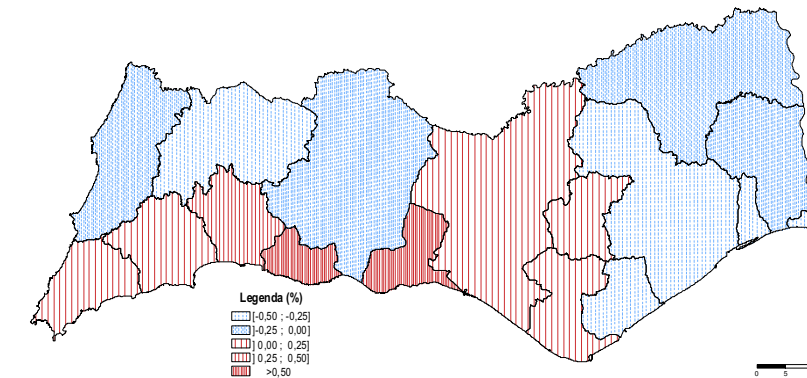
No que respeita à evolução da Taxa de Natalidade, prevê-se uma diminuição deste indicador, na região, na ordem dos 10,2%. Este decréscimo da Taxa de Natalidade é extensivo à grande maioria dos concelhos com excepção dos concelhos de Lagoa, S. Brás de Alportel, Alcoutim e Vila do Bispo. Estes dois concelhos, designadamente o de Alcoutim, apresentam uma tendência de crescimento da Taxa de Natalidade um pouco contraditória com a dinâmica demográfica revelada para estes concelhos por outros indicadores. Tal facto resulta de se ter como base o valor da Taxa de Natalidade em 1991 – valores muito baixos em ambos os concelhos – que, confrontados com uma evolução para valores considerados mais normais (sempre inferiores ao valor médio para a região), assumem uma variação percentual elevada.

Este cenário aponta para um ligeiro decréscimo de 0,8% da população da região com idades compreendidas entre os 0 e os 10 anos de idade. Somente três concelhos – S. Brás de Alportel, Lagoa e Portimão – divergem desta tendência. Em todos os restantes concelhos, mesmo que em valor absoluto se verifique um aumento da população nesta faixa etária, a percentagem no total da população do concelho tenderá a diminuir em função dos maiores aumentos na população adulta e idosa.

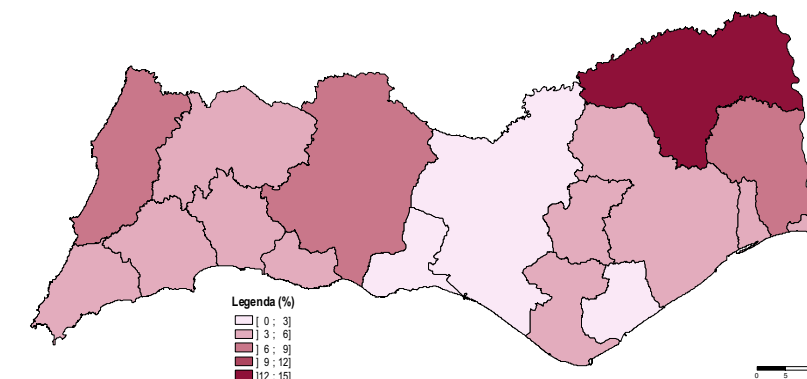
**Quadro 5\_ - Projecção da População para 2011, por concelho ( referência - 1991 / 1996)**

	População Residente 1991	População Residente 2001	População Residente 2011	Taxa de Variação 2001 / 2011
<b>Algarve</b>	<b>341404</b>	<b>395208</b>	<b>406097</b>	<b>2,8</b>
Albufeira	20949	31543	34755	10,2
Alcoutim	4571	3770	3202	-15,1
Aljezur	5006	5288	4939	-6,6
Castro Marim	6803	6593	6246	-5,3
Faro	50761	58051	60268	3,8
Lagoa	16780	20646	23604	14,3
Lagos	21526	25397	26705	5,1
Loulé	46585	59158	61405	3,8
Monchique	7309	6974	5166	-25,9
Olhão	36812	40808	40359	-1,1
Portimão	38833	44818	47877	6,8
S. Brás Alportel	7526	10032	10513	4,8
Silves	32924	33830	33872	0,1
Tavira	24857	24995	24470	-2,1
Vila do Bispo	5762	5349	5790	8,2
V. R. Sto. António	14400	17956	16925	-5,7

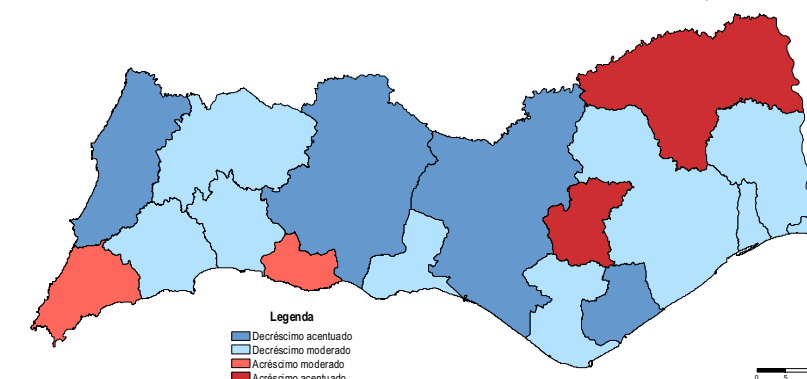
**Mapa VII.1 – Concentração da População Residente (Cenário A)**



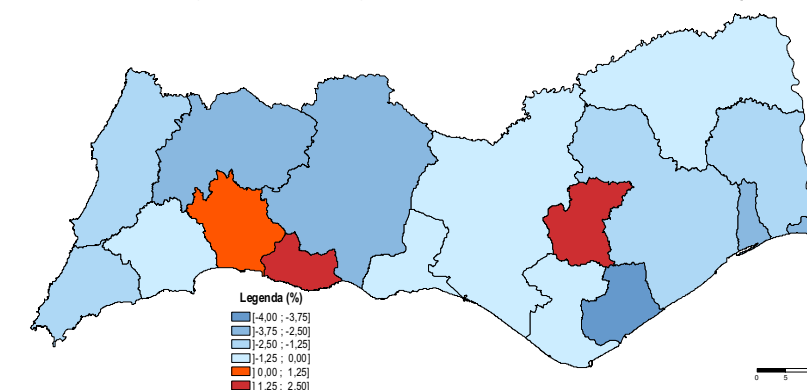
**Mapa VII.2 – Evolução da População com 75 e mais anos (Cenário A)**



**Mapa VII.3 – Tendência de Evolução da Natalidade até 2006 (Cenário A)**



**Mapa VII.4 – Evolução da População com idade inferior a 10 anos (Cenário A)**



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### b) Cenário B

De acordo com o Cenário B, prevê-se para total da região um crescimento de 24,5% da população residente. Esse crescimento, que revela a tendência verificada no período 1996/2001, incidirá em praticamente todos os concelhos a região – de uma forma muito acentuada em Albufeira, Lagoa, Loulé, S. Brás de Alportel e Vila Real de Sto. António -, e mostrará uma recessão demográfica nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila do Bispo. Destaque-se o facto de, neste cenário, concelhos interiores e/ou periféricos – Monchique e Aljezur – apresentarem crescimentos demográficos. Em Monchique tal significaria uma inversão do sentido de decréscimo evidenciado nas últimas décadas, enquanto em Aljezur seria a consolidação de um crescimento já evidenciado na década de 90.

Neste cenário, detectamos um reforço da concentração da população algarvia somente em seis concelhos – V. R. de Sto. António, S. Brás de Alportel, Loulé, Albufeira, Lagoa e Lagos -. Os restantes concelhos do litoral, assim como os do interior, vêem diminuída a percentagem que detêm no total da população da região. São de salientar as perdas de Faro, Olhão e Portimão, concelhos que, apesar de apresentarem tendências para o crescimento da população, não apresentam valores tão elevados como os dos seis concelhos acima referidos e, como tal, tenderão a ver diminuído o peso da sua população no total da região.

Relativamente à população com 75 e mais anos, este cenário aponta para um aumento deste grupo etário na região na ordem dos 1,08%. Todos os concelhos da região irão apresentar um reforço da população neste grupo etário, com excepção dos concelhos de S. Brás de Alportel, Loulé e Albufeira. É um processo de envelhecimento da população, na continuidade da evolução denotada nas décadas anteriores, dos quais se destacam os três concelhos acima referidos como os únicos que invertem este fenómeno generalizado do envelhecimento. Neste cenário, o envelhecimento irá ocorrer mais acentuadamente em Alcoutim e, de uma forma geral, em todos os concelhos com a totalidade ou a maioria do território no interior.

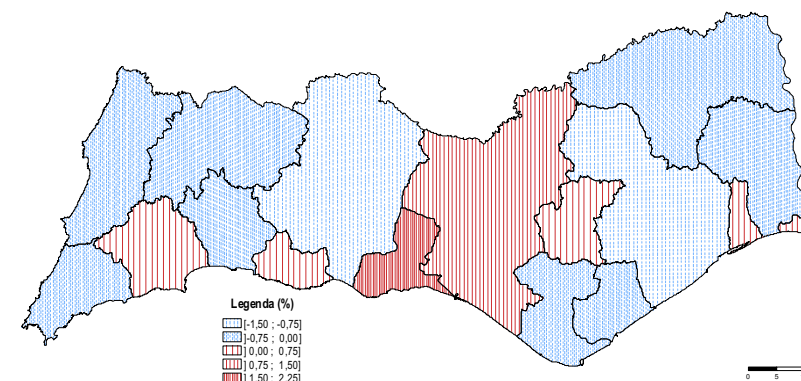
Prevê-se um crescimento da Taxa de Natalidade na região na ordem dos 7,1%, crescimento esse extensivo à maioria dos concelhos da região, excluindo V. R. de Sto. António, Castro Marim, Loulé, Albufeira e Vila do Bispo. Poderá causar alguma estranheza o facto de termos neste grupo concelhos como Loulé e Albufeira, concelhos de elevado crescimento demográfico. Contudo, a diminuição da Taxa de Natalidade resulta não propriamente de uma diminuição do número de nascimentos (que se prevê maior em 2006 do que em 2001), mas sim de um aumento mais substancial da população residente. Logo, a Taxa de Natalidade será inferior à de 2001.

Prevê-se um ligeiro aumento de 0,2% da população da região com idades compreendidas entre os 0 e os 10 anos de idade, aumento que irá ocorrer num pequeno grupo de concelhos. Nos restantes, cuja tendência aponta para uma diminuição da representatividade da população nesta faixa etária, as causas poderão residir numa efectiva diminuição (tanto em valor absoluto como em valor relativo) da população nesta faixa etária ou, como é o caso de Albufeira, num maior aumento da população adulta e idosa.

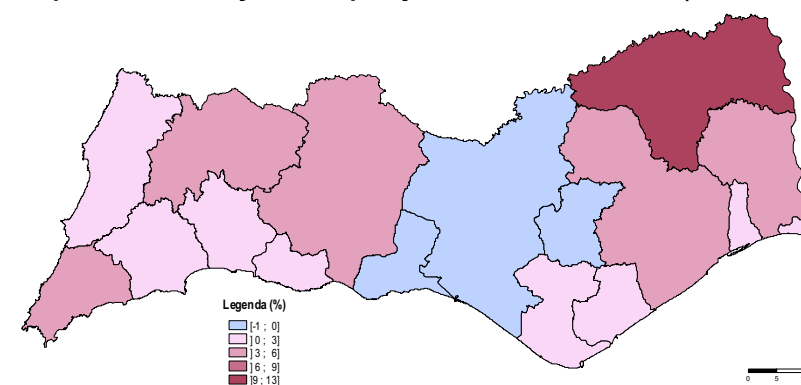
Quadro 6\_ - Projecção da População para 2011, por concelho ( referência - 1996 / 2001)

	População Residente 1991	População Residente 2001	População Residente 2011	Taxa de Variação 2001 / 2011
<b>Algarve</b>	<b>341404</b>	<b>395208</b>	<b>492191</b>	<b>24,5</b>
Albufeira	20949	31543	50250	59,3
Alcoutim	4571	3770	3009	-20,2
Aljezur	5006	5288	6348	20,0
Castro Marim	6803	6593	6349	-3,7
Faro	50761	58051	69596	19,9
Lagoa	16780	20646	28347	37,3
Lagos	21526	25397	32231	26,9
Loulé	46585	59158	80790	36,6
Monchique	7309	6974	7606	9,1
Olhão	36812	40808	47538	16,5
Portimão	38833	44818	55536	23,9
S. Brás Alportel	7526	10032	14907	48,6
Silves	32924	33830	34815	2,9
Tavira	24857	24995	25769	3,1
Vila do Bispo	5762	5349	4231	-20,9
V. R. Sto. António	14400	17956	24869	38,5

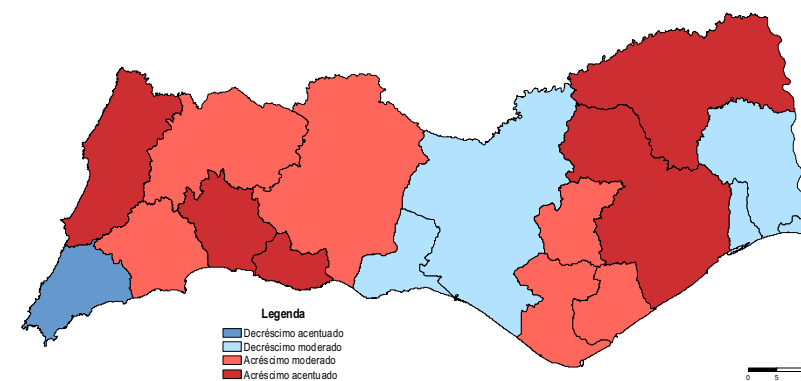
Mapa VIII.1 – Concentração da População Residente (Cenário B)



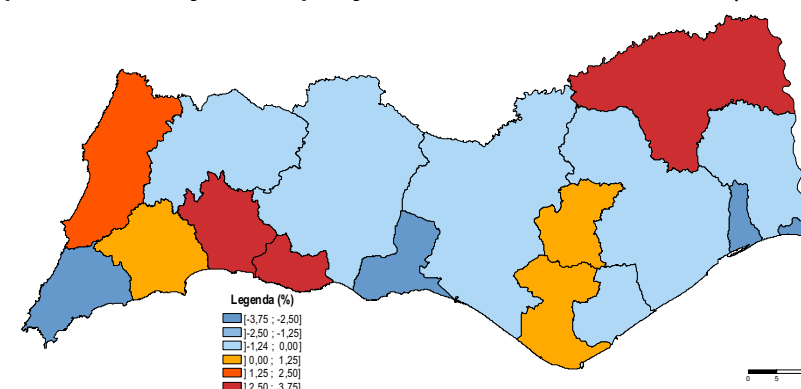
Mapa VIII.2 – Evolução da População com 75 e mais anos (Cenário B)



Mapa VIII.3 – Tendência de Evolução da Natalidade até 2006 (Cenário B)



Mapa VIII.4 – Evolução da População com idade inferior a 10 anos (Cenário B)



**c) Cenário C**

De acordo com o Cenário C, prevê-se para total da região um crescimento de 12,6% da população residente. Esse crescimento, que revela a tendência verificada no período 1991/2001, incidirá na grande maioria dos concelhos da região - de uma forma muito acentuada em Albufeira, Lagoa e S. Brás de Alportel - e mostrará uma recessão demográfica nos concelhos do interior/periféricos- Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo - e naqueles que, detendo uma frente litoral, se estendem consideravelmente para o interior - Castro Marim e Tavira -.

Neste cenário, detectamos um reforço da concentração da população algarvia somente em sete concelhos – V. R. de Sto. António, S. B. Alportel, Loulé, Albufeira, Lagoa, Portimão e Lagos -. Os restantes concelhos do litoral, assim como os do interior, vêem diminuída a percentagem que detêm no total da população da região. São de salientar as perdas de Faro e Olhão, concelhos que, apesar de denotarem tendências para o crescimento da população, não apresentam valores tão elevados como os dos sete concelhos acima referidos e, como tal, tenderão a ver diminuído o peso da sua população no total da região.

Relativamente à população com 75 e mais anos, este cenário aponta para um aumento de 2,8% na região. Os concelhos do interior apresentam os maiores valores do incremento deste envelhecimento, nomeadamente o concelho de Alcoutim, o caso mais grave em todos os três cenários

Prevê-se um crescimento da Taxa de Natalidade na região na ordem dos 14,75%. Este crescimento é extensivo a menos de metade dos concelhos da região, incluindo e excluindo concelhos que nos poderão suscitar alguma surpresa. Surgem englobados concelhos do interior, porque os valores de referência (1991) eram anormalmente baixos e qualquer evolução para valores mais normais (embora inferiores aos da média da região), assumem uma evolução positiva; e surgem excluídos concelhos de reconhecido dinamismo demográfico (comprovado por outros indicadores), não por causa de uma redução do número de nascimentos, mas sim pelo maior aumento da população residente.

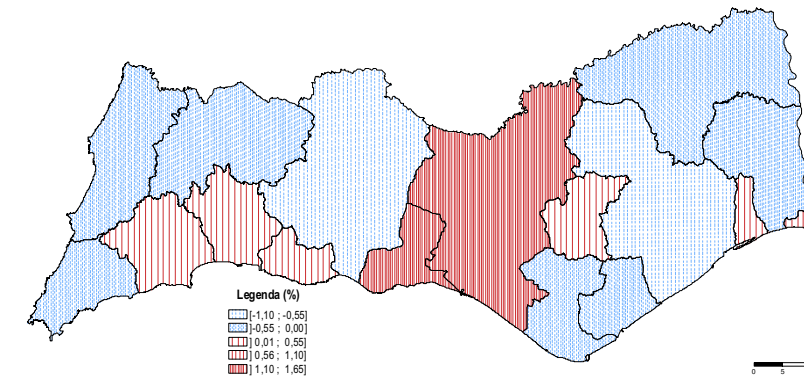
A população com idades compreendidas entre os 0 e os 10 anos de idade terá, na região, um ligeiro decréscimo de 0,2%. Esta tendência é igualmente assumida pelos concelhos do interior que perdem de facto (em termos absolutos) população nesta faixa etária e por alguns do litoral que vêem aumentada a representatividade de outras faixas etárias da população, devido aos saldos migratórios

A população com idades compreendidas entre os 0 e os 10 anos de idade terá, na região, um ligeiro decréscimo de 0,2%. Esta tendência é igualmente assumida pelos concelhos do interior que perdem de facto (em termos absolutos) população nesta faixa etária e por alguns do litoral que vêem aumentada a representatividade de outras faixas etárias da população, devido aos saldos migratórios.

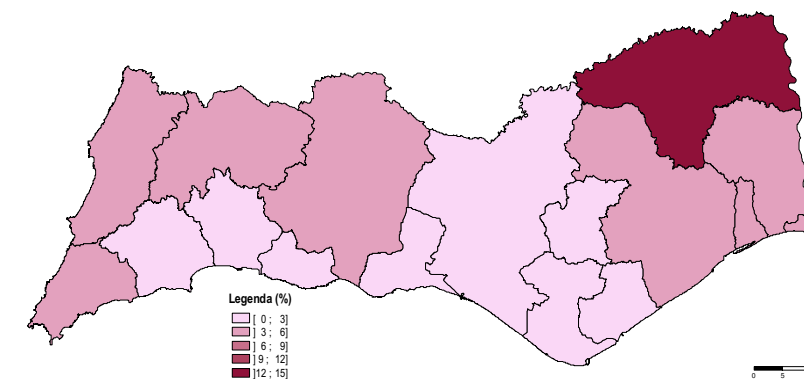
**Quadro 7\_ - Projecção da População para 2011, por concelho (referência - 1991 / 2001)**

	População Residente 1991	População Residente 2001	População Residente 2011	Taxa de Variação 2001 / 2011
<b>Algarve</b>	<b>341404</b>	<b>395208</b>	<b>444905</b>	<b>12,6</b>
Albufeira	20949	31543	42447	34,6
Alcoutim	4571	3770	2897	-23,1
Aljezur	5006	5288	5496	3,9
Castro Marim	6803	6593	6230	-5,5
Faro	50761	58051	64314	10,8
Lagoa	16780	20646	25461	23,3
Lagos	21526	25397	29136	14,7
Loulé	46585	59158	72021	21,7
Monchique	7309	6974	6198	-11,1
Olhão	36812	40808	43524	6,7
Portimão	38833	44818	50530	12,7
S. Brás Alportel	7526	10032	12594	25,5
Silves	32924	33830	33948	0,4
Tavira	24857	24995	24801	-0,8
Vila do Bispo	5762	5349	4872	-8,9
V. R. Sto. António	14400	17956	20434	13,8

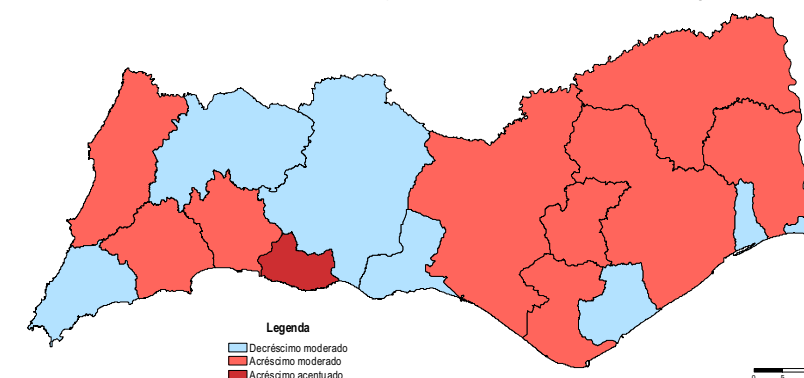
**Mapa IX.1 – Concentração da População Residente (Cenário C)**



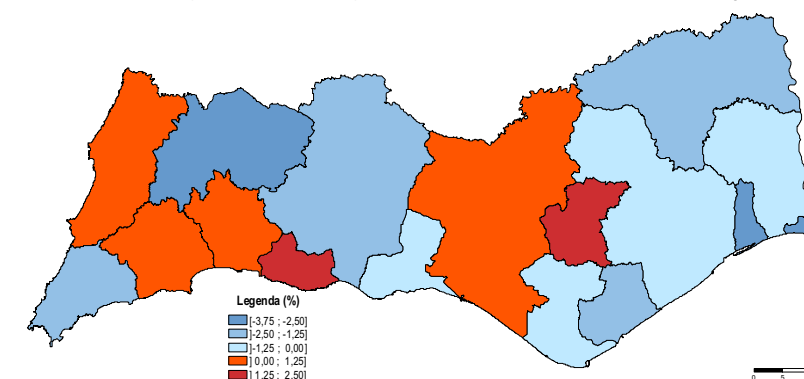
**Mapa IX.2 – Evolução da População com 75 e mais anos (Cenário C)**



**Mapa IX.3 – Tendência de Evolução da Natalidade até 2006 (Cenário C)**



**Mapa IX.4 – Evolução da População com idade inferior a 10 anos (Cenário C)**



**ANEXOS**

**Quadro A1 – População Residente (1991 e 2001) e Taxas de Variação Percentual (de 1970 a 2001), por concelhos**

	Pop. Residente		Taxa de Variação Percentual			
	1991	2001	1970/1981	1981/1991	1991/2001	1970/2001
	<b>Algarve</b>	<b>341404</b>	<b>395208</b>	<b>20,71</b>	<b>5,52</b>	<b>15,76</b>
Albufeira	20949	31543	34,67	21,67	50,57	146,72
Alcoutim	4571	3770	-23,90	-13,13	-17,52	-45,48
Aljezur	5006	5288	-20,08	-1,05	5,63	-16,46
Castro Marim	6803	6593	2,63	-6,77	-3,09	-7,27
Faro	50761	58051	47,73	12,53	14,36	90,11
Lagoa	16780	20646	18,00	7,32	23,04	55,82
Lagos	21526	25397	19,03	9,27	17,98	53,46
Loulé	46585	59158	22,14	5,75	26,99	64,03
Monchique	7309	6974	-19,93	-23,94	-4,58	-41,88
Olhão	36812	40808	33,49	6,48	10,86	57,56
Portimão	38833	44818	34,70	12,68	15,41	75,17
S. Brás Alportel	7526	10032	1,23	0,27	33,30	35,29
Silves	32924	33830	21,88	4,89	2,75	31,35
Tavira	24857	24995	7,40	0,98	0,56	9,05
Vila do Bispo	5762	5349	5,07	1,09	-7,17	-1,40
V. R. Sto. António	14400	17956	21,13	-11,91	24,69	33,06

Fonte: INE, Censos 2001 (Resultados Provisórios), Recenseamentos de 1970, 1981 e 1991

**Quadro A2 - Densidade populacional, por concelhos (1991 – 2001)**

	Densidade Populacional (hab/Km²)		Porcentagem no total da população da região	
	1991	2001	1991	2001
	<b>Algarve</b>	<b>200,5</b>	<b>302,0</b>	<b>100,0</b>
Albufeira	7,9	6,6	6,1	8,0
Alcoutim	15,5	16,4	1,3	1,0
Aljezur	22,7	22,0	1,5	1,3
Castro Marim	251,6	287,7	2,0	1,7
Faro	189,6	233,3	14,9	14,7
Lagoa	100,6	118,7	4,9	5,2
Lagos	61,0	77,4	6,3	6,4
Loulé	18,5	17,6	13,6	15,0
Monchique	291,2	322,8	2,1	1,8
Olhão	216,5	249,9	10,8	10,3
Portimão	50,2	66,9	11,4	11,3
S. Brás Alportel	48,5	49,8	2,2	2,5
Silves	40,9	41,2	9,6	8,6
Tavira	32,2	29,9	7,3	6,3
Vila do Bispo	250,3	312,2	1,7	1,4
V. R. Sto. António	69,0	79,9	4,2	4,5

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991/2000)

**Quadro A3\_- Taxas de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural, por concelhos (1991 – 2001)**

	Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade		T. Crescimento Natural	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	<b>Algarve</b>	<b>11,46</b>	<b>10,99</b>	<b>12,58</b>	<b>11,59</b>	<b>-1,12</b>
Albufeira	16,18	13,16	11,03	8,94	5,16	4,22
Alcoutim	4,59	5,04	19,69	22,02	-15,10	-16,98
Aljezur	7,99	7,75	17,58	15,51	-9,59	-7,75
Castro Marim	6,76	7,43	13,52	15,47	-6,76	-8,04
Faro	11,82	12,09	10,95	10,54	0,87	1,55
Lagoa	10,43	12,64	9,65	8,86	0,77	3,78
Lagos	12,03	11,46	10,68	10,47	1,35	0,98
Loulé	13,12	11,71	14,79	12,17	-1,67	-0,46
Monchique	8,35	6,31	22,03	16,20	-13,68	-9,89
Olhão	12,88	10,81	12,09	10,83	0,79	-0,02
Portimão	11,95	12,58	10,66	10,98	1,29	1,61
S. Brás Alportel	9,83	10,47	16,34	12,96	-6,51	-2,49
Silves	9,29	8,60	13,76	13,51	-4,46	-4,91
Tavira	7,64	8,80	12,51	12,76	-4,87	-3,96
Vila do Bispo	7,81	7,10	12,50	15,70	-4,69	-8,60
V. R. Sto. António	14,31	9,41	12,29	11,92	2,01	-2,51

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991/2000)

**Quadro A4\_- Crescimento Natural, por concelhos (1991 – 2000)**

	Σ nados-vivos	Σ óbitos	Cresc. Natural	S. Migratório	Cresc. Efectivo
	(1)	(2)	(3) = (1) – (2)	(4)	(3) + (4)
	1991-2000	1991-2000	1991-2000	1991-2000	1991-2000
<b>Algarve</b>	<b>38634</b>	<b>44754</b>	<b>-6120</b>	<b>59924</b>	<b>53804</b>
Albufeira	3665	2541	1124	9470	10594
Alcoutim	194	846	-652	-149	-801
Aljezur	344	806	-462	744	282
Castro Marim	499	1020	-521	311	-210
Faro	6055	5951	104	7186	7290
Lagoa	1993	1830	163	3703	3866
Lagos	2590	2635	-45	3916	3871
Loulé	6134	6889	-755	13328	12573
Monchique	476	1286	-810	475	-335
Olhão	4199	4565	-366	4362	3996
Portimão	4752	4483	269	5716	5985
S. Brás Alportel	840	1353	-513	3019	2506
Silves	2722	4477	-1755	2661	906
Tavira	1955	3375	-1420	1558	138
Vila do Bispo	396	725	-329	-84	-413
V. R. Sto. António	1820	1972	-152	3708	3556

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991/2000)

**Quadro A5\_- População Residente e Taxas de Variação (1991 – 1996 - 2001)**

	População Residente			Taxa de Variação percentual		
	1991	1996(*)	2001	1991/1996	1996/2001	1991/2001
	<b>Algarve</b>	<b>341404</b>	<b>345310</b>	<b>395208</b>	<b>1,14</b>	<b>14,45</b>
Albufeira	20949	22180	31543	5,88	42,21	50,57
Alcoutim	4571	4280	3770	-6,37	-11,92	-17,52
Aljezur	5006	4850	5288	-3,12	9,03	5,63
Castro Marim	6803	6650	6593	-2,25	-0,86	-3,09
Faro	50761	51540	58051	1,53	12,63	14,36
Lagoa	16780	17570	20646	4,71	17,51	23,04
Lagos	21526	22000	25397	2,20	15,44	17,98
Loulé	46585	47560	59158	2,09	24,39	26,99
Monchique	7309	6480	6974	-11,34	7,62	-4,58
Olhão	36812	37010	40808	0,54	10,26	10,86
Portimão	38833	39830	44818	2,57	12,52	15,41
S. Brás Alportel	7526	7540	10032	0,19	33,05	33,30
Silves	32924	33260	33830	1,02	1,71	2,75
Tavira	24857	24500	24995	-1,44	2,02	0,56
Vila do Bispo	5762	5970	5349	3,61	-10,40	-7,17
V. R. Sto. António	14400	14090	17956	-2,15	27,44	24,69

(\*) – Estimativas da População em 31/12/95 Fonte: INE: Rec. Gerais da População, 1991 e 2001; Estimativas da População (1996)



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Quadro A6 - Taxas de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural (1991 e 2001); Crescimento Natural, Saldo Migratório e Crescimento Efectivo, por freguesia (1991 a 2000)**

	População Residente		Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade		Taxa de Cresc. Natural		Crescimento Natural	Saldo Migratório	Cresc. Efectivo
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001			
Albufeira	15373	16237	17,6	16,1	10,7	8,6	6,9	7,5	1277	-413	864
Guia	2417	3630	12,4	10,5	10,3	10,5	2,1	0,0	-42	1255	1213
Pademe	3159	3504	12,3	12,0	13,3	13,1	-0,9	-1,1	-173	518	345
Ferreiras	-	4951		8,9		8,1		0,8	18	4933	4951
Olhos D Agua	-	3221		9,3		5,6		3,7	44	3177	3221
Alcoutim	1258	1099	5,6	3,6	25,4	20,9	-19,9	-17,3	-208	49	-159
Gioes	450	307	2,2	3,3	24,4	35,8	-22,2	-32,6	-86	-57	-143
Martim Longo	1586	1384	4,4	8,7	17,0	20,2	-12,6	-11,6	-160	-42	-202
Pereiro	407	287	0,0	0,0	14,7	31,4	-14,7	-31,4	-86	-34	-120
Vaqueiros	870	693	6,9	2,9	16,1	17,3	-9,2	-14,4	-112	-65	-177
Aljezur	3446	2687	8,7	8,9	18,3	16,7	-9,6	-7,8	-270	-489	-759
Bordeira	542	492	5,5	2,0	18,5	24,4	-12,9	-22,4	-62	12	-50
Odeceixe	1018	927	6,9	8,6	14,7	12,9	-7,9	-4,3	-52	-39	-91
Roçil	-	1182		6,8		11,0		-4,2	-78	1260	1182
Azinhâl	762	692	1,3	7,2	19,7	33,2	-18,4	-26,0	-131	61	-70
Castro Marim	4781	3047	7,9	6,6	10,9	16,1	-2,9	-9,5	-239	-1495	-1734
Odeleite	1260	934	5,6	2,1	19,8	18,2	-14,3	-16,1	-166	-160	-326
Altura	-	1920		11,5		6,8		4,7	15	1905	1920
Conceição (Faro)	3662	3751	14,7	12,5	11,5	11,5	3,3	1,1	60	29	89
Estoi	3100	3538	9,0	7,6	16,1	11,6	-7,1	-4,0	-222	660	438
S. Barbara de Nexe	4338	4119	7,1	9,5	12,0	17,2	-4,8	-7,8	-269	50	-219
São Pedro	14374	12761	11,5	12,1	12,7	10,9	-1,1	1,3	-51	-1562	-1613
Se	25287	28546	12,7	13,0	9,1	9,6	3,6	3,3	532	2727	3259
Montenegro	-	5336		12,0		8,1		3,9	54	5282	5336
Estombar	6617	4658	9,4	8,4	7,0	9,2	2,4	-0,9	65	-2024	-1959
Ferragudo	1937	1866	8,3	5,4	14,5	15,0	-6,2	-9,6	-108	37	-71
Laqoa	4700	6059	12,3	20,1	12,8	10,7	-0,4	9,4	17	1342	1359
Porches	1521	1901	7,9	10,5	9,2	5,3	-1,3	5,3	7	373	380
Carvoeiro	2005	2784	13,5	9,3	7,0	7,2	6,5	2,2	108	671	779
Parchal	-	3378				5,0		8,0	74	3304	3378
Barão de São Joao	840	804	6,0	7,5	10,7	8,7	-4,8	-1,2	-20	-16	-36
Bensafrim	1417	1533	4,9	4,6	7,1	12,4	-2,1	-7,8	-51	167	116
Luz (Lagos)	2523	3068	10,3	9,1	11,1	10,4	-0,8	-1,3	-2	547	545
Odiáxere	2368	2522	8,9	7,5	8,4	11,9	0,4	-4,4	-82	236	154
Santa Maria	4249	6440	14,6	13,8	17,4	11,5	-2,8	2,3	-155	2346	2191
S. Sebastião (Lagos)	10129	11030	13,6	12,9	8,8	9,4	4,8	3,4	265	636	901
Almansil	6012	8795	15,6	12,5	10,1	9,9	5,5	2,6	181	2602	2783
Alte	2349	2176	7,2	4,6	20,4	23,4	-13,2	-18,8	-381	208	-173
Ameixial	892	604	4,5	1,7	26,9	19,9	-22,4	-18,2	-132	-156	-288
Boliqueime	4387	4473	12,1	9,4	18,0	13,6	-5,9	-4,2	-289	375	86
Quarteira	10275	16131	22,2	17,4	9,5	6,4	12,7	10,9	1290	4566	5856
Querença	1744	788	5,7	5,1	28,1	19,0	-22,4	-14,0	-234	-722	-956
Salir	3385	3023	5,0	3,6	19,8	27,1	-14,8	-23,5	-431	69	-362
Sao Clemente	10978	14406	11,5	11,6	13,0	13,1	-1,5	-1,5	-252	3680	3428
S. Sebastião (Loulé)	5292	6734	11,1	8,0	18,1	12,9	-7,0	-4,9	-310	1752	1442
Benafim	1271	1141	2,4	5,3	18,9	16,7	-16,5	-11,4	-177	47	-130
Tor	-	887		9,0		14,7		-5,6	-20	907	887
Alferce	769	512	2,6	2,0	26,0	13,7	-23,4	-11,7	-101	-156	-257
Marmelete	1249	1087	4,0	4,6	16,8	8,3	-12,8	-3,7	-115	-47	-162
Monchique	5291	5375	10,2	7,1	22,7	18,0	-12,5	-11,0	-594	678	84
Fuseta	3036	2146	13,8	11,2	11,5	21,9	2,3	-10,7	-124	-766	-890
Moncarapacho	5518	7591	13,8	7,0	15,9	12,0	-2,2	-5,0	-399	2472	2073
Olhão	14651	14749	14,9	12,4	13,6	11,1	1,3	1,4	37	61	98
Pechão	2525	3033	11,5	7,9	10,3	6,6	1,2	1,3	-28	536	508
Quelfes	11082	13289	9,8	11,8	8,8	9,1	1,1	2,7	148	2059	2207
Alvor	4236	4977	9,9	7,8	11,6	11,5	-1,7	-3,6	-120	861	741
Mexilhoeira Grande	3374	3598	10,4	7,2	13,3	12,8	-3,0	-5,6	-155	379	224
Portimão	31223	36243	12,4	13,8	10,2	10,7	2,1	3,0	544	4476	5020
São Brás de Alportel	7526	10032	9,8	10,5	16,3	13,0	-6,5	-2,5	-513	3019	2506
Alcantarilha	2365	2347	3,4	11,1	14,0	15,8	-10,6	-4,7	-172	154	-18
Algoz	2842	2946	8,8	10,2	14,1	12,9	-5,3	-2,7	-90	194	104
Armação de Pêra	2924	3770	16,1	12,5	12,3	8,0	3,8	4,5	18	828	846
Pêra	1617	1951	13,0	3,1	14,8	9,7	-1,9	-6,7	-47	381	334
S. Bart. Messines	8727	8491	8,1	6,8	13,5	16,5	-5,4	-9,7	-654	418	-236
São Marcos da Serra	2066	1535	4,4	7,2	14,0	22,8	-9,7	-15,6	-302	-229	-531
Silves	10674	10768	10,8	9,4	14,1	13,6	-3,3	-4,2	-430	524	94
Tunes	1709	2022	5,9	5,9	13,5	5,9	-7,6	0,0	-78	391	313
Cachopo	1420	1024	2,8	2,0	21,1	28,3	-18,3	-26,4	-237	-159	-396

	População Residente		Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade		Taxa de Cresc. Natural		Crescimento Natural	Saldo Migratório	Cresc. Efectivo
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001			
Conceição (Tavira)	2640	1446	10,6	6,2	10,2	11,8	0,4	-5,5	-151	-1043	-1194
Luz (Tavira)	4081	3778	8,6	9,0	13,0	12,4	-4,4	-3,4	-206	-97	-303
S. Catarina F. Bispo	2359	2085	4,2	6,7	17,8	20,1	-13,6	-13,4	-295	21	-274
Santa Maria	6054	6672	8,4	9,6	13,9	13,5	-5,5	-3,9	-304	922	618
Santiago	5224	5904	7,7	9,7	8,4	8,6	-0,8	1,0	-98	778	680
Santo Estevão	1242	1287	10,5	8,5	11,3	14,8	-0,8	-6,2	-80	125	45
Santa Luzia	1837	1729	4,9	8,7	9,3	8,7	-4,4	0,0	-35	-73	-108
Cabanas de Tavira	-	1070		13,1		8,4		4,7	-14	1084	1070
Barão de São Miguel	436	440	4,6	13,6	16,1	15,9	-11,5	-2,3	-47	51	4
Budens	1747	1573	9,7	7,6	9,7	14,0	0,0	-6,4	-81	-93	-174
Raposeira	397	441	7,6	11,3	12,6	31,7	-5,0	-20,4	-34	78	44
Sagres	2119	1939	6,1	4,1	13,2	10,8	-7,1	-6,7	-96	-84	-180
Vila do Bispo	1063	956	9,4	7,3	14,1	20,9	-4,7	-13,6	-71	-36	-107
Vila Nova de Cacela	3029	3462	9,6	7,5	11,2	13,0	-1,7	-5,5	-148	581	433
V. Real de S. Antonio	8182	10542	14,3	10,5	13,8	13,1	0,5	-2,6	-207	2567	2360
Monte Gordo	3189	3952	18,8	8,1	9,4	7,8	9,4	0,3	203	560	763

Fonte: INE - Censos 91, Censos 2001 (Result. Provisórios) Estatísticas Demográficas (1991/2000)

**Quadro A7 - Crescimento Natural, Saldo Migratório e Crescimento Efectivo (1991 - 1996 - 2000)**

	1991 - 1996			1996 - 2001			1991 - 2001		
	CN	SM	CE	CN	SM	CE	CN	SM	CE
Algarve	-2974	6880	3906	-3146	53044	49898	-6120	59924	53804
Albufeira	526	705	1231	598	8765	9363	1124	9470	10594
Alcoutim	-322	31	-291	-330	-180	-510	-652	-149	-801
Aljezur	-235	79	-156	-227	665	438	-462	744	282
Castro Marim	-230	77	-153	-291	234	-57	-521	311	-210
Faro	84	695	779	20	6491	6511	104	7186	7290
Lagoa	-10	800	790	173	2903	3076	163	3703	3866
Lagos	-45	519	474	0	3397	3397	-45	3916	3871
Loulé	-424	1399	975	-331	11929	11598	-755	13328	12573
Monchique	-432	-397	-829	-378	872	494	-810	475	-335
Olhão	-83	281	198	-283	4081	3798	-366	4362	3996
Portimão	161	836	997	108	4880	4988	269	5716	5985
S. Brás Alportel	-238	252	14	-275	2767	2492	-513	3019	2506
Silves	-866	1202	336	-889	1459	570	-1755	2661	906
Tavira	-731	374	-357	-689	1184	495	-1420	1558	138
Vila do Bispo	-151	359	208	-178	-443	-621	-329	-84	-413
V. R. Sto. António	22	-332	-310	-174	4040	3866	-152	3708	3556

Fonte: INE: Estatísticas Demográficas (1991/2000); Estimativas da População (1996), Censos 91 e 2001

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

## 5.2- ACTIVIDADES ECONÓMICAS

### 5.2.1- Agricultura

A agricultura na região do Algarve conheceu profundas transformações no decurso da década de 90. Tendo como suporte os Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e 1999, constata-se que:

- o número de explorações agrícolas sofreu um decréscimo de 27,4%;
- a área total das explorações sofreu um decréscimo de 25,5%;
- a Superfície Agrícola Utilizada sofreu um decréscimo de 17,2%;
- a dimensão média das explorações aumentou ligeiramente, de 10,5 para 12,0 ha.

Quadro 1 – Nº de explorações, área das explorações e S.A.U. na região do Algarve (1989 e 1999)

	1989	1999	Tx. Variação (1989-1999)
Nº de explorações	26.143	18.971	-27,4 %
Área das explorações (ha)	274.844,6	227.578,3	-17,2 %
S.A.U. (ha)	136.779,1	101.932,5	-25,5 %
Dimensão média da exploração agrícola (ha)	10,5	12,0	

RGA (1989-1999)

Quanto ao número de explorações agrícolas, verificamos um decréscimo generalizado em todo o território, excepto nalgumas freguesias do Sotavento e Nordeste da região, onde se registou um aumento do número de explorações.

Porém, as áreas onde se verificaram acréscimos da Superfície Agrícola Utilizada não correspondem às áreas onde houve um aumento do número de explorações, com excepção de apenas duas freguesias do Sotavento. Pelo contrário, é nalgumas freguesias de Monchique, do interior de Silves, de Loulé e de Faro, que se observaram aumentos da S.A.U. As causas destes aumentos estão intimamente relacionadas com a expansão de algumas culturas como mais à frente veremos.

A população activa na agricultura sofreu igualmente fortes decréscimos:

- a mão-de-obra agrícola familiar (claramente a mais importante na região) sofreu um decréscimo de 31,4%;
- a mão-de-obra agrícola não-familiar conheceu um decréscimo de igual grandeza (-33,1%);
- o total de dias de trabalho realizado pela mão-de-obra agrícola eventual diminuiu também consideravelmente (-33,5%), pressupondo naturalmente uma redução do recurso a esta mão-de-obra.

Quadro 2 – Mão-de-obra agrícola na região do Algarve (1989 e 1999)

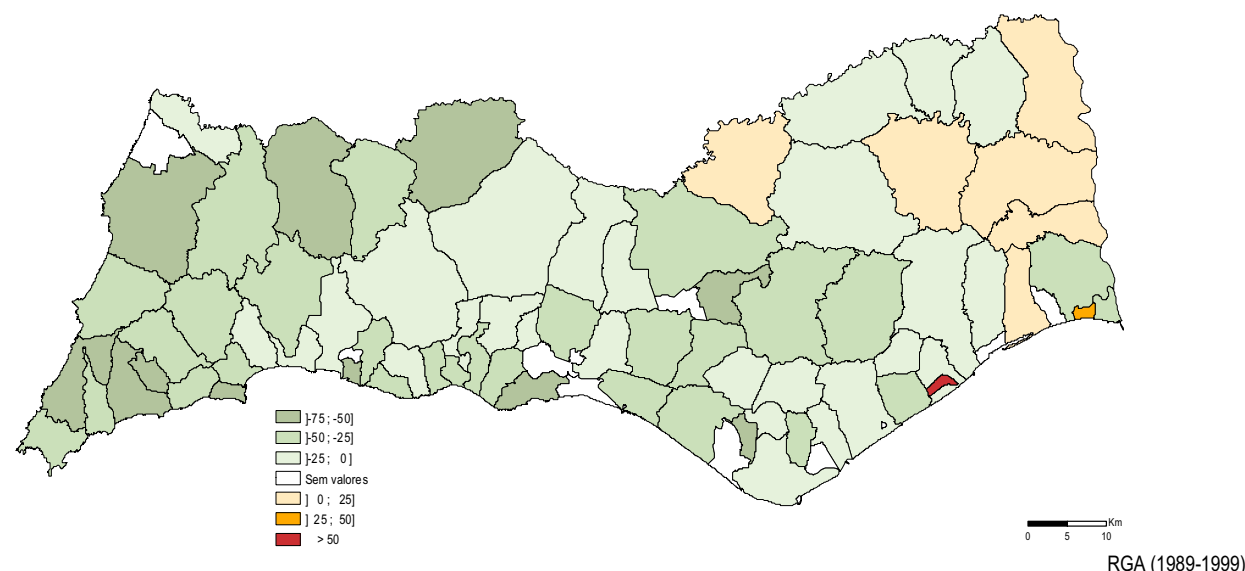
Mão-de-obra agrícola	1989	1999	Tx. Variação (1989-1999)
Familiar	69.919	47.972	-31,4 %
Não familiar	3.666	2.452	-33,1 %
Total	73.585	50.424	-31,5 %
Total de dias de trabalho completos por trabalhadores eventuais	415.744	276.333	-33,5 %

RGA (1989-1999)

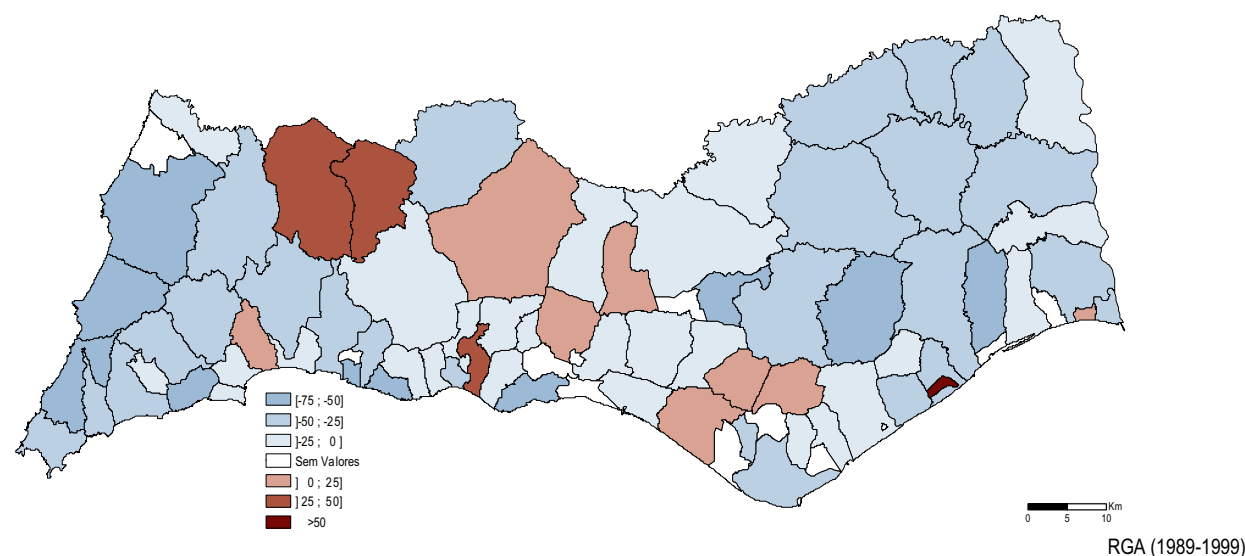
No que respeita à utilização das terras, registou-se durante a década de 90 uma redução de todas as formas de utilização, com excepção da área ocupada por matas e florestas sem culturas sob coberto (que registou um ligeiro aumento) e pelas áreas sobrantes (outras) de culturas permanentes. Os decréscimos foram particularmente notórios nas terras aráveis limpas, cuja área explorada diminuiu 46% durante a década de 90.

O aumento das áreas ocupadas por matas e florestas (sem culturas sob coberto) verificou-se, para além de algumas freguesias (poucas) da frente litoral Sul, sobretudo nas freguesias da Costa Vicentina, no interior do concelho de Silves e no Nordeste da região.

Mapa I – Taxa de Variação do número de explorações por freguesia (1989/1999) <sup>1</sup>



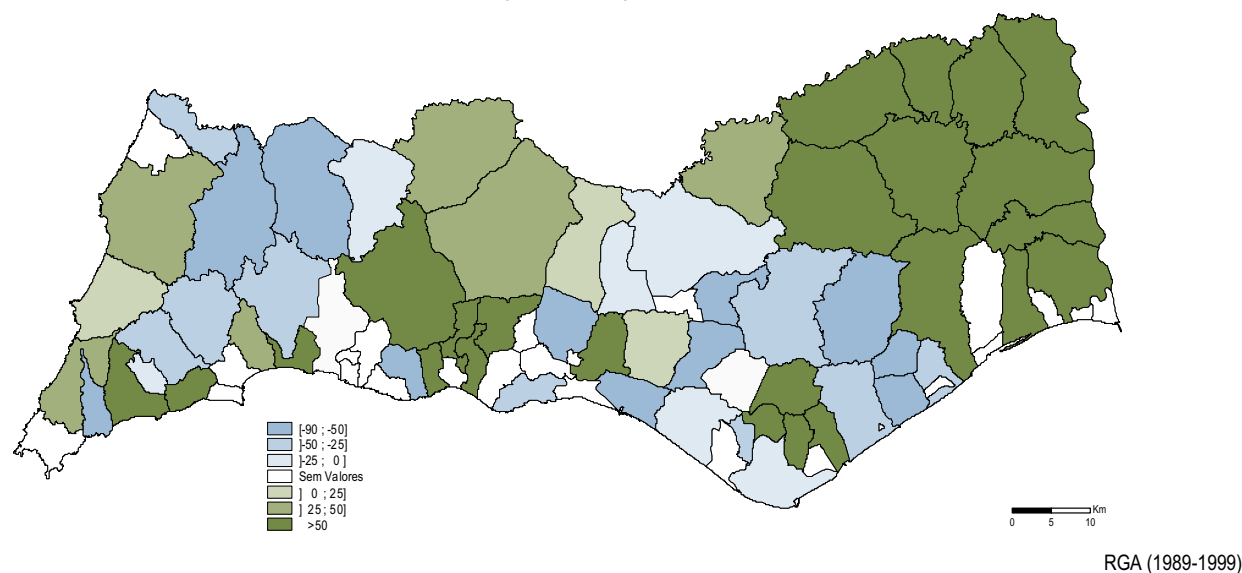
Mapa II – Taxa de Variação da Superfície Agrícola Utilizada (S.A.U.) por freguesia (1989/1999)



<sup>1</sup> - As oito novas freguesias da região (criadas depois de 1991), não têm informação para 1989.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Mapa III – Taxa de Variação da área ocupada por matas e florestas (sem culturas sob coberto) por freguesia (1989/1999)



Quadro 3 – Utilização das terras ( ha ) na região do Algarve (1989 e 1999)

	1989	1999	Tx. Variação (1989-1999)
Terra arável limpa	63.448,18	34.281,08	-46,0
C/ horta familiar	1.348,34	787,63	-41,6
C/ pousio	27.395,71	15.043,14	-45,1
C/ culturas temporárias	34.704,13	18.450,31	-46,8
Matas e florestas c/ culturas sob coberto	2.355,21	2.003,2	-14,9
Culturas permanentes	285.932,05	236.917,52	-17,1
pastagens permanentes em terra limpa	11.087,47	9.339,21	-15,8
SAU	136.779,14	101.932,46	-25,5
matas e florestas sem culturas	57.584,94	60.283,69	4,7
SA não utilizada	78.485,73	62.195,93	-20,8
Outras	1.994,77	3.166,23	58,7
<b>TOTAL</b>	<b>351.735,44</b>	<b>273.201,80</b>	<b>-22,3</b>

RGA (1989-1999)

A área de cultivo de cereais diminuiu consideravelmente no Algarve no período compreendido entre 1993 e 2000. Tal como a superfície ocupada por estas produções, também a produção de cereais no Algarve, praticamente insignificante no volume da produção nacional, baixou consideravelmente entre os anos de 1993 a 2000. Com excepção do trigo mole, do milho e do milho e regadio, todos os restantes cereais (nomeadamente os de cultura extensiva de sequeiro) registaram decréscimos de produção acentuados. Registe-se todavia, um aumento da produção do milho, do milho de regadio e do trigo mole, não obstante a diminuição da superfície ocupada por estas culturas.

Quadro 4 – Área ocupada e produção dos principais cereais na região do Algarve (1993/2000)

	1993		1995		2000	
	ha	ton	ha	ton	ha	ton
Trigo	6474	4855	4973	1695	2897	3303
Trigo mole			4923	1670	2300	2467
Milho	1513	4835	1586	4605	1239	7191
Milho de regadio			1170	4189	1044	6947
Centeio	400	120	231	49	44	18
Aveia	9580	4975	7543	1883	3067	1840
Cevada	3514	1406	2101	516	1358	1242

Estatísticas Agrícolas (1993, 1995 e 2001)

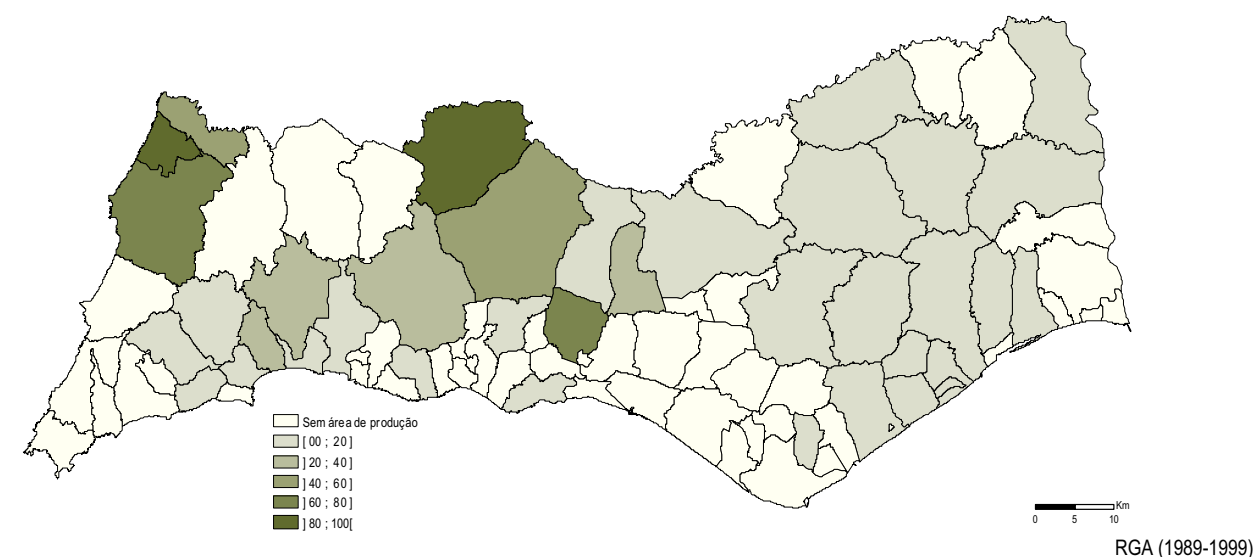
No que respeita a outras culturas, com alguma tradicional expressão no Algarve – vinho, azeitona e azeite – embora a expressão no total da produção nacional seja reduzida, também se verificou uma acentuada diminuição das produções no período em análise (1993/2000), havendo apenas alguma oscilação na produção e azeite.

Quadro 5 – Produção de azeitona de mesa, azeite e vinho na região do Algarve (1993/2000)

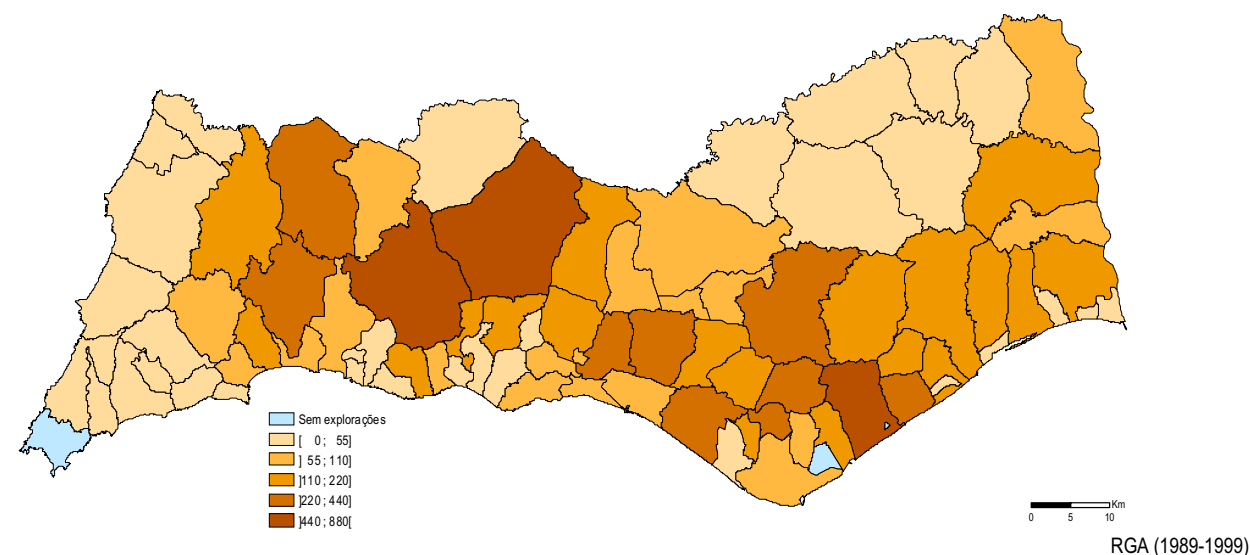
	1993	1995	2000
Azeitona (ton)		9637	4125
Azeite (hl)	7296	16101	7076
Vinho (hl)	44175	23506	13802

Estatísticas Agrícolas (1993, 1995 e 2001)

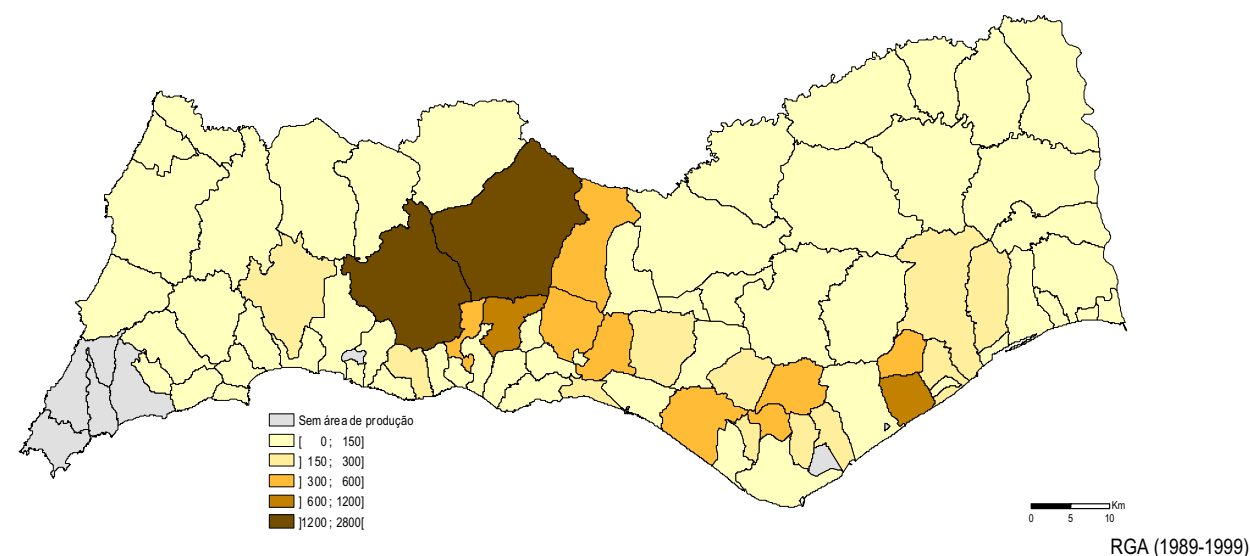
Mapa IV – Área ocupada (em hectares) por milho híbrido, por freguesia (1999)



Mapa V – Número de explorações de citrinos, por freguesia (1999)



Mapa VI – Área ocupada (em hectares) por citrinos, por freguesia (1999)



Na produção de frutos registaram-se também decréscimos muito acentuados no que respeita à superfície ocupada pelas culturas, com excepção dos citrinos e da azeitona de mesa. Apenas os citrinos viram expandida a área de cultivo de forma muito significativa (de 14.783 para 17.892 ha), um aumento de 21%. Actualmente, de acordo com os dados de 1999, as áreas de citrinos têm a sua maior expressão principalmente nos concelhos de Silves e Loulé, precisamente sobre o principal aquífero da região, e ainda na área a Norte da cidade de Faro, na campina de Faro.

Registe-se o facto de os frutos secos (nomeadamente a amêndoa), frutos tradicionais do Algarve, terem perdido área de cultivo nestes últimos 10 anos.

No que respeita às produções, a diminuição não afecta todos os frutos destacando-se:

- os aumentos de produção do kiwi, da maçã, do pêssego e da uva de mesa (não obstante a diminuição das áreas de cultivo);
- os aumentos dos citrinos, a única produção que teve igualmente um aumento significativo da área de cultivo.

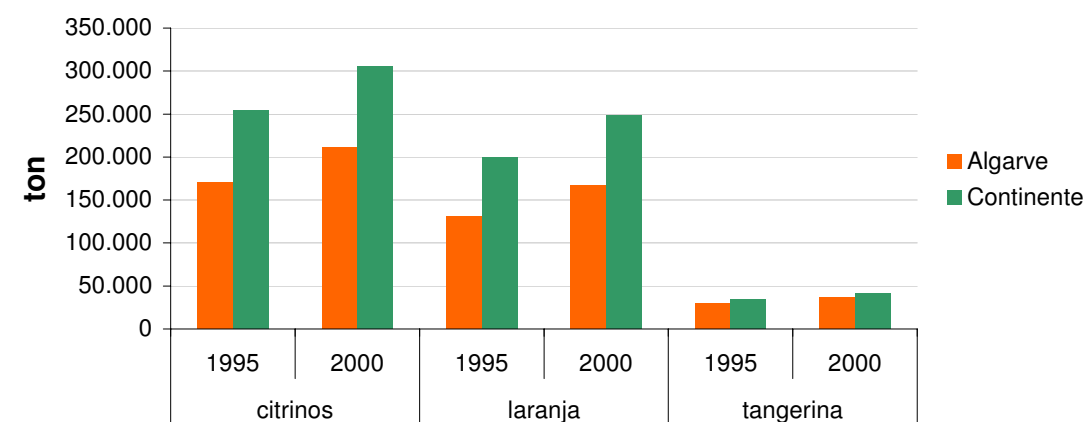
Quadro 6 – Área ocupada e produção das principais espécies de frutos na região do Algarve (1993/2000)

	1991		1995		2000	
	ha	ton	ha	ton	ha	ton
Ameixa	235		250	1950	120	1200
Cereja	6		3	5	2	2
Kiwi	6		4	19	3	24
Maçã	40		42	280	32	291
Citrinos	14783		16075	170874	17892	211625
Laranja	11003		12031	130528	13127	167131
Tangerina	2683		2997	29767	4086	36367
Pêra	257		252	2000	117	1053
Pêssego	1228		1181	5500	538	6456
Frutos Secos	26610		15623	2064	13817	1850
Amêndoa	16264		15510	1880	13713	1670
Noz	83		85	169	76	152
Azeitona de mesa	314		329	450	346	267
Uva de mesa	2021		1754	16500	1627	21149

Estadísticas Agrícolas (1993, 1995 e 2001)

A produção de citrinos na região viu, no período da última década (mais propriamente entre 1995 e 2000), reforçada a sua quota no total da produção nacional (67,3% em 1995 e 69,4% em 2000), principalmente a tangerina (86,3% em 1995 e 87,6% em 2000). São, actualmente, o único fruto cuja produção regional tem uma muito forte representatividade no volume total da produção nacional.

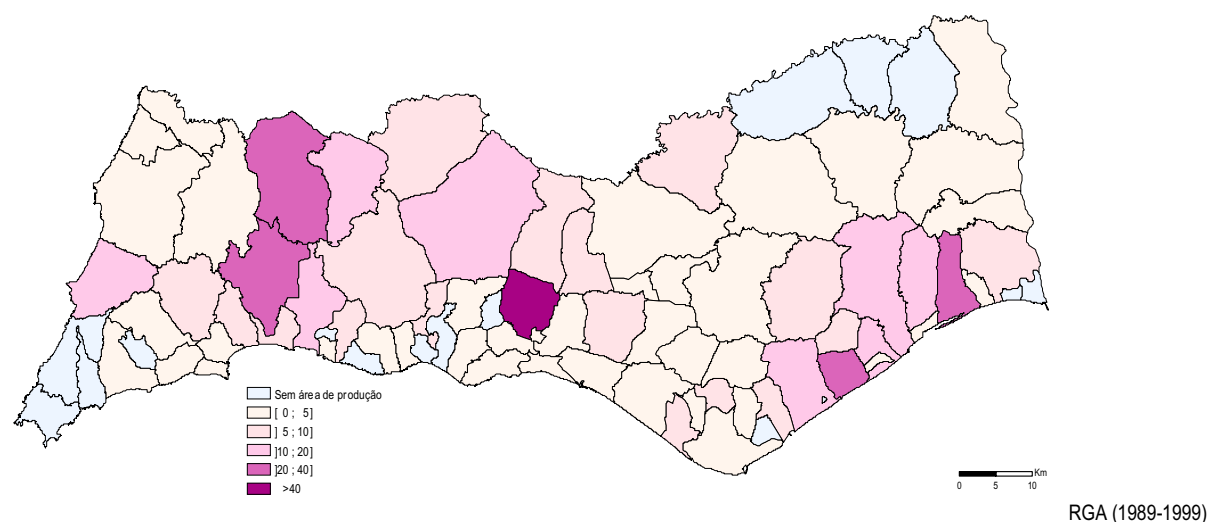
Gráfico 1 – Produção do total de citrinos, laranja e tangerina na região do Algarve e no Continente (1995 e 2000)



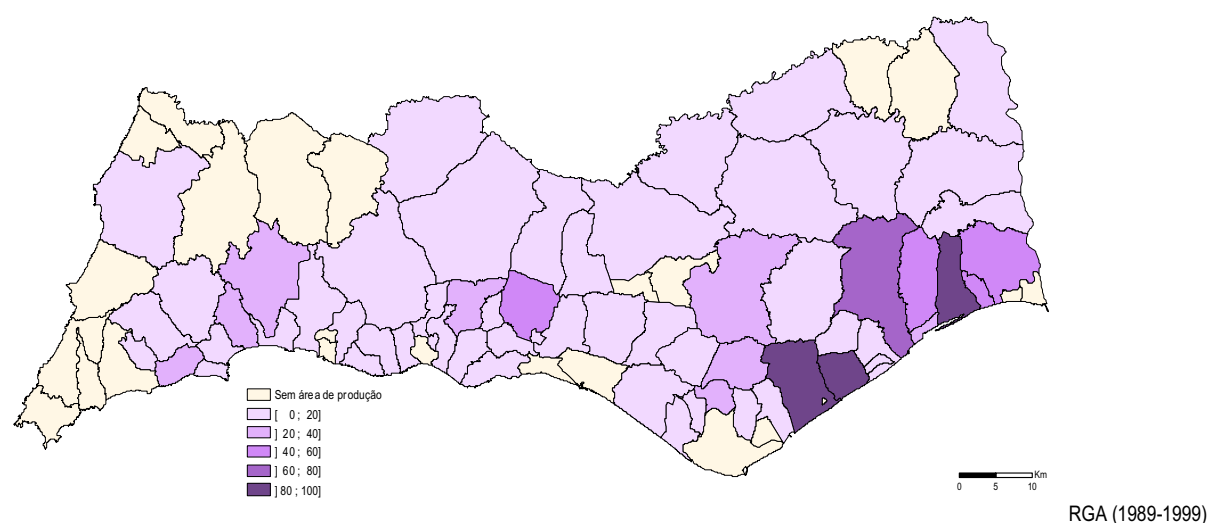
Estadísticas Agrícolas (1995 e 2001)

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

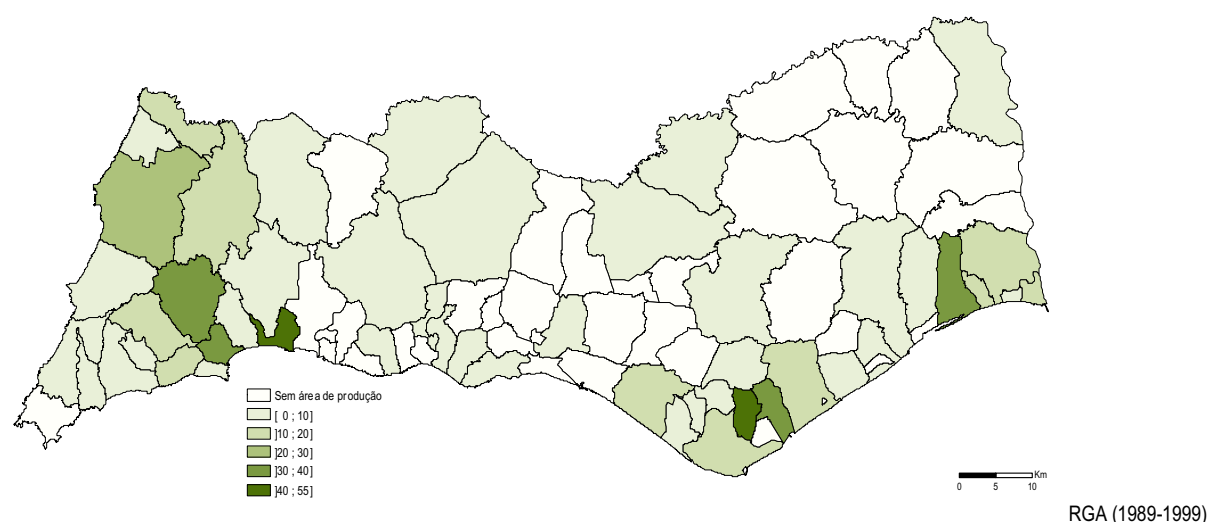
**Mapa VII – Área ocupada (em hectares) por pessegueiros, por freguesia (1999)**



**Mapa VIII – Área ocupada (em hectares) por vinha para uva de mesa, por freguesia (1999)**



**Mapa IX – Área ocupada (em hectares) por culturas hortícolas (1999)**

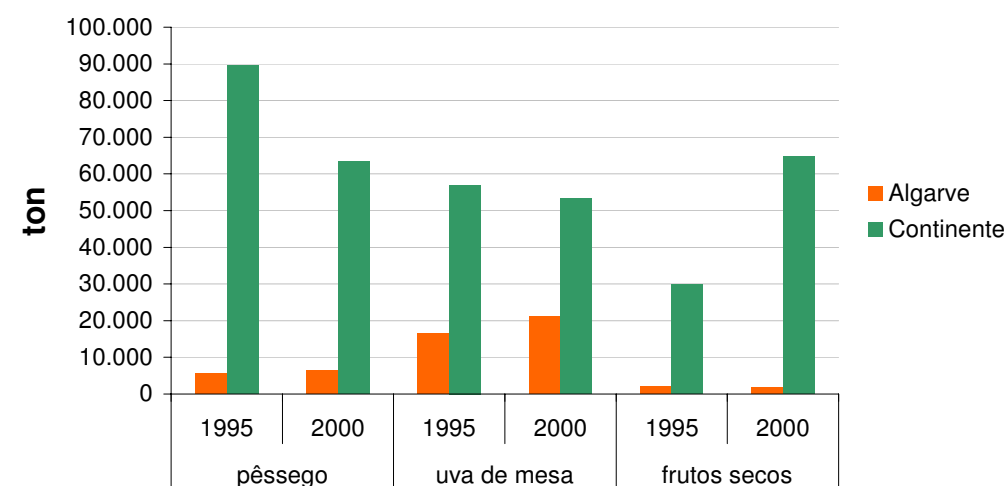


Existem ainda outros frutos cuja produção regional tem expressão no contexto nacional, designadamente:

- a produção de uva de mesa, que conheceu entre 1995 e 2000 um aumento de produção na ordem dos 28%, e representa (em 2000) 39,7% da produção nacional;
- a produção de pêsego, que conheceu entre 1995 e 2000 um aumento de produção na ordem dos 17,4% e representa (em 2000) 10,2% da produção nacional.

Saliente-se que, relativamente ao pêsego e à uva de mesa, a produção na região conheceu um significativo aumento entre 1995 e 2000, precisamente o contrário do que sucedeu com a produção nacional destas duas espécies. Isto é, a produção regional tende a ganhar uma posição de maior destaque no contexto nacional.

**Gráfico 2 - Produção de pêsego, uva de mesa e frutos secos na região do Algarve e no Continente (1995 e 2000)**



Estadísticas Agrícolas (1995 e 2001)

De referir ainda que os frutos secos, uma produção com fortes tradições e desde há muito indissociável da imagem da paisagem algarvia (a amendoeira, a figueira, a alfarrobeira ...), vem apresentando decréscimos sucessivos quer na área ocupada quer no volume da produção. Em 2000, a produção de frutos secos no Algarve cifrou-se em 89% da produção de 1995 (88,8% no caso da amêndoa), sendo a área de cultivo 88,4% da ocupada em 1995 (valor idêntico para o caso da superfície ocupada pela amendoeira).

As culturas hortícolas na região conheceram, entre 1995 e 2000, um considerável aumento, quer na superfície utilizada (8,1%) quer no volume global a produção (15,8%), representando a produção regional em 2000 cerca de 10,1% do total da produção nacional.

Nas culturas hortícolas merecem especial destaque:

- o tomate fresco – cuja área de cultivo aumentou 44,7% e a produção 48,8% - representando a produção regional em 2000 cerca de 32,5% do total da produção nacional;
- a melancia - cuja área de cultivo aumentou 16,3% e a produção 19,6% - representando a produção regional em 2000 cerca de 24,0% do total da produção nacional;
- a fava - cuja área de cultivo diminuiu cerca de 5%, embora a produção tenha subido 42,3% - representando a produção regional em 2000 cerca de 23,1% do total da produção nacional;
- o feijão verde - cuja área de cultivo diminuiu cerca de 26% e a produção quase 46% - representando a produção regional, ainda assim, quase 22% do total da produção nacional;

- o morango - cuja área de cultivo diminuiu cerca de 28% e a produção quase o mesmo valor - representando a produção regional, ainda assim, cerca de 18% do total da produção nacional.

Todas as restantes culturas hortícolas, mesmo que tenham registado algum aumento quer da superfície ocupada quer da produção – designadamente a alface, a couve-flor, a couve-brócolo e outras – não têm, actualmente, expressão no contexto da produção nacional, mas poderão vir a tê-la caso apresentem tendências de crescimento semelhantes às dos últimos 5 anos.

**Quadro 7 - Área ocupada e produção das culturas hortícolas na região do Algarve (1989 e 1999)**

	1995		2000	
	Sup (ha)	ton	Sup (ha)	ton
alface	31	637	62	1240
couve-flor	31	600	50	900
couve brócolo	6	56	12	180
couve repolho	46	1170	70	1540
couve lombardo	16	430	20	480
couve tronchuda	9	236	10	250
melão e meloa	331	12476	320	11840
melancia	86	2508	100	3000
morango	124	3209	89	2314
pimento	87	3038	120	4080
tomate fresco	217	16038	314	23864
fava	529	1405	500	2000
feijão verde	243	5961	180	3240
cebola	48	1507	60	1800
cenoura	6	144	9	225
outras	250	5231	312	6328
<b>TOTAL</b>	<b>2060</b>	<b>54646</b>	<b>2228</b>	<b>63281</b>

Estatísticas Agrícolas (1995 e 2001)

Relativamente ao efectivo pecuário, verificou-se uma descida generalizada durante a década de 90, em todas as espécies, com excepção apenas dos ovinos que conheceram um ligeiro aumento.

**Quadro 8 – Efectivos pecuários na região do Algarve (1992/2001)**

	1992	1995	2001
Bovinos	16,0	15,0	12,0
Suínos	88,0	73,0	66,0
Ovinos		65,0	69,0
Caprinos		28,0	25,0
Aviários			
número		4	3
efectivos em postura		62,9	26,8

Estatísticas Agrícolas (1995 e 2001)

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### 5.2.2- Pesca

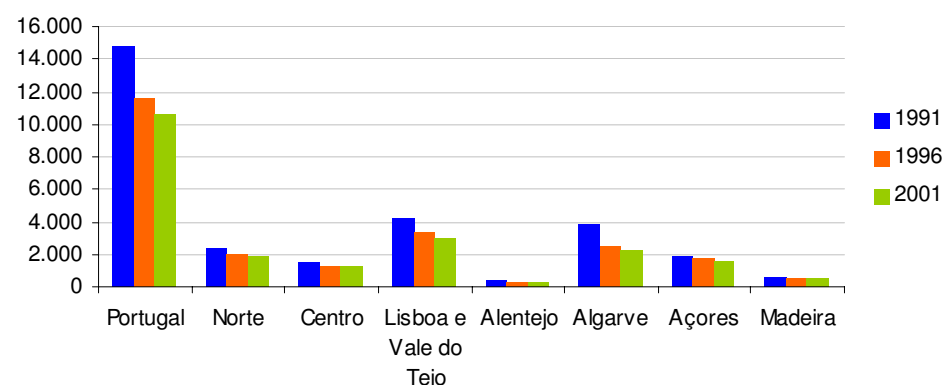
O sector das pescas conheceu, durante a década de 90, um forte retrocesso na região do Algarve, tal como sucedeu em todo o país. Contudo, em muitos indicadores, o comportamento do sector na região foi ainda mais negativo do que o comportamento do sector no contexto nacional.

A **frota de pesca** sofreu uma fortíssima redução:

- o número total de embarcações diminuiu de 3838 (em 1991) para 2221 (em 2001), o que representa um decréscimo de 42%; consideravelmente superior ao que registou a frota nacional (28,8%);
- o número de embarcações sem motor diminuiu cerca de 76,7%, quando a descida registada na frota nacional foi de 62,2%;
- o número de embarcações com motor diminuiu 23,7%, quando a descida registada na frota nacional foi de somente 5,8%.

Sabendo que a actividade na região assenta tradicionalmente na pesca local e costeira (recorrente a pequenas embarcações), constata-se que o sector, ao perder em 10 anos 76% das embarcações sem motor, sofreu um forte retrocesso.

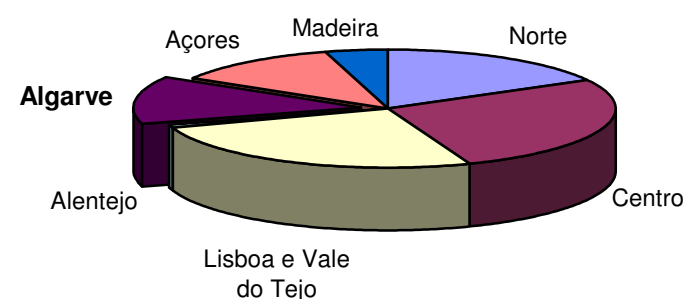
Gráfico 1 – Número total de embarcações, por regiões (1991, 1996 e 2001)



INE, Estatísticas da Pesca (1991, 1996 e 2001)

No mesmo sentido, a **capacidade da frota** regional sofreu igualmente uma forte perda. A Tonelagem de Arqueação Bruta (tAB)<sup>1</sup> da frota regional decresceu 18% nos últimos 10 anos, correspondendo actualmente a somente 12,9% da capacidade da frota nacional.

Gráfico 2 – Capacidade da frota portuguesa, por regiões (2001)

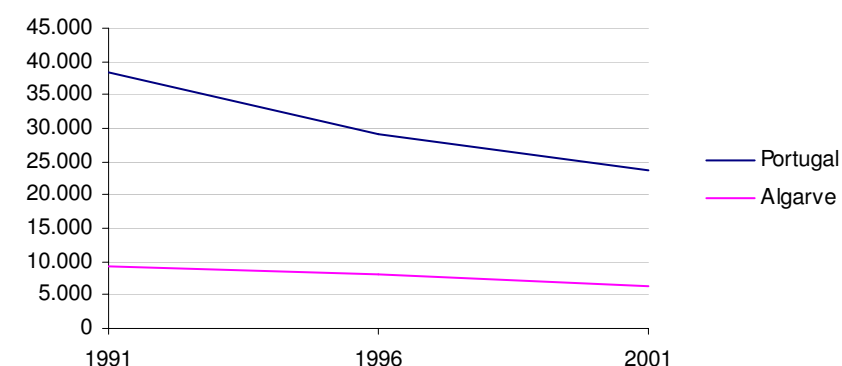


INE, Estatísticas da Pesca (1991, 1996 e 2001)

A **mão-de-obra** da região nas pescas sofreu, também ela, uma forte redução neste período de tempo. O número de pescadores matriculados (média das duas épocas) desceu de 9324 em 1991 para 6200 em 2001, a que corresponde uma diminuição de 33,5%. Esta descida foi, no entanto, ligeiramente menos acentuada que aquela que se verificou no total nacional: 38,6%.

Como resultado desta descida mais acentuada no total nacional, o Algarve vê ligeiramente reforçada a sua quota na mão-de-obra do sector: 24,2% em 1991 para 26,3% em 2001.

Gráfico 3 – Nº de pescadores matriculados (total nacional e na região do Algarve) – 1991 a 2001

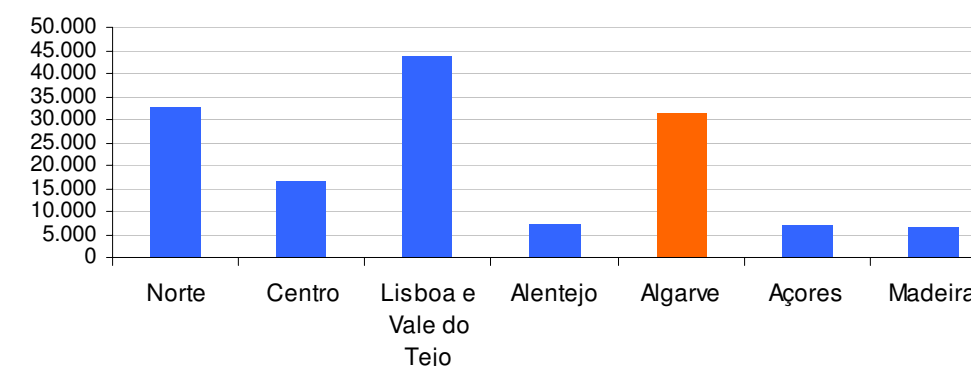


INE, Estatísticas da Pesca (1991, 1996 e 2001)

O **total da pesca** descarregada em 2001 cifrou-se nas 31.383 ton, cerca o que representa 21,5% do total de capturas do país, valor muito próximo do valor da região Norte (22,5%), mas ainda distante do valor da região de Lisboa e Vale do Tejo (30,1%).

O actual volume da pesca descarregada representa somente 68% do volume obtido em 1991, descida essa menos acentuada do que a que se verificou no total nacional (61% do volume de 1991).

Gráfico 4 – Total da pesca descarregada (ton), por regiões (2001)



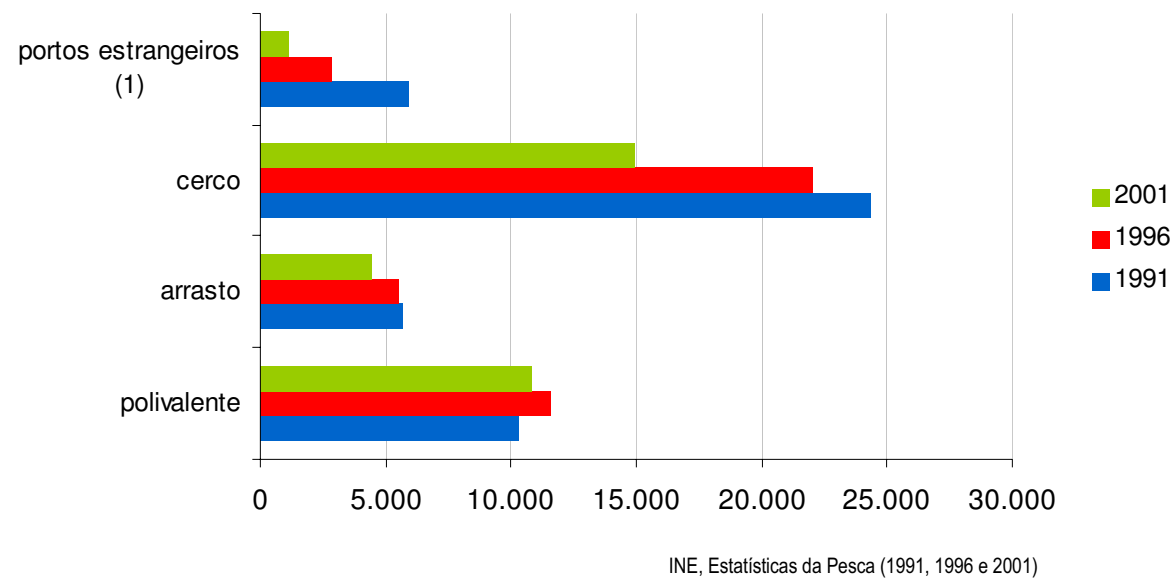
INE, Estatísticas da Pesca (1991, 1996 e 2001)

Se considerarmos a pesca descarregada segundo o **tipo de pesca**, constatamos que houve alterações significativas no intervalo dos últimos 10 anos. Para além da já mencionada diminuição do volume descarregado, houve uma significativa mudança na estrutura da pesca da região. Todos os tipos registaram decréscimos, excepto a pesca polivalente que viu ligeiramente aumentada a sua produção. Este aumento do volume descarregado da pesca polivalente evidencia por um lado, que a pesca costeira e de largo tem vindo a perder peso, e que o esforço de pesca da frota regional se tem baseado na pesca tradicional.

<sup>1</sup> - tAB – volume interno total do casco do navio e das superestruturas expresso nesta unidade equivalente a 2,832 m<sup>3</sup>.



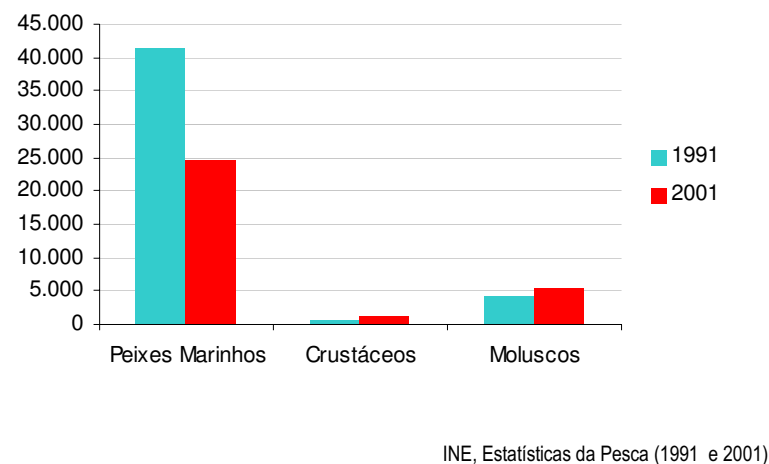
Gráfico 5 – Pesca descarregada segundo o tipo de pesca na região do Algarve (1991, 1996 e 2001)



(1) – Em 1991, a pesca provinha de portos espanhóis, mauritanos e marroquinos; em 2001 apenas provém de Espanha.

A evolução das **espécies** capturadas entre 1991 e 2001, para além de uma redução do volume global, aponta também para uma perda significativa da importância dos peixes marinhos, compensada (embora por valores menos elevados) pelo aumento das capturas de crustáceos e moluscos. Esta alteração vem confirmar a crescente representatividade da pesca polivalente, em detrimento da pesca costeira e de largo.

Gráfico 6 – Pesca descarregada, por espécies, nos portos da região (1991 e 2001)



No que respeita ao valor da pesca descarregada, a situação na região conheceu uma evolução dissemelhante da verificada para o total nacional do sector: enquanto o valor para o total nacional da pesca descarregada diminuiu entre 1991 e 2001 (de cerca de 57 para 51 milhões de contos<sup>2</sup>), o valor regional aumentou ligeiramente de 14,5 para 15,1 milhões de contos. Naturalmente, o valor regional de 2001 é, em termos reais, inferior ao de 1991.

<sup>2</sup> - O valor em 2001, expresso em Euros, foi convertido em escudos para uma melhor comparação com os valores de anos anteriores.

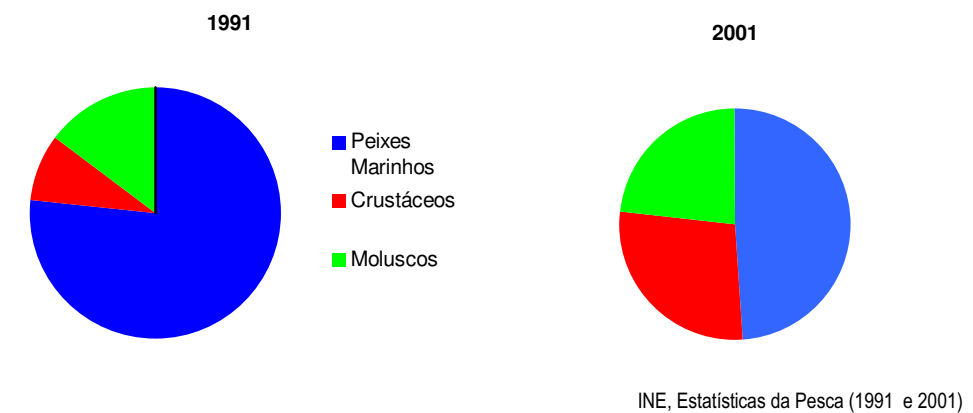
Gráfico 7 – Valor da pesca (milhões de contos) descarregada na região e no total do País (1991 e 2001)

	1991	2001
Algarve	14.470	15.069
Portugal	56.984	51.151

INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

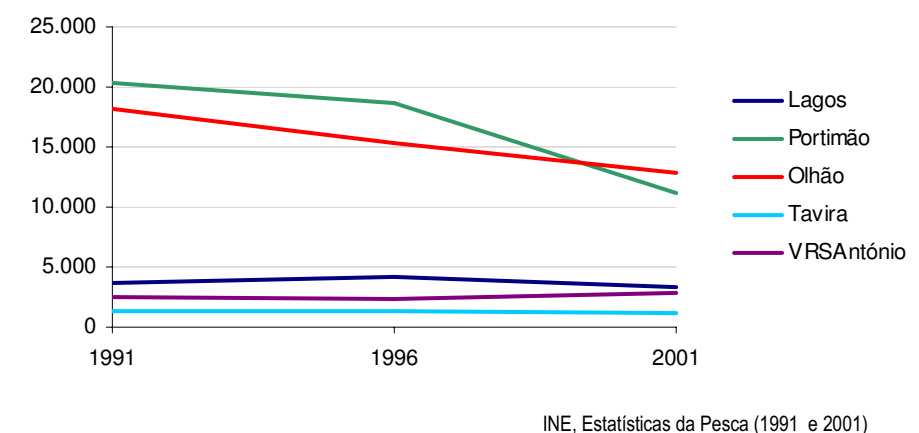
A estrutura do valor da pesca descarregada, por espécies, sofreu uma fortíssima alteração nestes últimos 10 anos. A parte do valor proveniente dos peixes marinhos decresceu consideravelmente e representa em 2001 menos de metade do valor das pescas da região; a parte do valor proveniente dos moluscos e crustáceos aumentou de forma significativa, representando em conjunto, em 2001, mais de metade do valor das pescas da região.

Gráfico 7 – Estrutura do valor da pesca descarregada, por espécies, na região (1991 e 2001)



Os **portos da região** que mais sentiram a diminuição do volume de capturas foram precisamente os mais importantes: Portimão e Olhão (45,4 e 29,1%, respectivamente). Esta alteração colocou o porto de Olhão como o mais importante da região, em 2001, destronando o de Portimão. Os pequenos portos – Lagos, Tavira e Vila Real de Sto. António – por serem portos de menores dimensões, onde prevalece essencialmente a pesca polivalente, a única que registou algum crescimento, viram pouco alterado o volume das capturas

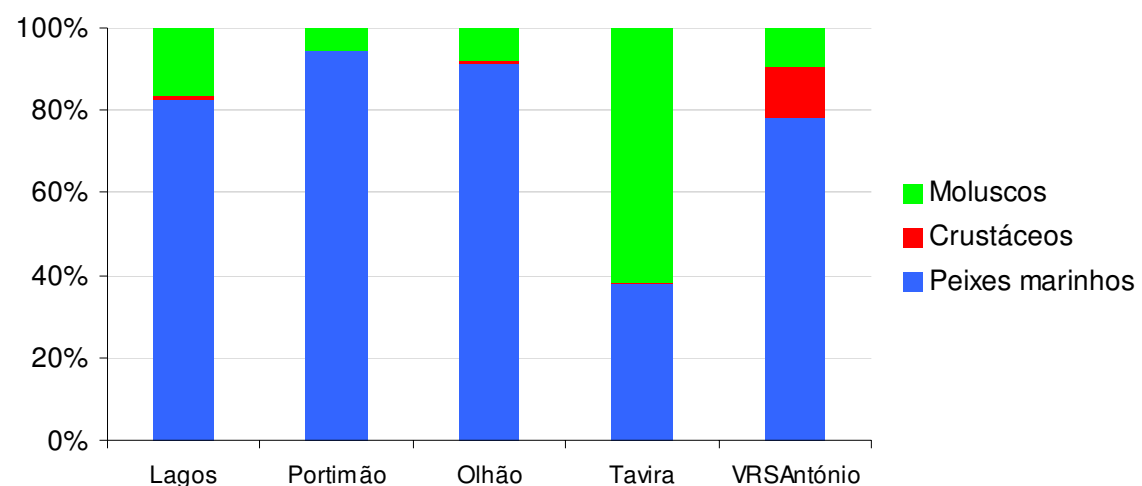
Gráfico 8 – Pesca descarregada, por portos, na região do Algarve (1991 e 2001)



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

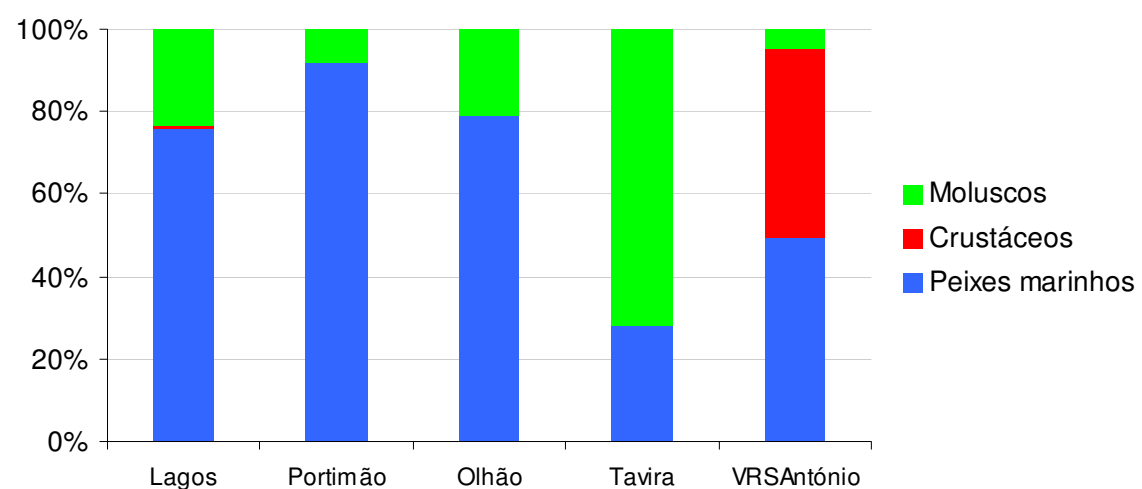
As espécies dominantes continuam a ser os peixes marinhos, muito mais vincadamente nos portos do Barlavento e Olhão, pese embora tenham perdido importância relativa em todos os portos entre 1991 e 2001. Os moluscos, que viram sua quota crescer em todos os portos durante a década de 90, dominam em Tavira, enquanto em Vila Real assumem especial importância os crustáceos, cuja representatividade aumentou substancialmente durante a década de 90. Também através destes indicadores se infere a crescente importância da pesca polivalente, em detrimento da pesca de arrasto e do cerco.

Gráfico 9 – Pesca descarregada, por espécies, na região do Algarve (1991)



INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

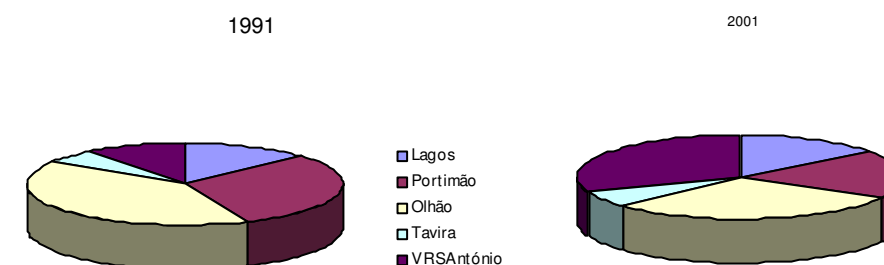
Gráfico 10 – Pesca descarregada, por espécies, na região do Algarve (2001)



INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

Se analisarmos a evolução do valor da pesca descarregada nos portos da região entre os anos de 1991 e 2001, constatamos que os principais portos – Portimão e Olhão – perdem algum do seu peso, embora continuem a ser os dois portos mais importantes da região. Por outro lado, o porto de Vila Real de Sto. António vê, em 2001, reforçada a sua importância no contexto dos portos da região, ultrapassando mesmo os portos de Lagos e Tavira.

Gráfico 11 – Valor da pesca descarregada, por portos, na região do Algarve (1991 e 2001)



INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

A produção de **aquicultura** em águas marinhas será porventura, a única actividade do sector das pescas onde actualmente o Algarve apresenta verdadeira expressão no contexto nacional. A aquicultura em águas marinhas (que representa quase 83% do total da aquicultura nacional) tem, em 2001, 66% da sua produção no Algarve, cujo valor ascende a quase 75% do total nacional. Apenas a região de Lisboa e Vale do Tejo, com 15% do total da produção nacional e 9% do valor, se aproxima, embora muito afastada, das percentagens detidas pelo Algarve.

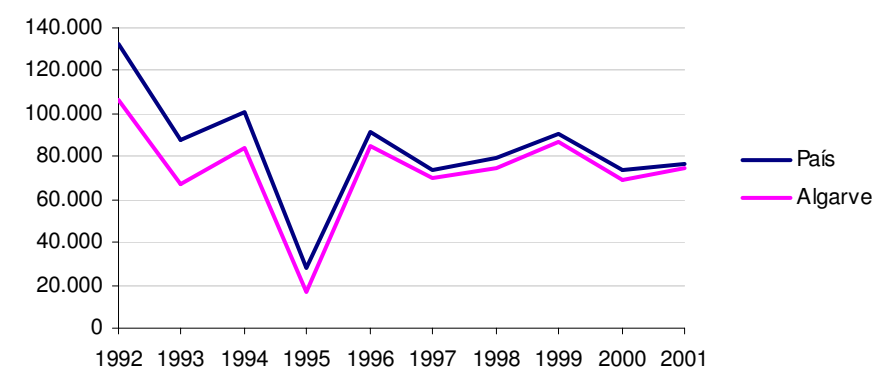
A actividade na região, praticada essencialmente em regime extensivo, viu a sua produção aumentada em cerca de 7% relativamente a 1991; desenvolve-se quase exclusivamente na área do Parque Natural da Ria Formosa, motivo pelo qual se revela de todo o interesse preservar as características naturais da área, sob o risco de se estar a comprometer uma das actividades económicas primárias que ainda tem alguma expressão na região.

Ainda em relação ao valor apontado para a produção no Algarve - 29,6 milhões de Euros (quase 6 milhões de contos) -, saliente-se que, em função da forte informalidade reinante na actividade, o valor real gerado, difícil de ser quantificado, será muito superior ao valor que as estatísticas do sector nos fornece e que nos impede de dar a real dimensão económica e social desta actividade.

A **produção de sal** no Algarve, em 2001, assume uma quota importantíssima no contexto nacional. A região detém:

- 26 das 69 salinas do país (37,7%);
- 911 dos 1.082 hectares de salinas do país (85%);
- 74.896 das 76.703 toneladas de sal produzidas no país (97,6%).

Gráfico 11 – Produção de sal (ton) na região do Algarve e no País (1992/2001)

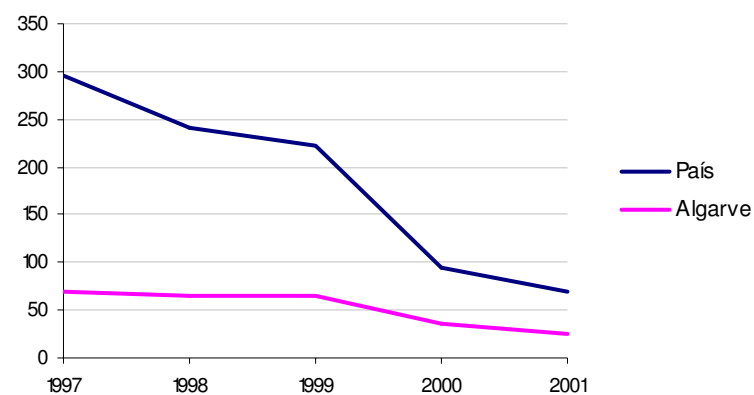


INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

Durante a década de 90 a produção de sal registou, quer no Algarve quer no País, uma forte descida nos primeiros anos da década (de 1992 a 1995), tendo depois estabilizado em torno das 80.000 toneladas/ano. No final deste período, a quota de produção do Algarve situava-se nos 97,6% da produção nacional quando em 1992 era de apenas 80%.

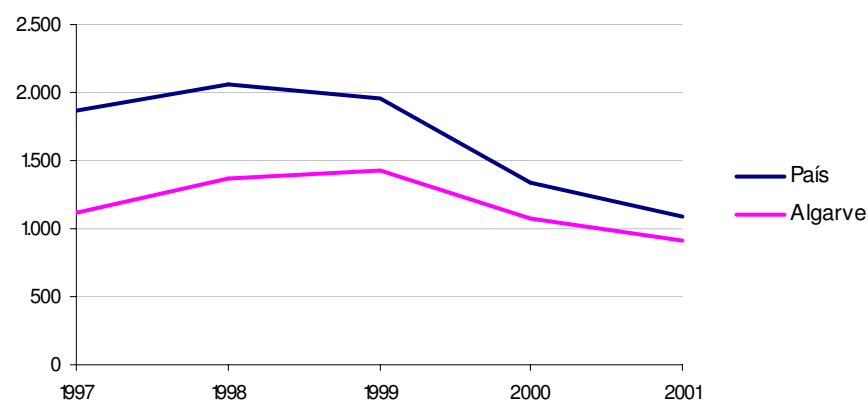
Po outro lado, entre 1997 e 2001, o número de salinas sofreu um fortíssimo decréscimo no total do país, enquanto que no Algarve a diminuição foi muito menos acentuada. No mesmo período de tempo, a superfície ocupada por salinas praticamente estabilizou no Algarve, enquanto que no total do país registou um decréscimo, detendo actualmente a região quase 85% da superfície contra 59,7% em 1997.

Gráfico 12 – Número de salinas na região do Algarve e no País (1997/2001)



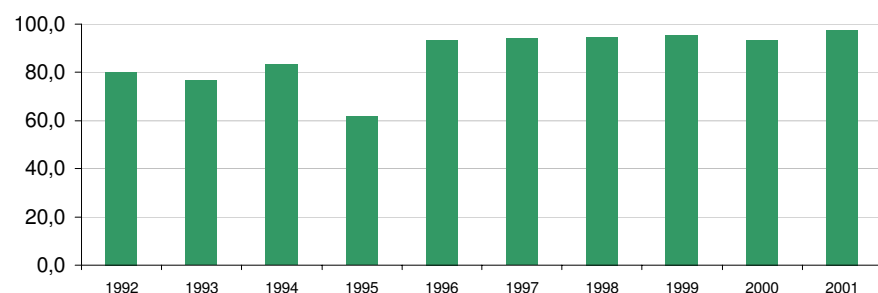
INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

Gráfico 13 – Superfície ocupada por salinas na região do Algarve e no País (1997/2001)



INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

Gráfico 14 – Evolução da quota regional de produção de sal (1997/2001)



INE, Estatísticas da Pesca (1991 e 2001)

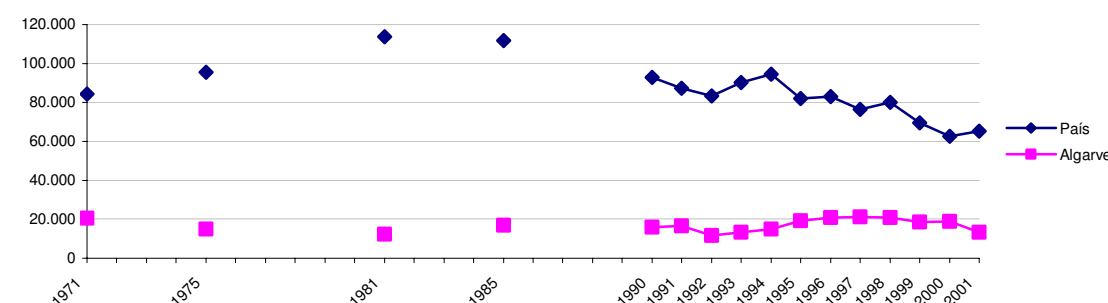
Apesar de um gradual abandono da actividade, a região assume-se praticamente como a última região do país onde ela é visível e tem expressão. Isto é, a produção nacional de sal está praticamente confinada ao Algarve. Como tal, julgamos ser de todo o interesse preservar a actividade na região – praticada essencialmente, tal como a aquicultura, no sotavento algarvio -, sobretudo quando se começa a desenhar uma procura assinalável pelo sal certificado – produzido segundo moldes tradicionais – tirando partido das potencialidades económicas e ambientais que estas formas de produção têm na região.

Resta, por último, tecer um breve comentário à evolução das capturas de duas espécies sobre as quais assentava o sector da indústria conserveira: a sardinha e o atum.

A captura de **sardinha** conheceu na região do Algarve, nos últimos 30 anos, uma relativa estabilização apenas pautada por ligeiros decréscimos no início dos anos 80 e, de novo, no início dos anos 90. Pelo contrário, o total nacional das capturas registou, no mesmo período de tempo, um notório decréscimo, após um pique alcançado no início da década de 80. Ou seja, em 1981 desembarcava no Algarve cerca de 10,7% da sardinha pescada em Portugal, quota essa que subiu para os 30,2% em 2000.

É especialmente em Portimão e em Olhão que a pesca da sardinha assume algum significado (53,4 e 36,4% do total regional, respectivamente), cabendo aos três outros portos – Lagos, Tavira e Vila Real de Sto. António – percentagens muito pouco representativas.

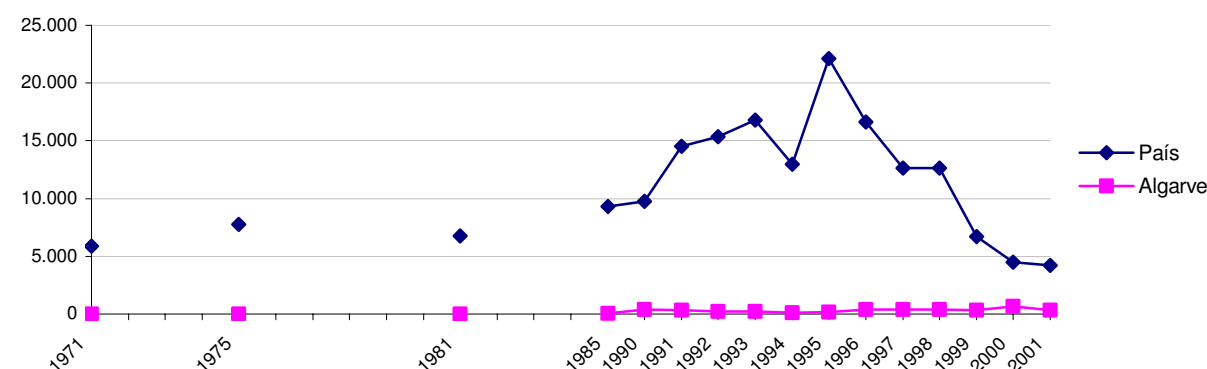
Gráfico 15 – Evolução das capturas de sardinha (ton) pelas frotas regional e nacional (1971/2001)



INE, Anuários e Estatísticas da Pesca (1971 a 2001)

Em relação ao atum, verifica-se que as capturas na região, pelo menos desde 1971, não têm praticamente expressão na escala nacional; em 2001 somente 7,7% do total nacional era pescado no Algarve, detendo os Açores e a Madeira a grande quota das capturas (38,8 e 37,3%, respectivamente).

Gráfico 15 – Evolução das capturas de atum (ton) pelas frotas regional e nacional (1971/2001)



INE, Anuários e Estatísticas da Pesca (1971 a 2001)

Em suma, podemos adiantar que não terá sido propriamente pela diminuição das capturas de sardinha e de atum que a indústria conserveira na região praticamente cessou actividade, mas sim por outras causas relacionadas com especificidades do sector como, por exemplo, a concorrência de outros produtores.

### 5.2.3- Indústria Extractiva

Quando abordamos a temática da “Indústria Extractiva” do ponto de vista da economia, temos que realçar desde logo a necessidade óbvia dos recursos geológicos (matéria-prima para a fabricação de telhas, tijolos, ladrilhos, cimento, estradas, esporões e paredes, calçada, automóveis, medicamentos, etc...).

Contudo, só faz sentido satisfazeremos esta necessidade através de um aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais (categoria onde se inserem os recursos geológicos), pelo que será sempre de delinear, em cada momento, a *estratégia para os recursos geológicos*.

Neste sentido, há que fazer uma retrospectiva da histórica recente relacionada com os regimes jurídicos aplicáveis à sua exploração e dos conhecimentos a ela associados:

#### Até 1982:

- Bastava a simples “Declaração de Início de Actividade”;
- Não existiam mecanismos (e muitas vezes não existiam preocupações...) de planeamento, de ordenamento, de preservação do ambiente, de segurança, de saúde e de higiene no trabalho.

#### Entre 1982 e 1990 (DL 227/82, de 14 de Junho):

- Surge a figura do licenciamento;
- Inicia-se a consciencialização da necessidade de planeamento interno e do cumprimento de normas de higiene e de segurança;
- É quase nula a consciencialização de “ordenamento” e de “preservação do ambiente”.

#### Entre 1990 e 2001 (DL 89/90, de 16 de Março):

- Associadas ao licenciamento, surgem as figuras da “recuperação paisagística”, do “EIA” e da respectiva avaliação, bem como de “zonas de defesa” e de ordenamento/ zonamento do território sem, contudo, delas haver uma noção sedimentada.

#### Após 2001 (DL 270/2001, de 6 de Outubro):

- Há consciência da importância do ordenamento/ zonamento;
- Surgem as figuras de “licenciamento integrado” (Plano de Pedreira: lavra e recuperação) e da relação bilateral das zonas de defesa.

Consequentemente, deparamo-nos actualmente com a seguinte situação factual:

- Herança de várias explorações passadas abusivas, em termos de segurança (interna e para terceiros) e com as respectivas recuperações por efectuar;
- Construção de habitações e abertura de vias rodoviárias junto de pedreiras anteriormente licenciadas, bem como a existência de um elevado número de habitações dispersas;
- Ordenamento com zonamento e regulamentação rígida (v.g. PDM's e PROT's), sem que fosse precedido de levantamentos físicos;

- Regime da REN (Reserva Ecológica Nacional) inflexível e limitativo, sujeitando ao mesmo realidades muito distintas, como, por exemplo, a “orla costeira”, as “áreas de recarga de aquíferos” ou um simples “declive”;
- Não foi dada a devida importância às áreas de “reserva” dos recursos geológicos, para efeitos de exploração, aquando da elaboração dos PDM's e PROT's, porquanto um número significativo de pedreiras anteriormente licenciadas não foram contempladas e, para as que foram, não foram previstas áreas de ampliação;
- A maioria dos conflitos com a indústria extractiva deve-se a erros de ordenamento, ou, anteriormente, à ausência de regras de ordenamento;
- Consciencialização de que um aproveitamento racional dos recursos geológicos passa por uma compatibilização sustentada do aproveitamento de todos os recursos naturais, explorando uns e preservando outros, não esquecendo que a consciencialização ambiental geral tem pouco mais do que uma década;
- Consciencialização da necessidade de conhecer a realidade física do País para um correcto e eficaz ordenamento;
- Por mais justo e eficaz que seja o “regime de licenciamento de pedreiras”, verificar-se-ão os problemas de base enquanto não se proceder a alterações nos regimes/ usos/ zonamentos previstos nos instrumentos de ordenamento em vigor.

Qualquer que seja a estratégia que se adopte para os recursos geológicos, há que ter sempre presente os seguintes pressupostos:

- a) a indústria extractiva localiza-se, obviamente, em áreas onde existem recursos naturais;
- b) a figura da “relocalização industrial” não é aplicável a este tipo de indústria: tratar-se-ia, sempre, de uma recuperação (muitas vezes negativa pelo não aproveitamento do recurso) acompanhada de abertura de nova pedreira (eventualmente em área de pouco interesse do ponto de vista da extracção e em meio natural);
- c) a grande maioria dos afloramentos localizam-se em áreas de REN (v.g. zonas de infiltração máxima e/ ou zonas declivosas).

Face ao exposto, conclui-se que há a necessidade de:

- a) Definir uma política nacional para o sector. Esta definição é, ainda, mais urgente para a região do Algarve, tendo em conta a sua caracterização funcional natural: o Turismo;
- b) A montante e a jusante do Turismo vamos encontrar, sempre, actividades dependentes dos recursos geológicos (v.g. água, construção civil e obras públicas, vidro e cristalaria, etc.), pelo que a opção a tomar deverá levar em conta esta problemática;
- c) Proceder à publicação de cartas de recursos geológicos para efeitos de exploração, procedendo prévia e sucessivamente à compatibilização com o aproveitamento e/ou defesa de outros recursos naturais existentes nas mesmas áreas, o que pressupõe conhecer a realidade física do País (veja-se Quadro com o levantamento base dos locais de análise indicados ao IGM para o efeito);
- d) Urgente a criação de figuras de “usos simultâneos” (v.g. extracção de calcário/protecção de zonas de infiltração máxima, desde que compatibilizada) e de “usos sucessivos” (a recuperação de uma área explorada pela indústria extractiva não tem que ser unicamente relativa à paisagem, mas sim de acordo com o uso futuro dessa mesma área, de modo a proporcionar não só o aproveitamento de todos os recursos naturais, como também em termos de património construído).

Quadro I – Áreas de Exploração de Recursos Geológicos

TIPO DE MASSA MINERAL	CONCELHO	FREGUESIA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
Sienito Nefelínico - ornamental	Monchique	Monchique	Nave	Ampl. entre pedreiras. Tb para uso industrial
Brecha Calcária - ornamental	S. Brás Alportel Tavira	S. Brás Alportel S. Estevão	Mesquita Estiramantens	
Calcário p/ cimento - industrial	Loulé	S. Sebastião	Cerro da Cabeça Alta	ampliação para N e E
Calcário p / C. Públicas	Albufeira	Paderne	Escarpão	tem estudo integrado c/ delimitação de área
	Lagoa	Estombar	Espartal	ampliação para N
	Lagos	Bensafrim	Figueiral	
	Loulé	S. Sebastião S. Sebastião / Boliqeime	Nave Castelão Matos da Picota	ampliação para S e E ampliação para N e W
	Olhão Portimão S. Brás Alportel	Moncarapacho Mexilhoeira Grande S.Brás Alportel	Laboreiro Peral	ampliação para S e W ampliação para S e W
Calcário - calçada	Faro	Sta. Bárbara de Nexe		
	S. Brás Alportel Tavira	S.Brás Alportel Santo Estevão		
Areias	Aljezur	Rogil		
	Faro	Conceição S. Pedro		
	Lagoa	Lagoa		
	Loulé	Almansil Quarteira		
	Silves	Armação de Pêra Silves	Limoa/ Lobito	
Argilas	Albufeira	Paderne		
	Loulé	Alcaria		
	S. Brás Alportel	Tôr		
	Silves Tavira	S. Brás Alportel Algoz S. Catarina Fonte do Bispo	S. Catarina Fonte do Bispo	pequenos depósitos
Xistos	Loulé	Querença Salir	Touriz	local previsto para nova pedreira
Gesso	Loulé	Loulé	Tôr	ampliação para W
Grauvaque	Alcoutim	Alcoutim	Martinlongo	antigas áreas de exploração
	Castro Marim	Odeleite		
Salgema	Albufeira	Albufeira		
	Faro	Campina		
	Loulé Silves	Loulé Tunes		

### 5.2.4- Indústria Transformadora

A presente nota refere-se exclusivamente às actividades industriais tuteladas pela Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia, não considerando a maioria das actividades agro-alimentares (tuteladas pela Direcção Regional de Agricultura do Algarve) nem as relacionadas com o pescado (tuteladas pela Direcção-Geral de Pescas e Aquacultura).

Neste contexto, e durante o período compreendido entre 1991 e 2001, verificou-se:

- Diminuição dos estabelecimentos industriais destinados a actividades consideradas tradicionais do Algarve (v.g. Preparação de Aguardentes de Medronho e Figo; Preparação e Transformação de Cortiça; Fabricação de Ladrilhos “Telheiros”);
- Aumento, embora pouco significativo, de estabelecimentos industriais destinados a actividades relacionadas com a construção civil (v.g. Carpintarias; Fabricação de Portas, Janelas e Outros Elementos em Metal), com as obras públicas (v.g. Fabricação de Emulsões Asfálticas) e com o marketing e publicidade (v.g. Impressão, n.e.);
- Por outro lado, deverá ter-se presente que aquando da elaboração do PROT-Algarve e dos PDM's não foi contemplado um número significativo de estabelecimentos industriais anteriormente licenciados, o que inviabiliza a legalização de alterações a efectuar, nomeadamente as necessárias para a reconversão ambiental e tecnológica.

Associada à actividade industrial surge a problemática das áreas destinadas para actividades industriais, vulgo “zonas industriais”. Neste enquadramento deverão ter-se presentes conceitos como:

- 1) “**Área de Localização Empresarial (ALE)**” – Zona territorialmente delimitada e infra-estruturada, licenciada para a instalação de determinado tipo de actividades (industriais, comerciais e de serviços), administrada por uma sociedade gestora (sociedade comercial de capitais privados ou mistos) (DL 46/2001, de 10 de Fevereiro);
- 2) “**Zona Empresarial (ZE)**” – Aglomeração planeada de actividades industriais, comerciais e/ou de serviços, instalada em área devidamente infra-estruturada, equipada para o efeito e gerida por uma entidade pública ou privada, constituindo-se como uma espécie de condomínio com mecanismos de actuação concertada das empresas e organizações nela instalada;
- 3) “**Parque Industrial**” – Aglomeração planeada de actividades industriais, cujo estabelecimento visa a prossecução de objectivos de desenvolvimento industrial, com uma entidade gestora responsável pela manutenção do parque e funcionamento dos respectivos serviços e instalações, dispendo de regulamento próprio (DL 232/92, de 22 de Outubro);
- 4) “**Zona/ Loteamento Industrial**” – Aglomeração planeada de actividades industriais de iniciativa pública ou particular, dispendo de infra-estruturas físicas indispensáveis ao desenvolvimento de actividades industriais, com uma entidade gestora, pública ou privada (DL 448/91, de 29 de Novembro);
- 5) “**Aglomerado Industrial/ Empresarial**” – Conjunto não planeado de instalações industriais, comerciais e/ou de serviços, normalmente de génese espontânea, não dispendo de entidade gestora nem de infra-estruturas específicas.

Numa análise da situação algarvia, verifica-se que:

- Existe um grande número de zonas industriais que, embora previstas em PDM e no PROTAL, não existem de facto;
- A maioria das zonas industriais existentes não passam de “aglomerados empresariais”.

De entre o elevado número de tarefas a desenvolver neste domínio, realce-se, desde já, a necessidade de:

- Requalificar os aglomerados empresariais existentes por forma a transformá-los em áreas de localização empresarial, ou zonas empresariais ou zonas industriais;
- Planear e instalar as áreas de localização empresarial previstas;
- Ter presente que estas áreas, sendo destinadas para as actividades industriais, não deverão restringir as actividades a instalar consoante a classe de estabelecimento, antes exigindo o cumprimento de todas as normas técnicas aplicáveis, nomeadamente de isolamento térmico, acústico, etc.

5.2.5 – Energia

Energia Eléctrica

O Plano Energético Regional, no seu cenário de desenvolvimento mais optimista (cenário B) previa que os consumos de electricidade em 2000 seriam de 110,5 ktep e em 2005 de 143,9 ktep.

Em resultado da análise efectuada à evolução dos consumos, no período 1990-2000, verificou-se que:

- a taxa média anual de crescimento dos consumos de energia eléctrica, no Algarve (6,2%), foi superior à verificada no Continente (5%);
- o consumo desta forma de energia em 2000 ultrapassou o projectado no Plano, estimando-se que, em 2002, se atinjam os valores projectados para 2005, no cenário mais optimista.

Face aos resultados obtidos no Estudo apresentado, considera-se ser de ter presente a afirmação então apresentada (1992) no Plano Energético Regional sobre a necessidade de construção de um Centro Produtor, na Região, para substituir a Central de Tunes, a qual tem funcionado como central de socorro (apoio) até aos últimos 2 anos. De então para cá tem funcionado com bastante regularidade.

Esta nova infra-estrutura, se funcionado a Gás Natural, para além de garantir a segurança do abastecimento poderia vir a justificar o transporte de Gás Natural de Sines para o Algarve, através de gasoduto, em detrimento da actual política de instalação de Unidades Autónomas de Gás Natural Liquefeito.

Este investimento contribuiria para o cumprimento de um dos objectivos de política energética, expresso no Programa E4 – Eficiência Energética e Energias Endógenas.

A produção de energia eléctrica utilizando as energias renováveis, nomeadamente a eólica, deverá ser alvo de atenção especial no processo de ordenamento territorial do Algarve, tendo em conta as potencialidades existentes na Região.

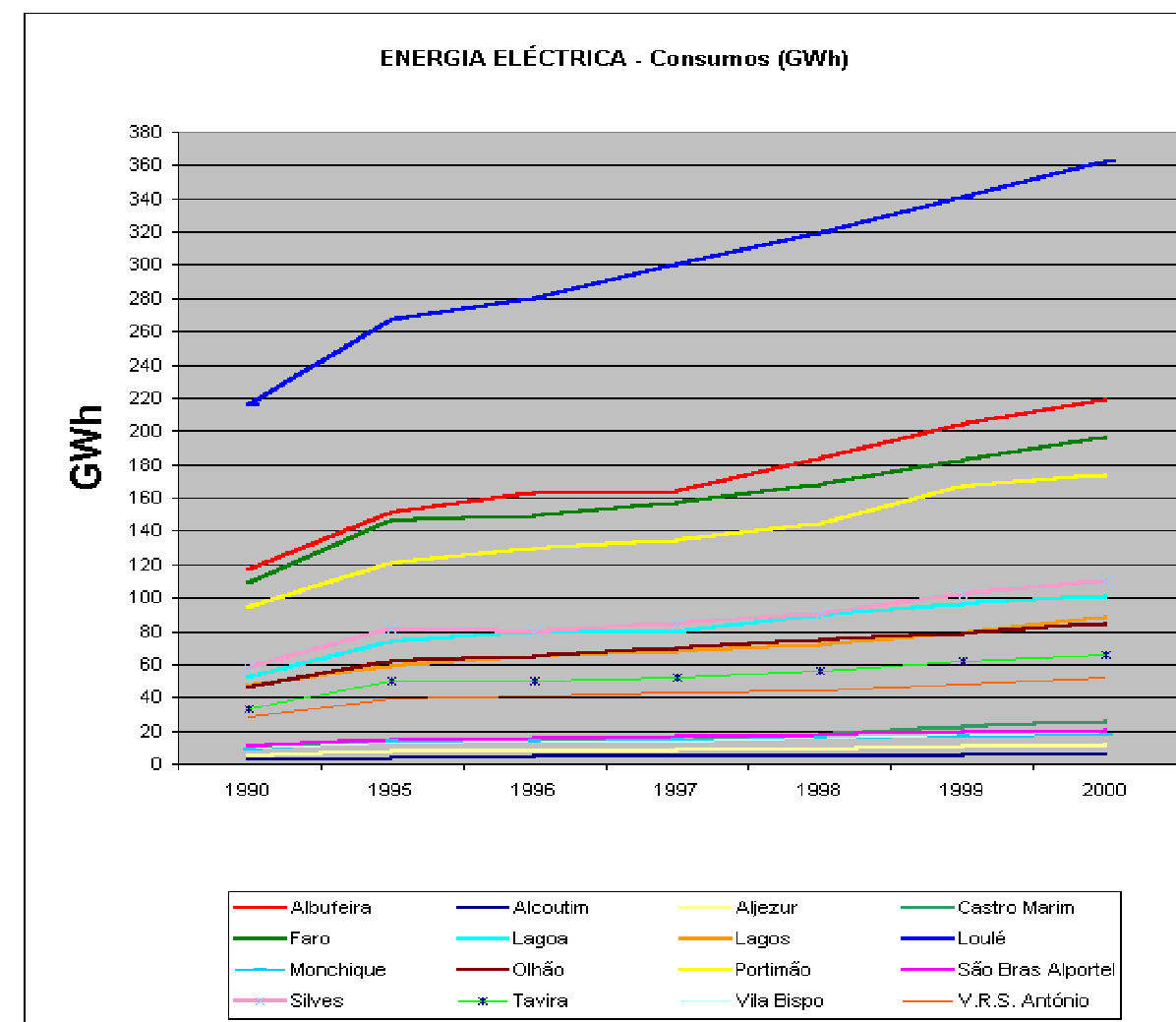
Este aspecto vai, igualmente, de encontro aos objectivos fixados pelo Programa E4 – “Facilitar o acesso e o desenvolvimento da produção de electricidade por vias progressivamente mais limpas e renováveis”:

- Produção(grande) em ciclo combinado;
- Co-geração e microgeração;
- Eólica;
- Solar( fotovoltaica e térmica);
- Biomassa;
- Hídrica.

Outro aspecto a ter em conta é o reforço das infra-estruturas de transporte de energia eléctrica para que se possa garantir a segurança no abastecimento a par da qualidade do serviço.

Quadro I - Evolução do Consumo Energético

	2000 ( real ) ktep	2000 ( cenário B ) ktep	2005 (cenário B ) ktep	2010 ( cenário B ) ktep
Electricidade	133.6	110.5	143.8	188.7
Petróleo	500	597.6	754.2	919.6
Carvão	..	44.3	50.1	56.7
Biomassa	..	39.2	42.8	45.8
Solar	..	0.3	0.3	0.3
<b>Total</b>	..	<b>791.8</b>	<b>991.1</b>	<b>1211.1</b>



### Derivados de Petróleo e Gás Natural

Tendo por base o mesmo cenário do Estudo acima referido, verifica-se que os consumos reais são ligeiramente inferiores relativamente aos das projecções, mas superiores aos valores dos outros cenários. A taxa média de crescimento é idêntica à verificada no País.

Convém ter em devida atenção alguns problemas de abastecimento que urge solucionar:

- Abastecimento de combustíveis ao Aeroporto de Faro;
- Abastecimento de GPL para enchimento de garrafas e sua distribuição.

A solução destes problemas poderia passar pela criação de plataformas de apoio logístico que evitariam a circulação de mercadorias perigosas pelo centro das cidades com a frequência a que hoje se assiste.

Este Centro substituiria os actuais Parques de armazenamento existentes na cidade de Faro que, pela sua localização, levantam problemas de segurança, originando entradas e saídas de veículos pesados de transportes de combustíveis. Acresce salientar que este tipo de infra-estruturas está previsto no Projecto de Plano da Rede Nacional de Plataformas Logísticas.

No que se refere ao abastecimento de Gás Natural ao Algarve, e apesar do respectivo projecto já se ter iniciado (2000), tem sofrido poucos avanços estando neste momento apenas implementada a UAG de Olhão, de um total de 8 previstas para o Algarve.

A solução, anteriormente referida, de construção de um centro de produção de electricidade na Região, poderia significar a resolução deste problema de abastecimento, assim como solucionava os problemas de ordenamento que o projecto na sua forma actual levanta relativamente à disponibilização de terrenos para a implementação das UAG's previstas. Permitiria, paralelamente, a redução do número de veículos pesados de transporte e do número de pequenos depósitos de GPL que são instalados para abastecimento, os quais têm crescido de forma significativa nos últimos 3 anos.

*Nota: no âmbito dos trabalhos de elaboração do plano regional, serão considerados os planos de investimento de algumas empresas para os próximos anos, de entre as quais a EDP, a REN, a Petrogal, a BP e a Medigá.*



### 5.2.6- Comércio

#### Dados sobre a conjuntura

Nas últimas décadas, o comércio impôs-se definitivamente como um sector chave em profunda transformação na economia portuguesa. Gerador de importantes repercussões a nível económico e territorial, é hoje um elemento fundamental na economia de qualquer região e na estruturação do seu tecido urbano. De facto, as mudanças ocorridas nas duas últimas décadas no aparelho comercial do nosso país, e consequentemente no Algarve, conduziram a novos formatos comerciais que têm procurado uma contínua afirmação em detrimento da tradicional estrutura de inúmeros comerciantes de pequena dimensão.

A alteração do modo de vida e rendimento das famílias conduziu a diferentes hábitos de consumo. O consumo generalizou-se pelas várias classes sociais, correspondendo cada vez mais a uma maior percentagem do rendimento das famílias em detrimento das suas poupanças. Esta alteração de comportamentos desempenhou um papel fundamental no aparecimento de novas formas comerciais e na sua respectiva localização e organização espacial. A tendência geral tem sido para a concentração a nível financeiro e espacial, surgindo grandes grupos integrados, lojas de grande dimensão, ou agrupamentos em centros comerciais, onde o lazer e o consumo andam cada vez mais associados. Vive-se uma lógica em que os factores como o tempo e esforço dispendidos na aquisição de um produto concorrem com o factor preço.

O Algarve, não ficando indiferente a este panorama, assistiu nos últimos anos a uma verdadeira transformação do seu sector comercial, até aqui marcado por uma estrutura com grande número de empresas de pequena dimensão, normalmente em nome individual e com fraco grau de associativismo, traduzindo-se num elevado número de estabelecimentos comerciais por habitante. De facto, o aparecimento de grandes superfícies e a implantação de cadeias estrangeiras especializadas, sobretudo sob a forma de *franchising*, contribuíram para diversificar a oferta e suscitaram uma onda de modernização.

Nos dois últimos anos a região sofreu algumas alterações, de que são testemunho dois grandes espaços comerciais que se localizam respectivamente em Faro e na Guia: "Forum Algarve" pertencente ao grupo MDC (Multi Development Corporation) e "Algarve Shopping" pertencente à Sonae. No seu total concentram cerca de 260 unidades comerciais, muitas delas em regime de *franchising* ou pertencentes a grandes grupos económicos, tendo como principais lojas-âncora os respectivos hipermercados Jumbo e Continente. Em termos de gestão territorial, estes são espaços que obedecem a um plano onde se encontram previamente definidas áreas de estacionamento, circulação, lazer e acessibilidades, valorizando sempre factores como a comodidade e tempo utilizados pelo consumidor na aquisição do produto ou serviço.

A existência dentro destes dois centros comerciais de várias Unidades Comerciais de Dimensão Relevante<sup>1</sup> (UCDR's) levou a um aumento considerável do seu número na região, totalizando 85 UCDR's retalhistas em funcionamento no Algarve em Junho de 2002. A instalação deste tipo de unidades encontra-se sujeita a autorização prévia concedida pela Direcção Geral de Comércio e da Concorrência e pela Câmara Municipal da respectiva área. Cabe às Câmaras Municipais a emissão do parecer sobre a sua localização, com base no uso do solo previamente definido em Planos de Pormenor, Urbanização ou Planos Directores Municipais.

Em resposta à crescente apropriação do espaço por este tipo de unidades comerciais, surge a necessidade de revitalização do comércio tradicional, normalmente localizado no centro histórico das cidades ou vilas. De facto, depois de assistirmos a um rápido processo de suburbanização e implantação deste tipo de unidades em periferias, observa-se, cada vez mais, um interesse generalizado dos agentes económicos, poderes públicos e população, pelos centros das cidades enquanto locais aprazíveis para trabalhar, comprar ou viver. Surgem os projectos de Urbanismo Comercial que têm como principal objectivo a revitalização dos centros urbanos através da modernização dos estabelecimentos comerciais e requalificação dos espaços públicos envolventes, transformando-os em áreas competitivas face às periferias.

Este processo desenvolve-se através de parcerias público-privadas, uma vez que só a actuação conjunta de diferentes actores urbanos poderá conduzir à atractibilidade e sucesso destas áreas. Resta no entanto definir e criar unidades de gestão destes centros, de modo a que se assegure a viabilidade e vitalidade dos investimentos aí realizados. É neste âmbito que surge a figura de Gestor de Centro Urbano<sup>2</sup>.

No Algarve, no âmbito do II QCA, foram implementados sete Projectos de Urbanismo Comercial contemplando as cidades de Faro, Loulé, Silves, Tavira, Vila Real de Santo António e Olhão (esta última com dois projectos – centro histórico e mercado). Em relação ao III QCA existem, neste momento, dois projectos qualificados correspondendo a Albufeira e Portimão, existindo a intenção de candidatura por parte de Lagos.

Ainda dentro dos incentivos concedidos pelo Estado à revitalização do comércio e no âmbito do III QCA, surge a Medida de Apoio à Dinamização de Mercados Abastecedores e de Mercados de Interesse Relevante.

No Algarve foram considerados como Mercados de Interesse Relevante os mercados municipais de Faro, Portimão e Loulé. Estas intervenções, que deverão estar concluídas em 2004, têm como principal objectivo a modernização e renovação do tecido empresarial através do redimensionamento do espaço comercial. Pretende-se assim dotar estes mercados de disponibilidade para a implementação de uma logística que passa pela melhoria das condições de higiene, acesso, segurança e pela utilização de novas tecnologias. Deste modo, promove-se o aparecimento de uma oferta com qualidade, de acordo com as exigências actuais dos consumidores.

Em relação ao Mercado Abastecedor de Interesse Público, o MARF (Mercado Abastecedor da Região de Faro), localizado na freguesia de Estoi, com obra já iniciada e conclusão prevista para 2003, apresenta-se como o moderno centro logístico do Algarve. Esta estrutura, com uma área total de 360.000 m<sup>2</sup> onde se prevê a instalação, numa primeira fase, de cerca de 200 operadores, irá congrega uma grande diversidade de agentes económicos do ramo alimentar e não alimentar: grossistas, retalhistas, produtores, distribuidores, transportadores e outros agentes de serviços complementares. Este equipamento pretende vir a constituir um pólo estruturante de interesse público, fundamental para o desenvolvimento regional e ordenamento urbano e comercial da região.

Em termos de perspectivas futuras e atendendo ao facto do Algarve ter sido uma das regiões do país que na última década mais cresceu em termos populacionais, não será estranho que o número de estabelecimentos comerciais continue a aumentar em função da procura.

No final do ano de 2001, a região apresentava cerca de 21 estabelecimentos retalhistas por cada 1000 habitantes, valor ligeiramente superior à média nacional (17,4 estabelecimentos retalhistas por 1000 habitantes). No entanto, a tendência para a instalação de novas formas comerciais verificada nos últimos anos parece manter-se. De uma forma muito sumária poderemos considerar que as perspectivas serão para a consolidação e aparecimento das seguintes situações:

- Supermercados, hipermercados em cadeia e lojas *discount*, assumindo especial relevo no que diz respeito ao comércio alimentar retalhista;
- Aparecimento de grandes superfícies retalhistas especializadas em mobiliário, electrodomésticos, materiais de construção;
- Lojas *franchisadas*, que oferecem a mais valia de um *know how* e marca já testados;
- Centros comerciais apostando em formatos arquitectónicos de *designs* inovadores relacionados com as características geográficas da região. Trata-se de espaços cuidados, apelativos ao lazer e entretenimento, respondendo ao gosto do consumidor pela compra lúdica e pela qualidade do produto;
- Os *Retails Parks* e *Outlet Centers* correspondem a complexos comerciais que se localizam habitualmente em periferias de centros urbanos, onde os preços do solo são mais acessíveis. Integram lojas que vendem diferentes tipos de produtos, com dimensões que podem variar entre os 500 m<sup>2</sup> a 4000 m<sup>2</sup>. O formato *Retail Park* oferece aos

<sup>1</sup> O conceito de *Unidades Comerciais de Dimensão Relevante* encontra-se definido pelo Decreto-Lei nº 218/97, de 20 de Agosto.

<sup>2</sup> "O Gestor de Centro Urbano é a face visível da iniciativa de gestão e deve ser dotado de poderes executivos. Pode ser o director executivo de uma equipa organizacional que compreende um corpo técnico e suporte administrativo ..., ou pode ser apenas o indivíduo que executa a estratégia e as tarefas definidas pelo órgão deliberativo..." in O Urbanismo Comercial e as Parcerias Público - Privado para a Gestão do Centro das Cidades, Ensinamentos da Experiência Estrangeira, Junho de 2000, Balsas, Carlos José Lopes, Observatório do Comércio.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- logistas uma maior eficácia na exposição dos produtos a custos mais baixos do que os centros comerciais, satisfazendo os consumidores em termos de especialização e dimensão da oferta. O formato *Outlet* tem como principal objectivo o escoamento de produtos de grandes marcas com stocks excedentários que são aqui vendidos a preços mais reduzidos;
- Afirmação do pequeno retalhista como alternativa às grandes superfícies comerciais, constituindo verdadeiros serviços de proximidade ao cliente, onde a mais valia é o serviço personalizado e os laços estabelecidos com o habitual cliente. Integração destes comerciantes em projectos de urbanismo comercial.

ANOS	1993		2001		VARIACÃO 1993 - 2001
	ÁREA - 4995 Km <sup>2</sup> POPULAÇÃO - 364.400 hab.		ÁREA - 4995 Km <sup>2</sup> POPULAÇÃO - 395.208 hab.		
	N.º	%	N.º	%	
<b>Total de estabelecimentos comerciais:</b>	<b>7.345</b>	100,0	<b>9.468</b>	100,0	<b>28,9</b>
Grossistas	933	12,7	1.177	12,4	26,2
Retalhistas	6.412	87,3	8.291	87,6	29,3
<b>Estabelecimentos por 1000 habitantes:</b>					
Grossistas	2,6	-	3,0	-	16,3
Retalhistas	17,6	-	21,0	-	19,2
<b>Estabelecimentos segundo o estatuto jurídico:</b>	<b>7.345</b>		<b>9.468</b>		<b>28,9</b>
Grossistas	933	100,0	1.177	100,0	26,2
Nome Individual	353	37,8	415	35,3	17,6
Pessoa Colectiva	580	62,2	762	64,7	31,4
Retalhistas	6.412	100,0	8.291	100,0	29,3
Nome Individual	4.491	70,0	5.435	65,6	21,0
Pessoa Colectiva	1.921	30,0	2.856	34,4	48,7
<b>Estabelecimentos segundo o método de venda:</b>	<b>1.717</b>		<b>4.832</b>		
Grossistas	238	100,0	579	100,0	-
Livre Serviço	5	2,1	23	4,0	-
Tradicional	135	56,7	438	75,6	-
Outros	98	41,2	118	20,4	-
Retalhistas	1.479	100,0	4.253	100,0	-
Livre Serviço	165	11,2	519	12,2	-
Tradicional	1.177	79,6	3.557	83,6	-
Outros	137	9,3	177	4,2	-
<b>Estabelecimentos segundo escalões de pessoas ao serviço:</b>	<b>7.345</b>		<b>9.466</b>		
Grossistas	933	100,0	1.177	100,0	-
Com menos de 5 pessoas ao serviço	696	74,6	872	74,1	-
Com 5 a 99 pessoas ao serviço	235	25,2	302	25,7	-
Com 100 ou mais pessoas ao serviço	2	0,2	3	0,3	-
Retalhistas	6.412	100,0	8.289	100,0	-
Com menos de 5 pessoas ao serviço	5.871	91,6	7.517	90,7	-
Com 5 a 99 pessoas ao serviço	537	8,4	767	9,3	-
Com 100 ou mais pessoas ao serviço	4	0,1	5	0,1	-
<b>Estabelecimentos segundo escalões de áreas de expo./ venda:</b>	<b>1.698</b>		<b>5.050</b>		
Grossistas	219	100,0	618	100,0	-
Com menos de 500 m <sup>2</sup>	159	72,6	476	77,0	-
Com 500 m <sup>2</sup> a 4999 m <sup>2</sup>	54	24,7	134	21,7	-
Com 5000 m <sup>2</sup> ou mais	6	2,7	8	1,3	-
Retalhistas	1.479	100,0	4.432	100,0	-
Com menos de 120 m <sup>2</sup>	1.149	77,7	3.416	77,1	-
Com 120 m <sup>2</sup> a 999 m <sup>2</sup>	293	19,8	942	21,3	-
Com 1000 m <sup>2</sup> ou mais	37	2,5	74	1,7	-

(continua)

ANOS	1993		2001		VARIACÃO 1993 - 2001
	ÁREA - 4995 Km <sup>2</sup> POPULAÇÃO - 364.400 hab.		ÁREA - 4995 Km <sup>2</sup> POPULAÇÃO - 395.208 hab.		
	N.º	%	N.º	%	
(continuação)					
<b>Estabelecimentos segundo tipo de comércio :</b>	<b>7.345</b>	100,0	<b>9.463</b>	100,0	-
<b>Estabelecimentos de comércio alimentar</b>	<b>3.517</b>	47,9	<b>4.136</b>	43,7	-
Grossistas	435	12,4	541	13,1	-
Retalhistas	3082	87,6	3.595	86,9	-
<b>Estabelecimentos de comércio não alimentar</b>	<b>3.828</b>	52,1	<b>5.327</b>	56,3	-
Grossistas	498	13,0	634	11,9	-
Retalhistas	3.330	87,0	4.693	88,1	-
<b>Pessoal ao serviço nos estabelecimentos:</b>	<b>20.685</b>	100,0	<b>26.562</b>	100,0	28,4
Grossistas	5.094	24,6	6.047	22,8	18,7
Retalhistas	15.591	75,4	20.515	77,2	31,6
<b>N.º médio de pessoas ao serviço por estabelecimento:</b>					
Grossistas	5,5	-	5,1	-	-5,9
Retalhistas	2,4	-	2,5	-	1,8
Estabelecimentos por Km <sup>2</sup>	1,47	-	1,90	-	-
Hab. por cada estabelecimento retalhista	56,83	-	47,67	-	-
N.º de Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR's)	1	-	85	-	-
Área total de Venda das Unidades Comerciais de Dimensão Relevante m <sup>2</sup>	975	-	109.170	-	-
Área Média de Venda das Unidades Comerciais de Dimensão Relevante m <sup>2</sup>	975,0	-	1.284,4	-	-

Fontes: www.dgcc.pt - consulta realizada em Abril de 2001 à BD do cadastro comercial da DGCC referente a dados acumulados até Dez 2001; UC'DR'S - UC'DR's - informação disponibilizada pela DGCC Junho de 2002;

Notas : Na coluna de 2001 os dados referentes ao **Pessoal ao Serviços nos Estabelecimentos e às UC'DR's** reportam-se respectivamente, ao ano de 2000 e Junho de 2002.

Não se calcularam variações para as variáveis cujo universo não correspondia ao total de estabelecimentos existentes nesse ano.

5.2.7- Turismo

Introdução

Com o presente documento procede-se a uma análise dos principais aspectos relativos ao universo dos estabelecimentos hoteleiros no período compreendido entre 1991 e 2001. Trata-se de uma análise exclusivamente de base estatística, considerando duas únicas fontes (Instituto Nacional de Estatística e Direcção - Geral de Turismo).

Nesta fase não são ainda consideradas algumas componentes fundamentais para a compreensão do fenómeno turístico na Região, como sejam as associadas ao turismo de segunda residência, às camas informais (paralelas), aos turistas albergados em casas familiares/amigos, às actividades e equipamentos de consumo turístico (parques temáticos, marinas, campos de golfe ...), à restauração e aos estabelecimentos similares fora dos estabelecimentos hoteleiros, etc.

Por outro lado, e tendo presente uma visão essencialmente territorial do equipamento hoteleiro, não são (ou são muito superficialmente) abordadas outras vertentes de grande importância, como sejam as vertentes económica e do emprego.

Para além do referido, realce-se ainda como insuficiências de que a presente análise enferma:

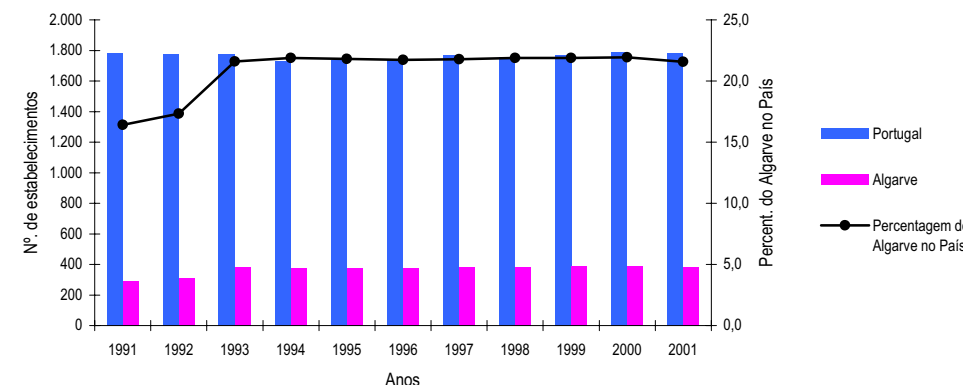
- que a informação, ao nível intra - regional (o concelho), tem como data mais recente o ano de 2000, contrariamente à mesma informação para os níveis regional e nacional, cujas últimas datas se reportam a 2001 (2002 no caso de algumas variáveis);
- e que, numa perspectiva territorial, não foi possível proceder a uma desagregação espacial mais aprofundada da informação tratada, nomeadamente ao nível da freguesia e do lugar, sem dúvida importante quando consideramos alguns concelhos da região que se estendem da faixa litoral Sul à fronteira com o Alentejo, abarcando a imensa área do Barrocal e da Serra.

I. O Alojamento Turístico do Algarve no Contexto Nacional

O alojamento turístico do Algarve, analisado na dupla perspectiva da oferta e da procura, conheceu, no o período compreendido entre 1991 e 2001, uma evolução nalguns aspectos idêntica mas noutros consideravelmente dissemelhante da evolução do alojamento turístico no país durante o mesmo período de tempo.

**Relativamente ao número de estabelecimentos hoteleiros**, a região do Algarve viu aumentar substancialmente o número de unidades no decurso da década: de 293 em 1991 para 384 em 2001, a que corresponde um crescimento percentual de 31.1%. Considerando o total do País, verificamos que o número de estabelecimentos hoteleiros conheceu um pequeníssimo decréscimo – de 1.785 em 1991 para 1.781 em 2001. Como tal, resulta que a proporção de unidades hoteleiras do Algarve relativamente ao total nacional cresceu de 16.4% em 1991 para 21.6% em 2001. Ou seja, um pouco mais de 1/5 dos estabelecimentos hoteleiros do País concentram-se em apenas 5% do território nacional.

Gráfico 1 - Evolução do número de estabelecimentos hoteleiros na região do Algarve e no País e da percentagem dos estabelecimentos hoteleiros no Algarve relativamente ao total nacional (1991-2001)



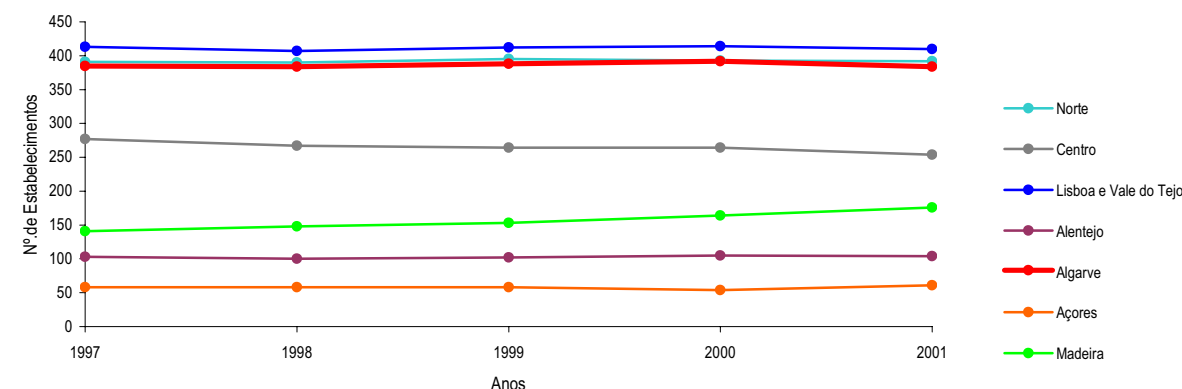
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Comparativamente às restantes regiões do País, o Algarve é a terceira região com mais estabelecimentos hoteleiros, a muito curta distância da região Norte (na segunda posição) e da região de Lisboa e Vale do Tejo (na primeira posição). Contudo, dadas as menores dimensões, quer territorial quer demográfica, da região do Algarve, verifica-se que a “densidade” de estabelecimentos hoteleiros na região do Algarve é muito forte quando comparada com a das restantes regiões portuguesas. Assim, verifica-se que, no Algarve:

- existe, em média, um estabelecimento hoteleiro por cada 13 Km<sup>2</sup> de superfície da região<sup>1</sup>, valor que só é superado na Madeira (onde existe um estabelecimento por cada 4.5 Km<sup>2</sup> de superfície);
- existe, em média, um estabelecimento hoteleiro para cada 1.030 residentes, ratio este superior ao de qualquer outra região.

Ainda em relação ao total de estabelecimentos hoteleiros é de realçar (pese embora o posicionamento relativo das regiões se tenha mantido inalterado neste período de 5 anos) o significativo aumento do número de estabelecimentos na região da Madeira (cerca de 25%).

Gráfico 2 – Evolução do total de estabelecimentos hoteleiros, por regiões (1997 - 2001)

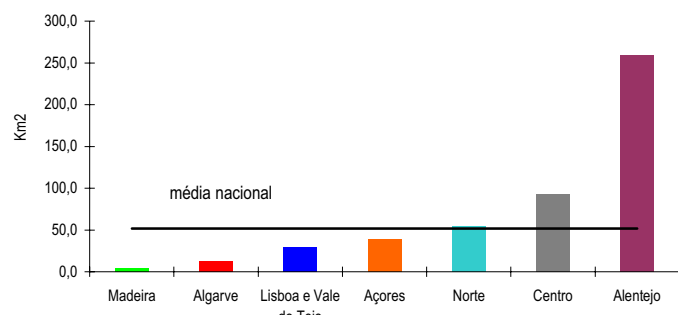


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

<sup>1</sup> - Para estes cálculos utilizaram-se as NUTS II que vigoraram até à alteração introduzida pelo D.L. 166/2002 (de 27 de Agosto). Esta alteração “deslocou” as NUTS III do Oeste (excepto o concelho de Mafra) e do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região Centro e a NUTS III da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e vale do Tejo para a região do Alentejo.

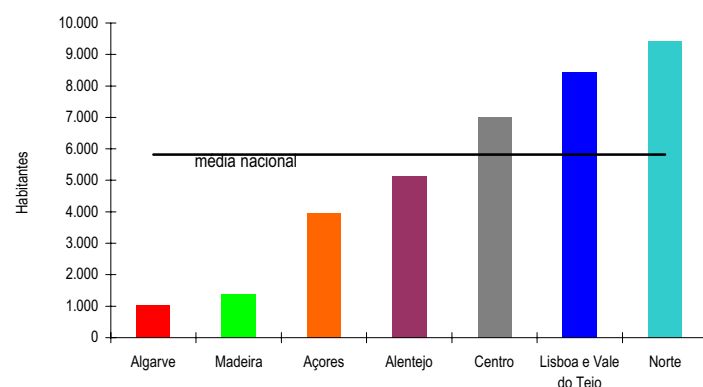
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 3 – Superfície (Km2) da região para cada estabelecimento hoteleiro (2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

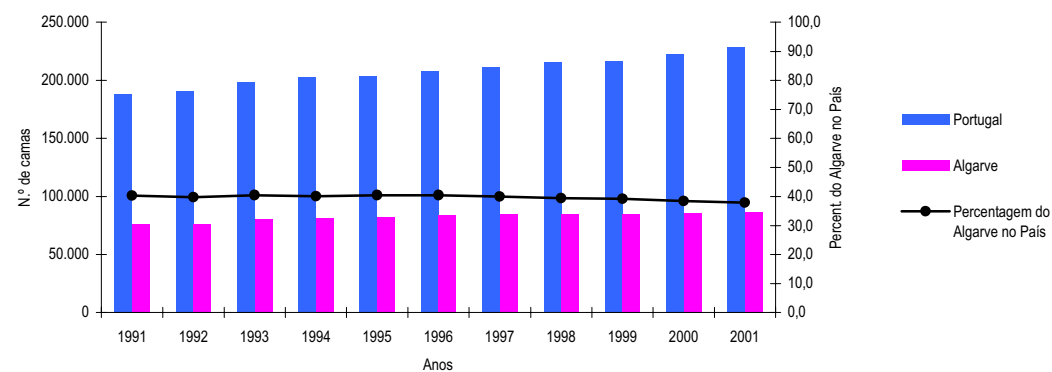
**Gráfico 4 – Número de habitantes da região por cada estabelecimento hoteleiro (2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Contudo, no mesmo período de tempo, a capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros da região do Algarve aumentou somente 14.1% (de 76.007 para 86.751 camas), enquanto a capacidade dos estabelecimentos do total do País, cujo número de unidades (relembre-se) até diminuiu, cresceu cerca de 21% (de 188.501 para 228.665 camas). Desta forma, a proporção da capacidade de alojamento da região do Algarve relativamente ao total nacional desceu dos 40.3% (em 1991) para os 37.9% (em 2001). Ou seja, apesar de o número de estabelecimentos no Algarve ter conhecido uma evolução bastante superior à do País (que até foi negativa), a capacidade de alojamento na região cresceu menos do que a capacidade de alojamento no País, o que indicia uma profunda alteração na estrutura dos estabelecimentos do resto do país – menos unidades hoteleiras mas com maior capacidade de alojamento.

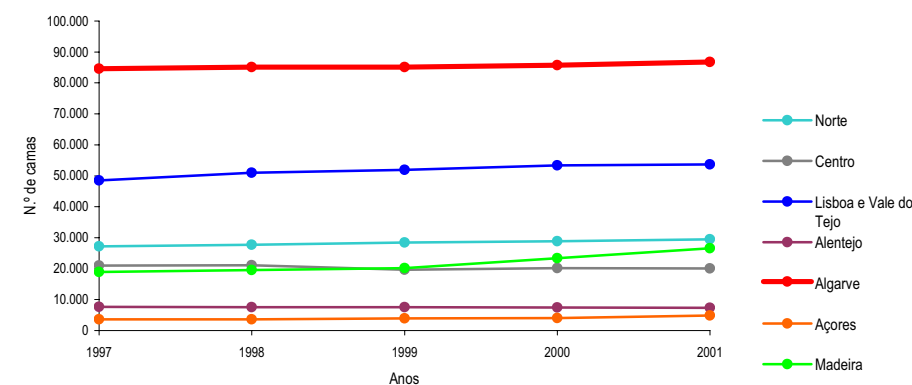
**Gráfico 5 - Evolução da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros da região do Algarve e País e da percentagem da capacidade de alojamento do Algarve relativamente ao total nacional (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Comparativamente às restantes regiões do país, e no que respeita à capacidade de alojamento, o Algarve manteve, nos últimos 5 anos, a sua larga vantagem sobre as demais regiões, surgindo a região de Lisboa e Vale do Tejo em segundo lugar, embora a grande distância (53.628 camas, cerca de 62% da capacidade do Algarve). Refira-se ainda, para destacar a forte heterogeneidade do contexto nacional, que a região do Algarve possui (em 2001) quase a mesma capacidade de alojamento das regiões Norte, Centro, Alentejo, Açores e Madeira em conjunto. É igualmente de assinalar o enorme crescimento da capacidade de alojamento na região da Madeira, que lhe permitiu, em apenas 5 anos, ultrapassar a região Centro e situar-se muito próxima da região Norte.

**Gráfico 6 - Evolução da capacidade de alojamento (número de camas) dos estabelecimentos hoteleiros, por regiões (1997-2001)**

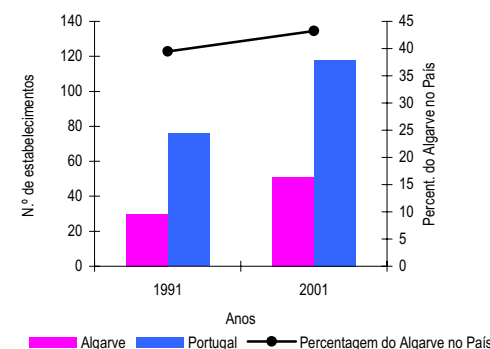


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

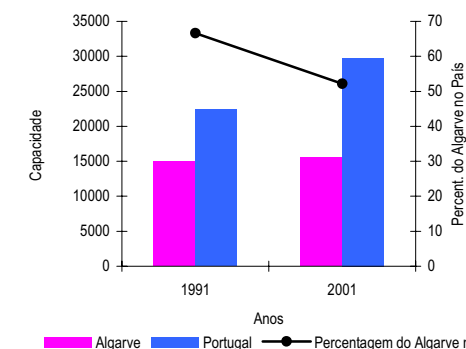
Uma breve análise da evolução do número de estabelecimentos e da capacidade dos mesmos, por categorias, na região do Algarve, mostra-nos que:

- o número de **Hotéis-Apartamentos** aumenta cerca de 63% (de 30 em 1991 para 49 em 2001), sendo a categoria que maior crescimento registou em termos do número de estabelecimentos, embora a capacidade de alojamento tenha conhecido um crescimento negativo (-0.8%), o que se traduz numa diminuição acentuada da dimensão média desta categoria de estabelecimentos. Relativamente à evolução verificada no país, há a registar crescimentos do número de estabelecimentos e da capacidade dos Hotéis-Apartamentos de 57.9% e 32.8%, respectivamente. Como resultado do facto da capacidade de alojamento ter registado um crescimento claramente superior ao da região (que até foi negativo), embora o mesmo não ocorra relativamente ao número de estabelecimentos, verifica-se que a região perde uma parte significativa da sua quota no total nacional da capacidade de alojamento deste tipo de estabelecimento (66.6% em 1991 e 48.7% em 2001).

**Gráfico 7 – Número de Hotéis-Apartamentos na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



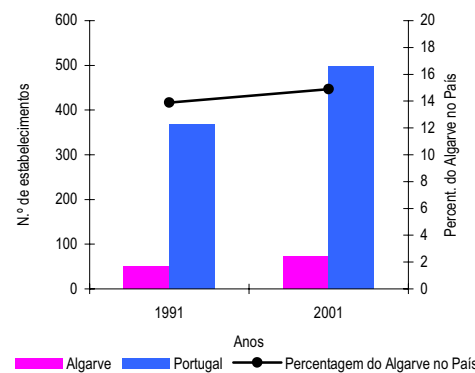
**Gráfico 7.a – Capacidade dos Hotéis-Apartamentos na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



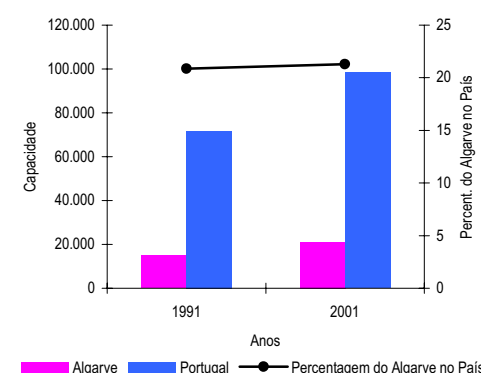
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- o número de **Hotéis** aumenta cerca de 45% (de 51 em 1991 para 74 em 2001), sendo a categoria de estabelecimento que revela um maior aumento da capacidade de alojamento (57%). Ao nível nacional, o número de estabelecimentos e a capacidade dos Hotéis apresentam, respectivamente, crescimentos na ordem dos 35.4% e 36.9%. Como o crescimento da capacidade de alojamento da região foi superior à do País, resultou que a região vê ligeiramente reforçada a sua quota no total nacional da capacidade de alojamento deste tipo de estabelecimento (20.9% em 1991 para 22.6% em 2001).

**Gráfico 8 – N.º de Hotéis na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



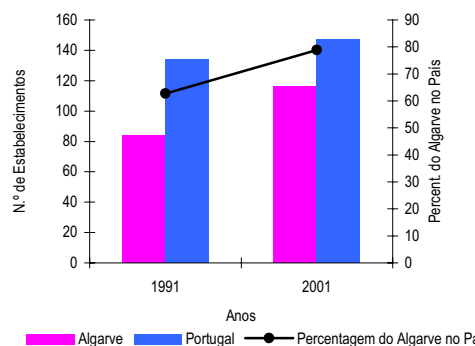
**Gráfico 8.a – Capacidade dos Hotéis na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



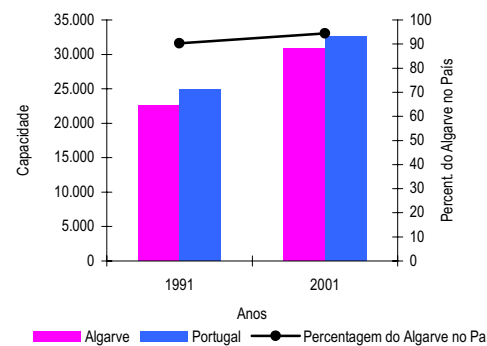
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- o número de **Apartamentos Turísticos** aumenta cerca de 37% (de 84 em 1991 para 115 em 2001), tendo a capacidade de alojamento aumentado quase 33%. Ao nível nacional, o número de estabelecimentos e a capacidade dos Apartamentos apresentam, respectivamente, crescimentos na ordem dos 8.2% e 30.7%. Como o crescimento na região, quer do número de estabelecimentos quer da capacidade de alojamento, foi superior, verificamos que a região vê reforçada a sua quota no total nacional da capacidade de alojamento deste tipo de alojamento (90.3% em 1991 para 95.3% em 2001);

**Gráfico 9 – Número de Apartamentos Turísticos na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



**Gráfico 9.a – Capacidade dos Apartamentos Turísticos na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**

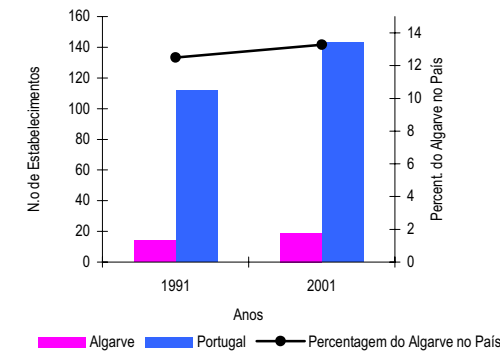


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

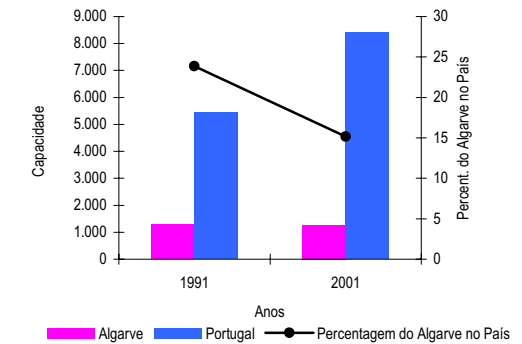
- os **Motéis, Estalagens e Pousadas**, embora registem um crescimento de quase 29% no número de estabelecimentos (de 14 em 1991 para 18 em 2001), revelam uma perda da capacidade de alojamento (cerca de -3.5%). Ao nível nacional, o número de estabelecimentos e a capacidade dos Motéis, Estalagens e Pousadas apresentam, respectivamente, crescimentos na ordem dos 29.5% e 54.4%. Como o crescimento da capacidade de alojamento da

região foi negativo, temos que a região vê diminuída, e de forma significativa, a sua quota no total nacional da capacidade de alojamento deste tipo de estabelecimentos (23.8% em 1991 para 14.6% em 2001);

**Gráfico 10 – Número de Motéis, Estalagens e Pousadas na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



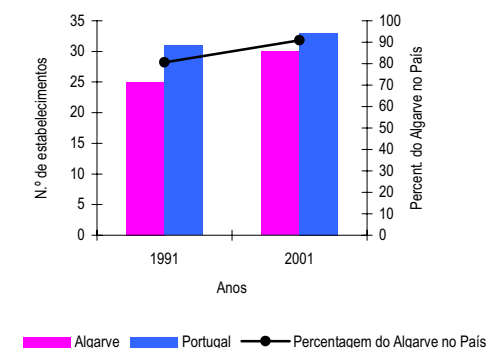
**Gráfico 10.a – Capacidade dos Motéis, Estalagens e Pousadas na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



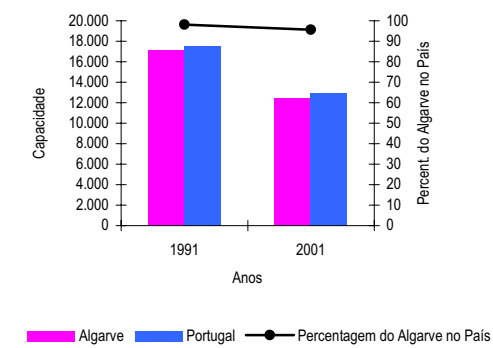
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- o número de **Aldeamentos Turísticos** cresce cerca de 20% (de 25 em 1991 para 30 em 2001), embora a capacidade de alojamento tenha sido reduzida em cerca de 26%. Ao nível nacional, o número de estabelecimentos e a capacidade dos Aldeamentos apresentam, respectivamente, crescimentos na ordem dos 6.5% e -25.8%. Como a perda de capacidade de alojamento da região foi ligeiramente mais acentuada, constata-se que a região perde um pouco da sua enorme quota no total nacional da capacidade de alojamento deste tipo de alojamento (98.1% em 1991 para 97.1% em 2001).

**Gráfico 11 – Número de Aldeamentos Turísticos na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



**Gráfico 11.a – Capacidade dos Aldeamentos Turísticos na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**

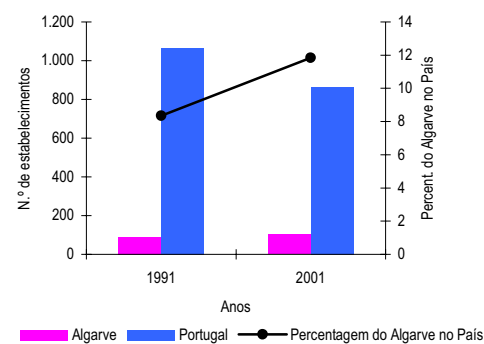


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

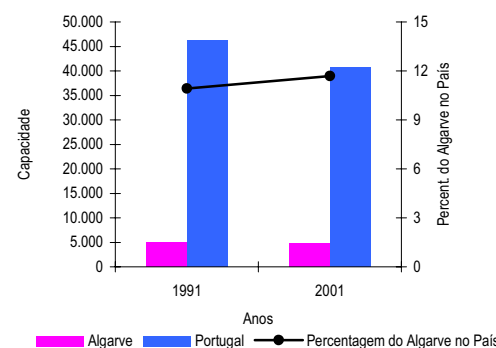
- o número de **Pensões** aumenta somente cerca de 10%, embora a capacidade de alojamento diminua em cerca de 11%. Ao nível nacional, o número de estabelecimentos e a capacidade das Pensões apresentam, respectivamente, crescimentos negativos na ordem dos 21.0% e 12.1%. Como a diminuição da capacidade de alojamento da região foi um pouco menos acentuada, resulta que a região vê reforçada a sua quota no total nacional da capacidade de alojamento deste tipo de estabelecimento (10.9% em 1991 para 11.0% em 2001), embora o mesmo esteja a perder representatividade no contexto da região.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 12 – Número de Pensões na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



**Gráfico 12.a – Capacidade das Pensões na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



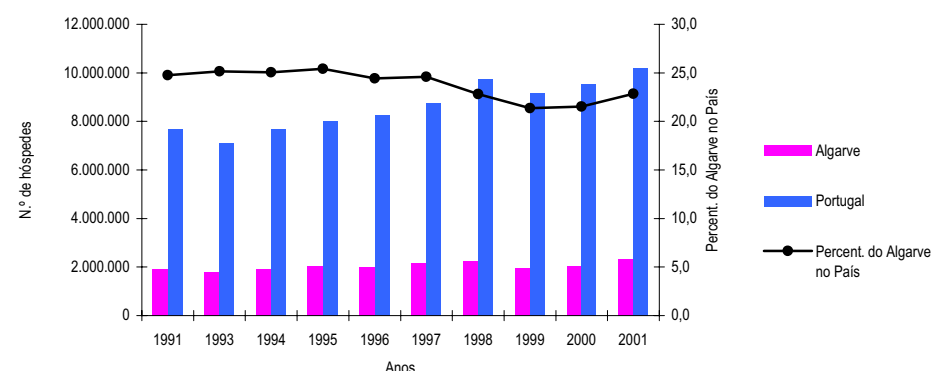
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Como principais conclusões relativas à evolução da posição da região do Algarve no contexto nacional, apenas quanto à capacidade de alojamento das diferentes categorias de estabelecimentos hoteleiros, podemos adiantar que:

- a região reforça a sua proporção nos **Hotéis, Apartamentos Turísticos e Pensões** (embora nesta categoria perca capacidade de alojamento relativamente a 1991, mas em valor inferior à perda registada no total nacional no mesmo período de tempo);
- a região perde peso relativo nos **Hotéis-Apartamentos** (porque o crescimento da capacidade de alojamento da região foi inferior à do país), nos **Motéis, Estalagens e Pousadas** (devido à descida da capacidade de alojamento na região, contrária a um crescimento ocorrido no total do país), e nos **Aldeamentos Turísticos** (porque a diminuição da capacidade de alojamento na região foi superior à diminuição ocorrida no total do país).

O número de hóspedes registado na região do Algarve, no período considerado (1991/2001), conheceu um aumento da ordem dos 7.4% (de 1.906.008 em 1991 para 2.327.845 em 2001), substancialmente inferior aos 23.7% verificado para a totalidade dos hóspedes no território nacional no mesmo período de tempo (de 7.694.569 em 1991 para 10.185.175 em 2001). Como tal, a região regista uma ligeira diminuição da sua quota no total nacional de hóspedes: de 24.8% em 1991 para 22.9% em 2001.

**Gráfico 13 – Número de hóspedes na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

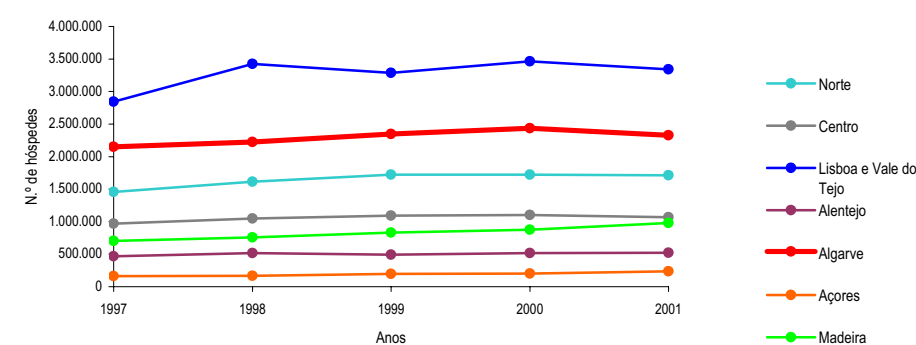
A análise do comportamento deste indicador nas duas metades da década mostra-nos um comportamento bem diferenciado entre a região e o total do País. Assim:

- na primeira metade da década (1991-1996), o número de hóspedes na região, apesar do decréscimo em 1993, cresceu cerca de 6%, valor ligeiramente inferior ao total nacional, que se cifrou nos 7.5%. Ou seja, os ritmos de crescimento da região do Algarve e do país foram muito semelhantes;

- na segunda metade da década (1996-2001), o número de hóspedes na região aumentou cerca de 15%, valor consideravelmente inferior aos 23% do total nacional. Registe-se, porém, que a partir de 1999, houve um notório aumento do número de hóspedes na região, o que lhe valeu uma recuperação na proporção de hóspedes, em queda desde 1995.

Comparativamente às restantes regiões do país, a região do Algarve surge em segundo lugar no que respeita ao número de hóspedes registados, claramente atrás da região de Lisboa e Vale do Tejo, mas também largamente destacada das outras regiões do País. De registar apenas o notório crescimento observado na região da Madeira, que a coloca (em 2001) com um valor já muito próximo do da região Centro.

**Gráfico 14 – Evolução do número de hóspedes, por regiões (1997-2001)**



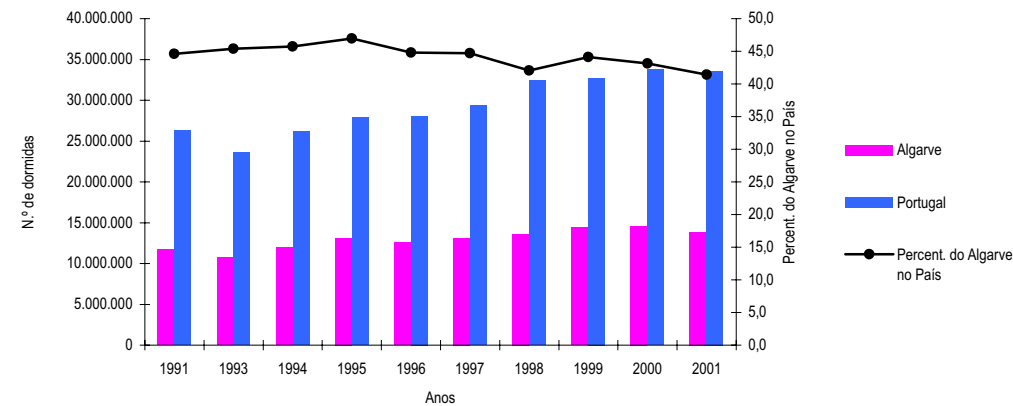
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Numa análise comparativa entre a região do Algarve e o País no que respeita à evolução do número de hóspedes, segundo a categoria dos estabelecimentos, entre 1991 e 2001, temos a destacar:

- um aumento de 35.8% do número de hóspedes nos **Hotéis**, embora inferior aos 50.3% do total nacional;
- um aumento de 21.5% do número de hóspedes nos **Apartamentos**, superior aos 14.7% do total nacional;
- um aumento de 29.6% do número de hóspedes nos **Hotéis-Apartamentos**, claramente inferior ao aumento de 61.7% do total nacional;
- um aumento de 6.4% do número de hóspedes nas **Pensões**, que contraria a descida de 13% registada no total nacional;
- um decréscimo de 7% do número de hóspedes nos **Aldeamentos**, que acompanha a descida de 6% verificada para o total nacional;
- um aumento de 17.2% do número de hóspedes nos **Motéis, Estalagens e Pousadas**, claramente inferior ao aumento de 47.5% do total nacional.

Durante a década de 90, mais propriamente entre 1991 e 2001, o número de dormidas na região do Algarve conheceu um aumento na ordem dos 18.6%, aumento consideravelmente inferior ao verificado para a totalidade das dormidas no território nacional (27.8%).

**Gráfico 15 - Evolução do total de dormidas na região do Algarve e no País e percentagem do Algarve no total nacional (1991 e 2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Se bem que haja um paralelismo entre os valores do crescimento da região e do total do País no que respeita ao crescimento do número de dormidas (embora o valor para a região seja inferior), verificamos que, numa análise mais fina fornecida pelo comportamento do indicador em cada uma das metades da década, os ritmos de crescimento são um pouco dissemelhantes. Assim:

- na primeira metade da década (de 1991 a 1996), o aumento do número de dormidas na região do Algarve é ligeiramente superior ao aumento do número de dormidas no total nacional: 7.3% (um crescimento médio anual de 1.42%) e 6.9% (um crescimento médio anual de 1.13%), respectivamente;
- na segunda metade da década (de 1996 a 2001) passou-se precisamente o inverso. O aumento do número de dormidas no total do país cifrou-se nos 19.6% (um crescimento médio anual de 3.64%), enquanto na região do Algarve o aumento foi de apenas 10.5% (um crescimento médio anual de 2.01%).

Ou seja, a região do Algarve e o total nacional tiveram, no decurso da primeira metade da década, ritmos de crescimento do número de dormidas muito próximos, com uma ligeiríssima vantagem da região sobre o total nacional (7.3% e 6.9%, respectivamente). Já na segunda metade da década, e embora haja a registar crescimentos superiores ao do período anterior, o aumento do número de dormidas foi muito mais notório para o total nacional do que para a região do Algarve (19.6% e 10.5%, respectivamente). Como resultado destes diferentes ritmos de crescimento do número de dormidas na região do Algarve e no total nacional, a representatividade das dormidas na região no quadro do total nacional de dormidas sofre alguma alteração :

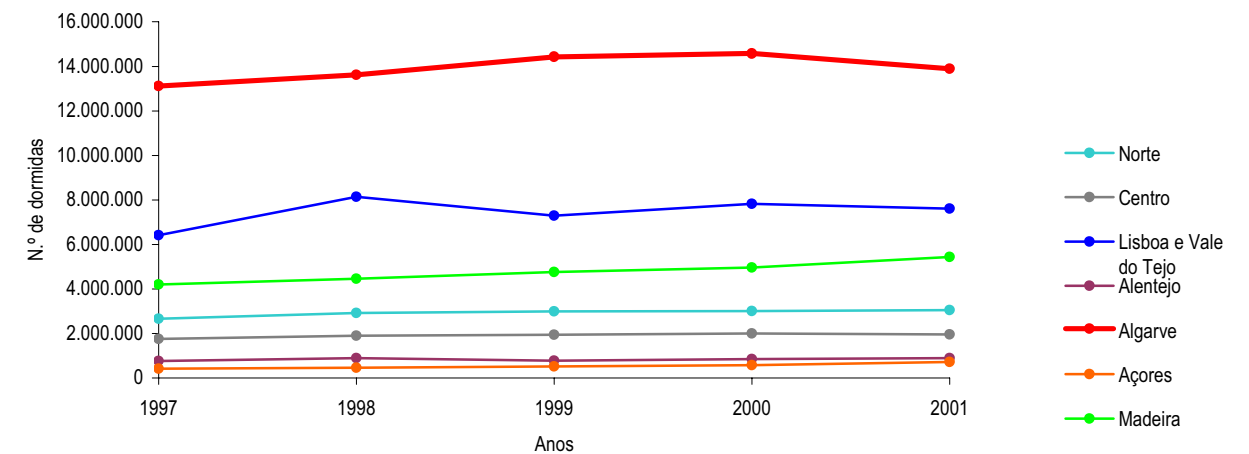
- em 1991 as dormidas no Algarve representavam 44.6% do total nacional de dormidas;
- valor que subiu para os 44.8% em 1996;
- mas, em 2001, a proporção regrediu para os 41.4%.

Saliente-se ainda que, tanto na região do Algarve como para o total do País, após a obtenção do máximo do número de dormidas em 2000, verificou-se uma quebra no ano 2001 que veio pôr termo a uma série de crescimentos sucessivos iniciada em 1996, na região, e em 1993, no total nacional. Contudo, foi o decréscimo das dormidas na região do Algarve que arrastou o total nacional para uma variação negativa, uma vez que as dormidas no resto do País até conheceram um aumento entre 2000 e 2001 (de 19.223.651 para 19.662.399). Desta forma, a diminuição, entre 2000 para 2001, do número de dormidas no Algarve (-4.6%) pesou mais do que o crescimento do número de dormidas no resto do País (2.3%) e provocou um decréscimo de 0.7% no total nacional.

Relativamente às restantes regiões do país, o Algarve destaca-se claramente como a região com maior número de dormidas detendo, por exemplo em 2001 (e apesar de um decréscimo relativamente ao ano anterior), mais do que o somatório das dormidas nas 4 restantes regiões do Continente. Mais uma vez, e à semelhança dos indicadores anteriormente analisados, a região da Madeira volta a destacar-se com um desempenho superior ao da maioria das restantes regiões, apresentando um aumento de quase 30% nos últimos 5 anos. Todavia, no que respeita às dormidas, são os Açores, com 71%, que apresentam o crescimento mais notório nos últimos 5 anos. No caso da região de Lisboa e Vale do Tejo, é notório, mais uma vez, o efeito

da Expo-98: o número de dormidas cresceu 27% de 1997 para 1998, tendo posteriormente diminuído nos anos subsequentes, embora sempre para valores superiores aos de 1997.

**Gráfico 16 - Evolução do número de dormidas, por regiões (1997-2001)**

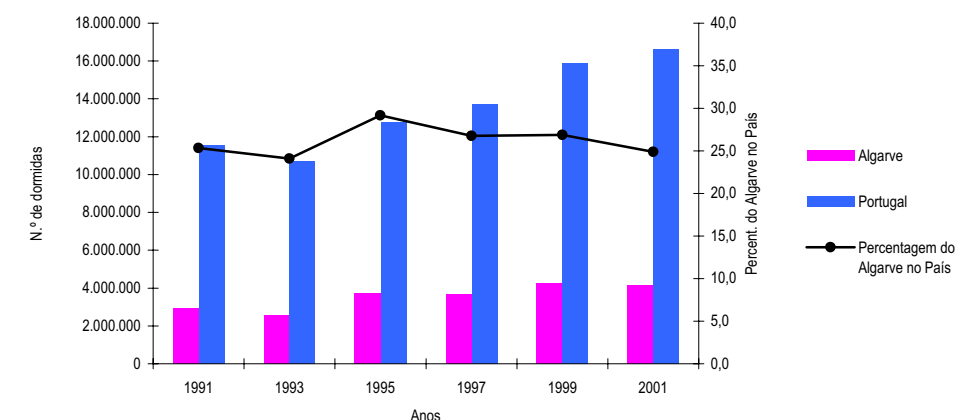


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Também no que respeita à evolução do número de dormidas segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros existem comportamentos diferenciados na região e no País. Numa primeira análise, na região, verificamos que a estrutura das dormidas, de acordo com a categoria do estabelecimento, mantém-se inalterada de 1991 para 2001, havendo contudo categorias de estabelecimentos que perdem importância relativa. Ou seja:

- as dormidas nos **Hotéis** registam o maior crescimento (41.5%) e representam, em 2001, 29.8% do total das dormidas na região (mais do que os 25.0% de 1991). Ao nível nacional, o número de dormidas nos Hotéis aumentou cerca de 44% e representa, em 2001, quase metade (49.6%) das dormidas no País (contra 44% em 1991). A quota da região no total nacional das dormidas nos Hotéis baixou dos 25.3% (em 1991) para os 24.9% (em 2001);

**Gráfico 17 - Evolução do total de dormidas nos Hotéis, na região do Algarve e no País (1991-2001)**

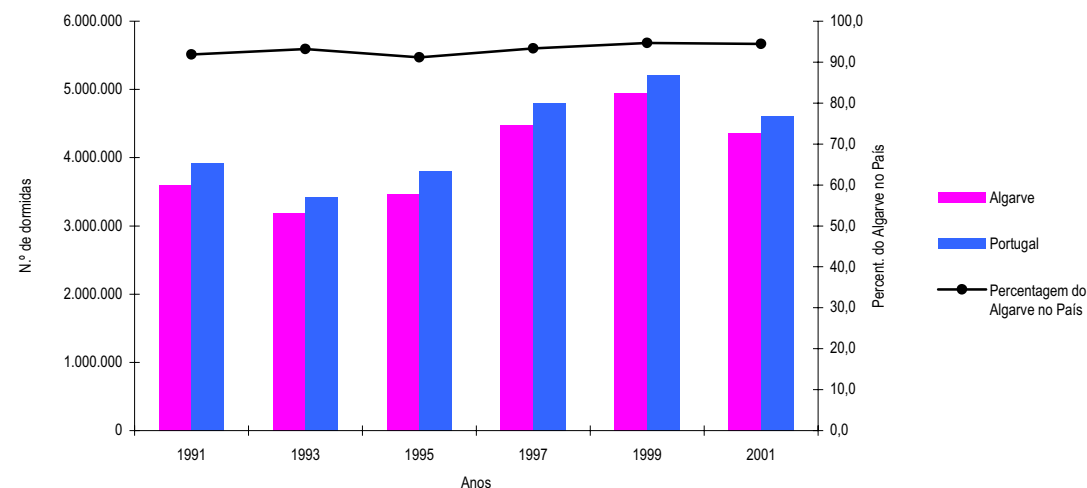


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- as dormidas nos **Apartamentos Turísticos** da região, apesar de algumas oscilações no decurso da década, saldaram-se por um crescimento de 21.1% e representam, em 2001, cerca de 1/3 (31.4%) do total das dormidas na região (ligeiramente mais do que os 30.7% de 1991). Ao nível nacional, o número de dormidas em Apartamentos aumentou cerca de 18% (inferior aos 21.1% da região) e representa, em 2001, 13.7% das dormidas no País (contra 15% em 1991). A proporção da região no total nacional das dormidas em Apartamentos Turísticos subiu dos 91.9% (em 1991) para os 94.5% (em 2001);

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

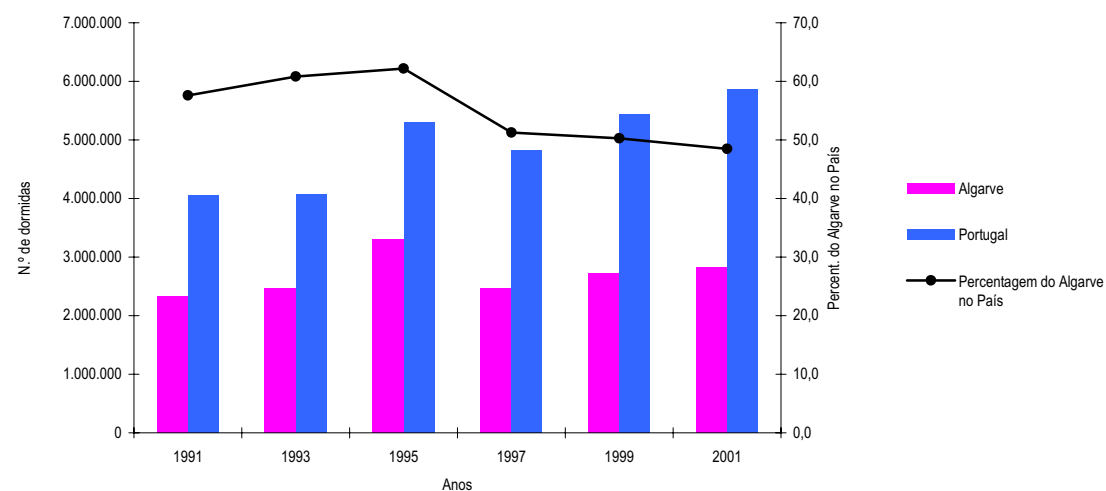
Gráfico 18 - Evolução do total de dormidas nos Apartamentos Turísticos, na região do Algarve e no País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- as dormidas nos **Hotéis-Apartamentos** registaram um crescimento de 21.5% e representam, em 2001, 20.4% do total das dormidas na região (ligeiramente mais do que os 19.9% de 1991). Ao nível nacional, o número de dormidas nos Hotéis-Apartamentos aumentou cerca de 45% (bem superior ao valor da região) e representa, em 2001, 17.4% das dormidas no País (contra 15.4% em 1991). A proporção da região no total nacional das dormidas nos Hotéis-Apartamentos desceu dos 57.6% (em 1991) para os 48.4% (em 2001);

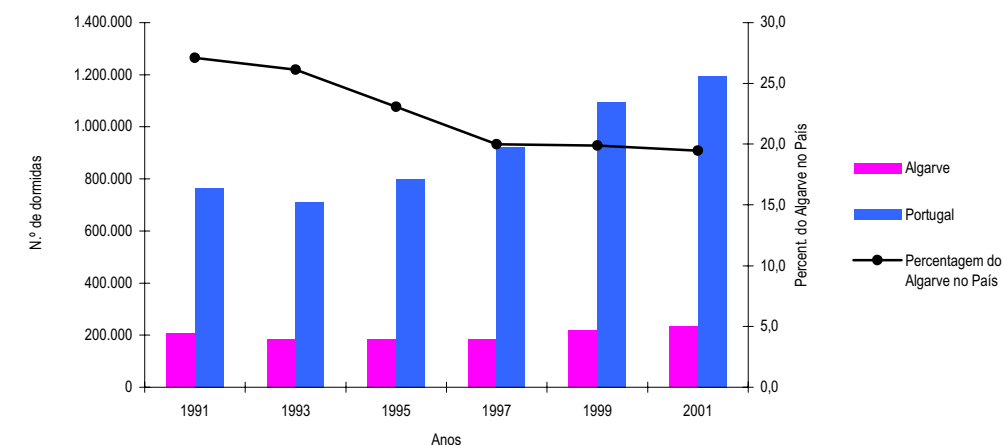
Gráfico 19 - Evolução do total de dormidas nos Hotéis-Apartamentos, na região do Algarve e no País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- as dormidas nos **Motéis, Estalagens e Pousadas** registam um crescimento de 12.1% e representam, em 2001, somente 1.7% do total das dormidas na região (ainda menos do que os 1.8% de 1991). Ao nível nacional, o número de dormidas nos Motéis, Estalagens e Pousadas aumentou cerca de 56% (bem superior ao valor da região) e representa, em 2001, cerca de 3.6% das dormidas no País (contra 2.9% em 1991). A proporção da região no total nacional das dormidas desta categoria de estabelecimentos desceu dos 27.1% (em 1991) para os 19.4% (em 2001);

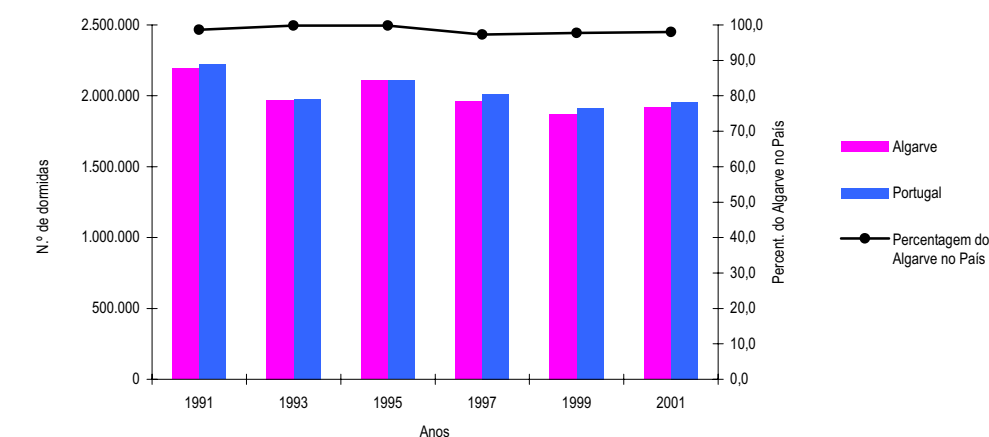
Gráfico 20 - Evolução do total de dormidas nos Motéis, Estalagens e Pousadas, na região do Algarve e no País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- as dormidas nos **Aldeamentos Turísticos** registam um decréscimo de 12.6% e representam, em 2001, 13.8% do total das dormidas na região (menos do que os 18.7% de 1991). Ao nível nacional, o número de dormidas nos Aldeamentos diminuiu cerca de 12% e representa, em 2001, 5.8% das dormidas no País (contra 8.5% em 1991). A proporção da região no total nacional das dormidas desta categoria de estabelecimentos manteve-se na ordem dos 98%, após quase ter registado os 100% (em 1993 e 1995);

Gráfico 21 - Evolução do total de dormidas nos Aldeamentos Turísticos, na região do Algarve e no País (1991-2001)

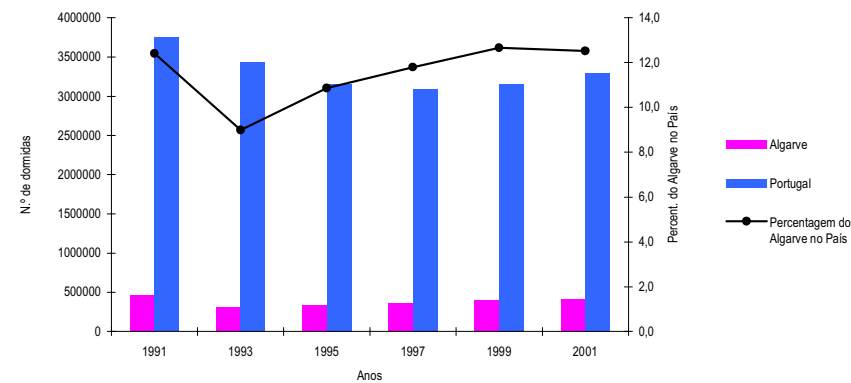


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- as dormidas nas **Pensões** registam um decréscimo de 11.2% e representam, em 2001, 3% do total das dormidas na região (menos do que os 4% de 1991). Ao nível nacional, o número de dormidas nas Pensões diminuiu cerca de 12% e representa, em 2001, 9.8% das dormidas no País (contra 14.3% em 1991). A proporção da região nas dormidas desta categoria de estabelecimentos, apesar de uma descida em 1993, recuperou para o mesmo valor de 1991, na ordem dos 12.5%;



Gráfico 22 - Evolução do total de dormidas nas Pensões, na região do Algarve e no País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Concluindo, tal como na totalidade do País, o Algarve:

- **reforça o peso** das dormidas nos **Hotéis** (vincadamente) e nos **Hotéis-Apartamentos** (muito moderadamente);
- **vê diminuído o peso** das dormidas nas **Pensões** e nos **Aldeamentos Turísticos**.

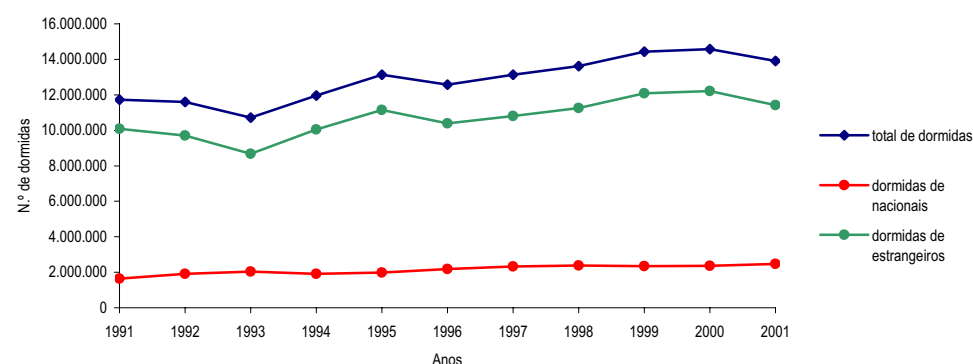
Ao contrário da generalidade do País, o Algarve:

- **reforça o peso** das dormidas nos **Apartamentos**;
- **vê diminuído o peso** das dormidas nos **Motéis, Estalagens e Pousadas**.

A análise da evolução do número de dormidas, segundo a nacionalidade dos hóspedes mostra, em primeiro lugar, o importantíssimo peso das dormidas de estrangeiros na região do Algarve. Porém, embora as dormidas de estrangeiros representem, ainda e claramente, a grande maioria das dormidas na região (82.2% em 2001), as dormidas de nacionais conheceram durante a década de 90 um aumento percentual muito superior à dos estrangeiros: 51.0% e 13.4%, respectivamente. Registe-se igualmente que, enquanto as dormidas de estrangeiros conheceram (breves mas notórias) inflexões, nos anos de 1992, 1993, 1996 e 2001 (que naturalmente se repercutiram no total das dormidas), as dormidas de nacionais não sofreram inflexões tão acentuadas nos anos em que decresceram em relação ao ano anterior - 1994 e 1999 -, e não afectaram o aumento do total de dormidas nesses anos. Ou seja, o mercado nacional, embora claramente menos significativo em termos de dormidas, não sofre tantas (e tão acentuadas) oscilações como o mercado exterior, mostrando-se, pelo contrário, mais sólido e menos inconstante.

No que respeita à evolução observada para o País no mesmo período de tempo, destaca-se o facto de as dormidas de nacionais terem crescido menos do que na região do Algarve (somente 39.2% contra os 51% do Algarve), enquanto as dormidas de estrangeiros registaram um aumento superior ao da região do Algarve (23.5% contra os 13.4% do Algarve). Contudo, tanto na região como para o total do País registe-se, em comum, um maior crescimento das dormidas de nacionais.

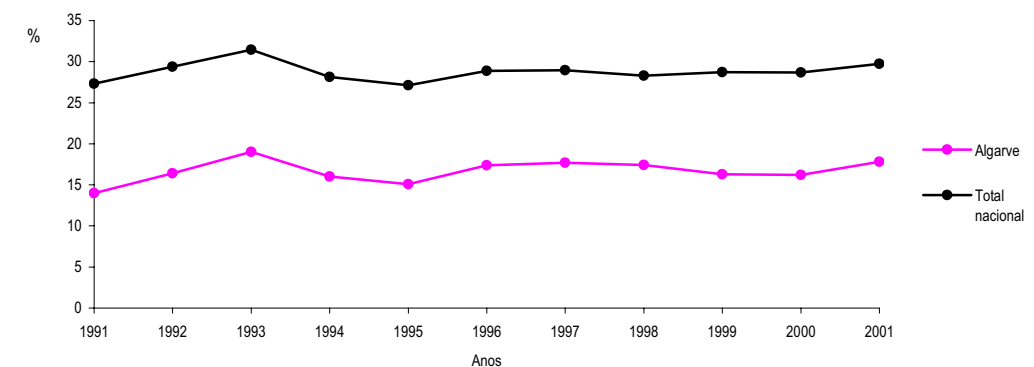
Gráfico 23 - Evolução do número de dormidas de nacionais e estrangeiros na região do Algarve (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Na região do Algarve, como resultado de um crescimento percentualmente superior das dormidas de nacionais, verificamos que a proporção destas sai reforçada no balanço da década: passou de 14.0% do total de dormidas em 1991 para os 17.8% em 2001, enquanto a proporção das dormidas de estrangeiros perde os mesmos 3.8 pontos percentuais (de 86.0% em 1991 para os 82.2% em 2001). Já na totalidade do País, a proporção das dormidas de nacionais cresce somente 2.5% (de 27.3% em 1991 para 29.8% em 2001), precisamente o mesmo valor percentual que a proporção de dormidas de estrangeiros baixa (72.7% em 1991 para 70.2% em 2001).

Gráfico 24 - Evolução da percentagem das dormidas de nacionais na região do Algarve e no País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

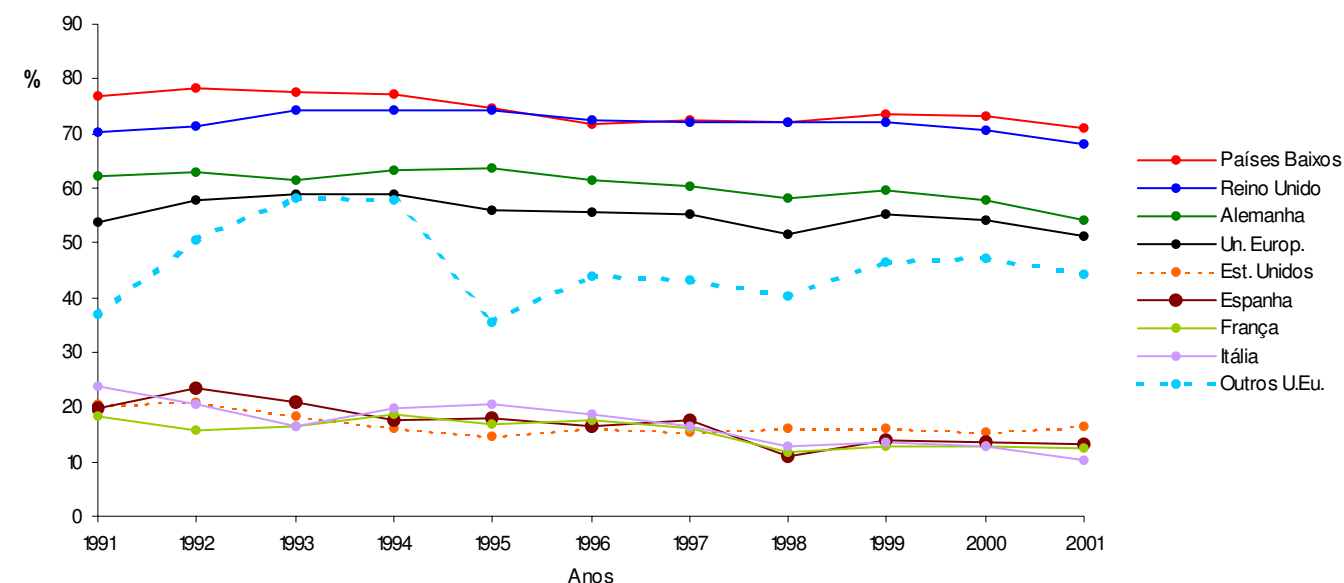
Ainda relativamente à evolução das dormidas de cidadãos estrangeiros, refira-se que se verificou uma certa diversificação das dormidas de estrangeiros pelo território nacional. Isto é, todos os principais mercados estavam, em 1991, mais concentrados no Algarve do que actualmente (em 2001). Assim, e relativamente às principais origens, verificamos que a região, relativamente ao total nacional, capta em 2001, cerca:

- de 71% das dormidas de holandeses, quando em 1991 captava quase 77%;
- de 68% das dormidas de cidadãos do Reino Unido, quando em 1991 captava 70%;
- de 54% das dormidas de alemães, quando em 1991 captava 62%;
- de 16% das dormidas de cidadão norte-americanos, quando em 1991 captava 20%;
- de 13% das dormidas de espanhóis, quando em 1991 captava 20%;
- de 10% das dormidas de italianos, quando em 1991 captava 24%;
- de 12% das dormidas de franceses, quando em 1991 captava 18%.

Considerando o total da União Europeia, verifica-se que houve também uma relativa dispersão – 53.8% das dormidas no Algarve em 1991 e 51.4% em 2001 -, mas, se considerarmos todos os restantes 8 Países da União Europeia (com excepção dos 6 já citados), notamos uma evolução em sentido inverso. Ou seja, apesar de fortes oscilações ao longo de toda a década, em 2001 as dormidas de cidadãos dos restantes 8 Países (Áustria, Suécia, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Luxemburgo, Irlanda e Finlândia) estão mais concentradas no Algarve (44%) do que estavam em 1991 (37%), embora os máximos tenham ocorrido entre 1992 e 1994.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

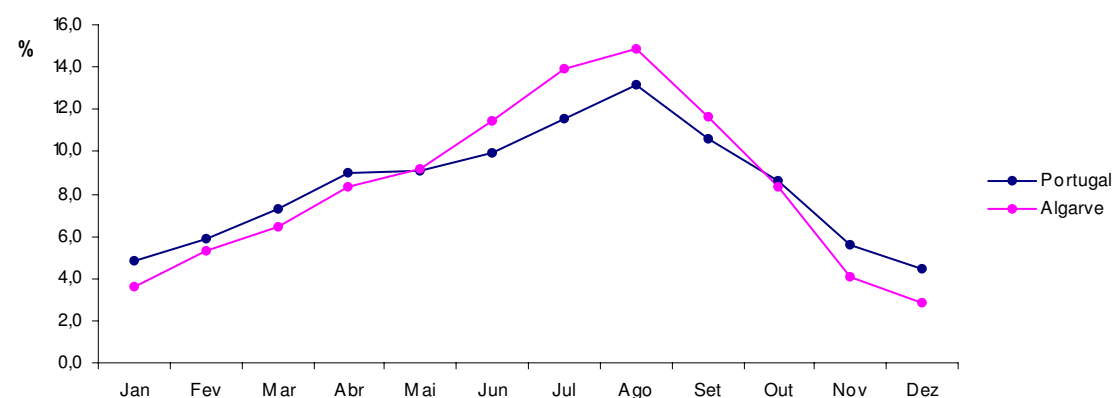
**Gráfico 25 - Evolução da percentagem de dormidas de estrangeiros no Algarve relativamente ao total de dormidas no País (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

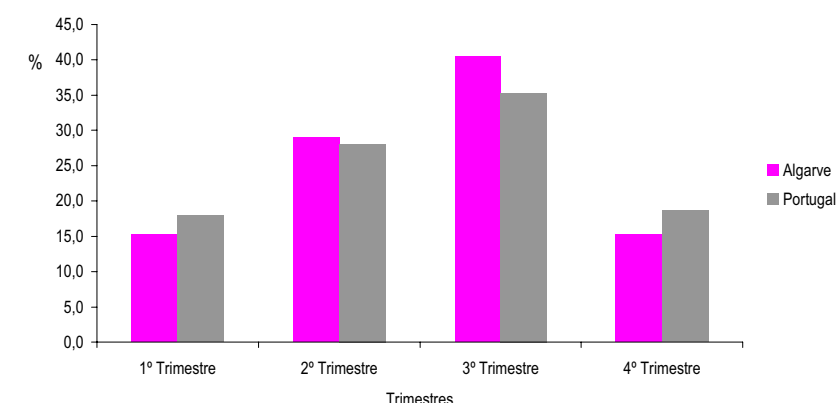
Se observarmos a distribuição das dormidas ao longo do ano, concluímos que a **sazonalidade** é consideravelmente mais notória nos estabelecimentos hoteleiros da região do Algarve do que no total dos estabelecimentos do País. Em função de uma maior concentração das dormidas nos meses de Junho a Setembro, a região do Algarve apresenta, relativamente ao total do País, uma maior incidência da sazonalidade no fim do segundo e no terceiro trimestres (fim da Primavera e Verão, respectivamente). Pelo contrário, nos quarto, primeiro e quase todo o segundo trimestres (Outono, Inverno e grande parte da Primavera, respectivamente), as percentagens das dormidas na região do Algarve são mais baixas do que no total do País.

**Gráfico 26 - Percentagem das dormidas, por meses, nos estabelecimentos hoteleiros da região do Algarve e País (2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 27 - Percentagem das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por trimestres, no Algarve e no País (2001)**

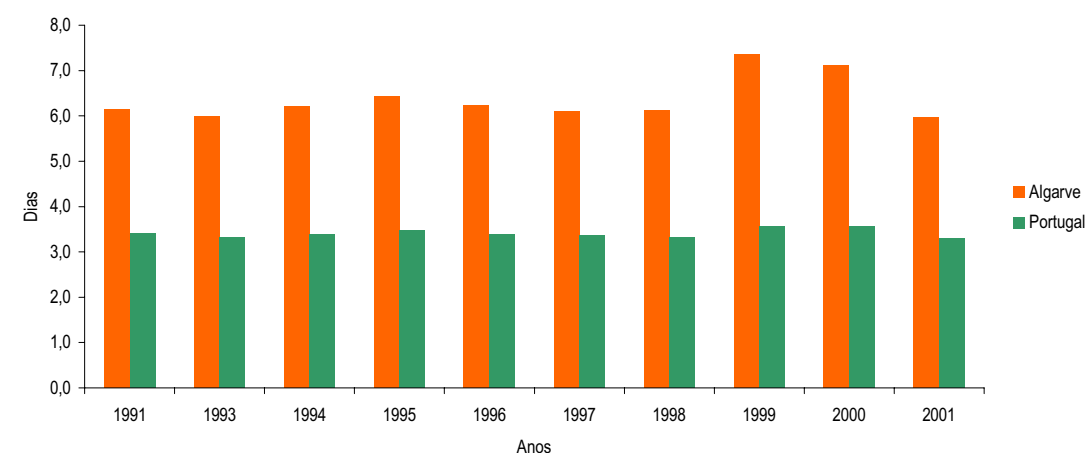


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

A **permanência média, ou estada média** (número de dormidas / número de hóspedes) é, no Algarve, praticamente o dobro da permanência média apurada para o total do País. Como balanço da década, podemos afirmar que as variações entre os anos extremos da série são muito pouco significativas: a permanência média desce, tanto na região como no total do País, somente 0.1 dias (de 6.1 para 6.0 dias no Algarve, de 3.4 para 3.3 dias no País). Porém, este indicador conheceu, tanto na região do Algarve como no total nacional (embora mais no Algarve), algumas oscilações no decurso da década:

- na região do Algarve registou o valor máximo no ano de 1999 (7.4 dias) e o valor mínimo em 1993 e 2001 (6.0 dias), o que corresponde a uma amplitude de 1.4 dias;
- no total do País a oscilação foi bem menor, tendo variado entre os 3.3 e os 3.6 dias, correspondente a uma amplitude de apenas 0.3 dias.

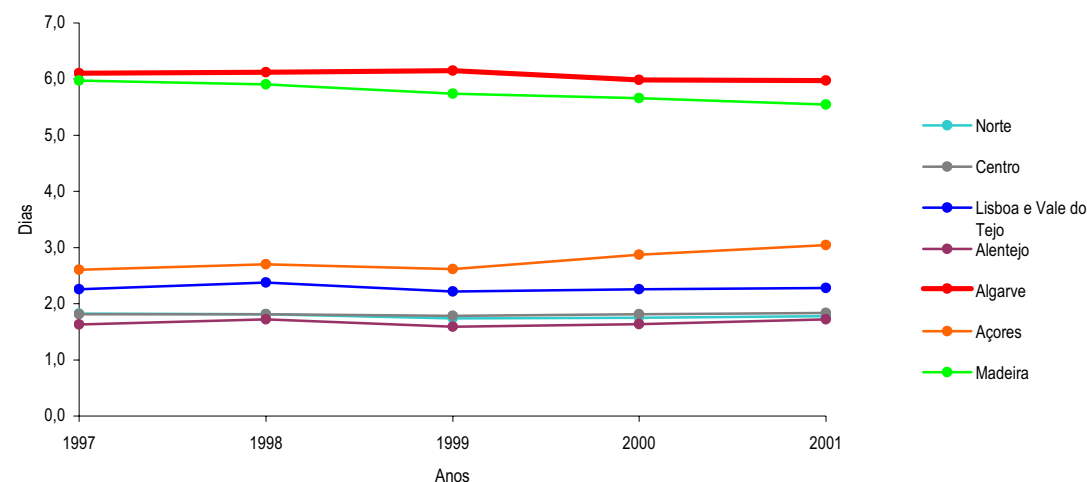
**Gráfico 28 - Permanência média na região do Algarve e no País (1991 e 2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Em relação às restantes regiões do país, verifica-se que é na região do Algarve que se observam os valores mais elevados da permanência média, praticamente duas ou três vezes o valor de qualquer outra região, com excepção da Madeira. Registe-se que a região da Madeira, que apresenta os maiores crescimentos noutros indicadores já abordados – capacidade de alojamento, número de hóspedes e de dormidas, etc. – já deteve um valor da permanência média muito semelhante ao do Algarve (em 1997), mas apresenta um decréscimo bem mais acentuado, precisamente o contrário do que se verificou nos Açores.

Gráfico 29 - Permanência média na região do Algarve e no País (1991 e 2001)

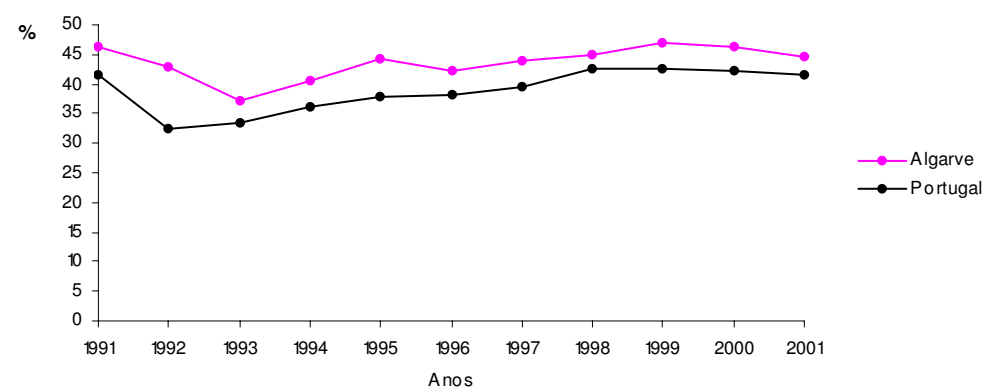


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

A taxa de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros do Algarve é, durante toda a década de 90, sempre superior à do País. Em ambos os casos se registam oscilações relativamente acentuadas durante toda a década, embora os picos e os valores mínimos nem sempre coincidam no tempo. De uma forma geral poder-se-á dizer que, tanto no Algarve como no País:

- na primeira metade da década se regista uma descida seguida de uma recuperação;
- enquanto na segunda metade da década ocorre um crescimento seguido de uma estabilização, embora nos últimos dois anos (no Algarve) se tenha verificado um decréscimo da taxa de ocupação-cama que coloca a região com um valor, em 2001, ligeiramente inferior ao de 1991.

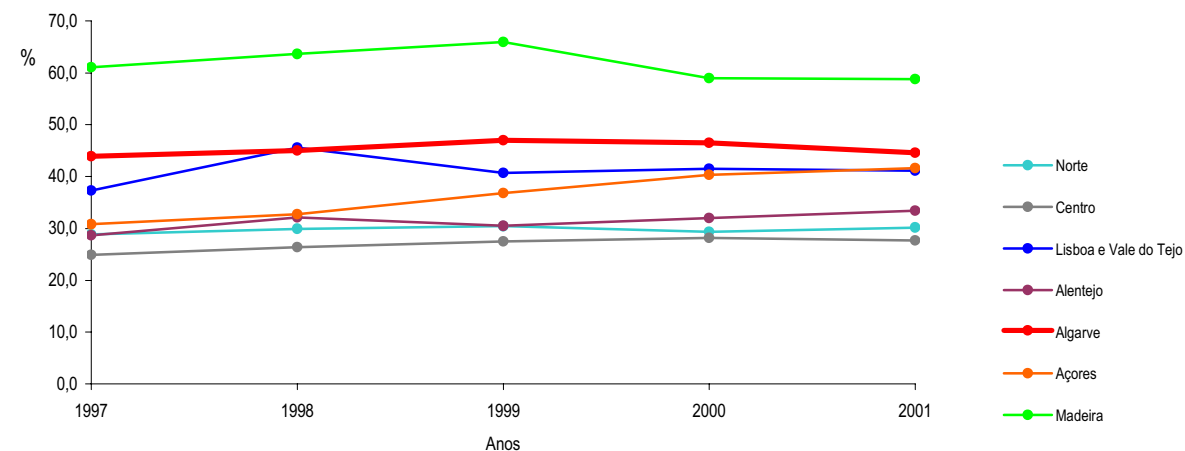
Gráfico 30 - Evolução da taxa de ocupação-cama (%) dos estabelecimentos hoteleiros, no Algarve e no País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Relativamente às demais regiões do País, e apenas aos últimos 5 anos (1997/2001), verifica-se que os valores da taxa de ocupação-cama da região do Algarve apenas são inferiores aos valores apurados para a Madeira (sempre claramente superiores) e ao valor apurado para a região de Lisboa e Vale do Tejo no ano de 1998 (certamente por motivos que se prendem com a realização da Expo-98).

Gráfico 31 - Taxa de ocupação-cama (%) do total dos estabelecimentos hoteleiros, por regiões (1997-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

O comportamento das taxas de ocupação-cama no Algarve, por categoria de estabelecimento, entre 1991 e 2001, realça sobretudo:

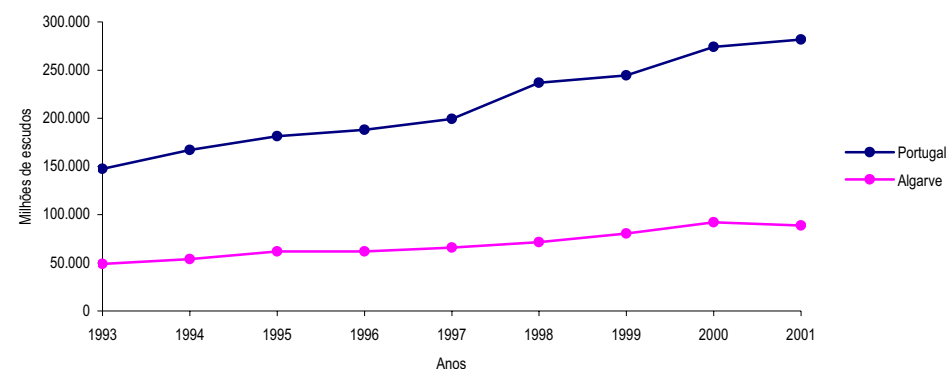
- uma subida de 6.6% na taxa de ocupação dos Hotéis-Apartamentos, quando no total do País se registou um decréscimo de 0.8% na taxa de ocupação destes estabelecimentos;
- uma subida de 2.7% na taxa de ocupação dos Hotéis, consideravelmente superior aos 0.4% apurados no total nacional destes estabelecimentos;
- uma subida de 4.2% na taxa de ocupação dos Motéis, consideravelmente inferior aos 16.2% apurados para o total nacional destes estabelecimentos;
- uma descida de 2.0% na taxa de ocupação dos Aldeamentos, na mesma ordem de grandeza dos -2.7% apurados no total nacional destes estabelecimentos;
- uma descida na taxas de ocupação das Pousadas (26.4%), Estalagens (20.7%), Pensões (9.8%), Apartamentos (17.1%), tal como se verificou no total nacional relativamente a estes estabelecimentos.

Relativamente às receitas geradas nos estabelecimentos hoteleiros, verifica-se que as receitas cresceram consideravelmente mais no País do que na região do Algarve no espaço de tempo compreendido entre 1993 e 2001. Embora se tenham registado crescimentos elevados tanto na região como no País, verifica-se que na região o aumento (81.4%) é inferior ao do total do País (91.1%). Saliente-se também que, contrariando o sentido de crescimento contínuo desde 1993, tanto da região como do total do País, as receitas da região baixam em 2001 (cerca de 3.5% relativamente às de 2000). Com esta diferença de aumentos resulta que o Algarve, após algumas oscilações nos nove anos considerados (tendo obtido o valor mais baixo em 1998, certamente devido ao afluxo de turistas à Expo-98 e consequente desvio da região do Algarve), baixa ligeiramente a sua quota no total de receitas geradas pelos estabelecimentos hoteleiros do País, entre 1993 e 2001, de 33.2% para 31.5%. É de realçar também que o ano que nos está mais próximo - 2001 - foi, exceptuando o ano de 1998 pelo motivo já referido, o ano em que a percentagem da região no total nacional se cifrou no mais baixo valor da série.

Sendo, ainda em 2001, a região do país com maior volume de receitas, o Algarve conhece, relativamente ao ano exactamente anterior (2000), um decréscimo nas receitas que mais nenhuma outra região registou. Bem pelo contrário, todas as outras regiões registam aumentos de receitas de 2000 para 2001, nomeadamente os Açores e a Madeira (23.6% e 13.8%, respectivamente).

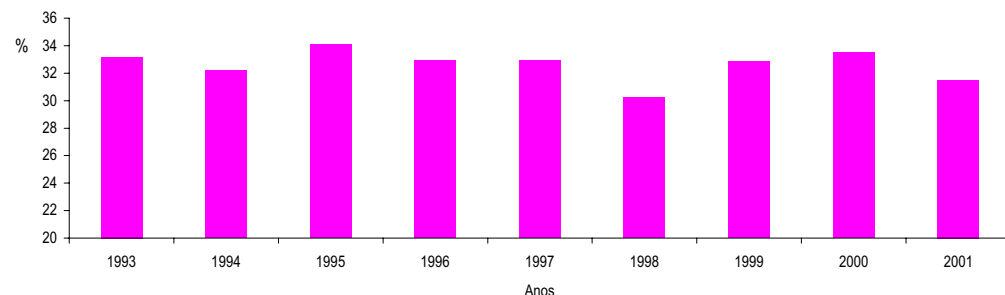
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 32 - Evolução do total de receitas (milhões de escudos) dos estabelecimentos hoteleiros, na região do Algarve e no País (1993-2001)**



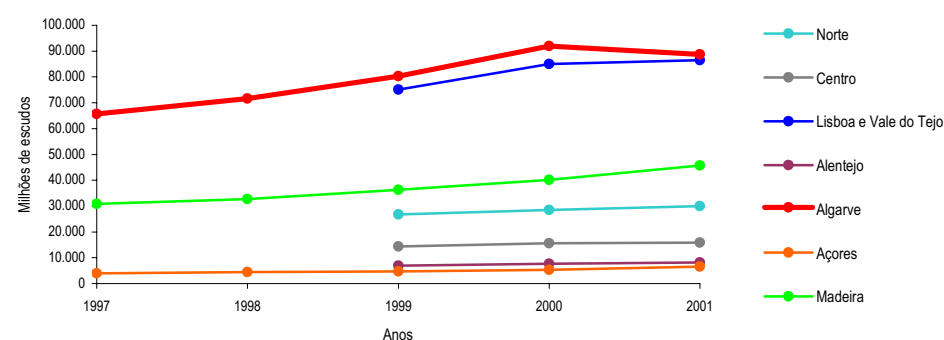
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 33 - Percentagem das receitas geradas nos estabelecimentos hoteleiros da região relativamente ao total de receitas nacional (1993-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 34 - Evolução do total de receitas geradas nos estabelecimentos hoteleiros, por regiões (1997-2001)**



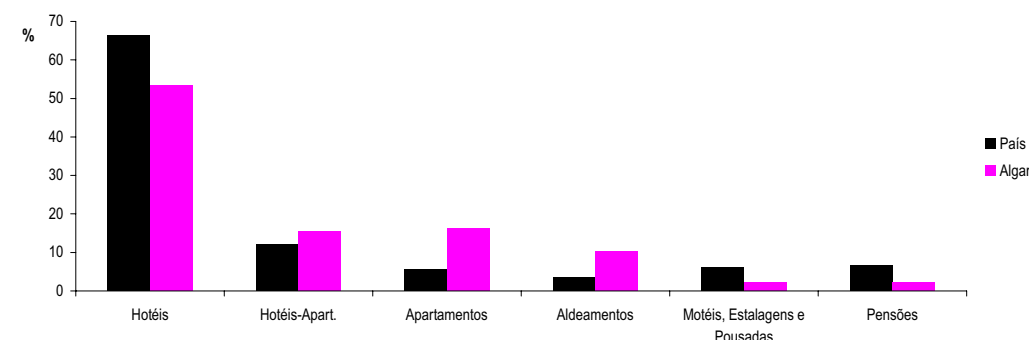
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

As receitas geradas pelas diferentes categorias de estabelecimentos hoteleiros permitem detectar grandes diferenças dentro da região e entre esta e o total do País. Assim, verificamos que em 2001, na região do Algarve:

- os Hotéis são responsáveis pela maioria das receitas (53.3%), sendo esse peso, no entanto, algo inferior ao que representam os Hotéis no total nacional dos estabelecimentos (66.5%);
- os Apartamentos, já a grande distância, são responsáveis por 16.2% das receitas da região, valor claramente superior aos 5.6% que representam no total nacional dos estabelecimentos;
- os Hotéis-Apartamentos são responsáveis por 15.5% das receitas da região, valor também ele superior aos 12% que representam no total nacional dos estabelecimentos;

- os Aldeamentos são responsáveis por 10.3% das receitas, valor claramente superior aos 3.4% que representam no total nacional;
- os Motéis, Estalagens e Pousadas e as Pensões representam muito pouco nas receitas da região (2.3% e 2.2%, respectivamente), claramente menos do que representam estas categorias no total nacional dos estabelecimentos (5.9% e 6.6%, respectivamente).

**Gráfico 35 - Contributo das categorias de estabelecimentos hoteleiros no total de receitas, região do Algarve e País (2001)**

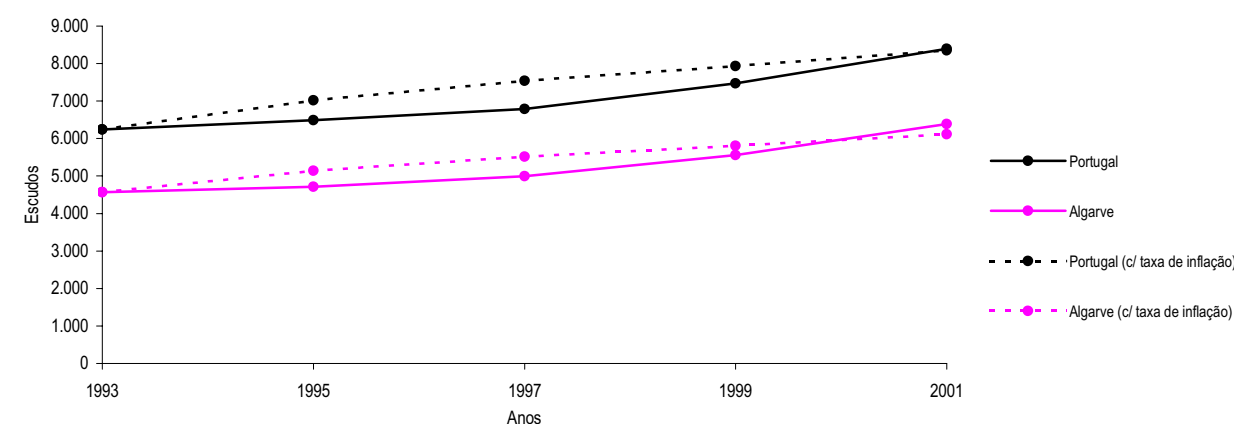


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

A análise da **receita média por dormida** mostra-nos, em primeiro lugar, o valor consideravelmente mais baixo gerado na região comparativamente com a média do País. Contudo, os valores revelam alguma tendência, embora a um ritmo lento, para se aproximarem: a receita média por dormida no Algarve, em 1993, era de 4.569\$ (cerca de 73% da receita média por dormida do País); já em 2001 a receita média cifrava-se nos 6.384\$ (cerca de 76% da receita média por dormida do País). Como tal, conclui-se que o aumento da receita média por dormida tem sido ligeiramente maior na região (39.7% entre 1993 e 2001) do que no País (34.3% no mesmo período de tempo).

Ainda em relação à evolução da receita média por dormida, verificou-se, tanto na região como no País, que a receita média evoluiu quase sempre, entre 1993 e 1999, abaixo da receita que teria sido gerada considerando a taxa de inflação nos anos considerados. Somente entre 1999 e 2001 a subida da receita média gerada está acima da taxa de inflação.

**Gráfico 36 - Evolução da receita/dormida (escudos) nos estabelecimentos hoteleiros, no Algarve e País (1993-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

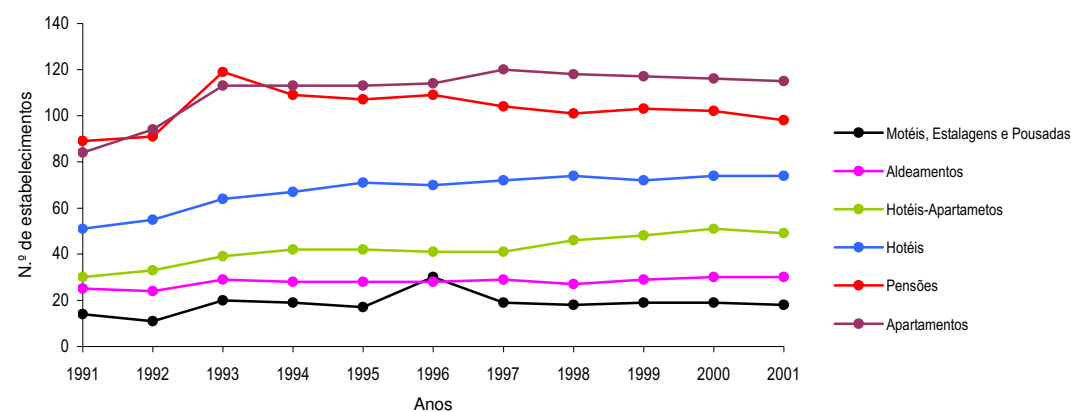
II. O Alojamento Turístico na Região do Algarve

A) OS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS E A CAPACIDADE DE ALOJAMENTO

Tal como foi referido no ponto 1 do presente documento, o número de estabelecimentos hoteleiros na região do Algarve sofreu, entre 1991 e 2001, um considerável aumento: de 293 estabelecimentos em 1991 para 384 em 2001 (o que corresponde a um crescimento de 31.1%). A capacidade dos estabelecimentos hoteleiros, por seu lado, registou igualmente um crescimento – de 76.007 para 86.751 camas –, mas de valor percentual inferior ao do número de estabelecimentos: 14.1%.

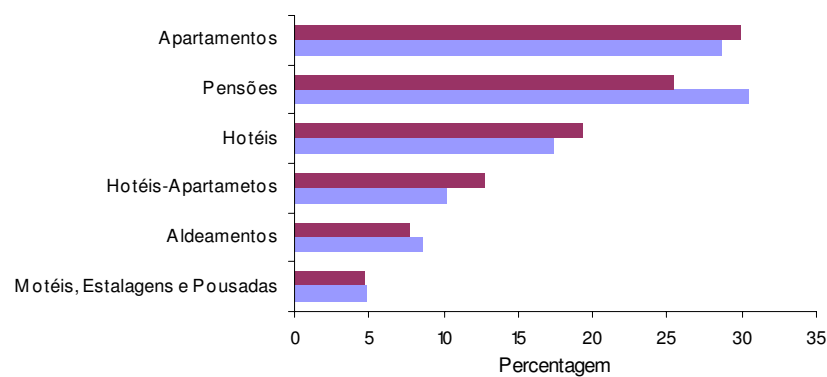
A evolução do número de estabelecimentos, segundo a categoria dos mesmos, mostra-nos que, entre 1991 e 2001, houve mudanças significativas na estrutura da oferta. Os Apartamentos Turísticos, bem como os Hotéis e os Hotéis-Apartamentos, aumentaram consideravelmente os seus pesos relativos no espectro dos estabelecimentos hoteleiros da região. As Pensões, os Aldeamentos e os Motéis, Estalagens e Pousadas, pelo contrário, têm em 2001 menor representatividade do que tinham em 1991.

Gráfico 37 - Evolução do número de estabelecimentos, segundo a categoria, na região do Algarve (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 38 - Percentagem de estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria, na região do Algarve (1991 e 2001)

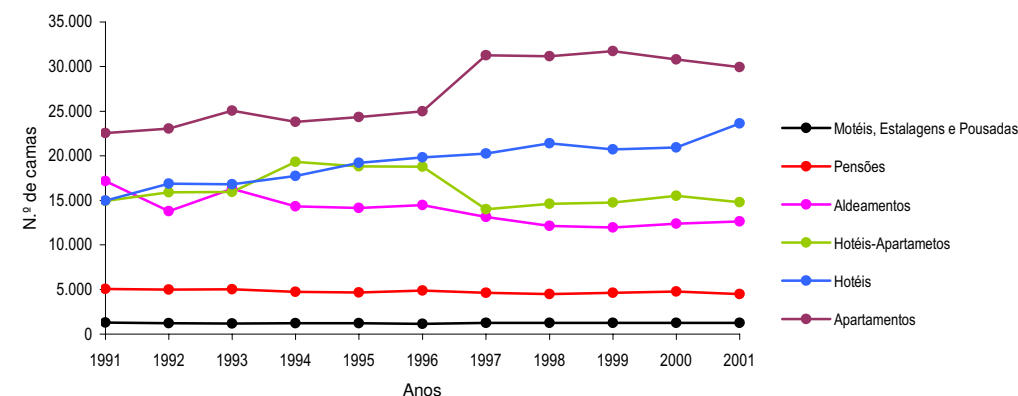


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Relativamente à capacidade dos estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria dos mesmos, verificaram-se precisamente as mesmas alterações na estrutura da oferta, com excepção dos Hotéis-Apartamentos, que em 2001 têm maior representatividade do que em 1991 no que respeita ao número de estabelecimentos, o mesmo não se verificando em termos

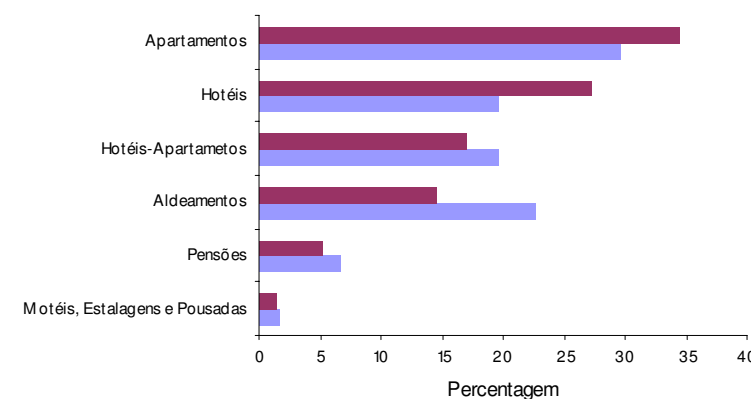
de capacidade de alojamento. Assim: os Apartamentos e os Hotéis aumentaram consideravelmente os seus pesos relativos no total da capacidade de alojamento da região; enquanto as Pensões, os Aldeamentos, os Motéis, Estalagens e Pousadas (assim como os Hotéis-Apartamentos), pelo contrário, têm em 2001 menor representatividade do que tinham em 1991.

Gráfico 39 - Evolução da capacidade de alojamento (número de camas), segundo a categoria dos estabelecimentos, na região do Algarve (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 40 - Percentagem da capacidade de alojamento, segundo a categoria dos estabelecimentos, na região do Algarve (1991 e 2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

De acordo com os dados disponíveis mais recentes (reportados a 2000), a oferta turística é regionalmente muito desequilibrada. Se considerarmos somente o número de estabelecimentos hoteleiros, verificamos que:

- quase 1/3 dos estabelecimentos (31.9%) encontra-se no concelho de Albufeira;
- quase 62% dos estabelecimentos concentram-se nos concelhos de Albufeira, Loulé e Portimão;
- cerca de 85% dos estabelecimentos concentram-se nos concelhos da faixa litoral Lagos-Faro.

Se considerarmos a capacidade de alojamento verificamos que:

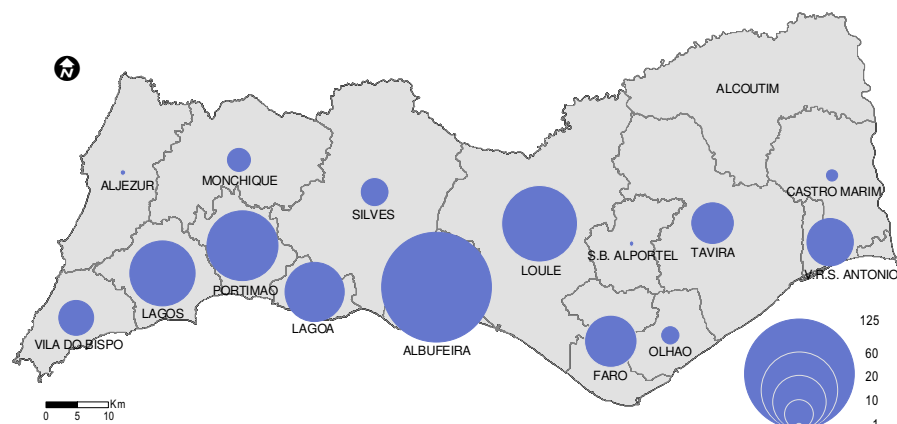
- o concelho de Albufeira detém quase 40% da capacidade de alojamento da região;
- os concelhos de Albufeira, Portimão e Loulé concentram quase 3/4 (73.6%) da capacidade de alojamento da região;
- quase 90% da capacidade de alojamento da região encontra-se na faixa litoral Lagos-Faro.

Ou seja, existe uma grande concentração dos estabelecimentos hoteleiros e ainda mais da capacidade de alojamento, na faixa litoral Lagos-Faro, enquanto o restante território não chega a deter 15% dos estabelecimentos da região e 10% da

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

capacidade de alojamento. Regista-se mesmo em 2000, relativamente a 1991, um reforço da concentração quer do número de estabelecimentos (de 84.9 para 85.4%) quer da capacidade de alojamento (de 86.3 para 89.4%) nos sete concelhos da faixa Lagos-Faro.

Mapa 1 – Número de estabelecimentos hoteleiros, por concelho (2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (2001)

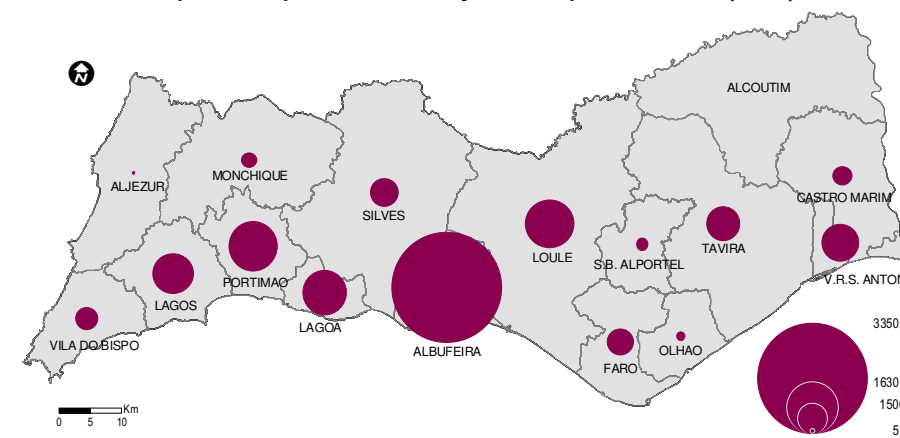
O aumento generalizado durante toda a década de 90, quer do número de estabelecimentos quer da capacidade de alojamento, não se fez sentir em todos os concelhos da região. Pode mesmo destacar-se grupos de concelhos em função da evolução destes dois indicadores. Assim:

- os concelhos de Lagoa, Vila Real de Sto. António, Albufeira, Vila do Bispo, Loulé, Monchique e Portimão registam crescimentos positivos tanto do número de estabelecimentos como da capacidade de alojamento;
- o concelho de S. Brás de Alportel mantém o número de estabelecimentos e vê aumentada a capacidade de alojamento;
- os concelhos de Silves, Lagos e Tavira registam aumentos do número de estabelecimentos mas vêem diminuída a capacidade de alojamento;
- os concelhos de Castro Marim e Aljezur mantêm o número de estabelecimentos mas vêem diminuída a capacidade de alojamento;
- os concelhos de Faro e Olhão registam decréscimos tanto do número de estabelecimentos como da capacidade de alojamento;
- o concelho de Alcoutim continua sem qualquer estabelecimento hoteleiro.

Podemos então precisar que se registou um reforço da concentração da oferta turística em 4 concelhos:

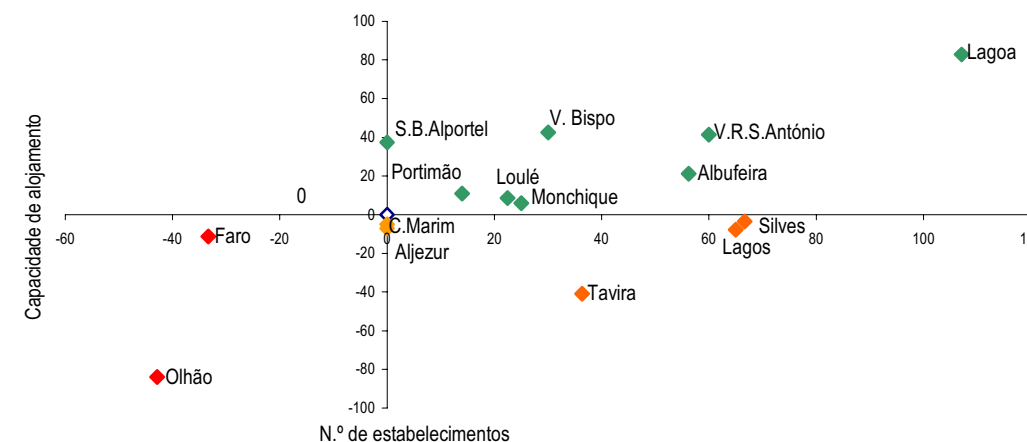
- em Albufeira, Lagoa e Vila Real de Sto. António, concelhos que viram reforçadas as quotas nos totais regionais tanto do número de estabelecimentos como da capacidade de alojamento;
- em Vila do Bispo, concelho onde, apesar da perda de peso no total regional do número de estabelecimentos, se registou um reforço da quota no total da capacidade de alojamento da região.

Mapa 2 – Capacidade de alojamento, por concelho (2000)



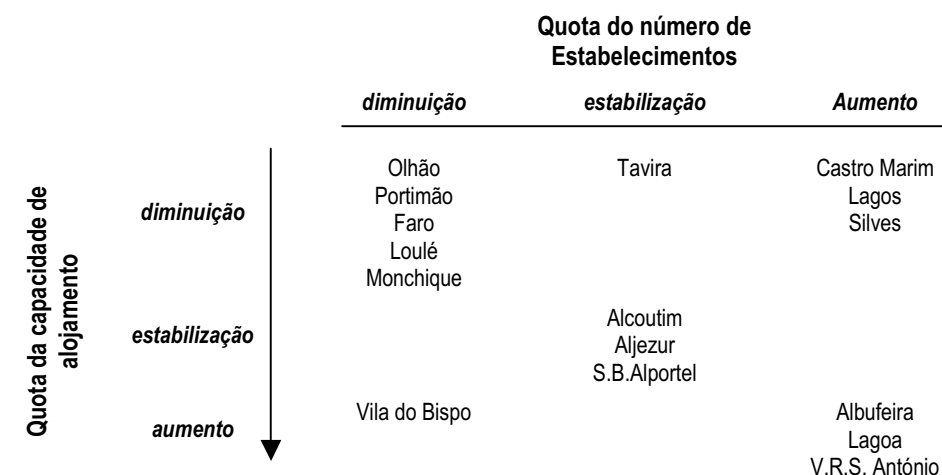
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (2001)

Gráfico 41 - Evolução percentual do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento, por concelhos (1991-2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 42 - Evolução das quotas dos concelhos nos totais regionais de estabelecimentos e capacidade de alojamento, Algarve (1991-2000)

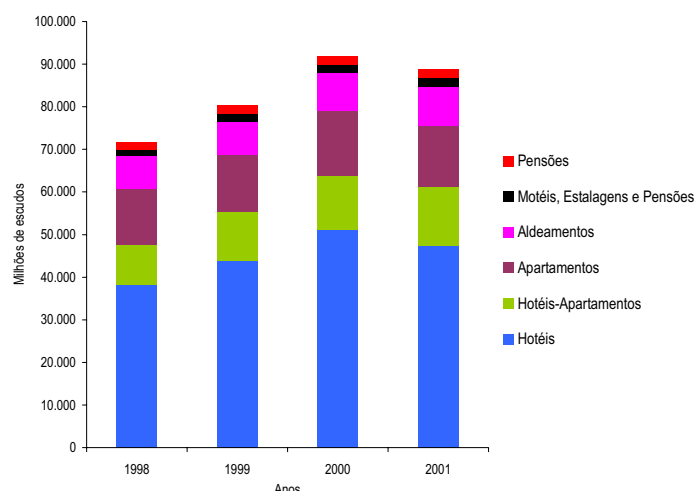


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

B) RECEITAS

A análise das **receitas** geradas nos estabelecimentos hoteleiros algarvios, mostra-nos, para além do significativo decréscimo observado em 2001, relativamente a 2000 e ao sentido geral de evolução detectado nos últimos anos, uma fortíssima contribuição dos Hotéis. De facto, e reportando ao ano de 2001, esta categoria de estabelecimento contribui com 53.4% do total das receitas geradas nos estabelecimentos hoteleiros, mais do que o somatório das receitas das restantes categorias e estabelecimentos.

**Gráfico 43 - Evolução das receitas geradas (milhões de escudos) nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria dos mesmos, na região do Algarve (1998-2001)**



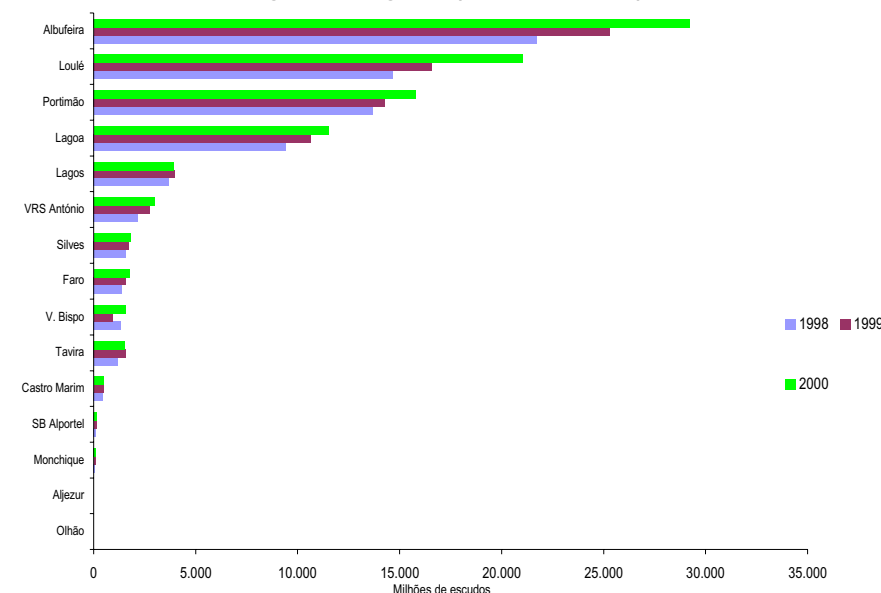
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

A análise das **receitas geradas pelos estabelecimentos hoteleiros, por concelhos**, mostra-nos claríssimas diferenças que reflectem as disparidades intra-regionais já evidenciadas por indicadores referidos nesta caracterização, como sejam o número de estabelecimentos, a capacidade de alojamento, o número de dormidas, etc. Infelizmente, apenas dispomos da informação respeitante a três anos (1998, 1999 e 2000). Ficamos assim impossibilitados de analisar toda a década, bem como de observar ao nível do concelho os valores respeitantes ao ano de 2001 (ainda não disponibilizados pelo INE). Todavia, podemos ainda assim observar alguns factos interessantes, quer ao nível da distribuição intra-regional das receitas quer nalguns sinais de declínio das mesmas nalguns concelhos, confirmados posteriormente (em 2001) para a região em geral.

A observação das receitas, por concelho, evidencia claramente:

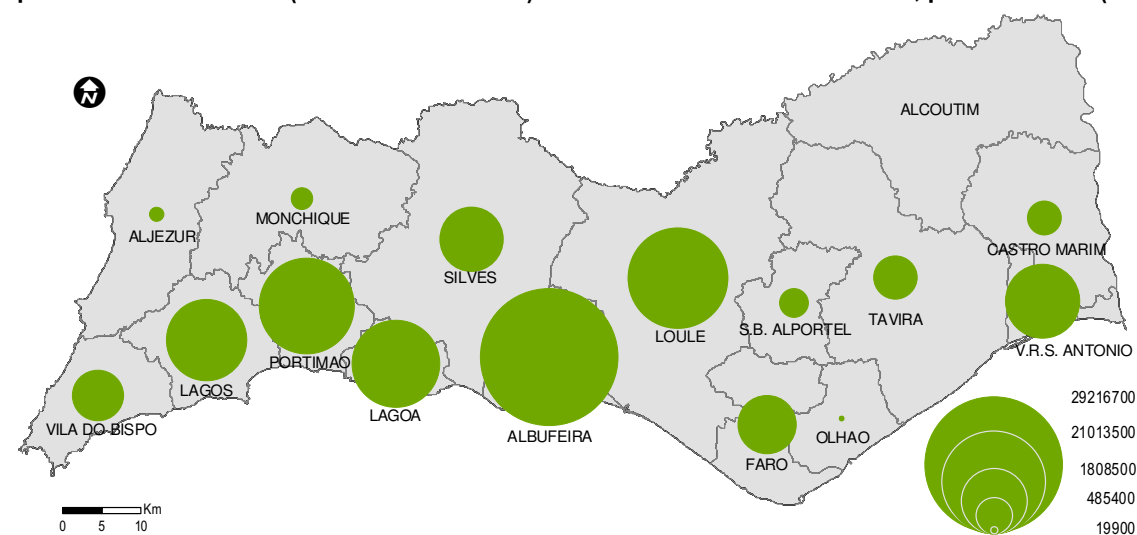
- a enorme importância de concelhos como Albufeira, Loulé e Portimão - os três concelhos juntos concentram quase 72% do total regional de receitas dos estabelecimentos hoteleiros;
- a fraquíssima contribuição dos concelhos de Olhão, Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel e Castro Marim, que, em conjunto, representam somente 0.9% do total regional de receitas dos estabelecimentos;
- e ainda se denota que, enquanto a grande maioria dos concelhos apresenta crescimento das receitas entre 1999 e 2000, alguns, como Castro Marim, Tavira e Lagos, apresentam já decréscimos no mesmo espaço de tempo, como que prenunciando a descida generalizada de receitas nos estabelecimentos hoteleiros que a região conheceu no seu todo no ano de 2001.

**Gráfico 44 - Receitas geradas (milhões de escudos) pelo total dos estabelecimentos hoteleiros, por concelhos, na região do Algarve (1998/1999/2000)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Mapa 3 - Total de receitas (milhões de escudos) nos estabelecimentos hoteleiros, por concelhos (2000)**



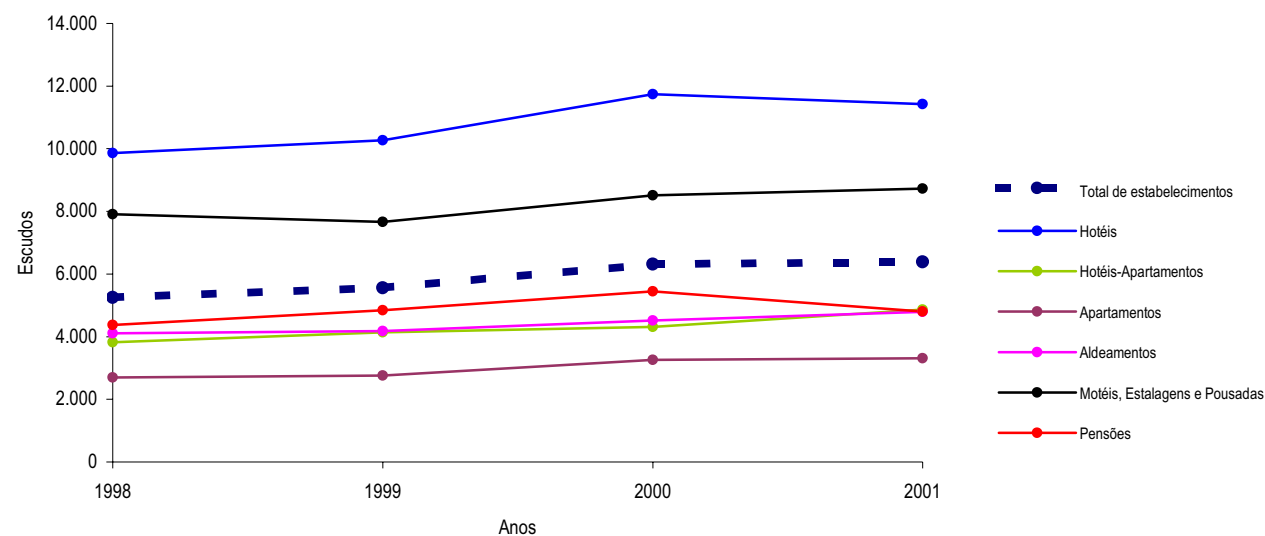
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (2001)

Quanto à evolução da **receita média por dormida** gerada pelos estabelecimentos hoteleiros, entre 1998 e 2001, denota-se, em primeiro lugar, e para o total dos estabelecimentos hoteleiros, uma estabilização que se verificou no último ano, entre 2000 e 2001 (aumento de apenas 1.1%), contrariando um crescimento claro nos anos anteriores (13.5% entre 1999/2000, 5.9% entre 1998/1999). Analisando os estabelecimentos segundo a categoria, verificamos que:

- os Hotéis, que representam a maioria das receitas, juntamente com as Pensões, apresentam um decréscimo da receita média por dormida entre 2000 e 2001;
- todas as restantes categorias apresentam aumentos da receita média por dormida, embora insuficientes para elevar de forma significativa o valor para o total dos estabelecimentos.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

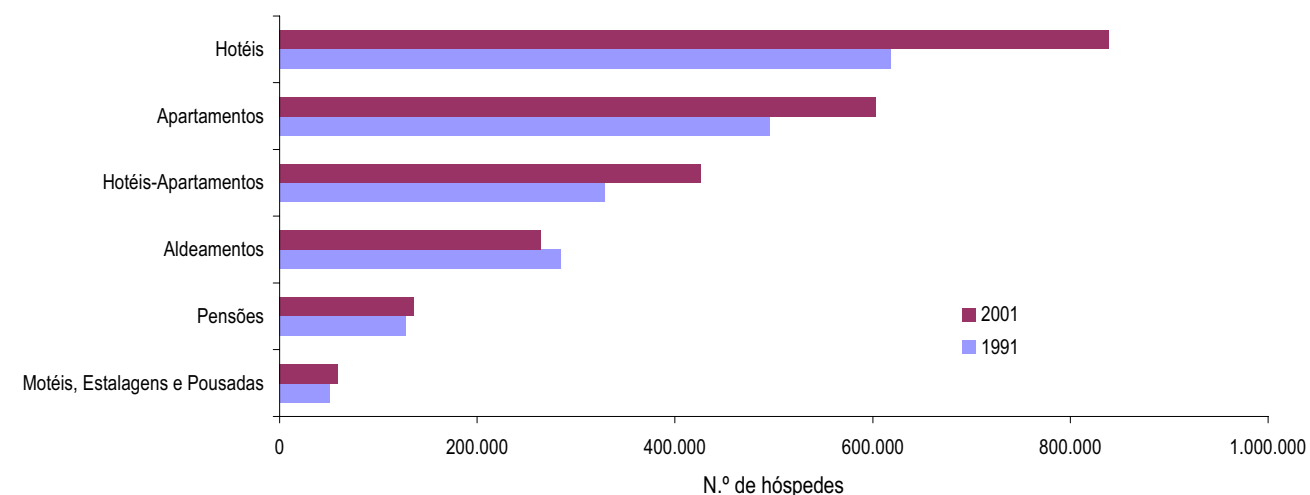
**Gráfico 45 - Evolução da receita/dormida (escudos) nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria, na região do Algarve (1998-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

- os Aldeamentos perdem claramente a sua quota no total de hóspedes da região (3.5%).

**Gráfico 46 - Evolução do número de hóspedes, por categoria de estabelecimentos, na região do Algarve (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

### C) HÓSPEDES

O número de **hóspedes** na região do Algarve, entre 1991 e 2001, conheceu um aumento de 7.4% (1.906.008 em 1991, 2.327.845 em 2001). A análise do comportamento deste indicador nas duas metades da década mostra-nos dois ritmos bem distintos:

- na primeira metade da década (1991-1996) o número de hóspedes na região aumentou cerca de 6%;
- na segunda metade da década (1996-2001) o número de hóspedes na região aumentou 14.1%.

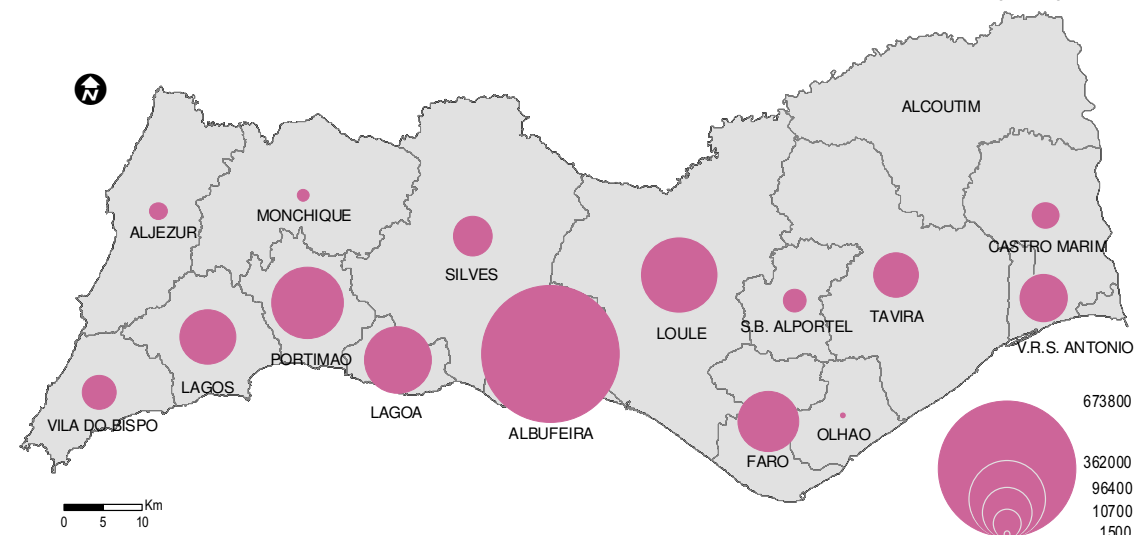
Numa análise da situação relativa aos **hóspedes, segundo a categoria dos estabelecimentos**, temos a destacar, em primeiro lugar, o facto de serem os Hotéis que representam a maior fatia na região e não os Apartamentos (como, veremos, sucede com as dormidas). Relativamente à evolução detectada, entre 1991 e 2001, em cada uma das categorias de estabelecimentos, é de salientar:

- um aumento de 35.8% do número de hóspedes nos Hotéis, categoria esta que vê aumentada a representatividade no total de hóspedes da região de 32.4% em 1991 para 36% em 2001;
- um aumento de 21.5% do número de hóspedes nos Apartamentos, mantendo-se praticamente inalterada a representatividade desta categoria no total de hóspedes da região (26%);
- um aumento de 29.6% do número de hóspedes nos Hotéis-Apartamentos, categoria que vê ligeiramente reforçada a sua representatividade no total de hóspedes da região (de 17.2% em 1991 para 18.3% em 2001);
- um aumento de 6.4% do número de hóspedes nas Pensões que, todavia, resulta numa perda da representatividade desta categoria no total de hóspedes da região (de 6.7% em 1991 para 5.9% em 2001);
- um decréscimo de 7% do número de hóspedes nos Aldeamentos, baixando a representatividade desta categoria no total de hóspedes da região de 14.9% em 1991 para 11.4% em 2001;
- um aumento de 17.2% do número de hóspedes nos Motéis, Estalagens e Pousadas, mantendo-se praticamente inalterada a representatividade desta categoria no total de hóspedes da região (cerca de 2.6%).

Em suma, e no que respeita ao número de hóspedes na região, conclui-se que:

- os Hotéis e Hotéis-Apartamentos reforçam a sua quota no total de hóspedes da região (3.6% e 1.1%, respectivamente);
- os Motéis, Estalagens e Pousadas, os Apartamentos e as Pensões perdem alguma quota no total de hóspedes da região (1.0%, 1.0% e 0.8%, respectivamente);

**Mapa 4 – Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, por concelho (2000)**



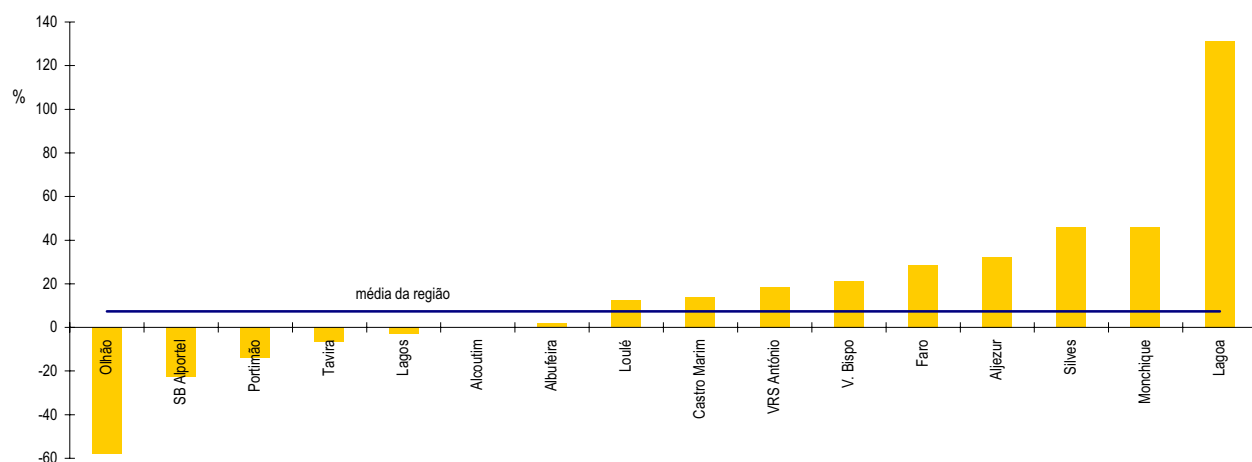
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (2001)

Relativamente à evolução do número de **hóspedes por concelho**, há a registar:

- crescimentos fortes, superiores à média da região, nos concelhos de Lagoa, Monchique, Silves, Aljezur, Faro, Vila do Bispo, Vila Real de Sto. António, Castro Marim e Loulé;
- crescimento fraco, inferior à média da região, no concelho de Albufeira;
- crescimentos negativos nos concelhos de Lagos, Tavira, Portimão, S. Brás de Alportel e Olhão.



Gráfico 47 - Aumento percentual do número de hóspedes, por concelho (1991-2000)

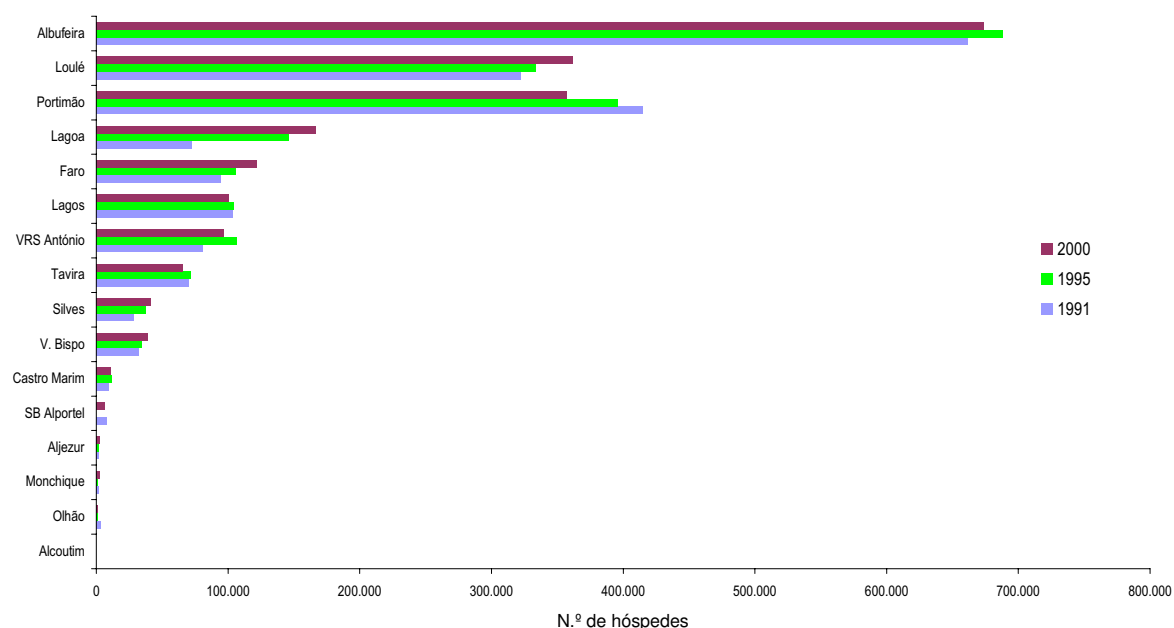


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Embora sejam de realçar os crescimentos fortemente positivos em concelhos normalmente pouco relevantes em termos de captação de turistas, como são os casos de Monchique, Silves e Aljezur, a realidade mostra-nos que a grande maioria dos hóspedes continua a concentrar-se, obviamente onde se encontra a oferta de alojamento, na faixa litoral entre Lagos e Faro. Analisando a situação em 2000, destaca-se essencialmente:

- o concelho de Albufeira, que concentra quase 1/3 (32.9%) dos hóspedes da região, embora perca dois pontos percentuais relativamente a 1991;
- os concelhos de Loulé e Portimão, que detêm cada um quase 18% dos hóspedes, invertem as suas posições relativas face à situação em 1991;
- o concelho de Lagoa, que detém cerca de 8% dos hóspedes, e vê a sua posição relativa melhorada face à situação em 1991;
- os sete concelhos que compreendem a faixa litoral entre Lagos e Faro e que detêm 89% dos hóspedes da região, precisamente a mesma percentagem que apresentavam em 1991.

Gráfico 48 - Evolução do número de hóspedes, por concelho(1991-2000)

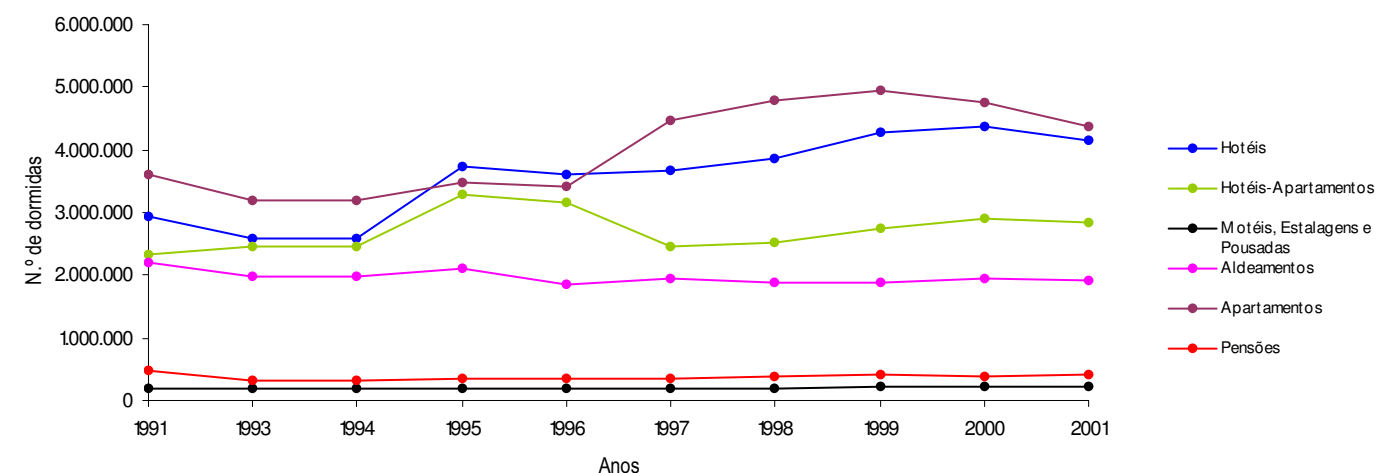


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

D) DORMIDAS

Tal como foi referido no capítulo 1, o número de **dormidas** na região do Algarve, entre 1991 e 2001, conheceu um significativo aumento (18.6%): mais acentuado na primeira metade da década (1991/1995) – cerca de 12% -, e menos notório na segunda metade (1995-2001) – cerca de 5.9%. É também de destacar que, nos últimos anos, não só se verificou um abrandamento do crescimento do número de dormidas como, desde 2000, se registou mesmo um decréscimo também já sentido nos primeiros quatro meses do ano de 2002 relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Gráfico 49 - Evolução do número de dormidas, por categoria de estabelecimento, Algarve (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Se analisarmos o crescimento do número de **dormidas segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros**, notamos que, apesar de algumas oscilações no decurso da década:

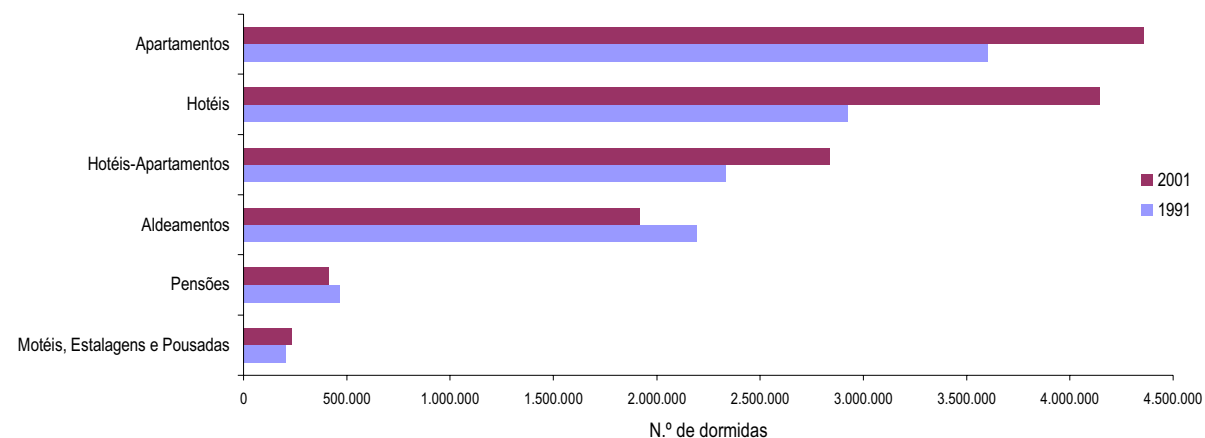
- as dormidas nos Apartamentos Turísticos aumentaram cerca de 21% e representam, em 2001, quase 1/3 (31.4%) das dormidas na região, ligeiramente mais do que os 30.7% de 1991;
- as dormidas nos Hotéis aumentaram cerca de 41.5% e representam, em 2001, 29.8% das dormidas na região, consideravelmente mais do que os 25% de 1991;
- as dormidas nos Hotéis-Apartamentos aumentaram 21.5% e representam, em 2001, 20.4% das dormidas na região, ligeiramente mais do que os 19.9% de 1991;
- as dormidas nos Motéis, Estalagens e Pensões aumentaram 12.1% e representam, em 2001, somente 1.7% das dormidas na região, ainda menos do que os 1.8% de 1991;
- as dormidas nos Aldeamentos Turísticos diminuíram 12.6% e representam, em 2001, 13.8% das dormidas na região, consideravelmente menos do que os 18.7% de 1991;
- as dormidas nas Pensões diminuíram 11.2% e representam, em 2001, somente 3% das dormidas na região, ainda menos do que os 4% de 1991.

Isto é, verificou-se na região:

- um aumento significativo do peso relativo das dormidas nos Hotéis;
- aumentos muito ligeiros no peso relativo das dormidas nos Apartamentos e Hotéis-Apartamentos;
- um decréscimo significativo do peso relativo das dormidas nos Aldeamentos;
- diminuições muito ligeiras no peso relativo das dormidas nos Motéis, Estalagens e Pousadas e nas Pensões.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 50 - Número de dormidas, segundo a categoria dos estabelecimentos, na região do Algarve (1991 e 2001)**

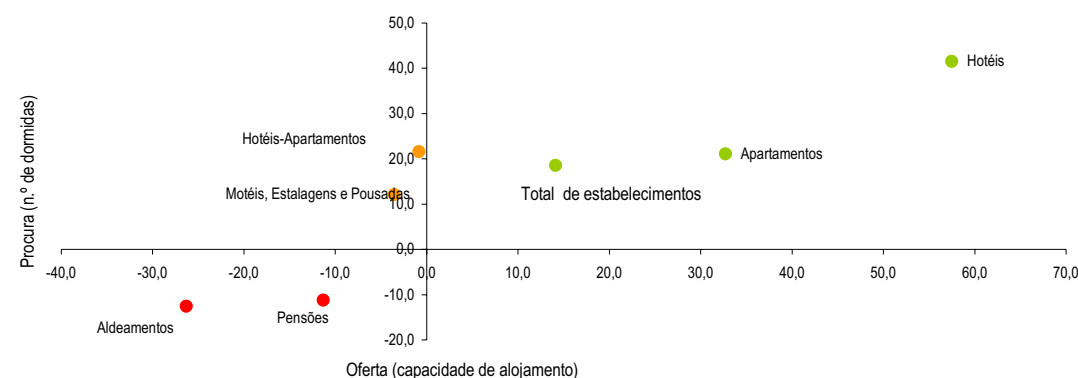


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Se procurarmos estabelecer uma relação entre um dos aspectos da evolução da procura (o número de dormidas) e outro da evolução da oferta (a capacidade de alojamento), verificamos que, no período compreendido entre 1991 e 2001, houve um desajustamento no que respeita aos Motéis, Estalagens e Pousadas e aos Hotéis-Apartamentos. Nestas duas categorias de estabelecimentos hoteleiros registaram-se subidas do número de dormidas (21.5% nos Hotéis-Apartamentos e 12.1% nos Motéis, Estalagens e Pousadas) simultaneamente com descidas na capacidade de alojamento (de 0.8% nos Hotéis-Apartamentos e de 3.5% nos Motéis, Estalagens e Pousadas). Tanto no total de estabelecimentos como nas restantes categorias verificou-se, no que ao sentido de evolução diz respeito, uma adequação entre oferta e procura:

- em crescimento, no que diz respeito ao total de estabelecimentos, Hotéis e Apartamentos;
- em decréscimo, no que diz respeito às Pensões e Aldeamentos.

**Gráfico 51 - Relação entre a variação percentual do número de dormidas (procura) e a variação percentual da capacidade de alojamento (oferta), por categoria de estabelecimentos, região do Algarve (1991-2001)**



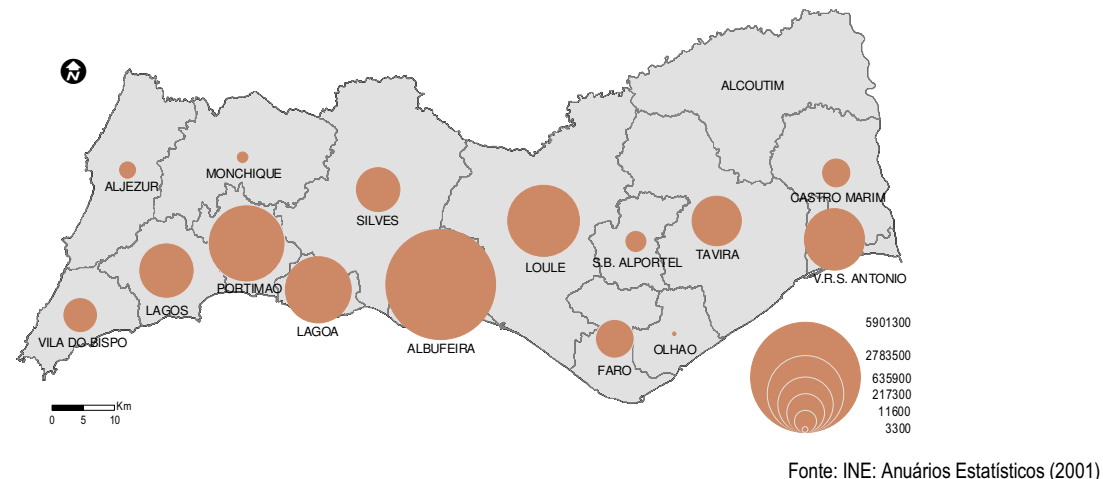
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

O comportamento dos **concelhos** da região, quanto à evolução do número de dormidas, foi muito díspar. Num balanço global da década, verifica-se que:

- somente 7 concelhos – Lagoa, Vila do Bispo, Vila Real de Sto. António, Castro Marim, Silves, Faro e Albufeira – apresentam um crescimento superior ao da média da região (24.4%);
- 5 concelhos – Loulé, Tavira, Portimão, Aljezur e Lagos – apresentam um crescimento positivo mas inferior ao da média da região;

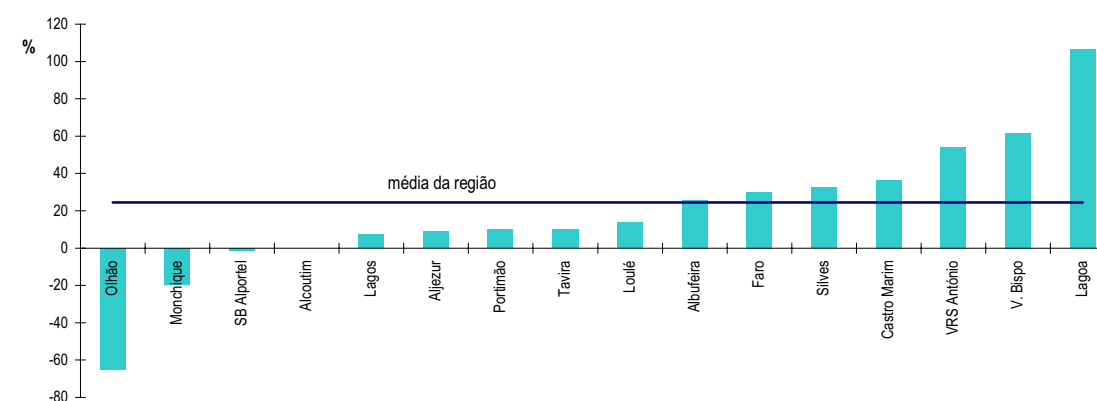
- o concelho de Alcoutim não apresenta qualquer variação (continua sem qualquer estabelecimento hoteleiro);
- 3 concelhos – São Brás de Alportel, Monchique e Olhão – apresentam um crescimento negativo.

**Mapa 5 – Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por concelho (2000)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (2001)

**Gráfico 52 - Evolução percentual do número de dormidas, por concelho, na região do Algarve (1991-2000)**

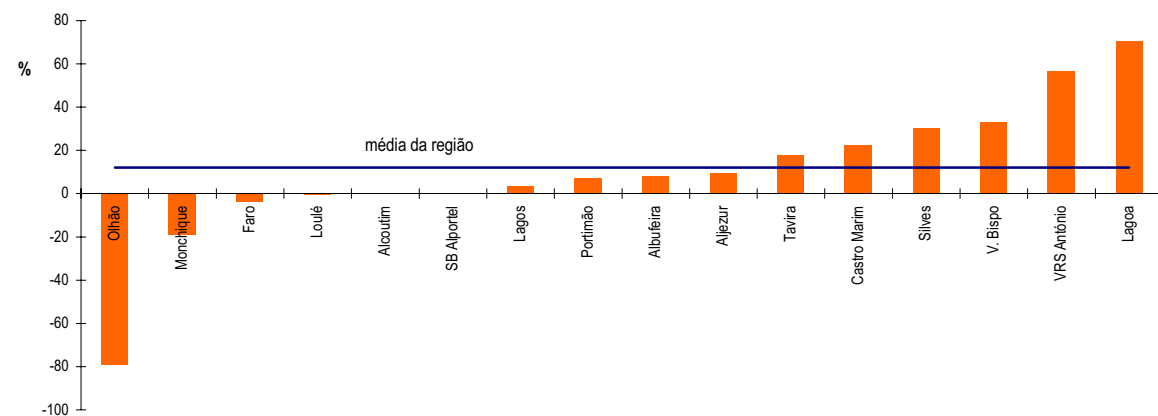


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Se analisarmos o comportamento em cada uma das metades da década (1991/1995 e 1995/2000), verificamos que:

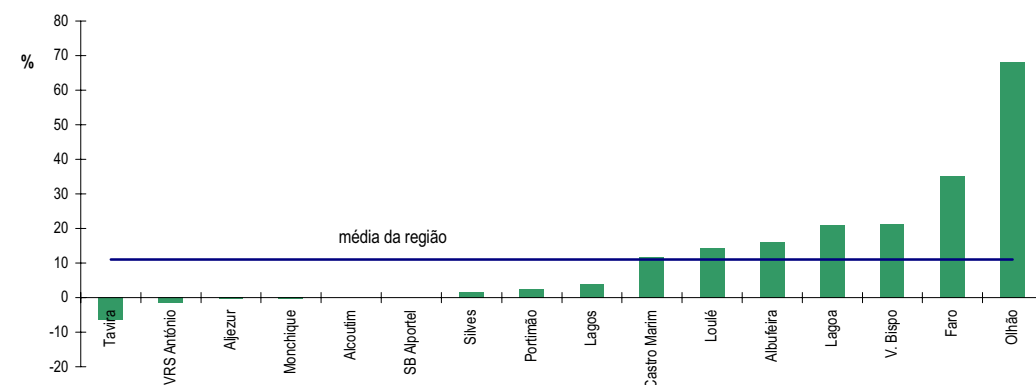
- o crescimento em ambas as metades da década apenas ocorreu em 7 concelhos – Lagos, Portimão, Albufeira, Silves, Castro Marim, Vila do Bispo e Lagoa. De realçar que nos três últimos concelhos o crescimento do número de dormidas foi sempre superior ao da média da região;
- os concelhos de Olhão, Faro e Loulé recuperam na segunda metade da década o crescimento negativo ocorrido na primeira metade;
- os concelhos de Aljezur, Tavira e Vila Real de Sto. António, que haviam registado um crescimento positivo na primeira metade da década, vêem diminuir o número de dormidas na segunda metade da década;
- o concelho de Monchique regista crescimentos negativos em ambas as metades da década;
- o concelho de Alcoutim apresenta valores nulos;
- no caso do concelho de S. Brás de Alportel, devido ao sigilo estatístico (dado existirem 3 ou menos estabelecimentos), não é possível apresentar valores para o comportamento das duas metades da década.

**Gráfico 53 - Evolução percentual do número de dormidas, por concelho, na região do Algarve (1991-1995)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 54 - Evolução percentual do número de dormidas, por concelho, na região do Algarve (1995-2000)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Quanto aos **principais mercados** da região do Algarve há a destacar:

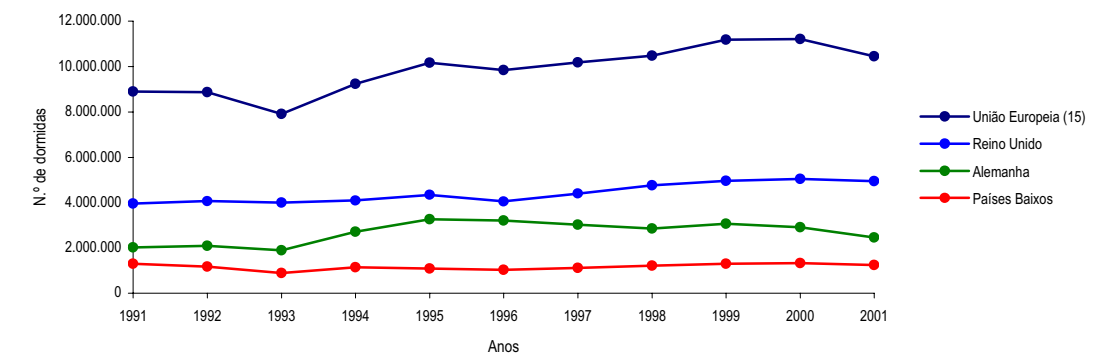
- o grande crescimento das dormidas de cidadãos da União Europeia, que aumentaram cerca de 17.5% nos últimos 10 anos e representam em 2001 cerca de 91.5% das dormidas de estrangeiros (quando em 1991 a proporção era de 88.2%);
- o grande crescimento das dormidas de cidadãos do Reino Unido, sobretudo na segunda metade da década de 90, que aumentaram cerca de 25.2% nos últimos 10 anos e representam em 2001 cerca de 43.3% das dormidas de estrangeiros (quando em 1991 a proporção era de 39.2%);
- o crescimento das dormidas de cidadãos alemães, sobretudo na primeira metade da década de 90, que aumentaram 21.8% e representam em 2001 cerca de 21.5% das dormidas de estrangeiros (quando em 1991 a proporção era de 20%).

Houve, todavia, mercados que conheceram alguma recessão, nomeadamente os mercados:

- holandês, cujo número de dormidas decresceu cerca de 4%, baixando a proporção no total de dormidas de estrangeiros de 12.9% em 1991 para 10.9% em 2001;

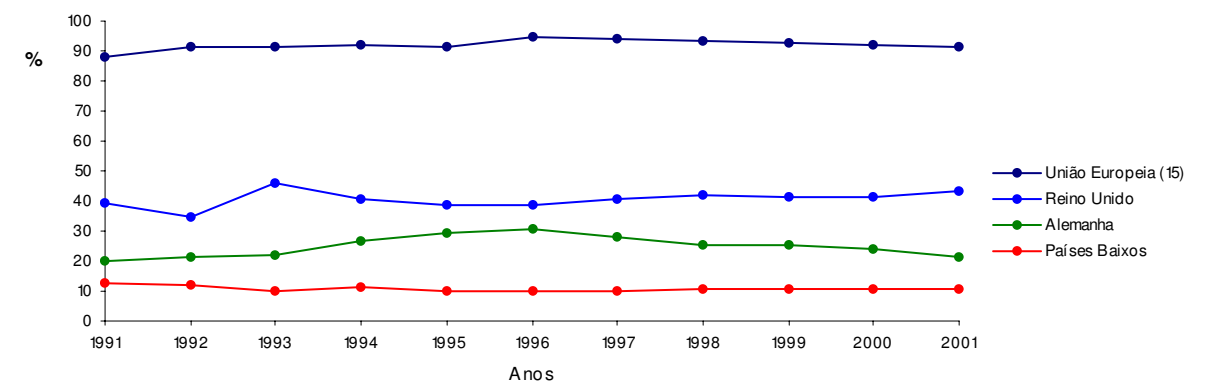
- italiano, cujo número de dormidas decresceu cerca de 41%, baixando a proporção no total de dormidas de estrangeiros de 1.4% em 1991 para 0.7% em 2001;
- espanhol, cujo número de dormidas decresceu cerca de 32%, baixando a proporção no total de dormidas de estrangeiros de 3.7% em 1991 para 2.2% em 2001;
- francês, cujo número de dormidas decresceu cerca de 28.6%, baixando a proporção no total de dormidas de estrangeiros de 1.8% em 1991 para 1.1% em 2001;

**Gráfico 55 - Evolução do número de dormidas, segundo a nacionalidade (principais origens), na região do Algarve (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 56 - Evolução da percentagem de dormidas, segundo a nacionalidade (principais origens), na região do Algarve (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

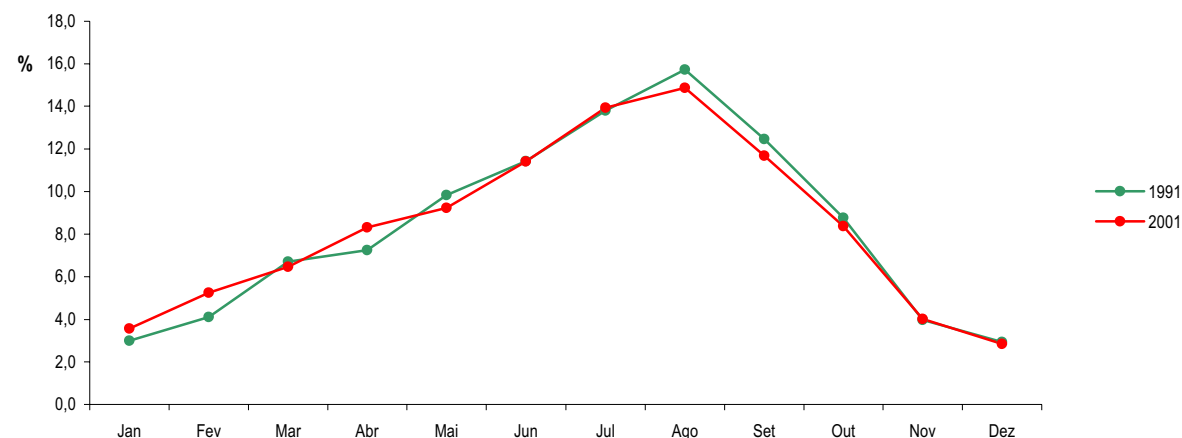
Uma análise da evolução da **sazonalidade das dormidas** nos estabelecimentos da região nos últimos 10 anos mostra-nos que houve muito poucas variações nos dois anos tomados como referência, 1991 e 2001. Nota-se, em 2001 e em relação a 1991:

- por um lado, uma pequena diminuição da percentagem das dormidas nos meses de Março, Maio, Agosto, Setembro, Outubro e Dezembro;
- por outro lado, um aumento da percentagem das dormidas nos meses de Janeiro, Fevereiro, Abril e Julho;
- e ainda, valores precisamente iguais nos meses de Junho e Novembro.

Ou seja, dificilmente se poderá falar num claro esbatimento da sazonalidade no intervalo de tempo considerado, tendo como referência somente os anos extremos da série. A análise da sazonalidade de acordo com a categoria dos estabelecimentos hoteleiros, por não ser possível efectuarla com dados relativos às dormidas, será feita no ponto 3.4, quando abordarmos o indicador Taxa de Ocupação-cama.

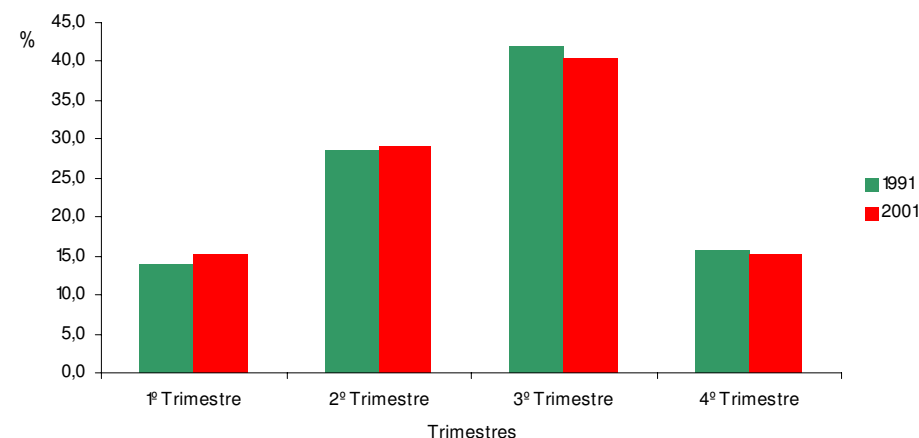
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Gráfico 57 - Percentagem das dormidas, por meses, nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve (1991 e 2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 58 - Percentagem das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por trimestres, no Algarve (1991 e 2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

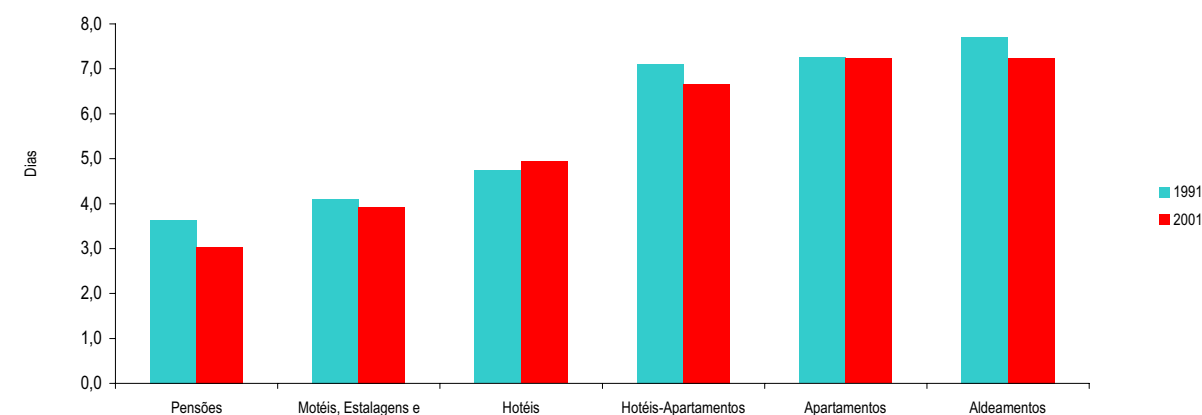
### E) PERMANÊNCIA MÉDIA

A **permanência média** nos estabelecimentos hoteleiros da região variou somente entre os 6.1 e os 6.0 dias, em 1991 e 2001, respectivamente. É uma diminuição pouco significativa, embora as oscilações observadas no decurso da década tenham algum significado, nomeadamente se atendermos ao facto de após 1999, quando o valor foi o mais elevado da década (7.4 dias), se ter verificado uma descida para o valor mais baixo da década em 2001 (6.0 dias).

A evolução da permanência média entre 1991 e 2001 por categoria de estabelecimento mostra-nos:

- uma subida somente nos Hotéis, de 4.7 para 4.9 dias;
- uma relativa estabilização nos Apartamentos, de 7.3 para 7.2 dias;
- descidas em todas as restantes categorias de estabelecimentos, mais marcadas sobretudo nas Pensões e nos Hotéis-Apartamentos.

Gráfico 59 - Evolução da permanência média, segundo a categoria dos estabelecimentos, na região do Algarve (1991 e 2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

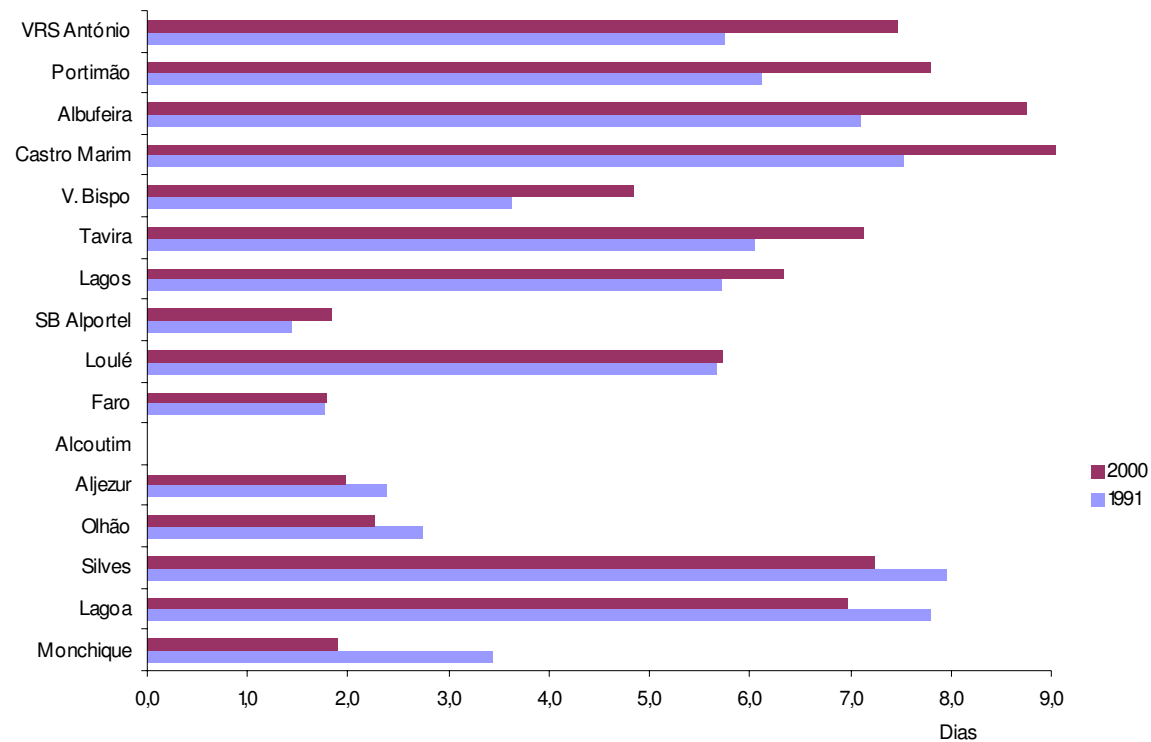
A evolução da **permanência média por concelhos** apresentou comportamentos bastante diferenciados. Na maioria dos concelhos houve um aumento da permanência média (de forma especialmente significativa em Vila Real de Sto. António, Portimão, Albufeira, Castro Marim, Vila do Bispo e Tavira), enquanto em 5 concelhos se verificou uma descida da permanência média, de forma muito acentuada particularmente em Monchique.

Mapa 6 – Permanência média (dias) nos estabelecimentos hoteleiros, por concelhos (2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (2001)

Gráfico 60 - Evolução da permanência média, por concelho (1991 e 2000)



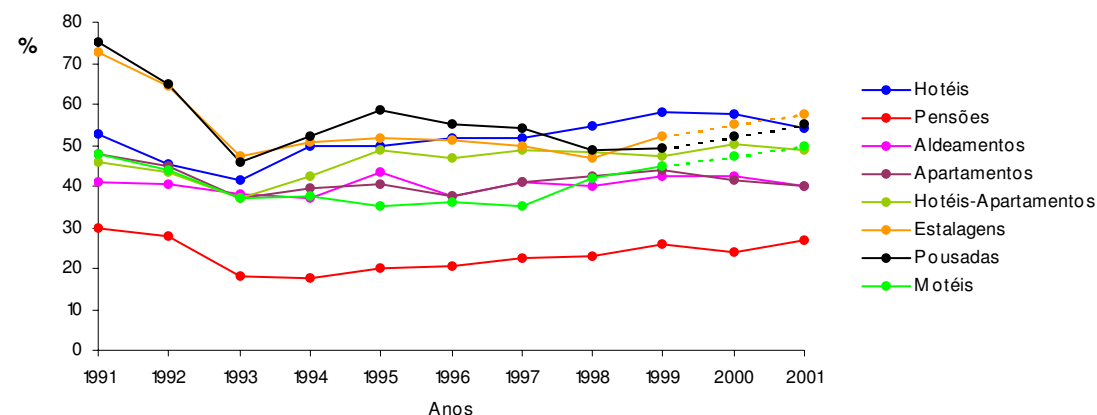
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

F) TAXAS MÉDIAS DE OCUPAÇÃO

Embora a taxa de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros do Algarve permaneça, durante toda a década de 90, sempre superior à da média dos estabelecimentos hoteleiros do País (perdendo apenas para a região da Madeira), registou-se, como balanço global da década, uma muito ligeira descida deste indicador: de 46.2% em 1991 para 44.6% em 2001.

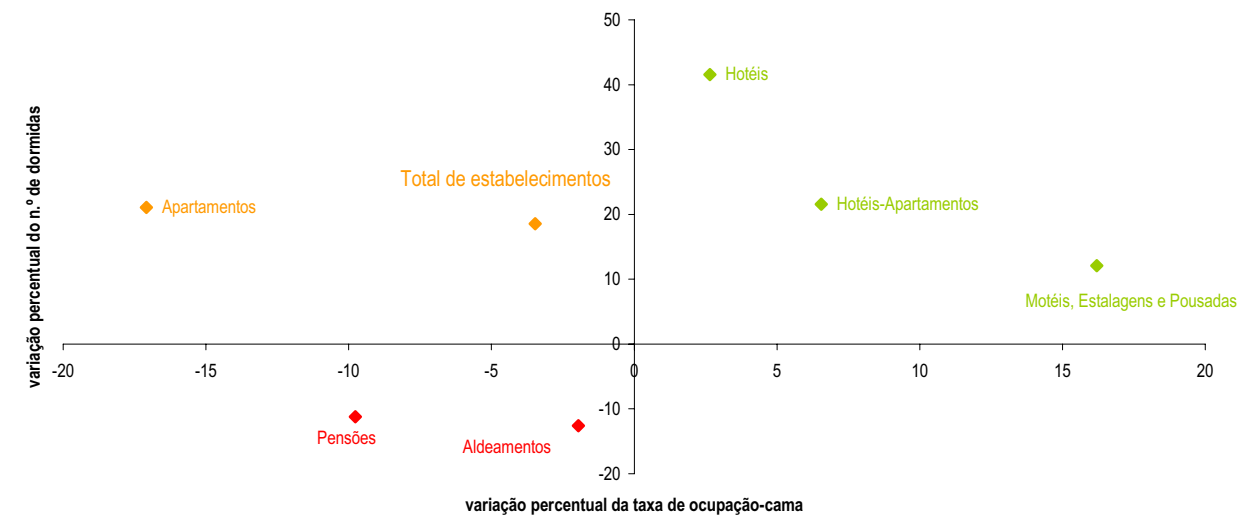
Tal como também havia sido referido no Capítulo 1, são os Hotéis-Apartamentos, os Hotéis e os Motéis que registam aumentos das respectivas taxas de ocupação-cama, enquanto os Aldeamentos, as Pousadas, as Estalagens, as Pensões e os Apartamentos registam descidas das respectivas taxas de ocupação. Dado o elevado peso dos Apartamentos na região, a acentuada descida da taxa de ocupação nesta categoria provocou o arrastamento do valor global da região para valores negativos.

Gráfico 61 - Evolução da taxa de ocupação-cama (%) dos estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria, na região do Algarve (1991-2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 62 - Relação entre a variação percentual do número de dormidas e a variação percentual da taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria, na região do Algarve (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Se estabelecermos uma relação entre a variação da taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros e a variação do número de dormidas, verificamos que, para o total de estabelecimentos, o aumento do número de dormidas não correspondeu, bem pelo contrário, a um aumento da taxa de ocupação. Isto é, embora o número de dormidas tenha aumentado cerca de 18.5% no espaço de tempo compreendido entre 1991 e 2001, a taxa de ocupação-cama no mesmo espaço de tempo diminuiu cerca de 1.6%, o que indicia um aumento da oferta turística (capacidade de alojamento) não correspondido por idêntico aumento da procura turística (número de dormidas), que cresceu em menor ritmo.

Se considerarmos os estabelecimentos segundo a categoria, verificamos que o mesmo fenómeno – aumento do número de dormidas inferior ao aumento da capacidade de alojamento – ocorreu igualmente nos Apartamentos. Por ser esta a categoria de estabelecimentos que mais pesa no total das dormidas na região (31.4% em 2001), é natural que um mau resultado neste indicador se reflecta no comportamento do total de estabelecimentos.

Quanto às restantes categorias de estabelecimentos, verificamos que houve uma correspondência entre oferta e procura:

- houve aumentos do número de dormidas correspondidos com aumentos das taxas de ocupação nos Hotéis, Hotéis-Apartamentos e Motéis, Estalagens e Pousadas;
- houve decréscimos do número de dormidas correspondidos com decréscimos das taxas de ocupação nas Pensões e Aldeamentos.

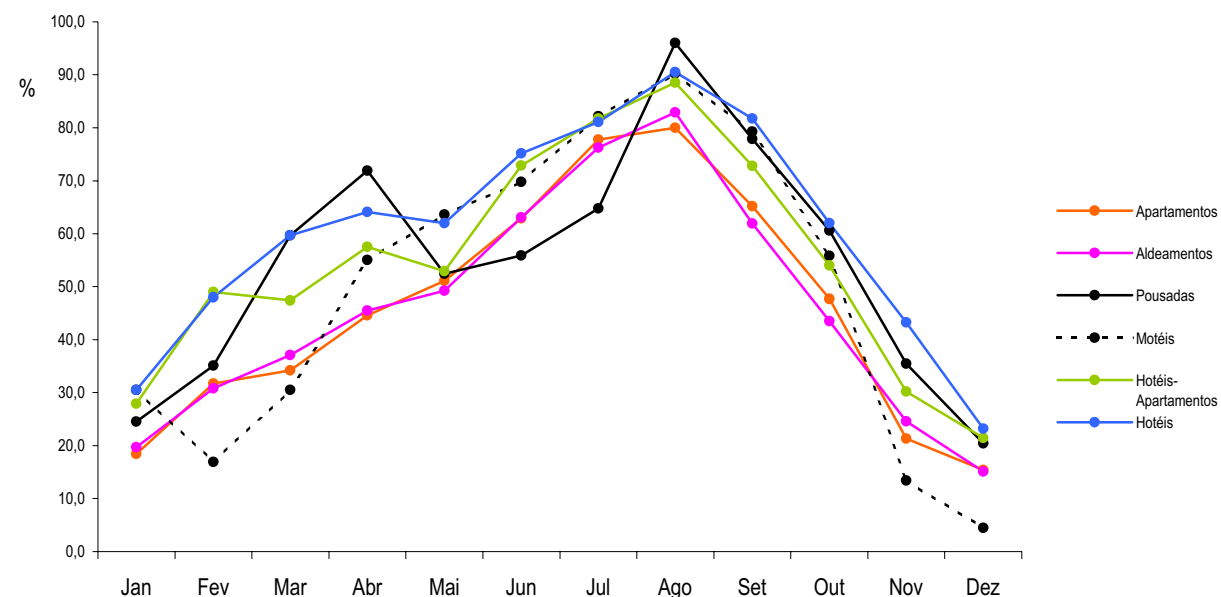
Relativamente às variações sazonais<sup>2</sup> da taxa de ocupação-cama, em 2001, segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros, há a registar como facto mais significativo uma visível maior ocupação dos Hotéis em todos os meses do ano, relativamente aos demais estabelecimentos, apenas com as seguintes excepções significativas:

- no mês de Fevereiro, quando a taxa de ocupação-cama dos Hotéis-Apartamentos é muito ligeiramente superior à dos Hotéis (49% e 48%, respectivamente), certamente explicável pela procura concentrada na semana/dias do Carnaval;
- no mês de Abril, quando a taxa de ocupação-cama das Pousadas é claramente superior à dos Hotéis (72% e 64%, respectivamente);
- no mês de Agosto, quando a taxa de ocupação-cama das Pousadas é superior à dos Hotéis (96% e 90.5%, respectivamente), por certo devido ao facto de haver poucas pousadas na região e de, naturalmente, no mês de maior procura registarem quase a lotação máxima.

<sup>2</sup> - Esta análise foi remetida para este ponto, trabalhada com o indicador Taxa de Ocupação-cama, uma vez que não dispomos dos valores relativos às dormidas por meses segundo a categoria dos estabelecimentos

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 63 - Taxa de Ocupação-cama (%), por meses, segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros, na região do Algarve (2001)**

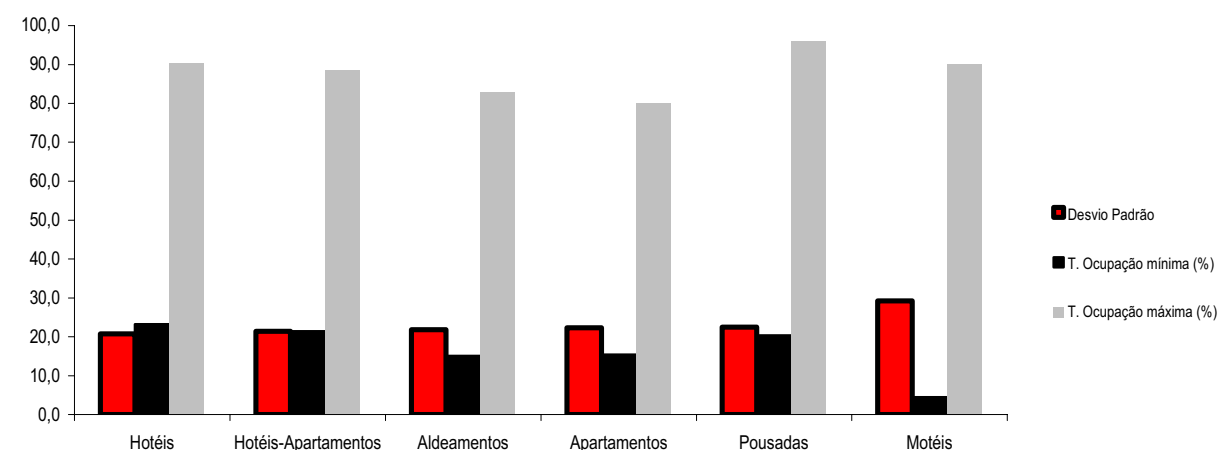


Fonte: DG Turismo (2001)

Se tentarmos aferir a sazonalidade da ocupação dos estabelecimentos hoteleiros recorrendo a medidas de dispersão – como por exemplo o desvio-padrão – e aos valores mínimos e máximos da taxa de ocupação-cama (invariavelmente nos meses de Dezembro e de Agosto, respectivamente, em todas as categorias de estabelecimentos), verificamos que a sazonalidade, na região do Algarve:

- é particularmente mais vincada nos Motéis (desvio-padrão de 29.2);
- seguida, mas já a grande distância, pelas Pousadas (22.5), Apartamentos (22.4), Aldeamentos (21.9) e Hotéis-Apartamentos (21.4);
- cabendo aos Hotéis o valor mais baixo (20.8), o que significa uma sazonalidade menos acentuada.

**Gráfico 64 – Sazonalidade da ocupação (taxa de ocupação-cama) dos estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria dos estabelecimentos, na região do Algarve (2001)**



Fonte: DG Turismo (2001)

Numa outra análise ainda relativa à sazonalidade da ocupação dos estabelecimentos hoteleiros, estabelecida a partir da diferença, para cada mês, entre as taxas de ocupação-cama de cada uma das categoria de estabelecimentos e a taxa de ocupação-cama do total de estabelecimentos, verificamos que:

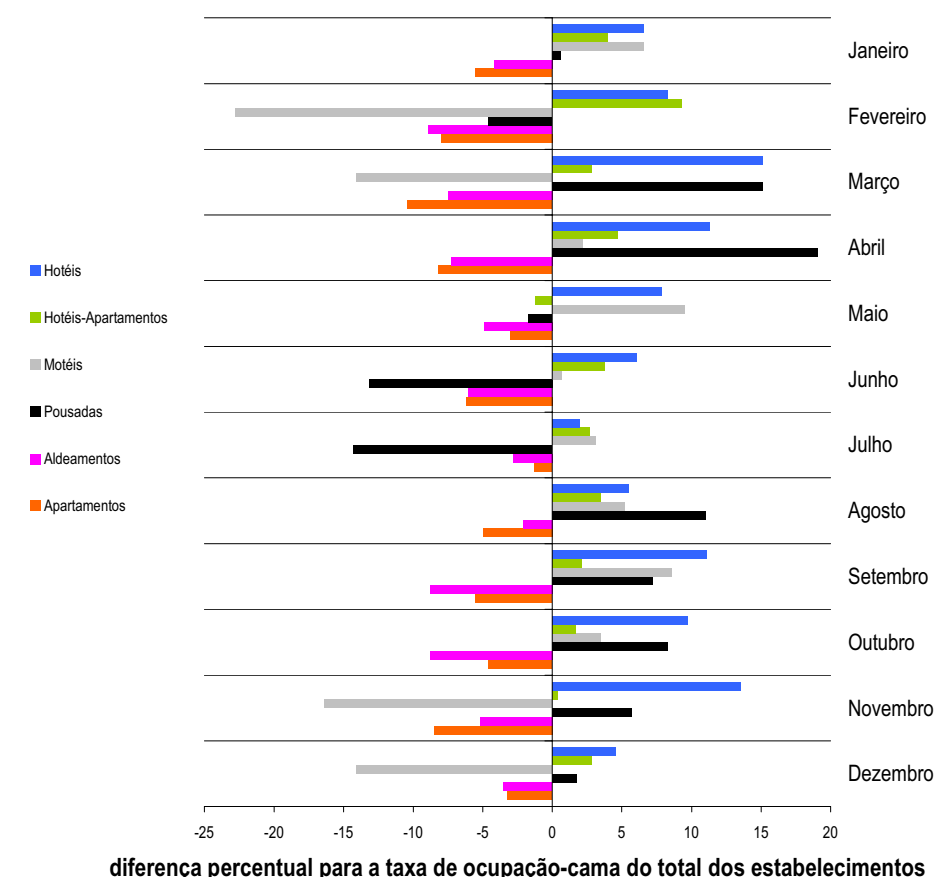
- os Hotéis são a única categoria que tem taxas de ocupação sempre superiores, em todos os meses, à ocupação média do total de estabelecimentos;
- os Hotéis-Apartamentos têm taxas de ocupação sempre superiores à ocupação média do total de estabelecimentos, com excepção apenas do mês de Maio;
- os Aldeamentos e os Apartamentos têm taxas de ocupação sempre inferiores, em todos os meses, à ocupação média do total de estabelecimentos;
- as Pousadas apresentam taxas de ocupação superiores à média do total de estabelecimentos em 8 dos 12 meses.

Ou seja, são essencialmente os Hotéis e os Hotéis-Apartamentos que mais contribuem para as, quando comparadas com o total do país, elevadas taxas de ocupação da região; precisamente as categorias que apresentam variações mais fracas, embora sentidas, da sazonalidade.

Comparando os valores da taxa de ocupação em 1991 e 2000 por concelhos, detectamos comportamentos bastante diferenciados, podendo-se claramente destacar:

- concelhos onde a taxa de ocupação aumentou muito significativamente – Silves (41.7%) e Faro (41.0%);
- outros, entre os quais se encontram alguns dos que mais concentram a grande maioria dos hóspedes e das dormidas, com aumentos da taxa de ocupação relativamente importante – Tavira (8.0%), Loulé (7.0%) e Lagoa (3.4%);
- todos os restantes concelhos, com excepção de Vila do Bispo (crescimento de 0.9%), apresentam variações negativas da taxa de ocupação, sendo de destacar concelhos como Albufeira (-1.7%), Lagos (-4.2%) e Portimão (-7.9%), que são dos que mais dormidas concentram na região.

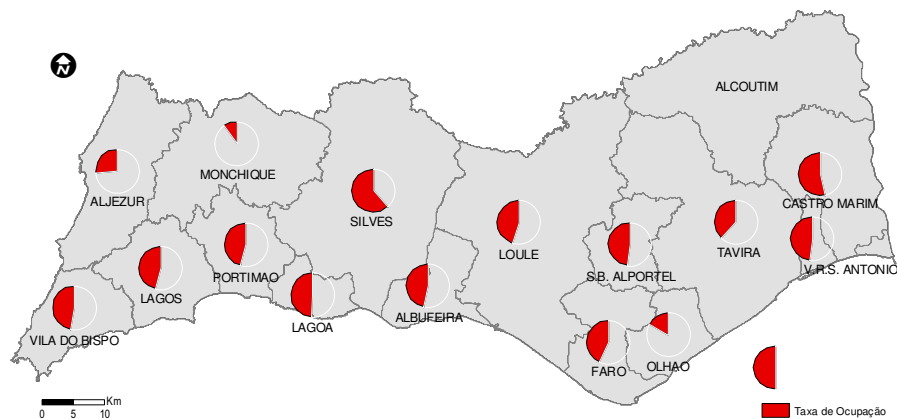
**Gráfico 65 – Diferença percentual da taxa de ocupação-cama de cada categoria de estabelecimento relativamente à taxa de ocupação-cama média do total de estabelecimentos hoteleiros, por meses, na região do Algarve (2001)**



diferença percentual para a taxa de ocupação-cama do total dos estabelecimentos

Fonte: DG Turismo (2001)

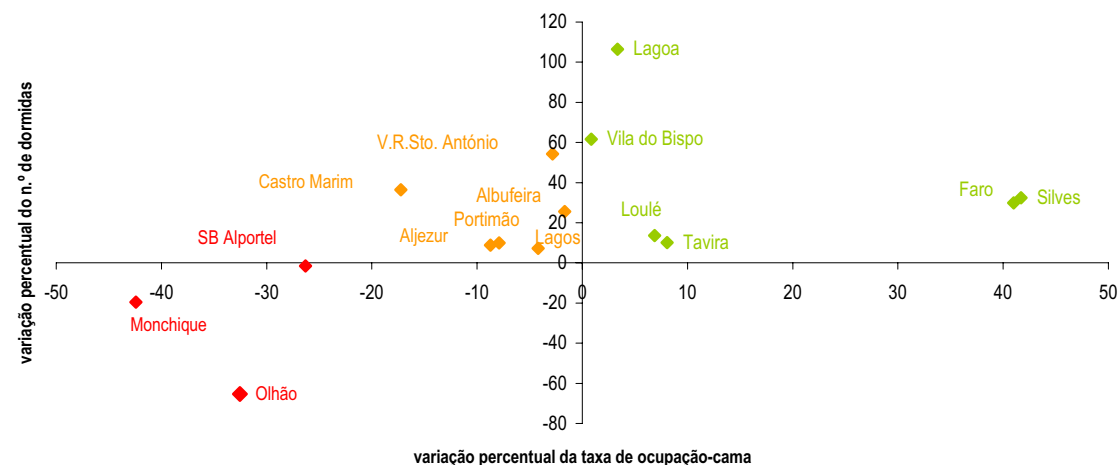
Mapa 7 – Taxa de ocupação-cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros, por concelho (2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (2001)

Se estabelecermos uma relação entre a variação da taxa de ocupação e a variação do número de dormidas, verifica-se que, nalguns concelhos que registam aumentos do número de dormidas – Aljezur, Portimão, Lagos, Albufeira, Castro Marim e Vila Real de Sto. António - verificou-se simultaneamente uma descida da taxa de ocupação-cama. A interpretação que nos surge imediatamente desta relação é que nestes concelhos terá havido, durante a década de 90, um aumento considerável da oferta (capacidade de alojamento), superior ao aumento da procura (número de dormidas), situação esta que terá gerado a descida das taxas de ocupação.

Gráfico 66 - Relação entre a variação percentual do número de dormidas e a variação percentual da taxa de ocupação-cama, por concelhos, região do Algarve (1991-2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

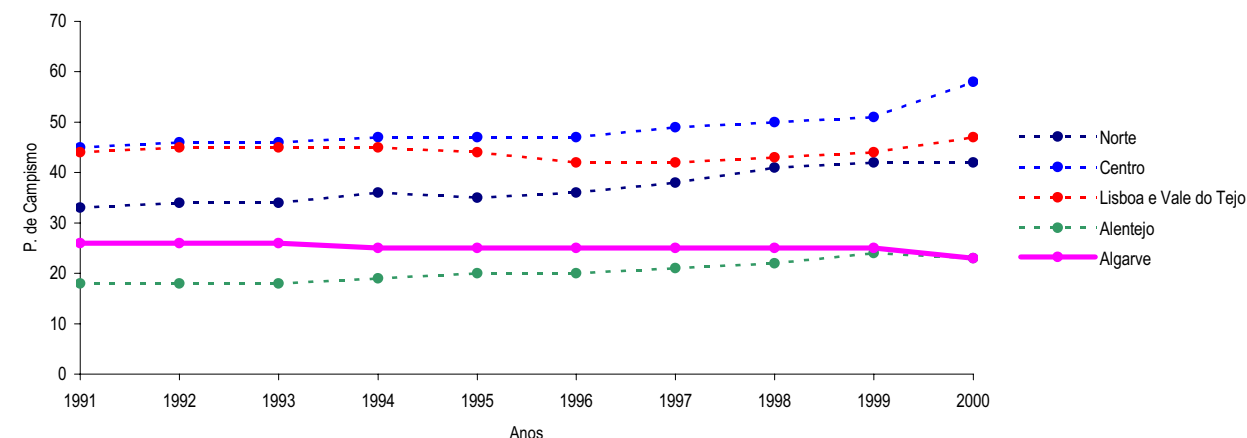
### III. Parques de Campismo

Com a pouca disponível acerca dos Parques de Campismo, procede-se de seguida a uma breve análise da evolução destes equipamentos na região durante a década de 90, tentando, sempre que possível, compará-la com a evolução verificada nas outras regiões do Continente (uma vez que, desde 1993, as Estatísticas do Turismo deixam de conter a informação respeitante aos Açores e Madeira). Infelizmente, não se dispõe da informação desagregada por concelhos, o que impossibilita uma análise intra-regional.

Observando a evolução do número de parques de campismo na última década (1991-2000), verifica-se que a região do Algarve foi a única que registou uma diminuição do número de parques (26 em 1991 e 23 em 2000), contrariando o crescimento ocorrido em todas as restantes regiões do Continente.

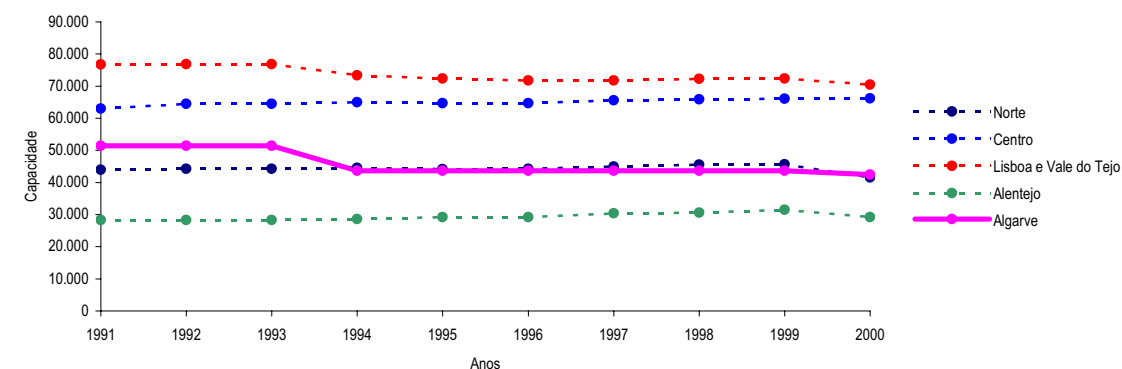
Quanto à capacidade dos mesmos, o Algarve segue a tendência nacional, caracterizada por uma diminuição, apenas contrariada pelos parques das regiões Centro e do Alentejo (com aumentos da capacidade na ordem dos 5.1% e 3.2%, respectivamente). Porém, a diminuição da capacidade dos parques do Algarve (17.5%) foi claramente superior à do total nacional (5.9%) e à de qualquer outra região (8.1% em Lisboa e Vale do Tejo e 5.6% na região Norte).

Gráfico 67 - Evolução do número de parques de campismo, por regiões do Continente (1991-2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 68 - Evolução da capacidade dos parques de campismo, por regiões do Continente (1991-2000)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Ainda mais notória do que a perda de capacidade dos parques de campismo ao longo da década foi a descida do número de campistas. Em termos nacionais, o número de campistas baixou 27.6% (de 2.021.644 em 1991 para 1.462.689 em 2001), e a descida foi sentida em todas as regiões com excepção do Alentejo (aumento de 31%). No que respeita ao Algarve, a descida de 9.5% foi, todavia, bastante menos acentuada do que noutras regiões, nomeadamente na região de Lisboa e vale do Tejo (-49%), na região Centro (-34%) e Norte (-28%).

Naturalmente, e em relação aos totais nacionais, a descida do número de campistas (27.6%) reflecte-se na descida do número de dormidas (18.2%). Mas, na região do Algarve, a diminuição do número de campistas não significou uma diminuição do número de dormidas; bem pelo contrário, o número de dormidas, pese embora algumas oscilações durante a década, saldou-se por um crescimento de 19.4% (de 1.556.876 em 1991 para 1.858.343 em 2001). Esta é uma especificidade da região do Algarve, uma vez que em todas as restantes quatro regiões houve uma correspondência entre a diminuição dos

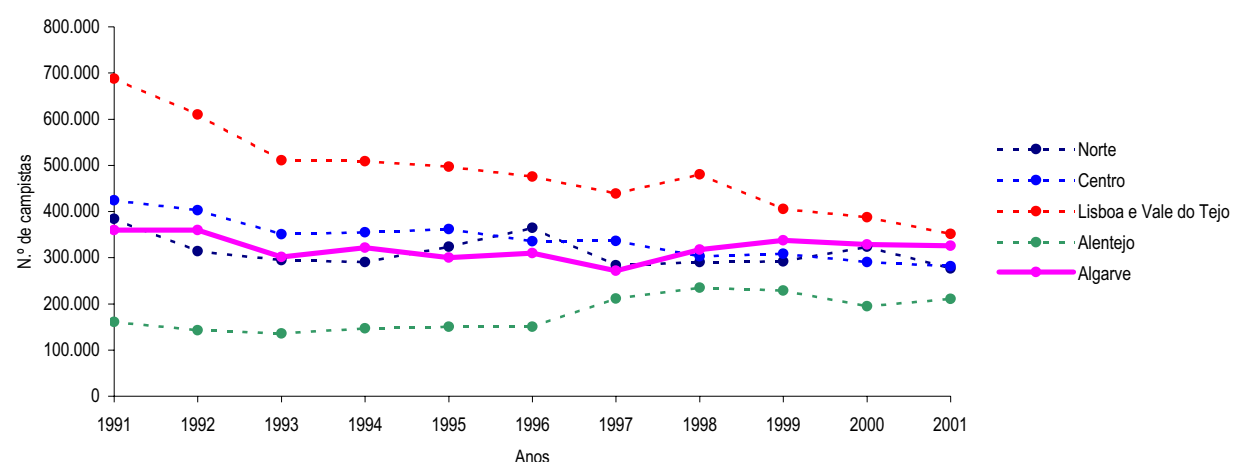
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

campistas e das dormidas (regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo) ou uma correspondência entre o aumento dos campistas e das dormidas (região do Alentejo).

Ou seja, no Algarve, e apesar da diminuição do número de parques de campismo, da diminuição da capacidade dos parques de campismo e do número de campistas, o número de dormidas aumentou entre 1991 e 2001, embora mostre alguma tendência de decréscimo desde 1999.

O aumento da taxa de ocupação dos parques de campismo no Algarve entre 1991 e 2000 reflecte, naturalmente, a descida da capacidade dos parques (que foi de 17.5%) mas, sobretudo, o aumento do número de dormidas (26.7%), superior em valor absoluto ao decréscimo da capacidade dos parques de campismo. A taxa de ocupação no Algarve, muito semelhante (8.3%) à das restantes regiões do Continente em 1991 (com valores entre os 6 e os 10%), destaca-se claramente em 2000, muito superior a qualquer outra, embora tenha conhecido o seu máximo no ano de 1999 (14.2%).

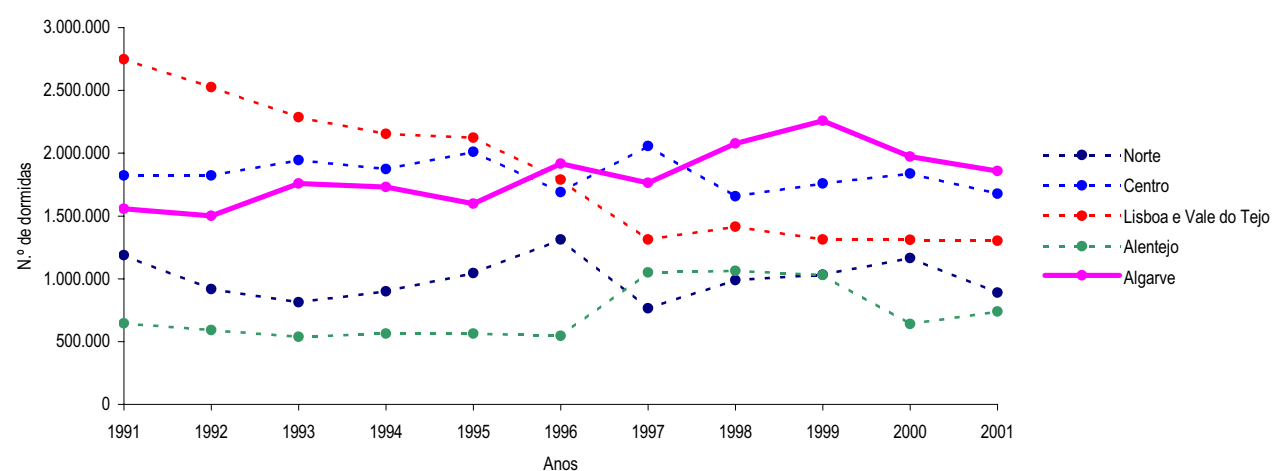
**Gráfico 69 - Evolução do número de campistas, por regiões do Continente (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

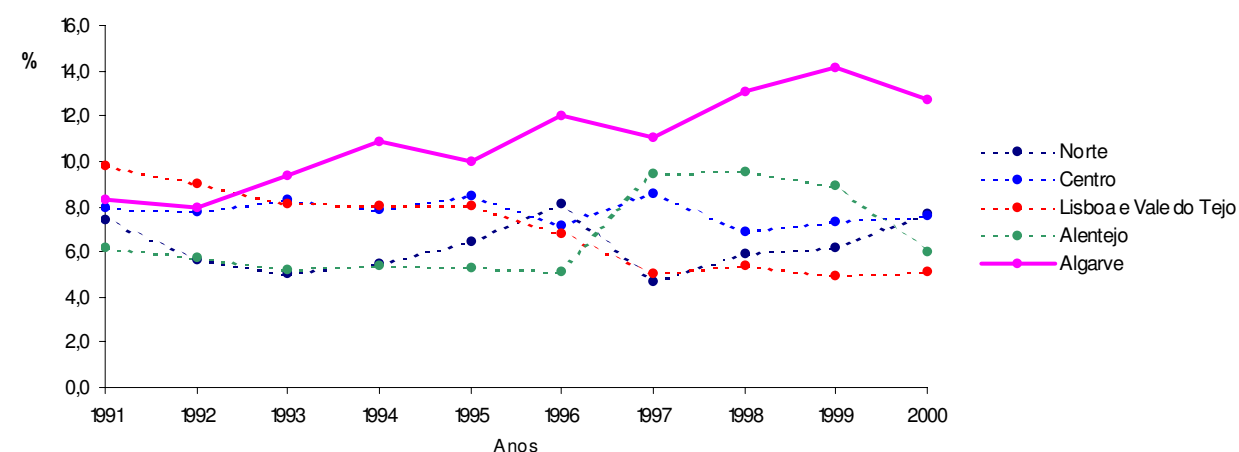
Naturalmente, verificou-se uma clara subida da permanência média (dormidas/campista) na região do Algarve, entre 1991 e 2001. Em 1991 a permanência média era de 4.3 dias, sendo que em 2001 se situava nos 5.7 dias, embora o valor mais elevado tenha ocorrido em 1999 (6.7 dias).

**Gráfico 70 - Evolução do número de dormidas, por regiões do Continente (1991-2001)**



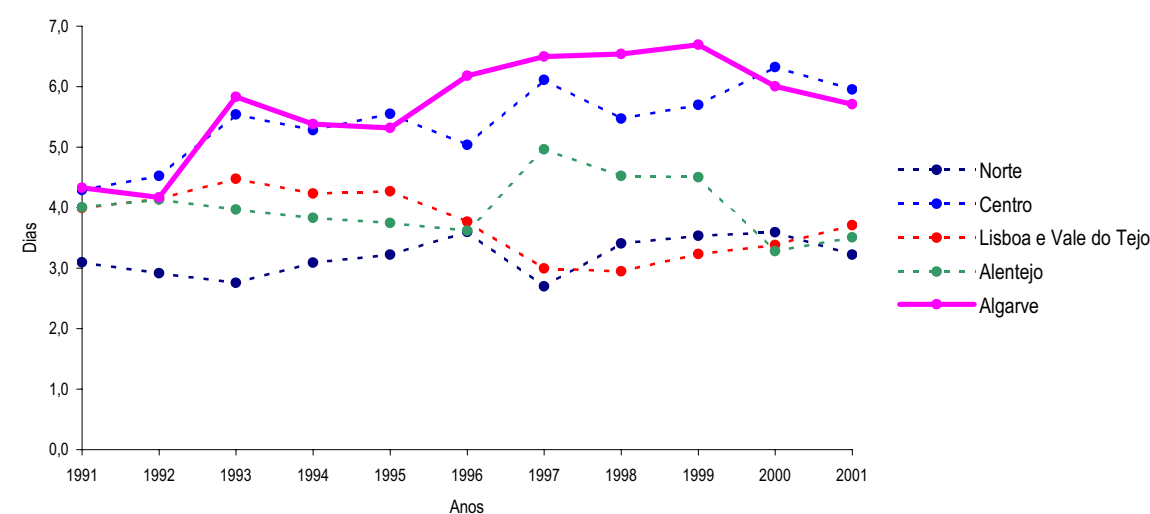
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 71 - Evolução da taxa de ocupação (%) dos parques de campismo, por regiões do Continente (1991-2000)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 72 - Evolução da permanência média (dias) nos parques de campismo, por regiões do Continente (1991-2001)**

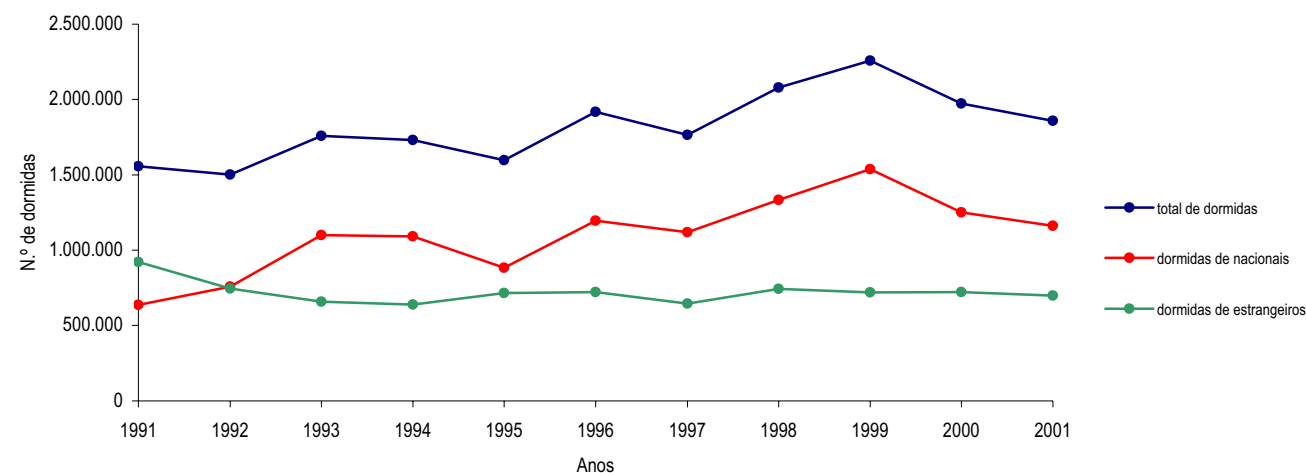


Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Quanto à nacionalidade das dormidas nos parques de campismo da região, há a registar, como dado mais importante, a clara subida da importância das dormidas de nacionais relativamente às de estrangeiros. A ultrapassagem deu-se logo no início da década (em 1992) e daí para cá nunca mais as dormidas de nacionais foram inferiores às de cidadãos estrangeiros. Contudo, as dormidas de cidadãos estrangeiros aparentam uma maior estabilidade do que as dos nacionais; ou seja, apesar de terem decrescido consideravelmente entre 1991 e 1993, nunca mais sofreram grandes variações e, inclusive, resistiram melhor do que as nacionais nos últimos dois anos (2000 e 2001), estas sim, responsáveis pela descida do total de dormidas. Como resultado da década, destaque-se a clara subida da percentagem de dormidas de cidadãos nacionais (de 41% em 1991 para quase 63% em 2001), enquanto a percentagem das dormidas de estrangeiros desce de 59% (em 1991) para 37% em 2001.

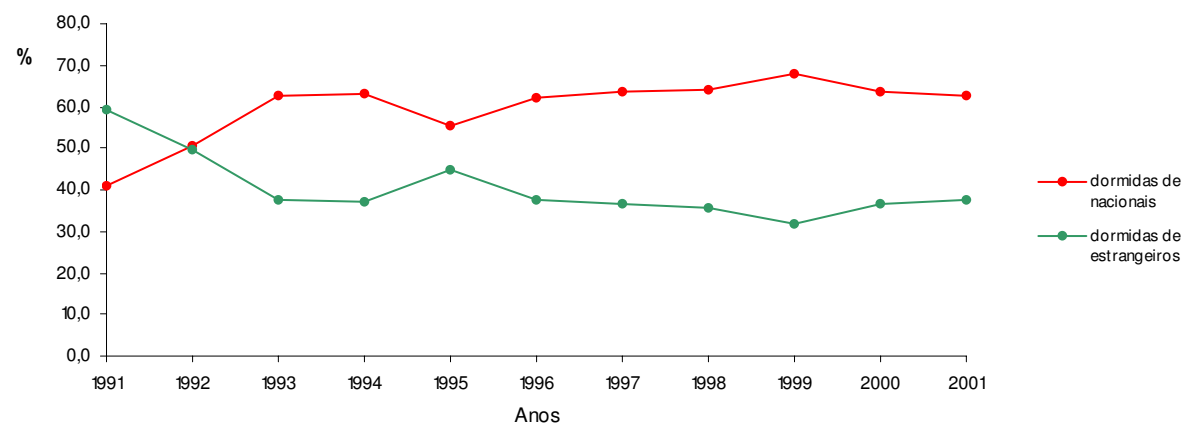


**Gráfico 73 - Evolução das dormidas (total, nacionais e estrangeiras) nos parques de campismo da região do Algarve (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

**Gráfico 74 - Evolução da percentagem das dormidas de nacionais e de estrangeiros nos parques de campismo da região do Algarve (1991-2001)**



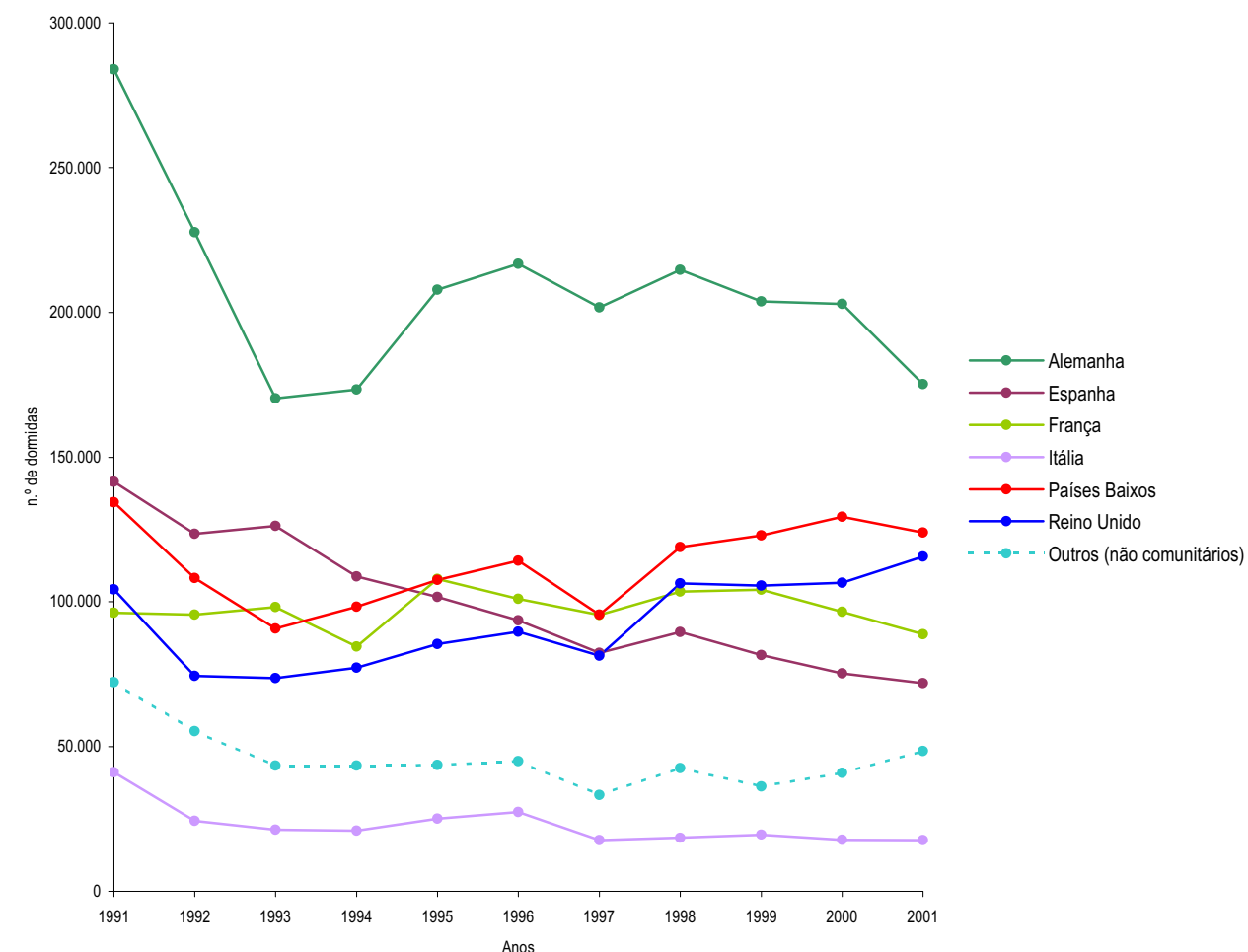
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Quanto à proveniência dos cidadãos estrangeiros, destaque-se, em primeiro lugar, uma diminuição generalizada de todas as nacionalidades, com excepção, se tomarmos os extremos da série temporal (1991 e 2001) como referência, do mercado do Reino Unido: 104.250 dormidas em 1991 e 115.622 dormidas em 2001, o que corresponde a um aumento de quase 11% (sendo de registar a forte recuperação na segunda metade da década, após uma notória descida entre 1992 e 1994). Quanto aos restantes mercados, regista-se um decréscimo em todos eles (nomeadamente os principais), de que são exemplo as descidas das dormidas de cidadãos:

- alemães, cerca de 38%;
- espanhóis, cerca de 49%;
- italianos, cerca de 57%;
- holandeses e franceses, quase 8%;
- e de não-comunitários, cerca de 24%.

Registe-se ainda que o total de dormidas de cidadãos da União Europeia, apesar de diminuir quase 33% entre 1991 e 2001, continua a representar a grande maioria das dormidas de estrangeiros: 92,2% em 1991 e 93% em 2001.

**Gráfico 75 - Evolução das dormidas de cidadãos estrangeiros, segundo as principais origens, nos parques de campismo do Algarve (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Por último, resta tentar estabelecer uma comparação, para o ano de 2001, entre os Parques de Campismo e os estabelecimentos hoteleiros já caracterizados nos capítulos anteriores, por forma a melhor aquilatar a importância e o peso destes equipamentos de turismo no contexto do Turismo na região. Infelizmente, não se dispõe de informação relativa às receitas geradas pelos Parques de Campismo, motivo pelo qual esta breve comparação ficará sempre aquém do que seria desejável. Nesta comparação abordam-se os indicadores mais gerais, como sejam os estabelecimentos, a capacidade, os campistas (hóspedes), as dormidas, a permanência média e a taxa de ocupação.

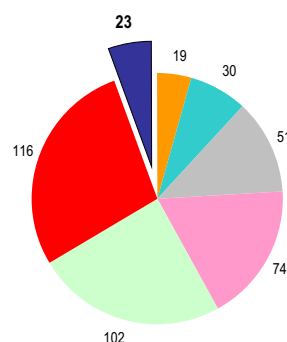
Assim, verifica-se que no Algarve:

- os Parques de Campismo representam cerca de 6% do total de estabelecimentos da região (total esse que inclui os Parques de Campismo) e são em maior número que os Motéis, Estalagens e Pousadas e Aldeamentos;
- os Parques de Campismo têm mais capacidade do que qualquer categoria de estabelecimento hoteleiro, representando cerca de 33% da capacidade de alojamento da região (incluindo os Parques de Campismo);
- os campistas constituem cerca de 12% dos hóspedes da região, mais do que os hóspedes das Pensões, Motéis, Estalagens e Pousadas, e Aldeamentos;
- as dormidas do Campismo representam quase 12% do total das dormidas na região, mais do que as dormidas nas Pensões, Motéis, Estalagens e Pousadas, e quase o mesmo dos Aldeamentos;
- a permanência média nos Parques de Campismo é superior à dos Hotéis, Motéis, Estalagens e Pousadas e Pensões;
- a taxa de ocupação dos Parques de Campismo é claramente a mais baixa, reflectindo claramente a forte sazonalidade da ocupação destes equipamentos.

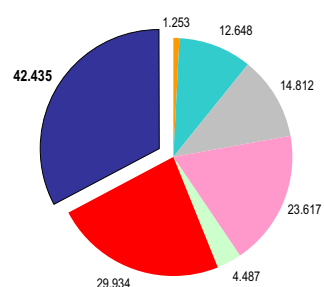
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os gráficos seguintes evidenciam a parcela significativa que os Parques de Campismo representam na região, quer do ponto de vista da oferta quer do ponto de vista da procura turística.

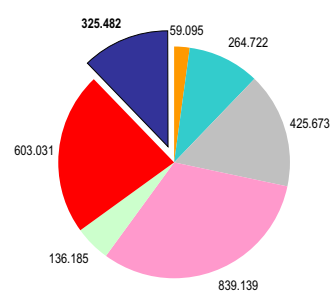
**Gráfico 76 - Número de estabelecimentos (2001)**



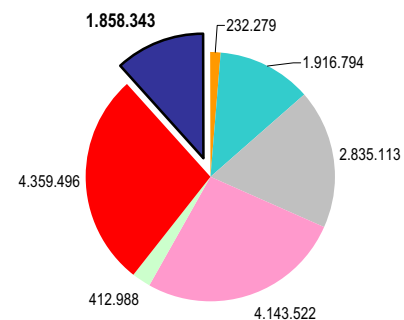
**Gráfico 76.a - Capacidade (2001)**



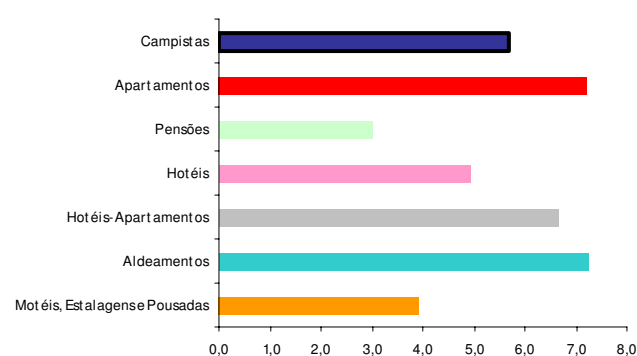
**Gráfico 76.b - Número de hóspedes (2001)**



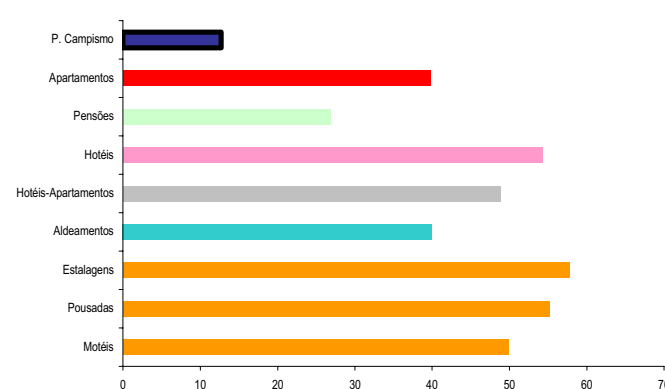
**Gráfico 76.c - Número de dormidas (2001)**



**Gráfico 76.d - Permanência média (dias), (2001)**

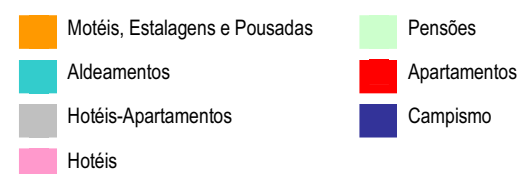


**Gráfico 76.e - Taxa de Ocupação (2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Legenda:

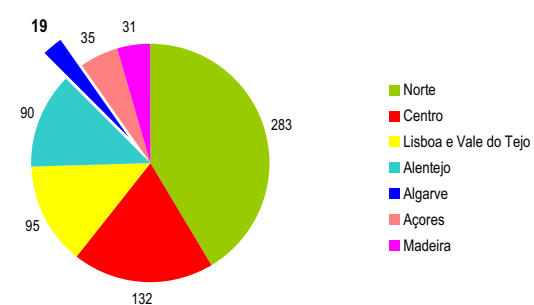


## IV. Turismo no Espaço Rural

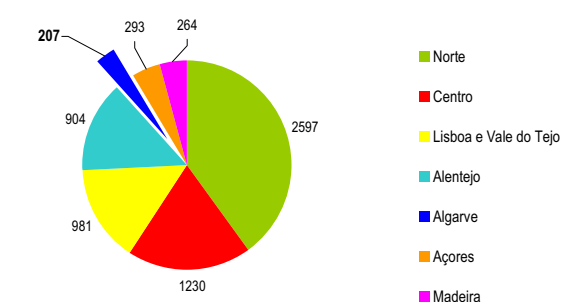
Relativamente ao Turismo no Espaço Rural na região, tentou-se, com a pouca informação de que dispomos (a que as Estatísticas do INE proporcionam), traçar alguns aspectos mais relevantes da sua evolução na década de 90 e, sempre que possível, tentar compará-la com a evolução registada para o total nacional. Tal como nos Parques de Campismo, também para o Turismo no Espaço Rural não dispomos quer da informação desagregada por concelhos quer da informação relativa às receitas geradas, motivos pelos quais esta breve análise ficará naturalmente aquém da desejável.

Quanto ao número de estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural, em 2001, verifica-se que o total regional é claramente inferior ao das restantes regiões, incluindo as regiões autónomas. A capacidade deste tipo de estabelecimentos na região é, naturalmente, também claramente inferior à das outras regiões, constituindo (em 2001) somente 3.2% da oferta nacional.

**Gráfico 77 - Número de Estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural, por regiões (2001)**



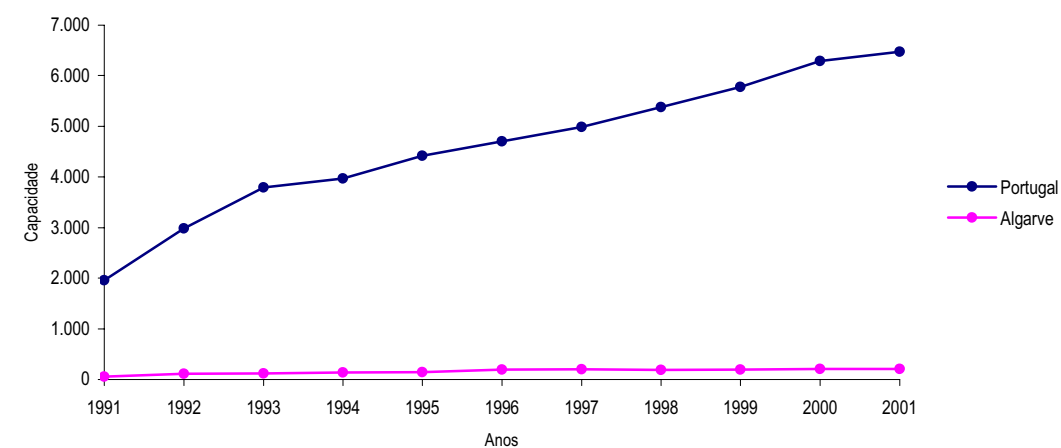
**Gráfico 77.a - Capacidade dos Estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural, por regiões (2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Em termos de evolução da capacidade de alojamento durante a década de 90, verifica-se que o total regional passou de 56 camas em 1991 para 207 em 2001, um aumento em termos percentuais muito significativo (cerca de 270%), mas em termos absolutos quase irrelevante quando comparado com a evolução da capacidade de alojamento do total nacional.

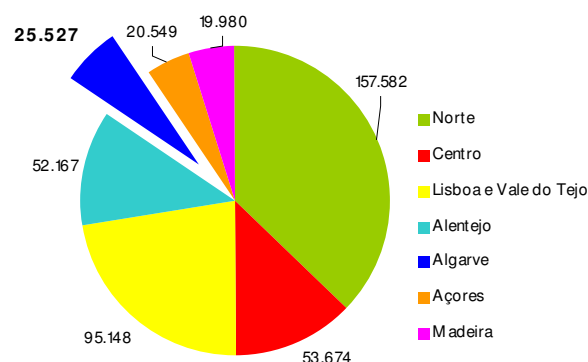
**Gráfico 78 - Evolução da capacidade de alojamento do Turismo no Espaço Rural, na região do Algarve e no País (1991-2001)**



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

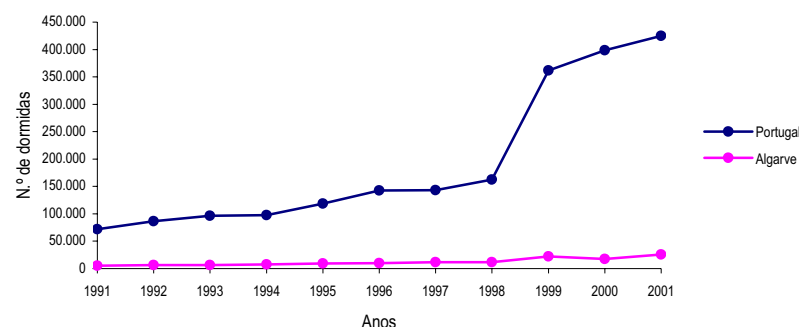
Porém, em termos de dormidas, a região do Algarve não é a última, quando comparada com as restantes regiões do País. A região detém, em 2001, cerca de 6% das dormidas, mais do que o valor quer da Madeira quer dos Açores. O número de dormidas na região quintuplicou durante a década de 90 (5.000 em 1991, 25.527 em 2001) mas, apesar destes fortíssimo crescimento percentual, continua com pouca expressão no contexto nacional.

Gráfico 79 - Número de dormidas em Turismo no Espaço Rural, por regiões (2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

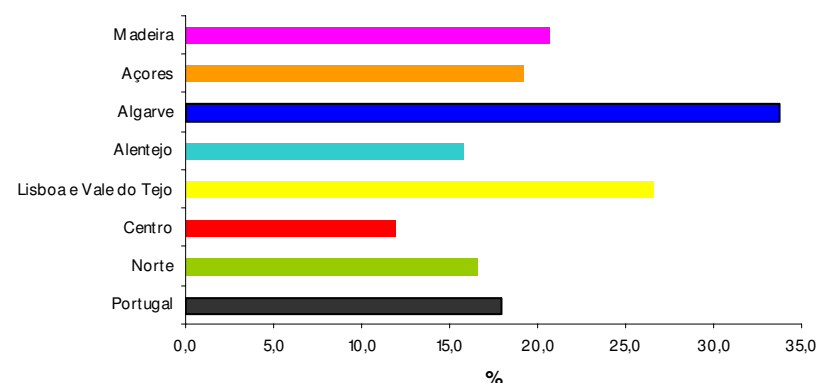
Gráfico 80 - Evolução do número de dormidas em Turismo no Espaço Rural, região do Algarve e País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

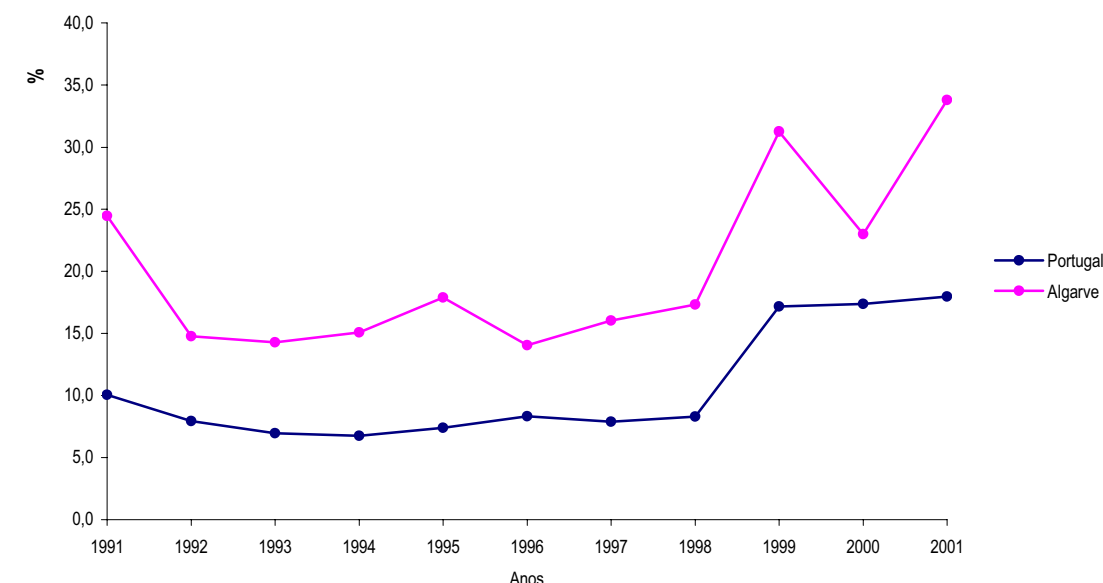
Já no que respeita à taxa de ocupação-cama, o Turismo no Espaço Rural no Algarve apresenta, em 2001, o valor mais elevado do País, claramente superior ao de qualquer outra região. De notar também que foi mais precisamente nos últimos anos da década (embora o ano de 2000 represente um relativo retrocesso) que a taxa de ocupação na região conheceu um forte impulso, passando da ordem dos 20% para a casa dos 30%, o que vem colocar estes estabelecimentos ao nível dos restantes estabelecimentos hoteleiros tradicionais já abordados neste estudo, no que à taxa de ocupação diz respeito.

Gráfico 81 - Taxa de ocupação-cama (%) do Turismo no Espaço Rural, por regiões (2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 82 - Evolução da taxa de ocupação-cama (%) do Turismo no Espaço Rural, região do Algarve e País (1991-2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Quanto à sazonalidade da ocupação dos estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural, verifica-se que a distribuição das dormidas ao longo dos meses do ano apresenta padrões muito semelhantes no Algarve e no País. A única diferença significativa reside numa maior concentração das dormidas na região nos meses da Primavera.

Ainda em relação à sazonalidade há a referir o facto de este fenómeno apresentar uma tendência, embora ligeira, para uma relativa atenuação. Tomando como base de comparação a sazonalidade na região em 1991, verificamos que em 2001:

- o peso das dormidas no Verão já não é tão significativo (55% do total anual das dormidas na região em 1991, contra somente 42.6% em 2001);
- o peso das dormidas nas restantes estações do ano sobe consideravelmente (na Primavera, de 26.5 para 31.1%; no Outono, de 10.2 para 16.9%; no Inverno, de 8.2 para 9.5%)

Os 19 estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural na região do Algarve, em 2001, encontram-se concentrados em apenas 7 concelhos, sendo que:

- 6 (quase 1/3 dos estabelecimentos) estão no concelho de Loulé;
- 4 estão no concelho de Tavira;
- os concelhos de Portimão e Silves têm 3 estabelecimentos cada;
- os restantes 3 estabelecimentos estão nos concelhos de Castro Marim, Lagoa e Lagos.

Mais importante, porventura, do que olhar à distribuição dos estabelecimentos por concelhos (onde se observa uma distribuição muito assimétrica, uma vez que nove dos dezasseis concelhos da região não possuem qualquer estabelecimento), será verificar que uma parte considerável do território - a Serra -, precisamente aquela onde a ruralidade detém ainda mais expressão, apenas dispõe de um estabelecimento (nas Furnazinhas, concelho de Alcoutim). Embora não se possa afirmar peremptoriamente que o padrão de distribuição dos estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural reproduz o padrão de distribuição da generalidade dos estabelecimentos hoteleiros, visto o Barrocal deter alguma representatividade, parece no entanto muito evidente uma certa preponderância da concentração de estabelecimentos na faixa litoral meridional, o que poderá indiciar alguma "colagem" do turismo no espaço rural ao turismo balnear.

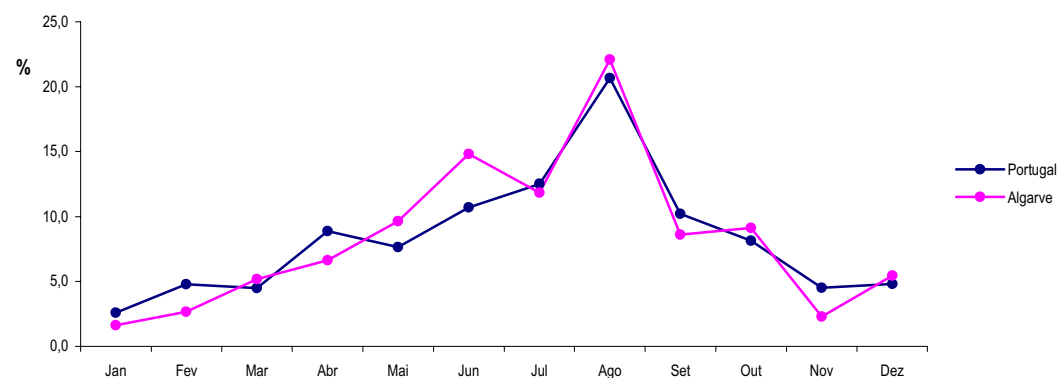
Mapa 8 – Estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural no Algarve (2001)



Fonte: DGT: Turismo no Espaço Rural – Algarve (2002)

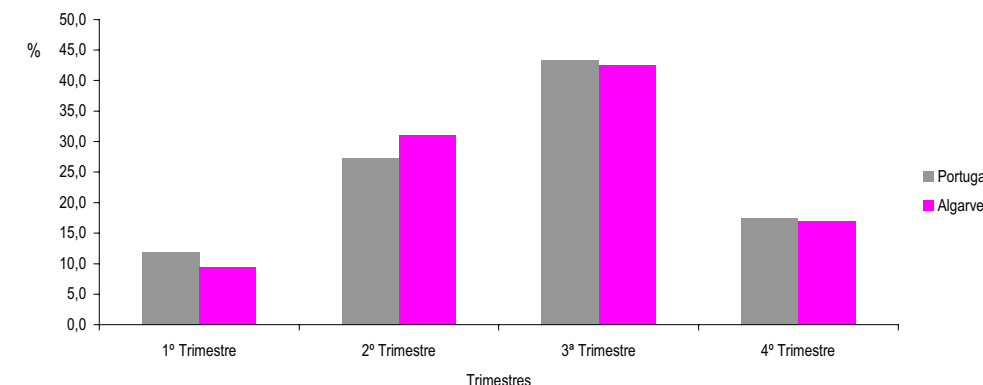
Como se acaba de ver, o Turismo no Espaço Rural não tem na região a mesma expressão que revela no resto do País, nomeadamente nas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Contudo, este nicho do Turismo na região do Algarve apresenta um comportamento deveras interessante nalguns indicadores, como sejam os casos da quintuplicação do valor das dormidas no espaço de uma década e do valor da taxa de ocupação (claramente a mais elevada no País). Apesar de interessante, este tipo de turismo é irrelevante do ponto de vista das receitas e, como acaba de se ver, não se distingue do padrão de distribuição territorial dos outros tipos de estabelecimentos hoteleiros (tradicionais).

Gráfico 83 - Percentagem das dormidas em Turismo no Espaço Rural, por meses, no Algarve e no País (2001)



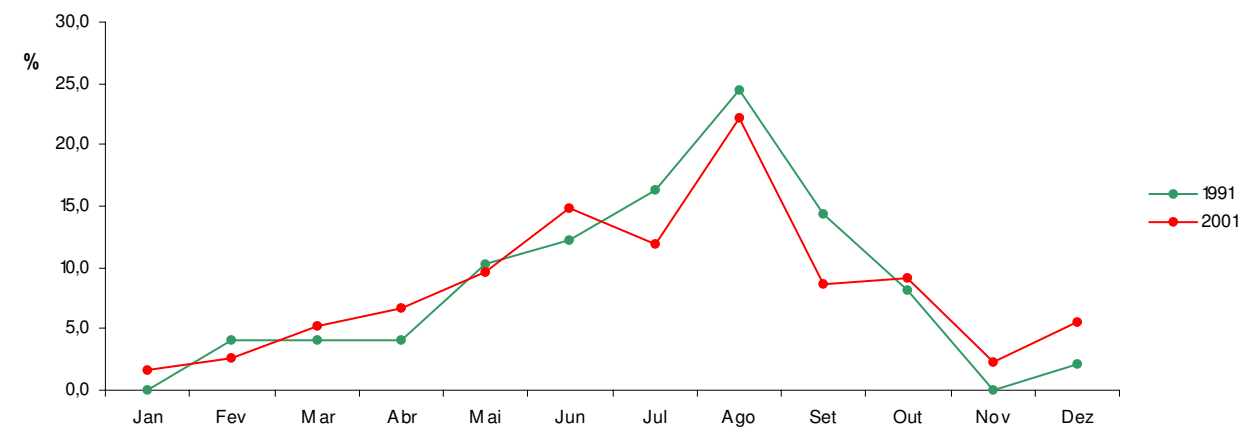
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 84 - Percentagem das dormidas em Turismo no Espaço Rural, por trimestres, no Algarve e no País (2001)



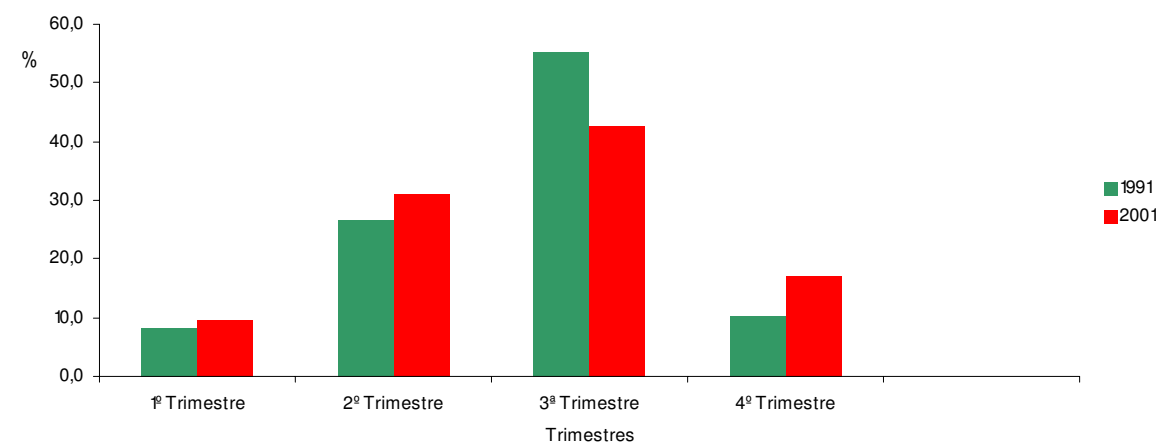
Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 85 - Percentagem das dormidas em Turismo no Espaço Rural, por meses, no Algarve (1991 e 2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Gráfico 86 - Percentagem das dormidas em Turismo no Espaço Rural, por trimestres, no Algarve (1991 e 2001)



Fonte: INE: Anuários Estatísticos (1994/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

## V. Síntese

→ Em termos de **oferta turística** (número de estabelecimentos e capacidade de alojamento) e relativamente ao período compreendido entre 1991 e 2001, há a realçar:

1. Um aumento do número de estabelecimentos na região (31.1%) claramente superior ao do total de estabelecimentos do país (que até conheceu um pequeníssimo decréscimo - 1.785 em 1991 e 1.781 em 2001); todavia o aumento da capacidade de alojamento do Algarve (14%) foi claramente inferior ao aumento da capacidade de alojamento nacional (21%).
2. O aumento da oferta no Algarve assentou essencialmente nos Apartamentos e nos Hotéis, as únicas duas categorias de estabelecimentos que reforçam as suas proporções simultaneamente em número e capacidade de alojamento; todas as restantes categorias (Pensões, Motéis, Estalagens e Pousadas, Aldeamentos e Hotéis-Apartamentos) perdem peso na proporção da capacidade de alojamento da região.
3. Em termos intra-regionais, continua-se a assistir a uma oferta turística espacialmente muito desequilibrada: quase 1/3 dos estabelecimentos e 40% da capacidade concentram-se no concelho de Albufeira; quase 62% dos estabelecimentos e 3/4 da capacidade concentram-se nos concelhos de Albufeira, Loulé e Portimão; cerca de 85% dos estabelecimentos e 90% da capacidade concentram-se na faixa litoral Lagos-Faro. Apesar de algumas particularidades, denota-se em 2000, relativamente a 1991, um reforço da concentração quer de estabelecimentos (de 84.9 para 85.4%) quer da capacidade de alojamento (de 86.3 para 89.4%) nos sete concelhos da faixa Lagos-Faro.

→ Em termos de **procura turística** (número de dormidas), e relativamente ao período compreendido entre 1991 e 2001, há essencialmente a destacar:

1. Um aumento do número de dormidas na região (18.6%) claramente inferior ao aumento do número de dormidas no total nacional (27.8%). Se analisarmos cada uma das metades da década, verifica-se que o aumento de dormidas na região foi claramente mais forte na primeira metade (1991-1995), cerca de 12% (o que equivale a um crescimento médio anual de 2.9%), enquanto na segunda metade (1995-2001) o crescimento foi substancialmente mais lento, cerca de 5.9% (o que equivale a um crescimento médio anual de 0.9%). Pelo contrário, nos totais nacionais de dormidas o crescimento na primeira metade da década foi mais lento do que na segunda metade.
2. Saliente-se contudo que, no Algarve, o aumento do número de dormidas entre 1999 e 2000 foi extremamente baixo (menos de 1%) e entre 2000 e 2001 foi mesmo negativo (-4.6%). Tendo em atenção novos dados, que não foram trabalhados no capítulo referente às dormidas na região, verifica-se que nos primeiros seis meses do ano 2002, o número de dormidas na região decresceu 10.5% relativamente ao período homólogo de 2001. Esta descida foi consideravelmente mais acentuada do que a descida de 6.2% registada para o total das dormidas no País, confirmando a tendência de decréscimo iniciada em 2000.
3. Como balanço da década, a região perde a sua proporção no total nacional de dormidas (de 44.6% em 1991 para 41.4% em 2001).
4. Somente os Hotéis, Apartamentos, Hotéis-Apartamentos e Motéis, Estalagens e Pousadas apresentam aumentos absolutos do número de dormidas; os Aldeamentos e Pensões registam crescimentos negativos. Contudo, apenas os Hotéis, Apartamentos e Hotéis-Apartamentos apresentam aumentos no peso relativo das dormidas na região. Ou seja, as dormidas estão cada vez mais concentradas nestas três categorias de estabelecimentos, em claro detrimento das restantes (Aldeamentos, Pensões e Motéis, Estalagens e Pousadas).

5. Em termos intra-regionais, verificamos uma idêntica concentração das dormidas, quer em 1991 quer em 2000, nos mesmos 7 concelhos da faixa litoral Lagos-Faro, o que significa que o restante território, pese embora um crescimento do número absoluto de dormidas, não conseguiu aumentar a sua proporção no total regional.
6. Embora as dormidas de estrangeiros constituam a grande maioria do total de dormidas na região (82% em 2001), há a registar que as dormidas de cidadãos nacionais aumentaram consideravelmente mais durante a década de 90 do que as dormidas de cidadãos estrangeiros (51% e 13%, respectivamente), sendo igualmente de realçar que o aumento das dormidas de nacionais foi mais regular e menos sujeita a oscilações do que as de cidadãos estrangeiros. Pelo contrário, no total nacional de dormidas, observou-se um crescimento das dormidas de cidadãos nacionais inferior ao do crescimento das dormidas de cidadãos estrangeiros. Ou seja, subsiste a ideia tanto de uma maior difusão dos cidadãos estrangeiros pelo território nacional como de um crescendo da componente nacional no contexto do Algarve.
7. Já com dados referentes ao primeiro semestre de 2002 (não analisados no presente relatório), que nos indicam uma descida de 10.5% no total de dormidas na região relativamente ao período homólogo de 2001, há a realçar o facto de este decréscimo se dever exclusivamente à diminuição do número de dormidas de estrangeiros (-13%), uma vez que o número de dormidas de nacionais até conheceu um crescimento (3.9%).
8. Quanto à nacionalidade dos hóspedes estrangeiros no Algarve há a destacar o peso crescente de cidadãos da União Europeia no seu todo. Todavia, cada vez são mais preponderantes os mercados britânico e alemão, enquanto os mercados holandeses, italiano, espanhol e francês perdem peso no turismo da região, embora o mesmo não se verifique no contexto nacional.
9. Quanto à sazonalidade, na região do Algarve há a registar o facto de não existirem, de 1991 para 2001, alterações particularmente significativas na distribuição da percentagem das dormidas pelos meses do ano.
10. A permanência média (dias) na região do Algarve registou um ligeiro declínio entre 1991 e 2001 (de 6.1 para 6.0 dias), decréscimo semelhante ao da permanência média no total nacional (de 3.4 para 3.3 dias). Esta descida da permanência média foi extensiva a todas as categorias de estabelecimentos, com excepção dos Hotéis.
11. Em termos intra-regionais, destaque-se, contudo, que mais de metade dos concelhos, mais precisamente 10 concelhos, registaram aumentos da permanência média.
12. As taxas de ocupação cama no Algarve são, durante toda a década de 90, sempre superiores às do país. Contudo, só em 1999 e 2000 os valores foram superiores ao valor de 1991, havendo a registar uma descida no ano de 2001. Por categorias de estabelecimento, verificamos que somente os Hotéis-Apartamentos, Hotéis e Motéis, Estalagens e Pousadas registam aumentos da taxa de ocupação, enquanto os Aldeamentos e Apartamentos (especificidades da região, uma vez que se concentram quase exclusivamente no Algarve) registam decréscimos.
13. Poder-se-á mesmo tentar estabelecer uma relação entre a evolução das dormidas na região e a evolução da taxa de ocupação-cama e registar que, em termos regionais, houve um aumento da oferta (capacidade de alojamento) não correspondido por idêntico aumento da procura (número de dormidas), que cresceu em menor ritmo. Este comportamento apenas se verificou nos Apartamentos, e por isso arrastou o total regional, uma vez que os Apartamentos representam muito no total das dormidas. Nas restantes categorias de estabelecimentos houve uma adequação entre oferta e procura: decréscimos nas dormidas e na taxa de ocupação relativamente às Pensões e Aldeamentos; aumentos nas dormidas e taxa e ocupação relativamente aos Hotéis, Hotéis-Apartamentos e Motéis, Estalagens e Pousadas.

→ Em termos de **receitas** geradas pelos estabelecimentos hoteleiros e relativamente ao período compreendido entre 1993 e 2001, há a destacar como principais aspectos:

1. As receitas cresceram mais no total do país (91%) do que na região do Algarve (81%); no Algarve, ao contrário do País, as receitas registaram, entre 2000 e 2001, um sensível decréscimo (3.5%), contrariando a evolução de toda a década. Tendo em consideração novos dados, que não foram trabalhados no capítulo referente às receitas (capítulo 3), podemos adiantar que nos primeiros quatro meses do ano de 2002 o total das receitas na região decresceu 5.9%

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- relativamente ao período homólogo de 2001. Esta descida foi consideravelmente mais acentuada do que a descida de 1.6% registada para o total das receitas no País. Como tal, afigura-se preocupante o decréscimo iniciado em 2000 que, ao que tudo indica e à semelhança do que foi referido relativamente às dormidas, se irá prolongar pelo ano de 2002.
- Em termos de balanço, a proporção das receitas da região no contexto nacional baixou de 33.1% em 1993 para 31.5% em 2001.
- Os Hotéis são responsáveis, em 2001, pela grande maioria do total das receitas (cerca de 53%), surgindo a larga distância os Apartamentos e os Hotéis-Apartamentos como as categorias mais representativas (16% e 15%, respectivamente).
- Em termos intra-regionais, existe uma claríssima disparidade na distribuição das receitas. Em 2000, verificamos que os concelhos de Albufeira, Loulé e Portimão concentram quase 72% do total regional de receitas dos estabelecimentos hoteleiros. Por outro lado, os concelhos de Olhão, Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel e Castro Marim, em conjunto, representam somente 0.9% do total regional de receitas dos estabelecimentos.

Como súmula desta pequena síntese, e tentando captar o essencial dos aspectos aqui focados, parecem-nos claras algumas tendências no sector que, por esse motivo, serão de seguida discriminadas:

- O leque de estabelecimentos hoteleiros é, em 2001, relativamente menos diversificado do que em 1991. Não propriamente pelo desaparecimento na região de qualquer categoria mas sim pela diminuição de estabelecimentos e da respectiva capacidade de alojamento, nomeadamente de Motéis, Estalagens e Pousadas. Por outro lado, assiste-se a um reforço de determinadas categorias: Hotéis e Apartamentos.
- Verifica-se também que, tanto a oferta como a procura e (naturalmente) as receitas geradas, se encontram cada vez mais concentradas em muito poucos concelhos da faixa litoral entre Lagos e Faro, enquanto o resto da região, territorialmente muito mais vasto, concentra cada vez menos estabelecimentos, dormidas e receitas.
- Detectou-se ainda que, apesar da subida do peso das dormidas de cidadãos nacionais, as dormidas de cidadãos estrangeiros (cerca de 82% das dormidas em 2001) assentam cada vez mais em apenas dois mercados – britânico e alemão -, tendo os mercados secundários, como são os casos do espanhol, francês, italiano e holandês, começado a dispersar-se mais pelo território nacional em detrimento da região.
- A forte sazonalidade das dormidas na região não sofreu qualquer esbatimento significativo nos últimos 10 anos, continuando a procura a incidir esmagadoramente nos meses de Verão e sem que o peso das dormidas fora desta estação conheça aumentos significativos.

Se a estes 4 grandes aspectos incluirmos o comportamento de alguns indicadores, como por exemplo:

- o desajuste entre oferta e procura no total de estabelecimentos (ou seja, um crescimento da capacidade de alojamento superior ao número de dormidas que provocou, apesar de aumentar o número de dormidas, uma descida da taxa de ocupação);
- a descida recente, no último ano (de 2000 para 2001) e já nos primeiros seis meses de 2002, quer do número de dormidas quer do total das receitas;

concluimos que o panorama actual pode suscitar algumas preocupações relativas à evolução do sector nos anos mais próximos.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### QUADROS

Q. 1 – Total de Estabelecimentos Hoteleiros e Capacidade de Alojamento, por regiões (1997-2001)

	N.º de estabelecimentos					Capacidade				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	391	390	395	393	392	27184	27706	28485	28827	29523
Centro	277	267	264	264	254	20942	21053	19681	20161	20099
Lisboa e Vale do Tejo	413	407	412	414	410	48497	51028	51956	53405	53628
Alentejo	103	100	102	105	104	7660	7573	7513	7439	7318
<b>Algarve</b>	<b>385</b>	<b>384</b>	<b>388</b>	<b>392</b>	<b>384</b>	<b>84581</b>	<b>85096</b>	<b>85098</b>	<b>85738</b>	<b>86751</b>
Açores	58	58	58	54	61	3573	3592	3939	4012	4814
Madeira	141	148	153	164	176	18878	19524	20156	23376	26532
<b>Portugal</b>	<b>1768</b>	<b>1754</b>	<b>1772</b>	<b>1786</b>	<b>1781</b>	<b>211315</b>	<b>215572</b>	<b>216828</b>	<b>222958</b>	<b>228665</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 2 – Total de Estabelecimentos Hoteleiros, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Albufeira	80	83	108	112	114	114	115	117	120	125	
Aljezur	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	
Castro Marim	-	-	-	4	3	-	3	3	3	3	
Faro	30	29	30	24	24	23	22	21	20	20	
Lagoa	14	16	22	22	23	25	28	30	30	29	
Lagos	20	23	30	30	30	32	32	33	32	33	
Loulé	49	50	64	61	60	62	63	60	60	60	
Monchique	4	5	6	5	5	5	5	5	5	5	
Olhão	7	8	3	4	3		3	4	4	4	
Portimão	50	51	61	63	60	60	60	59	61	57	
S. Brás Alportel	1	1	-	1	-	-	1	1	1	1	
Silves	6	9	10	10	11	11	10	9	9	10	
Tavira	11	13	15	14	15	15	13	14	15	15	
Vila do Bispo	10	9	14	13	13	12	13	12	13	13	
V. R. S. António	10	10	14	14	16	14	16	15	14	16	
<b>Algarve</b>	<b>293</b>	<b>308</b>	<b>384</b>	<b>378</b>	<b>378</b>	<b>379</b>	<b>385</b>	<b>384</b>	<b>388</b>	<b>392</b>	<b>384</b>
<b>Portugal</b>	<b>1785</b>	<b>1777</b>	<b>1777</b>	<b>1728</b>	<b>1733</b>	<b>1744</b>	<b>1768</b>	<b>1754</b>	<b>1772</b>	<b>1786</b>	<b>1781</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 3 – Capacidade de Alojamento, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Albufeira	27657	28843	29919	28589	30375	30478	29920	30868	32489	33513	
Aljezur	56	52	52	52	52	52	52	52	52	52	
Castro Marim	518	488	610	604	538	-	502	502	500	492	
Faro	1561	1508	1582	1494	1562	1534	1532	1520	1409	1387	
Lagoa	3735	4264	4751	5041	5625	6348	7309	7101	7023	6827	
Lagos	4166	3611	3122	3710	3472	3602	3710	3984	3807	3844	
Loulé	12235	11164	13091	12540	12971	13390	12742	13901	12918	13291	
Monchique	118	128	121	109	120	120	117	117	125	125	
Olhão	400	199	50	153	50	-	50	72	64	64	
Portimão	14706	16083	15631	18505	18019	18671	18442	18078	17083	16303	
S. Brás Alportel	48	48	62	48	-	-	66	66	66	66	
Silves	1507	1396	1271	1011	1494	1535	1577	1646	1478	1456	
Tavira	5883	4568	5883	5058	3600	3406	3570	3286	3460	3478	
Vila do Bispo	753	858	932	898	898	931	932	876	1104	1074	
V. R. S. António	2664	2727	3288	3341	3699	3512	4060	3027	3520	3766	
<b>Algarve</b>	<b>76007</b>	<b>75928</b>	<b>80368</b>	<b>81153</b>	<b>82475</b>	<b>84139</b>	<b>84581</b>	<b>85096</b>	<b>85098</b>	<b>85738</b>	<b>86751</b>
<b>Portugal</b>	<b>188501</b>	<b>190892</b>	<b>198862</b>	<b>202442</b>	<b>204051</b>	<b>208205</b>	<b>211315</b>	<b>215572</b>	<b>216828</b>	<b>222958</b>	<b>228665</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 4 – Total de Estabelecimentos Hoteleiros, segundo a categoria, no Algarve (1991/2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Motéis, Estalagens e Pousadas	14	11	20	19	17	30	19	18	19	19	18
Aldeamentos Turísticos	25	24	29	28	28	28	29	27	29	30	30
Hotéis-Apartamentos	30	33	39	42	42	41	41	46	48	51	49
Hotéis	51	55	64	67	71	70	72	74	72	74	74
Pensões	89	91	119	109	107	109	104	101	103	102	98
Apartamentos Turísticos	84	94	113	113	113	114	120	118	117	116	115
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>308</b>	<b>384</b>	<b>378</b>	<b>378</b>	<b>392</b>	<b>385</b>	<b>384</b>	<b>388</b>	<b>392</b>	<b>384</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 5 – Total de Estabelecimentos Hoteleiros, segundo a categoria, no País (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Motéis, Estalagens e Pousadas	112	113	117	117	112	117	129	137	142	143	145
Aldeamentos Turísticos	31	26	31	31	29	29	32	30	31	33	33
Hotéis-Apartamentos	76	83	85	92	96	99	101	107	112	118	120
Hotéis	367	384	387	404	417	429	444	457	465	483	497
Pensões	1065	1029	1023	947	937	927	913	870	874	862	841
Apartamentos Turísticos	134	142	134	137	142	143	149	153	148	147	145
<b>Total</b>	<b>1785</b>	<b>1777</b>	<b>1777</b>	<b>1728</b>	<b>1733</b>	<b>1744</b>	<b>1768</b>	<b>1754</b>	<b>1772</b>	<b>1786</b>	<b>1781</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 6 – Capacidade de Alojamento, segundo a categoria, na região do Algarve (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Motéis, Estalagens e Pousadas	1299	1227	1175	1217	1232	1147	1253	1271	1267	1273	1253
Aldeamentos Turísticos	17160	13824	16329	14335	14176	14486	13144	12151	11964	12415	12648
Hotéis-Apartamentos	14938	15936	15971	19333	18844	18802	14034	14614	14762	15530	14812
Hotéis	14997	16883	16814	17741	19233	19844	20255	21405	20734	20957	23617
Pensões	5059	4989	5018	4728	4653	4881	4610	4477	4628	4757	4487
Apartamentos Turísticos	22554	23069	25061	23799	24337	24979	31285	31178	31743	30806	29934
<b>Total</b>	<b>76007</b>	<b>75928</b>	<b>80368</b>	<b>81153</b>	<b>82475</b>	<b>84139</b>	<b>84581</b>	<b>85096</b>	<b>85098</b>	<b>85738</b>	<b>86751</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 7 – Capacidade de Alojamento, segundo a categoria, no País (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Motéis, Estalagens e Pousadas	5447	5447	5706	6024	6110	6947	7178	7716	8033	8409	8602
Aldeamentos Turísticos	17494	13990	16493	14662	14296	14606	13607	12597	12340	12983	13026
Hotéis-Apartamentos	22412	24344	26079	30025	30166	30383	26308	27013	28076	29764	30403
Hotéis	71883	76427	77237	82353	83372	86598	88601	93357	94217	98434	104439
Pensões	46316	44845	46450	43327	43306	42732	41979	40310	40537	40721	40782
Apartamentos Turísticos	24981	25839	26897	26051	26801	27569	33642	34579	33625	32647	31413
<b>Total</b>	<b>188533</b>	<b>190892</b>	<b>198862</b>	<b>202442</b>	<b>204051</b>	<b>208835</b>	<b>211315</b>	<b>215572</b>	<b>216828</b>	<b>222958</b>	<b>228665</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 8 – Número de Hotéis, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Albufeira	8	9	13	13	13	13	13	14	15	15	
Aljezur	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	
Castro Marim	0	0	-	1	1	-	-	-	1	1	
Faro	4	4	5	5	5	-	6	6	5	5	
Lagoa	2	3	3	4	5	5	-	6	6	6	
Lagos	5	6	7	7	8	8	8	8	7	7	
Loulé	9	10	11	12	12	12	12	13	13	13	
Monchique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Olhão	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	
Portimão	13	13	13	14	14	14	14	14	14	14	
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Silves	2	2	-	2	3	3	3	-	2		

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Q. 9 – Capacidade de Alojamento dos Hotéis, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	2655	3224	3590	3591	3585	3551	3545	3601	4272	4235
Aljezur	56	52	52	52	52	52	52	52	52	52
Castro Marim	-	-	68	64	-	-	-	-	-	-
Faro	521	524	611	703	696	-	802	793	669	-
Lagoa	470	1084	840	1171	1676	2076	0	2149	2252	-
Lagos	1663	1695	1478	1715	1597	1601	1768	1778	1638	1652
Loulé	3772	4416	4405	4464	4874	5062	4866	6228	5212	5222
Monchique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olhão	102	101	-	101	-	-	-	-	-	-
Portimão	3680	3636	3430	3736	3711	3837	3737	3772	3671	3742
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silves	360	360	375	375	841	841	841	-	-	840
Tavira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila do Bispo	236	300	300	300	-	328	328	328	328	306
V. R. S. António	1482	1491	1665	1469	1833	1741	2181	1877	1836	1917
<b>Algarve</b>	<b>14997</b>	<b>16883</b>	<b>16814</b>	<b>17741</b>	<b>19233</b>	<b>19844</b>	<b>20255</b>	<b>21405</b>	<b>20734</b>	<b>20957</b>
<b>Portugal</b>	<b>71883</b>	<b>76427</b>	<b>77237</b>	<b>82353</b>	<b>83372</b>	<b>86598</b>	<b>88601</b>	<b>93357</b>	<b>94217</b>	<b>98434</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 10 – Número de Aldeamentos Turísticos, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	8	10	10	9	9	-	9	-	9	10
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	-	1	1	-	-	-	1	1
Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lagoa	4	4	5	5	5	5	6	6	6	6
Lagos	1	-	-	1	1	1	-	-	1	1
Loulé	7	4	6	6	6	6	6	-	5	6
Monchique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silves	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tavira	-	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Vila do Bispo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
V. R. S. António	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Algarve</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>29</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>30</b>
<b>Portugal</b>	<b>31</b>	<b>26</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>33</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 11 – Capacidade de Alojamento dos Aldeamentos Turísticos, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	4926	5474	5973	4532	-	-	4300	-	4701	4366
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	160	130	119	116	-	-	-	-	-	-
Faro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Lagoa	1732	1253	1445	1649	1712	1599	2240	2158	1948	1965
Lagos	500	0	188	188	188	188	-	-	188	-
Loulé	3272	1832	2330	2478	2433	2791	2365	-	2190	2446
Monchique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	2415	2069	2293	2100	2076	2087	1873	1431	1271	-
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tavira	4155	3066	3981	3272	2072	2222	2101	2102	2008	2008
Vila do Bispo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
V. R. S. António	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Algarve</b>	<b>17160</b>	<b>13824</b>	<b>16329</b>	<b>14335</b>	<b>14176</b>	<b>14486</b>	<b>13144</b>	<b>12151</b>	<b>11964</b>	<b>12415</b>
<b>Portugal</b>	<b>17494</b>	<b>13990</b>	<b>16493</b>	<b>14662</b>	<b>14296</b>	<b>14606</b>	<b>13607</b>	<b>12597</b>	<b>12340</b>	<b>12983</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 12 – Número de Motéis, Estalagens e Pousadas, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	2	-	3	3	2	6	-	-	3	3
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faro	1	1	-	2	2	-	-	-	2	2
Lagoa	1	1	-	1	1	-	-	-	1	1
Lagos	1	1	-	3	3	-	-	3	3	3
Loulé	3	3	-	3	3	3	-	-	3	3
Monchique	1	1	-	2	2	-	-	-	2	2
Olhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Brás Alportel	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1
Silves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tavira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila do Bispo	3	2	2	3	3	3	2	3	3	3
V. R. S. António	1	1	0	1	1	1	-	1	1	1
<b>Algarve</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>30</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
<b>Portugal</b>	<b>112</b>	<b>113</b>	<b>117</b>	<b>117</b>	<b>112</b>	<b>117</b>	<b>129</b>	<b>137</b>	<b>142</b>	<b>143</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 13 – Capacidade de Alojamento dos Motéis, Estalagens e Pousadas, por concelhos, Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	282	298	302	302	-	-	-	-	316	322
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faro	70	70	70	70	-	-	-	-	-	-
Lagoa	154	64	64	64	-	-	-	-	-	-
Lagos	319	309	243	261	243	-	-	257	243	243
Loulé	216	247	191	245	-	236	-	-	236	236
Monchique	12	12	33	33	-	-	-	-	-	-
Olhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Brás Alportel	48	48	48	48	-	-	66	66	66	66
Silves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tavira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila do Bispo	156	134	180	146	146	146	146	146	146	146
V. R. S. António	42	48	44	48	-	48	48	48	48	48
<b>Algarve</b>	<b>1299</b>	<b>1227</b>	<b>1175</b>	<b>1217</b>	<b>1232</b>	<b>1147</b>	<b>1253</b>	<b>1271</b>	<b>1267</b>	<b>1273</b>
<b>Portugal</b>	<b>5447</b>	<b>5447</b>	<b>5706</b>	<b>6024</b>	<b>6110</b>	<b>6947</b>	<b>7178</b>	<b>7716</b>	<b>8033</b>	<b>8409</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 14 – Número de Pensões, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	10	8	18	19	20	20	19	19	20	21
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faro	23	22	21	15	15	14	12	11	11	11
Lagoa	2	3	3	3	3	3	-	3	3	2
Lagos	8	9	13	12	11	12	12	12	13	13
Loulé	11	11	15	14	13	15	15	13	13	14
Monchique	3	4	-	3	3	-	-	-	3	3
Olhão	5	6	3	3	3	-	3	4	4	4
Portimão	19	18	25	25	23	24	23	22	21	19
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silves	-	1	-	2	2	2	1	-	1	1
Tavira	5	6	7	6	7	8	6	7	8	8
Vila do Bispo	2	2	4	4	4	3	4	3	3	3
V. R. S. António	1	1	0	3	3	3	3	3	3	3
<b>Algarve</b>	<b>89</b>	<b>91</b>	<b>119</b>	<b>109</b>	<b>107</b>	<b>109</b>	<b>104</b>	<b>101</b>	<b>103</b>	<b>102</b>
<b>Portugal</b>	<b>1065</b>	<b>1029</b>	<b>1023</b>	<b>947</b>	<b>937</b>	<b>927</b>	<b>913</b>	<b>870</b>	<b>874</b>	<b>862</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)



## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Q. 15 – Capacidade de Alojamento das Pensões, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	1033	1016	1009	967	1014	1010	-	999	1047	1209
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faro	886	830	825	637	708	686	569	566	579	575
Lagoa	132	132	132	132	-	132	132	132	128	0
Lagos	523	556	558	657	583	640	610	644	663	644
Loulé	615	560	630	600	530	627	650	514	546	577
Monchique	106	116	88	76	-	-	-	-	-	-
Olhão	90	98	50	52	50	-	50	72	64	64
Portimão	1039	1028	1007	982	909	948	946	917	881	842
S. Brás Alportel	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-
Silves	124	124	126	86	-	96	60	-	-	60
Tavira	231	211	225	205	227	281	183	201	279	297
Vila do Bispo	62	102	130	130	130	135	136	80	88	80
V. R. S. António	218	216	224	204	198	216	216	216	217	-
<b>Algarve</b>	<b>5059</b>	<b>4989</b>	<b>5018</b>	<b>4728</b>	<b>4653</b>	<b>4881</b>	<b>4610</b>	<b>4477</b>	<b>4628</b>	<b>4757</b>
<b>Portugal</b>	<b>46316</b>	<b>44845</b>	<b>46450</b>	<b>43327</b>	<b>43306</b>	<b>42732</b>	<b>41979</b>	<b>40310</b>	<b>40537</b>	<b>40721</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 16 – Número de Apartamentos Turísticos, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	42	46	54	56	58	58	60	57	55	56
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faro	1	1	-	1	1	-	-	-	1	1
Lagoa	3	3	7	6	6	8	9	10	10	10
Lagos	5	7	6	7	7	-	7	8	7	8
Loulé	17	19	24	22	22	22	23	22	22	20
Monchique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olhão	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	8	9	13	14	13	12	14	14	17	16
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silves	1	2	0	1	1	1	1	1	1	1
Tavira	2	2	0	1	1	1	1	1	1	1
Vila do Bispo	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2
V. R. S. António	2	2	3	2	2	-	-	-	1	1
<b>Algarve</b>	<b>84</b>	<b>94</b>	<b>113</b>	<b>113</b>	<b>113</b>	<b>114</b>	<b>120</b>	<b>118</b>	<b>117</b>	<b>116</b>
<b>Portugal</b>	<b>134</b>	<b>142</b>	<b>134</b>	<b>137</b>	<b>142</b>	<b>143</b>	<b>149</b>	<b>153</b>	<b>148</b>	<b>147</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 17 – Capacidade de Alojamento dos Apartamentos Turísticos, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	13153	13939	13937	13653	14533	14591	15265	15283	15523	15823
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	65	66	-	-	-	-	-	-
Faro	44	44	36	44	44	-	-	-	44	24
Lagoa	901	917	1471	1251	1251	1563	1809	1600	1675	1470
Lagos	1161	1051	655	889	861	-	613	775	733	775
Loulé	3381	3282	3721	3126	3148	3003	2942	2784	2811	2495
Monchique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olhão	208	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	2310	2470	3785	4070	3800	4178	9667	9747	10210	9558
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silves	474	396	156	78	-	78	156	156	-	40
Tavira	244	244	502	112	112	121	121	121	121	165
Vila do Bispo	108	106	106	106	-	106	103	106	104	-
V. R. S. António	570	620	626	404	-	-	-	-	-	-
<b>Algarve</b>	<b>22554</b>	<b>23069</b>	<b>25061</b>	<b>23799</b>	<b>24337</b>	<b>24979</b>	<b>31285</b>	<b>31178</b>	<b>31743</b>	<b>30806</b>
<b>Portugal</b>	<b>24981</b>	<b>25839</b>	<b>26897</b>	<b>26051</b>	<b>27569</b>	<b>33642</b>	<b>34579</b>	<b>33625</b>	<b>32647</b>	<b>32647</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 18 – Número de Hotéis-Apartamentos, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	10	10	10	12	12	18	12	17	18	20
Aljezur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro Marim	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Faro	1	1	-	1	1	-	-	-	1	1
Lagoa	2	2	-	3	3	3	3	-	4	4
Lagos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Loulé	2	3	5	4	4	4	4	4	4	4
Monchique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	7	8	7	7	7	7	6	6	6	6
S. Brás Alportel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silves	3	4	5	5	5	5	5	5	5	5
Tavira	2	2	0	4	4	3	3	3	3	3
Vila do Bispo	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2
V. R. S. António	1	1	0	3	3	-	-	-	3	4
<b>Algarve</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>46</b>	<b>48</b>	<b>51</b>
<b>Portugal</b>	<b>76</b>	<b>83</b>	<b>85</b>	<b>92</b>	<b>96</b>	<b>99</b>	<b>101</b>	<b>107</b>	<b>112</b>	<b>118</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 19 – Capacidade de Alojamento dos Hotéis-Apartamentos, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Albufeira	5608	4883	5108	5544	5380	5539	5540	6691	7260	7558
Castro Marim	358	358	358	358	-	358	358	358	362	362
Faro	40	40	40	40	-	-	-	-	-	-
Lagoa	346	814	798	774	790	914	911	-	934	938
Lagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Loulé	979	830	1817	1627	1653	1671	1671	1923	1932	2315
Portimão	5262	6880	5116	7617	7523	7621	2219	2211	1050	1003
Silves	549	516	614	472	479	520	520	671	530	516
Tavira	1253	1047	1175	1469	1189	782	1164	862	1052	1008
Vila do Bispo	191	216	216	216	-	216	216	216	216	216
V. R. S. António	352	352	729	1216	1216	-	-	-	-	1232
<b>Algarve</b>	<b>14938</b>	<b>15936</b>	<b>15971</b>	<b>19333</b>	<b>18844</b>	<b>18802</b>	<b>14034</b>	<b>14614</b>	<b>14762</b>	<b>15530</b>
<b>Portugal</b>	<b>22412</b>	<b>24344</b>	<b>26079</b>	<b>30025</b>	<b>30166</b>	<b>30383</b>	<b>26308</b>	<b>27013</b>	<b>28076</b>	<b>29764</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 20 – Número de hóspedes e dormidas, por regiões (1997-2001)

	N.º de hóspedes					N.º de dormidas				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	1456891	1612086	1720514	1724035	1713470	2658937	2922069	2994353	3012673	3046000
Centro	967967	1050024	1090516	1103489	1067525	1753570	1905919	1947847	2000134	1956615
Lisboa e V. Tejo	2841684	3422601	3284997	3462231	3339278	6422675	8136199	7284672	7823695	7607579
Alentejo	469585	515415	491697	515882	521839	764729	888107	782360	845150	897564
<b>Algarve</b>	<b>2150929</b>	<b>2225000</b>	<b>2345917</b>	<b>2433371</b>	<b>2327845</b>	<b>13125922</b>	<b>13625846</b>	<b>14431795</b>	<b>14571472</b>	<b>13900192</b>
Açores	160155	168823	198546	201832	235104	417359	456561	519555	580218	716293
Madeira	704336	757127	830358	876377	980114	4207091	4469798	4767479	4961781	5438348
<b>Portugal</b>	<b>8751547</b>	<b>9571076</b>	<b>9962545</b>	<b>10317217</b>	<b>10185175</b>	<b>29350283</b>	<b>32404499</b>	<b>32728061</b>	<b>33795123</b>	<b>33562591</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 21 – Número de dormidas, segundo a categoria de estabelecimentos hoteleiros, na região do Algarve (1991/2001)

	Anos					
	1991	1993	1995	1997	1999	2001
Hotéis	2927449	3324318	3721186	3670386	4274592	4143522
Hotéis-Apartamentos	2332538	2815444	3298349	2471790	2731134	2835113
Motéis, Estalagens e Pousadas	207239	195744	184248	184291	217450	232279
Aldeamentos Turísticos	2192994	2149683	2106372	1959883	1870845	1916794
Apartamentos Turísticos	3601318	3536179	3471040	4475043	4937704	4359496
Pensões	465200	404216	343232	364529	400070	412988
<b>Total</b>	<b>11726738</b>	<b>12425583</b>	<b>13124427</b>	<b>13125922</b>	<b>14431795</b>	<b>13900192</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

# 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Q. 22 – Número de hóspedes, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2001)

	Anos									
	1991	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Albufeira	661604	612967	645466	688312	679496	720498	757347	652034	673755	
Aljezur	1899	1863	2066	2297	1928	2203	1901	2241	2513	
Castro Marim	9378	9262	10135	11382	-	13106	15113	10984	10674	
Faro	94630	75317	93944	105698	103638	118645	127223	121394	121799	
Lagoa	72035	113943	136303	145982	151626	164899	176067	159977	166553	
Lagos	103757	79556	93094	104474	94236	96376	101318	94972	100536	
Loulé	322156	298509	312124	333488	355473	348453	364419	336915	361925	
Monchique	1594	1491	1640	1461	1194	1418	1174	2513	2326	
Olhão	3526	936	662	901	-	720	1079	1393	1478	
Portimão	414965	393637	407723	395801	392064	440169	429697	350010	356784	
S. Brás Alportel	8217	5313	5651	-	-	2093	5378	5753	6356	
Silves	28482	27449	27427	37331	37968	38816	39581	33975	41538	
Tavira	70331	58206	63721	71781	65117	68552	73909	67084	65791	
Vila do Bispo	32250	27879	31251	34467	31005	31094	36661	32388	39100	
V. R. S. António	81184	79168	98108	106322	95664	103887	94133	90080	96355	
<b>Algarve</b>	<b>1906008</b>	<b>1785496</b>	<b>1929315</b>	<b>2039697</b>	<b>2022269</b>	<b>2150929</b>	<b>2225000</b>	<b>1961713</b>	<b>2047483</b>	<b>2327845</b>
<b>Portugal</b>	<b>7694569</b>	<b>7098030</b>	<b>7695568</b>	<b>8020570</b>	<b>8273720</b>	<b>8751547</b>	<b>9751076</b>	<b>9182603</b>	<b>9515615</b>	<b>10185175</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 23 – Número de dormidas, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2001)

	Anos									
	1991	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Albufeira	4698400	4265453	4671421	5084030	4886983	5153121	5323669	5783495	5901304	4698400
Aljezur	4550	-	4472	4977	4241	4764	4157	4806	4953	
Castro Marim	70676	63381	69764	86365	-	90429	101452	97309	96426	
Faro	167227	164234	148080	160716	159461	189294	200215	213548	217278	
Lagoa	561887	705477	824156	957512	903778	988575	1052643	1124847	1160029	
Lagos	592554	417444	520253	612017	573795	573385	612280	656904	635883	
Loulé	1825115	1561651	1671123	1813296	1939917	1864485	1972343	2050096	2073264	
Monchique	5480	86786	5821	4428	3979	4051	2869	5070	4410	
Olhão	9705	1866	1099	2002	-	1414	2104	3056	3364	
Portimão	2533196	2212992	2642343	2713699	2516420	2776713	2864941	2902253	2783453	
S. Brás Alportel	11787	-	7960	-	-	3679	9496	9593	11611	
Silves	227088	194280	206709	296260	274221	298912	290263	298836	300748	
Tavira	426238	350631	399233	501981	401160	413185	460465	496054	469282	
Vila do Bispo	117039	104654	129797	155973	134103	121374	156802	143562	189178	
V. R. S. António	466796	483899	653984	731171	677124	642541	572147	642366	720289	
<b>Algarve</b>	<b>11717738</b>	<b>10706990</b>	<b>11956215</b>	<b>13124427</b>	<b>12577709</b>	<b>13125922</b>	<b>13625846</b>	<b>14431795</b>	<b>14571472</b>	<b>13900192</b>
<b>Portugal</b>	<b>26260993</b>	<b>23599738</b>	<b>26146418</b>	<b>27936842</b>	<b>28063287</b>	<b>29350283</b>	<b>32404499</b>	<b>32728061</b>	<b>33795123</b>	<b>33562591</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 24 – Número de dormidas, segundo a nacionalidade, na região do Algarve (1991-2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>total de dormidas</b>	<b>11717738</b>	<b>11604601</b>	<b>10706990</b>	<b>11956215</b>	<b>13124427</b>	<b>12577709</b>	<b>13125922</b>	<b>13625846</b>	<b>14431795</b>	<b>14571472</b>	<b>13900192</b>
Nacionais	1639103	1903539	2035688	1913333	1979481	2187265	2324560	2375673	2349282	2360010	2474380
Estrangeiros	10078635	9701062	8671302	10042882	11144946	10390444	10801362	11250173	12082513	12211462	11425812
Alemanha	2014790	2080984	1885909	2701030	3255201	3202296	3023227	2850052	3059236	2901539	2454420
Espanha	372941	381204	320516	287226	268555	241657	278453	247009	242251	246133	254465
França	180195	124510	118725	164873	154924	165283	140974	129583	126361	128294	128705
Itália	141399	117733	79734	113415	132623	127378	114700	108148	111506	101208	82288
Países Baixos	1298539	1171096	889714	1148186	1085114	1023167	1114288	1209192	1290331	1328218	1247000
Reino Unido	3950242	4059264	3992639	4094048	4337173	4042187	4397086	4760170	4967804	5054230	4946180
União Europeia	8893345	8873275	7915435	9233620	10170670	9848226	10181814	10470830	11184130	11212954	10451830
(*) Outros União Europeia	935293	938484	628198	724842	937080	1046258	1113086	1166676	1386641	1453332	1338772
Estados Unidos	98871	113024	85882	86985	72693	79503	84501	108792	118325	126041	111291
Outros Países	1083419	714763	669985	722277	901583	462715	535047	670551	780058	872467	862691

(\*) – Excepto Alemanha, Espanha, França, Itália, Países Baixos e Reino Unido

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 25 – Percentagem das dormidas, segundo a nacionalidade, na região do Algarve (1991-2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>total de dormidas</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
nacionais	14,0	16,4	19,0	16,0	15,1	17,4	17,7	17,4	16,3	16,2	17,8
estrangeiros	86,0	83,6	81,0	84,0	84,9	82,6	82,3	82,6	83,7	83,8	82,2
Alemanha	20,0	21,5	21,7	26,9	29,2	30,8	28,0	25,3	25,3	23,8	21,5
Espanha	3,7	3,9	3,7	2,9	2,4	2,3	2,6	2,2	2,0	2,0	2,2
França	1,8	1,3	1,4	1,6	1,4	1,6	1,3	1,2	1,0	1,1	1,1
Itália	1,4	1,2	0,9	1,1	1,2	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7
Países Baixos	12,9	12,1	10,3	11,4	9,7	9,8	10,3	10,7	10,7	10,9	10,9
Reino Unido	39,2	35,0	46,0	40,8	38,9	38,9	40,7	42,3	41,1	41,4	43,3
União Europeia	88,2	91,5	91,3	91,9	91,3	94,8	94,3	93,1	92,6	91,8	91,5
(*) Outros União Europeia	9,3	9,7	7,2	7,2	8,4	10,1	10,3	10,4	11,5	11,9	11,7
Estados Unidos	1,0	1,2	1,0	0,9	0,7	0,8	0,8	1,0	1,0	1,0	1,0
Outros Países	10,7	7,4	7,7	7,2	8,1	4,5	5,0	6,0	6,5	7,1	7,6

(\*) – Excepto Alemanha, Espanha, França, Itália, Países Baixos e Reino Unido INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 26 – Número de dormidas, segundo a nacionalidade, no País (1991-2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>total de dormidas</b>	<b>26260993</b>	<b>25314042</b>	<b>23599738</b>	<b>26146418</b>	<b>27936842</b>	<b>28063287</b>	<b>29350283</b>	<b>32404499</b>	<b>32728061</b>	<b>33795123</b>	<b>33562591</b>
nacionais	7172065	7437011	7423781	7361178	7579637	8100911	8499088	9163983	9397225	9693160	9985020
estrangeiros	19088928	17877031	16175957	18785240	20357205	19962376	20851195	23240516	23330836	24101963	23577571
Alemanha	3233873	3297973	3073287	4272607	5127297	5207667	5008234	4911663	5127075	5010959	4532232
Espanha	1870917	1625356	1530663	1628370	1501969	1457476	1572678	2221947	1722221	1842852	1912516
França	980151	784594	717623	886208	930645	932461	881924	1090193	983114	1001519	1046164
Itália	598905	573061	485141	576348	649121	679261	696410	844582	815435	796561	799229
Países Baixos	1693066	1494667	1147844	1488070	1452694	1429603	1539461	1681567	1753986	1814267	1755514
Reino Unido	5618270	5696672	5377624	5523427	5849838	5589441	6113256	6606795	6892337	7152425	7266838
União Europeia	16531486	15330696	13410400	15627664	18162603	17688988	18380592	20268875	20276392	20701251	20347255
(*) Outros União Europeia	2536304	1858373	1078218	1252616	2651039	2393079	2568629	2912128	2982224	3082668	3034762
Estados Unidos	485490	538840	467286	540524	493288	489376	548201	674708	732514	827053	676300
Outros Países	2071952	2007495	2298271	2617070	1701314	1784012	1922402	2296933	2321930	2573659	2554016

(\*) – Excepto Alemanha, Espanha, França, Itália, Países Baixos e Reino Unido INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 27 – Número de dormidas, segundo os meses, nos estabelecimentos hoteleiros do País (1991-2001)

	Anos					
	1991	1993	1995	1997	1999	2001
Janeiro	1125600	1132594	1227438	1239368	1507506	1608556
Fevereiro	1296211	1304817	1428667	1478048	1793018	1964165
Março	1936815	1631471	1878477	2314002	2413448	2457972
Abril	2009631	2040024	2522411	2402960	2744901	3011554
Mai	2485060	2079995	2705234	2844861	3033780	3064136
Junho	2637840	2176886	2812203	2799762	3248996	3349125
Julho	3131248	2632702	3246540	3347065	3717886	3866128
Agosto	3749157	3446233	3821775	4163378	4433326	4426781
Setembro	3027464	2697105	3057635	3199612	3554816	3559937
Outubro	2266829	2092052	2339465	2568769	2951672	2887563
Novembro	1428966	1264097	1554192	1636769	1886679	1886345
Dezembro	1166172	1101762	1342805	1355540	1442033	1480329
<b>Total</b>	<b>26260993</b>	<b>23599738</b>	<b>27936842</b>	<b>29350134</b>	<b>32728061</b>	<b>33562591</b>

Q. 28 – Número de dormidas, segundo os meses, nos estabelecimentos hoteleiros da região do Algarve (1991-2001)

	Anos					
	1991	1993	1995	1997	1999	2001
Janeiro	351266	406787	426074	386616	467065	495966
Fevereiro	482832	539659	572943	546615	663812	731372
Março	786447	681753	789949	933145	926382	899198
Abril	849213	903746	1144623	995059	1101344	1155935
Maio	1152554	910635	1327959	1278346	1396284	1282699
Junho	1338556	1080945	1517159	1443599	1655615	1586267
Julho	1616687	1377758	1802461	1772660	1960066	1936420
Agosto	1843478	1780256	1983587	2157322	2201686	2067675
Setembro	1459375	1330830	1536659	1543381	1718633	1624419
Outubro	1026881	970255	1036813	1105708	1292345	1164255
Novembro	466396	427162	548911	550943	620620	560068
Dezembro	344053	360204	437289	412528	427943	395918
<b>Total</b>	<b>11717738</b>	<b>10769990</b>	<b>13124427</b>	<b>13125922</b>	<b>14431795</b>	<b>13900192</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 29 – Número de hóspedes, dormidas e permanência média, por concelhos, Algarve e País (1991 e 2001)

	Hóspedes		Dormidas		Permanência média	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
	Albufeira	661604	673755	4698400	5901304	7,1
Aljezur	1899	2513	4550	4953	2,4	2,0
Castro Marim	9378	10674	70676	96426	7,5	9,0
Faro	94630	121799	167227	217278	1,8	1,8
Lagoa	72035	166553	561887	1160029	7,8	7,0
Lagos	103757	100536	592554	635883	5,7	6,3
Loulé	322156	361925	1825115	2073264	5,7	5,7
Monchique	1594	2326	5480	4410	3,4	1,9
Olhão	3526	1478	9705	3364	2,8	2,3
Portimão	414965	356784	2533196	2783453	6,1	7,8
S. Brás Alportel	8217	6356	11787	11611	1,4	1,8
Silves	28482	41538	227088	300748	8,0	7,2
Tavira	70331	65791	426238	469282	6,1	7,1
Vila do Bispo	32250	39100	117039	189178	3,6	4,8
V. R. S. António	81184	96355	466796	720289	5,7	7,5
<b>Algarve</b>	<b>1906008</b>	<b>2327845</b>	<b>11717738</b>	<b>13900192</b>	<b>6,1</b>	<b>6,0</b>
<b>Portugal</b>	<b>7694569</b>	<b>10185175</b>	<b>26260993</b>	<b>33562591</b>	<b>3,4</b>	<b>3,3</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 30 – Permanência média, segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros, Algarve e País (1991 e 2001)

	Algarve		País	
	1991	2001	1991	2001
	Pensões	3,6	3,0	1,9
Motéis, Estalagens e Pousadas	4,1	3,9	2,2	2,2
Hotéis	4,7	4,9	7,6	9,0
Hotéis-Apartamentos	7,1	6,7	7,0	8,7
Apartamentos Turísticos	7,3	7,2	2,8	2,9
Aldeamentos Turísticos	7,7	7,2	3,4	3,6

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 31 – Permanência média e Taxa de Ocupação-cama, por regiões (1997-2001)

	Permanência média					Taxa de Ocupação-cama				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
	Norte	1,8	1,8	1,7	1,7	1,8	28,9	29,9	30,4	29,4
Centro	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	24,9	26,4	27,5	28,2	27,7
Lisboa e V. Tejo	2,3	2,4	2,2	2,3	2,3	37,3	45,6	40,7	41,5	41,1
Alentejo	1,6	1,7	1,6	1,6	1,7	28,7	32,1	30,5	32	33,4
<b>Algarve</b>	<b>6,1</b>	<b>6,1</b>	<b>6,2</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>43,9</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>46,5</b>	<b>44,6</b>
Açores	2,6	2,7	2,6	2,9	3,0	30,8	32,7	36,8	40,3	41,6
Madeira	6,0	5,9	5,7	5,7	5,5	61,1	63,6	65,9	59	58,8
<b>Portugal</b>	<b>3,4</b>	<b>3,4</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>39,5</b>	<b>42,5</b>	<b>42,6</b>	<b>42,2</b>	<b>41,7</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 32 – Taxa de ocupação-cama do total de estabelecimentos hoteleiros, por concelhos, região do Algarve e País (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Albufeira	47,9	45,7	40,4	43,1	46,1	44,7	47,6	47,8	49,2	47,1	
Aljezur	28,6	29,1	-	23,6	26,2	22,3	25,1	21,9	25,3	26,1	
Castro Marim	64,9	70,3	26,8	34,9	45,7	-	49,4	27,6	45,5	53,7	
Faro	30,5	26,4	22,1	27,6	28,3	28,2	34,5	37,2	42,5	43	
Lagoa	47,7	48,1	46,5	41,1	48,6	43,4	43,4	41,6	47,4	49,3	
Lagos	47,6	45,9	34,1	40,3	46,6	43,4	41,3	44,9	47,7	45,6	
Loulé	42,2	37,8	32,1	36,9	39,3	40,9	40	44,1	44,6	45,1	
Monchique	16,5	12,4	13,3	13,2	10,4	9,3	9,5	6,7	11,1	9,5	
Olhão	24,9	14,5	10,4	8,9	11,7	-	9,4	12,5	14,2	16,8	
Portimão	49,4	46,5	39,4	42,1	44,5	39,5	44,2	44,5	45,4	45,5	
S. Brás Alportel	65,4	57,7	-	45,4	-	-	42	39,4	39,8	48,2	
Silves	43,4	40	42,6	46,8	44,5	43,5	47,2	54,6	60,4	61,5	
Tavira	34,8	26	20,8	22,7	37,4	34	32,3	34,5	39	37,6	
Vila do Bispo	46,8	43,1	31,9	41,9	46,3	42,3	35,1	39,4	48,4	47,2	
V. R. S. António	49,7	47,7	40,6	50,3	46,1	52,4	46	53,4	47,8	48,3	
<b>Algarve</b>	<b>46,2</b>	<b>42,9</b>	<b>37,1</b>	<b>40,4</b>	<b>44,1</b>	<b>42,3</b>	<b>43,9</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>46,4</b>	<b>44,6</b>
<b>Portugal</b>	<b>41,7</b>	<b>32,4</b>	<b>33,5</b>	<b>36</b>	<b>38</b>	<b>38,2</b>	<b>39,5</b>	<b>42,5</b>	<b>42,6</b>	<b>42,1</b>	<b>41,7</b>

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 33 – Taxa de ocupação-cama, segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros, na região do Algarve (1991/2000)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Hotéis	52,8	45,4	41,5	49,6	49,8	51,6	51,8	54,7	58,1	57,6	54,2
Pensões	29,7	28	18	17,5	19,9	20,7	22,2	22,8	25,8	23,9	26,8
Aldeamentos Turísticos	40,8	40,6	38	37,1	43,6	37,8	40,9	40,2	42,6	42,5	40
Apartamentos Turísticos	48	44,7	37	39,4	40,5	37,8	41,1	42,6	44	41,6	39,8
Hotéis-Apartamentos	45,8	43,2	36,9	42,5	48,7	46,9	48,7	48,1	47,3	50,4	48,8
Estalagens	72,8	64,6	47,4	50,6	51,6	51,2	50,0	47,0	52,4	55,05	57,7
Pousadas	75	64,7	45,7	52,1	58,4	55,2	54	48,9	49,2	52,2	55,2
Motéis	47,9	44	36,9	37,7	34,9	36,3	35,1	42,1	44,8	47,35	49,9

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 34 – Taxa de ocupação-cama, segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros, no País (1991/2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Hotéis	45,6	40,8	36	39,4	40,9	42,1	43,3	48,5	47,6	47,2	45,8
Pensões	36,5	13,4	21,5	21,4	21	22,4	22,2	23,2	23,2	22,9	24,6
Aldeamentos Turísticos	40,8	40,3	37,8	36,9	43,3	37,6	40,8	40,3	42,3	41,2	39,7
Apartamentos Turísticos	46,9	43,4	35,6	38,2	40,2	37,8	40,9	42,5	43,9	41,8	40,2
Hotéis-Apartamentos	52,1	46,7	41	45,5	49,1	48,4	50,6	52,1	51,7	52,7	51,7
Estalagens	37,4	34,0	29,9	30,1	34,3	34,4	33,7	34,2	35,1	-	35,1
Pousadas	66,3	59,6	49	48,8	48,5	49,9	46,4	49,7	46,2	-	47,8
Motéis	34	33,1	27,7	29,3	28,5	29,2	29,6	34,7	37,5	-	39,5

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 35 – Taxa de ocupação-cama, segundo a categoria dos estabelecimentos hoteleiros, por meses, na região do Algarve (2001)

	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Hotéis	30,5	48	59,7	64,1	62,0	75,2	81,1	90,5	81,8	62,0	43,3	23,2
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aldeamentos Turísticos	19,7	30,8	37,1	45,5	49,2	63,1	76,3	82,9	61,9	43,5	24,6	15,1
Apartamentos Turísticos	18,4	31,7	34,2	44,6	51,1	62,9	77,8	80,0	65,2	47,7	21,3	15,4
Hotéis-Apartamentos	27,9	49,0	47,4	57,5	52,9	72,9	81,8	88,5	72,8	54,0	30,2	21,4
Estalagens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pousadas	24,5	35,1	59,7	71,9	52,4	55,9	64,8	96,0	77,9	60,6	35,5	20,4
Motéis	30,5	16,9	30,5	55,0	63,6	69,8	82,2	90,2	79,3	55,8	13,4	4,5

DGT (2001)

Q. 36 – Total de receitas (milhões de escudos) geradas nos estabelecimentos hoteleiros, no Algarve e País (1993-2001)

	Anos									
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Algarve	48916,3	53846,5	61820,3	61887,4	65617,1	71583,3	80256,0	91982,0	88739,0	
País	147376,7	167258,8	181323,5	188051,2	199336,5	236896,0	244489,0	274224,0	281577,0	
% do Algarve	33,2	32,2	34,1	32,9	32,9	30,2	32,8	33,5	31,5	

INE: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Q. 37 – Total de receitas dos estabelecimentos hoteleiros, segundo a categoria, no Algarve e no País (1998-2001)

	Algarve				País			
	1998	1999	2000	2001	1998	1999	2000	2001
<b>Total</b>	<b>71583,3</b>	<b>80256</b>	<b>91982</b>	<b>88739</b>	<b>236896,0</b>	<b>244489,0</b>	<b>274224,0</b>	<b>281577,0</b>
Hotéis	38101,5	43916	51169	47335	158937,6	162579,0	183832,0	187112,0
Hotéis-Apartamentos	9634,6	11314	12509	13798	24408,9	27947,0	30552,0	33907,0
Apartamentos Turísticos	12950,2	13613	15477	14416	15035,5	14729,0	16628,0	15774,0
Aldeamentos Turísticos	7752,6	7810	8796	9180	8302,5	8281,0	9134,0	9515,0
Motéis, Estalagens e Pousadas	1523,2	1666	1880	2027	13241,2	14687,0	15982,0	16753,0
Pensões	1621,2	1937	2151	1983	16970,3	16586,0	18096,0	18516,0

INE:: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 38 – Taxa de Inflação em Portugal (1993-2001)

	Anos									
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Taxa de Inflação	6,7 %	5,4 %	4,2 %	3,0 %	2,4 %	2,8 %	2,3 %	2,9 %	4,4 %	

INE:: Estatísticas Monetárias e Financeiras (1991/2001)

Q. 39 – Receitas geradas pelos estabelecimentos hoteleiros, por regiões (1997-2001)

	Milhões de Escudos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	-	-	26800	28475	30001
Centro	-	-	14388	15612	15852
Lisboa e V. Tejo	-	-	75086	84986	86545
Alentejo	-	-	6924	7663	8156
<b>Algarve</b>	<b>65617</b>	<b>71583</b>	<b>80256</b>	<b>91982</b>	<b>88739</b>
Açores	3948	4407	4735	5328	6583
Madeira	30874	32709	36300	40177	45700
<b>Portugal</b>	<b>199337</b>	<b>236896</b>	<b>244489</b>	<b>274224</b>	<b>281577</b>

INE:: Anuários Estatísticos (1991/2001); Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 40 – Número de Parques de Campismo, por regiões do Continente (1991-2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Norte	33	34	34	36	35	36	38	41	42	42
Centro	45	46	46	47	47	47	49	50	51	58
Lisboa e Vale do Tejo	44	45	45	45	44	42	42	43	44	47
Alentejo	18	18	18	19	20	20	21	22	24	23
<b>Algarve</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>23</b>
<b>Portugal</b>	<b>168</b>	<b>171</b>	<b>173</b>	<b>173</b>	<b>173</b>	<b>170</b>	<b>181</b>	<b>183</b>	<b>196</b>	<b>203</b>

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 41 – Capacidade dos Parques de Campismo, por regiões do Continente (1991-2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Norte	44000	44250	44250	44590	44140	44290	44990	45510	45600	41515
Centro	62980	64440	64440	64940	64720	64720	65580	65880	66030	66200
Lisboa e Vale do Tejo	76715	76865	76865	73365	72365	71765	71765	72295	72365	70470
Alentejo	28325	28325	28325	28635	29175	29175	30375	30575	31511	29241
<b>Algarve</b>	<b>51435</b>	<b>51435</b>	<b>51435</b>	<b>43635</b>	<b>43635</b>	<b>43635</b>	<b>43635</b>	<b>43635</b>	<b>43635</b>	<b>42435</b>
<b>Portugal</b>	<b>265555</b>	<b>267415</b>	<b>267415</b>	<b>255165</b>	<b>256135</b>	<b>253585</b>	<b>256345</b>	<b>257895</b>	<b>259141</b>	<b>249861</b>

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 42 – Número de Campistas, por regiões do Continente (1991-2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	383843	314301	294450	290692	323844	364715	283744	290126	291728	323955	276500
Centro	424482	402950	351048	354844	361966	335396	336429	302840	308550	290605	281719
Lisboa e Vale do Tejo	687388	610082	510609	509055	497296	475550	438742	480117	405680	387252	351237
Alentejo	160661	142976	135597	146720	150525	150455	211591	235175	228589	195007	210504
<b>Algarve</b>	<b>359654</b>	<b>360118</b>	<b>301362</b>	<b>321391</b>	<b>300402</b>	<b>310061</b>	<b>271552</b>	<b>317555</b>	<b>337370</b>	<b>328397</b>	<b>325482</b>
<b>Portugal</b>	<b>2021644</b>	<b>1840119</b>	<b>1601563</b>	<b>1632302</b>	<b>1647950</b>	<b>1645453</b>	<b>1550908</b>	<b>1635963</b>	<b>1586427</b>	<b>1538814</b>	<b>1462689</b>

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 43 – Número de dormidas de Campistas, por regiões do Continente (1991-2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	1187281	916709	812402	898477	1044061	1311813	765643	989161	1031326	1163758	890771
Centro	1822548	1822145	1944713	1872839	2009795	1688774	2055752	1656691	1758926	1838147	1677215
Lisboa e Vale do Tejo	2747560	2527117	2285810	2153638	2122700	1790476	1313627	1415042	1312246	1309286	1301940
Alentejo	643704	590818	537932	562422	563715	544274	1050105	1063289	1029151	639793	738152
<b>Algarve</b>	<b>1556876</b>	<b>1501874</b>	<b>1757726</b>	<b>1729564</b>	<b>1597196</b>	<b>1915949</b>	<b>1764360</b>	<b>2077299</b>	<b>2257498</b>	<b>1972476</b>	<b>1858343</b>
<b>Portugal</b>	<b>7991651</b>	<b>7327057</b>	<b>7374541</b>	<b>7253464</b>	<b>7380081</b>	<b>7285706</b>	<b>6978884</b>	<b>7237408</b>	<b>7444727</b>	<b>6969909</b>	<b>6533509</b>

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 44 – Taxa de Ocupação dos Parques de Campismo, por regiões do Continente (1991-2000)

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Norte	7,4	5,7	5,0	5,5	6,5	8,1	4,7	6,0	6,2	7,7
Centro	7,9	7,7	8,3	7,9	8,5	7,1	8,6	6,9	7,3	7,6
Lisboa e Vale do Tejo	9,8	9,0	8,1	8,0	8,0	6,8	5,0	5,4	5,0	5,1
Alentejo	6,2	5,7	5,2	5,4	5,3	5,1	9,5	9,5	8,9	6,0
<b>Algarve</b>	<b>8,3</b>	<b>8,0</b>	<b>9,4</b>	<b>10,9</b>	<b>10,0</b>	<b>12,0</b>	<b>11,1</b>	<b>13,0</b>	<b>14,2</b>	<b>12,7</b>
<b>Portugal</b>	<b>8,2</b>	<b>7,5</b>	<b>7,6</b>	<b>7,8</b>	<b>7,9</b>	<b>7,9</b>	<b>7,5</b>	<b>7,7</b>	<b>7,9</b>	<b>7,6</b>

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 45 – Permanência média (dias) nos Parques de Campismo, por regiões do Continente (1991-2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	3,1	2,9	2,8	3,1	3,2	3,6	2,7	3,4	3,5	3,6	3,2
Centro	4,3	4,5	5,5	5,3	5,6	5,0	6,1	5,5	5,7	6,3	6,0
Lisboa e Vale do Tejo	4,0	4,1	4,5	4,2	4,3	3,8	3,0	2,9	3,2	3,4	3,7
Alentejo	4,0	4,1	4,0	3,8	3,7	3,6	5,0	4,5	4,5	3,3	3,5
<b>Algarve</b>	<b>4,3</b>	<b>4,2</b>	<b>5,8</b>	<b>5,4</b>	<b>5,3</b>	<b>6,2</b>	<b>6,5</b>	<b>6,5</b>	<b>6,7</b>	<b>6,0</b>	<b>5,7</b>
<b>Portugal</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,6</b>	<b>4,4</b>	<b>4,5</b>	<b>4,4</b>	<b>4,5</b>	<b>4,4</b>	<b>4,7</b>	<b>4,5</b>	<b>4,5</b>

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 46 – Número de dormidas, segundo a nacionalidade, nos Parques de Campismo do Algarve (1991-2001)

	Anos										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
total de dormidas	1556876	1501874	1757726	1729564	1597196	1915949	1764360	2077299	2257498	1972476	1858343
dormidas de nacionais	636054	756617	1101194	1091798	881773	1195572	1120083	1334678	1537794	1251580	1161270
dormidas de estrangeiros	920822	745257	656532	637766	715423	720377	644277	742621	719704	720896	697073
Alemanha	284027	227608	170362	173420	207821	216763	201702	214712	203780	202926	175185
Espanha	141509	123515	126214	108728	101700	93604	82333	89597	81656	75307	71897
França	96201	95620	98160	84575	107863	101070	95486	103469	104180	96497	88774
Itália	41244	24419	21319	21067	25218	27498	17687	18551	19580	17745	17627
Países Baixos	134403	108232	90779	98296	107533	114197	95529	118853	122909	129365	123894
Reino Unido	104250	74386	73687	77210	85482	89711	81399	106403	105560	106615	115622
Total da União Europeia	848566	689905	613093	594333	671678	675405	700066	683407	679943	648567	
Outros (extra-comunitários)	72256	55352	43439	43433	43745	44972	33372	42555	36297	40953	48506

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 47 – Número de estabelecimentos, Capacidade, número de dormidas e taxa de ocupação-cama, no Turismo de Espaço Rural, por regiões (1999-2001)

	N.º de estabelecimentos			Capacidade			N.º de dormidas			Taxa de ocupação-cama		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
	Norte	262	274	283	2394	2528	2597	146148	152473	157582	16,7	16,5
Centro	118	130	132	1102	1199	1230	50410	54644	53674	12,5	12,5	12,0
Lisboa e Vale do Tejo	98	96	95	1003	985	981	78772	88122	95148	21,5	24,5	26,6
Alentejo	84	84	90	844	831	904	42326	46364	52167	13,7	15,3	15,8
<b>Algarve</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>197</b>	<b>207</b>	<b>207</b>	<b>22474</b>	<b>17370</b>	<b>25527</b>			

Q. 48 – Capacidade de Alojamento, número de dormidas e taxa de ocupação-cama, no Turismo de Espaço Rural, na região do Algarve e País (1991-2001)

		Anos										
		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Capacidade:	Portugal	1957	2984	3795	3973	4417	4703	4984	5375	5776	6293	6476
	Algarve	56	115	119	142	144	195	200	188	197	207	207
N.º de dormidas:	Portugal	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
	Algarve	71700	86400	96200	97785	118900	142600	143100	162420	361689	398843	424627
Taxa de ocupação-cama:	Portugal	10,0	7,9	6,9	6,7	7,4	8,3	7,9	8,3	17,2	17,4	18,0
	Algarve	24,5	14,8	14,3	15,1	17,9	14,0	16,0	17,3	31,3	23,0	33,8

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 49 – Número de dormidas, por meses, no Turismo de Espaço Rural, nas regiões do Continente (2001)

	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Norte	2395	5496	4551	14831	12092	18494	21272	37003	16999	11166	5854	7429
Centro	2702	5018	3047	5253	2428	4272	4178	9967	4609	4198	3542	4460
Lisboa e Vale do Tejo	2804	4866	4986	5756	7562	10496	13731	17146	10910	9431	3606	3854
Alentejo	1096	2187	2455	6257	4036	3886	6126	11470	4439	5089	3250	1876
<b>Algarve</b>	<b>416</b>	<b>679</b>	<b>1320</b>	<b>1694</b>	<b>2462</b>	<b>3778</b>	<b>3026</b>	<b>5641</b>	<b>2199</b>	<b>2330</b>	<b>587</b>	<b>1395</b>
Açores	809	810	866	1436	2220	2483	3235	4724	2232	396	844	494
Madeira	791	1312	1893	2487	1644	2030	1548	1813	1980	2022	1503	957
<b>Portugal</b>	<b>11013</b>	<b>20368</b>	<b>19118</b>	<b>37714</b>	<b>32444</b>	<b>45439</b>	<b>53116</b>	<b>87764</b>	<b>43368</b>	<b>34632</b>	<b>19186</b>	<b>20465</b>

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Q. 50 – Número de dormidas, por meses, no Turismo de Espaço Rural, na região do Algarve (1991 e 2001)

		Meses											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Algarve	1991	0,0	4,1	4,1	4,1	10,2	12,2	16,3	24,5	14,3	8,2	0,0	2,0
	2001	1,6	2,7	5,2	6,6	9,6	14,8	11,9	22,1	8,6	9,1	2,3	5,5

INE:: Estatísticas do Turismo (1991/2001)

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

### 5.3- O PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANÍSTICA

#### 5.3.1- O Sector da Habitação

##### O Sector da Habitação: evolução na década de 90

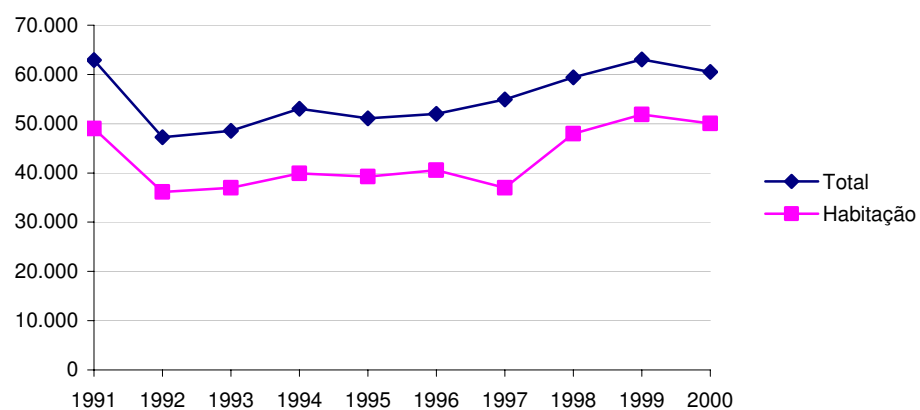
O ritmo de emissão de licenças concedidas pelas Câmaras Municipais conheceu, para o total do país, uma evolução relativamente moderada. Após um decréscimo em meados da década, o ritmo foi retomado, conhecendo de novo uma redução na sua parte final. As licenças para habitação, que representam percentagens, consoante os anos, entre os 75 e os 83% do total das licenças, constituem a grande maioria das licenças emitidas e, excepto em 1997, acompanharam a evolução do número total.

A situação ocorrida no Algarve foi ligeiramente diferente: o total de licenças conheceu, após um ligeiro decréscimo em meados da década, um rápido crescimento na segunda metade da mesma, seguido de uma estabilização em 2000. As licenças para habitação acompanham de muito perto a evolução do total de licenças e assumem percentagens relativamente mais importantes do que as do total do país situando-se, nos anos em causa, entre os 76 e os 89%.

No que respeita somente às licenças para habitação, constatamos que a grande maioria é para a construção de novas habitações, notando-se que essa percentagem, mais elevada de ano para ano, é sempre ligeiramente mais elevada no Algarve, excepto no ano de 1994.

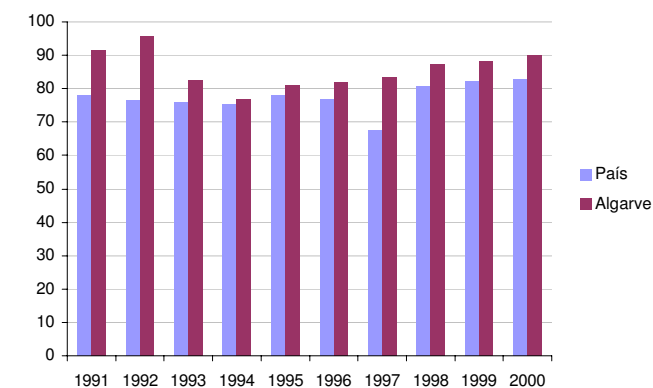
Por outro lado, a percentagem de licenças emitidas no Algarve para obras de ampliação, transformação e restauro é sempre inferior à do País e tem cada vez menor representatividade no total das licenças para habitação. Isto é, mais ainda no Algarve do que no País, as licenças são cada vez mais para novas construções e menos para a requalificação do parque habitacional existente.

Gráfico 1 – Evolução das licenças (total e para habitação) emitidas pelas Câmaras Municipais, no País (1991/2000)



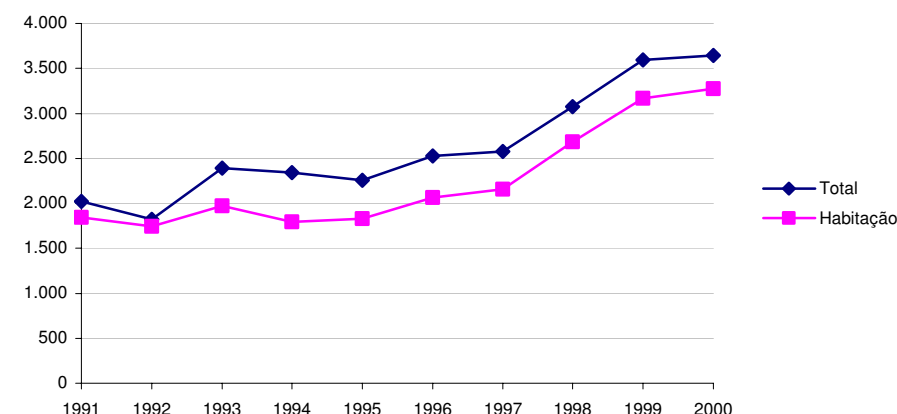
Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

Gráfico 2 – Percentagem das licenças para habitação no total de licenças emitidas, País e Algarve (1991/2000)



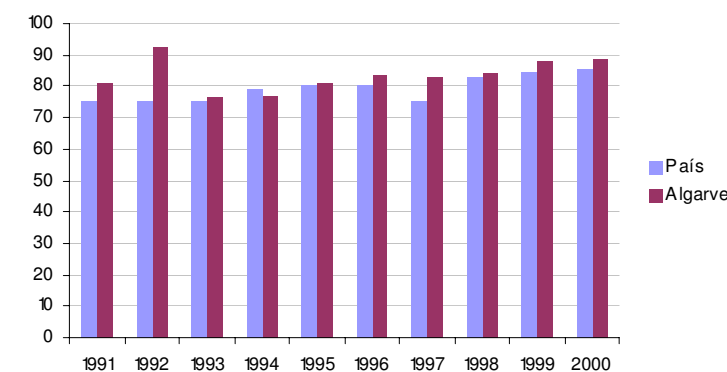
Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

Gráfico 3 – Evolução das licenças (total e para habitação) emitidas pelas Câmaras Municipais, no Algarve (1993/2000)



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

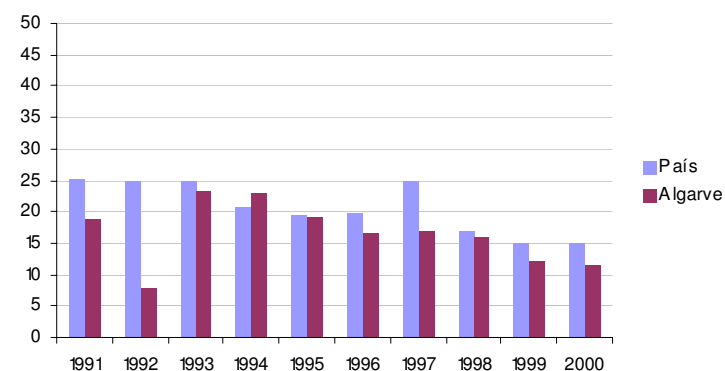
Gráfico 4 – Percentagem de licenças para construção de novas habitações, País e Algarve (1993/2000)



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Gráfico 5 – Percentagem de licenças para ampliações, transformações e restaurações, País e Algarve (1993/2000)



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

A análise da região do Algarve por concelhos mostra-nos que a emissão de licenças teve muito maior expressão nos concelhos do litoral, sujeitos a muito maior pressão, enquanto nos concelhos do interior os valores relativos à emissão de licenças são consideravelmente mais baixos.

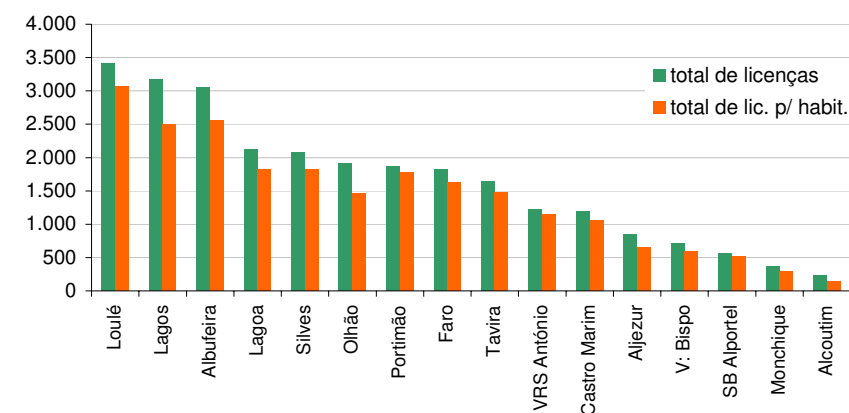
Estabelecendo uma média do número total de licenças emitidas durante a década para todo o país apuramos um valor de 179 licenças/Câmara/ano; o mesmo indicador para o Algarve é ligeiramente mais baixo: 164 licenças/Câmara/ano. Contudo, verificamos que 8 concelhos superam quer a média nacional quer a média regional, dos quais três – Albufeira (306), Lagos (316) e Loulé (341) – apresentam valores que quase duplicam a média nacional. Os concelhos do interior apresentam valores muito inferiores às médias regional e nacional, o que evidencia uma dicotomia intra-regional evidente.

Se considerarmos uma média do número de licenças emitidas exclusivamente para habitação durante a década, verificamos que o valor para a região é já superior ao do total do país: 141 e 139 licenças/Câmara/ano, respectivamente. Nestas circunstâncias verificamos que 9 concelhos ultrapassam a média nacional, alguns dos quais – de novo Albufeira (265), Lagos (249) e Loulé (307) – com valores consideravelmente superiores quer à média da região quer à média nacional. Mais uma vez, os concelhos do interior apresentam valores muito abaixo das médias regional e nacional.

A média da região distancia-se (para cima) ligeiramente mais da média nacional se considerarmos o número médio de licenças/Câmara/ano para construção de habitação: 111 para o total nacional e 118 para a região do Algarve. Naturalmente, os concelhos do litoral estão acima de ambas as médias, designadamente os concelhos de Albufeira (205), Lagos (208) e Loulé (277). Mais uma vez, os concelhos do interior apresentam valores consideravelmente inferiores aos das duas médias.

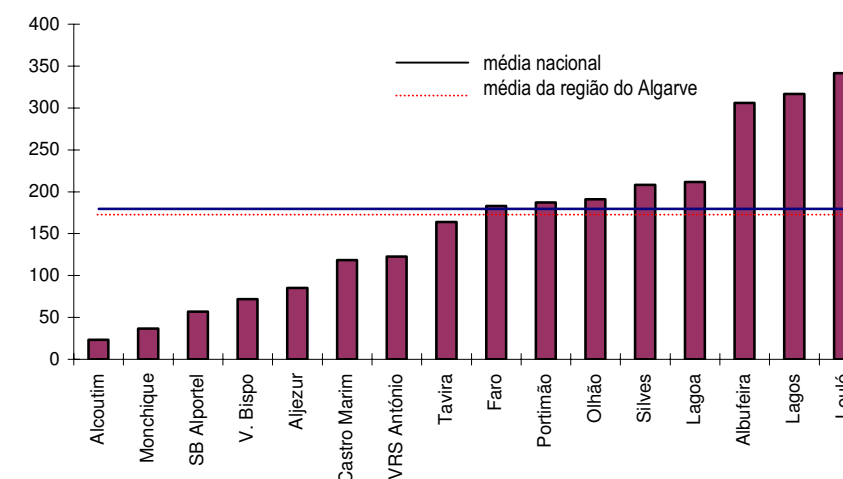
Por outro lado, se considerarmos as licenças para ampliação, restauração e transformação para habitação, verificamos que a média nacional é claramente superior à média regional: 28 e 22 licenças/Câmara/ano, respectivamente. Os concelhos do litoral apresentam valores superiores ao da média nacional mas já não de forma tão evidente como na construção de habitação.

Gráfico 6 – Total de licenças emitidas e para habitação, por concelhos (1993 a 2000)



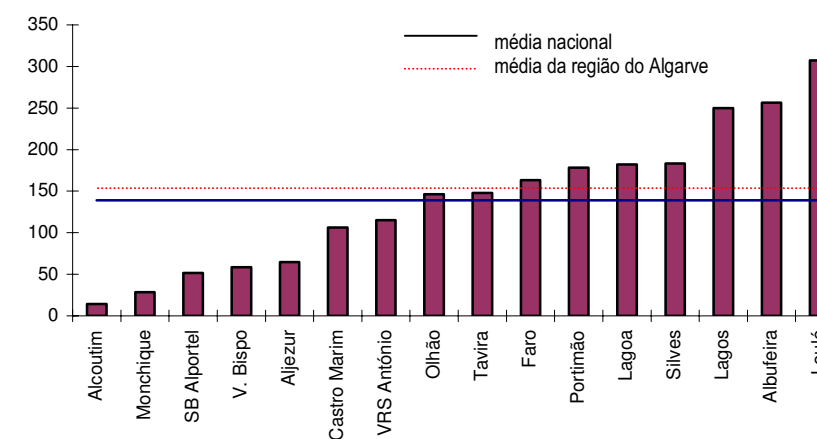
Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

Gráfico 7 – Número médio do total de licenças emitidas por ano pelas Câmaras Municipais entre 1991 e 2000



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

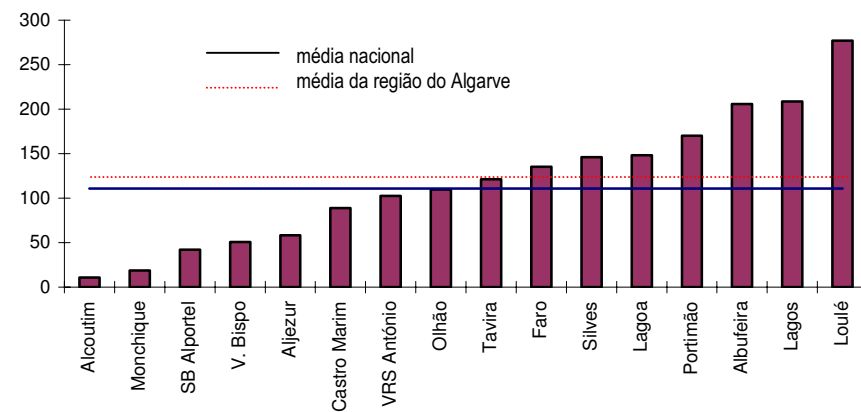
Gráfico 8 – Número médio do total de licenças para habitação emitidas por ano pelas Câmaras Municipais entre 1991 e 2000



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)



Gráfico 9 – Nº médio de licenças para a construção de habitação emitidas por ano pelas Câmaras Municipais entre 1991 e 2000



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

Uma outra forma de aferir a pressão sobre o território poderá ser determinada pelo cálculo do número de licenças emitidas por km<sup>2</sup> de superfície. Assim, verificamos que o total de licenças emitidas durante os 10 anos em estudo por km<sup>2</sup> foi de 6,03 e 5,3 para o total do país e para o Algarve, respectivamente. Os concelhos de Albufeira, Lagoa, Lagos, Olhão e Vila Real de Santo António superam largamente quer a média regional quer a média nacional, enquanto os concelhos do interior apresentam valores muito baixos, confirmando a imagem do forte dualismo existente na região. De salientar os baixos valores registados em concelhos como Loulé, Silves e Tavira, explicáveis pela sua transversalidade, ou seja, pela elevada relação entre a percentagem de território no interior e o correspondente à faixa litoral.

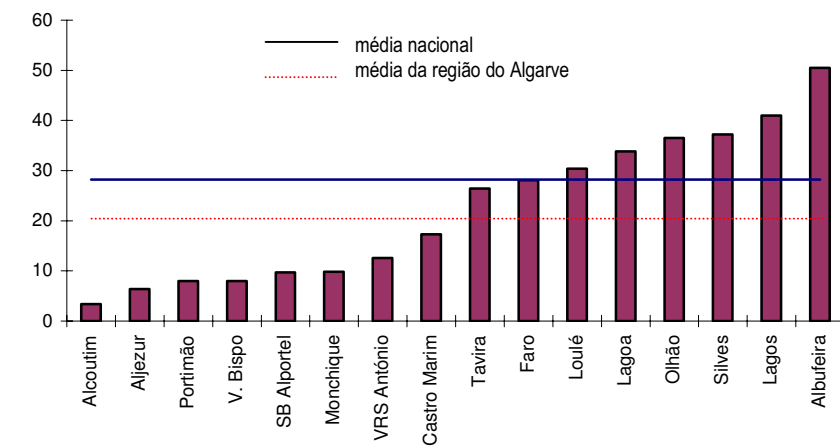
Se analisarmos o mesmo indicador – número de licenças emitidas por km<sup>2</sup> durante a década de 90 – relativamente à construção de habitação, verificamos que o valor da média regional é já ligeiramente superior ao da média nacional: 3,8 e 3,7 licenças para construção de habitação/Câmara/ano, respectivamente. Os concelhos de Albufeira (19,7), Lagoa (16,7) e Vila Real de Sto. António (17,8) destacam-se claramente dos restantes, seguindo-se um grupo de concelhos formado por Lagos (9,7), Portimão (9,5) e Olhão (8,7). Mais uma vez, os concelhos do interior apresentam valores muito inferiores às médias regional e nacional, enquanto os concelhos que se estendem para o interior – Loulé, Silves e Tavira –, em função da sua transversalidade, vêm os seus valores diminuídos.

De acordo com Censos 2001, a região do Algarve apresenta 275.802 fogos (alojamentos familiares clássicos), mais 64.513 fogos do que em 1991, o que nos dá um crescimento de 30,53% no período considerado. O Algarve foi a região onde o ritmo de crescimento do número de fogos foi mais acentuado, bem acima do ritmo calculado para o total do país (20,8%) e logo seguido pela região Norte. O Algarve e a região Norte foram, aliás, as duas únicas regiões onde o ritmo de crescimento de fogos foi superior à média nacional.

O ritmo de crescimento do número de fogos no Algarve, durante a década de 90, merece alguma atenção. Foi, inquestionavelmente, um ritmo de crescimento fortíssimo – cerca de 30,5% em dez anos –, o que nos dá um crescimento médio anual de 2,7%.

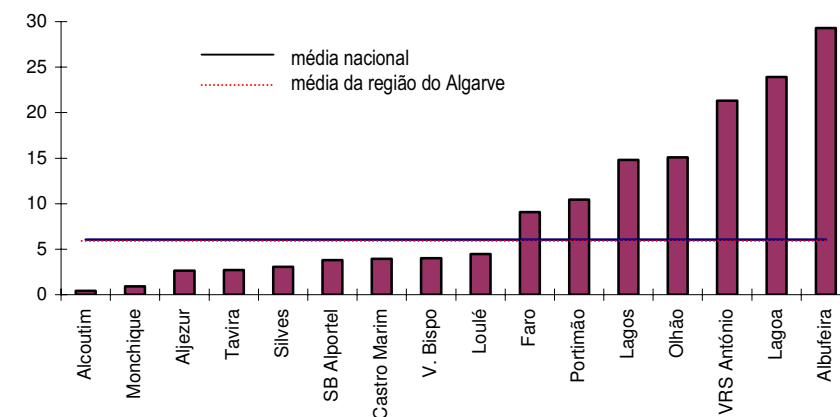
Em termos meramente académicos, até porque seria de todo insustentável que o ritmo se mantivesse, demoraria, a contar de 2001, cerca de 68 anos para que o Algarve tivesse o mesmo número de alojamentos que tem a região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001. Note-se que estamos apenas a considerar a hipótese de um crescimento idêntico ao da década de 90; se considerássemos os ritmos das décadas de 80 e 90 em conjunto, o horizonte temporal para se atingir o mesmo número de fogos da região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001 seria significativamente mais curto, uma vez que na década de 80 o aumento do número de fogos foi de quase 50%.

Gráfico 10 – Número médio do total de licenças para ampliação, restauração e transformação para habitação emitidas por ano pelas Câmaras Municipais entre 1991 e 2000



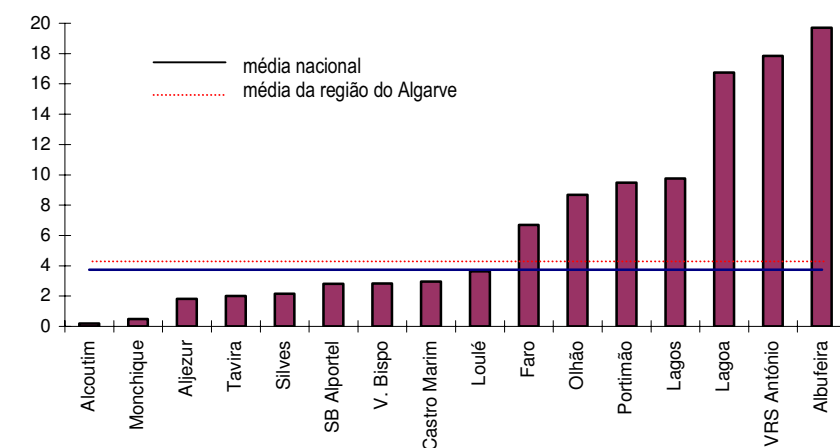
Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

Gráfico 11 – Número total de licenças por Km<sup>2</sup> da superfície concelhia emitidas pelas Câmaras Municipais durante o período compreendido entre 1991 e 2000.



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

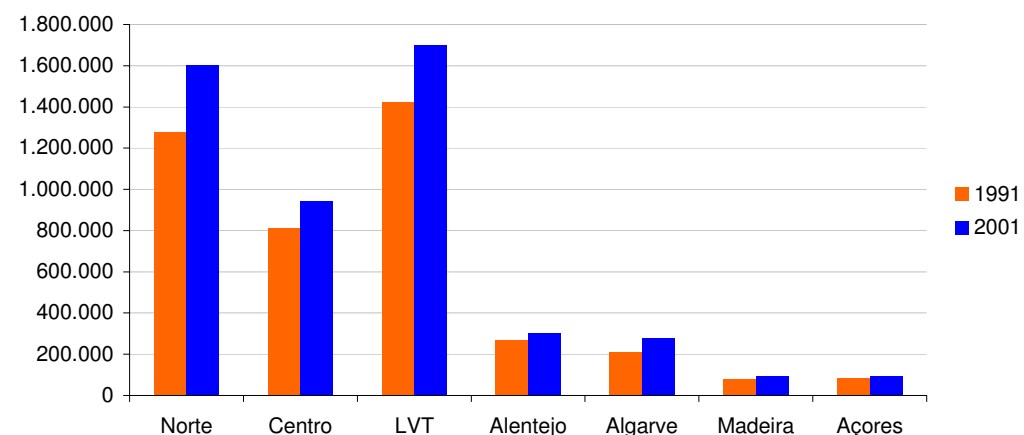
Gráfico 12 – Número total de licenças para construção de habitação, por Km<sup>2</sup> da superfície concelhia, emitidas pelas Câmaras Municipais durante o período compreendido entre 1991 e 2000.



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Gráfico 13 – Alojamentos familiares clássicos, por regiões (1991 e 2001)

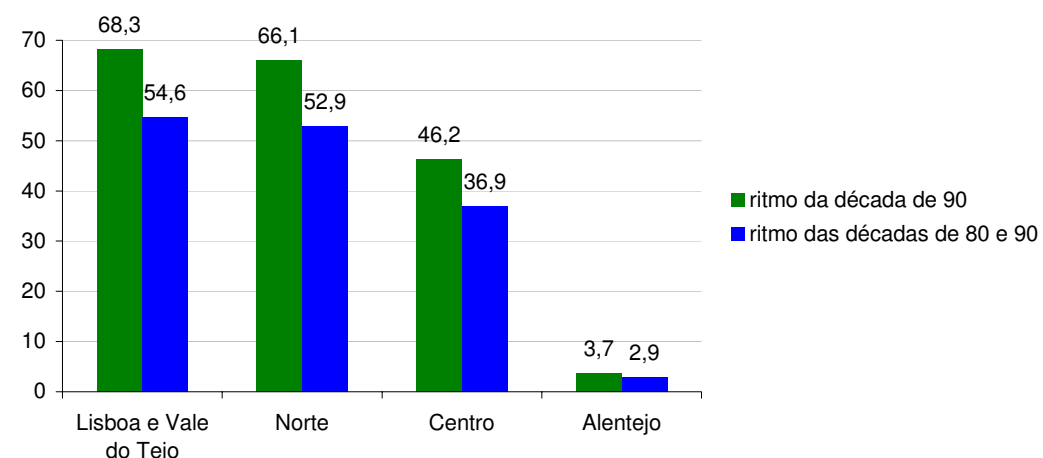


Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

A análise ao nível da região mostra-nos a especial incidência do crescimento do número de fogos nos concelhos do litoral, dos quais se destacam, para além de Albufeira, os do Sotavento e, entre estes, o de São Brás de Alportel, concelho ao Norte de Faro para onde se tem verificado uma intensa expansão urbana.

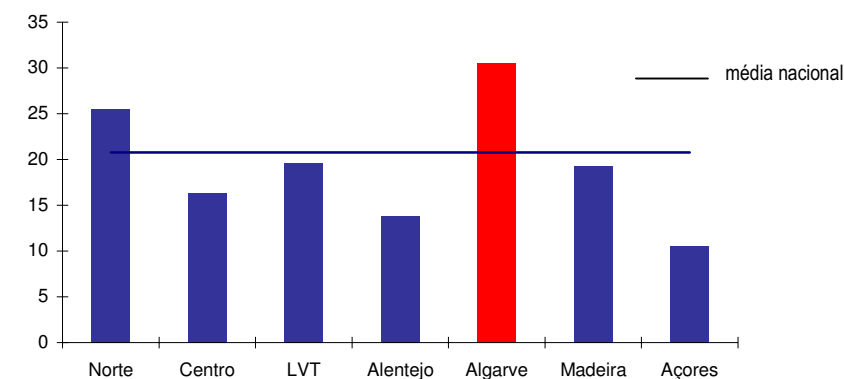
Naturalmente, a maior concentração de alojamentos, em termos absolutos, ocorre na faixa litoral meridional do Algarve, concentração essa que fica bastante mais visível se considerarmos o número de fogos por km<sup>2</sup>. Se considerarmos a densidade de fogos por Km<sup>2</sup> notamos que a concentração na faixa litoral é ainda mais notória - superior a 250 fogos/Km<sup>2</sup> -, enquanto no interior a densidade é baixíssima: menos de 10 fogos/km<sup>2</sup> em muitas freguesias.

Gráfico 14 – Tempo necessário (anos) para que o número de fogos existentes no Algarve iguale o valor de 2001 das restantes regiões portuguesas (ritmo anual de crescimento verificado durante a década de 90).



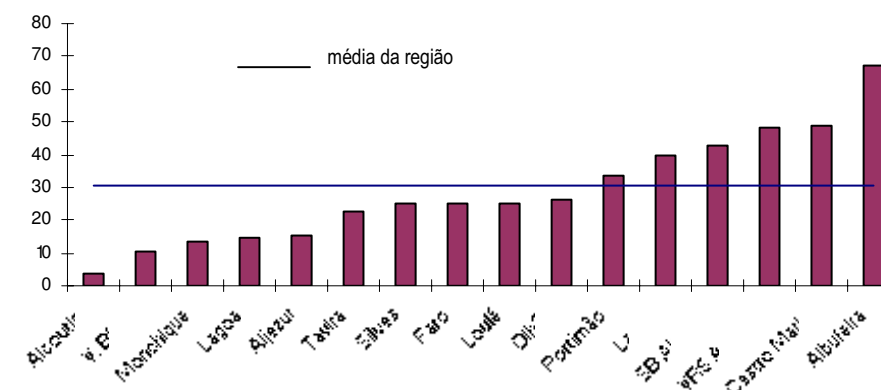
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Gráfico 15 - Crescimento percentual do número de alojamentos familiares clássicos, por regiões e média nacional (1991 e 2001)



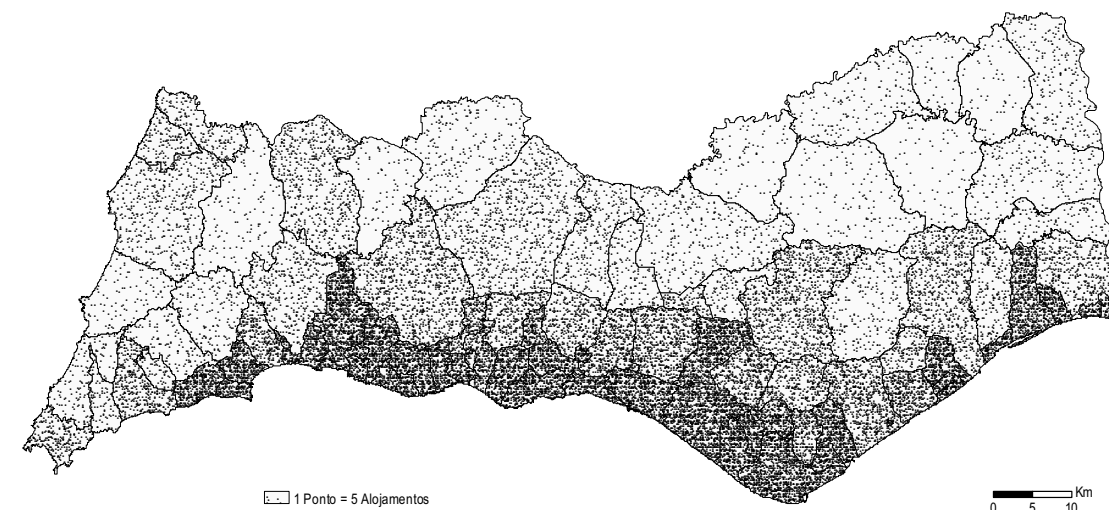
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Gráfico 16 - Crescimento percentual do número de alojamentos familiares clássicos, por regiões e média nacional (1991 e 2001)



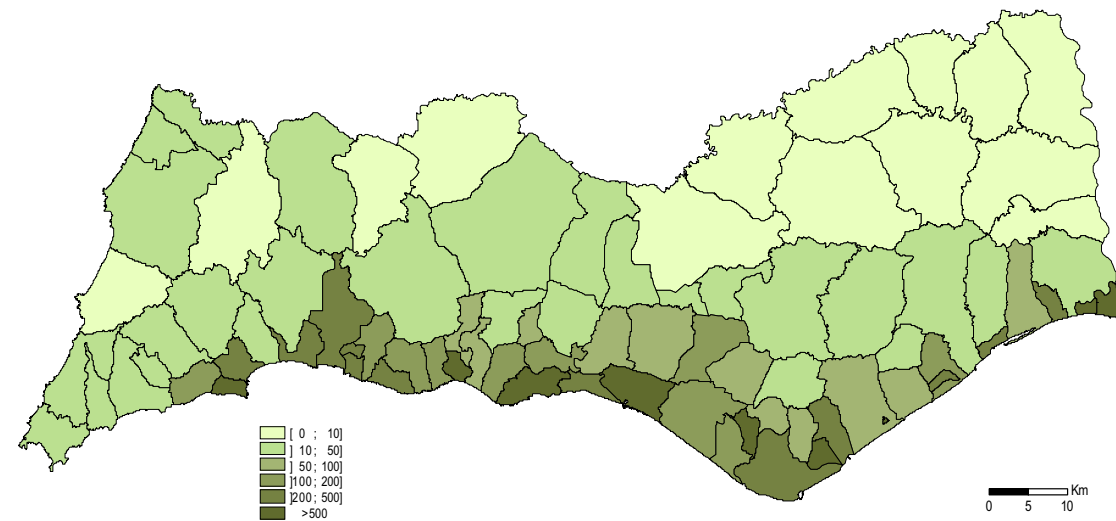
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Mapa 1 – Número de alojamentos familiares clássicos, por freguesias (2001)



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Mapa 2 – Número de alojamentos familiares clássicos por Km<sup>2</sup>, por freguesias (2001)



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

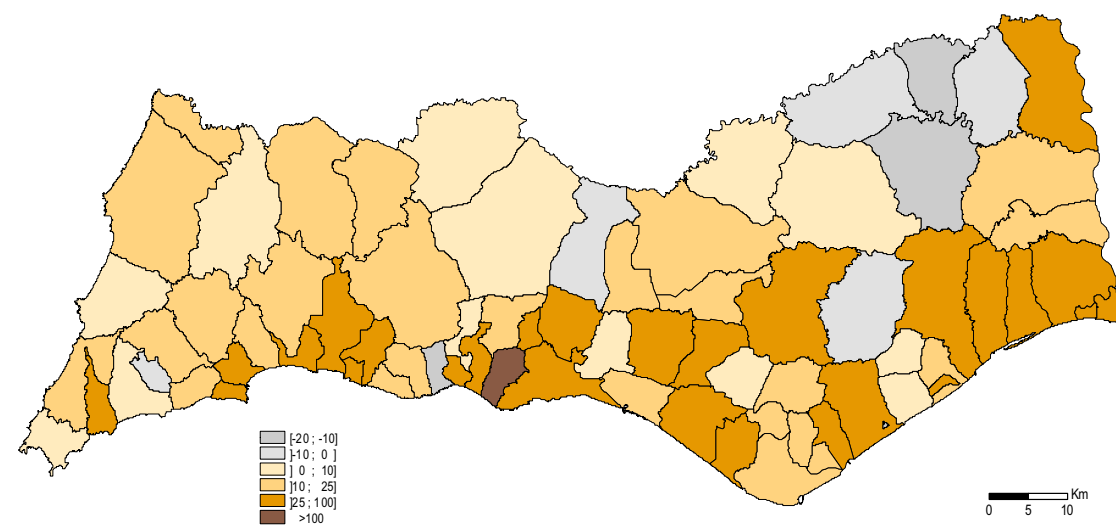
Quanto à forma de ocupação dos alojamentos, verificamos que o Algarve detém, muito destacadamente em relação às outras regiões do país, a maior percentagem de alojamentos não afectos à residência habitual; ou seja, é no Algarve que tem maior expressão o conjunto dos alojamentos classificados pelo INE quanto à forma de ocupação nas categorias de uso sazonal/residência secundária e vagos<sup>1</sup>.

Em 2001, na região do Algarve, os alojamentos de residência habitual constituem somente 52,2% do total de alojamentos, estando os restantes 47,8% vagos ou afectos à ocupação sazonal/secundária.

Os concelhos do Algarve onde é mais expressiva a ocupação “sazonal/secundária” e “vagos” dos alojamentos é, como seria de esperar, nos concelhos do litoral, com excepção dos concelhos de Faro e de Olhão. De salientar o facto de 7 dos 16 concelhos da região – Albufeira, Aljezur, Castro Marim, Lagoa, Loulé, Vila do Bispo e Vila Real de Sto. António - terem menos de 50% dos alojamentos ocupados por residência habitual, sendo de realçar os concelhos de Albufeira e Castro Marim: 38,6% e 37,5%, respectivamente.

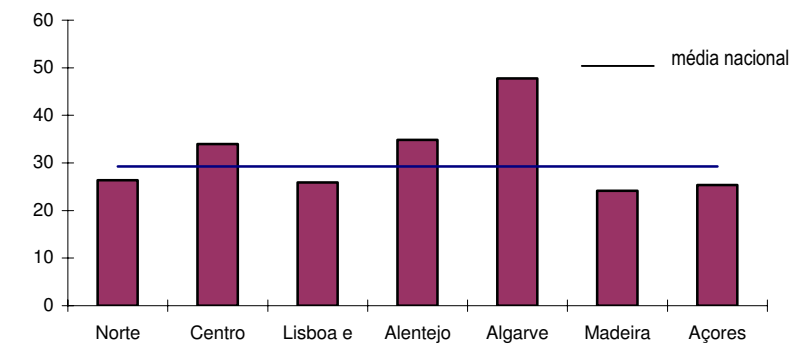
Uma análise mais fina, por freguesias, mostra-nos claramente uma grande concentração deste tipo de alojamentos em toda a faixa meridional (excepto nos principais núcleos urbanos de Faro e Olhão), na orla ocidental e na parte oriental do Algarve (todo o vale do Guadiana e o litoral).

Mapa 3 – Crescimento percentual dos alojamentos familiares clássicos, por freguesia (1991/2001)



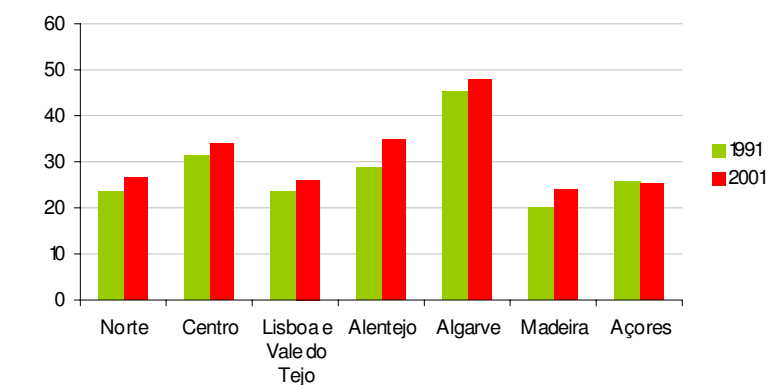
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Gráfico 17 - Crescimento percentual do número de alojamentos familiares clássicos, por regiões e média nacional (1991 e 2001)



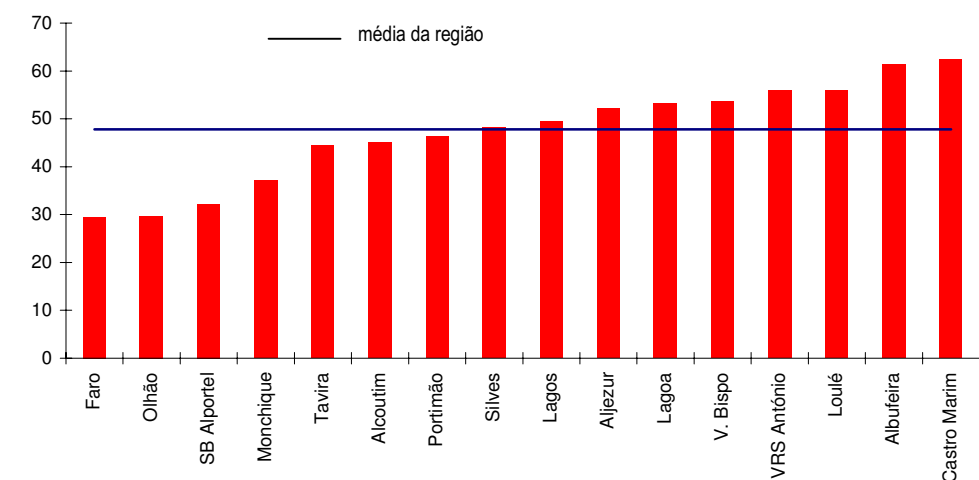
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Gráfico 18 - Percentagem de alojamentos não ocupados por residência habitual, por regiões (1991 e 2001)



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Gráfico 19 - Percentagem de alojamentos não ocupados por residência habitual – ocupação sazonal/secundária, vagos - por concelhos (2001)

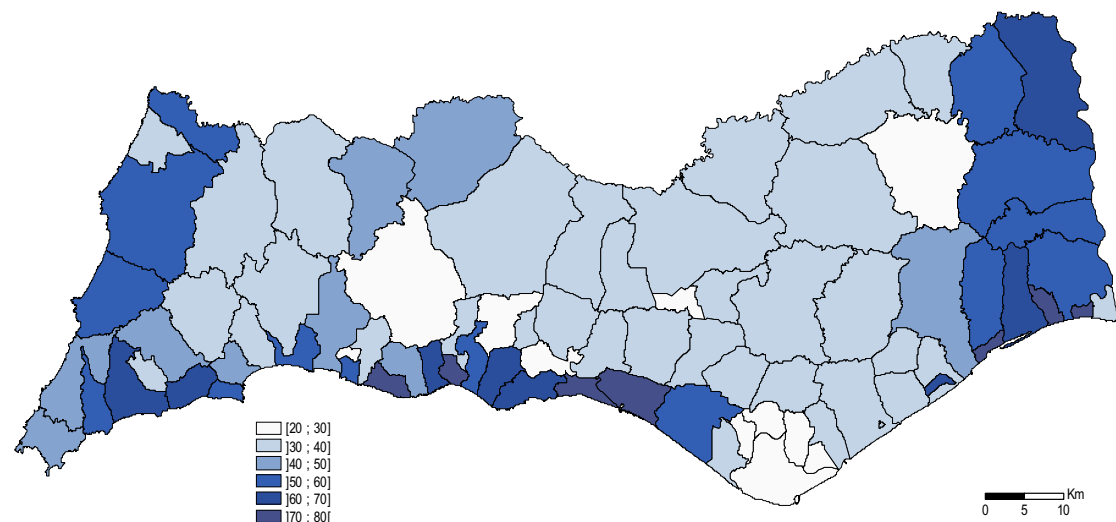


Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

<sup>1</sup> - Os dados dos Censos de 1991 têm ainda a rubrica “Ocupante ausente”, que desapareceu em 2001.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Mapa 4 – Percentagem de alojamentos de ocupação sazonal/secundária e vagos no total de alojamentos, por freguesias (2001)**



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Se considerarmos somente a forma de ocupação “sazonal/secundária”, verificamos que este tipo de alojamento conheceu um crescimento espantoso em todo o país durante a década de 90. Dos 377.608 alojamentos existentes em 1991 passou-se para quase 1 milhão em 2001, tendo a Madeira e a região Norte (detendo esta mais de ¼ deste tipo de alojamentos) registado as maiores taxas de crescimento. O Algarve, embora tenha quase duplicado o número de alojamentos sazonais, detém somente 11,5% do total nacional destes alojamentos. Contudo, em função da dimensão territorial do Algarve, constatamos que é na região que se encontra a maior concentração de alojamentos de uso sazonal/secundário do país - 21,4 alojamentos por km<sup>2</sup> -, valor ligeiramente superior ao da região de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira, e claramente superior aos das restantes regiões do país.

O peso deste tipo de alojamentos na região do Algarve é claramente superior ao peso nas outras regiões. Em 2001, os alojamentos de uso sazonal/secundário no Algarve representam 38,4% do total de alojamentos da região (quase o dobro da média nacional), quando em 1991 representavam somente 27,0%, assumindo especial relevo nos concelhos do litoral, especialmente em Albufeira, Vila Real de Sto. António, Loulé e Castro Marim.

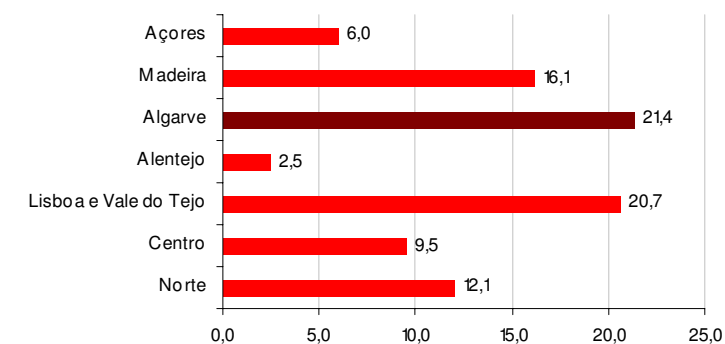
Se estabelecermos uma relação entre o crescimento do número de alojamentos de uso sazonal/secundário e do número total de alojamentos, durante a década de 90, verificamos que foi sobretudo no interior, costa Vicentina e Nordeste da região, onde surgiram mais alojamentos de uso sazonal por cada 100 alojamentos de residência habitual. Tal não quer dizer significativamente que se tenha construído mais nas áreas acima referidas, mas sim que muitos alojamentos classificados em 1991 como de residência habitual foram, em 2001, classificados como alojamentos de uso sazonal/secundário. Ou seja, talvez este seja mais um indicador do esvaziamento populacional do interior do que propriamente um indicador de maior dinamismo da construção nestas áreas.

**Quadro 1 – Número de alojamentos ocupados pelo uso sazonal/secundário, por regiões (1991 e 2001)**

	1991	2001	Varição percentual
Portugal	377.608	929.936	146,3
Norte	66.930	257.283	284,4
Centro	80.008	224.746	180,9
Lisboa e Vale do Tejo	134.971	246.351	82,5
Alentejo	29.746	67.828	128,0
Algarve	57.131	106.439	86,3
Madeira	3.027	12.914	326,6
Açores	5.795	14.375	148,1

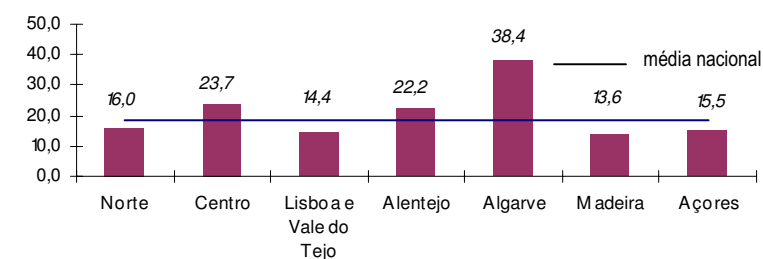
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

**Gráfico 20 – Número de alojamentos de uso sazonal/secundário/Km<sup>2</sup>, por regiões (2001)**



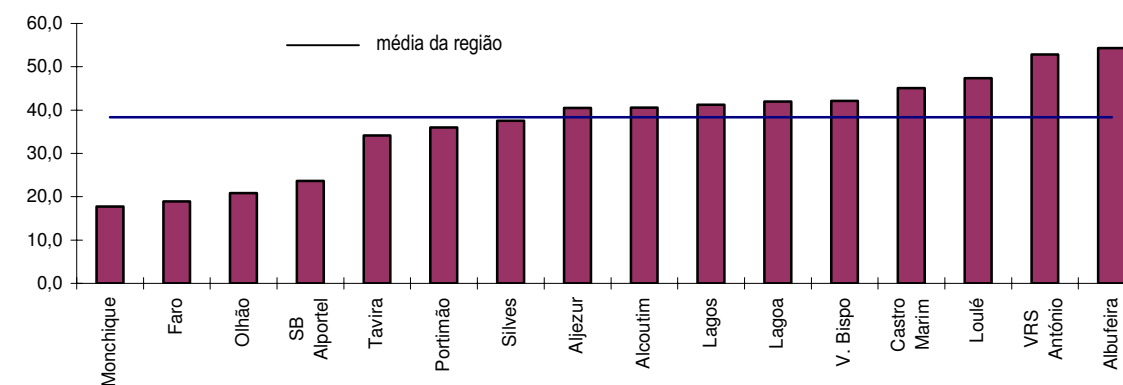
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

**Gráfico 21 – Percentagem de alojamentos de uso sazonal/secundário no total de alojamentos, por regiões (2001)**



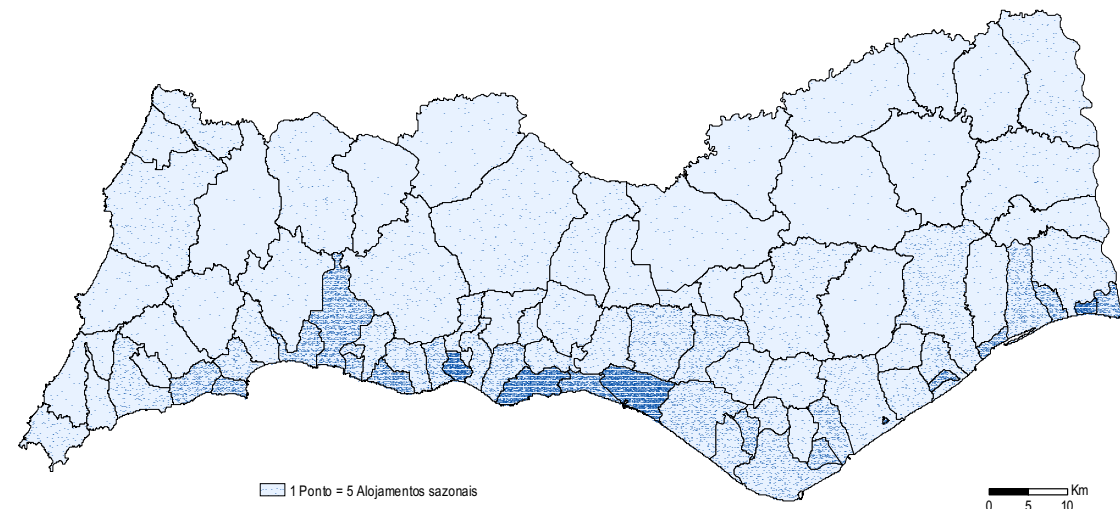
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

**Gráfico 22 - Percentagem de alojamentos de uso sazonal/secundário no total de alojamentos, por concelhos (2001)**



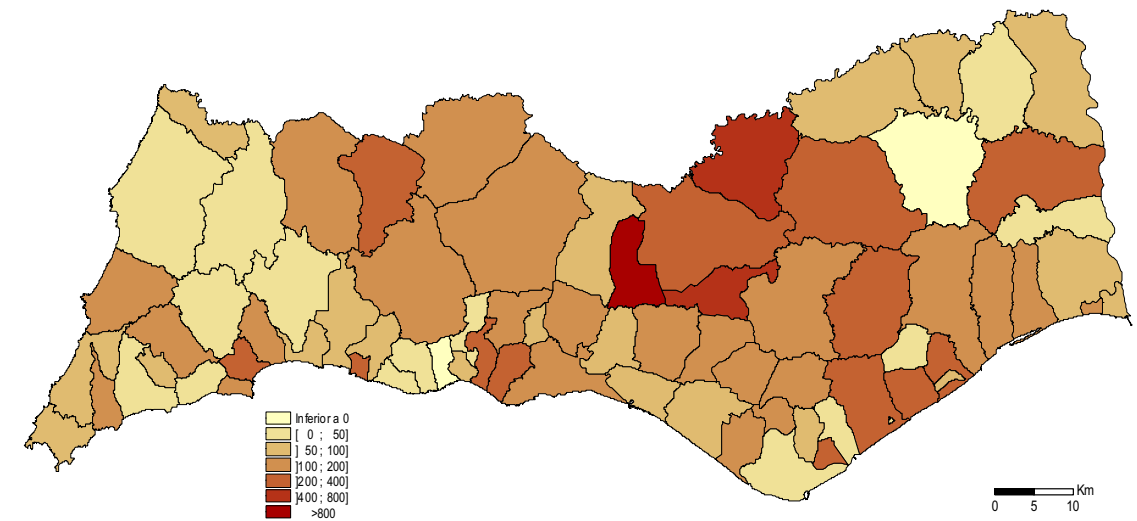
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Mapa 5 – Alojamentos de uso sazonal/secundário, por freguesias (2001)



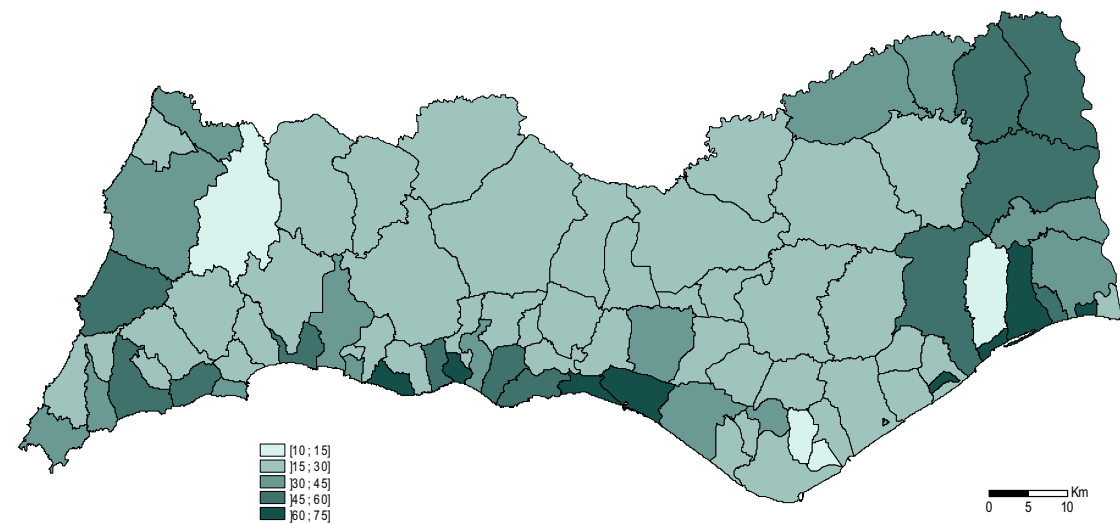
Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Mapa 7 – Crescimento percentual dos alojamentos de uso sazonal/secundário, por freguesias (1991/2001)



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

Mapa 6 – Percentagem de alojamentos de uso sazonal/secundário no total de alojamentos, por freguesias (2001)



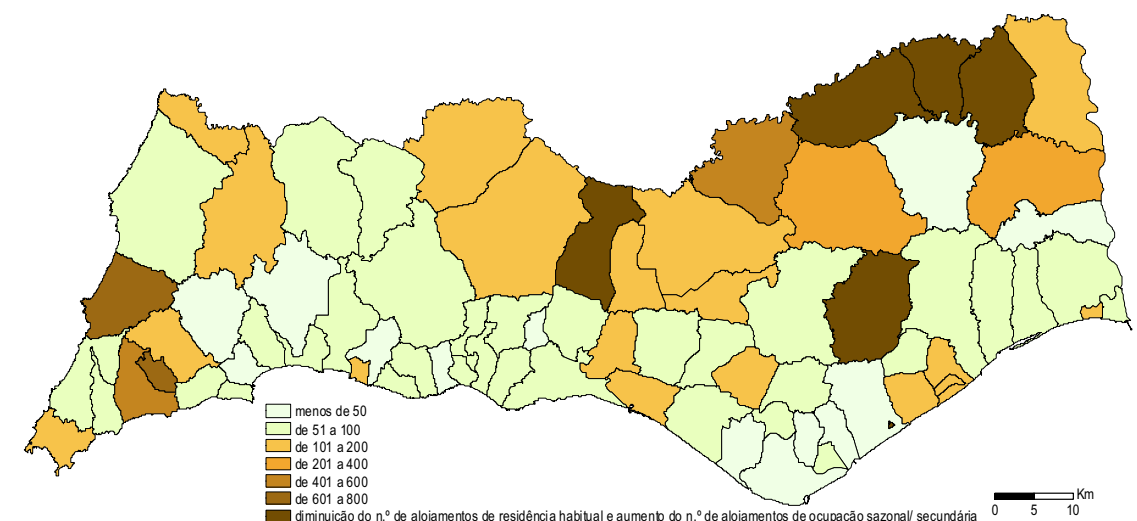
Se tivermos em conta o crescimento populacional verificado no Algarve durante a década de 90, confirmamos, como todos os indicadores até agora nos revelaram, que a construção no Algarve tem sido, na década de 90, principalmente para segunda residência.

O total de alojamentos familiares construídos durante a década de 90 cifrou-se nos 66.085, representando um aumento de 30,5%, enquanto a população residente registou um acréscimo de 53.804, representando um acréscimo de 15,8%. Se considerarmos que cada fogo aloja 2,73 indivíduos (média de habitantes por alojamento clássico de residência habitual, segundo os Resultados Provisórios dos Censos 2001), verificamos que foram construídos no Algarve, durante a década de 90, **alojamentos para 180.300 indivíduos**, quando o **crescimento demográfico foi de apenas 53.804 indivíduos**. Ou seja, tendo em conta apenas as necessidades da população residente, bastariam 19.708 alojamentos, somente 29,8% daqueles que de facto foram construídos.

Por outras palavras, na década de 90, **para cada 100 fogos de residência habitual foram construídos 235 fogos para uso sazonal/secundário**.

Se utilizarmos a população como termo de comparação, verificamos que o parque habitacional do Algarve em 2001 poderia alojar **756.759 indivíduos** (aos quais, se somarmos a capacidade hoteleira da região, nos poderá dar uma ordem de grandeza da população flutuante), **mais 361.551 indivíduos** (aos quais podemos chamar “população prevista”) do que a actual população residente.

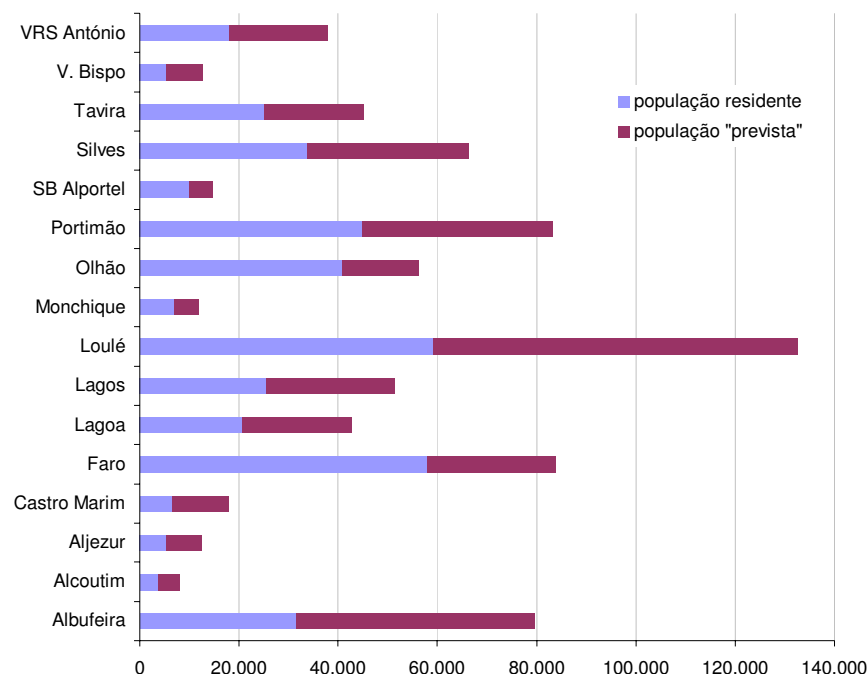
Mapa 8 – Número de alojamentos de uso sazonal/secundário por cada 100 alojamentos de residência habitual classificados entre 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

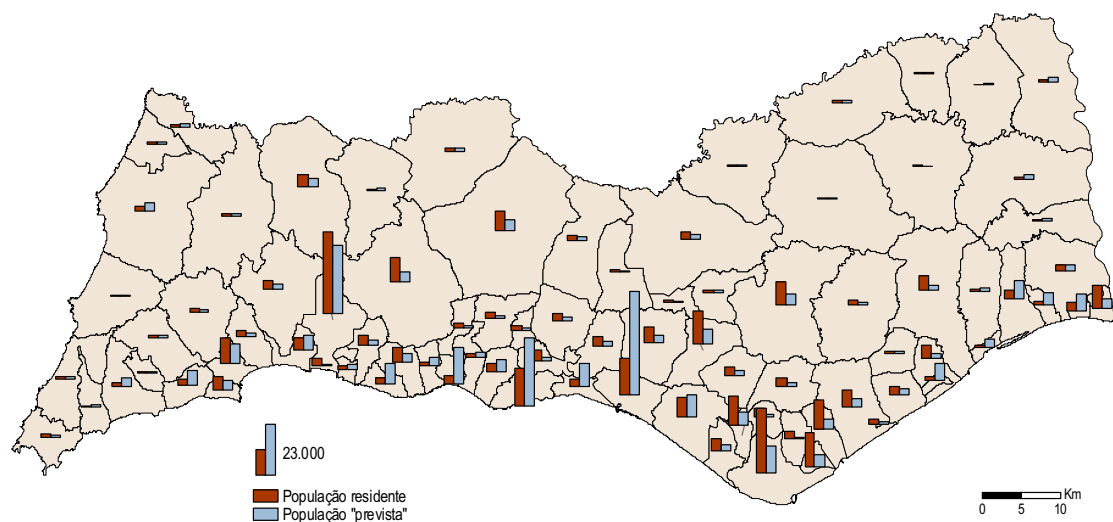
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 23 – População residente em 2001 e população “prevista”, por concelhos (2001)**



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

**Mapa 9 – População residente e população “prevista”, por freguesias (2001)**



Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

No que respeita aos Alvarás de loteamento emitidos pelas Câmaras Municipais da região durante a década de 90, apenas iremos apresentar uma síntese muito sumária pelos motivos que a seguir expomos.

O trabalho de levantamento exaustivo de todos os Alvarás de loteamento emitidos na região desde 1991 até 2001, precisamente o período de vigência do PROT-Algarve em processo de revisão, foi iniciado em Dezembro de 2001. Para tal, consultaram-se todos os processos relativos aos Alvarás de loteamento existentes nos Serviços. Uma vez que:

- alguns processos não constavam nos arquivos (ou porque se extraviaram ou porque nunca chegaram aos Serviços);
- alguns processos não continham todos os elementos considerados indispensáveis – área de intervenção, área de construção, áreas de cedência, número de fogos e de estacionamento públicos, etc. - para um correcto trabalho de caracterização;
- e outros não continham as plantas de localização (nas escalas 1/25.000 e 1/2.000);

foi necessário fazer uma ronda por todas as Câmaras Municipais da região por forma a recolher toda a informação em falta e, ainda, actualizar o registo de Alvarás relativamente à sua vigência ou caducidade.

A receptividade e a colaboração por parte dos serviços de planeamento e gestão urbanística das Câmaras Municipais foi inexcelável; porém, por razões que nos ultrapassam, ainda não conseguimos concluir o levantamento da informação junto dos serviços da Câmara Municipal de Loulé.

Por este motivo, não nos foi possível completar a base de dados que entretanto construímos e proceder ao tratamento estatístico que julgámos, em determinada altura, ser possível apresentar neste primeiro relatório. O número de Alvarás de Loteamento emitidos pela Câmara em causa é elevado e apresenta um considerável peso na dinâmica da região pelo que, um tratamento estatístico sem a informação de Loulé, mesmo que sumário, apresentaria lacunas passíveis de nos ocultarem a dimensão da construção no Algarve. Contamos, muito brevemente, completar o trabalho na C. M. de Loulé e, posteriormente, apresentar os resultados deste levantamento.

Na próxima versão do presente relatório incluiremos ainda um levantamento das pretensões (intenções ou propostas de intervenção em apreciação nos serviços das Câmaras Municipais para futura concretização) existentes que deram entrada nos serviços camarários nos últimos 3 anos, que contém a mesma informação qualitativa e quantitativa dos Alvarás emitidos. Pelas razões atrás citadas, apenas apresentaremos neste relatório alguns dados em bruto que nos foi possível apurar e que já serão suficientes para traçar a dinâmica de construção verificada na região durante a década de 90.

Uma análise dos Alvarás de loteamento emitidos pelas Câmaras Municipais da região do Algarve ao longo da década de 90 mostra-nos uma descida na primeira metade da década, seguida por uma recuperação para valores semelhantes aos verificados no início da década. Naturalmente, foram os municípios do litoral meridional onde se registou o maior volume de emissões de Alvarás de loteamento.

Podemos adiantar ainda que, sem contar com os valores de Loulé, os Alvarás emitidos:

- têm como uso dominante (essencialmente exclusivo) a habitação, cerca de 98,5%;
- prevêem a construção e cerca de 59.000 fogos;
- que terão capacidade para alojar cerca de 194.000 habitantes.

Se considerarmos somente as pretensões:

- estão previstos cerca de 18.900 fogos;
- que terão capacidade para alojar cerca de 62.900 habitantes.

Se consideramos os Alvarás e as pretensões em conjunto teremos:

- cerca de 77.900 fogos;
- com capacidade para alojar cerca de 256.900 habitantes.

Sem aprofundar mais, por agora, uma relação entre os fogos e a população estimada para os Alvarás de loteamento e o crescimento demográfico da região em igual período de tempo – a década de 90 -, constata-se, desde logo, que a construção contida nos Alvarás se destina esmagadoramente para segunda residência, facto corroborado pela análise da informação relativa aos alojamentos segundo a forma de ocupação fornecida pelo INE.

Gráfico 24 – Alvarás de loteamentos, região do Algarve (1991 a 2001)

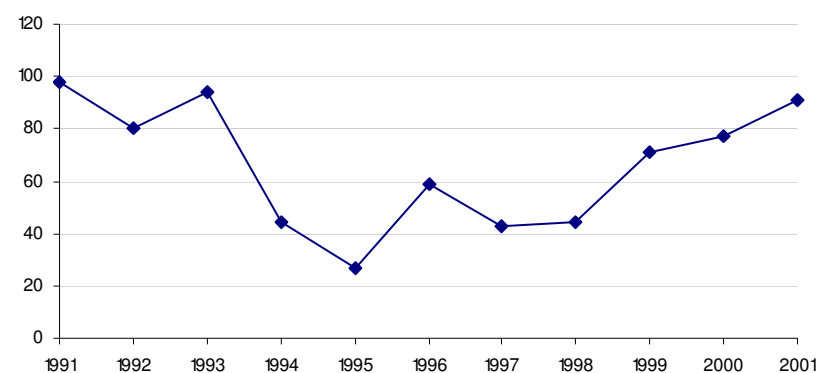
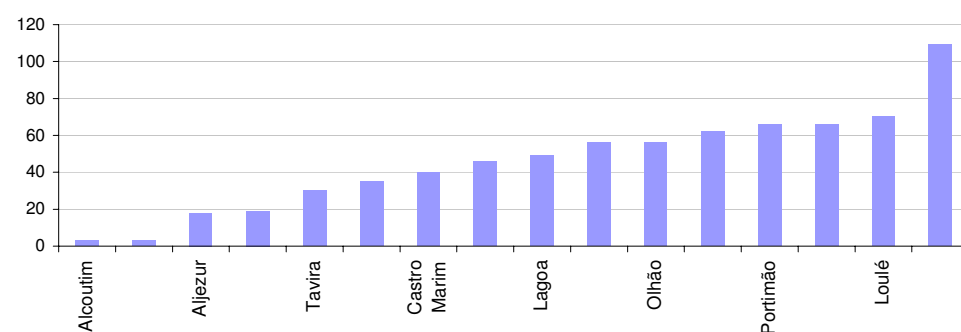


Gráfico 25 – Alvarás de loteamento, por concelhos (1991 a 2001)



Quadro 2 – Total de licenças emitidas pelas Câmaras Municipais (1991/2000)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Portugal	62922	47221	48571	53018	51106	51985	54909	59391	63038	60516	552677
Algarve	2018	1821	2390	2339	2259	2525	2580	3076	3593	3642	26243
Albufeira	305	203	299	302	215	285	288	400	407	357	3061
Alcoutim	13	7	22	9	30	26	36	23	32	36	234
Aljezur	65	48	100	100	84	68	85	98	102	102	852
Castro Marim	44	28	130	176	72	119	125	137	170	184	1185
Faro	207	264	111	96	223	181	180	172	219	177	1830
Lagoa	109	116	206	172	213	233	222	268	263	315	2117
Lagos	164	204	234	274	269	297	280	349	547	549	3167
Loulé	435	236	245	266	208	295	312	421	508	490	3416
Monchique	13	26	52	43	36	38	39	25	52	43	367
Olhão	150	108	207	221	218	150	144	232	227	252	1909
Portimão	120	194	167	151	140	178	180	211	265	265	1871
SB Alportel	45	44	67	58	52	43	65	58	68	68	568
Silves	157	103	171	167	215	243	234	248	237	309	2084
Tavira	100	167	212	127	140	173	163	143	213	202	1640
V. Bispo	33	21	74	74	67	79	99	112	76	82	717
VRS António	58	52	93	103	77	117	128	179	207	211	1225

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

Quadro 3 – Total de licenças para habitação emitidas pelas Câmaras Municipais (1991/2000)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Portugal	48976	36117	36957	39877	39252	40546	36957	47994	51897	50068	428641
Algarve	1844	1743	1973	1794	1828	2066	2155	2685	3168	3276	22532
Albufeira	275	188	238	187	159	209	227	378	361	341	2563
Alcoutim	6	7	13	8	18	14	26	16	18	17	143
Aljezur	61	42	72	70	48	46	61	73	84	90	647
Castro Marim	37	27	113	168	63	101	111	118	152	171	1061
Faro	195	256	91	74	198	164	150	158	186	161	1633
Lagoa	105	111	174	118	173	186	194	241	232	286	1820
Lagos	133	191	188	188	188	220	200	261	478	451	2498
Loulé	395	225	223	241	195	262	271	373	436	452	3073
Monchique	13	25	39	28	22	31	37	21	37	33	286
Olhão	143	105	151	152	152	110	99	159	183	208	1462
Portimão	120	194	142	134	130	172	176	207	263	244	1782
SB Alportel	40	42	53	48	45	41	63	55	64	66	517
Silves	145	99	143	131	182	204	200	226	219	282	1831
Tavira	97	161	200	113	133	140	136	127	176	195	1478
V. Bispo	27	18	50	41	64	63	80	98	74	71	586
VRS António	52	52	83	93	58	103	124	174	205	208	1152

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

Quadro 4 – Total de licenças de construção emitidas pelas Câmaras Municipais (1991/2000)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Portugal	47171	35496	36800	40927	40184	40581	43877	48274	52094	50138	435542
Algarve	1611	1661	1791	1662	1706	1959	2021	2486	3031	3112	21040
Albufeira	221	175	186	162	130	194	219	326	345	315	2273
Alcoutim	12	6	19	8	27	20	24	19	26	31	192
Aljezur	57	42	90	81	64	57	84	87	99	102	763
Castro Marim	28	24	112	164	62	93	87	106	134	171	981
Faro	199	255	100	76	187	140	126	101	153	123	1460
Lagoa	93	104	136	89	147	171	174	202	220	262	1598
Lagos	101	178	176	161	186	173	198	262	456	459	2350
Loulé	375	219	222	253	198	276	260	339	414	407	2963
Monchique	11	20	29	18	20	27	24	19	30	34	232
Olhão	107	94	117	113	129	119	120	196	192	180	1367
Portimão	120	190	136	130	132	169	175	203	263	251	1769
SB Alportel	35	41	42	40	44	37	58	52	50	57	456
Silves	114	95	138	126	156	177	165	192	200	268	1631
Tavira	64	151	164	103	109	136	115	112	189	187	1330
V. Bispo	26	18	60	47	60	67	77	100	75	75	605
VRS António	48	49	64	91	55	103	115	170	185	190	1070

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Quadro 5 – Total de licenças de construção de habitação emitidas pelas Câmaras Municipais (1991/2000)**

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Portugal	36663	27189	27768	31560	31617	32524	27768	39888	44074	42632	341683
Algarve	1496	1607	1514	1385	1480	1724	1789	2259	2788	2899	18941
Albufeira	205	165	160	120	114	172	191	317	313	301	2058
Alcoutim	6	6	10	7	16	10	15	13	14	12	109
Aljezur	54	37	63	58	33	41	61	64	82	90	583
Castro Marim	22	23	98	156	55	78	78	94	123	161	888
Faro	187	249	83	65	176	128	114	97	137	116	1352
Lagoa	91	102	125	70	137	154	164	192	201	246	1482
Lagos	90	172	151	141	154	158	166	223	429	404	2088
Loulé	343	208	202	229	187	255	244	312	388	401	2769
Monchique	11	20	22	9	12	24	22	17	25	26	188
Olhão	102	91	82	82	91	92	83	144	168	162	1097
Portimão	120	190	118	116	123	164	171	199	261	240	1702
SB Alportel	30	39	34	32	40	35	56	49	49	56	420
Silves	109	91	113	99	133	152	147	179	185	251	1459
Tavira	62	149	156	92	104	113	97	103	157	181	1214
V. Bispo	21	16	40	23	58	53	67	90	73	65	506
VRS António	43	49	57	86	47	95	113	166	183	187	1026

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

**Quadro 6 – Total de licenças para ampliação, transformação e restauração emitidas pelas Câmaras Municipais (1991/2000)**

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Portugal	15751	11725	11771	12091	10922	11404	11032	11117	10944	10378	117135
Algarve	407	160	599	677	553	566	559	590	562	530	5203
Albufeira	84	28	113	140	85	91	69	74	62	42	788
Alcoutim	1	1	3	1	3	6	12	4	6	5	42
Aljezur	8	6	10	19	20	11	1	11	3	0	89
Castro Marim	16	4	18	12	10	26	38	31	36	13	204
Faro	8	9	11	20	36	41	54	71	66	54	370
Lagoa	16	12	70	83	66	62	48	66	43	53	519
Lagos	63	26	58	113	83	124	82	87	91	90	817
Loulé	60	17	23	13	10	19	52	82	94	83	453
Monchique	2	6	23	25	16	11	15	6	22	9	135
Olhão	43	14	90	108	89	31	24	36	35	72	542
Portimão	0	4	31	21	8	9	5	8	2	14	102
SB Alportel	10	3	25	18	8	6	7	6	18	11	112
Silves	43	8	33	41	59	66	69	56	37	41	453
Tavira	36	16	48	24	31	37	48	31	24	15	310
V. Bispo	7	3	14	27	7	12	22	12	1	7	112
VRS António	10	3	29	12	22	14	13	9	22	21	155

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

**Quadro 7 – Total de licenças para ampliação, transformação e restauração para habitação emitidas pelas Câmaras Municipais (1991/2000)**

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Portugal	12313	8928	9189	8317	7635	8022	9189	8106	7823	7436	86958
Algarve	348	136	459	409	348	342	366	426	380	377	3591
Albufeira	70	23	78	67	45	37	36	61	48	40	505
Alcoutim	0	1	3	1	2	4	11	3	4	5	34
Aljezur	7	5	9	12	15	5	0	9	2	0	64
Castro Marim	15	4	15	12	8	23	33	24	29	10	173
Faro	8	7	8	9	22	36	36	61	49	45	281
Lagoa	14	9	49	48	36	32	30	49	31	40	338
Lagos	43	19	37	47	34	62	34	38	49	47	410
Loulé	52	17	21	12	8	7	27	61	48	51	304
Monchique	2	5	17	19	10	7	15	4	12	7	98
Olhão	41	14	69	70	61	18	16	15	15	46	365
Portimão	0	4	24	18	7	8	5	8	2	4	80
SB Alportel	10	3	19	16	5	6	7	6	15	10	97
Silves	36	8	30	32	49	52	53	47	34	31	372
Tavira	35	12	44	21	29	27	39	24	19	14	264
V. Bispo	6	2	10	18	6	10	13	8	1	6	80
VRS António	9	3	26	7	11	8	11	8	22	21	126

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve (1991/2001)

**Quadro 8 – Alojamentos familiares e alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, por concelhos (1991 e 2001)**

	Alojamentos familiares		Alojamentos familiares clássicos		Alojamentos familiares de residência habitual		Alojamentos de uso sazonal/secundário	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	Algarve	212089	277374	211288	275802	115305	144851	57131
Albufeira	17439	29210	17380	29057	7018	11286	7113	15862
Alcoutim	2836	2951	2836	2939	1802	1621	758	1198
Aljezur	3984	4603	3971	4588	1952	2204	1167	1865
Castro Marim	4402	6585	4398	6551	2400	2471	1532	2967
Faro	24504	30773	24355	30431	16859	21707	3304	5830
Lagoa	13577	15618	13518	15525	5541	7309	5048	6559
Lagos	13463	18809	13403	18730	7421	9518	4129	7758
Loulé	38675	48587	38580	48340	15983	21399	13111	23023
Monchique	3847	4369	3843	4357	2686	2749	357	774
Olhão	16287	20599	16187	20458	11748	14481	2122	4299
Portimão	22806	30507	22667	30333	12807	16378	6287	10976
SB Alportel	3784	5404	3775	5379	2583	3663	452	1277
Silves	19437	24324	19387	24205	11649	12623	4969	9123
Tavira	13498	16524	13474	16488	8427	9180	2132	5644
V. Bispo	4206	4638	4187	4612	2047	2150	1257	1955
VRS António	9344	13873	9327	13809	4382	6112	3393	7329

Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

**Quadro 9 – Alojamentos familiares e alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, por freguesias (1991 e 2001)**

	Alojamentos familiares clássicos		Alojamentos familiares de residência habitual		Alojamentos de uso sazonal/secundário	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	Albufeira	14255	16759	5083	144851	6609
Guia	1638	3340	810	5844	339	1584
Paderne	1487	1924	1125	1301	165	412
Ferreiras	0	2277	511	1319		488
Olhos de Água	0	4757	205	1693		3465
Alcoutim	930	1189	571	1129	344	620
Giões	289	248	181	470	60	92
Martim Longo	840	834	334	153	155	263
Pereiro	299	285	1339	554	118	144
Vaqueiros	478	383	225	139	81	79
Aljezur	2783	2527	388	305	894	1129
Bordeira	469	489	332	1095	102	264
Odeceixe	719	817	1536	207	171	327
Rogil	0	755	532	381		145
Azinhhal	547	613	1173	521	213	222
Castro Marim	3008	2126	1060	304	1157	893
Odeleite	843	1010	1546	1057	162	531
Altura	0	2802	4788	463		1321
Conceição (Faro)	1582	1749	8292	647	111	261
Estoi	1529	1833	2119	1301	164	402
Sta. Bárbara de Nexe	2217	2384	652	1275	264	564
São Pedro	6594	6740	1533	1516	700	1122
Sé	12434	14754	523	4984	2065	2610
Montenegro	0	2971	714	10731		871
Estômbar	3249	2620	291	1900	459	640
Ferragudo	1117	1564	504	1636	223	698
Lagoa	2940	3534	905	702	686	1023
Porches	2407	2006	851	2106	1211	1162
Carvoeiro	3805	4313	1493	701	2469	2800
Parchal	0	1488	3377	1007		236
Barão de São João	484	569	2009	1157	65	159
Bensafrim	773	867	912	319	147	190
Luz (Lagos)	2795	3450	333	577	1575	2011
Odeáxere	1214	1494	1556	1194	162	382
Santa Maria	3219	5287	3248	966	1214	2561
São Sebastião (Lagos)	4918	7063	635	2424	966	2455
Almancil	4842	6753	1250	4038	1562	2946

Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)



	Alojamentos familiares clássicos		Alojamentos familiares de residência habitual		Alojamentos de uso sazonal/secundário	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Alte	1492	1464	3758	2996	199	385
Ameixial	384	403	1809	893	13	114
Boliqueime	2324	2419	473	266	299	533
Quarteira	18079	22560	298	1665	10076	15665
Querença	787	515	480	5622	26	122
Salir	1610	1788	1908	315	78	353
São Clemente	6085	7648	965	1188	641	1854
São Sebastião (Loulé)	2337	3598	1827	5262	202	804
Benafim	640	738	4778	2413	15	156
Tôr	0	454	835	455		91
Alferce	353	433	3343	324	24	106
Marmelete	667	684	1367	227	51	72
Monchique	2823	3240	1139	460	282	596
Fuseta	1494	1282	10301	2062	320	389
Moncarapacho	2450	4052	2583	790	262	1036
Olhão	5961	7282	816	2690	292	1073
Pechão	1125	1339	981	5452	107	179
Quelfes	5157	6503	1003	1051	1141	1622
Alvor	2828	4139	598	4498	1047	2047
Mexilhoeira Grande	1684	1959	3144	1786	251	337
Portimão	18155	24235	861	1277	4989	8592
S. Brás Alportel	3775	5379	3657	13315	452	1277
Alcantarilha	1254	1328	589	3663	225	315
Algoz	1296	1500	557	858	117	291
Armação de Pera	4955	7457	894	1063	3497	5572
Pera	969	1524	1413	1405	142	618
São Bartolomeu Messines	4393	4710	837	744	362	988
São Marcos da Serra	1056	1145	2059	3236	123	262
Silves	4643	5487	1682	662	400	918
Tunes	821	1054	451	3923	103	159
Cachopo	690	741	534	732	71	215
Conceição (Tavira)	1704	1167	169	465	580	411
Luz (Tavira)	2007	2181	665	540	152	495
Sta. Catarina Fonte Bispo	1331	1264	158	1407	48	210
Santa Maria	3305	4178	661	807	431	1269
Santiago	2520	3023	394	2458	160	738
Santo Estêvão	741	787	1007	2069	197	233
Santa Luzia	1176	1539	2520	483	493	932
Cabanas de Tavira	0	1608	855	566		1141
Barão S. Miguel	299	297	5083	385	51	89
Budens	1940	1996	810	183	783	1098
Raposeira	234	408	1125	650	60	166
Sagres	1152	1224	511	190	263	408
Vila do Bispo	562	687	205	726	100	194
Vila Nova Cacela	2188	4058	571	401	939	2589
V. Real Sto. António	4180	5403	181	1286	930	1635
Monte Gordo	2959	4348	334	3649	1524	3105

Fonte: INE, Censos 91 e Censos 2001 (Resultados Provisórios)

## 5.3.2- Loteamentos

### Análise dos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001

No período compreendido entre 1991 e 2001 (inclusive), as Câmaras Municipais da Região do Algarve emitiram 722 Alvarás de Loteamento (tendo uma parte significativa destes alvarás sido, no decurso da década, objecto de aditamentos e alterações) e 13 aditamentos de Alvarás emitidos antes de 1991.

O ritmo de emissão de Alvarás de Loteamento (bem como de Aditamentos de Alvarás emitidos antes de 1991) revela uma forte irregularidade passível de ser decomposta em duas fases. Podemos considerar uma primeira fase – genericamente, a primeira metade da década de 90 (entre 1991 e 1995) -, caracterizada pela ocorrência de um acentuado decréscimo de emissão de Alvarás; embora o ano de 1992 tenha contrariado esse comportamento regressivo, daí em diante, até 1995, o decréscimo foi notório. Numa segunda fase – genericamente, a segunda metade da década (de 1995 a 2001) -, assistimos a uma retoma do ritmo de emissão de Alvarás, apesar do abrandamento verificado em 1997 e 1998, para voltarmos a ter no final do período em análise um ritmo muito semelhante ao do início da década de 90: perto de 100 Alvarás de Loteamento / ano. Ou seja, após uma redução gradual até meados da década, assistimos a uma recuperação na segunda metade dos anos 90 que veio repor a dinâmica urbanística verificada no início da década.

Um caso paradigmático desta evolução é-nos dado pelo concelho de Aljezur: entre 1991 e 1996 não foi emitido qualquer Alvará de Loteamento; desse ano em diante foram já emitidos, até 2001, 18 Alvarás.

No “Estudo de Avaliação do PROTAL (1989 - 1996) - Relatório Final” referia-se que: “... em termos regionais, a evolução entre 1989 e 1996 revela um forte decréscimo da dinâmica urbanística, podendo concluir-se que em oito anos o número de processos relativos a operações urbanísticas e a correspondente área de construção licenciada se reduziu sensivelmente para metade”, c.f. p. 11)

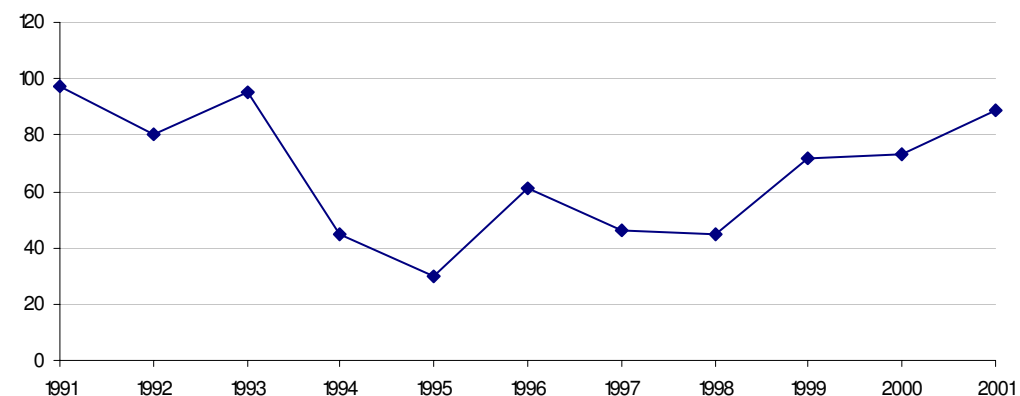
De facto, foi este o comportamento da dinâmica urbanística no período de 7 anos contemplado pelo citado estudo. Todavia, não podemos interpretar esse comportamento como uma tendência, mas sim como a conjugação de alguns elementos conjunturais que se reflectiram num decréscimo da dinâmica urbanística naquele espaço de tempo. Com informação mais recente, que respeita somente aos Alvarás de Loteamento e que ainda não inclui o licenciamento de Aldeamentos Turísticos (que veremos no capítulo seguinte), constatamos, para além do aumento da emissão de Alvarás de Loteamento no final da década de 90 e também no primeiro ano do século XXI, que:

- a área de intervenção licenciada nos Alvarás é, no final dos anos 90 e início do século XXI, superior à do início da década de 90;
- a área de construção licenciada nos Alvarás é, no final dos anos 90 e início do século XXI, claramente superior à do início da década de 90.

Isto é, a dinâmica urbanística na região não só não decresceu (tendência que o estudo de Avaliação do PROTAL apontava tendo como referência o período 1989 - 1996) como se apresenta hoje (dados de 2001) mais pujante do que no começo dos anos 90.

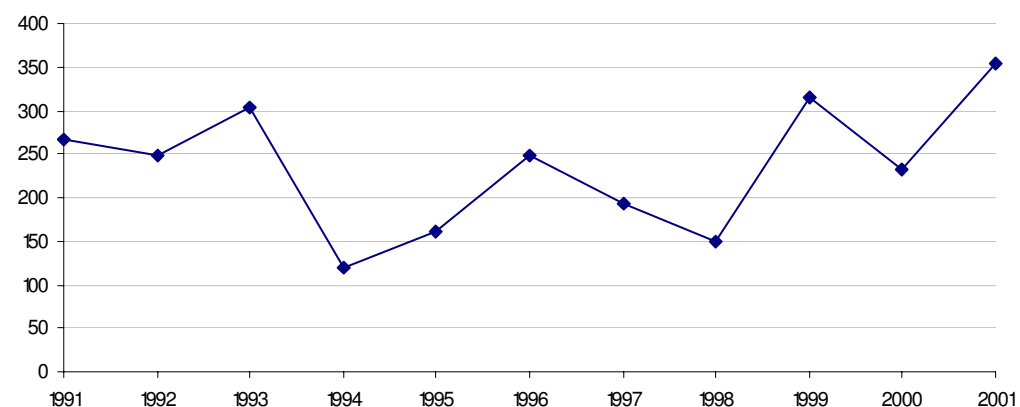
Uma diferença significativa entre as duas metades da década de 90 parece ser, para além dos sentidos inversos do ritmo de emissão de Alvarás e da área de intervenção licenciada, a dimensão média do loteamento e da área de construção. É notória uma maior dimensão média dos loteamentos na segunda metade da década, bem como o facto de, no ano em que foram emitidos menos Alvarás (1995) ter sido precisamente o ano em que foram aprovados os maiores loteamentos. Por outro lado, é também notória uma maior dimensão média da área de construção na segunda metade da década e a particularidade de se ter registado em 1995, um dos anos em que houve menor actividade de licenciamento, a maior área de construção em média por loteamento.

**Gráfico 24 – Alvarás de loteamento (e aditamentos relativos a Alvarás de Loteamento, emitidos antes de 1991), na região do Algarve (1991 a 2001)**



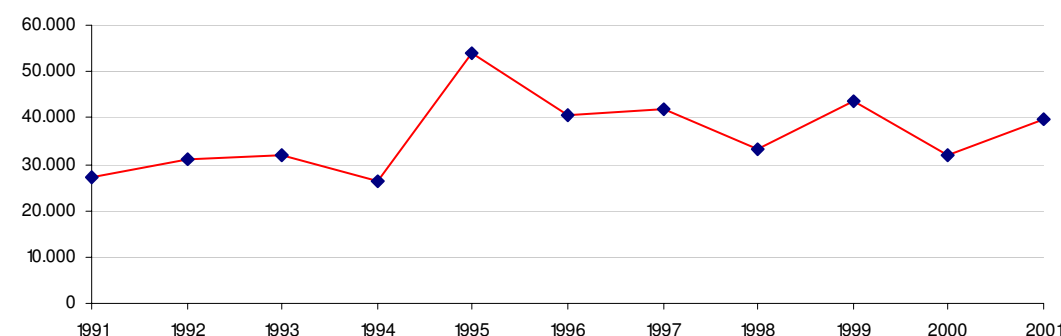
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 25 – Área de intervenção licenciada (hectares) pelos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001 – Região do Algarve**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 26 – Dimensão média (m²) da Área de Intervenção do Alvará de Loteamento, por anos, na Região do Algarve**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Os concelhos da região que revelaram maior dinamismo no que respeita à emissão de Alvarás de Loteamento foram, naturalmente, os concelhos da orla litoral meridional, dos quais destacamos os dois concelhos do Sotavento – Vila Real de Sto. António e Olhão – que, ao contrário do que sucedeu na década de 80, se situam agora entre os concelhos com maior dinamismo urbanístico. Por seu lado, os concelhos do interior – Alcoutim e Monchique – apresentam um fraquíssimo dinamismo (três Alvarás de Loteamento emitidos, cada um dos municípios, entre 1991 e 2001)

Em termos globais, verificamos que apenas pouco mais de 2/3 dos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001 estão integralmente localizados<sup>1</sup> dentro das Zonas de Ocupação Urbanística (Z.O.U.) dos PDM's. Os restantes:

- 13,4% têm mais de 50% da área de intervenção dentro das Z.O.U.;
- 7,6% têm mais de 50% da área de intervenção fora das Z.O.U.;
- 10,6% estão totalmente fora das Z.O.U.

Podemos considerar que houve uma evolução positiva, com o decorrer da década, no que respeita à espacialização da actividade urbanística. A partir de 1995 nota-se uma maior ocorrência da localização dos licenciamentos em Zonas de Ocupação Urbanística, tendência que, todavia, parece ter vindo a perder expressão nos últimos anos, particularmente em 1999 e 2001, quando se regista um aumento do número de Alvarás de Loteamento parcialmente dentro das Z.O.U.

Globalmente, a percentagem de Alvarás totalmente fora dos perímetros das Z.O.U. tem vindo a diminuir após ter registado o seu máximo em 1994 (22% dos Alvarás de Loteamento).

A grande maioria dos concelhos apresenta entre 60 e 80% dos Alvarás de Loteamento totalmente inseridos nas Z.O.U., surgindo:

- os concelhos de Silves, Lagos, Lagoa e Albufeira com menos de 60% dos Alvarás totalmente dentro das Z.O.U. (em Albufeira, a percentagem é extremamente baixa: 27,3%);
- os concelhos de Vila Real de Sto. António e Faro com mais de 80% dos Alvarás totalmente dentro das Z.O.U.

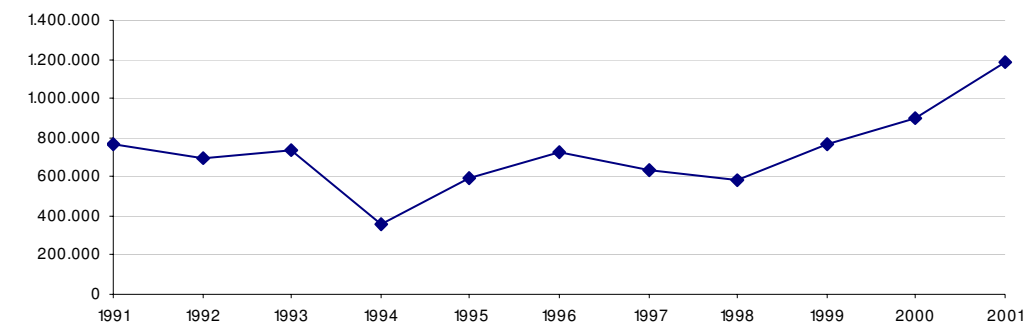
Porém, se tomarmos como referência a área de intervenção dos Alvarás de Loteamento, verificamos que a situação é bem menos favorável: apenas 1.142 dos 2.572 ha (44,4%) da área de intervenção dos Alvarás estão totalmente inseridos nas Z.O.U.; enquanto 594 ha estão completamente fora das Z.O.U. Cerca de 15,8 e 11,6% da área de intervenção licenciada está maioritariamente dentro das Z.O.U. e maioritariamente fora das Z.O.U., respectivamente. Como tal, podemos concluir, grosso modo, que apenas pouco mais de metade da área licenciada se encontra dentro das Zonas de Ocupação Urbanística definidas pelos Planos Directores Municipais.

Se procurarmos uma correspondência entre a inserção das áreas licenciadas e o ano de emissão dos Alvarás de Loteamento, não detectamos nenhum padrão claro. Ou seja, seria de esperar que, após os anos de 1994 e 1995 (quando foi aprovada a grande maioria dos Planos Directores Municipais da região), houvesse uma maior percentagem (senão mesmo a totalidade) de área licenciada dentro das Z.O.U.

Todavia, tal não se verifica, podemos dizer, de todo. Embora nos anos de 1995 e 1996 tenha havido um aumento da área licenciada dentro das Z.O.U., a percentagem volta a baixar em 1997, atinge o valor mais elevado alguma vez alcançado em 1998 para tornar a descer em 1999 e, após um ligeiro aumento em 2000, regista de novo um decréscimo em 2001. Por outro lado, em 1999 foi licenciada mais área fora das Z.O.U. do que dentro; o que não sucedia desde 1994.

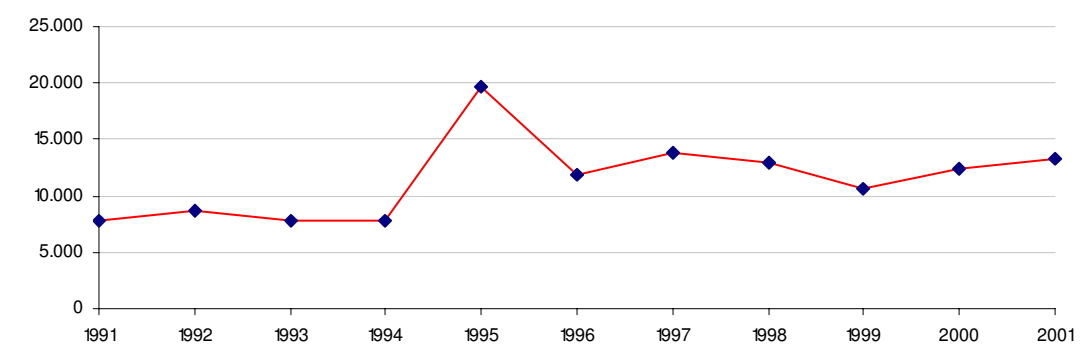
Os concelhos de Castro Marim, Albufeira, Lagoa, Vila Real de Sto. António, Silves e Lagos destacam-se claramente por serem aqueles onde a área licenciada integralmente dentro das Z.O.U. foi muito baixa (entre os 20 e os 40% do total de área licenciada). Por outro lado, os concelhos de Castro Marim, Vila Real de Sto. António e Alcoutim destacam-se claramente por serem os concelhos onde a área licenciada integralmente fora das Z.O.U. assumiu os valores mais elevados: 56, 54 e 49%, respectivamente.

Gráfico 27 – Área de construção licenciada (m<sup>2</sup>) pelos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001 – Região do Algarve



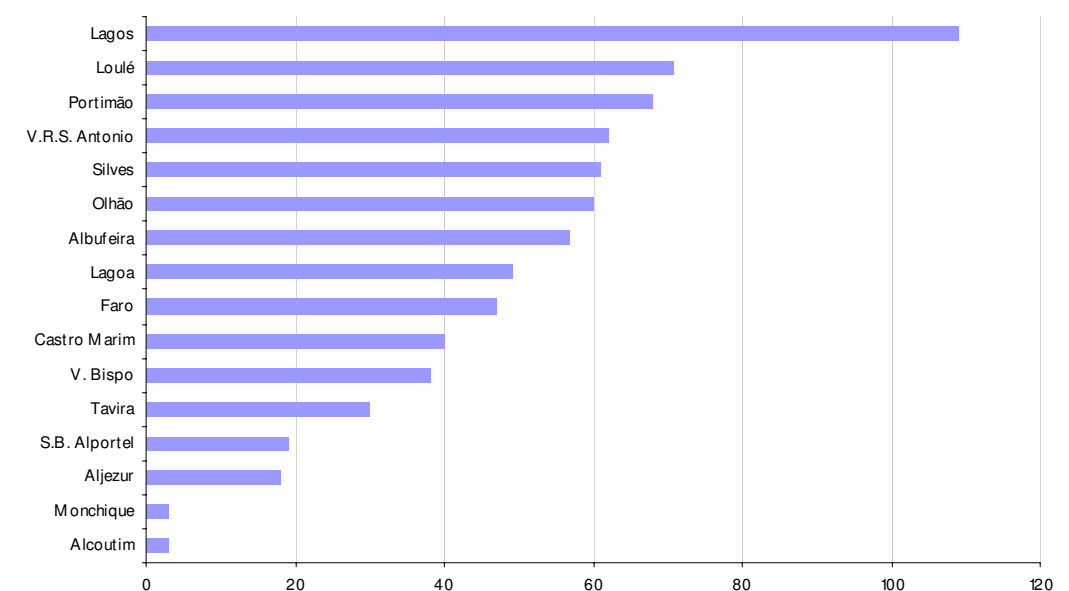
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Gráfico 28 – Dimensão média (m<sup>2</sup>) da Área de Intervenção do Alvará de Loteamento, por anos, na Região do Algarve



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Gráfico 29 – Alvarás de loteamento, por concelhos (1991 a 2001)



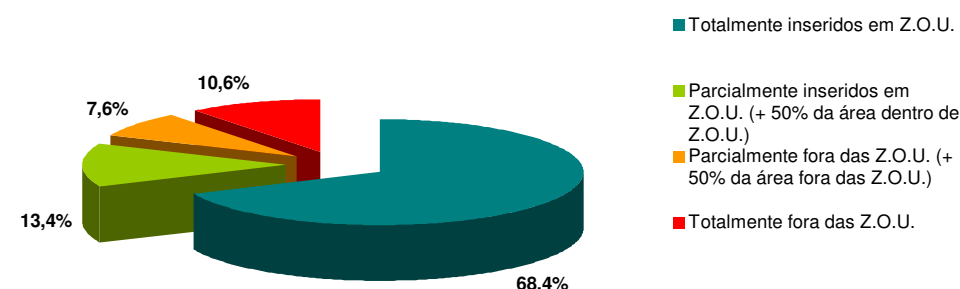
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

<sup>1</sup> - Da totalidade dos Alvarás de Loteamento considerados, foram excluídos os aditamentos a Alvarás emitidos antes de 1991 e não constam alguns cujas plantas de localização não nos foi possível recolher; motivo pelo qual apenas consideramos 680 Alvarás (92,5% do total de Alvarás de Loteamento e aditamentos) para a análise da inserção nas Zonas de Ocupação Urbanística.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

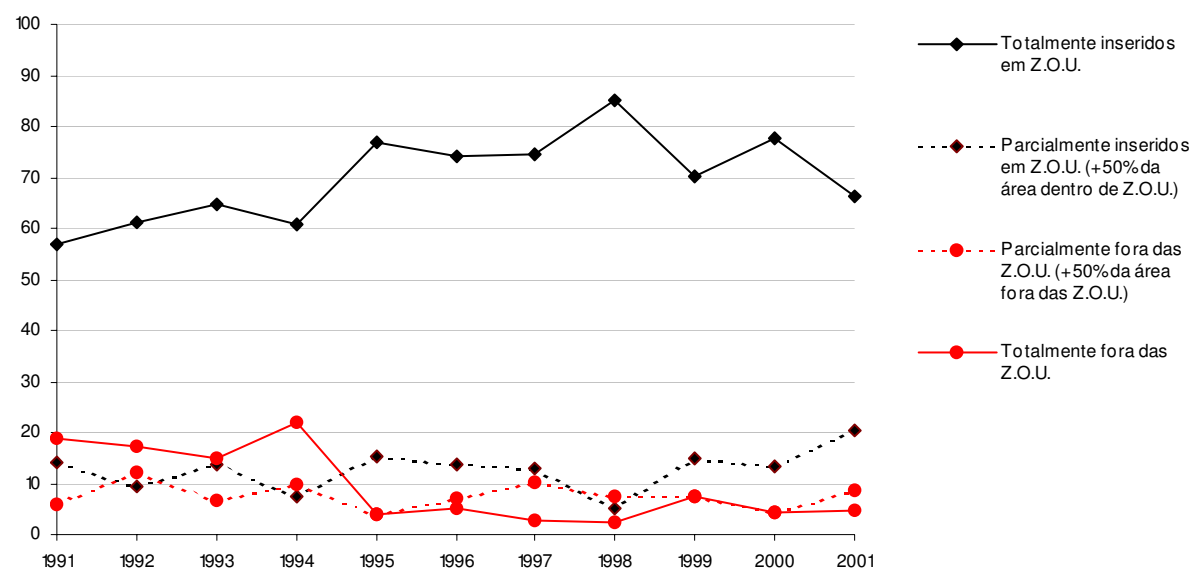
A tendência, já apontada pelo “Estudo de Avaliação do PROTAL (1989 - 1996) - Relatório Final”, para uma difusão da rede urbana da Região parece, assim, sair substancialmente reforçada pela maior dinâmica urbanística que teve lugar ao longo da segunda metade da década e primeiros anos do novo século. Não se trata apenas de uma mera expansão dos aglomerados tradicionais, como aparece prognosticado no documento de Avaliação do PROTAL de 1991, mas sim, como já tem uma expressão bem visível em determinadas áreas do litoral algarvio, de uma nova configuração da rede urbana regional: a constituição de grandes manchas urbanas que resultam do encontro e da fusão de áreas de expansão, cujo resultado é a formação de áreas urbanas polinucleadas.

**Gráfico 30 – Percentagem dos Alvarás segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, Região do Algarve (1991 – 2001)**



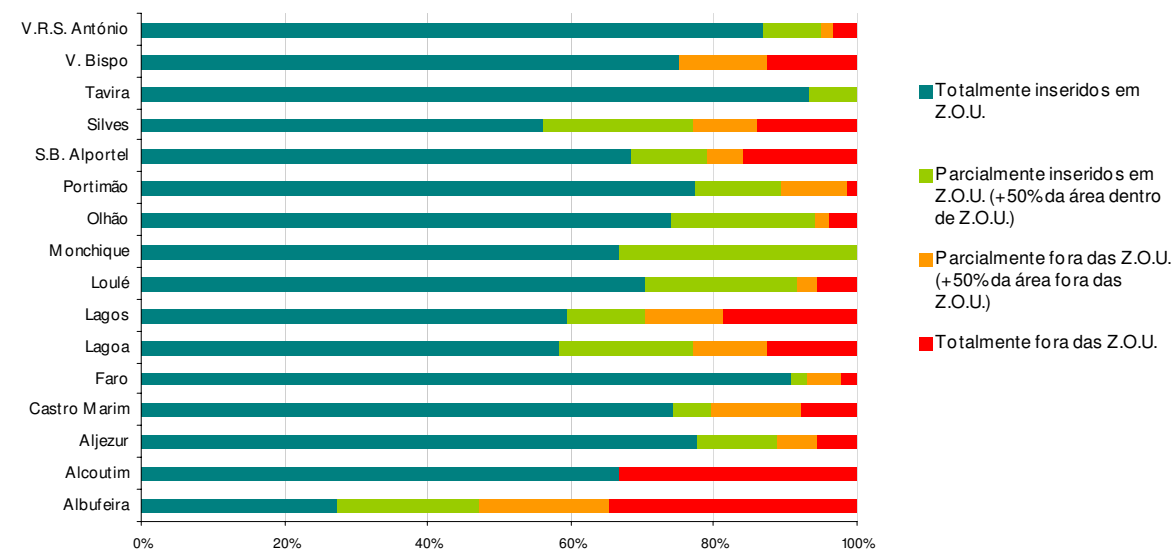
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 31 – Percentagem dos Alvarás segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por anos, Região do Algarve (1991 – 2001)**



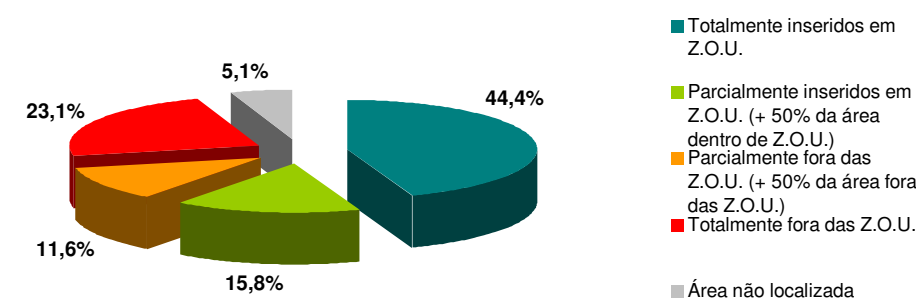
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 32 – Percentagem dos Alvarás segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por concelhos, Região do Algarve (1991 – 2001)**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 33 – Percentagem da Área de Intervenção dos Alvarás segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, Região do Algarve (1991 – 2001)**



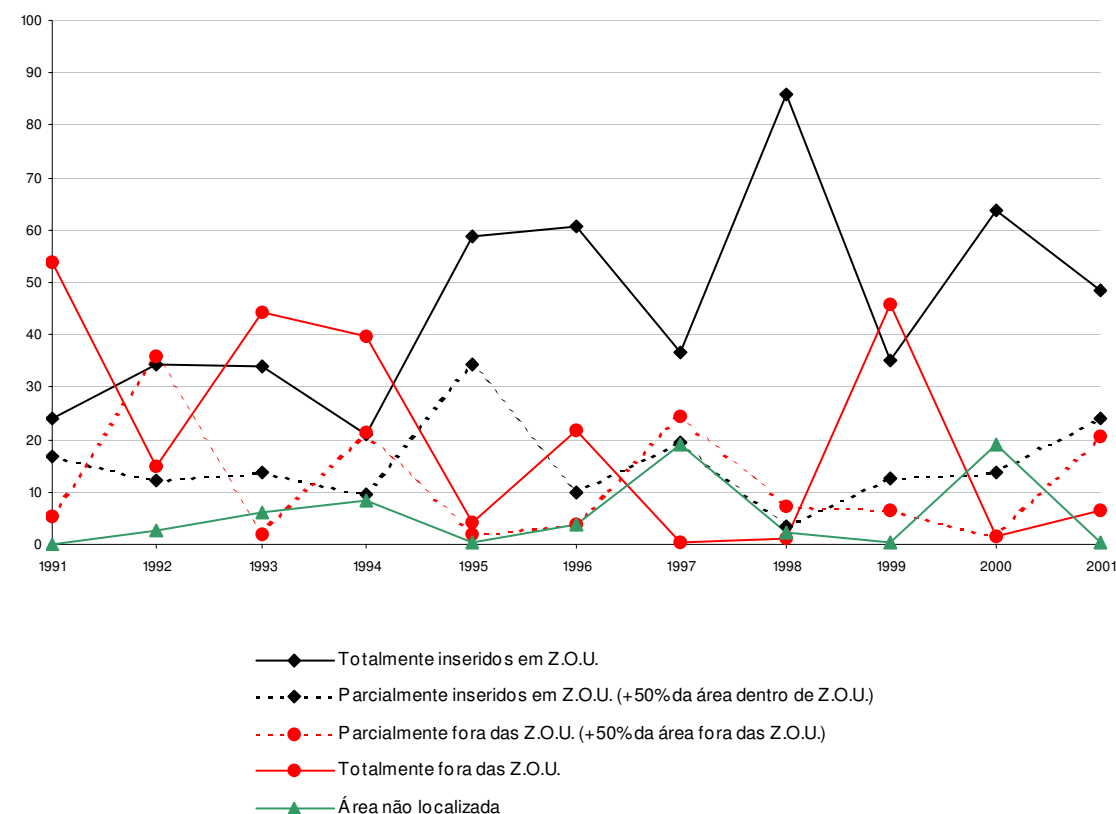
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

O uso dominante dos Alvarás de Loteamento emitidos pelas Câmaras da Região do Algarve no período de tempo em estudo (1991 – 2001) é, esmagadoramente, o uso habitacional (94%). A representatividade dos outros usos – Comércio/Serviços, Indústria/Armazéns e Equipamentos – é notoriamente diminuta e só tem alguma expressão visível em:

- Loulé (5 de Comércio/Serviços e 3 de Indústria/Armazéns);
- Faro (4 de Comércio/Serviços e 1 de Indústria/Armazéns);
- Olhão (1 de Comércio/Serviços e 6 de Indústria/Armazéns);
- Portimão (1 de Comércio/Serviços, 3 de Indústria/Armazéns e 1 de Equipamento);
- e Silves (3 Comércio/Serviços e 2 de Indústria/Armazéns).

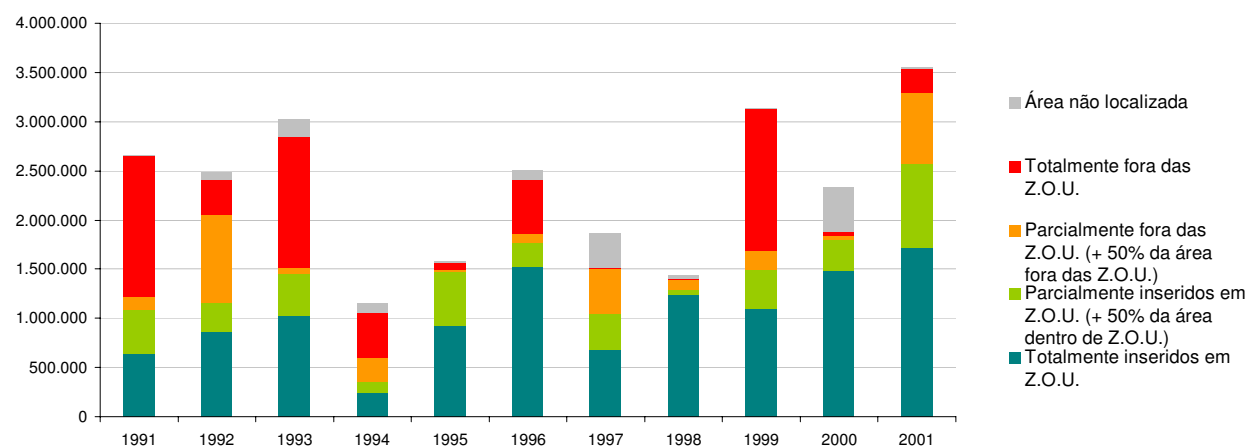
Assim, não é de estranhar que a área de construção para habitação represente 91,8% do total da área de construção licenciada pelos Alvarás. Em alguns concelhos – Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo – a totalidade da área de construção é exclusivamente para habitação, quando para a grande maioria dos restantes concelhos a percentagem se situa acima dos 90%.

**Gráfico 34 – Percentagem da Área de Intervenção dos Alvarás segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por anos, Região do Algarve (1991 – 2001)**



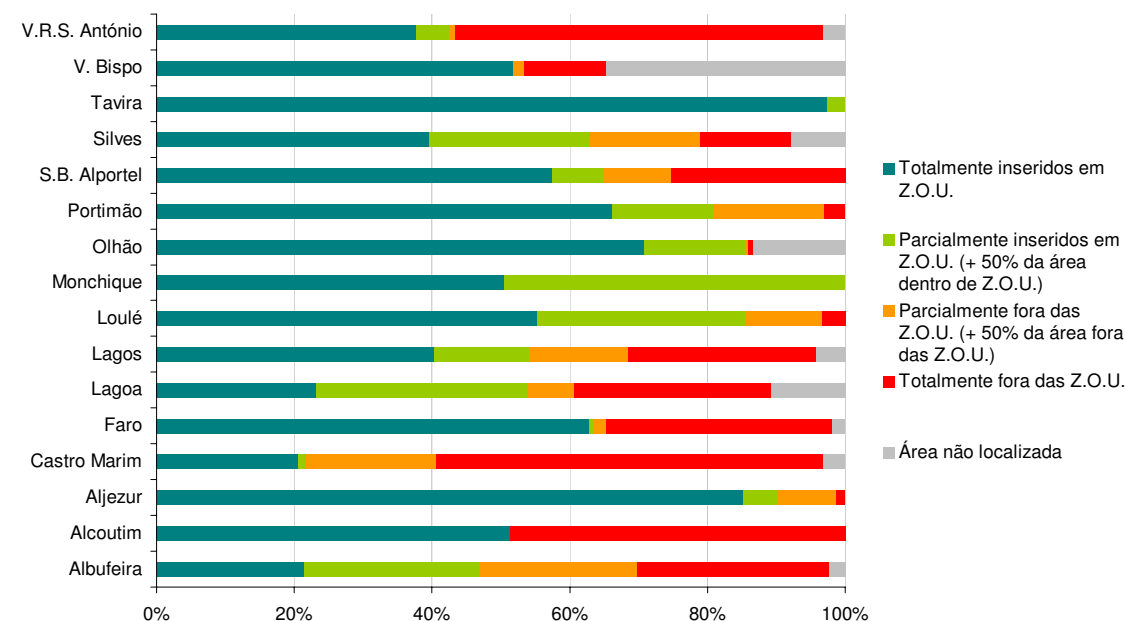
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 35 – Área de Intervenção (m²) dos Alvarás segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por anos, Região do Algarve (1991 – 2001)**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 36 – Percentagem da Área de Intervenção dos Alvarás segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por concelhos, Região do Algarve (1991 – 2001)**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

O número de fogos previsto nos Alvarás de Loteamento do período em análise (1991 – 2001) é de 60.089. Refira-se que este número se reporta somente aos fogos que constam dos Alvarás emitidos e que uma parte significativa dos mesmos não foi ainda construída. Por outro lado, sabemos também que o número de fogos licenciados por simples licenças de construção (em áreas que não foram objecto de Alvará de Loteamento) não está aqui incluído. Como tal, e sabendo que houve um aumento de 64.513 fogos na região do Algarve entre 1991 e 2001 (de acordo com os dados dos Censos 2001), concluímos que estão assumidos os compromissos para a construção de muitos mais nos próximos anos. Ou seja, a dinâmica urbanística não tenderá a mostrar sinais de abrandamento.

Os concelhos onde o número de fogos assume maior expressão é, invariavelmente, nos concelhos do litoral meridional; continuando os concelhos do interior a apresentar valores muitíssimo inferiores aos do litoral. Refira-se que só seis concelhos – Portimão, Albufeira, Lagos, Faro, Loulé e Vila Real de Sto. António – detêm 70% dos fogos previstos nos Alvarás de Loteamento.

Foi igualmente efectuada uma análise a dois índices urbanísticos dos Alvarás de Loteamento – o Coeficiente de Ocupação do Solo (C.O.S.) e a Densidade Populacional (D.P.). Para efeitos desta análise consideraram-se somente os empreendimentos cujo uso exclusivo é a habitação e como índices urbanísticos de referência os índices mais elevados consignados nos Regulamentos dos Planos Directores Municipais, e não os índices respeitantes às classes de espaços onde os licenciamentos se inserem. Mesmo nestas condições, que constituem uma malha muito larga da análise<sup>2</sup>, verificamos que:

- quase ¼ dos licenciamentos (23,6%) têm um C.O.S. superior ao C.O.S. de referência;
- mais de ¼ dos licenciamentos (28,4%) têm uma Densidade Populacional superior à Densidade Populacional de referência.

<sup>2</sup> - Por exemplo: nos concelhos de Castro Marim e de Silves considerámos como índices urbanísticos de referência os dos aglomerados de Castro Marim e de Armação de Pêra, respectivamente, por serem os mais elevados que o Regulamento dos respectivos PDM's contemplam. Todavia, a maioria dos licenciamentos não ocorreu nas áreas destes dois aglomerados, mas sim em áreas onde os índices previstos são consideravelmente mais baixos.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

No que respeita ao C.O.S., a situação parece particularmente mais sensível (excluindo Alcoutim, dado o muito reduzido número de Alvarás emitido) nos concelhos de Vila Real de Sto. António e Portimão, onde 68,3 e 54,1%, respectivamente, dos Alvarás emitidos têm um índice superior ao índice de referência considerado no PDM.

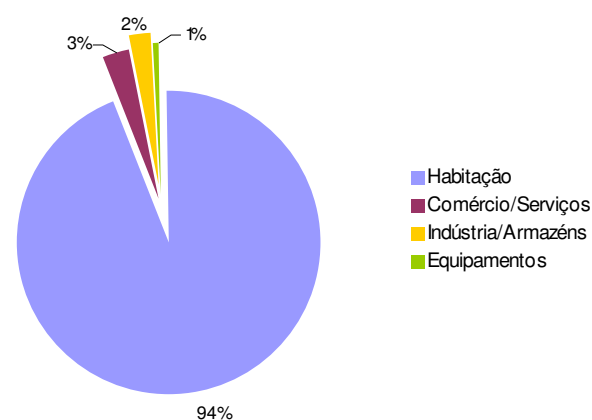
No que respeita à Densidade Populacional, a situação parece particularmente mais sensível (excluindo Monchique, dado o muito reduzido número de Alvarás emitido) nos concelhos de Vila do Bispo e Távira, onde 59,4 e 51,7%, respectivamente, dos Alvarás emitidos têm um índice superior ao índice de referência considerado no PDM.

A população prevista para os fogos que constam dos Alvarás de Loteamento atinge um número assombroso: 207.826 habitantes<sup>3</sup>. Sabendo que a população da região do Algarve registou um crescimento absoluto de 53.804 habitantes no período intercensitário, constatamos que foram licenciados fogos para uma população quase quatro vezes superior. Por outras palavras, o acréscimo populacional apenas poderá ocupar 25% da oferta de fogos licenciados. Como tal, facilmente se infere que a grande maioria dos fogos previstos se destina essencialmente para a habitação de segunda residência (uso sazonal/secundário). Lembremos, entretanto, que estes valores relativos aos fogos licenciados não incluem ainda os licenciamentos dos Aldeamentos Turísticos.

Mais uma vez, são os concelhos do litoral meridional que se destacam claramente e os do interior que apresentam valores de uma escala de grandeza muito inferior. Em alguns concelhos, verifica-se mesmo que o valor da população prevista somente nos Alvarás de Loteamento supera o actual valor da população residente (segundo os dados dos Censos 2001):

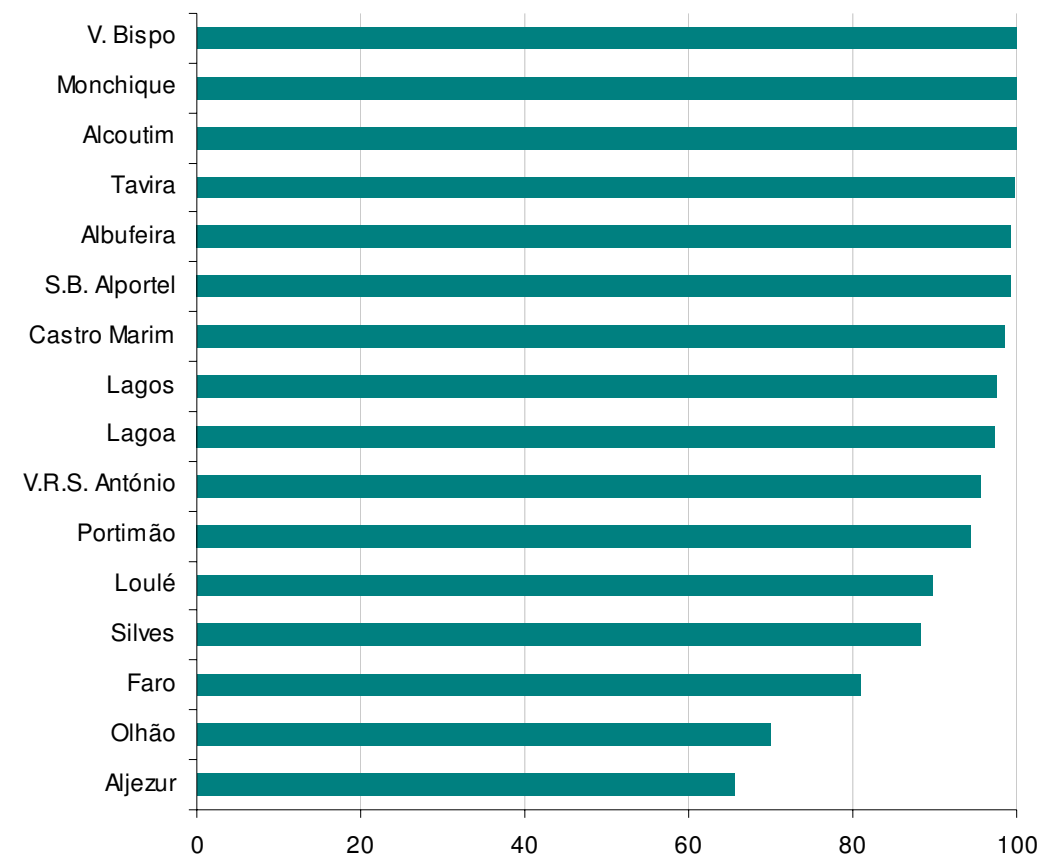
- em Vila do Bispo aquele valor quase duplica o da população residente (184%);
- em Lagos e Castro Marim é também claramente superior (114 e 103%, respectivamente);
- enquanto noutros – Albufeira, Vila Real de Sto. António e Portimão – o valor não fica muito aquém (93, 76 e 70%, respectivamente).

**Gráfico 37 – Uso dominante dos Alvarás de Loteamento**



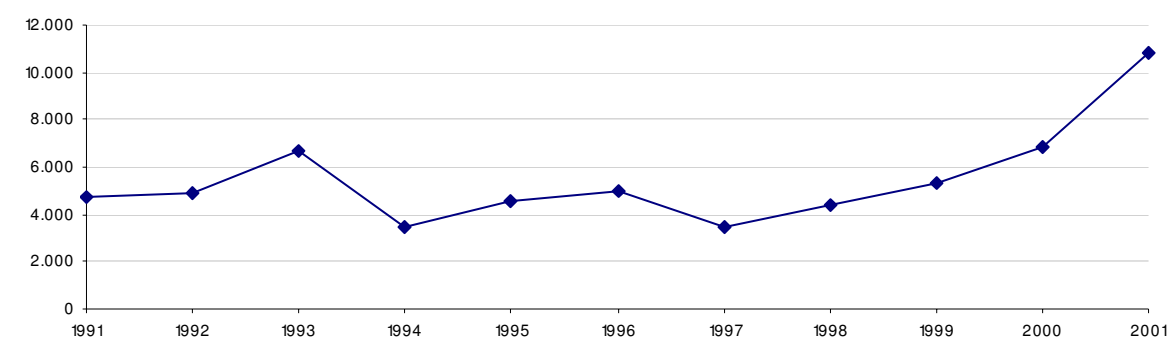
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 38 – Percentagem da área de construção para habitação (relativamente ao da área de construção), por concelhos**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 39 – Número de fogos previstos nos Alvarás de Loteamento, por anos**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

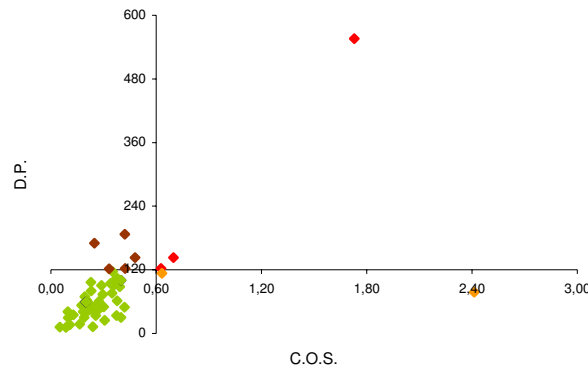
<sup>3</sup> - Para determinar este valor procedemos da seguinte forma: uma vez que uma parte considerável dos Alvarás (cerca de 60/70%) não refere a população prevista, calculámos, a partir dos Alvarás que a referem, uma média de habitantes por fogo que aplicámos nas situações em que não nos é fornecido o valor da população.

Gráfico 40 – Coeficiente de Ocupação do Solo e Densidade Populacional dos Alvarás emitidos, por concelho

**Albufeira**

Referência: índices urbanísticos - C.O.S. (Zona Urbana: Art.º 28, Ponto 42, alínea b); D.P. (Zonas de Expansão Urbana: Art.º 34, Ponto 2.1):

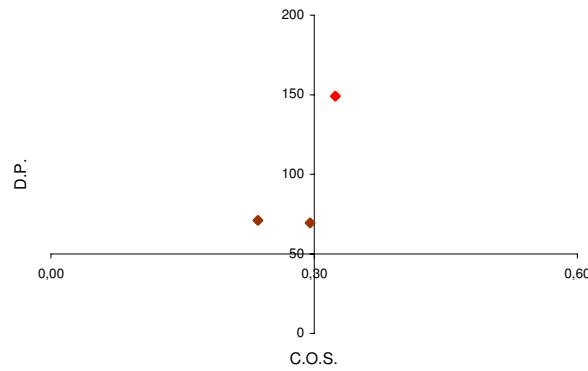
C.O.S. – 0,6  
D.P. – 120 hab./ha



**Alcoutim**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 16, Pontos 2 e 3, alínea a:

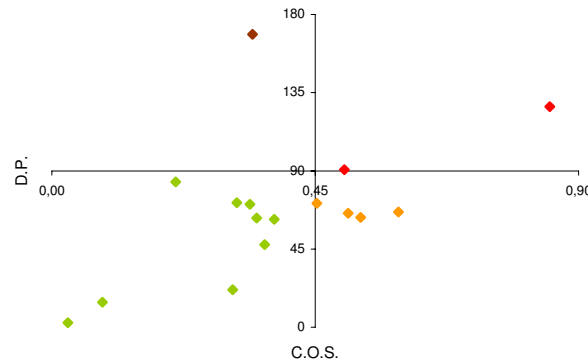
C.O.S. – 0,3  
D.P. – 100 hab./ha



**Aljezur**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 32, Ponto 4, alíneas a e b:

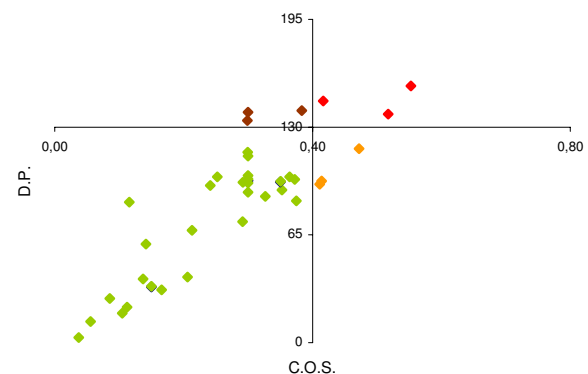
C.O.S. – 0,45  
D.P. – 90 hab./ha



**Castro Marim**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 35, Ponto 1 (relativos ao aglomerado de Castro Marim), embora a grande maioria dos loteamentos ocorra em Altura (com índices mais baixos):

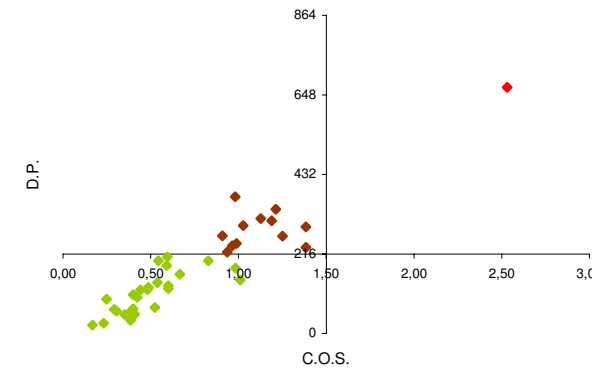
C.O.S. – 0,4  
D.P. – 130 hab./ha



**Faro**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 50, Ponto 2:

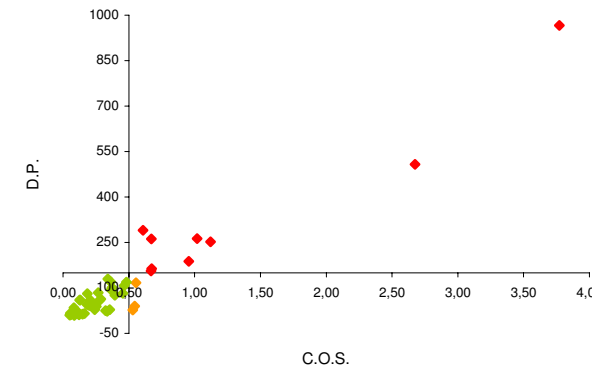
C.O.S. – 1,5  
D.P. – 216 hab./ha



**Lagoa**

Referência: índices urbanísticos – C.O.S. (Art.º 21, Ponto 1, alínea b); D.P. (Art.º 17, Ponto 1):

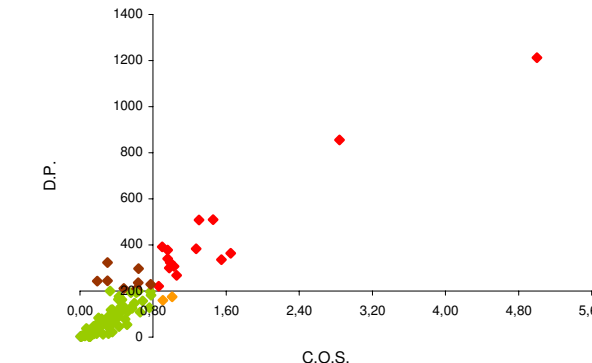
C.O.S. – 0,5  
D.P. – 150 hab./ha



**Lagos**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 16, Ponto 3:

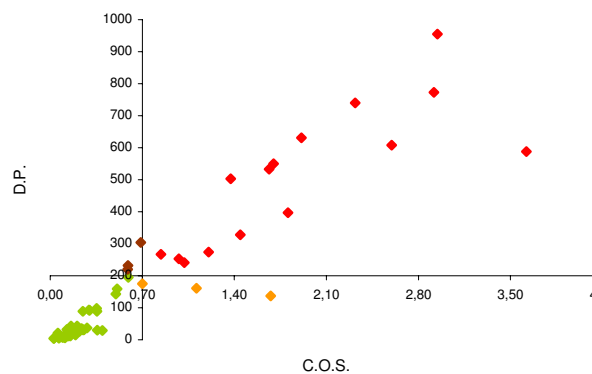
C.O.S. – 0,8  
D.P. – 200 hab./ha



**Loulé**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 29, Ponto 1:

C.O.S. – 0,7  
D.P. – 200 hab./ha



**Legenda**

- ◆ Alvará de Loteamento com os índices C.O.S. e Densidade populacional inferiores aos definidos pelo PDM
- ◆ Alvará de loteamento com o D.P. superior e C.O.S. inferior ao definido pelo PDM
- ◆ Alvará de loteamento com o D.P. inferior e C.O.S. superior ao definido pelo PDM
- ◆ Alvará de Loteamento com os índices C.O.S. e Densidade Populacional superiores aos definidos pelo PDM

D.P. – Densidade Populacional: n.º de habitantes previstos / área de intervenção do loteamento

C.O.S. – Coeficiente de Ocupação do Solo: Área de construção / área de intervenção do loteamento

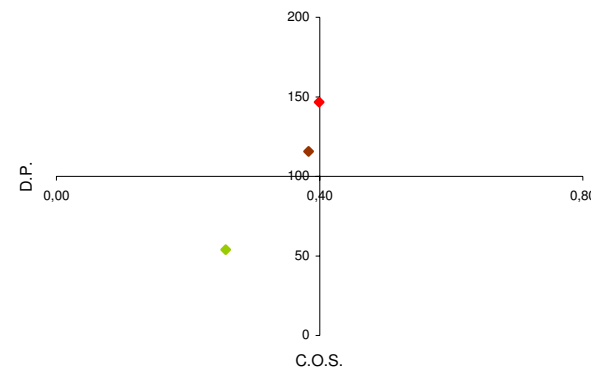
# 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 40 (Cont.) – Coeficiente de Ocupação do Solo e Densidade Populacional dos Alvarás emitidos, por concelho**

**Monchique**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 29, Ponto 1:

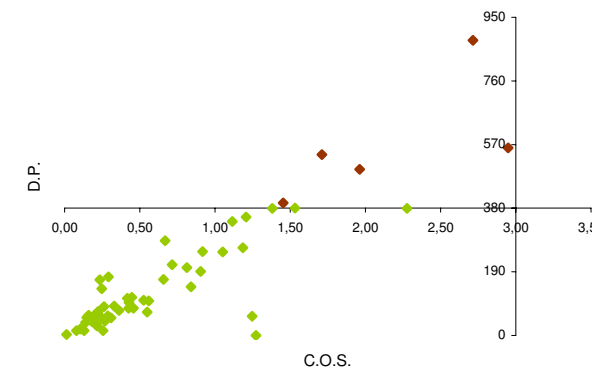
C.O.S. – 0,4  
D.P. – 100 hab./ha



**Silves**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 14º, Ponto 1, alínea a:

C.O.S. – 3,0  
D.P. – 380 hab./ha



**Legenda**

- ◆ Alvará de Loteamento com os índices C.O.S. e Densidade populacional inferiores aos definidos pelo PDM
- ◆ Alvará de loteamento com o D.P. superior e C.O.S. inferior ao definido pelo PDM
- ◆ Alvará de loteamento com o D.P. inferior e C.O.S. superior ao definido pelo PDM
- ◆ Alvará de Loteamento com os índices C.O.S. e Densidade Populacional superiores aos definidos pelo PDM

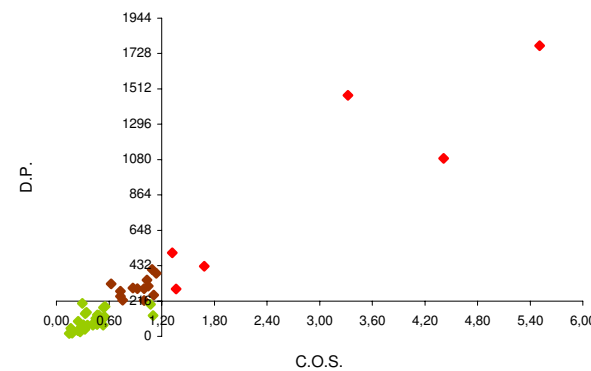
D.P. – Densidade Populacional: n.º de habitantes previstos / área de intervenção do loteamento

C.O.S. – Coeficiente de Ocupação do Solo: Área de construção / área de intervenção do loteamento

**Olhão**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 49, Ponto 1:

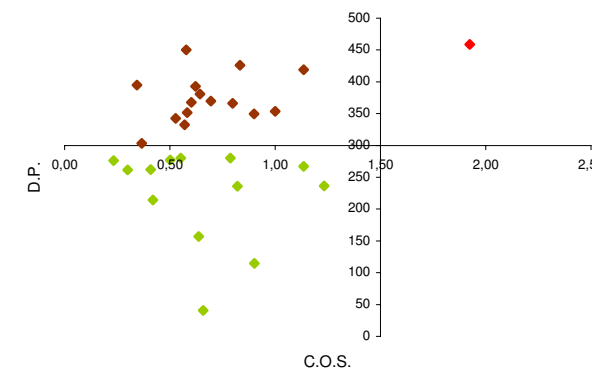
C.O.S. – 1,2  
D.P. – 216 hab./ha



**Tavira**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art. 13º, Ponto 2, alínea b:

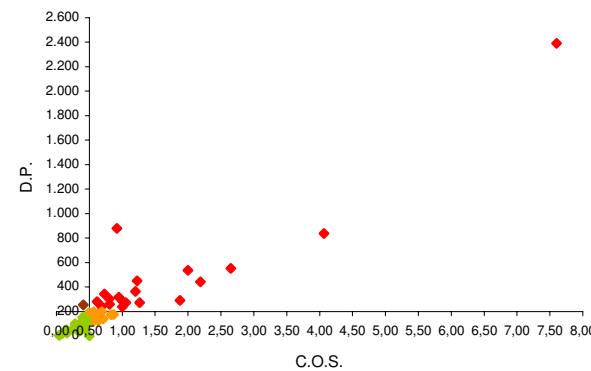
C.O.S. – 1,5  
D.P. – 300 hab./ha (como o regulamento é omissivo, adoptámos a D.P. de Silves, cujo C.O.S. é igual)



**Portimão**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 45º, Ponto 3, alínea a:

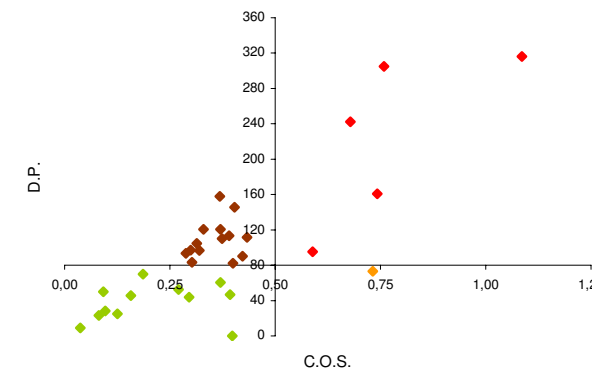
C.O.S. – 0,5  
D.P. – 200 hab./ha



**Vila do Bispo**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 25º, alíneas a e b:

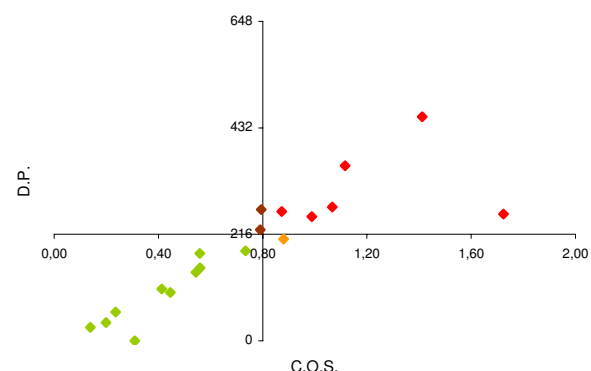
C.O.S. – 0,5  
D.P. – 80 hab/ha



**São Brás de Alportel**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 42º, alínea a:

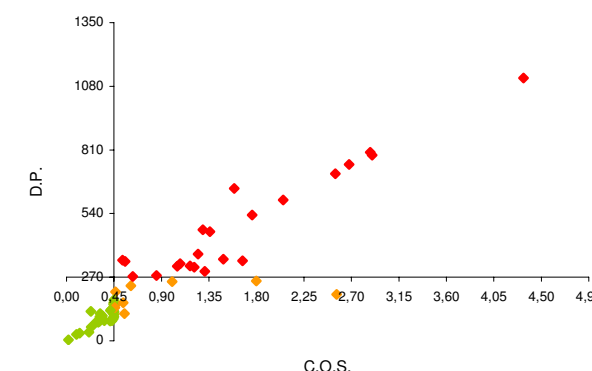
C.O.S. – 0,8  
D.P. – 216 hab./ha



**Vila Real de Sto. António**

Referência: índices urbanísticos definidos pelo Art.º 61º, Ponto 3, alíneas b e c:

C.O.S. - 0,45;  
D.P. 270 hab/ha





Procedeu-se também a uma análise das cêrceas da construção prevista nos Alvarás de Loteamento. O domínio dos empreendimentos compostos exclusivamente por moradias<sup>4</sup> é esmagador (61,6%); se consideramos todos os Alvarás de Loteamento em que predominam as moradias, verificamos que a percentagem dos empreendimentos sobe para os 67%. Contudo, os fogos previstos nos empreendimentos compostos por moradias já não assume uma expressão tão significativa: 25,6% (15.393 dos 60.089 fogos) no caso daqueles compostos exclusivamente por moradias; 40,1% (24.038 dos 60.089 fogos) no caso daqueles em que predominam as moradias.

Nos concelhos de Alcoutim e Aljezur, a totalidade dos fogos é composta exclusivamente (100%) por moradias, enquanto em Vila do Bispo e Monchique as percentagens são muito aproximadas (97,3 e 84,8%, respectivamente). Pelo contrário, nos concelhos de Faro (13,7%), Portimão (5,0%), S. B. de Alportel (13,9%) e Tavira (7,9%), a percentagem de fogos em moradias é extremamente baixa, concentrando-se os mesmos em construções de cêrceas mais elevadas.

As torres, que (em exclusividade) representam somente 6,5% dos Alvarás concentram 16,5% dos fogos (9.893 dos 60.089 fogos). Inexistentes em muitos concelhos – Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, S. B. de Alportel, Tavira e Vila do Bispo -, as torres concentram uma parte significativa dos fogos em Faro (28,4%), Loulé (24,2%) e Olhão (24,1%), mas onde a sua expressão é maior é, inquestionavelmente, em Portimão: 51,4% (5.097 dos 9.908 fogos).

Quanto aos edifícios (3 e 4 pisos), estes representam (em exclusividade) somente 18,1% dos Alvarás de Loteamento mas concentram 20,1% dos fogos (13.235 dos 60.089 fogos). São particularmente representativos em Tavira e S. B. de Alportel (concentrando 84,2 e 73,2% dos fogos, respectivamente); mas assumem um peso igualmente considerável ainda em Silves (48,8%), Vila Real de Sto. António (38,2%), Olhão (24,5%), Loulé (24,2%) e Portimão (23,3%).

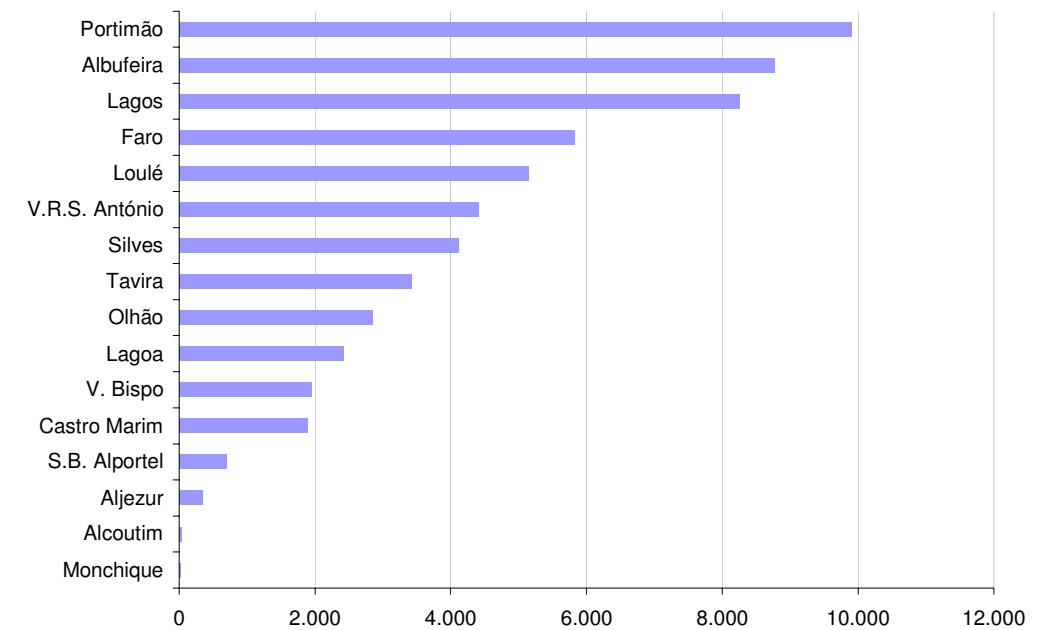
Em suma, podemos concluir que existe um padrão mais ou menos claro de distribuição da construção, segundo a altura, pelos concelhos da região. Nos principais centros urbanos da região – Faro, Loulé e Portimão –, bem como na envolvente destes centros mas já em menor grau (como é o caso, de certa forma, em S. B. de Alportel e em Olhão relativamente a Faro), a construção licenciada pelos Alvarás de Loteamento emitidos durante os 11 anos a que este análise se reporta é, predominantemente, em altura (6 e mais pisos). É certo que estamos a falar dos principais centros urbanos da região, onde tanto a exiguidade de terrenos disponíveis como a pressão do sector terciário tem contribuído para o aumento do preço dos solos e, naturalmente, estão criadas as condições para uma maior expressão da construção em altura. Contudo, e uma vez que os dados se reportam aos concelhos e não somente aos centros urbanos, pensamos que existe uma componente não negligenciável de segunda habitação, mais vincada sem dúvida em Portimão.

Por outro lado, constata-se uma muito vincada predominância da construção de moradias em dois tipos de áreas: no interior, onde a dinâmica urbanística é muito fraca (Monchique, Alcoutim, Aljezur e, embora em menor grau, Vila do Bispo); e em concelhos do litoral meridional, ou com núcleos importantes nesta faixa, que se têm caracterizado pela aposta na expansão da oferta turística, nomeadamente na oferta de segunda habitação. Referimo-nos a Albufeira, um concelho que há muito se constituiu como um dos principais “centros” de férias os portugueses (e não só); e a Castro Marim, mais concretamente aos aglomerados de Altura-Alagoa, cuja dinâmica dos anos 90 reforçou acentuadamente a construção de segunda habitação.

Nos centros urbanos de uma eventual segunda linha na hierarquia regional - Silves, Lagoa, Tavira e Vila Real de Sto. António –, caracterizados por uma forte dinamismo endógeno mas igualmente inseridos em áreas de forte actividade turística dada a proximidade do litoral, constata-se um predominância da construção de edifícios de 3 e 4 pisos. Muitos destinados à população residente, mas certamente que o peso da habitação secundária não é descurável.

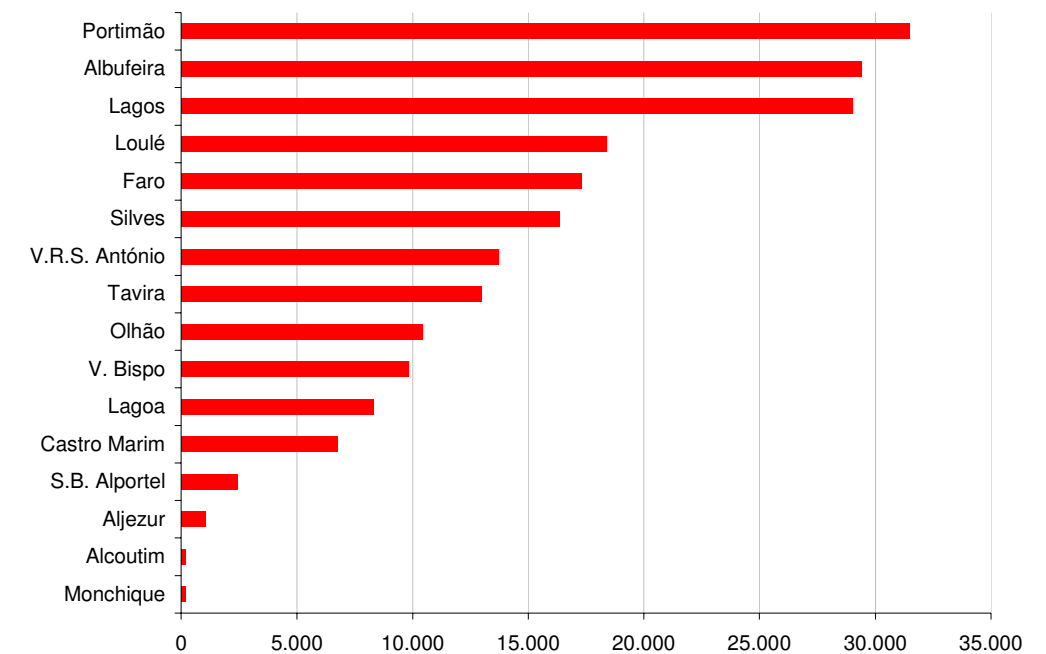
Por último, temos os casos de Olhão e Lagos, mais difíceis de categorizar. Nestes concelhos não há nenhuma predominância clara de qualquer tipo de construção, no que respeita unicamente às cêrceas. São dois concelhos de elevado dinamismo, caracterizados por intensa actividade relacionada com o comércio, os serviços e indústria (particularmente em Olhão) e, mais em Lagos que Olhão, fortemente procurados pelos turistas. Como tal, em função da multi-funcionalidade destes concelhos, dificilmente se consegue estabelecer uma relação entre o tipo de construção e os usos, como o fizemos noutros concelhos.

Gráfico 41 – Número de fogos previstos nos Alvarás de Loteamento, por concelho



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Gráfico 42 – População prevista para os fogos dos Alvarás de Loteamento, por concelho



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

<sup>4</sup> - Para efeitos de um tratamento expedito da informação recolhida, classificámos as cêrceas da seguinte forma:

- moradias - 1 e 2 pisos;
- edifícios - 3 e 4 pisos;
- torres – 6 e mais pisos.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

As áreas de cedência constantes nos Alvarás foram também objecto de uma análise muito sumária, que não foi feita individualmente para cada loteamento (como fizemos com os índices) mas sim pelo conjunto dos loteamentos por concelho. Tomando como referência os parâmetros de dimensionamento da Portaria n.º 1182/92<sup>5</sup> para:

- os espaços verdes de utilização colectiva;
- os equipamentos de utilização colectiva;
- e para os lugares de estacionamento públicos;

que “serão obrigatoriamente contemplados em operações de loteamento”, e as cedências para estes itens constantes nos Alvarás de Loteamento em estudo, foi-nos possível detectar a situações que de seguida apresentamos. Note-se que faremos uma confrontação apenas para os Alvarás de Loteamento cujo uso dominante é exclusivamente o uso habitacional<sup>6</sup>, que representam, como já referimos anteriormente, 94% do total de Alvarás.

Relativamente aos espaços verdes cedidos pelos empreendimentos licenciados pelos Alvarás de Loteamento emitidos durante os 11 anos compreendidos entre 1991 e 2001, apurámos um total de 1.634.319 m<sup>2</sup> (163,4 ha). Segundo a Portaria de referência, seriam necessários, em função da área bruta de construção para habitação licenciada pela totalidade dos Alvarás (7.265.755 m<sup>2</sup>), os promotores teriam de ceder 158,9 ha (no caso de considerarmos como indicador a área bruta de construção) ou 150,2 ha (no caso de considerarmos a moradia unifamiliar como indicador). Ou seja, considerando o total regional verificamos que há um *superavit* de espaços verdes cedidos pelos promotores: mais 4,5 ha (segundo o critério da área bruta de construção); mais 13,2 ha (segundo o critério da moradia unifamiliar).

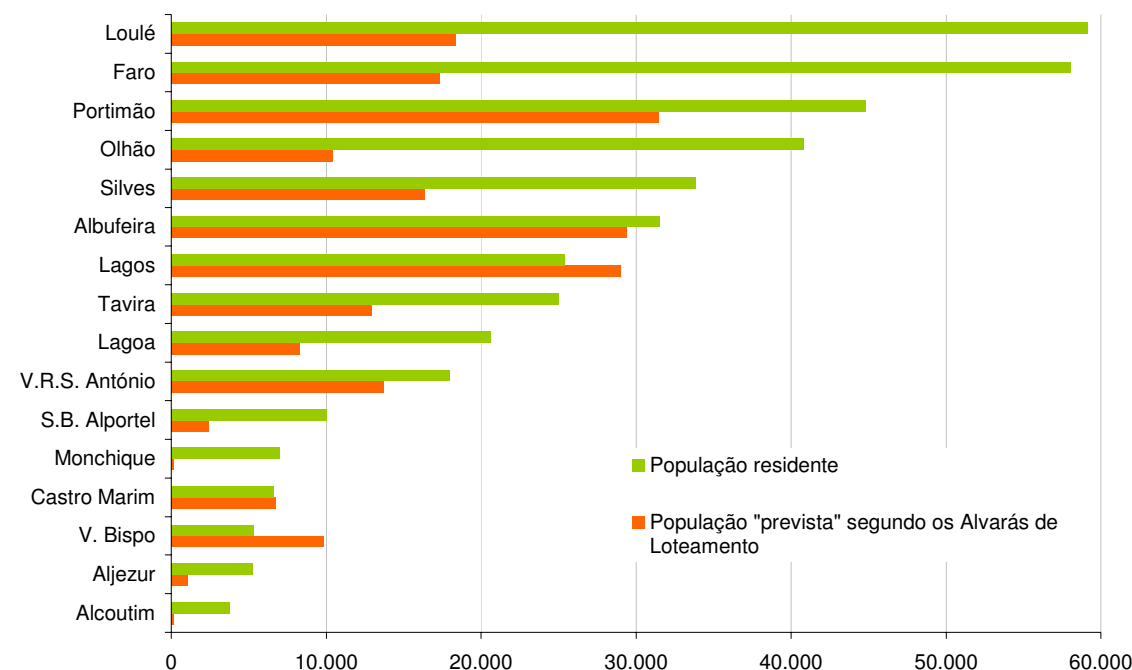
Todavia, a situação por concelhos mostra-nos outra realidade. Apenas cinco concelhos – Loulé, Vila Real de Sto. António, Vila do Bispo, Castro Marim e Alcoutim – apresentam mais área cedida do que a Portaria obriga (no caso de Loulé, o Golf é a explicação óbvia). Os restantes 11 concelhos apresentam um *déficit* de espaços verdes cedidos. Os casos mais preocupantes são os concelhos de Olhão, Portimão e Lagos, que necessitariam de ver a área cedida para espaços verdes aumentada em 139, 120 e 119%, respectivamente. No que respeita ao concelho de Lagoa, verifica-se que: se considerarmos como critério a área bruta de construção, os espaços verdes cedidos não respeitam a Portaria; se considerarmos como critério a moradia unifamiliar, os espaços verdes cedidos respeitam a Portaria. Como em Lagoa a percentagem de fogos licenciados em moradias será ligeiramente superior aos 50 por cento, podemos afirmar que não é dos concelhos onde a situação é deficitária.

No que respeita às áreas de cedência dos Alvarás de Loteamento para Equipamentos de utilização colectiva, apurámos um total de 825.682 m<sup>2</sup> (82,6 ha) para toda a região do Algarve. De acordo com a Portaria, e em função da área bruta de construção, os Alvarás deveriam ter cedido para equipamentos um total de 222,4 ha (tendo como critério a área bruta de construção) ou 210,3 ha (tendo como critério a moradia unifamiliar). Desde logo se conclui que as cedências ficaram muito aquém daquilo que a Portaria obriga, pois apenas se cedeu 37,1% (segundo a área bruta de construção) ou 39,3% (segundo o número de fogos como moradias unifamiliares).

A razão para os valores extremamente baixos, no que às áreas de cedência para Equipamentos de utilização colectiva diz respeito, resulta duma criteriosa análise de cada um dos Alvarás de Loteamento. Nessa análise, não considerámos como equipamento de utilização colectiva as, para nós, infra-estruturas que muitos promotores dos empreendimentos apresentam como equipamentos. Referimo-nos, mais concretamente, a infra-estruturas como:

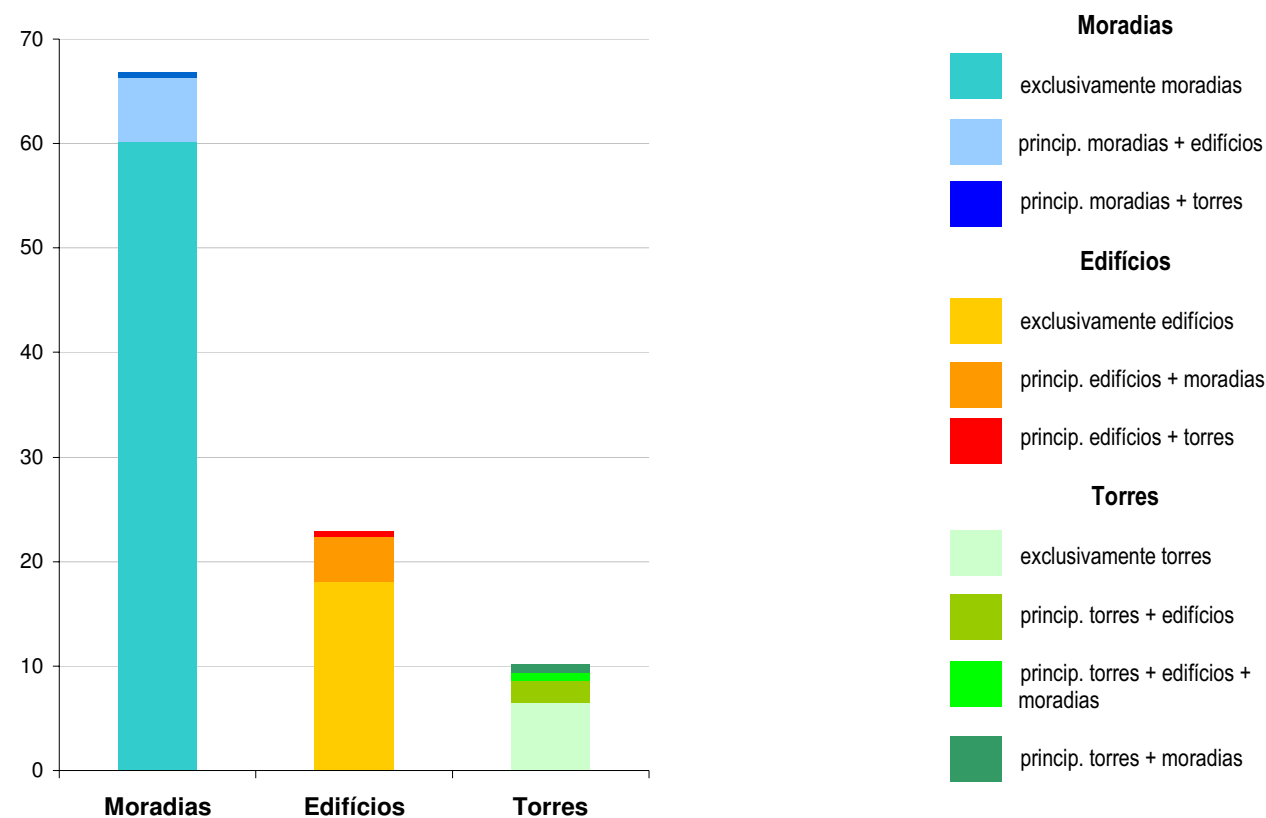
- depósitos de água e gás;
- áreas reservadas para os contentores de lixo;
- postos de transformação de electricidade;
- ETAR's;
- estações elevatórias de água;
- arruamentos, passeios públicos e vias.

Gráfico 43 – População prevista para os fogos dos Alvarás de Loteamento e população residente, por concelho



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Gráfico 44 – Cérceas previstas (%) nos Alvarás de Loteamento



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

<sup>5</sup> - Esta Portaria foi, entretanto, revogada pela Portaria 1135/2001, de 25 de Setembro.

<sup>6</sup> - Foram incluídas as situações em que existem igualmente um ou dois espaços comerciais sem, contudo, qualquer expressão visível no total da área bruta de construção.

Da mesma forma, e partindo do entendimento que o equipamento a que a Portaria se reporta é de utilização colectiva, não contabilizámos também as áreas dos equipamentos colectivos de natureza privada que alguns promotores inseriam nas áreas de cedência para equipamentos<sup>7</sup>. É o caso de piscinas com acesso reservado a condóminos, “courts” de ténis reservados a sócios de determinadas associações/clubes, ginásios privados, etc.

Se analisarmos as cedências por concelhos, constatamos que em muito poucos se cumpriu aquilo a que a Portaria obriga. Qualquer que seja o critério utilizado pela Portaria (a área bruta de construção ou a moradia unifamiliar), todos os concelhos, com excepção de Lagoa e Aljezur, são fortemente deficitários no que à cedência de áreas para equipamentos diz respeito. Por exemplo, e tomando a área bruta de construção como critério, verifica-se que os empreendimentos de:

- Vila Real de Sto. António apenas cedem 6,8% da área apontada pela Portaria;
- Castro Marim apenas cedem 12,9% da área apontada pela Portaria;
- Loulé apenas cedem 30,2% da área apontada pela Portaria;
- Silves apenas cedem 32,9% da área apontada pela Portaria;
- Portimão apenas cedem 33,2% da área apontada pela Portaria.

Os concelhos onde a situação não é tão deficitária, para além Lagoa e Aljezur, são os concelhos de São Brás de Alportel e Alcoutim (57,6 e 50,6%, respectivamente).

Uma inventariação dos equipamentos colectivos propostos, por concelhos, mostra-nos que, qualquer que seja o tipo de equipamento – Ensino, Saúde, Segurança Social, Desporto, Cultura e outros ligados com a Administração – o número de equipamentos propostos está longe de satisfazer a população prevista. A qual, lembremos, está calculada em cerca de 208.000 habitantes.

Considerando, por exemplo, o caso do concelho de Portimão – onde a construção prevista nos Alvarás tem um potencial de ocupação para 31.467 habitantes –, no que respeita somente a alguns dos equipamentos de Ensino e de Segurança Social, verificamos que:

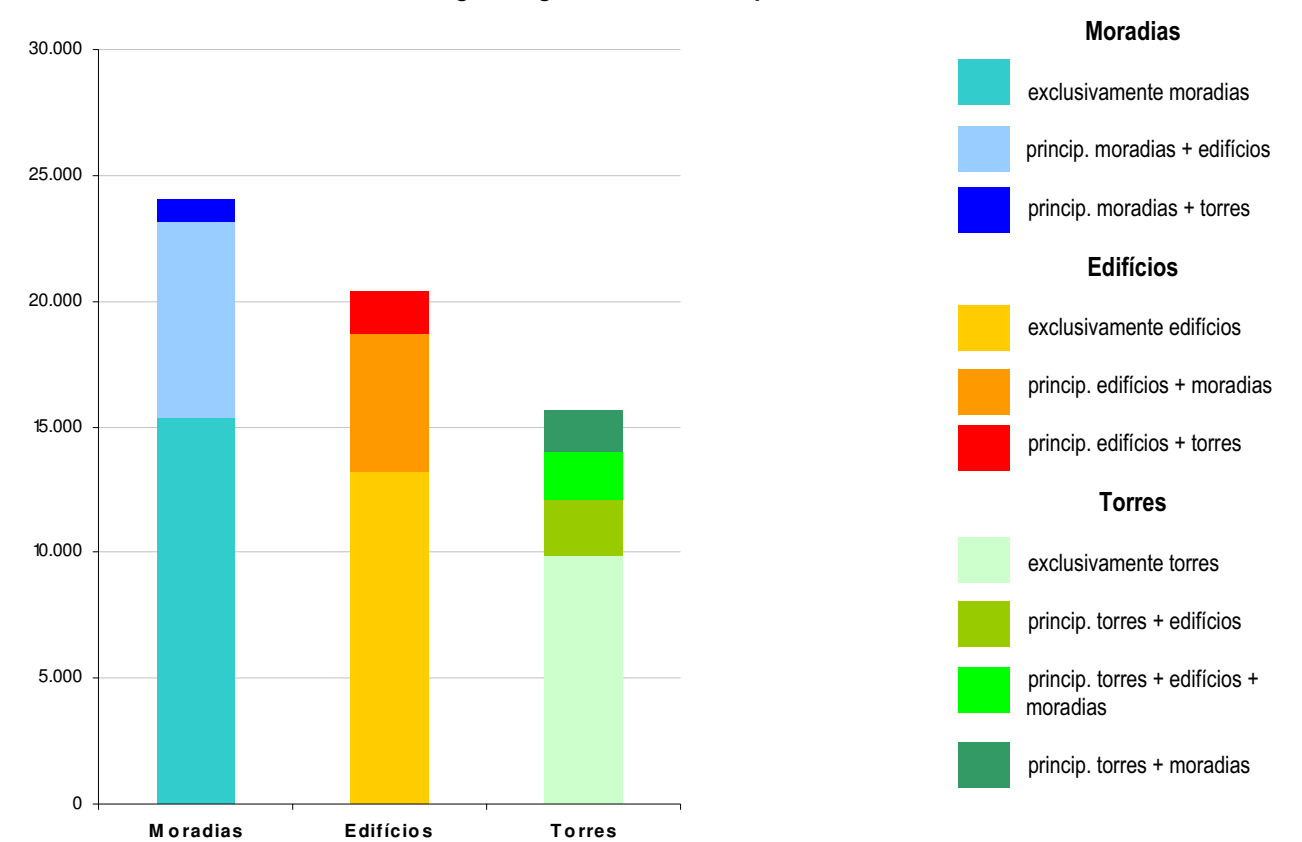
- não foi contemplada nenhuma Creche; equipamento destinado à faixa etária 3 meses - 3 anos que, mantendo a estrutura etária de 1991, corresponde a cerca de 870 crianças do universo da população potencial;
- não foi contemplado nenhum Jardim de Infância, equipamento destinado à faixa etária 3 – 5 anos que, mantendo a estrutura etária de 1991, corresponde a cerca de 1.025 crianças do universo da população potencial;
- não foi contemplada nenhuma Escola Básica 2.3, equipamento destinado à faixa etária 10 – 14 anos que, mantendo a estrutura etária de 1991, corresponde a cerca de 2.301 jovens do universo da população potencial;
- não foi contemplado nenhum Centro de Dia, equipamento destinado à faixa etária com mais de 65 anos que, mantendo a estrutura etária de 1991, corresponde a cerca de 4.720 idosos do universo da população potencial.

Ou seja, ou o concelho já dispunha dos citados equipamentos (que estariam numa situação de sub-lotação), ou esta nova população – a população prevista para os fogos que foram licenciados pelos Alvarás de Loteamento – é essencialmente população que não tem residência no concelho e aqui se desloca para férias, fins-de-semana, etc. e, como tal, não é utente destes equipamentos. Podemos igualmente considerar a eventualidade de os sectores público ou privado terem, entretanto, construído os equipamentos das respectivas valências à medida das necessidades, o que implicaria um surto enorme de equipamentos que, de facto, não ocorreu.

Não querendo fazer uma análise do mesmo tipo para todos os concelhos e para todos os tipos de equipamentos, uma vez que a simples consulta dos quadros nos elucida da insuficiência quase generalizada, destacamos porém a grande dominância de equipamentos como:

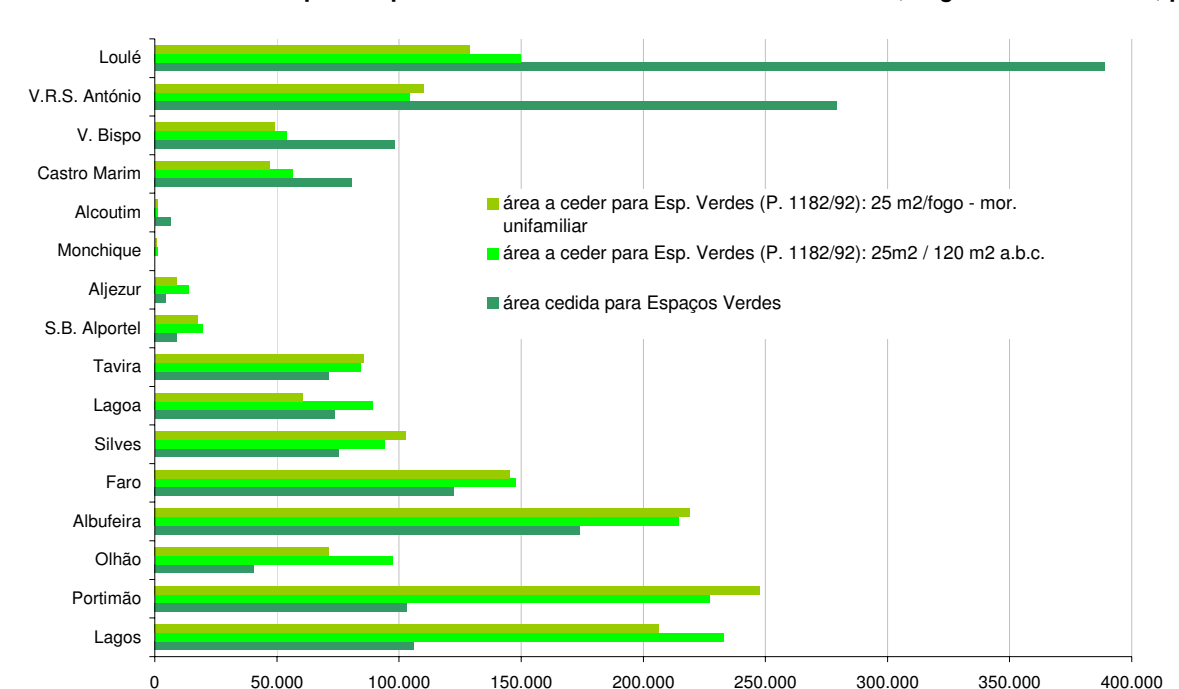
- os Parques Infantis;
- as Piscinas;
- os “courts” de Ténis.

Gráfico 45 – Número de fogos, segundo as cêrceas, previstos nos Alvarás de Loteamento



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Gráfico 46 – Área cedida para Esp. Verdes e de utiliz. colectiva e área a ceder, segundo a P. 1182/92, por concelho



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

<sup>7</sup> - Foram detectadas algumas situações em as áreas destinadas a equipamentos colectivos, de utilização pública ou privada, foram posteriormente, através de aditamentos, convertidas em áreas para fins residenciais.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Pensamos ser este um sinal evidente do uso principal da habitação prevista nos Alvarás: a segunda habitação. Em suma, constatamos que só não se agrava a lacuna existente no que respeita à oferta de equipamentos de utilização colectiva porque a construção se destina fundamentalmente à população flutuante e não à população residente.

No que respeita às áreas de cedência dos Alvarás de Loteamento para lugares de estacionamento públicos, apurámos um total de 544.738 m<sup>2</sup> (54,5 ha) para o total da região. De acordo com a Portaria, e em função da área bruta de construção, os Alvarás deveriam ter cedido para estacionamento público um total de 1.191.524 m<sup>2</sup> (ou 119,1 ha (tendo como critério a área bruta de construção)<sup>8</sup>. Facilmente se infere que as cedências para estacionamento público ficaram muito aquém daquilo que a Portaria obriga, pois apenas foi cedida 45,7% da área que deveria ter sido cedida.

Somente em Alcoutim (96,6%), São Brás de Alportel (79,2%), Monchique (72,3%) e Faro (67,5%) o valor da área cedida se aproxima do valor referido pela Portaria; nos restantes concelhos a situação é consideravelmente deficitária, nomeadamente:

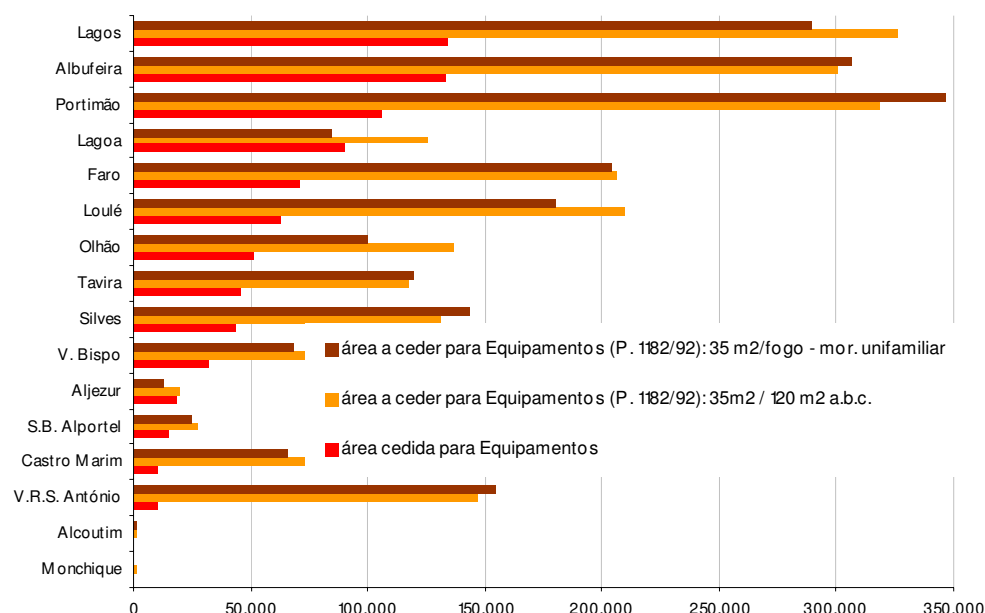
- em Vila do Bispo (21,8%);
- em Portimão (34,3%);
- em Aljezur (35,9%);
- e em Olhão (39,5%).

A situação aparenta ser mais grave em Portimão e Olhão porque, como sabemos, são dois centros urbanos de dimensões já consideráveis (na escala regional) e onde os problemas de estacionamento têm uma expressão que não existe em Vila do Bispo ou Aljezur.

Fazendo um balanço global da áreas de cedência para espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos de utilização colectiva e para lugares de estacionamento, e a respectiva confrontação com os parâmetros da Portaria que as regulamentam, constatamos que o total regional de área de cedências apresentado pelos Alvarás de Loteamento apenas cobre 61,3% do montante estipulado pela Portaria. Somente em Loulé (e excluimos o concelho de Alcoutim em função do fraco dinamismo urbanístico demonstrado em toda a década) as áreas de cedência ultrapassam as exigidas pela Portaria. Como já vimos, tal fica a dever-se somente aos espaços verdes, tudo porque as áreas do Golf foram consideradas como espaços verdes de utilização colectiva, o que, de facto, não são.

Na grande maioria dos concelhos de maior dinâmica urbanística – Lagos, Portimão, Albufeira -, infelizmente, as áreas cedidas ficam muito aquém daquilo que seria exigido.

**Gráfico 47 – Área cedida para Equipamentos de utilização colectiva e área a ceder, segundo a Portaria 1182/92, por concelho**

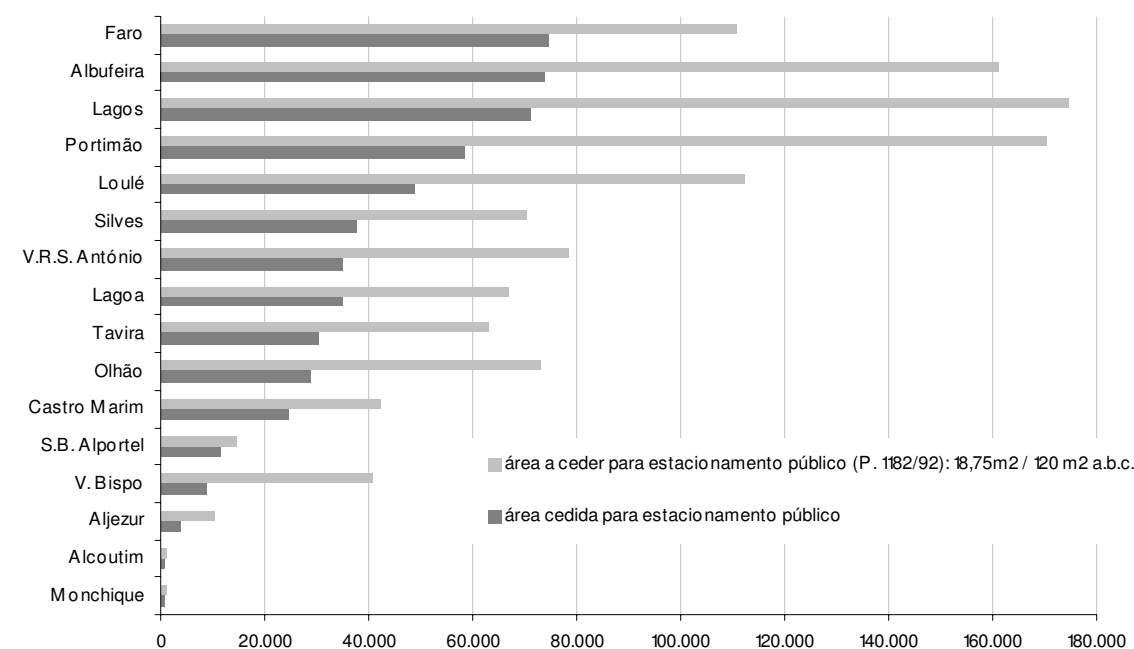


Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Quadro – Equipamentos de utilização colectiva propostos pelos Alvarás de Loteamento**

	ENSINO					SAÚDE	SEG. SOCIAL		DESPORTO
	Infantário	EB 1	EB 2,3	ES	Cantina Escolar	Resid. Universitária	Centro de Saúde	Creche	Acção Social
Albufeira		2			1		1		4
Alcoutim	1						1		
Aljezur		1							
Castro Marim								1	
Faro						1		1	7
Lagoa	1								
Lagos		1	A*					2	2
Loulé		2						1	2
Monchique									
Olhão			1						4
Portimão		3					1		3
S.B. Alportel									1
Silves								1	4
Tavira	A*			1			1	1	1
V. Bispo		1							
V.R.S. António		1				1		1	
<b>Algarve</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>28</b>

**Gráfico 48 – Área cedida para estacionamento público e área a ceder, segundo a Portaria 1182/92, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

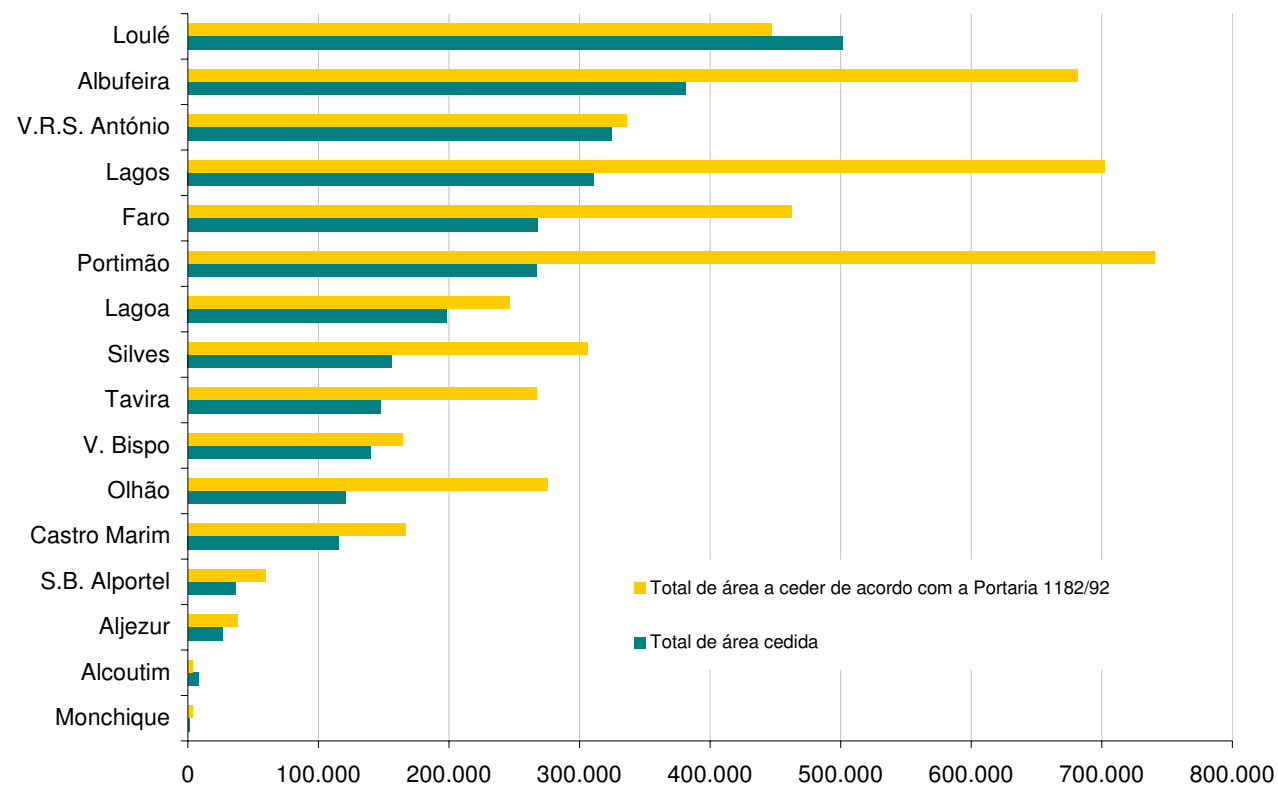
<sup>8</sup> - Considerou-se uma área de 18,75 m<sup>2</sup>, que corresponde ao 1,5 lugar referido pela Portaria 1182/92.

**Quadro (Cont.) – Equipamentos de utilização colectiva propostos pelos Alvarás de Loteamento**

	P. Infantil	Piscina	Ténis	OUTROS			
				DIVERSOS			
Albufeira	6	9	7	P. Congressos	Biblioteca		
Alcoutim				Mercado	C. de Culto		
Aljezur	1			P. Verde			
Castro Marim	2	1	1	C. Rodoviário	Ampl. Cemitério	J. Freguesia	
Faro	6		1	C. Rodoviário	P. Turismo	Cemitério	C. Culto
Lagoa	13	9	6	Segurança	Ampl. Mercado	Jard. Público	
Lagos	1	4	4	4 C. Culto			
Loulé	1	5	4				
Monchique				Museu			
Olhão	2	2	2	Segurança			
Portimão	9	7	4	Segurança			
S.B. Alportel	5		1	Jard. Público			
Silves	3	6	3	Museu	Jard. Público	Parque	
Tavira	2	1	1				
V. Bispo		3	2				
V.R.S. António	3	2		Tribunal	Q. Bombeiros	C. Culto	P. Urbano
<b>Algarve</b>	<b>54</b>	<b>49</b>	<b>36</b>				

Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 49 – Total de área cedida para espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos de utilização colectiva e estacionamento público, e áreas a ceder para os mesmos fins, segundo a Portaria 1182/92, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Em conjunto com o levantamento dos Alvarás de Loteamento foi igualmente feito um levantamento das **Pretensões** existentes para o território. Este levantamento não é exaustivo, ao contrário do levantamento dos Alvarás de Loteamento. Apenas apurámos os processos de loteamento que, no entender dos serviços de planeamento das Câmaras, estão em condições de serem brevemente emitidos como Alvarás de Loteamento, deixando por recolher outros que, por não terem ainda recolhido as necessárias aprovações, não constam deste levantamento. Acresce ainda registar que não dispomos da informação relativa aos concelhos de Loulé, Monchique e Vila do Bispo. Nestes dois últimos porque não existem, de acordo com os serviços camarários, quaisquer pretensões; e em Loulé, porque a disponibilidade dos serviços municipais não nos permitiu recolher a informação necessária em tempo útil. Por último, e antes de passarmos à análise propriamente dita das pretensões, cumpre-nos salientar que a pretensão, mesmo no estado adiantado em que a considerámos, não significa obrigatoriamente a emissão de um Alvará. O processo pode, por diversas razões, ser arrastado durante os próximos anos e, mesmo, nunca chegar a ter licença de Alvará emitida.

A primeira referência que importa fazer diz respeito à data de entrada dos processos de loteamento nos serviços camarários. A pretensões anteriores a 1998 (inclusive) têm uma relativa pouca expressão; a partir deste ano regista-se um forte incremento na entrada de processos, em crescendo de ano para ano. Relativamente ao ano de 2002, a quebra não resulta de um menor número de processos entrados mas sim pelo facto de o ano estar ainda a decorrer. Ao invés, e uma vez que só temos informação relativa ao primeiro trimestre (e nem isso para uma boa parte das Câmaras), podemos considerar que no final do ano (2002), a manter-se o ritmo já registado, iremos ter mais processos entrados do que em 2001.

Quanto ao número de pretensões, apurámos um total de 181 (quase ¼ do total de Alvarás emitidos durante o período compreendido entre 1991 e 2001). Este valor, apresentado desta forma não suscita grandes interpretações. Porém, se observarmos o número das pretensões por concelho, constatamos que, em alguns, o número das pretensões (entradas nos últimos anos) está muito próximo do total de Alvarás emitidos durante os últimos 11 anos. O caso de Alcoutim não aparenta ter grande significado, dado o valor extremamente baixo (apenas 3) do número de Alvarás emitidos. Todavia, em concelhos onde a dinâmica urbanística foi muito forte – Lagos, Albufeira, Silves, Olhão, e outros – verificamos que a tendência não parece ser propriamente de abrandamento mas sim de incremento do ritmo de licenciamento patenteado no virar do século.

Por outro lado, em concelhos que tiveram uma dinâmica urbanística mais moderada durante a década de 90, tais como Tavira e São Brás de Alportel, denota-se agora um crescendo dessa mesma dinâmica, isto é: o número de pretensões representa 60% do número de Alvarás emitidos, em Tavira, e 37% em São Brás de Alportel.

A litoralização da dinâmica urbanística continua, também ela, a fazer-se sentir. Apenas 6 concelhos – Albufeira, Lagos, Faro, Portimão, Olhão e Silves – detêm 68% do total das pretensões na região, continuando o interior com muito pouca dinâmica em perspectiva: as pretensões em Alcoutim, Monchique e Aljezur apenas representam 3,3% do total de pretensões na região.

No que diz respeito à área de intervenção proposta pela pretensões, constatamos que esta representa quase 19% de toda a área de intervenção licenciada pelos Alvarás emitidos entre 1991 e 2001. Consideramos este valor extremamente elevado, indicador de que a dinâmica e a pressão urbanística não apresenta qualquer sintoma de abrandamento. Não considerando o caso de Alcoutim, verificamos que, por exemplo em Tavira, a área de intervenção resultante do total das pretensões analisadas constitui 112% da área de intervenção licenciada pelos Alvarás dos últimos 11 anos; enquanto em Silves, Olhão e Portimão tal valor ascende aos 46, 35 e 31%, respectivamente.

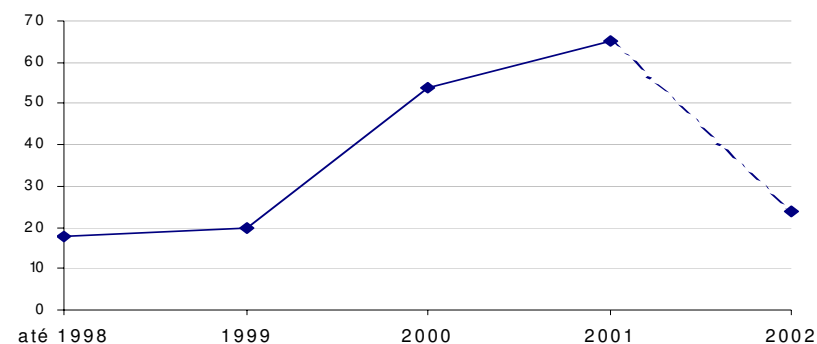
A área de construção proposta pelas pretensões representa 29% de toda a área de construção licenciada pelos Alvarás emitidos entre 1991 e 2001. Em alguns concelhos essa relação assume valores extremamente elevados como, por exemplo (e excluindo o caso de Alcoutim):

- em Tavira, onde é proposta mais 100% da área licenciada pelos Alvarás de Loteamento;
- em Silves, onde é proposta mais 48,5%;
- em São Brás de Alportel, onde é proposta mais 44%;
- em Olhão, Lagos e Portimão, onde são propostas mais 40, 39 e 38%, respectivamente.

Como tal, entendemos estes valores como uma fortíssima tendência de reforço da dinâmica urbanística, muito contra uma tendência de abrandamento que se tinha verificado em meados da década de 90.

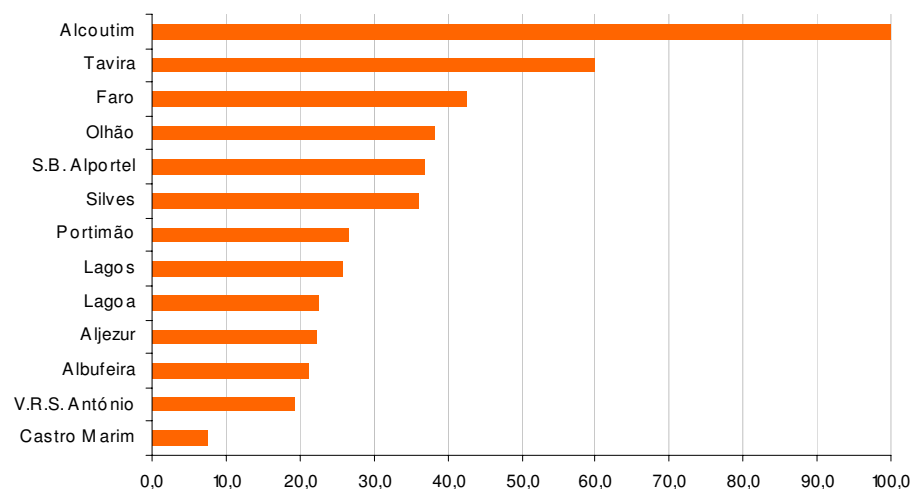
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 50 – N.º de pretensões, por ano de entrada do processo nos serviços das C. Municipais, na região do Algarve**



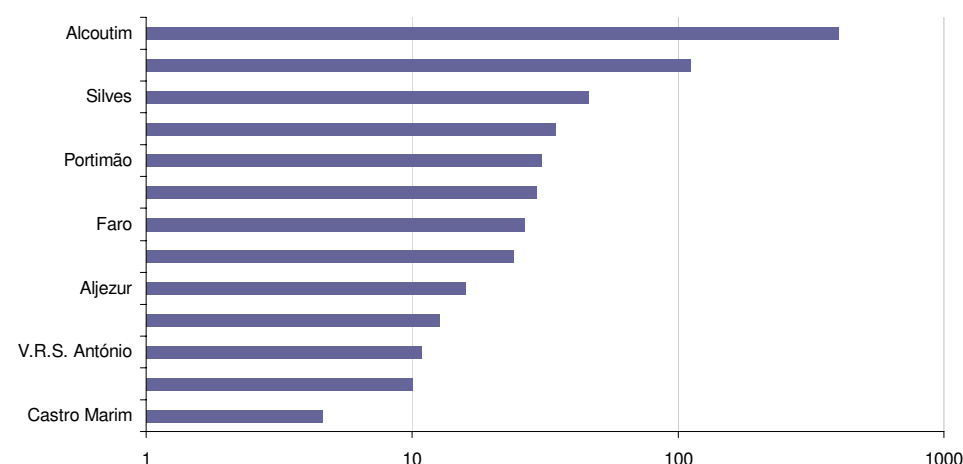
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 51 – Percentagem de Pretensões, relativamente ao n.º de Alv. de Lot. emitidos de 1991 a 2001, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 52 – Percentagem de Área de Intervenção das Pretensões, relativamente à dos Alv. de Lot. emitidos de 1991 a 2001, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Quanto à inserção das Pretensões nas Zonas de Ocupação Urbanística regista-se uma ligeira melhoria, em termos globais, comparativamente com a situação verificada nos Alvarás de Loteamento. Se tomarmos como referência a percentagem das Pretensões, temos:

- 70,6% integralmente dentro das Z.O.U. (68,4% nos Alvarás);
- 17,7% parcialmente dentro das Z.O.U. (3,4% nos Alvarás);
- 7,2% parcialmente fora das Z.O.U. (7,6% nos Alvarás);
- 1,7% totalmente fora das Z.O.U. (10,6% nos Alvarás).

Essa ligeira melhoria acentua-se, torna-se mais visível, se considerarmos a área de intervenção das Pretensões:

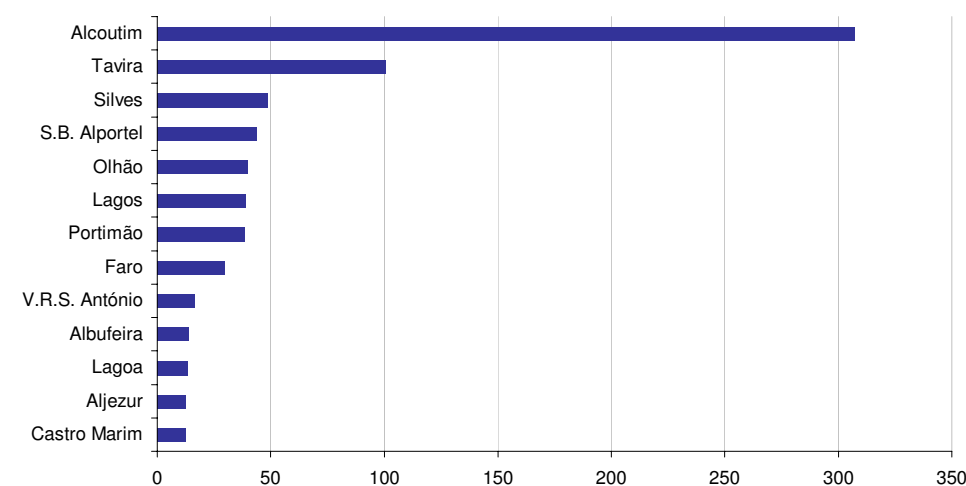
- 57,0% integralmente dentro das Z.O.U. (44,4% nos Alvarás);
- 32,0% parcialmente dentro das Z.O.U. (15,8% nos Alvarás);
- 5,7% parcialmente fora das Z.O.U. (11,6% nos Alvarás);
- 0,8% totalmente fora das Z.O.U. (23,1% nos Alvarás).

Não obstante a melhoria generalizada - uma maior concentração da actividade urbanística nas Zonas de Ocupação Urbanística definidas pelos PDM's - que emerge, relativamente aos Alvarás de Loteamento, ainda subsistem situações, como as verificadas nos concelhos de Silves, Lagos e Albufeira, concelhos em que menos de metade da área de intervenção proposta se encontra totalmente dentro dos perímetros das Z.O.U.

O uso dominante das pretensões continua a ser, tal como o haviam sido os Alvarás de Loteamento, claramente o uso habitacional. Das 181 pretensões, apenas 11 (6,1%) são para outros usos que não o uso residencial, e apenas ocorrem em 5 concelhos - Faro, Lagos, Olhão, Portimão e Silves. Nos restantes concelhos o uso dominante é exclusivamente o uso habitacional.

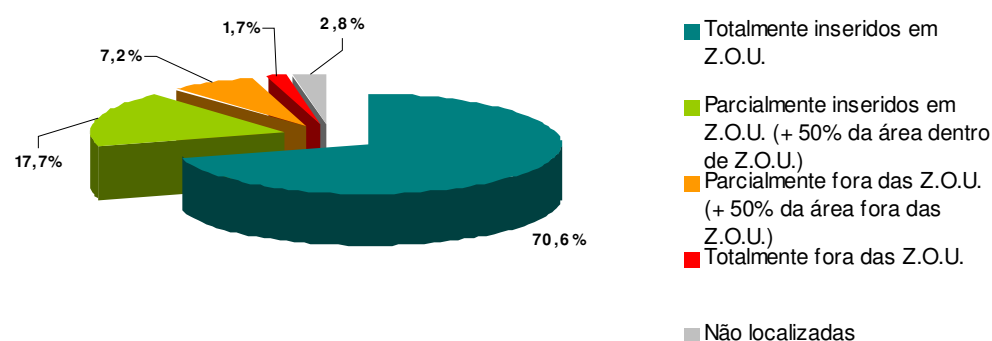
O número de fogos previsto nas pretensões é, também, consideravelmente elevado, mesmo quando comparado com o já de si elevado número de fogos afecto aos Alvarás de Loteamento do período 1991 - 2001. Apurámos um total de 17.151 fogos nas pretensões, valor este que representa 28,5% do total de fogos afectos aos Alvarás e, tal como nos indicadores (mais uma vez excluindo o caso de Alcoutim), verificamos que é em Tavira e em Olhão que a dinâmica é mais forte. Em Tavira, o número de fogos previsto nas pretensões supera o dos Alvarás - 3.954 contra 3.421 (mais 15,6%); em Olhão, o número de fogos previsto nas pretensões representa 66,2% do total de fogos dos Alvarás.

**Gráfico 53 – Percentagem de Área de Construção das Pretensões em relação à Área de Construção dos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001, por concelho**



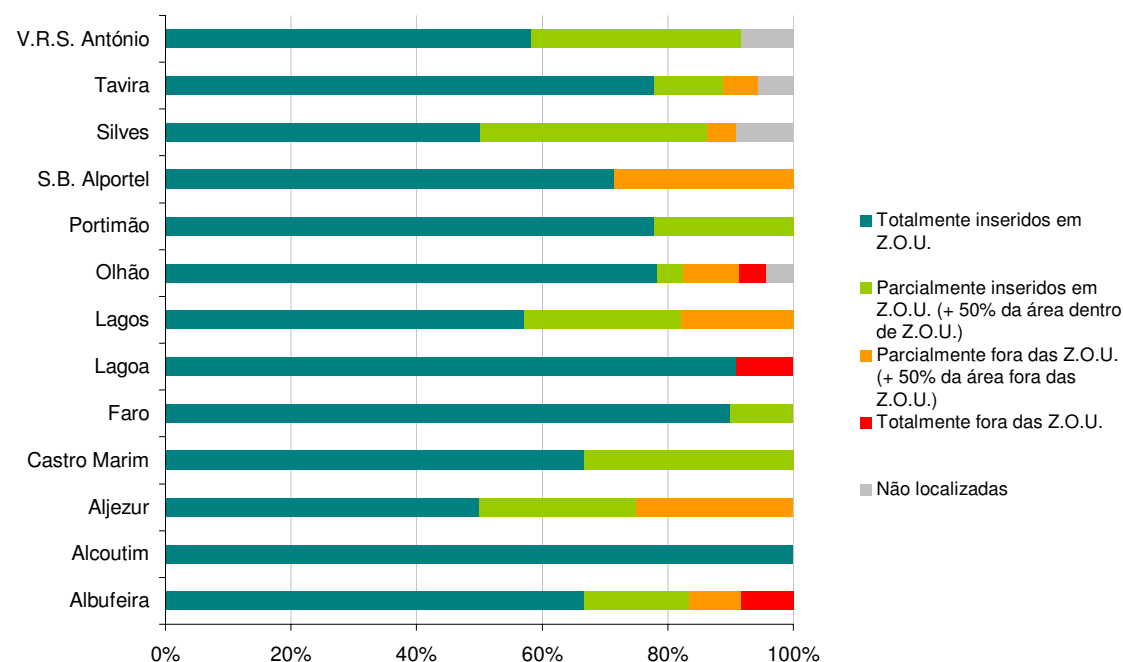
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 54 – Percentagem das Pretensões segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, Região do Algarve**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 55 – Percentagem das Pretensões segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por concelhos, Região do Algarve**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

No que respeita à população prevista nas pretensões, voltamos a ter um valor substancialmente elevado. Totalizámos um valor de 60.324 habitantes para o total da região, o que corresponde a quase 1/3 do total da população considerada na totalidade dos Alvarás de Loteamento do período 1991 – 2001. Como já havíamos referido, o valor referente à população prevista nos Alvarás (207.826 habitantes) é muito superior ao valor do real crescimento demográfico verificado na região (53.804), motivo pelo qual havíamos considerado que a construção se destinava não à população residente mas sim, sobretudo, à população flutuante, para segunda residência (férias, fins-de-semana, etc.). Esta inferência aparece agora fortemente confirmada uma vez que só o valor da população prevista nas pretensões supera o crescimento demográfico que a região conheceu na década de 90. Isto é, se considerarmos a população prevista em Alvarás de Loteamento (entre 1991 e 2001) e pretensões (até 2001 e início de 2002), verificamos que se construiu (e pretende construir) para 268.150 habitantes, quando o crescimento efectivo foi de apenas 53.804 habitantes. Por outras palavras, o crescimento efectivo da população apenas representa somente 20,1% da lotação que a nova construção pode albergar.

Um sinal positivo, das pretensões relativamente aos Alvarás de Loteamento, parece ser o facto da menor densidade. O número de fogos por hectare (da área de intervenção) nas pretensões é claramente mais baixo que o dos Alvarás de Loteamento: 35,2 e 23,2 fogos / ha, respectivamente. Com excepção dos concelhos de Silves, Lagos e Alcoutim, todos os restantes apresentam uma densidade de fogos mais baixa.

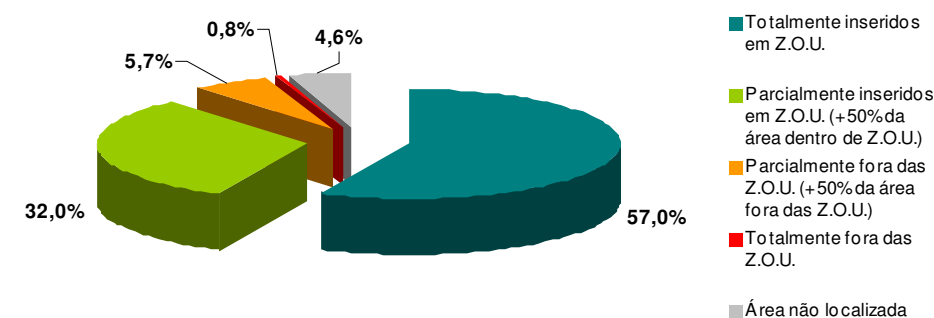
Ao contrário do que possa parecer numa primeira impressão, tal não se fica a dever a um maior peso da construção em moradias (1 a 2 pisos). Ao contrário do que sucedia com os fogos dos Alvarás, nas pretensões dominam claramente os fogos em edifícios (3 e 4 pisos). Se considerarmos somente os fogos exclusivamente segundo aquelas três cêrceas, verificamos que:

- os fogos exclusivamente em moradias constituem agora somente 14,7% do total de fogos, quando nos Alvarás de Loteamento representavam 25,6%;
- os fogos exclusivamente em edifícios constituem agora somente 36,9% do total de fogos, quando nos Alvarás de Loteamento representavam somente 22,0%;
- os fogos exclusivamente em torres constituem agora 20,1% do total de fogos, quando nos Alvarás de Loteamento representavam somente 16,5%.

Ou seja, há nas pretensões uma nítida viragem da construção predominantemente em moradias para a construção predominantemente em altura, em construções de 3 e mais pisos.

Como tal, não é devido às cêrceas que a densidade de fogos nas pretensões é inferior à densidade registada nos Alvarás.

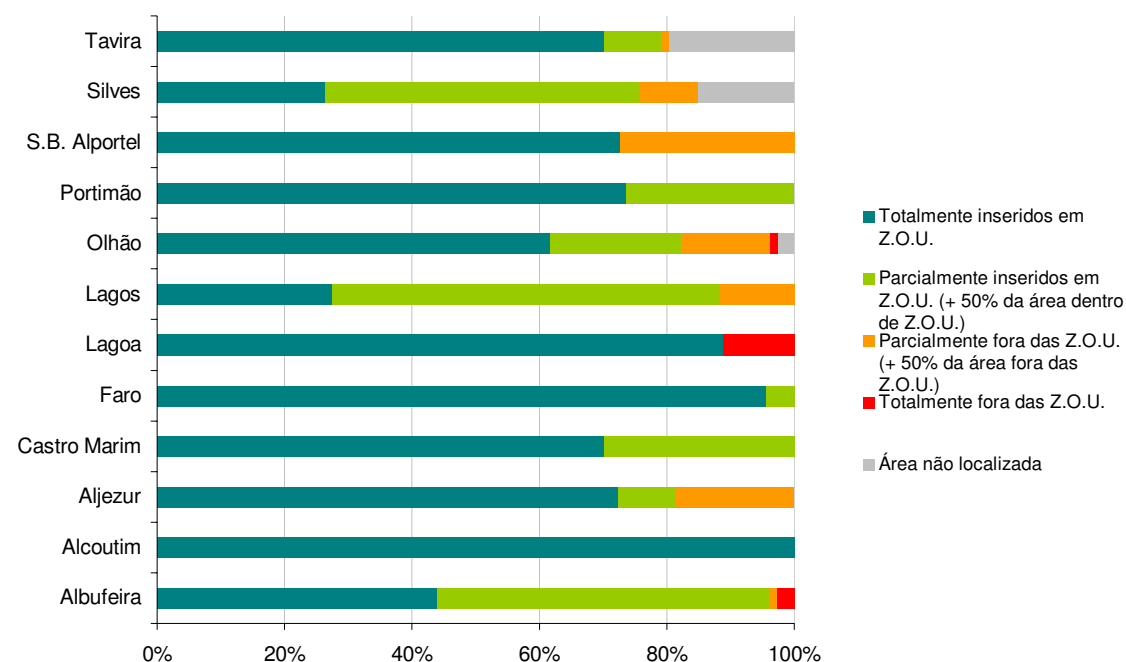
**Gráfico 56 – Percentagem da Área de Intervenção das Pretensões segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, Região do Algarve**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 57 – Percentagem da Área de Intervenção das Pretensões segundo a sua inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por concelhos**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Quadro – Uso dominante nas pretensões, por concelhos**

Concelho	Habitação	Comércio/ Serviços	Indústria/ Armazéns	Total
Albufeira	12			12
Alcoutim	3			3
Aljezur	4			4
Castro Marim	3			3
Faro	19	1		20
Lagoa	11			11
Lagos	25	1	2	28
Olhão	20	2	1	23
Portimão	18	2		18
S.B. Alportel	7			7
Silves	20		2	22
Tavira	18			18
V.R.S. António	12			12
<b>Algarve</b>	<b>170</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>181</b>

Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Comparativamente com os Alvarás, podemos afirmar que não há, para o total regional, uma variação sensível no que respeita à área de construção por fogo: 126,9 e 126,8 m<sup>2</sup>/fogo, para os fogos dos Alvarás e das pretensões, respectivamente. Já por concelhos a situação é um pouco diferente. Há uma tendência clara para uma maior área por fogo em São Brás de Alportel, Castro Marim, Silves e Lagos, quando a tendência é precisamente contrária, de forma mais acentuada, em Aljezur, Olhão, Lagoa, Faro e Tavira.

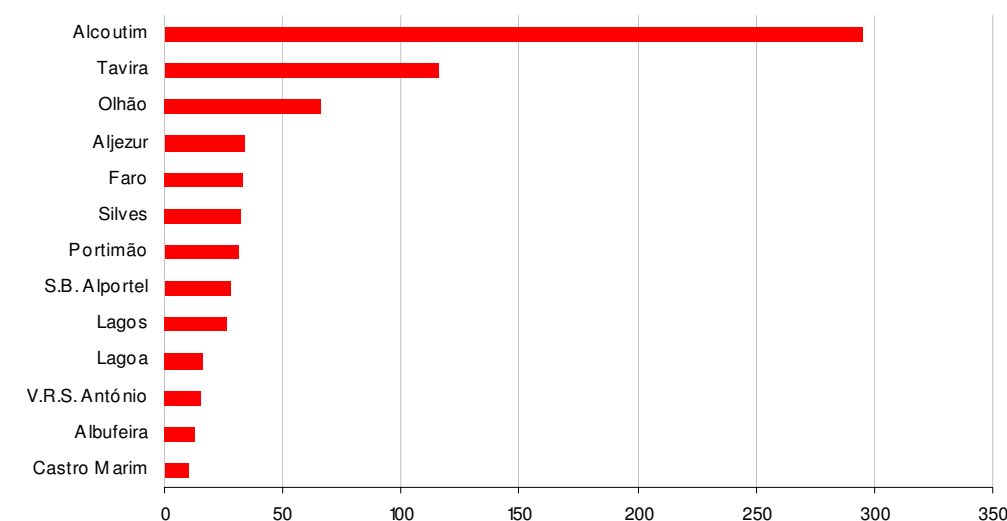
Quanto às cedências das pretensões para espaços verdes e de utilização colectiva notam-se, relativamente aos Alvarás de Loteamento, significativas melhorias: as áreas cedidas estão muito mais em conformidade com o disposto na Portaria 1182/92 (que regulamenta ainda a grande maioria das pretensões em estudo, as anteriores a 25 de Setembro de 2001). Prevê-se a cedência de um total de 44,9 ha, valor muito próximo dos 45,3 ha (a ceder segundo o parâmetro da área bruta de construção) e superior aos 42,9 ha (a ceder segundo o parâmetro da moradia unifamiliar).

A situação por concelhos pode ser resumida da seguinte forma:

- as pretensões nos concelhos de Portimão, Olhão, Albufeira, Vila Real de Sto. António, Lagoa, Castro Marim e Aljezur apresentam mais área cedida para espaços verdes e de utilização colectiva do que qualquer dos parâmetros da Portaria exige;
- as pretensões no concelho de Tavira apresenta mais área cedida para espaços verdes, se considerarmos o parâmetro da área bruta de construção, e menos área cedida, se considerarmos o parâmetro da moradia unifamiliar; o que se aceita visto a larga maioria dos fogos previstos nas pretensões ser em edifícios de 3 e 4 pisos;
- as pretensões nos concelhos de Lagos, Silves, Alcoutim e São Brás de Alportel apresentam menos área cedida para espaços verdes qualquer que seja o parâmetro utilizado. Nos casos de Lagos e Silves a situação é mais preocupante uma vez que são dois dos três concelhos que apresentam maior volume de pretensões.

Importa, no entanto, salvaguardar que as áreas cedidas para espaços verdes (assim como todas as áreas de cedência) sejam de facto para espaços verdes de utilização colectiva. Foram detectadas situações, nos Alvarás de Loteamento, em que o Alvará foi posteriormente objecto de alteração, aditamento ou emissão de Alvará (dependendo o processo de Câmara para Câmara), que desafectou áreas de cedência para a construção de mais fogos ou de espaços verdes e/ou equipamentos privados.

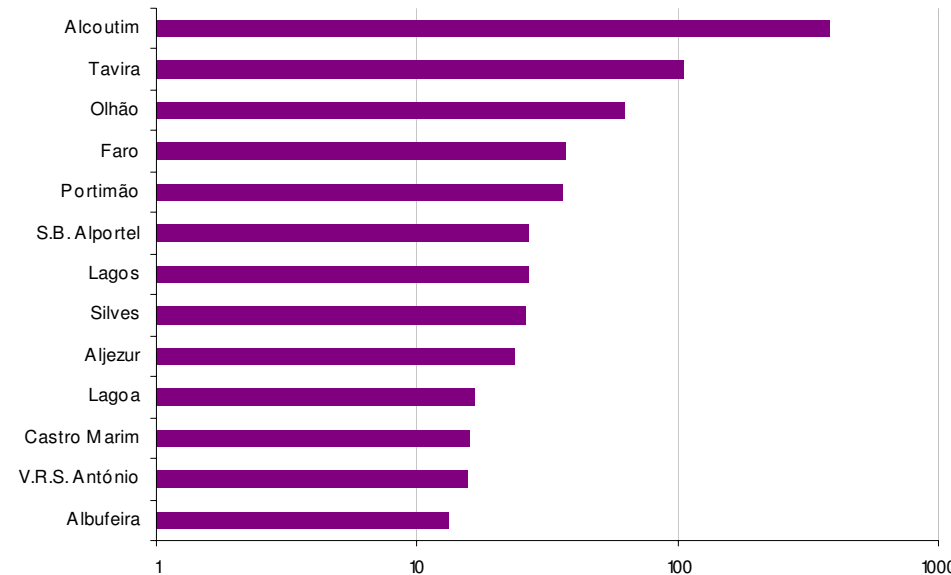
**Gráfico 58 – Percentagem do número de fogos das Pretensões em relação ao número de fogos dos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

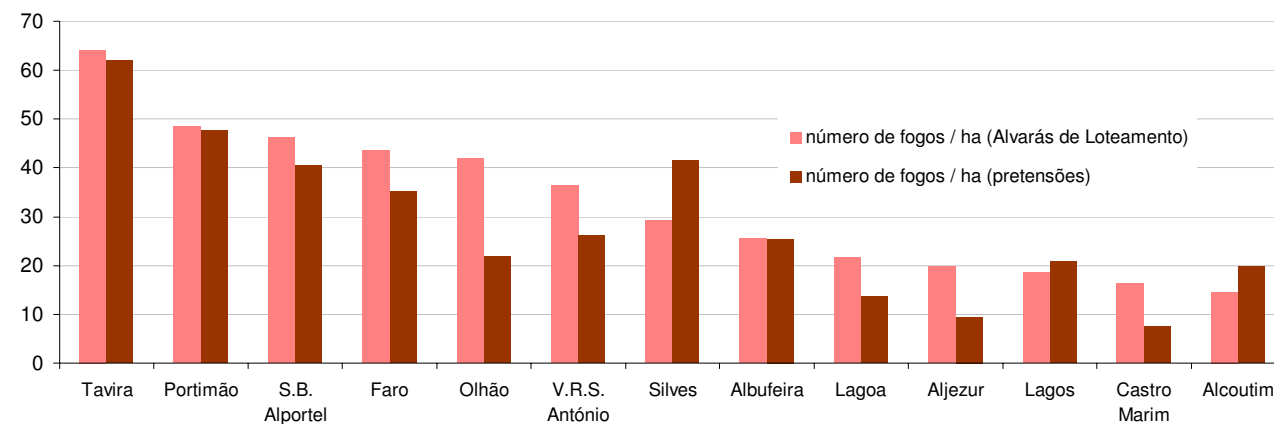


**Gráfico 59 – Percentagem de população prevista nas Pretensões em relação à população prevista nos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 60 – Número de fogos por hectare, nos Alvarás de Loteamento e nas Pretensões, por concelhos**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

As áreas cedidas para equipamentos de utilização colectiva, referidas nas pretensões, apresentam já um *déficit* relativamente às áreas exigidas pela Portaria. São cedidos, no total da região do Algarve, um total de 40,2 ha, quando deveriam ser cedidos:

- 63,4 ha, de acordo com o parâmetro da área bruta de construção;
- 60,0 ha, de acordo com o parâmetro da moradia unifamiliar.

O *déficit* é, logo à partida, considerável: as pretensões apenas propõem pouco menos de 2/3 da área que deveriam propor. Como a tendência tem sido desafectar, mais tarde, área de cedência para outros usos, facilmente se conclui que a situação à partida não é a mais desejável. Isto porque esta área de cedência tenderá a diminuir e não a aumentar.

A cedência de área para equipamentos é claramente insuficiente na grande maioria dos concelhos, particularmente em São Brás de Alportel, Silves e Tavira, e apenas é superior ao que a Portaria determina nos concelhos de Albufeira, Alcoutim e

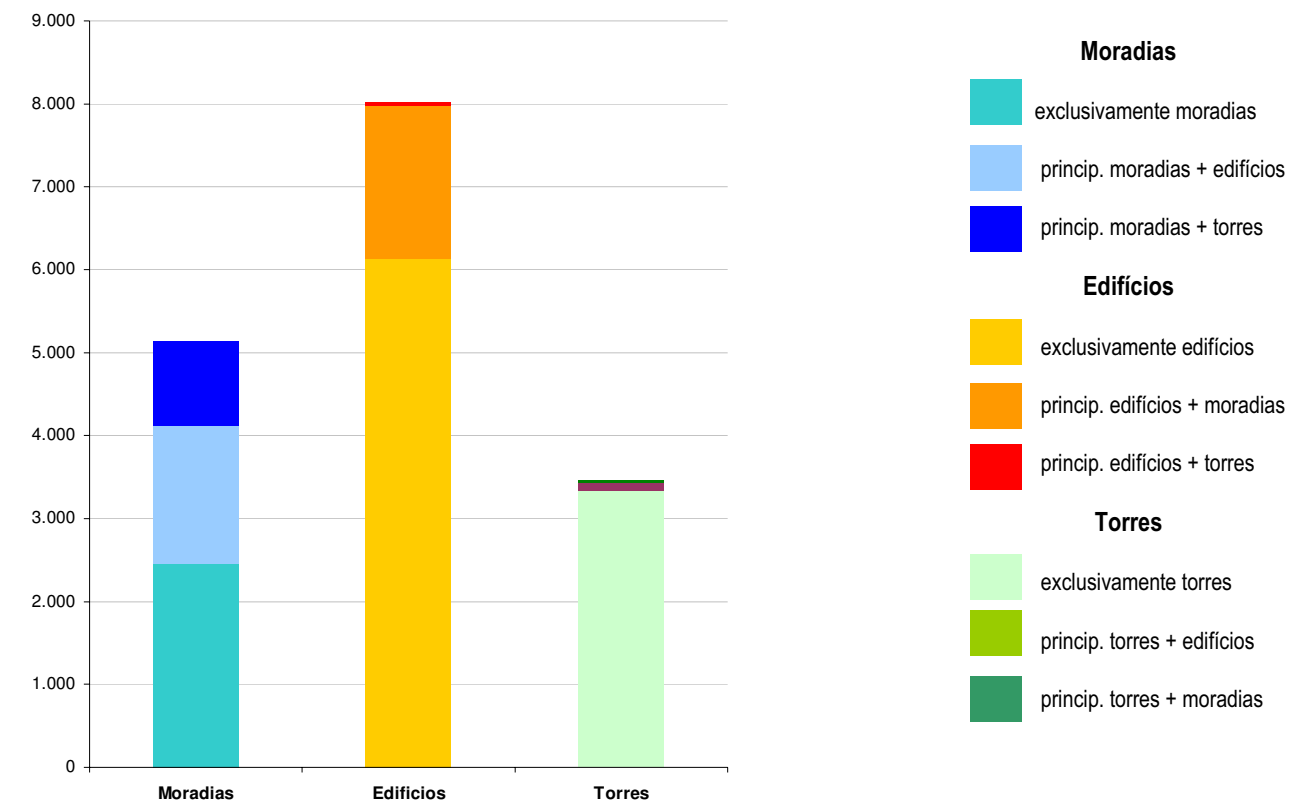
Olhão. Em Castro Marim, as pretensões cumprem este requisito se considerarmos o parâmetro da moradia unifamiliar, que representa mais de 50% dos fogos contidos nas pretensões.

Quanto à cedência para estacionamento público, detectou-se da mesma forma, que o espaço previsto nas pretensões é claramente insuficiente face ao disposto na Portaria de referência. Segundo a área bruta de construção (e estamos a considerar somente a de uso habitacional) seriam necessários 34,0 ha para o total da região e apenas são cedidos 19,0 ha. Isto é, apenas 56% do exigido pela Portaria.

Em todos os concelhos, com excepção de Aljezur, a situação é notoriamente deficitária, particularmente em:

- Silves, apenas 43,0% da área exigida;
- Portimão, apenas 44,4% da área exigida;
- Olhão, Vila Real de Sto. António, Lagos e Albufeira, onde somente são cedidas 49,5%, 51,9%, 59,4% e 59,6%, respectivamente, das áreas exigidas.

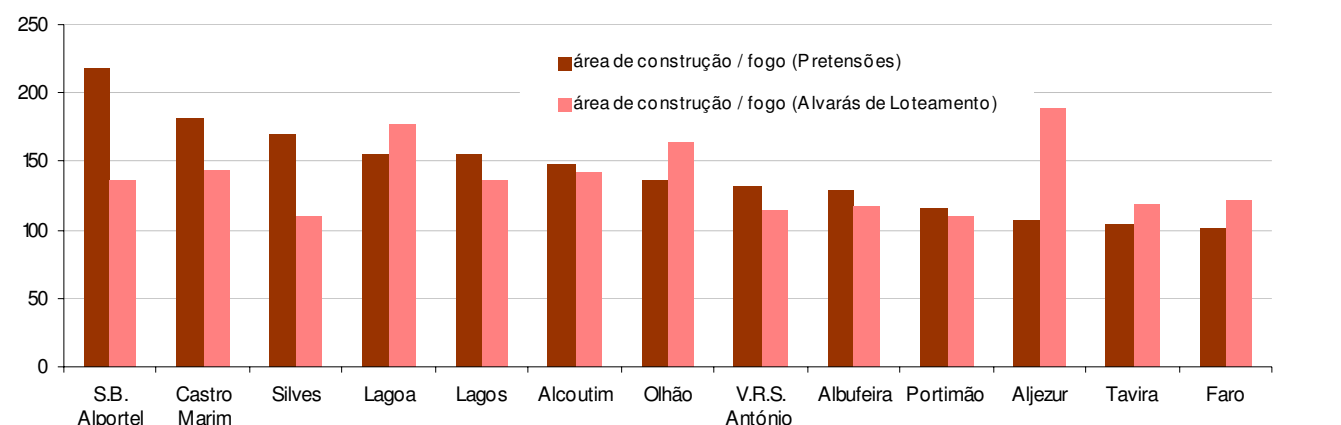
**Gráfico 61 – Número de fogos, segundo as cercas da construção, previstos nas Pretensões**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

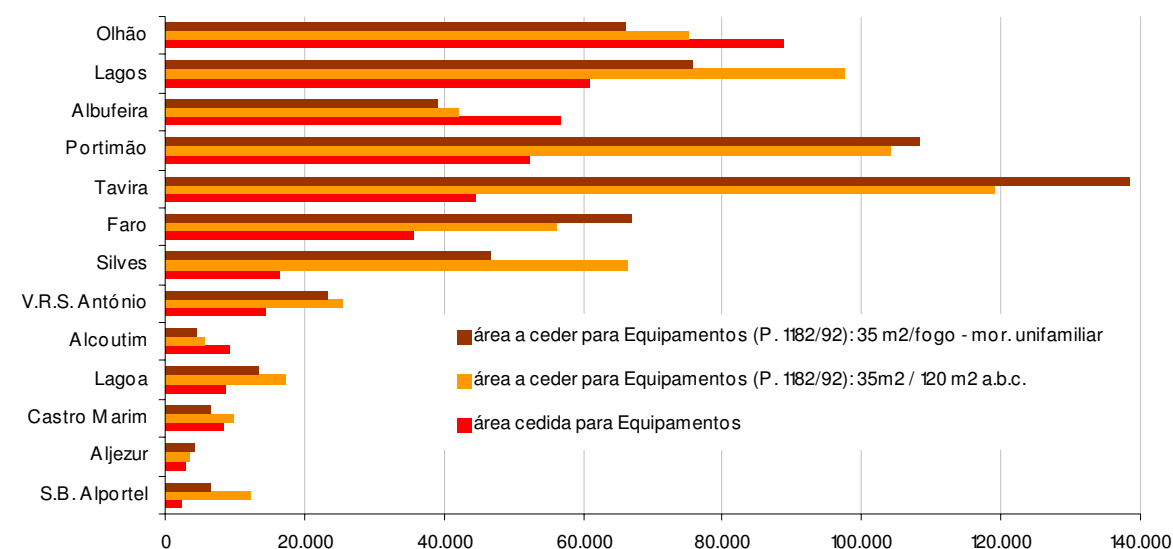
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Gráfico 62 – Área de construção (m<sup>2</sup>) por fogo, nos Alvarás de Loteamento e nas Pretensões, por concelhos**



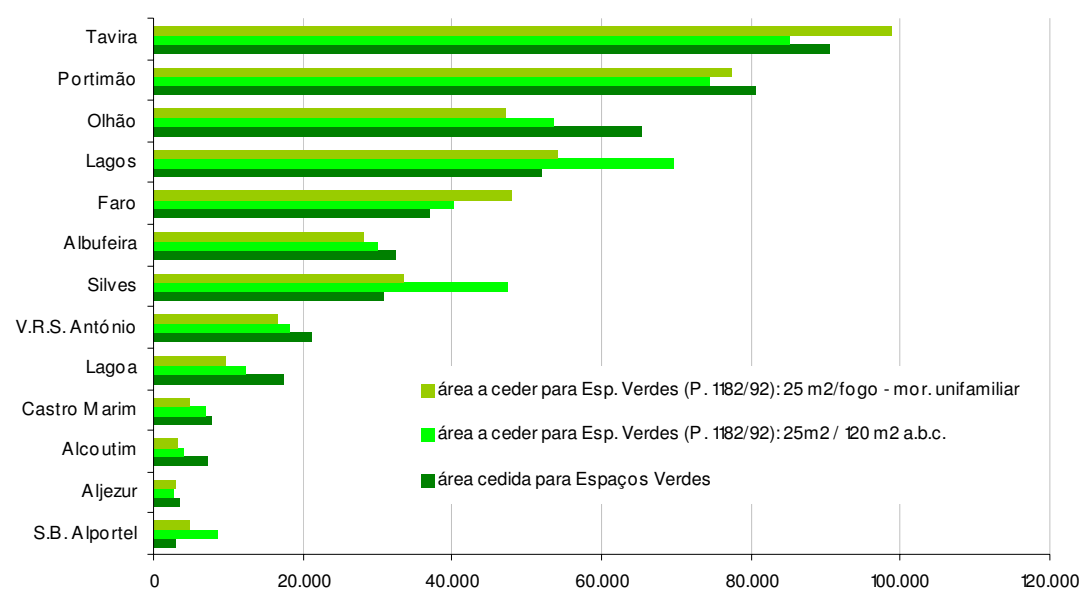
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 64 – Área cedida pelas pretensões para Equipamentos de utilização colectiva e área a ceder, segundo a Portaria 1182/92, por concelho**



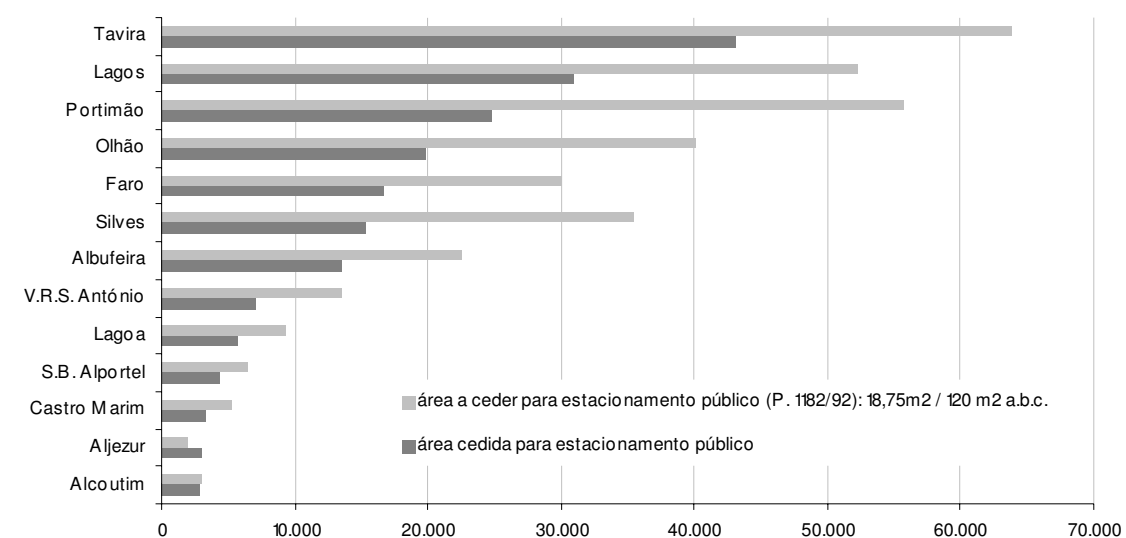
Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 63 – Área cedida para Esp. Verdes e de utilização colectiva pelas Pretensões e área a ceder, segundo a Portaria 1182/92, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Gráfico 65 – Área cedida pelas pretensões para estacionamento público e área a ceder, segundo a Portaria 1182/92, por concelho**

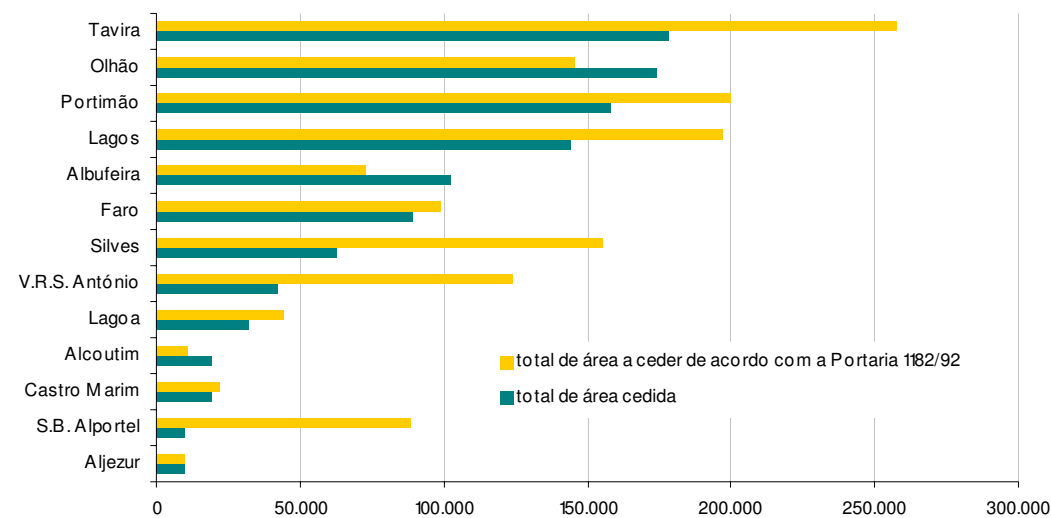


Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

Fazendo um balanço global das cedências previstas nas pretensões, análise da qual excluimos as vias e arruamentos, tal como o havíamos feito nos Alvarás de Loteamento, constatamos que, para o total da região, as áreas cedidas apenas cobrem cerca de 73% do montante global de área a ceder que a Portaria estipula. Nota-se, embora aquém do que seria desejável, uma ligeira melhoria relativamente aos Alvarás de Loteamento nos quais, relembramos, a cobertura era de apenas 61,3%.

Por concelhos, verificamos que a situação nas pretensões melhora em relação aos Alvarás num consideravelmente número de concelhos - Albufeira, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagos, Olhão, Portimão e Tavira -; e apresenta-se menos positiva em Lagoa, São Brás de Alportel, Silves e Vila Real de Sto. António.

**Gráfico 66 – Total de área cedida pelas Pretensões para espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos de utilização colectiva e estacionamento público, e áreas a ceder para os mesmos fins, segundo a Portaria 1182/92, por concelho**



Fonte: DRAOT-Algarve, Levantamento efectuado nas Câmaras Municipais da Região do Algarve, 1º Semestre 2002

**Quadro – Comparação da cobertura das áreas de cedência dos Alvarás de Loteamento e das Pretensões**

	Percentagem de área cedida relativamente ao estipulado na Portaria 1182/92	
	nos Alvarás de Loteamento	nas Pretensões
Albufeira	55,9	139,7
Alcoutim	217,6	173,1
Aljezur	70,4	98,5
Castro Marim	69,5	87,3
Faro	57,9	90,2
Lagoa	80,4	71,1
Lagos	44,3	73,1
Loulé	112,2	sem informação
Monchique	38,1	sem pretensões
Olhão	43,9	120,0
Portimão	36,1	79,0
S.B. Alportel	61,8	11,2
Silves	51,0	40,1
Távira	55,2	69,3
V. Bispo	85,3	sem pretensões
V.R.S. António	96,5	34,4
<b>Algarve</b>	<b>61,3</b>	<b>73,0</b>

Por último, resta-nos ainda considerar os Aldeamentos Turísticos licenciados no período em estudo (1991 – 2001), sobre os quais faremos uma análise muito breve limitada apenas a alguns dos indicadores que abordámos nos Alvarás de Loteamento. Ao contrário dos Alvarás de Loteamento, para os Aldeamentos Turísticos não dispomos da totalidade dos licenciamentos uma vez que nos limitámos aos processos existentes no arquivo dos serviços e, dado o relativo atraso no envio da documentação proveniente da Conservatória, aquela informação não se encontra actualizada.

Do apuramento efectuado aos 21 Aldeamentos Turísticos, destacamos como principais elementos:

- uma grande concentração deste tipo de empreendimentos essencialmente nos concelhos de Lagoa e Albufeira (9 e 8, respectivamente);
- a ocorrência da grande maioria dos licenciamentos sobretudo na primeira metade dos anos 90 (17 entre os anos de 1991 e 1995), facto que pode ser passível de várias interpretações como, por exemplo:
  1. a cada vez menor disponibilidade de espaços atractivos e com consideráveis dimensões para a implantação de empreendimentos desta natureza;
  2. a opção por outro tipo de empreendimentos com processos de tramitação/aprovação mais rápidos e menores encargos para os promotores.
- 16 empreendimentos são constituídos exclusivamente por moradias; 2 são constituídos principalmente por moradias 3 são constituídos exclusivamente por edifícios (que totalizam 691 fogos), o que não corresponde propriamente à ideia subjacente a um aldeamento turístico;
- na sua totalidade, ocupam uma área - área de intervenção - de 606,5 ha (o que representa cerca de 23% da área de intervenção licenciada pelos Alvarás de Loteamento em igual período), sendo de destacar a elevada dimensão média do Aldeamento Turístico - 28,9 ha -, distribuídos pelas seguintes classes de dimensionamento;

o	menos de 5 ha	-	11 empreendimentos
o	de 5 a 10 ha	-	1 “
o	de 10 a 20 ha	-	2 “
o	de 20 a 50 ha	-	3 “
o	de 50 a 100 ha	-	2 “
o	de 100 a 150 ha	-	2 “

- na sua totalidade, detêm uma área de construção de 721.755 m<sup>2</sup> (o que representa cerca de 9,3% da área de construção licenciada para uso habitacional pelos Alvarás de Loteamento em igual período);
- licenciam um total de 5.406 fogos (cerca de 9% do total de fogos licenciados pelos Alvarás de Loteamento);
- têm capacidade para alojar cerca de 17.892 habitantes (cerca de 8,6% da população prevista pelos Alvarás de Loteamento);
- descurando a análise das cedências para equipamentos (piscinas, “courts” de ténis e parques infantis, na sua grande maioria, afectos fundamentalmente ao usufruto de uma população não residente, dada a natureza destes empreendimentos) e para espaços verdes e de utilização colectiva, destaca-se o facto de, ao contrário do que sucede nos Alvarás de Loteamento, a área cedida para estacionamento público excede em 13% a área exigida pela Portaria de referência.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Quadro – Número de Alvarás de Loteamento emitidos, por ano e por concelho ((1991/2000)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Adit.*	Total
<b>Algarve</b>	<b>97</b>	<b>78</b>	<b>95</b>	<b>45</b>	<b>28</b>	<b>59</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>71</b>	<b>73</b>	<b>88</b>	<b>13</b>	<b>735</b>
Albufeira	15	6	4	8	2	6	2	1	3	4	5	1	57
Alcoutim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3
Aljezur	0	0	0	0	0	2	4	3	1	3	5	0	18
Castro Marim	3	5	3	0	1	1	3	3	8	8	5	0	40
Faro	6	2	3	1	1	5	0	5	7	11	5	1	47
Lagoa	8	7	10	6	2	5	2	4	0	1	4	0	49
Lagos	14	13	24	12	7	10	4	6	5	5	9	0	109
Loulé	10	8	14	4	3	7	2	3	5	8	7	0	71
Monchique	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Olhão	15	5	4	3	1	4	9	0	8	0	6	5	60
Portimão	6	10	9	2	7	11	2	1	3	6	9	2	68
SB Alportel	2	2	3	2	0	2	2	3	0	1	2	0	19
Silves	7	8	7	0	0	2	4	5	9	8	10	1	61
Tavira	3	3	3	1	0	0	1	3	5	5	6	0	30
V. Bispo	3	5	2	3	3	2	1	4	5	4	3	3	38
VRS António	4	4	9	3	1	1	8	2	12	7	11	0	62

\* - Aditamentos a Alvarás de Loteamento emitidos antes de 1991

Quadro – Alvarás de Loteamento, segundo a inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por concelhos

	Totalmente inseridos em Z.O.U.		Parcialmente inseridos em Z.O.U. (+ 50% da área dentro de Z.O.U.)		Parcialmente fora das Z.O.U. (+ 50% da área fora das Z.O.U.)		Totalmente fora das Z.O.U.		Total	
	(1) N.º	(1) %	(2) N.º	(2) %	(3) N.º	(3) %	(4) N.º	(4) %	N.º	%
<b>Algarve</b>	<b>465</b>	<b>68,4</b>	<b>91</b>	<b>13,4</b>	<b>52</b>	<b>7,6</b>	<b>72</b>	<b>10,6</b>	<b>680</b>	<b>100,0</b>
Albufeira	15	27,3	11	20,0	10	18,2	19	34,5	55	100,0
Alcoutim	2	66,7		0,0		0,0	1	33,3	3	100,0
Aljezur	14	77,8	2	11,1	1	5,6	1	5,6	18	100,0
Castro Marim	29	74,4	2	5,1	5	12,8	3	7,7	39	100,0
Faro	39	90,7	1	2,3	2	4,7	1	2,3	43	100,0
Lagoa	28	58,3	9	18,8	5	10,4	6	12,5	48	100,0
Lagos	60	59,4	11	10,9	11	10,9	19	18,8	101	100,0
Loulé	50	70,4	15	21,1	2	2,8	4	5,6	71	100,0
Monchique	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Olhão	37	74,0	10	20,0	1	2,0	2	4,0	50	100,0
Portimão	51	77,3	8	12,1	6	9,1	1	1,5	66	100,0
SB Alportel	13	68,4	2	10,5	1	5,3	3	15,8	19	100,0
Silves	32	56,1	12	21,1	5	8,8	8	14,0	57	100,0
Tavira	28	93,3	2	6,7	0	0,0	0	0,0	30	100,0
V. Bispo	12	75,0	0	0,0	2	12,5	2	12,5	16	100,0
VRS António	53	86,9	5	8,2	1	1,6	2	3,3	61	100,0

Quadro - Alvarás de Loteamento, segundo a inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por anos, região do Algarve

	Albufeira				Alcoutim				Aljezur				Castro Marim				Faro				Lagoa			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>1991</b>	3	2	2	8									4	1			4			1	5	1	1	1
<b>1992</b>	1	0	1	4									4	1			2				3	1	1	2
<b>1993</b>	1	1	1	1													3				6	1	2	1
<b>1994</b>	3	0	1	4													1				4	1		1
<b>1995</b>	0	2	0	0									1				1				2			
<b>1996</b>	3	0	2	0					1		1		1				4				3	1		1
<b>1997</b>	0	0	2	0					4				3								1			
<b>1998</b>	0	1	0	0					3				2	1			5				3	1		
<b>1999</b>	0	2	1	0					1				3	1	1	3	7							
<b>2000</b>	3	1	0	0	2				2			1	8				8	1	1		1			
<b>2001</b>	1	2	0	2						1	3	2	3	1	1		4	1				3	1	
<b>Total</b>	15	11	10	19	2			1	14	2	1	1	29	2	5	3	39	1	2	1	28	9	5	6

	Lagos				Loulé				Monchique				Olhão				Portimão				S. B. Alportel			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>1991</b>	7		1	6	7	2		1		1			10	4			4	2			2			
<b>1992</b>	5	2	2	2	6	1		1					3	1	1		8		2		1			1
<b>1993</b>	12	3	1	5	12	2							3			1	6	2		1	1	1		1
<b>1994</b>	6		1	3	3	1							1	1		1	3				1			1
<b>1995</b>	6	1			1	1		1					1				5		1					
<b>1996</b>	7	1		2	6	1			1				4				8	2	1		1	1		
<b>1997</b>	2	1	1			2							6	1			1		1		2			
<b>1998</b>	3		2		3				1								1				3			
<b>1999</b>	3	1	1		3	1		1					6	2			3							
<b>2000</b>	3	1		1	4	3	1										5	1			1			
<b>2001</b>	6	1	2		5	1	1						3	1			7	1	1		1			1
<b>Total</b>	60	11	11	19	50	15	2	4	2	1			37	10	1	2	51	8	6	1	13	2	1	3

	Silves				Tavira				Vila do Bispo				V.R.S. António				Total			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>1991</b>	3	1		2	2	1			2		1		4				57	14	6	19
<b>1992</b>	4	1	1	1	3				4			1	2	1		1	46	7	9	13
<b>1993</b>	2	2	2	1	3							1	8			1	57	12	6	13
<b>1994</b>					1							1	2				25	3	4	9
<b>1995</b>									2				1				20	4	1	1
<b>1996</b>	1	2							2				1				43	8	4	3
<b>1997</b>	2			1	1								7	1			29	5	4	1
<b>1998</b>	4			1	3				1				2				34	2	3	1
<b>1999</b>	5	1	2	1	4	1			1				11	1			47	10	5	5
<b>2000</b>	4	2		1	5								6		1		52	9	3	3
<b>2001</b>	7	3			6								9	2			55	17	7	4
<b>Total</b>	32	12	5	8	28	2			12	0	2	2	53	5	1	2	465	91	52	72

(1) - Totalmente inseridos em Z.O.U.

(3) - Parcialmente fora das Z.O.U. (+ 50% da área fora das Z.O.U.)

(2) - Parcialmente inseridos em Z.O.U. (+ 50% da área dentro de Z.O.U.)

(4) - Totalmente fora das Z.O.U.

**Quadro – Área de Intervenção dos Alvarás de Loteamento, segundo a inserção em Zonas de Ocupação Urbanística dos PDM's, por concelhos**

	Totalmente inseridos em Z.O.U.		Parcialmente inseridos em Z.O.U. (+ 50% da área dentro de Z.O.U.)		Parcialmente fora das Z.O.U. (+ 50% da área fora das Z.O.U.)		Totalmente fora das Z.O.U.		Área não localizada		Total	
	(1)		(2)		(3)		(4)					
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Algarve</b>	<b>11419104</b>	<b>44,4</b>	<b>4056374</b>	<b>15,8</b>	<b>2986882</b>	<b>11,6</b>	<b>5935975</b>	<b>23,1</b>	<b>1322388</b>	<b>5,1</b>	<b>25720723</b>	<b>100,0</b>
Albufeira	727647	21,5	867310	25,6	769519	22,7	945139	27,9	79172	2,3	3388787	100,0
Alcoutim	11399	51,3	0	0,0	0	0,0	10805	48,7	0	0,0	22204	100,0
Aljezur	322936	85,2	18445	4,9	32480	8,6	5033	1,3	0	0,0	378894	100,0
Castro Marim	515100	20,6	26423	1,1	473058	18,9	1411440	56,3	80000	3,2	2506021	100,0
Faro	1029223	62,9	7920	0,5	31159	1,9	537480	32,8	31071	1,9	1636853	100,0
Lagoa	407550	23,1	544976	30,9	117443	6,7	503205	28,5	190570	10,8	1763744	100,0
Lagos	1593379	40,2	551724	13,9	567509	14,3	1079180	27,3	167706	4,2	3959498	100,0
Loulé	2191949	55,2	1204833	30,3	442227	11,1	133490	3,4	0	0,0	3972499	100,0
Monchique	10240	50,5	10025	49,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	20265	100,0
Olhão	855545	70,8	178307	14,7	4080	0,3	8950	0,7	162167	13,4	1209049	100,0
Portimão	1373819	66,1	306868	14,8	336890	16,2	61496	3,0	0	0,0	2079073	100,0
SB Alportel	98962	57,4	13124	7,6	16600	9,6	43585	25,3	0	0,0	172271	100,0
Silves	391109	39,6	229788	23,2	159969	16,2	129802	13,1	77676	7,9	988344	100,0
Tavira	537177	97,4	14236	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	551413	100,0
V. Bispo	716838	51,8	0	0,0	23119	1,7	162640	11,8	481446	34,8	1384043	100,0
VRS António	636231	37,7	82395	4,9	12829	0,8	903730	53,5	52580	3,1	1687765	100,0

**Quadro – Número de Alvarás de Loteamento emitidos, por ano e por concelho (1991/2000)**

	Habituação	Comércio/Serviços	Indústria/Armazéns	Equipamentos	Outros	Total
<b>Algarve</b>	<b>692</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>735</b>
Albufeira	55	2	0	0	0	57
Alcoutim	3	0	0	0	0	3
Aljezur	16	0	1	0	1	18
Castro Marim	40	0	0	0	0	40
Faro	41	4	1	1	0	47
Lagoa	47	1	1	0	0	49
Lagos	108	1	0	0	0	109
Loulé	63	5	3	0	0	71
Monchique	3	0	0	0	0	3
Olhão	52	1	6	1	0	60
Portimão	63	1	3	1	0	68
SB Alportel	18	1	0	0	0	19
Silves	56	3	2	0	0	61
Tavira	29	1	0	0	0	30
V. Bispo	38	0	0	0	0	38
VRS António	60	0	1	1	0	62

**Quadro – Área de intervenção licenciada pelos Alvarás de Loteamento (1991/2001)**

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
<b>Algarve</b>	<b>2658539</b>	<b>2484177</b>	<b>3025380</b>	<b>1191023</b>	<b>1618180</b>	<b>2474318</b>	<b>1928140</b>	<b>1497544</b>	<b>3154129</b>	<b>2326409</b>	<b>3548186</b>	<b>25906025</b>
Albufeira	559411	101253	109506	543585	352333	366444	359850	84335	128848	307510	526927	3440002
Alcoutim										11399	10805	22204
Aljezur						45980	51939	112710	17746	25598	124921	378894
Castro Marim	17520	759360	96024	0	5280	2486	26386	17320	1494837	54400	32414	2506027
Faro	606127	45800	47890	3330	104303	99021	0	100558	197860	353949	95045	1653883
Lagoa	307684	191655	313471	122957	48745	164533	200842	122627	0	5050	286180	1763744
Lagos	352410	495763	515587	240874	447494	685440	108653	268100	86618	239637	518922	3959498
Loulé	300881	120493	371726	91996	271010	412990	296357	175107	375343	508174	1048422	3972499
Monchique	10025					1840		8400				20265
Olhão	185086	114978	10160	67415	64681	102762	585594	0	119100	0	56054	1305830
Portimão	90297	336671	405335	10665	297498	194380	83844	75200	61422	171289	352472	2079073
SB Alportel	6522	23724	23610	22117	0	15127	13207	29958	0	7550	30456	172271
Silves	110714	182976	28167	0	0	16835	44929	80209	237703	97345	190016	988894
Tavira	43186	7206	12945	11091	0	0	11528	88228	96114	100988	180190	551476
V. Bispo	32630	16668	158001	18399	21660	363800	34127	328377	18849	403160	8029	1403700
VRS António	36046	87630	932958	58594	5176	2680	110884	6415	319689	40360	87333	1687765

**Quadro – Área de construção licenciada pelos Alvarás de Loteamento (1991/2001)**

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
<b>Algarve</b>	<b>763726</b>	<b>693848</b>	<b>735055</b>	<b>354871</b>	<b>589809</b>	<b>726045</b>	<b>633186</b>	<b>584817</b>	<b>766436</b>	<b>901907</b>	<b>1183593</b>	<b>7933293</b>
Albufeira	171938	27314	43735	149147	66928	90879	69476	21178	41783	104461	250408	1037247
Alcoutim										3076	3193	6269
Aljezur						3741	29406	34029	6448	9252	19409	102285
Castro Marim	9147	132488	11645	0	1967	744	7430	5226	81812	16271	8092	274822
Faro	139396	44749	27827	1280	123974	89076	0	86768	105185	193391	63691	875337
Lagoa	69296	42406	80391	30906	17230	37636	33106	14780	0	749	114084	440584
Lagos	39685	66010	22044	80091	188228	194677	63317	68674	46023	53866	103768	926383
Loulé	72243	31689	94436	13069	21674	65428	21420	80002	132070	179099	91511	802641
Monchique	2580					735		3218				6533
Olhão	83385	63316	22820	33079	30205	75528	246692	0	69261	0	44320	668606
Portimão	80031	144614	210769	20670	127852	112197	6358	35600	30250	76054	155189	999584
SB Alportel	3350	10476	11986	6990	0	12410	8758	28031	0	4105	8947	95053
Silves	41029	72223	25484	0	0	4199	53418	29724	64125	120143	99661	510006
Tavira	13961	7300	4603	6317	0	0	5776	60207	78274	69196	159895	405529
V. Bispo	8361	7965	13420	3225	8880	37591	22652	110972	5685	33431	5012	257194
VRS António	29324	43298	165895	10097	2871	1204	65377	6408	105520	38813	56413	525220

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Quadro – Área de intervenção, área bruta de construção, área bruta de construção para habitação, número de fogos e áreas cedidas pelos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991/2000, por concelho**

	Total de área de intervenção (m <sup>2</sup> )	Total de á. b. de construção (m <sup>2</sup> )	Área bruta de construção para habitação (m <sup>2</sup> )	Total de fogos	Área cedida (m <sup>2</sup> )			
					Total	Espaços Verdes e de utilização colectiva	Equipamentos de utilização colectiva	Estacionamento público
<b>Algarve</b>	<b>25906025</b>	<b>8309150</b>	<b>7625755</b>	<b>60089</b>	<b>3004739</b>	<b>1634319</b>	<b>825682</b>	<b>544738</b>
Albufeira	3440002	1037247	1030234	8765	380783	173985	132830	73968
Alcoutim	22204	6269	6269	44	8413	6541	926	946
Aljezur	378894	102285	67226	357	26751	4349	18627	3775
Castro Marim	2506027	274822	270568	1886	115654	80739	10210	24705
Faro	1653883	875337	708941	5819	267877	122557	70533	74787
Lagoa	1763744	440584	429113	2420	198641	73682	90067	34892
Lagos	3959498	1145974	1117727	8261	311095	106123	133693	71279
Loulé	3972499	802641	719462	5152	501151	388878	63425	48848
Monchique	20265	6533	6533	33	1390	0	652	738
Olhão	1305830	668606	467247	2855	120941	40582	51544	28815
Portimão	2079073	1155850	1090508	9908	267278	103300	105560	58418
SB Alportel	172271	95053	94325	697	36595	9142	15768	11685
Silves	988894	510006	450875	4109	156425	75381	43213	37831
Tavira	551476	405529	404883	3421	147315	71274	45825	30216
V. Bispo	1403700	257194	259760	1958	140046	98418	32787	8841
VRS António	1687765	525220	502084	4404	324384	279368	10022	34994

**Quadro – Área de intervenção, área bruta de construção, área bruta de construção para habitação, número de fogos e áreas cedidas, pelas Pretensões, por concelhos**

	Total de área de intervenção (m <sup>2</sup> )	Total de á. b. de construção (m <sup>2</sup> )	Área bruta de construção para habitação (m <sup>2</sup> )	Total de fogos	Área cedida (m <sup>2</sup> )			
					Total	Espaços Verdes e de utilização colectiva	Equipamentos de utilização colectiva	Estacionamento público
<b>Algarve</b>	<b>4866758</b>	<b>2326965</b>	<b>2175300</b>	<b>17151</b>	<b>1427541</b>	<b>453188</b>	<b>634463</b>	<b>339891</b>
Albufeira	437085	144453	144453	1122	73399	8696	42132	22571
Alcoutim	88943	19270	19270	130	11283	2652	5620	3011
Aljezur	60426	12729	12729	120	9716	4015	3713	1989
Castro Marim	115269	33951	33951	188	22280	7073	9902	5305
Faro	439083	260200	192638	1913	98725	12439	56186	30100
Lagoa	177364	59709	59709	385	44865	18121	17415	9330
Lagos	1158855	362123	334222	2159	197056	47353	97481	52222
Loulé								
Monchique								
Olhão	451755	266929	257103	1891	145255	30094	74988	40172
Portimão	638990	383100	356927	3096	200006	40133	104104	55770
SB Alportel	41501	41740	41740	192	88326	69630	12174	6522
Silves	457339	247496	227293	1337	155371	53563	66294	35515
Tavira	617439	408286	408286	3954	257238	74360	119083	63795
V. Bispo								
VRS António	182709	86979	86979	664	124019	85060	25369	13590

**Quadro – Áreas cedidas e áreas a ceder para Espaços Verdes, Equipamentos e Estacionamento Público, pelos Alvarás de Loteamento, por concelhos**

	Área para Espaços Verdes			Área para Equipamentos			Área para estacionamento público	
	cedida	a ceder	a ceder	cedida	a ceder	a ceder	cedida	a ceder
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
<b>Algarve</b>	<b>1634319</b>	<b>1588699</b>	<b>1502225</b>	<b>825682</b>	<b>2224179</b>	<b>2103115</b>	<b>544738</b>	<b>1191524</b>
Albufeira	173985	214632	219125	132830	300485	306775	73968	160974
Alcoutim	6541	1306	1100	926	1828	1540	946	979
Aljezur	4349	14005	8925	18627	19607	12495	3775	10504
Castro Marim	80739	56368	47150	10210	78915	66010	24705	42276
Faro	122557	147696	145475	70533	206774	203665	74787	110772
Lagoa	73682	89398	60500	90067	125158	84700	34892	67048
Lagos	106123	232860	206525	133693	326004	289135	71279	174645
Loulé	388878	149888	128800	63425	209843	180320	48848	112416
Monchique	0	1361	825	652	1905	1155	738	1020
Olhão	40582	97343	71375	51544	136280	99925	28815	73007
Portimão	103300	227189	247700	105560	318065	346780	58418	170392
SB Alportel	9142	19651	17425	15768	27511	24395	11685	14738
Silves	75381	93932	102725	43213	131505	143815	37831	70449
Tavira	71274	84350	85525	45825	118091	119735	30216	63263
V. Bispo	98418	54116	48950	32787	75763	68530	8841	40587
VRS António	279368	104601	110100	10022	146441	154140	34994	78450

- (1) – segundo a área bruta de construção: 25 m<sup>2</sup> / 120 m<sup>2</sup> de á. b. c. hab.  
(2) – segundo a moradia unifamiliar: 25 m<sup>2</sup> / fogo  
(3) – segundo a área bruta de construção: 35 m<sup>2</sup> / 120 m<sup>2</sup> de á. b. c. hab.  
(4) – segundo a moradia unifamiliar: 35 m<sup>2</sup> / fogo  
(5) – 1,5 lugar (18,75 m<sup>2</sup>) / 120 m<sup>2</sup> de á. b. c. hab.

**Quadro – Áreas cedidas e áreas a ceder para Espaços Verdes, Equipamentos e Estacionamento Público, pelas Pretensões, por concelhos**

	Área para Espaços Verdes			Área para Equipamentos			Área para estacionamento público	
	cedida	a ceder	a ceder	cedida	a ceder	a ceder	cedida	a ceder
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
<b>Algarve</b>	<b>453188</b>	<b>453188</b>	<b>428775</b>	<b>634463</b>	<b>634463</b>	<b>600285</b>	<b>339891</b>	<b>339890</b>
Albufeira	8696	30094	28050	42132	42132	39270	22571	22571
Alcoutim	2652	4015	3250	5620	5620	4550	3011	3011
Aljezur	4015	2652	3000	3713	3713	4200	1989	1989
Castro Marim	7073	7073	4700	9902	9902	6580	5305	5305
Faro	12439	40133	47825	56186	56186	66955	30100	30100
Lagoa	18121	12439	9625	17415	17415	13475	9330	9330
Lagos	47353	69630	53975	97481	97481	75565	52222	52222
Loulé								
Monchique								
Olhão	30094	53563	47275	74988	74988	66185	40172	40172
Portimão	40133	74360	77400	104104	104104	1E+05	55770	55770
SB Alportel	69630	8696	4800	12174	12174	6720	6522	6522
Silves	53563	47353	33425	66294	66294	46795	35515	35515
Tavira	74360	85060	98850	119083	119083	1E+05	63795	63795
V. Bispo								
VRS António	85060	18121	16600	25369	25369	23240	13590	13590

- (1) – segundo a área bruta de construção: 25 m<sup>2</sup> / 120 m<sup>2</sup> de á. b. c. hab.  
(2) – segundo a moradia unifamiliar: 25 m<sup>2</sup> / fogo  
(3) – segundo a área bruta de construção: 35 m<sup>2</sup> / 120 m<sup>2</sup> de á. b. c. hab.  
(4) – segundo a moradia unifamiliar: 35 m<sup>2</sup> / fogo  
(5) – 1,5 lugar (18,75 m<sup>2</sup>) / 120 m<sup>2</sup> de á. b. c. hab.

## SÍNTESE

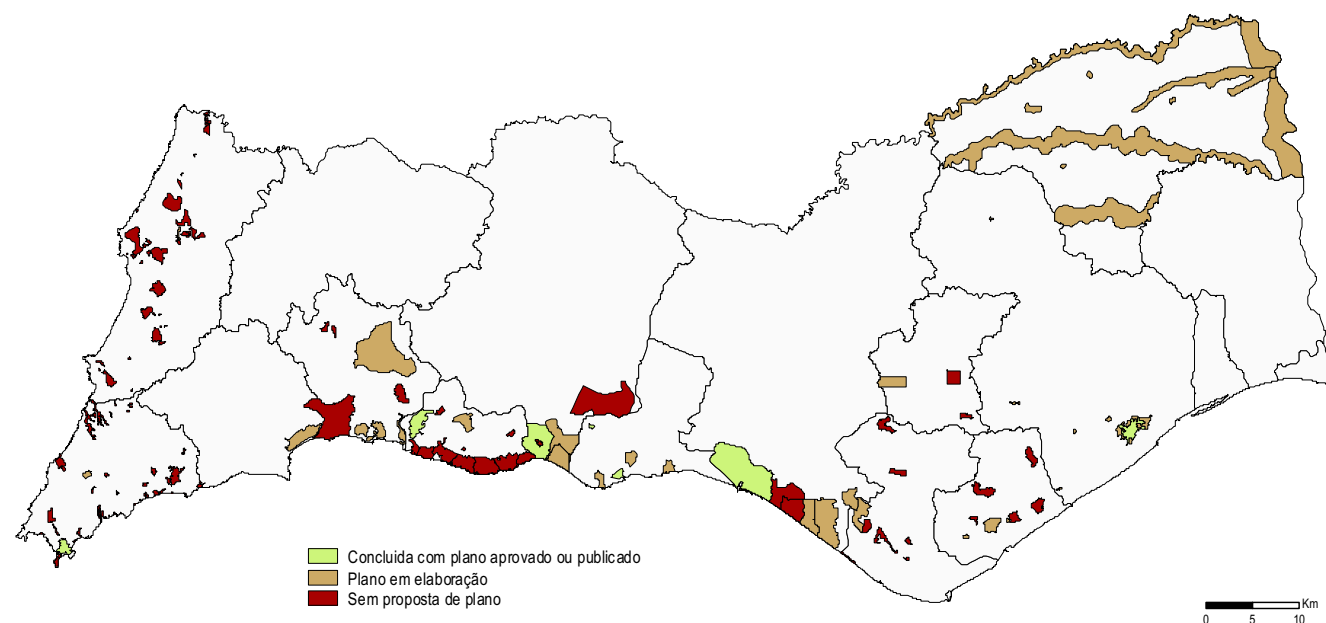
INDICADOR	EVOLUÇÃO / CARACTERIZAÇÃO	CONCELHOS	OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO VERIFICADA NAS PRETENSÕES
<b>Emissão de Alvarás de Loteamento</b>  735 Alvarás de Loteamento (incl. aditamentos e alterações a Alvarás emitidos antes de 1991)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acentuado decréscimo da emissão de Alvarás até meados da década de 90.</li> <li>Retoma do ritmo de emissão a partir de 1996 (inclusive).</li> <li>Ligeiro decréscimo nos anos de 1997 e 1998.</li> <li>Desde 1999 (inclusive) a emissão de Alvarás tem revelado um dinamismo crescente.</li> <li>Em 2001, o número de Alvarás emitido quase igualou o valor de 1991</li> </ul>	<p>Concelhos de maior dinamismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lagos, Loulé, Portimão, Vila Real de Sto. António, Silves, Olhão e Albufeira.</li> </ul> <p>Concelhos de menor dinamismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alcoutim e Monchique</li> </ul>	<p>Contrariando de forma bem vinculada a tendência apontada pelo "Estudo de Avaliação do PROTAL", a dinâmica urbanística não apresenta a tendência de abrandamento que havia sido detectada em meados da década de 90. Na segunda metade da década, ao contrário do que se verificou na primeira, houve um recrudescimento do licenciamento para níveis idênticos aos do início da década de 90:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o número de Alvarás de Loteamento emitidos por ano aumentou desde 1995 e, em 2001, é pouco inferior aos valores do início da década de 90;</li> <li>a área de intervenção licenciada aumentou na segunda metade de década de 90 e apresenta, em 2001, valores maiores do que em qualquer outro ano;</li> <li>a dimensão média do loteamento é superior na segunda metade da década de 90;</li> <li>a área de construção licenciada aumentou na segunda metade da década e assumiu nos três últimos anos (1999, 2000 e 2001) valores maiores do que em qualquer outro ano;</li> <li>a área de construção média do loteamento aumentou consideravelmente na segunda metade dos anos 90.</li> </ul>	<p>Grande volume de pretensões entrado nos últimos anos – 1999, 2000 e 2001 - que não aparenta sinais de abrandamento em 2002, antes pelo contrário; situação que se enquadra no crescimento da dinâmica urbanística que caracteriza a viragem de século (e que parece prolongar-se nos primeiros anos do novo século).</p> <p>Não constituirá surpresa se em 2002 forem emitidos mais Alvarás do que em 2001, mantendo assim a tendência de crescimento.</p> <p>Determinados concelhos – Tavira, Faro, Olhão, S. Brás de Alportel e Silves - apresentam um volume de pretensões comparável ao total de Alvarás emitidos no período 1991 – 2001.</p>
<b>Área de intervenção licenciada</b>  Total dos 11 anos: 25.906.025 m <sup>2</sup> (2.590,6 ha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conheceu o valor mais baixo em 1994 (cerca de 119 ha).</li> <li>Desde aquele ano, tem vindo a aumentar, com excepção dos anos de 1997/1998 e 2000.</li> <li>Em 2001 é superior a qualquer outro ano (354,8 ha).</li> <li>Em 11 anos foram licenciados 2.590 ha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os concelhos de Albufeira, Castro Marim, Lagos e Loulé detêm 53,6% da área de intervenção licenciada nos 11 anos.</li> <li>Os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Monchique e S. Brás de Alportel detêm somente 2,3% da área de intervenção licenciada nos 11 anos.</li> </ul>		<p>A área de intervenção proposta nas pretensões ascende aos 487 ha, cerca de 19% de toda a área de intervenção licenciada pelos Alvarás do período 1991 – 2001.</p> <p>Por exemplo, no concelho de Tavira, a área de intervenção das pretensões analisadas constitui 112% da área de intervenção licenciada pelos Alvarás dos últimos 11 anos. Em Silves, Olhão e Portimão, as percentagens também assumem valores elevados.</p>
<b>Área de construção licenciada</b>  Total dos 11 anos: 7.933.293 m <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conheceu o valor mais baixo em 1994 (1.119.123 m<sup>2</sup>).</li> <li>Retoma o ritmo de crescimento nos dois anos seguintes e regista novo abrandamento nos anos de 1997 e 1998.</li> <li>Nos três últimos anos (1999, 2000 e 2001) aumenta substancialmente a apresenta, nos dois últimos anos, valores superiores a qualquer outro ano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os concelhos de Albufeira, Portimão, Lagos, Faro e Loulé detêm 58,5% do total da área de construção licenciada nos 11 anos.</li> <li>Os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Monchique e S. Brás de Alportel detêm somente 2,6% da área de construção licenciada nos 11 anos.</li> </ul>		<p>A área de construção proposta pelas pretensões ascende aos 2.326.965 m<sup>2</sup>, cerca de 29% de toda a área de construção licenciada pelos Alvarás emitidos entre 1991 e 2001.</p> <p>Em determinados concelhos, essa relação assume valores extremamente elevados como, por exemplo, em Tavira (100%), Silves (48,5%), S. Brás de Alportel (44%), Olhão (40%), Lagos (39%) e Portimão (38%).</p>
<b>Inserção nas Z.O.U.</b>  Total dos 11 anos: 68,4% dos Alv. Lot. 44,4% da Ár. Interv.	<p>N.º de Alvarás de Loteamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>evolução globalmente positiva, com o decorrer da década;</li> <li>a partir de 1995 nota-se uma maior ocorrência da localização dos licenciamentos em Z.O.U.;</li> <li>a tendência parece ter vindo a perder expressão nos últimos anos (1999 e 2001).</li> </ul> <p>Área de Intervenção: ausência de um padrão cronológico claro, após os anos de 1994 e 1995, não se regista inequivocamente uma maior inserção;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>aumento, em 1995 e 1996, da área licenciada dentro das Z.O.U., decréscimo em 1997;</li> <li>alcança o valor mais elevado em 1998 e volta a descer em 1999;</li> <li>ligeiro aumento em 2000 e novo decréscimo em 2001.</li> </ul>	<p>N.º de Alvarás de Loteamento:</p> <p>A grande maioria dos concelhos apresenta entre 60 e 80% dos Alvarás de Loteamento totalmente inseridos nas Z.O.U., excepto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Silves, Lagos, Lagoa e Albufeira, com menos de 60%;</li> <li>Vila Real de Sto. António e Faro com mais de 80%.</li> </ul> <p>Área de Intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Castro Marim, Albufeira, Lagoa, Vila Real de Sto. António, Silves e Lagos destacam-se claramente por serem aqueles onde a área licenciada integralmente dentro das Z.O.U. foi muito baixa (entre os 20 e os 40% do total a área licenciada);</li> <li>Castro Marim, Vila Real de Sto. António e Alcoutim destacam-se claramente por serem os concelhos onde a área licenciada integralmente fora das Z.O.U. assumiu os valores mais elevados: 56, 54 e 49%, respectivamente.</li> </ul>	<p>A tendência, já apontada pelo "Estudo de Avaliação do PROTAL (1989 - 1996) - Relatório Final", para uma difusão da rede urbana da Região surge claramente reforçada, fazendo mesmo prever um novo desenho da rede urbana regional: a constituição, no litoral meridional, de grandes manchas urbanas polinucleadas.</p>	<p>De uma forma geral, as Pretensões estão mais circunscritas às Zonas de Ocupação Turísticas do que os Alvarás de Loteamento, embora ainda aquém do que seria desejável.</p> <p>Globalmente, cerca de 70% das Pretensões estão totalmente inseridas nas Z.O.U., o que não é uma melhoria muito significativa relativamente aos Alvarás, mas cerca de 82,5% da área de intervenção está agora nesta situação (consideravelmente mais do que nos Alvarás).</p>
<b>Uso Dominante</b>	<p>Fundamentalmente o uso habitacional (94% dos Alvarás).</p> <p>Os outros usos têm muito pouca expressão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Comércio e Serviços – 2,7%;</li> <li>Indústria e Armazéns – 2,4%;</li> <li>Equipamentos – 0,5%.</li> </ul> <p>A área de construção para habitação representa 91,8% do total da área de construção licenciada.</p>	<p>Os usos não-habitacionais concentram-se fundamentalmente nos concelhos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Loulé;</li> <li>Faro;</li> <li>Olhão;</li> <li>Portimão;</li> <li>Silves.</li> </ul> <p>Os concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo apresentam exclusivamente o uso habitacional</p>	<p>Domínio dos empreendimentos compostos exclusivamente por construção de 1 e 2 pisos (moradias): 61,6%.</p> <p>Empreendimentos compostos exclusivamente por edifícios: 18,1%</p> <p>Empreendimentos compostos exclusivamente por torres: 6,5%</p>	<p>Persiste claramente dominante o uso habitacional (93,9% das pretensões).</p> <p>Os outros usos têm muito pouca expressão e estão confinados a 5 concelhos - Faro, Lagos, Olhão, Portimão e Silves. Nos restantes concelhos o uso dominante é exclusivamente o uso habitacional.</p> <p>A área de construção para habitação representa 93,5% do total da área de construção prevista.</p>
<b>Número de fogos</b>  Total dos 11 anos: 60.089 fogos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumenta entre 1991 e 1993.</li> <li>Decresce em 1994.</li> <li>Regista novo aumento nos anos de 1995 e 1996.</li> <li>Decresce em 1997 e atinge o valor mais baixo da década (3.433 fogos).</li> <li>Regista um aumento acentuado desde 1998 e atinge o valor mais elevado da década em 2001 (10.786 fogos).</li> </ul>	<p>Os concelhos de Albufeira, Faro, Lagoa e Portimão detêm 55% dos fogos.</p> <p>Os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Monchique e S. Brás de Alportel detêm somente 1,9% dos fogos</p> <p>As maiores densidades (fogos / área de intervenção) ocorrem nos concelhos de Tavira, Portimão, Silves, S. Brás de Alportel e Faro.</p> <p>As menores densidades ocorrem nos concelhos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aljezur e Castro Marim – domínio da moradia unifamiliar;</li> <li>Loulé e Lagoa - a existência de grandes áreas para espaços verdes e espaços verdes e equipamentos, respectivamente.</li> </ul>	<p>Predomínio da concentração de fogos em empreendimentos compostos exclusivamente por edifícios e torres (38,5%).</p> <p>Somente 25,6% dos fogos estão em empreendimentos compostos exclusivamente por moradias.</p>	<p>As pretensões apontam para um total de 17.151 fogos, o que representa 28,5% dos fogos afectos aos Alvarás.</p> <p>No concelho de Tavira, por exemplo, o número de fogos previsto nas pretensões ultrapassa o número de fogos afecto aos Alvarás. Em Olhão acerca-se dos 66%.</p> <p>Predomínio da concentração de fogos em empreendimentos compostos exclusivamente por edifícios (35,8%) e torres (19,5%). Apenas 14,3% dos fogos se concentram em empreendimentos compostos exclusivamente por moradias.</p> <p>Relativamente aos Alvarás, maior concentrações de fogos em construções de 3 e mais pisos.</p>
<b>População Prevista</b>  Total dos 11 anos: 207.826 habitantes		<p>Maior crescimento percentual relativamente à população residente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Vila do Bispo: 184%</li> <li>Lagos: 113%</li> <li>Castro Marim: 104%</li> <li>Albufeira: 93%</li> <li>Vila Real de Sto. António: 76%</li> <li>Portimão: 70%</li> </ul>	<p>Tendo em consideração efectivo crescimento demográfico da região no período intercensitário - 53.804 habitantes -, constatamos que este crescimento populacional apenas "ocupa" 25% da oferta de fogos licenciada.</p> <p>Como tal, infere-se que a grande maioria dos fogos previstos se destina essencialmente para a habitação de segunda residência (uso sazonal/secundário).</p>	<p>A população afecta às pretensões cifra-se nos 60.324 habitantes para o total da região; cerca de 30% do total da população considerada na totalidade dos Alvarás de Loteamento do período 1991 – 2001.</p> <p>Somente o valor da população prevista nas pretensões supera o crescimento demográfico que a região conheceu na década de 90.</p> <p>O crescimento efectivo da população apenas representa 20,1% da lotação que a nova construção (Alvarás de Loteamento e pretensões) pode albergar.</p>
<b>Cedências</b>  Esp. Verdes: 163,4 ha Equipamentos: 82,6 ha Estac. Público: 54,5 ha	<p>Áreas a ceder, de acordo com a Portaria 1182/92:</p> <p>Espaços Verdes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>25 m<sup>2</sup> / 120 m<sup>2</sup> a. b. construção: 158,9 ha</li> <li>25 m<sup>2</sup> / fogo (mor. Unifamiliar): 150,2 ha</li> </ul> <p>Equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>35 m<sup>2</sup> / 120 m<sup>2</sup> a. b. construção: 222,4 ha</li> <li>35 m<sup>2</sup> / fogo (mor. Unifamiliar): 210,3 ha</li> </ul> <p>Estacionamento público:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>18,75 m<sup>2</sup> / 120 m<sup>2</sup> a. b. construção: 119,1ha</li> </ul>	<p>Cedência para Espaços Verdes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>insuficiente fundamentalmente nos concelhos de Olhão, Portimão e Lagos.</li> </ul> <p>Cedência para Equipamentos de utilização colectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>insuficiente em todos os concelhos, particularmente em Vila Real de Sto. António e Castro Marim.</li> </ul> <p>Cedência para Estacionamento público:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>aceitável em Alcoutim, S. Brás de Alportel e Monchique;</li> <li>manifestamente insuficiente em Vila do Bispo, Portimão, Aljezur e Olhão.</li> </ul>	<p>Em termos regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>as áreas cedidas para Espaços Verdes e de utilização colectiva são ligeiramente superiores às estipuladas pela Portaria;</li> <li>as áreas cedidas para Equipamentos de utilização colectiva estão muito aquém das estipuladas pela Portaria;</li> <li>as áreas cedidas para Estacionamento público estão muito aquém das estipuladas pela Portaria.</li> </ul> <p>Com excepção de Loulé (por força das cedências para espaços verdes) e Alcoutim, há um generalizado défice de áreas cedidas.</p>	<p>Em termos regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o total de área cedida para Espaços Verdes e de utilização colectiva está em conformidade com a Portaria (com excepção dos concelhos de Lagos, Silves, Alcoutim e S. Brás de Alportel);</li> <li>o total de área cedida para equipamentos de utilização colectiva continua aquém das estipuladas pela Portaria (particularmente nos concelhos de S. Brás de Alportel, Silves e Tavira);</li> <li>o total de área cedida para estacionamento público é claramente insuficiente.</li> </ul> <p>Fazendo um balanço global das cedências previstas nas pretensões nota-se, embora aquém do que seria desejável, uma ligeira melhoria relativamente aos Alvarás de Loteamento.</p>

## 5.3.3- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (U.O.P.G.)

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, delimitadas nos Planos Directores Municipais, demarcam áreas de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência, a serem tratadas a um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução. O PDM deve definir para as UOPG os parâmetros que enquadram estudos subsequentes com a flexibilidade necessária aos objectivos a atingir (*in Vocabulário do Ordenamento do Território, n.º 5, DGOTDU*). Constituem, portanto, áreas susceptíveis de alteração de uso e serão sujeitas a Planos de Urbanização ou de Pormenor a ratificar nos termos da legislação em vigor.

O número total de UOPG previstas na Região do Algarve é, aproximadamente, de 145 (Mapa 1), das quais 11 consistem em intervenções de ordenamento em praias (concelho de Vila do Bispo). Merece destacar que nem todos os Regulamentos dos PDM mencionam o carácter/ função das UOPG: alguns identificam a sua vocação em termos gerais (agrícola, turística, de urbanização e de reconversão, industrial, de equipamentos, etc.), verificando-se ainda outra situação, designadamente nos concelhos de Vila do Bispo e de Tavira, em que são listadas ao nível do regulamento as UOPG objecto de planos municipais de ordenamento do território, não se verificando a sua delimitação precisa nas respectivas Cartas de Ordenamento.

Mapa 1 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão Previstas nos Planos Directores Municipais



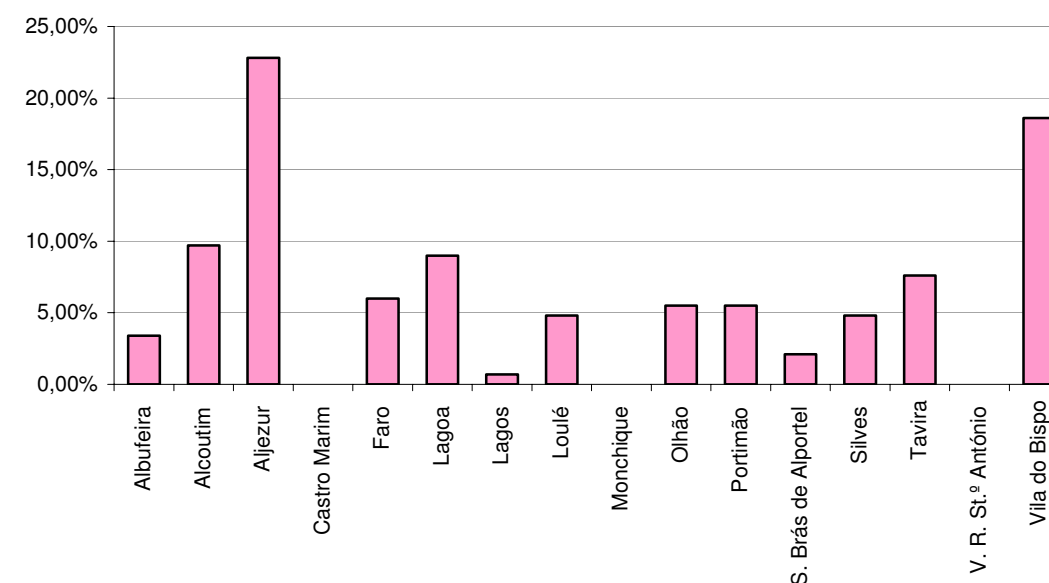
Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

Da análise efectuada salienta-se que os concelhos de Silves e Alcoutim são abrangidos, praticamente na sua totalidade, por unidades operativas de planeamento e gestão. Contudo, afigura-se que a UOPG 5 que integra solos inter-ribeiras (entre as ribeiras de Vascão e de Foupanas, entre as ribeiras de Foupanas e de Odeleite e a sul da ribeira de Odeleite) no concelho de Alcoutim, e as UNOP IV (zona do barrocal) e V (zona da serra) que ocorrem no concelho de Silves, pela sua dimensão não se enquadram no conceito de UOPG atrás apresentado.

Com excepção de Castro Marim, Monchique e Vila Real de Stº António, todos os restantes concelhos do Algarve (13) identificam UOPG.

Aljezur é o concelho que delimita o maior número de UOPG, seguindo-se-lhe Vila do Bispo, Alcoutim, Lagoa e Tavira, que detêm, respectivamente 22 %, 19 %, 10 %, 9 % e 8 % do total regional (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição das UOPG por Concelho



Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

Para as várias UOPG, o instrumento de gestão territorial escolhido pelas autarquias para melhor disciplinar a ocupação do solo é o Plano de Pormenor.

Dos cerca de 46 planos elaborados ou em fase de elaboração para as unidades territoriais em estudo, 29 são Planos de Pormenor, estando 25 em elaboração e apenas 2 aprovados e 2 publicados. Os restantes 17 são Planos de Urbanização, 13 dos quais em processo de elaboração, 1 aprovado e 3 publicados (Quadro 1).

Quadro 1 – Situação dos Planos de Pormenor e Planos de Urbanização elaborados para as UOPG

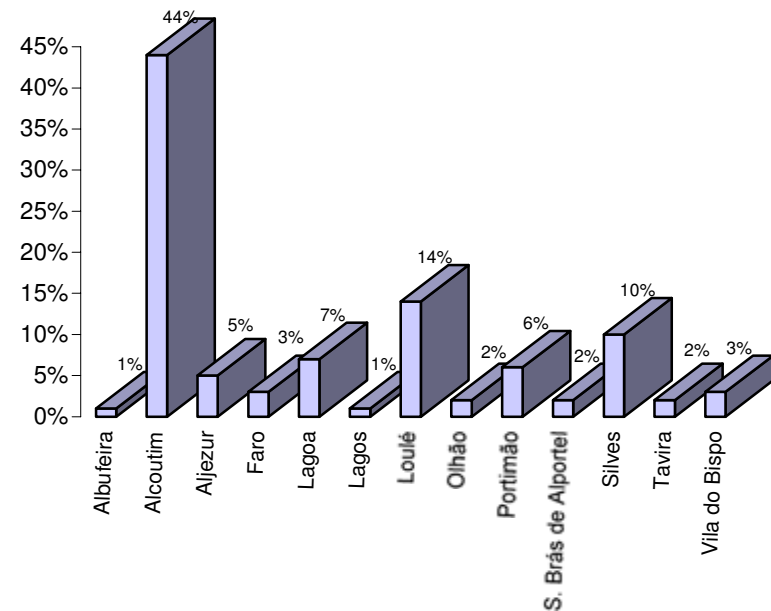
Planos	Situação			
	Em elaboração	Aprovados	Publicados	Total
PP	25	2	2	29
PU	13	1	3	17
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>46</b>

A partir destes dados infere-se que cerca de 2/3 das UOP ainda não foram sujeitas a qualquer tipo de Plano, podendo, no entanto, estar em curso estudos com vista à concretização dos mesmos por parte dos Municípios.

Decorre de uma outra análise que o concelho de Alcoutim sobressai como o que tem maior área afectada a UOPG (Gráfico 2), sendo no entanto de referir que para esta apreciação não foram consideradas as UNOP IV e V cartografadas na Planta de Ordenamento do PDM do concelho de Silves e a UOPG 5 delimitada no concelho de Alcoutim atendendo a que não se enquadram, em rigor, no conceito corrente de Unidade Operativa de Planeamento e Gestão. As UOPG designadas no Regulamento do PDM de Vila do Bispo como “sujeitas a outro tipo de estudo”, nomeadamente as áreas E.2 (plano de salvaguarda do núcleo tradicional de Vila do Bispo), E.3 (plano de salvaguarda do núcleo tradicional da Raposeira) e E.4 (plano de salvaguarda do núcleo tradicional de Budens) também não foram objecto de cálculo, para evitar a duplicação do mesmo espaço, visto que se sobrepõem com as áreas urbanas das UOPG sujeitas a Planos de Pormenor (PP.1- área de expansão de Vila do Bispo, PP.2 – área de expansão de Budens e PP.5 – área de expansão de Raposeira) incluídas nesta análise.



Gráfico 2 – Áreas Afectas às UOPG por Concelho



Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

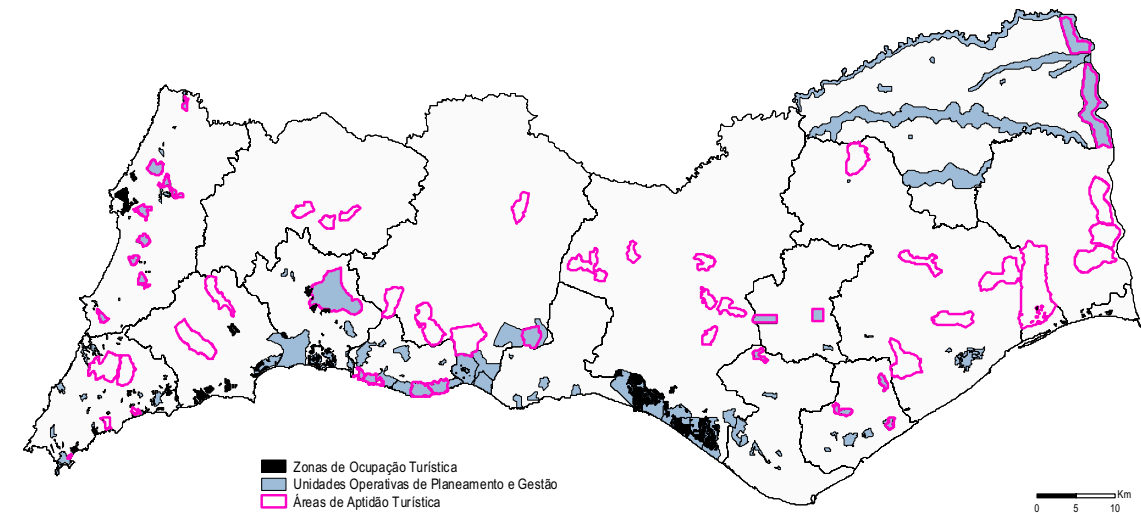
A grande maioria das UOPG localizam-se preferencialmente no litoral, sendo de realçar que nos concelhos de Lagoa, Loulé e Silves, as UOPG formam um contínuo ao longo das respectivas faixas litorais (cerca de 7800 ha).

Face à informação disponível, sublinha-se que do total das áreas delimitadas como UOPG (excluindo a UOPG 5 do concelho de Alcoutim e as UNOP IV e V do concelho de Silves), estima-se que cerca de 8% são abrangidas por Planos de Pormenor e Planos de Urbanização publicados, 3% por planos aprovados, 59% por planos em elaboração e a restante área - 30% - até ao momento não terá sido sujeita a quaisquer propostas de plano.

Na sequência da análise dos Regulamentos dos PDM, sintetizou-se um conjunto de informação relativa às funções, vocações e descrições de cada UOPG, pelo que se procedeu à criação de cerca de nove categorias analíticas por forma a melhor sistematizar esses elementos e permitir encontrar um padrão em termos do destino regulamentado para aquelas áreas, ainda que para aproximadamente 45% das UOPG não sejam mencionadas quaisquer funções ou descrição do motivo da sua delimitação.

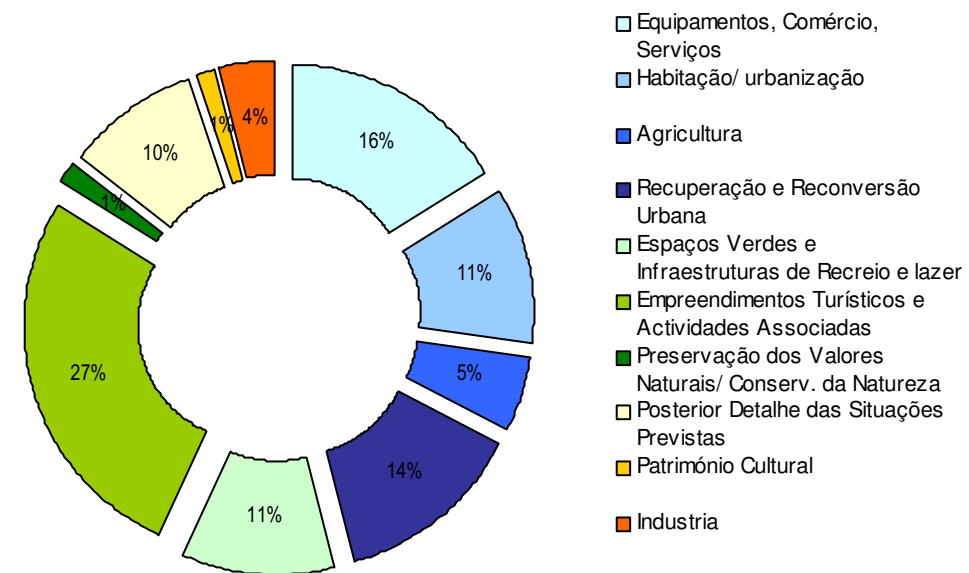
Das várias categorias criadas (nomeadamente: “áreas para equipamento, comércio e serviços”, “habitação/urbanização”, “agricultura”, “recuperação e reconversão urbana”, “espaços verdes, infraestruturas de recreio e lazer”, “empreendimentos turísticos e actividades associadas”, “preservação dos valores naturais/ conservação da natureza”, “detalhe das situações previstas com a posterior elaboração de PMOT”, “património cultural” e “indústria”), verifica-se que a maior percentagem da vocação/ destino das UOPG fixa-se na categoria “empreendimentos turísticos e actividades associadas” – perfazendo cerca de 27%. Esta conclusão é reforçada na medida em que cerca de duas dezenas de UOPG se sobrepõem com Áreas de Aptidão Turística e cerca de dezasseis UOPG interceptam com Zonas de Ocupação Turística (Mapa 2). Posteriormente, a vocação referida nos Regulamentos dos PDM com maior frequência é a de “equipamentos, comércio e serviços” (16%), e a de “recuperação e reconversão urbana” (14%), seguida das vocações “habitação/ urbanização” e “espaços verdes e infraestruturas de recreio e lazer” – ambas com 11%. Muito próxima destes valores está a percentagem referente à categoria designada por “detalhe das situações previstas com a posterior elaboração dos PMOT” (10%). As vocações com ocorrências pouco significativas traduzem-se pelas seguintes categorias: “agricultura” (5%), “indústria” (4%), “património cultural” (1%) e “preservação dos valores naturais/ conservação da natureza” (1%) - vide Gráfico n.º 3.

Mapa 2 – Áreas de Aptidão Turística, Zonas de Ocupação Turística e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão delimitadas nos PDM



Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

Gráfico 3 - Síntese das Funções / vocações das UOPG enunciadas nos Regulamentos dos PDM



Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

Da apreciação efectuada às diversas classes de espaços das UOPG, conclui-se que a área urbana obtém a maior percentagem destas unidades de planeamento (23%), seguida de perto pelas áreas classificadas como “espaços naturais” (20%) - correspondentes às áreas nas quais se privilegia a protecção de recursos naturais e a sua salvaguarda e valorização (linhas de água, cabeceiras de linhas de água, áreas com risco de erosão, zonas ameaçadas pelas cheias, áreas de máxima infiltração, áreas de salvaguarda do património geológico e também áreas classificadas objecto de protecção especial) – Gráfico 4.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os espaços urbanizáveis (17 %), cujas áreas podem vir a adquirir as características dos espaços urbanos, geralmente designados por áreas de expansão, detêm um valor percentual igual ao verificado nos espaços agrícolas (17 %), que abrangem zonas com características adequadas à actividade agrícola. Refira-se de igual modo que os espaços florestais (8 %), onde é interdita qualquer alteração do uso que diminua as suas potencialidade para a produção de produtos florestais, também assumem um valor relativamente alto quando comparado com o valor dos espaços destinados à construção de novas áreas residenciais e respectivas funções complementares (espaços urbanizáveis).

Os espaços industriais, definidos pela instalação de unidades industriais/ comerciais incompatíveis com a função urbana, e espaços destinados a equipamentos, detêm respectivamente 2 % e 5 %.

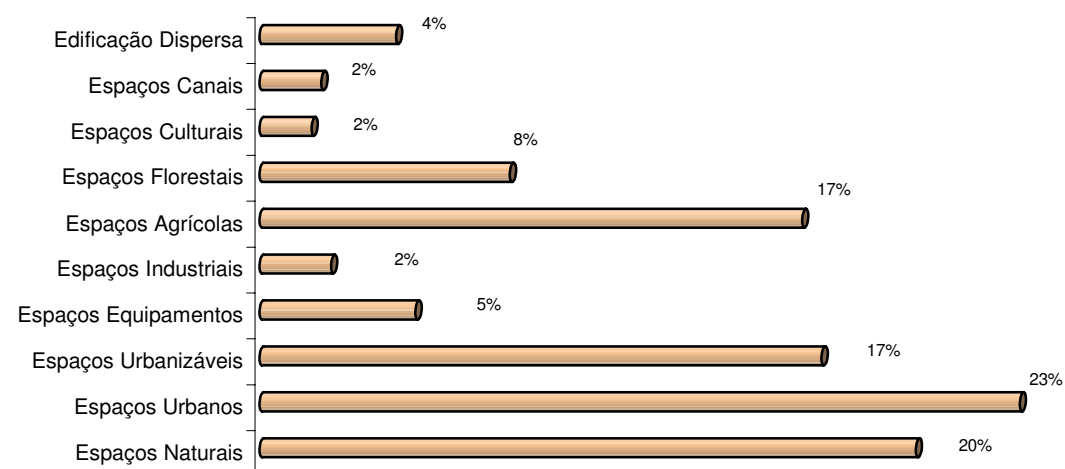
As áreas afectas à edificação dispersa, designadas como espaços urbanos que, pela sua dimensão, carecem de estruturação, sendo a sua ocupação admissível se se submeterem a determinados parâmetros urbanísticos, assumem 4 % dos espaços que interceptam com as UOPG.

Os espaços canais (2 %) e os espaços culturais (igualmente 2 %) são aqueles com menor percentagem dentro das UOPG. Os primeiros correspondem a corredores activados por infraestruturas e têm o efeito de barreira física dos espaços que os marginam. Os espaços culturais integram áreas nas quais se privilegia a protecção e a salvaguarda dos valores arqueológicos, arquitectónicos e urbanísticos.

É ainda de mencionar que 45 % das áreas das UOPG da região do Algarve têm o estatuto de espaços não urbanizáveis e seguem o regime de uso, ocupação e transformação do solo definido na Carta de Ordenamento (espaços culturais, florestais, agrícolas e naturais) e no Regulamento do respectivo PDM.

- a maior percentagem das UOPG tem como vocação o turismo (27 %);
- cerca de duas dezenas de UOPG regionais sobrepõem-se com Áreas de Aptidão Turística e aproximadamente dezasseis UOPG interceptam com Zonas de Ocupação Turística;
- ao nível das classes de espaço, são os espaços urbanos (23 %) que detêm a maior percentagem de área das UOPG. Contudo, os espaços naturais possuem um valor percentual bastante próximo (20 %);
- 55 % das áreas das UOPG são passíveis de ser urbanizadas, e os restantes 45 % têm o estatuto de espaços não urbanizáveis, sendo a alteração de solo urbano em solo rural extremamente condicionada, tendo presente nomeadamente a redacção do n.º 3 do art.º 72.º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, a qual refere que: “ a reclassificação do solo urbano tem carácter excepcional sendo limitada aos casos em que tal for comprovadamente necessário face à dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística.”

Gráfico 4- Identificação das Classes de Espaço que Interceptam com as UOPG Definidas nos PDM



Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

Face ao exposto, conclui-se que:

- os critérios que presidiram à demarcação das UOPG não foram uniformes;
- do número total de UOPG previstas nos PDM da região do Algarve, a grande maioria localiza-se no concelho de Aljezur (22 %) e Vila do Bispo (19 %);
- 2/3 das UOPG ainda não foram sujeitas a qualquer Plano de Pormenor ou de Urbanização;
- destaca-se o concelho de Alcoutim como o que tem maior área afectada a UOPG (44 %);
- os municípios, aquando da elaboração dos PDM, não definiram qualquer programa para aproximadamente 45% das UOPG;

### 5.3.4- Áreas de Aptidão Turística

#### Nota Introdutória

As Plantas de Ordenamento dos Planos Directores Municipais (PDM) demarcam Áreas de Aptidão Turística (AAT), em ordem à posterior delimitação dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT).

Segundo o Despacho Conjunto do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (SEALOT) e do Secretário de Estado do Turismo (SET), datado de 16 de Dezembro de 1992, as áreas de aptidão turística deveriam localizar-se preferencialmente na área de influência dos centros urbanos a que o PROTAL atribuiu a função T – desenvolvimento/ reforço da actividade turística.

O Despacho acima referido salienta igualmente que, para efeitos de delimitação das AAT, deve ser previamente fixado um limite máximo em número de camas/ número de habitantes para o somatório dos NDT a implementar no concelho. Até à aprovação dos NDT, as AAT têm o estatuto de espaços não urbanizáveis e seguem o regime de uso, ocupação e transformação do solo definido na Planta de Ordenamento, Carta de Condicionantes e Regulamento dos respectivos Planos Directores Municipais.

A delimitação dos NDT deve respeitar, de acordo com o Despacho Conjunto referido e com o art.º 23.º do Decreto-Regulamentar n.º 11/91, de 21 de Março, os seguintes princípios:

- não integrar áreas pertencentes a parques ou reservas naturais;
- não afectar mais de 25% de cada AAT;
- a área urbanizável não pode exceder 30% da área total do núcleo;
- cada conjunto ou aldeamento turístico não deve possuir uma área de intervenção inferior a 25 ha;
- a densidade populacional não pode exceder 60 habitantes por hectare. Todavia, se os NDT coincidirem com zonas imperativas a densidade populacional não pode ultrapassar os 25 habitantes por hectare;
- a estrutura urbana e construções deverão apresentar-se concentradas de forma a evitar o alastramento urbano;
- os núcleos não podem agrupar-se formando contínuos urbanos;
- as áreas urbanizáveis afectas a empreendimentos turísticos serão definidas através de planos de pormenor / planos de urbanização, que se deverão implementar obrigatoriamente para cada NDT;
- a aprovação dos núcleos de desenvolvimento turístico carece de ratificação dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e do Comércio e Turismo (os quais, na actual Orgânica do Governo, correspondem aos *Ministros das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, e da Economia*);
- cada NDT poderá ser constituído por um ou mais empreendimentos, desde que articulados entre si por uma rede coerente de infra-estruturas, nomeadamente viárias.

A DRAOT-Algarve, no sentido de clarificar conceitos, uniformizar critérios a nível regional e, assim, contribuir para a elaboração dos Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP), instrumentos de gestão territorial da competência das Câmaras Municipais (e cujo acompanhamento, enquadramento e apreciação é da competência das Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), produziu um documento de trabalho (Junho 2002) que considerava os seguintes princípios:

- A proporção de camas turísticas que integram os NDT deverá ser superior a 70% e, conseqüentemente, o número de camas não turísticas não deverá ultrapassar os 30%. Como referência para estes valores é de atender ao disposto no n.º 1 do art.º 30.º, do Decreto Regulamentar n.º 36/97, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º

16/99, de 18 de Agosto - que regulamenta os estabelecimentos hoteleiros – o qual refere que “nos hotéis-apartamentos pelo menos 70% das unidades de alojamento devem estar afectas à exploração turística do empreendimento.”

- A densidade populacional de um NDT / aglomerado urbano deverá aferir-se com base no número de habitantes por cada tipologia de unidades turísticas acordado, em tempo, entre a Comissão de Coordenação da Região do Algarve e a Direcção Geral de Turismo, não podendo exceder os 60 habitantes por hectare (alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º, do Decreto Regulamentar n.º 11/91, de 21 de Março), designadamente:

#### Densidade Populacional para Unidades Turísticas

Tipologia de Fogos	N.º de Habitantes
T0	1,5
T1	2,5
T2	3,5
T3	5
T4	6
*Tn	n + 1,5

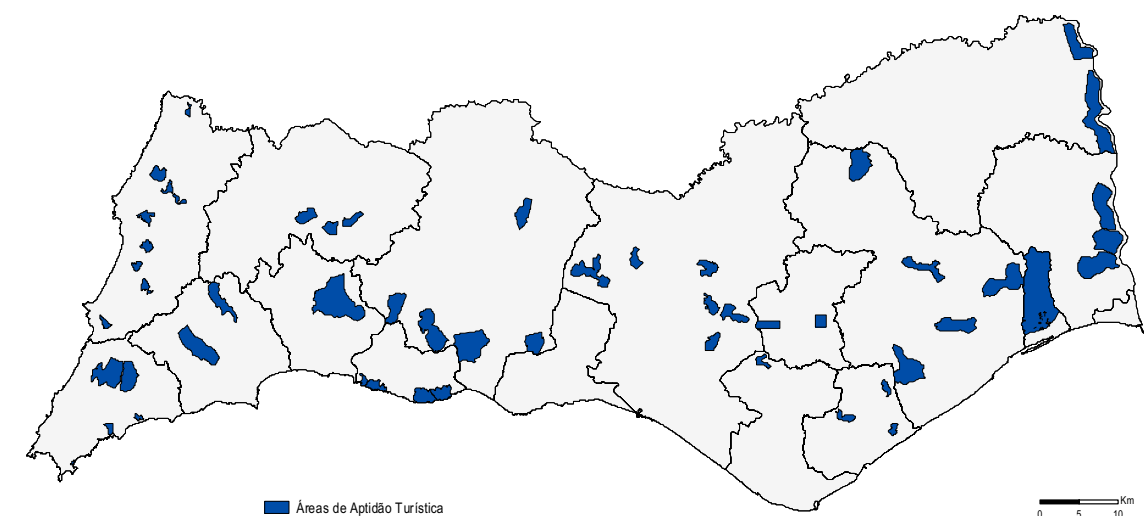
\* com arredondamentos a partir da tipologia T3

- Quanto ao número de habitantes para os fogos habitacionais, estes Serviços adoptam a referência que resulta dos Censos de 2001 – Dados Provisórios, que se aproxima dos 3.01 habitantes / fogo.

#### Análise das Áreas de Aptidão Turística e Respective Núcleos de Desenvolvimento Turístico nos Concelhos da Região do Algarve

A nível regional, as AAT apresentam uma distribuição praticamente uniforme, com um razoável equilíbrio ao nível do litoral, barrocal e serra.

Mapa 1 – Localização das AAT Previstas nos PDM da Região Algarvia



Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

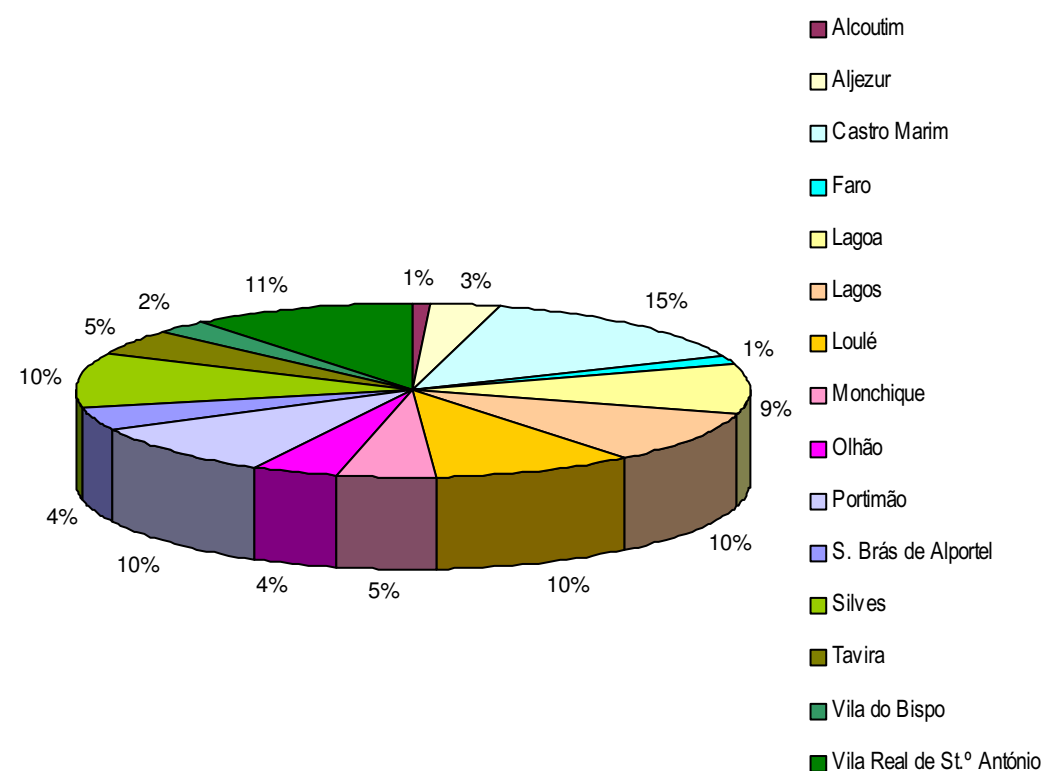
<sup>1</sup> Aproximação, por excesso, ao número apurado através do total de alojamentos familiares de residência habitual no Algarve e do total da população residente no Algarve (dados provisórios dos Censos de 2001).

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os PDM dos concelhos de Albufeira e de Vila Real de St.º António são os únicos que não cartografam AAT e, por conseguinte, não indicam um número máximo de camas. Porém, o Regulamento do PDM de Vila Real de St.º António estabelece que na Zona da Serra e nas Zonas Agrícolas 3 é permitida a localização de NDT, tendo o PU das Sesmarias definido uma AAT com um limite de 5 600 camas, que corresponde à freguesia de Cacela exceptuando as zonas urbanas, turísticas e as áreas afectas ao Parque Natural da Ria Formosa, correspondendo a 4000 ha.

Da análise efectuada em relação à distribuição do número total de camas turísticas previstas nas AAT dos PDM (51 175), é de concluir que a maior percentagem regista-se no concelho de Castro Marim (15 %), seguindo-se-lhe Vila Real de St.º António (11 %). Por outro lado, os territórios concelhios de Alcoutim, Faro e Vila do Bispo são aqueles onde se verifica menor percentagem de camas turísticas, obtendo respectivamente 1 %, 1 % e 2 %.

Gráfico 1 - Distribuição do Número de Camas Turísticas Previstas nas AAT, por Concelhos, na Região

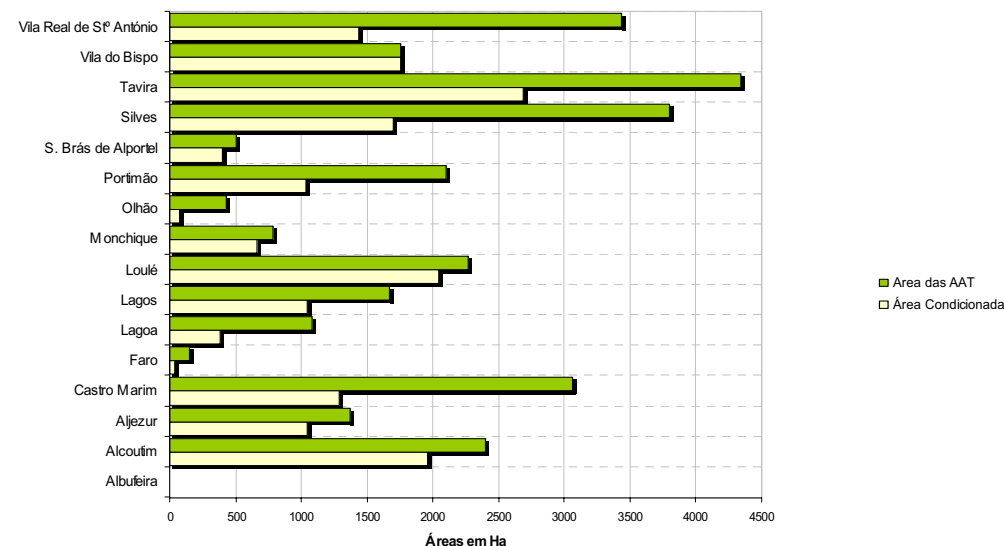


Fonte: Regulamento dos PDM dos concelhos da Região do Algarve

Relativamente à área ocupada pelo total das AAT nos vários concelhos, verifica-se que o concelho de Tavira é o que detém o valor percentual mais elevado (17 %). O concelho de Silves cifra-se nos 15 % e seguidamente o concelho de Castro Marim totaliza cerca de 12 % do total regional daquelas áreas. Faro, para além de contabilizar a menor percentagem de camas previstas nas AAT (1 %) é também o concelho que assinala menor área destinada a AAT (1 %), seguido dos concelhos de S. Brás de Alportel e Olhão, ambos com 2 % (Gráfico 2).

Da leitura do Gráfico 2 conclui-se ainda que a área das AAT delimitadas no concelho de Vila do Bispo está totalmente condicionada por Áreas da REN/ Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Rede Natura. Sublinha-se ainda que os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Loulé, Monchique e S. Brás de Alportel detêm uma percentagem de área condicionada no interior das AAT superior a 75 % e apenas o concelho de Olhão regista um valor percentual inferior a 20 %.

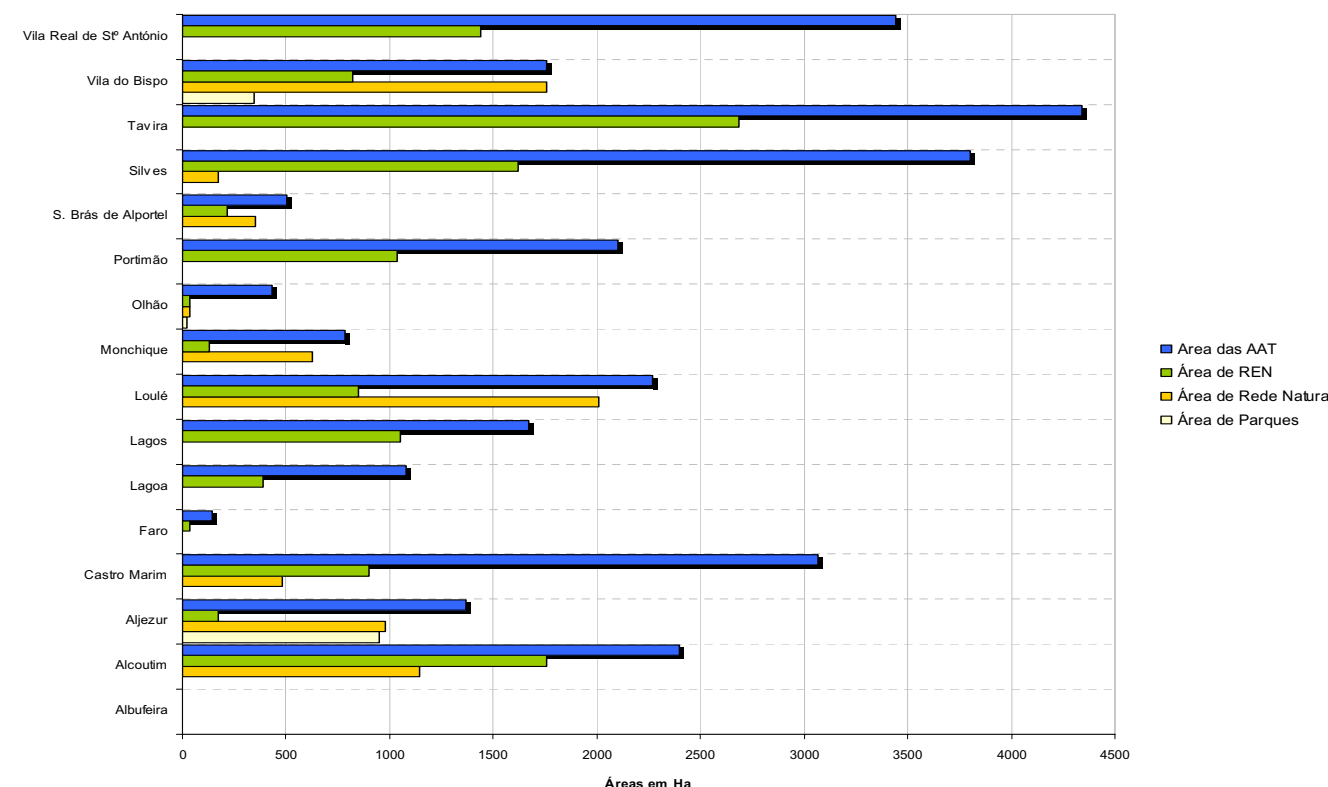
Gráfico 2 – Áreas Afectas às AAT e Áreas Condicionadas por Concelho<sup>2</sup>



Fonte: Cartas de Ordenamento e de Condicionantes dos PDM da Região do Algarve

Segundo a informação apresentada no Gráfico 3, facilmente se infere que, das condicionantes analisadas, a REN, é a que incide com maior expressão nas áreas das AAT, seguida da Rede Natura e, com muito menor importância, das Áreas Protegidas. Efectuando a apreciação ao nível da variável concelho, esta ordem é alterada em Aljezur, Loulé, Monchique, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo, sendo que as áreas que interceptam com a Rede Natura são largamente superiores às áreas abrangidas pela REN (Mapa 2).

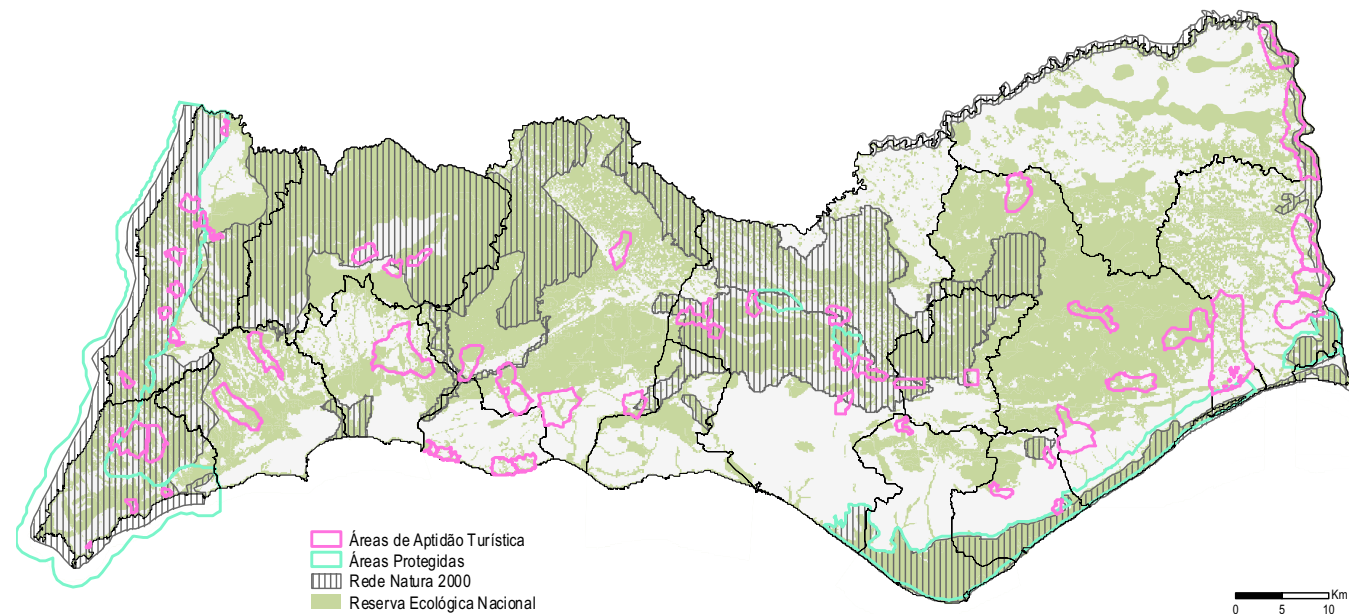
Gráfico 3 – Área das AAT Afecta à REN, Rede Natura e Parque Natural, por Concelho



Fonte: Cartas de Ordenamento e de Condicionantes dos PDM da Região do Algarve

<sup>2</sup> As áreas condicionadas em referência não integram as áreas da Reserva Agrícola Nacional em virtude das mesmas não estarem disponíveis nestes Serviços em suporte digital.

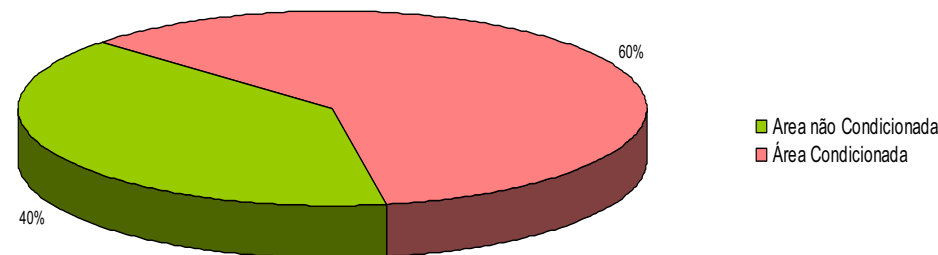
Mapa 2: Sobreposição das AAT com as Condicionantes Legais



Fonte: Câmaras Municipais – Planos Directores Municipais, Instituto da Conservação da Natureza e Organismos Precedentes

No cômputo geral, e com base no gráfico 4, é de sublinhar que a grande maioria das áreas que integram as AAT são, de facto, áreas condicionadas (60 %).

Gráfico 4 – Áreas das AAT Condicionadas e Não Condicionadas



Fonte: Cartas de Condicionantes dos PDM do Algarve

Após a análise do Quadro 1 é possível reter que das 51 AAT cartografadas nos PDM regionais, apenas a AAT 1 e a AAT 3 do concelho de Castro Marim possuem NDT com PP ratificados pelo Conselho de Ministros, o que equivale a um número máximo de 5300 camas aprovadas (Quadro 1).

Salienta-se, porém, que o PU das Sesmarias (Vila Real de St.º António) que integra um NDT na Zona da Serra, o PU do NDT da Herdade do Reguengo<sup>3</sup> (Portimão) e o PU do Morgado da Lameira<sup>4</sup> (Silves), estão aprovados, a prosseguir a tramitação prevista na legislação em vigor para a sua ratificação, cifrando-se num total de 9 524 camas.

Relativamente aos instrumentos de planeamento que ainda estão em elaboração para os NDT contabilizam-se 4 PU que abrangem o NDT da Atalaia, o NDT da Quinta do Paço, ambos no concelho de Silves, e os PU relativos ao NDT da Ribeira das Mercês (concelho de S. Brás de Alportel) e ao NDT da Herdade de Corte Velho (concelho de Castro Marim), cujo limite máximo fixado nos Regulamentos dos PDM para o conjunto das AAT nas quais estes 4 NDT se integram é de 5 750 camas (Quadro 1 e Mapa 3).

<sup>3</sup> O PU do NDT da Herdade do Reguengo não atinge o número máximo de camas previsto em regulamento (5000), prevendo a implementação de cerca de 2737 camas.

<sup>4</sup> O PU do NDT do Morgado da Lameira apenas preenche 1187 camas das 1300 atribuídas à AAT da Lameira.

Merece acrescentar que dos cerca de 8 Estudos de Caracterização Biofísica/ Aptidão Paisagística que foram elaborados no sentido de identificar as áreas aptas para a edificação e indicar uma matriz de compatibilização factores-usos, conclui-se que muitas das áreas das AAT são compostas por condicionantes legais identificados como RAN e REN, RAN+REN (onde existem manchas de risco de erosão, máxima infiltração), Rede Natura 2000 e Parque Natural, que condicionam a concretização dos NDT para uma vocação urbanística, aproximadamente em 60 % como houve oportunidade de referenciar anteriormente.

Em síntese, refira-se que das 51 175 camas previstas em PDM, 5300 estão aprovadas e as restantes 45 875 estão dependentes da elaboração (obrigatória) e posterior ratificação/ publicação dos PP ou PU que definirão as áreas urbanizáveis nas quais incidirão os empreendimentos turísticos. Porém, destas 45 875 camas, 9 524 estão a coberto de PU em condições de prosseguir a tramitação prevista na legislação em vigor e cerca de 5 750 camas estão abrangidas por PU em elaboração.

Refira-se igualmente que somando as AAT demarcadas nos 14 PDM, acrescendo a área da AAT do concelho de Vila Real de St.º António para a localização do NDT das Sesmarias, atinge-se um total de cerca de 29 700 ha.

Quadro 1 – Identificação das Áreas de Aptidão Turística por Concelho (Previstas em PDM) e Núcleos de Desenvolvimento Turístico Associados

CONCELHO	IDENTIFICAÇÃO DAS AAT/ NDT	N.º DE CAMAS	NDT – PONTO DE SITUAÇÃO
<b>Albufeira</b>	Não se registam AAT	-	-
<b>Alcoutim</b>		<b>Σ - 400</b>	
	AAT1	200	Foi celebrado Protocolo para elaboração de PP.
	AAT2		Desconhece-se a existência de quaisquer Estudos.
<b>Aljezur</b>		<b>Σ - 1740</b>	
	Odeceixe	120	Não podem ser concretizados NDT, atendendo a que as AAT estão inseridas em áreas de PNSACV.
	Palazim – Quintas Verdes	200	
	Aldeia Velha	500	
	Vales	170	
	Canal-Malhães	200	
	Carrapateira	150	
	Monte Novo	100	
	Cabeços de Bordeira	100	
	Aldeia Nova	200	Desconhece-se a existência de quaisquer Estudos.
<b>Castro Marim</b>		<b>Σ - 7400</b>	
	AAT 1	2800	PP da Quinta das Choças - Ratificado nos termos da RCM n.º 87/97, de 12 de Junho.
	AAT 2	2100	PU da Herdade de Corte Velho em elaboração.
	AAT 3	2500	PP da Quinta do Guadiana/ Lavajinho - Ratificado pela RCM n.º 124/97, de 29/07/97 e publicada no DR n.º 173/97, de 29/07/1997.
<b>Faro</b>	AAT- NDT da Pallhagueira	<b>Σ - 660</b>	Desconhece-se se foi iniciada a elaboração de PMOT.
<b>Lagoa</b>		<b>Σ - 4800</b>	
	AAT – UP 5	400	Nenhuma destas AAT tem PMOT associado.
	AAT – UP 6	1010	
	AAT – UP 11 <sup>5</sup>	1720	
	AAT – UP 12	1670	
<b>Lagos</b>		<b>Σ - 5000</b>	
	AAT 1	3000	Não foi constituído nenhum NDT.
	AAT 2	2000	Não existe regulamentação urbanística municipal motivada pela anulação judicial da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou o PDM.

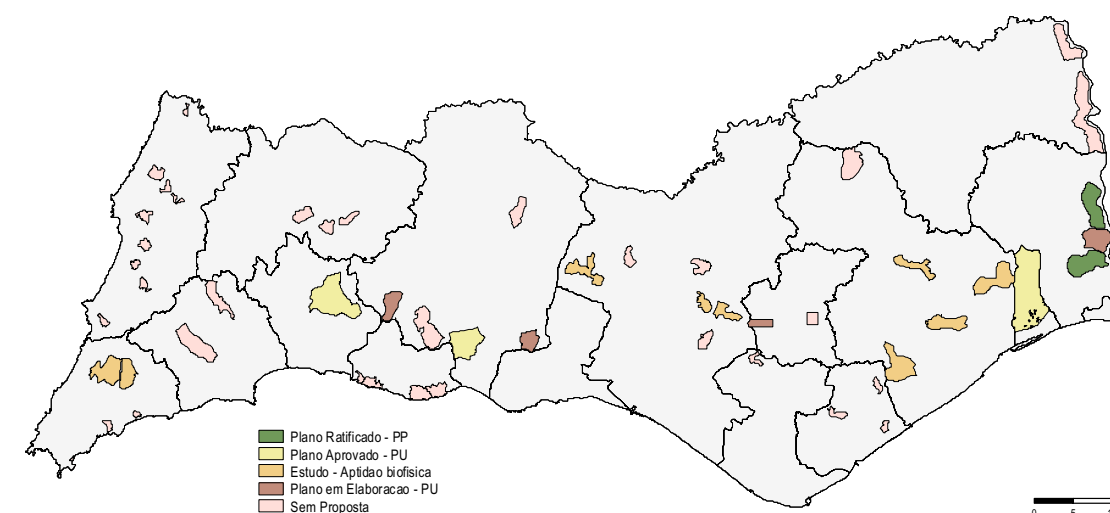
Fonte: Regulamento dos PDM dos Concelhos da Região do Algarve

<sup>5</sup> Segundo um pedido de informação prévia pretende-se implantar nesta AAT/UP11 um NDT com a designação genérica de Centro Desportivo Internacional. Contudo, a pretensão apresentada deverá ser enquadrada em estudo abrangente da totalidade da UP 11.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

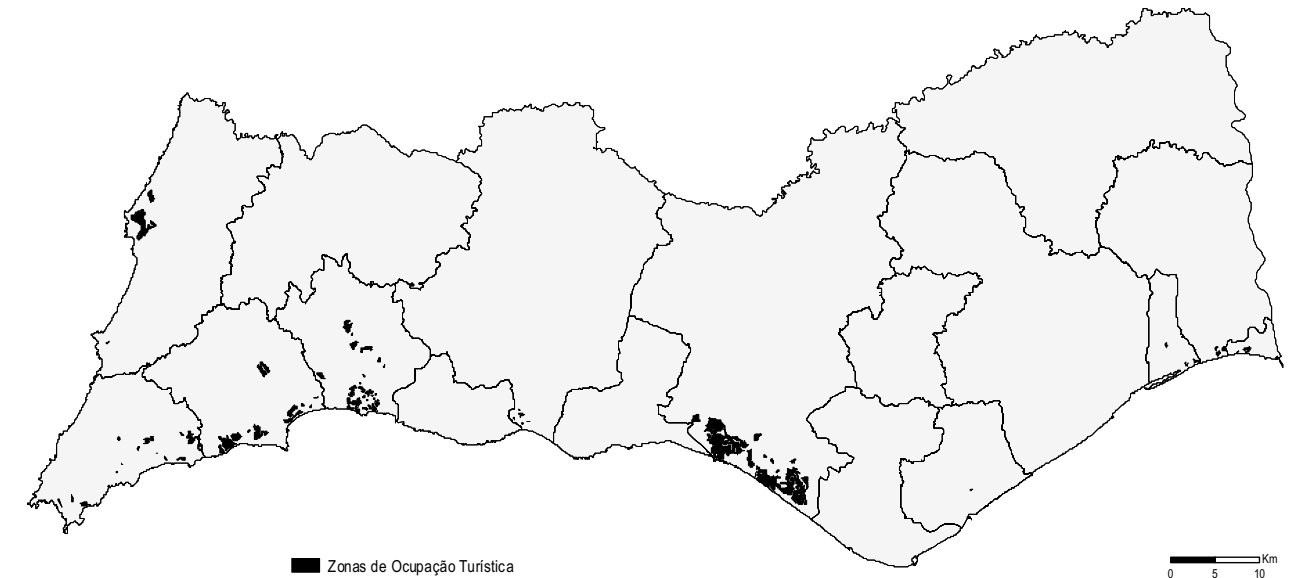
CONCELHO	IDENTIFICAÇÃO DAS AAT/ NDT	N.º DE CAMAS	NDT – PONTO DE SITUAÇÃO
<b>Loulé</b>		<b>Σ - 5000</b>	
	AAT de Alte	1200	Estudos de Caracterização/ Aptidão Biofísica.
	AAT de Benafim	500	Desconhece-se a existência de quaisquer Estudos.
	AAT de Loulé	700	Desconhece-se a existência de quaisquer Estudos.
	AAT de Querença	900	Estudos de Caracterização/ Aptidão Biofísica.
	AAT de Salir	800	Desconhece-se a existência de quaisquer Estudos.
<b>Monchique</b>		<b>Σ - 2500</b>	
	Núcleo das Caldas de Monchique	100	Desconhece-se a existência de PMOT associado a estes NDT.
	Núcleo da Fóia	800	
<b>Olhão</b>		<b>Σ - 2016</b>	Os NDT em referência não são abrangidos por nenhum PMOT.
	NDT da Cabeça	576	
	NDT da Boavista	840	
<b>Portimão</b>		<b>Σ - 5000</b>	PU em fase de prosseguir a tramitação prevista na legislação em vigor (aprovado pela DRAOT).
	NDT da herdade do Reguengo	600	
<b>S. Brás de Alportel</b>		<b>Σ - 2259</b>	
	AAT da Ribeira das Mercês	1350	Foi elaborado um PU. Este Plano foi objecto de parecer desfavorável por incidir integralmente nos Sítios da Rede Natura 2000 e se sobrepor em grande parte com áreas da REN.
<b>Silves</b>		<b>Σ - 5100</b>	
	AAT 1 – Lameira	1300	PU em fase de prosseguir a tramitação prevista na legislação em vigor (aprovado pela DRAOT).
	AAT 2 – Atalaia/ Pateiro	1200	NDT da Atalaia - PU em elaboração; NDT do Pateiro – Estudos de Caracterização Biofísica.
	AAT 3 – Quinta do Paço	1100	PU em elaboração.
	AAT 4 – Vila Fria	1000	Desconhece-se a existência de Estudos .
<b>Tavira</b>		<b>Σ - 2500</b>	
	Vale de Odre	300	Desconhece-se a existência de quaisquer Estudos.
	Alcaria do Cume	200	Estudos de Caracterização Biofísica/ Aptidão Urbanística.
	Estorninhos	500	Estudos de Caracterização Biofísica/ Aptidão Urbanística.
	Picota	500	Estudos de Caracterização Biofísica/ Aptidão Urbanística.
<b>Vila do Bispo</b>		<b>Σ - 1200</b>	
	AAT 1	150	Desconhece-se a existência de quaisquer Estudos.
	AAT 2	50	
	AAT 3	200	
	AAT 4	400	Estudos de Caracterização Biofísica/ Aptidão Urbanística.
<b>Vila Real de Stº António</b>		<b>Σ - 5600</b>	Foi elaborado o PU das Sesmarias que está em condições de prosseguir a tramitação prevista na legislação em vigor (aprovado pela DRAOT).
	O PDM não tem AAT cartografadas. Contudo, o PU das Sesmarias considerou a área da freguesia de Cacela, exceptuando as zonas urbanas e turísticas e as zonas afectas ao PNRF.	400	
		400	
		400	
		400	
	<b>Σ - 51</b>	<b>Σ - 51 175</b>	

Mapa 3 – Situação das AAT



Fonte: Carta de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve

Mapa 1 – Localização das ZOT Previstas nos PDM da Região Algarvia<sup>1</sup>



Fonte: Carta de Ordenamento do PDM dos concelhos do Algarve

### 5.3.5- Zonas de Ocupação Turística

#### Introdução

De entre as várias actividades económicas que contribuem para o desenvolvimento do Algarve, o turismo assume uma posição determinante, pelo que o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 11/91, de 21 de Março, agora em revisão, adoptou um conjunto de medidas destinadas a, por um lado, enquadrar devidamente a actividade turística no referente à ocupação do solo e, por outro lado, a salvaguardar os recursos e potencialidade mais relevantes para este sector.

Uma das medidas adoptadas consistiu na criação das “zonas de ocupação turística”, constituídas pelas áreas ocupadas por empreendimentos turísticos ou por projectos da mesma natureza já aprovados e pelas áreas intersticiais ou envolventes daquelas que, dada a sua aptidão, ficaram genericamente afectas à construção, edificação e demais empreendimentos com interesse para o sector do turismo.

O PROT Algarve fixou no n.º 2 do art.º 11.º do seu Regulamento (Decreto Regulamentar n.º 11/91, de 21 de Março) um conjunto de regras que devem estar subjacentes à ocupação, uso e transformação do solo nas áreas de “ZOT”. Segundo o disposto no citado número do art.º 11.º, nas zonas de ocupação turística não devem ser previstas nem autorizadas acções ou empreendimentos que, pelas suas características, dimensão ou natureza:

- constituam factor de desequilíbrio entre espaços equipados e não equipados;
- causem degradação das condições naturais, paisagísticas e do meio ambiente;
- constituam uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas urbanas e serviços públicos existentes;
- não prevejam espaços de lazer adequados aos equipamentos instalados ou a instalar;
- não acautelem condições de segurança e comodidade para a circulação de pessoas e bens;
- impliquem excessiva densidade do tráfego automóvel ou não prevejam espaço suficiente para estacionamento;
- sejam inadequados, estejam desinseridos ou revelem aspectos negativos para a actividade turística que se desenvolva na zona.

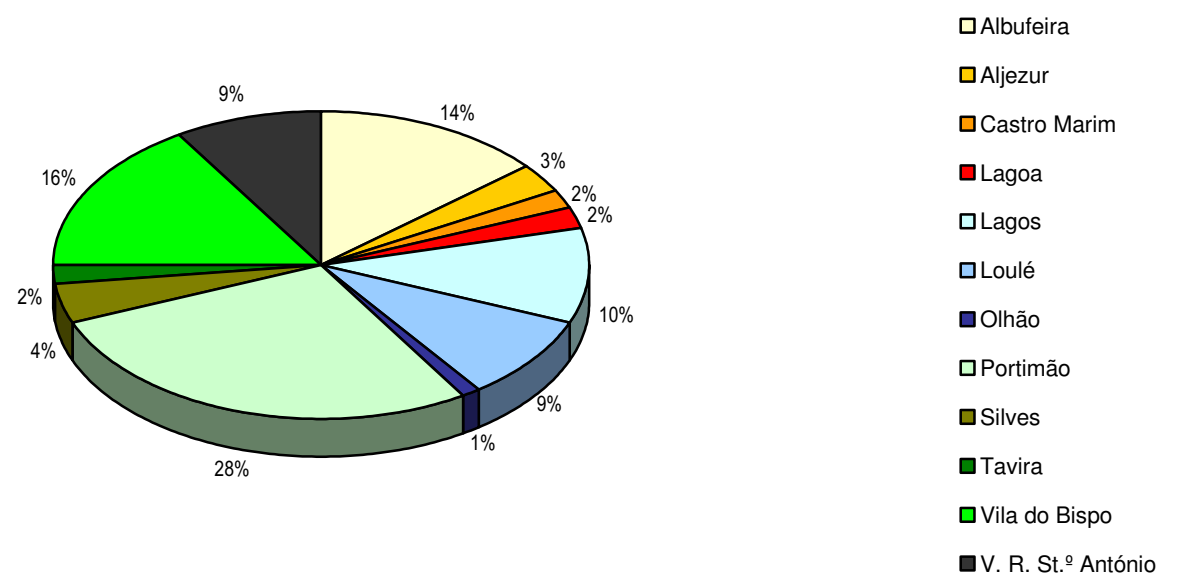
#### Identificação e Análise das Zonas de Ocupação Turística na Região Algarvia

Na região do Algarve, com excepção dos concelhos de Alcoutim, Faro, Monchique e S. Brás de Alportel, todos os restantes concelhos (12) possuem afectação do solo a ZOT.

No âmbito da estruturação do território é de destacar a concentração das zonas de ocupação turística mais relevantes junto à costa, principalmente entre os núcleos urbanos de Lagos e Loulé (eixo central Lagos/ Portimão/ Lagoa/ Albufeira/ Loulé) e zonas litorais da parte ocidental – Aljezur e Vila do Bispo – e na parte oriental – Vila Real de St.º António (Mapa 1).

Das cercas de 129 ZOT contabilizadas na Região algarvia, Portimão é o concelho que detém, em termos de número, a maior percentagem (28 %), seguido do concelho de Vila do Bispo (16 %) e, com 14%, o concelho de Albufeira. Refira-se que o concelho de Olhão, com apenas 1%, é o que assinala menor percentagem de áreas afectas a ZOT, sendo que os concelhos de Castro Marim, Lagoa e Tavira, também apresentam baixa representatividade, 2% respectivamente (Gráfico 1 e Quadro 1).

Gráfico 1 – Distribuição das ZOT por Concelho



Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM dos concelhos do Algarve

<sup>1</sup> Estes Serviços ainda não dispõem da digitalização das Zonas de Ocupação Turística referentes aos concelhos de Albufeira, Lagoa e Tavira.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Quadro 1 – Identificação das Zonas de Ocupação Turística delimitadas na Carta de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve**

Concelho	Número aproximado	Observações
<b>Albufeira</b>	18 ZOT	Cartografadas na Carta de Ordenamento do PDM como “Zonas de Consolidação de Ocupação Turística” integradas pelos espaços já estruturados e pelos espaços intersticiais da ZOT.
<b>Alcoutim</b>	Não identifica	
<b>Aljezur</b>	4 ZOT (Espartal, Vales-Oceano, Carrapateira-Bacelos e Vale da Telha)	As ZOT do Espartal, Vales-Oceano e Carrapateira-Bacelos, são tituladas por alvará de loteamento e o seu regime de edificabilidade e ocupação do espaço segue o estabelecido nos alvarás de loteamento. Na ZOT do Vale da Telha será implementado um Plano de Urbanização com vista à reconversão e ordenamento da zona. Até à entrada em vigor deste Plano é genericamente proibida a edificabilidade. Excepcionalmente, poderão ser licenciadas novas ocupações do solo para os casos em que existam infra-estruturas em condições de servir a obra em causa e a sua construção não comprometa ou torne mais difícil ou onerosa a elaboração e execução do referido plano. Acrece salientar que, em 1994, o Exmo. Senhor Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território declarou a incompatibilidade do Alvará de Loteamento e de obras de urbanização n.º 1/77 com o PROT Algarve, resultando que em mais de 550 lotes não deverão ser autorizadas construções.
<b>Castro Marim</b>	3 ZOT	
<b>Faro</b>	Não identifica	
<b>Lagoa</b>	3 ZOT (UP 7, UP 10 e UP 13)	
<b>Lagos</b>	13 ZOT	
<b>Loulé</b>	11 áreas urbano-turísticas*	
<b>Monchique</b>	Não identifica	
<b>Olhão</b>	1 espaço urbanizável para fins turísticos*	Esta categoria de espaço destina-se predominantemente a estabelecimentos hoteleiros e similares e a conjuntos turísticos, de acordo com a legislação aplicável, a habitação e a equipamentos colectivos de interesse público.
<b>Portimão</b>	36 ZOT	
<b>S. Brás de Alportel</b>	Não identifica	
<b>Silves</b>	5 ZOT	
<b>Tavira</b>	3 ZOT	
<b>Vila do Bispo</b>	21 ZOT	
<b>Vila Real de St.º António</b>	5 ZTI (Zonas Turísticas Integradas na Malha Urbana); 6 ZTE (Zonas Turísticas de Expansão)	Na Carta de Ordenamento são definidas áreas de turismo integradas em perímetro urbano que se subdividem em Zonas Turísticas de Expansão e Zonas Turísticas Integradas na Malha Urbana. São caracterizadas por serem áreas de expansão urbana destinadas, predominantemente, à instalação de empreendimentos turísticos.
<b>TOTAL = 129</b>		

Fonte: Carta de Ordenamento dos PDM da Região do Algarve e respectivos Regulamentos

Segundo o Relatório de Avaliação do PROT Algarve (CEDRU; Junho de 2000) a delimitação das zonas de ocupação urbanística na Carta de Ordenamento do PROTAL parece corresponder a uma atitude contentora, mesmo em relação à situação identificada nos estudos de caracterização, afirmação que é corroborada pelo conteúdo do Relatório do PROT quando refere que “o critério de demarcação/ definição destas zonas é baseado no princípio da economia do solo” e que os objectivos da demarcação das zonas

\* As áreas urbano-turísticas definidas no Regulamento do PDM de Loulé e os espaços urbanizáveis para fins turísticos mencionados no Regulamento do PDM de Olhão foram, para efeitos da presente análise, equiparados a Zonas de Ocupação Turística, atendendo a que no essencial enquadram-se no conceito de ZOT.

urbanas são, entre outros, os de “contenção do alastramento urbano” e “orientação do crescimento em direcção ao centro”, o que implicará a “reestruturação de espaços centrais e ocupação prioritária das áreas livres.”

O Estudo de Avaliação do PROTAL considerou cinco escalões de área de ocupação urbanística por Km<sup>2</sup>, designadamente:

- menos de 5%;
- de 5% a 25%;
- 25% a 50%;
- 50% a 75%;
- mais de 75%.

É ainda indicado no Estudo em referência que para a atribuição dos diferentes escalões apenas foram considerados os processos que, por imposição legal, careciam de parecer da CCR e obtiveram parecer favorável, ignorando os que foram declarados incompatíveis com o PROTAL.

No âmbito do Estudo de Avaliação do PROT foi constituída uma amostra que integrou nove concelhos (Albufeira, Alcoutim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Silves e Tavira) a qual representa, em termos populacionais, mais de 75% do total do Algarve e, em termos de área geográfica, traduz, de acordo com o referido no Estudo, cerca de 70% da Região Algarvia.

Nos dados recolhidos por amostragem no Estudo de Avaliação do PROT, é de sublinhar relativamente à incidência da actividade turística nas ZOT dos PDM que cerca de 27% das licenças de construção concedidas no período 1989-1996 localizaram-se em áreas afectas a Zonas de Ocupação Turística previstas no PROTAL, e, em termos de superfície, são 40% superiores (o que corresponde a mais de 8 500 ha) às consignadas nos PDM. Esta diminuição da demarcação de ZOT do PROT para os PDM deverá ser ponderada com a identificação nas Cartas de Ordenamento dos PDM de bastantes áreas de aptidão turística.

Da análise dos resultados da referida amostra, que considerou o conjunto dos nove concelhos, é de reter as seguintes conclusões:

- registou-se um fraco peso das licenças de construção de uso turístico no conjunto das licenças concedidas no período de 1989 – 1996. Considerando a globalidade deste período, foram concedidas cerca de 1% de licenças de construção para uso turístico;
- verificou-se que o número de licenças aumentou substancialmente para o dobro no período posterior (1993-1996) à publicação de dois Despachos Conjuntos (do Ministro do Planeamento e da Administração do Território e Ministro do Comércio e Turismo publicados em 5 de Janeiro de 1993 e 4 de Fevereiro de 1993, no sentido de esclarecer e pormenorizar as regras de uso, ocupação e transformação dos usos do solo e da estrutura edificada das ZOT) em relação ao verificado no período anterior (1989-1992). Contudo, o Estudo refere que “apesar desse aumento os valores não são de todo relevantes uma vez que pouco mais de uma em cada sessenta licenças de construção concedidas se destinam ao uso turístico. Estes valores efectivamente parecem divergir do peso e do significado que o turismo tem para o Algarve;
- a actividade urbanística nas ZOT é significativa, já que cerca de uma em cada cinco licenças de construção são concedidas nestas zonas turísticas;
- o número total de licenças concedidas em zonas de ocupação turística é significativamente mais elevado que o número de licenças de uso turístico, atingindo uma relação de 1 para 20. Esta situação traduz que a ocupação urbanística dos espaços turísticos destinou-se sobretudo ao uso habitacional.

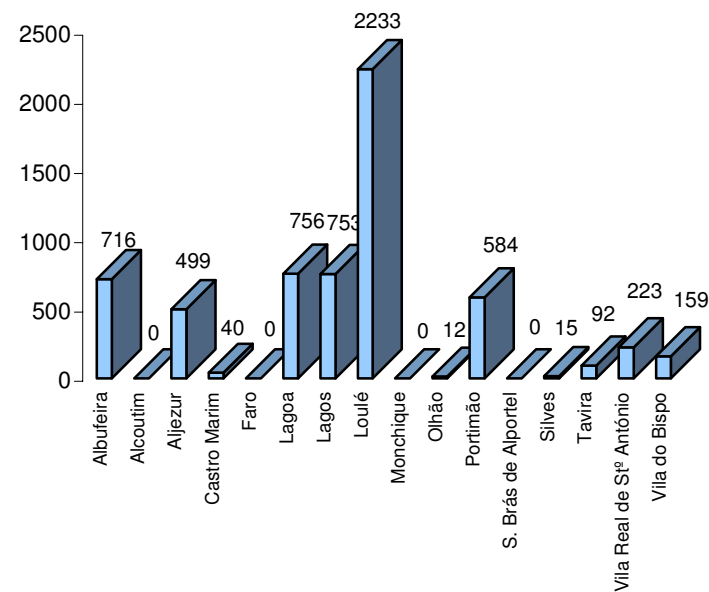
A este propósito o Estudo de Avaliação justifica que a presente situação é passível de ser entendida se for considerado que muitas das construções licenciadas e muitos dos alvarás de loteamento emitidos correspondem a autorizações de construção e de urbanização já previstas e que entendem as ZOT como Zonas de Ocupação Urbanística de afectação à actividade urbanística normal ao nível da construção de moradias/ apartamentos de 2ª habitação.



Embora este aspecto ainda não tenha sido analisado para os anos mais recentes, infere-se que a ocupação dos espaços turísticos continua a ser efectuada com a implementação de construção residencial (predominantemente de 2ª habitação).

No que se refere à quantificação do conjunto das Zonas de Ocupação Turística delimitadas nos PDM para cada concelho, aquele Estudo enuncia um total de aproximadamente 6000 ha (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Área Ocupada pelas Zonas de Ocupação Turística Demarcadas nos PDM (Hectares)**



Fonte: Estudo de Avaliação do PROTAL (1989-1996), Junho de 2000

Da análise deste gráfico reitera-se que, a nível regional, as zonas preferenciais para a instalação de empreendimentos turísticos concentram-se praticamente a Sul da Região. Todavia, é de realçar que aquando da elaboração dos PDM já se encontravam muitas urbanizações autorizadas, projectadas ou em fase de execução.

Efectuada uma apreciação genérica das áreas (ha) afectas às ZOT salienta-se que, com exclusão dos PDM de Silves e Olhão, que registam pequenas áreas cartografadas como ZOT, os demais prevêem extensas áreas com esta identificação, o que indica alguma dispersão e desconcentração da actividade turística.

De facto, é nos concelhos do eixo litoral-central – Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira e Loulé – que se verificam as maiores concentrações turísticas, salientando-se a hegemonia do concelho de Loulé com 2233 hectares de ZOT, praticamente ocupadas.

### 5.3.6- Unidades Hoteleiras Isoladas

Nos Regulamentos dos vários Planos Directores Municipais (PDM) dos concelhos do Algarve está prevista a possibilidade de edificação de unidades hoteleiras isoladas, exteriores às Áreas de Aptidão Turística (AAT). Na presente nota procede-se à identificação do número máximo de camas previstas e dos requisitos necessários para a sua concretização.

#### ⇒ Concelho de Aljezur

De acordo com o PDM de Aljezur, nos *Espaços de Recursos Naturais e Equilíbrio Ambiental* poderão ser autorizadas unidades hoteleiras isoladas, que, no seu conjunto, não poderão ultrapassar um máximo de 500 camas, sem prejuízo de outras restrições decorrentes do regime legal das áreas identificadas na carta de condicionantes, incluindo a área de Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

#### ⇒ Concelho de Castro Marim

Neste concelho está regulamentado que nos *Espaços Naturais de Grau IV* são permitidas actividades de recreio, lazer e desporto e, como equipamento fixo, unidades hoteleiras com a capacidade máxima de 600 camas para a totalidade da área abrangida por esta classe de espaços.

O somatório das camas dos hotéis a implantar nos *Espaços Naturais de Grau III, Florestais, Agro-florestais e Agrícolas a Defender*, exteriores às AAT é de 500 camas.

#### ⇒ Concelho de Faro

O PDM de Faro prevê que o licenciamento de estabelecimentos hoteleiros fora das *Áreas de Aptidão Turística* não poderá ultrapassar, no conjunto do concelho, a dotação máxima de 500 camas.

#### ⇒ Concelho de Lagoa

No concelho de Lagoa, fora das *Zonas de Ocupação Urbanística* e das *Áreas de Aptidão Turística*, é admitida a implantação de unidades hoteleiras, em áreas a determinar, na classificação menos restritiva da *Classe de Uso Agrícola (Área de Interesse Agrícola)*, sendo que o número total de camas para a globalidade das unidades hoteleiras previstas nestas condições é de 500 camas.

#### ⇒ Concelho de Loulé

O Regulamento do PDM do concelho de Loulé refere que o somatório das camas dos hotéis a implantar nas áreas predominantemente *Agrícolas* e nos *Espaços Florestais*, exteriores às *Áreas de Aptidão Turística*, não poderá exceder o valor de 500 camas.

#### ⇒ Concelho de Monchique

Neste concelho o número máximo de camas a instalar nas unidades hoteleiras localizadas nos *Espaços Florestais* é de 500.

#### ⇒ Concelho de Olhão

No território concelhio de Olhão, o licenciamento de estabelecimentos hoteleiros fora das *Áreas de Aptidão Turística* não poderá transpor, no conjunto do Concelho, a dotação máxima de 300 camas.

#### ⇒ Concelho de Portimão

A Câmara Municipal de Portimão poderá emitir parecer favorável sobre a localização de unidades hoteleiras isoladas fora das *Áreas Urbanas e Núcleos de Desenvolvimento Turístico*, desde que as mesmas não se situem na RAN ou na REN, respeitem as servidões e restrições de utilidade pública e não ponham em causa valores cénicos ou paisagísticos. A dotação máxima global destes empreendimentos não pode ultrapassar as 500 camas.

#### ⇒ Concelho de S. Brás de Alportel

Segundo o referenciado no Regulamento do PDM de S. Brás de Alportel, o limite para o licenciamento de unidades hoteleiras isoladas, no conjunto do concelho, é de 300 camas não abrangidas por *Áreas Urbanas ou Urbanizáveis/Áreas de Aptidão Turística*.

#### ⇒ Concelho de Silves

Neste território concelhio, fora das *Zonas de Ocupação Urbanística*, das *Áreas de Aptidão Turística* e das áreas da RAN e REN, nos *Espaços Florestais de Manutenção e Protecção*, é admitida a implementação de unidades hoteleiras até um máximo de 800 camas.

#### ⇒ Concelho de Tavira

O PDM de Tavira regulamenta que, externamente aos *Espaços Urbanos e Urbanizáveis e às Áreas de Aptidão Turística*, é permitida a edificação de estabelecimentos hoteleiros isolados até um máximo de 600 camas.

O quadro que se segue apresenta uma síntese dos requisitos subjacentes à concretização das unidades hoteleiras isoladas<sup>1</sup>, exteriores aos Espaços Urbanos e Áreas de Aptidão Turística cartografados nos vários PDM, e permite concluir que o número máximo de camas previstas é de 6 100 camas, sendo de salientar que existe alguma desigualdade quanto à superfície mínima das parcelas de terreno para construção dos empreendimentos, destacando-se a elevada superfície exigida no Regulamento dos PDM de Castro Marim (60 000 m<sup>2</sup>), Tavira (60 000 m<sup>2</sup>), Lagoa (55 000 m<sup>2</sup>) e Loulé (50 000m<sup>2</sup>), comparativamente com a superfície mínima necessária para os concelhos de Aljezur (5 000 m<sup>2</sup>), Faro (20 000 m<sup>2</sup>) e Olhão (20 000m<sup>2</sup>).

Nos concelhos não referidos na presente nota, os respectivos Planos Directores Municipais não prevêem, de forma explícita, a possibilidade de edificação de unidades hoteleiras isoladas.

#### Requisitos associados à concretização das unidades hoteleiras isoladas previstas nos PDM

Concelho	N.º Máximo de Camas para o Concelho	Superfície Mínima para Construção (m <sup>2</sup> )	Áreas / Índices	Capacidade Máxima de Cada Unidade
Aljezur	500	5 000	Área máxima de construção – 1000 m <sup>2</sup>	-
Castro Marim	- 600 na área abrangida por Espaços Naturais de Grau IV - 500 camas nos Espaços Naturais de Grau III, Florestais, Agro-florestais e Agrícolas a Defender	60 000	Índice de construção máximo – 0.1	-
Faro	500	20 000	Índice de utilização líquido ≤ 0.04	30 camas
Lagoa	500	55 000	-	-
Loulé	500	50 000	Índice de construção bruto máximo – 0.2	-
Monchique	500	-	Índice de construção – 0.1 Implantação máxima – 0.04	-
Olhão	300	20 000	Índice máximo de utilização – 0.04	-
Portimão	500	30 000	-	-
S. B. Alportel	300	-	Índice máximo de utilização líquido – 0.03	-
Silves	800	40 000	-	60 camas
Tavira	600	60 000	-	60 camas
<b>Σ - 6100</b>				

Fonte: Regulamentos dos PDM dos Concelhos da Região do Algarve

<sup>1</sup> De momento não se encontram ainda concluídos os dados relativos ao número de unidades desta natureza já concretizadas.

### 5.3.7- Golfe

O golfe, pela importância que assume na Região, pela dimensão das áreas que ocupa, pelo número de pretensões para a instalação de novas unidades e pelos constrangimentos de ordem ambiental que se lhe encontram associados, justifica uma nota individual no presente relatório.

As discussões em redor deste tema são hoje recorrentes na região algarvia, caracterizando-se, em regra, pelo extremar de posições contra e a favor. Por um lado, salientam-se os problemas de ordem ambiental (disponibilidades de água para rega, utilização de adubos, fertilizantes e pesticidas, poluição de águas subterrâneas, simplificação ou fragmentação de habitats, a sua associação a empreendimentos urbanísticos...); por outro lado, realça-se a sua importância estratégica do ponto de vista turístico, a sua importância para a economia regional, o efeito atractivo sobre turistas com elevado poder de compra, o seu papel no combate à sazonalidade...

No Algarve existem actualmente em funcionamento cerca de 25 unidades, estando prevista/preendida a instalação de cerca de 29 novos campos de golfe (considerando apenas as pretensões com tramitação processual no sentido da aprovação dos respectivos projectos).

Nos desenhos que se apresentam em anexo cartografam-se os empreendimentos turísticos existentes com golfe associado, bem como as pretensões de instalação de novas unidades, e ensaia-se a sobreposição destas unidades com as áreas de Rede Natura, sistemas aquíferos, Reserva Ecológica Nacional e Áreas Protegidas.

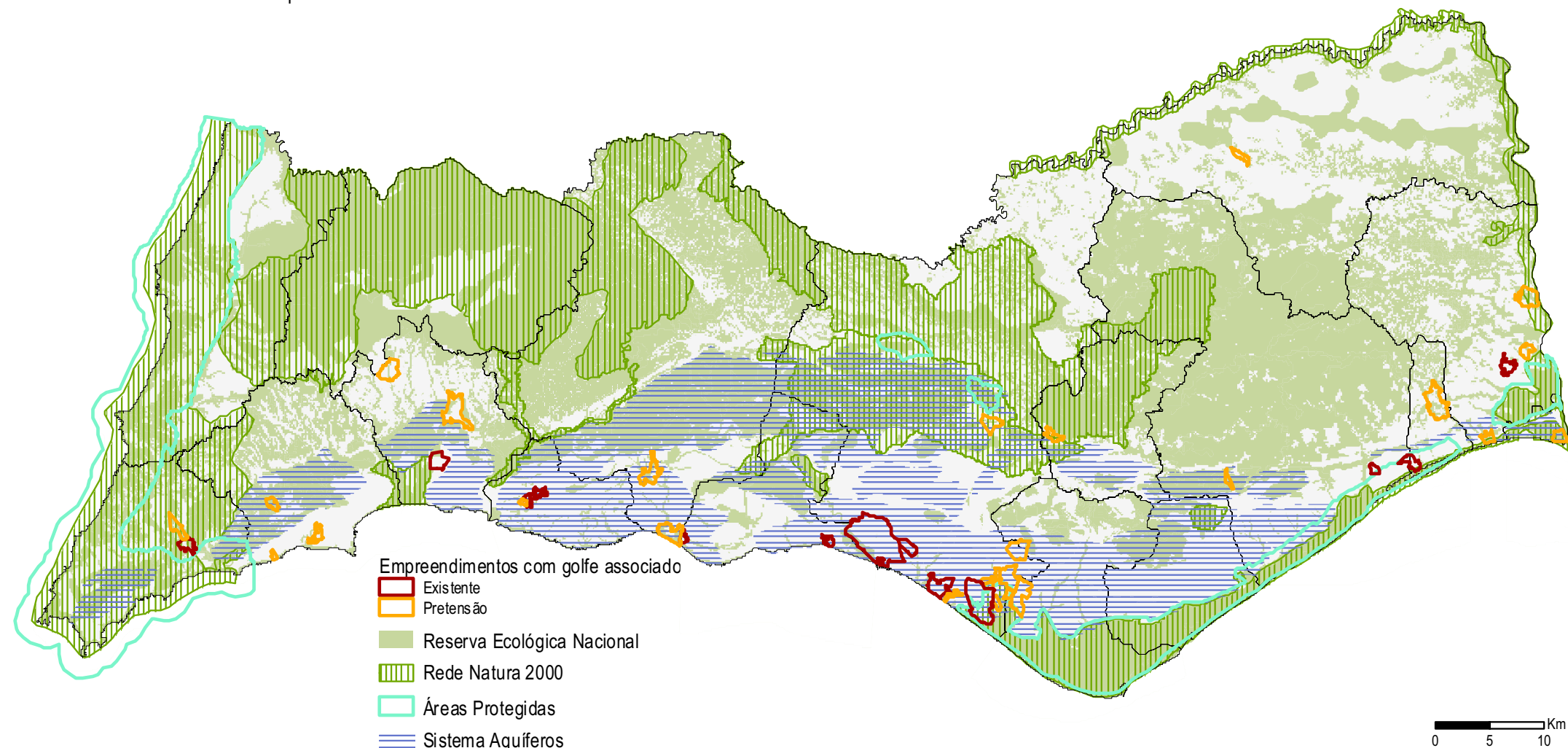
Como primeira conclusão, parecem evidentes os conflitos de uso associados a estas instalações, desde logo no que concerne ao número significativo de unidades instaladas em áreas de Parque Natural.

Na previsão de novas áreas para a instalação de campos de golfe não poderão deixar de se ter em devida conta, entre outros, aspectos como:

- compatibilização com as características específicas das áreas a ocupar, com realce para os aspectos associados ao seu valor natural e ambiental;
- garantia de disponibilidade (durável) de água suficiente através de origens próprias ou de reutilização de águas residuais tratadas;
- acessos rodoviários adequados;
- enquadramento paisagístico e ambiental das orlas dos campos de jogo;
- selecção de espécies adaptadas às condições de solo e edafo-climáticas.

Por outro lado, exige-se a definição de normas orientadoras e regras específicas quanto aos aspectos técnicos de projecto, construção e funcionamento, na perspectiva de redução dos graus de incompatibilidade relativamente às questões de ordem ambiental, bem como no que concerne às questões de ordenamento que se prendem com os empreendimentos urbanísticos que, em regra, se lhe encontram associados.

Refira-se que, por iniciativa de grupos de empresários relacionados com a actividade turística, encontra-se em curso um Estudo sobre o golfe na Região, com base num protocolo assinado entre a Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, a Universidade do Algarve, a Comissão de Coordenação da Região do Algarve, a Globalgarve e a Algarve Golfe. Espera-se que este estudo se possa constituir como um excelente ponto de partida para a identificação rigorosa de princípios, normas orientadoras e medidas específicas enquadradoras da actividade.



Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

## 5.4 – ACESSIBILIDADE E LOGÍSTICA

### Da perifericidade do Algarve...<sup>1</sup>

Situado no extremo ocidental da Península Ibérica, a sul de Portugal, o Algarve individualiza-se facilmente do restante território nacional. A posição geográfica do Algarve, na periferia do continente, não tem sido factor facilitador da redução dos desníveis de desenvolvimento entre a região e o centro europeu, nem tem permitido beneficiar da sua posição marítima privilegiada face ao Atlântico e ao Mediterrâneo.

No que se refere à ocupação do espaço pelos eixos de acessibilidades, o Algarve apresenta diferentes níveis de acessibilidades, sendo o litoral a zona privilegiada para a localização dos principais eixos de comunicações do Algarve.

De acordo com a “Estratégia de Desenvolvimento do Algarve, Algarve 2000-2006” (que adiante se designará por Estratégia de Desenvolvimento), no domínio das acessibilidades o sistema regional não tem beneficiado da prioridade de investimento que a densidade de problemas existentes justificaria, constituindo mesmo um exemplo de penalização clara de uma região com localização periférica no espaço nacional, ibérico e europeu. De facto, do QCA I para o QCA II, no sector dos transportes registou-se uma diminuição superior a 60% do investimento aprovado na região<sup>2</sup>.

A situação geográfica periférica implica um certo número de obstáculos à conexão com as grandes redes de transporte. A presença de uma fachada marítima, onde se situa a actividade mais importante e que possui os principais centros e corredores urbanos, põe ainda mais em evidência a importância de meios de transporte como o marítimo e o aéreo.

### ...à inserção nas redes transeuropeias de transportes<sup>3</sup>

De acordo com a Estratégia de Desenvolvimento, o modelo territorial não pode ser visto isoladamente do espaço de integração externa (nacional e ibérica, nomeadamente), na medida em que, na fase actual, se desenham os contornos de grandes sistemas de infra-estruturas que abrangem territórios muito vastos no seio do corredor mediterrânico<sup>4</sup>, com destaque para os sistemas de transportes.

A implementação de infra-estruturas na Península Ibérica reflecte ópticas marcadamente nacionais, com elos em falta ou insuficientemente conectados tanto em termos físicos como de serviço. Os dois países ibéricos com lógicas de desenvolvimento territorial diferentes (Portugal longitudinal e Espanha radial) necessitam de uma boa articulação das infra-estruturas de transporte para potenciar o seu posicionamento estratégico na fachada atlântica da Europa.

Mas se é verdade que o desenvolvimento das grandes redes transeuropeias de transporte poderá contribuir para uma melhor distribuição das populações e das actividades económicas no território europeu, reforçando a competitividade potencial das regiões periféricas, graças a uma melhoria da sua acessibilidade às regiões centrais da Europa, é igualmente verdade que elas poderão ser portadoras de desequilíbrios se não forem adoptadas medidas complementares, nomeadamente o desenvolvimento simultâneo das redes de transporte secundárias.

As regiões do Algarve e da Andaluzia, situadas no extremo ocidental do Mediterrâneo, são das regiões do continente europeu com maiores problemas de acessibilidade e desenvolvimento. A cooperação entre Portugal e Espanha nesta matéria é

obviamente fundamental. O projecto prioritário “Ligação Multimodal Portugal-Espanha/Europa” incluído nas redes transeuropeias reflecte bem este empenhamento.

São assim fundamentais para a integração ibérica os corredores de transportes terrestres transversais que, complementando o corredor longitudinal atlântico, potenciem o papel dos principais portos aí localizados e assegurem as conexões das redes multimodais e o fecho de malhas infra-estruturais. Uma melhor acessibilidade do litoral atlântico de Portugal melhorará consideravelmente a sua competitividade e as possibilidades de desenvolvimento de vastas áreas do interior português e espanhol.

Esta complementaridade das redes peninsulares numa perspectiva multimodal, fomentará a coesão interna da Península Ibérica, devendo reforçar a vocação ibérica como *gateway* da Europa a ocidente.

De entre os corredores terrestres Portugal-Espanha estruturantes do projecto prioritário acima referido, destaca-se o Corredor do Sudoeste Ibérico Lisboa-Setúbal-Sines-Faro-VRSA-Huelva-Sevilha.

Este corredor, com características mediterrânicas, possibilita servir melhor uma faixa densamente urbanizada a sul, no litoral do Algarve. É servido pelos modos de transporte ferroviário, rodoviário e aéreo.

De acordo com a Estratégia de Desenvolvimento, as alterações estruturais da economia portuguesa, em que se perspectiva uma maior dependência do transporte rodoviário e dos corredores terrestres de ligação a Espanha e à Europa, não se compadecem com a persistência dos atrasos na concretização das ligações integradas das redes transeuropeias, nomeadamente em matéria de execução das ligações rodoviárias e na modernização e coordenação das infraestruturas ferroviárias na ligação à fronteira portuguesa. Estes atrasos são fortemente penalizadores da competitividade regional.

Ao nível dos objectivos políticos e opções para o território europeu, no âmbito das redes transeuropeias, o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário defende:

- a melhoria das ligações entre as redes de transportes nacionais e internacionais, por um lado, e as redes regionais e locais, por outro;
- o reforço das redes de transportes secundárias e suas interligações às redes transeuropeias, incluindo o desenvolvimento de sistemas regionais eficientes de transporte público;
- a promoção de acessos territorialmente mais equilibrados aos transportes intercontinentais da UE, através de uma distribuição adequada de portos e aeroportos (portas mundiais), de um aumento do nível dos serviços e da melhoria das interligações com os *hinterland*;
- a melhoria das ligações de transporte das regiões periféricas e ultraperiféricas não só no interior da UE como com os países terceiros vizinhos, nomeadamente no que se refere ao tráfego aéreo e ao desenvolvimento dos equipamentos e infra-estruturas correspondentes;
- a introdução dos estudos de impacto territorial como instrumentos de avaliação territorial dos grandes projectos infra-estruturais (especialmente no domínio dos transportes);
- a melhoria dos serviços de transportes públicos e disponibilização de serviços mínimos de transportes colectivos em cidades de pequena e média dimensão;
- o reforço dos modos de transporte menos poluentes, o aumento das portagens rodoviárias e a internalização dos custos externos;
- a promoção da ligação em rede dos nós intermodais para o transporte de mercadorias, nomeadamente nos euro-corredores, valorizando em especial a navegação marítima e fluvial.

<sup>1</sup> CCR Algarve (2001a); CCR Algarve (2000a); JACOB (1999).

<sup>2</sup> CCR Algarve e DGDR.

<sup>3</sup> CCR Algarve (2000a); JACOB (1999); Comissão Europeia (1999).

<sup>4</sup> Este corredor surge no PNDES como eixo de ligação, por via rodoviária e ferroviária, entre Lisboa-Faro-Huelva-Sevilha e envolvendo, ainda, os aeroportos de Lisboa e de Faro.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### Modo aéreo

#### DIAGNÓSTICO<sup>5</sup>

Face à situação de partida, o modo de transporte aéreo na região é o que se afigura mais adequado para vencer o posicionamento geográfico desfavorável. Com efeito, a situação periférica do país em relação aos mercados turísticos internacionais e as dificuldades de acessibilidade por via terrestre ainda presentes tornam o transporte aéreo o mais vocacionado para o transporte de passageiros provenientes do exterior.

Como elemento determinante na estruturação da região ao longo das últimas décadas, o aeroporto internacional de Faro (4,6 milhões de passageiros em 2001<sup>6</sup>), situa-se como factor-chave na acessibilidade ao espaço externo e gerador de fluxos de tráfego que induzem alterações profundas nas características dos corredores de acessibilidades.

O aeroporto de Faro é um elemento organizador por excelência do território regional. Tendo presente as previsões de tráfego e face aos congestionamentos verificados no aeroporto de Faro, o plano de expansão<sup>7</sup>, em execução, deverá permitir aumentar a capacidade para dimensões mais ajustadas aos fluxos da procura turística (6 milhões de passageiros/ano até 2003 e 8 milhões até 2010).

A ampliação do aeroporto de Faro permitirá servir mais intensamente o litoral da província de Huelva. Acredita-se que o aeroporto de Faro pode satisfazer melhor a Andaluzia, se forem dinamizados os modos de transporte rodo e ferroviário.

O reduzido número de voos regulares nacionais, apenas com ligação a Lisboa (cerca de 18%<sup>8</sup>), traduz uma fraca procura interna em relação a este modo. No entanto, face ao tempo de percurso propiciado actualmente pelos outros modos de transporte entre a região e a Área Metropolitana de Lisboa, o avião surge como a única alternativa aceitável para as viagens de negócios que se tenham de efectuar num só dia, bem como enquanto elemento de ligação com o serviço aéreo oferecido em Lisboa para os destinos europeus e intercontinentais.

O diagnóstico prospectivo da região refere como pontos fracos a dificuldade de inserção do aeroporto de Faro em rotas regulares e directas, a dificuldade de inserção em rotas comerciais e turísticas que não se dissipem exclusivamente na região do Algarve, e as deficientes ligações rodoviárias e ausência de ligações ferroviárias ao aeroporto de Faro. A concorrência do aeroporto de Sevilha apresenta-se como uma ameaça, se as taxas e operações de *handling* continuarem a penalizar o aeroporto de Faro.

Um dos factores negativos que se prende com o aeroporto de Faro é o congestionamento do acesso rodoviário. O transporte aéreo no Algarve é sazonal, concentrando-se mais de 52% da procura em quatro meses de Verão, registando-se o pico em Agosto<sup>9</sup>. Está prevista uma melhoria da ligação do aeroporto à EN125 e uma melhor articulação do acesso à VLA, mas ainda não está definida uma via de ligação directa do aeroporto à VLA.

Os pontos fortes são a extensão da área de influência do aeroporto de Faro à Andaluzia Ocidental que já ocorre, a ampliação em curso do aeroporto de Faro para duplicação da capacidade de passageiros, o aumento da segurança (instalação do ILS) e a especialização do aeroporto na vertente passageiros. O aumento da capacidade ao aeroporto (modernização e ampliação) representa, assim, uma verdadeira oportunidade, embora devam salientar-se os constrangimentos existentes em termos da sua localização em área protegida (Parque Natural da Ria Formosa), o que obriga à ponderação cuidadosa dos projectos nesse sentido.

Relativamente ao transporte de mercadorias, observando-se os valores da carga movimentada no aeroporto de Faro (em média 2200 toneladas/ano nos últimos cinco anos<sup>10</sup>), conclui-se de imediato que a sua importância é bastante reduzida relativamente aos

outros aeroportos nacionais. A carga movimentada anualmente espelha bem a reduzida quota de mercado deste sector, correspondendo a cerca de 3% do total de mercadorias transportadas por via aérea no país.

#### PROPOSTAS<sup>11</sup>

Segundo o programa de acção da política europeia de transportes, o Livro Branco prevê o controlo do crescimento do transporte aéreo, através das seguintes medidas:

- explorar melhor as capacidades existentes;
- rever o sistema de taxas aeroportuárias;
- integrar o transporte aéreo numa lógica de sistema com os outros modos de transporte;
- identificar a necessidade de novas infra-estruturas aeroportuárias.

De acordo com a Estratégia de Desenvolvimento, a melhoria das condições de exploração aeronáutica e de acolhimento de passageiros do aeroporto em conjugação com a melhoria da fluidez na distribuição do tráfego gerado pelo mesmo, é uma intervenção de médio prazo. Assim, definem-se de imediato as seguintes prioridades: beneficiação e ampliação do aeroporto de Faro, a par da construção de uma ligação rápida à rede rodoviária principal (Aeroporto - VLA) e à cidade de Faro, dando resposta às exigências da função de pólo distribuidor de tráfego desempenhado pelo aeroporto.

Alguns estudos acrescentam que a ligação entre o aeroporto e a VLA deverá igualmente servir o *campus* universitário (Gambelas), e mesmo o futuro Parque das Cidades.

Dada a maior especialização do aeroporto de Faro para o transporte de passageiros, associado ao fluxo turístico sazonal que procura a região, deverá estender-se o investimento na articulação do aeroporto com o modo ferroviário, tanto para o transporte de passageiros como para o de mercadorias. As viagens para o país são, contudo, vendidas em "pacotes" que incluem normalmente o transporte em autocarro entre o aeroporto e as unidades hoteleiras, reduzindo, por este motivo e na actualidade, o papel que uma ligação ferroviária poderá desempenhar no sector turístico. Nestas condições, uma ligação ferroviária ao aeroporto poderá não ser competitiva com as actuais alternativas de transporte, sem prejuízo de que soluções mais ligeiras como o metro de superfície sejam introduzidas em articulação.

A importância do aeroporto para o tráfego nacional dependerá essencialmente da sua capacidade em competir no sector das viagens de negócios, o que implica uma oferta de voos diários a partir de Lisboa (principal origem destas deslocações), de modo a permitir um meio-dia ou um dia de trabalho no Algarve, sem necessidade de aí pernoitar.

Complementarmente a possibilidade de oferta de serviços integrados avião+automóvel+hotel, para estadias centradas no fim-de-semana, surge como nicho de mercado que será tanto mais significativo quanto menos competitivos forem os modos de transporte terrestres.

#### PRIORIDADES

As opções para o futuro deste modo de transporte na região são as seguintes:

- ✓ Integrar o transporte aéreo numa lógica de sistema com os outros modos de transporte;
- ✓ Beneficiação e avaliação da ampliação do aeroporto de Faro, com aumento da competitividade no sector das viagens de negócios;
- ✓ Construção de uma ligação rápida à VLA, servindo o *campus* universitário de Gambelas e o futuro Parque das Cidades, e à cidade de Faro;
- ✓ Tarifas competitivas no quadro dos aeroportos do Mediterrâneo;
- ✓ Fomento de ligações regulares com Espanha, Marrocos e Centro da Europa.

<sup>5</sup> SILVA e CAETANO (1999); CCR Algarve (2000a); CCR Algarve (2000b).

<sup>6</sup> ANA – Aeroportos de Portugal, SA

<sup>7</sup> Plano de Desenvolvimento do Aeroporto de Faro (AFR2000)

<sup>8</sup> ANA – Aeroportos de Portugal, SA

<sup>9</sup> ANA – Aeroportos de Portugal, SA

<sup>10</sup> ANA – Aeroportos de Portugal, SA

<sup>11</sup> Comissão Europeia (2001); CCR Algarve (2000a); SILVA (1998); SEVERINO (1999); SILVA e CAETANO (1999).

## Modo Marítimo

### DIAGNÓSTICO<sup>12</sup>

As distâncias marítimas são mais fáceis de vencer, mas a região carece de infra-estruturas. De facto, apesar das características da frente marítima do sul algarvio, não se desenvolveram significativamente infra-estruturas portuárias de reforço das acessibilidades externas.

O transporte marítimo apresenta importantes vantagens comparativas para o transporte de mercadorias nos territórios periféricos ou do litoral, face aos outros modos, como sejam a sua capacidade de deslocar grandes quantidades de mercadorias a grandes distâncias e por baixo custo.

O transporte marítimo detém actualmente uma importância claramente inferior aos restantes modos de transporte, apesar das duas importantes infra-estruturas portuárias que se encontram em funcionamento.

O transporte marítimo de passageiros só tem expressão em termos turísticos, com a realização de cruzeiros na proximidade da costa algarvia. O porto de Portimão tem vindo a acentuar a sua afirmação com um pólo importante para a escala de paquetes de cruzeiro, situando-se em terceiro lugar à escala nacional, atrás de Lisboa e do Funchal. O porto de Portimão tem-se especializado neste tipo de actividade, apresentando ainda uma componente relacionada com actividades piscatórias.

A componente do transporte marítimo de mercadorias tem neste momento uma importância secundária, já que não existem infra-estruturas ferroviárias de distribuição a partir dos portos algarvios, que permitam tráfegos de interesse internacional ou mesmo nacional. A favor da criação de alternativas modais, nomeadamente do crescimento do papel do transporte marítimo, jogam aspectos como a redução do congestionamento rodoviário, a redução da poluição e a menor pressão sobre a construção de novas infra-estruturas.

A possibilidade do transporte marítimo aumentar a sua quota de mercado passaria sobretudo por uma clara especialização do porto de Faro no sector de mercadorias e por uma racionalização do transporte de granéis líquidos ou sólidos, entre a região e os seus mercados abastecedores. De qualquer modo, para além da exploração do transporte de cabotagem que se vier a desenvolver entre os portos do mediterrâneo e a costa portuguesa, o transporte marítimo será sempre um parceiro menor do sistema de transportes que serve a região.

O porto de Faro está mais vocacionado para o tráfego de mercadorias, mas tem vindo a perder importância. A média do volume de mercadorias movimentadas nos últimos anos neste porto comercial tem-se situado em redor do meio milhão de toneladas (essencialmente cimento e clínquer, produtos petrolíferos e um valor residual de carga geral). O porto de Faro é fortemente especializado num leque reduzido de mercadorias, de grande importância para a região, mas onde é de assinalar a fraca taxa de movimentação de carga geral (menos de 1% do total), levando a concluir que a actividade do porto se encontra nas mercadorias de baixo valor específico, mas alto valor estratégico, como é o caso dos granéis mencionados.

Resulta assim que, no sistema de mobilidade da região, o essencial da carga geral, e grande parte dos granéis, são transportados de e para o Algarve através de outros modos de transporte, essencialmente pelo modo rodoviário. O transporte marítimo representa apenas uma percentagem pouco significativa.

Segundo a Estratégia de Desenvolvimento, a consolidação dos equipamentos na área da náutica de recreio (portos e equipamentos complementares), reforçando os factores de atracção do destino turístico algarvio na competição directa com outros pólos da oferta, nacionais e europeus, desempenha uma função crucial na qualificação e aposta estratégica em torno de um novo papel para as actividades turísticas regionais.

No diagnóstico prospectivo da região, a análise swot aponta como pontos fracos as acessibilidades marítimas obsoletas e ausência de articulação intermodal, o subaproveitamento dos portos comerciais de Faro e Portimão (prolongada ausência de investimento no porto de Faro) e a insuficiência de infra-estruturas de apoio à náutica de recreio e aos desportos náuticos. A existência do porto de Portimão com boas infra-estruturas para o turismo de cruzeiro e a existência de marinas e portos de

recreio constituem pontos fortes. A posição geoestratégica favorável na ligação das rotas marítimas do atlântico com as do mediterrâneo e o desenvolvimento da rede portuária ao nível das marinas e portos de recreio surgem como importantes oportunidades a explorar.

### PROPOSTAS<sup>13</sup>

Segundo as orientações do Livro Branco sobre Transportes, a prioridade para os próximos anos passa pelo transporte marítimo e fluvial, capaz de fazer face ao congestionamento de determinadas infra-estruturas rodoviárias e à falta de infra-estruturas ferroviárias.

A política europeia de transportes no horizonte 2010 indica no programa de acção as seguintes medidas:

- Desenvolver as infra-estruturas necessárias à materialização de verdadeiras auto-estradas do mar;
- Simplificar o quadro regulamentar do transporte marítimo e fluvial;
- Propor um quadro regulamentar para o controlo da segurança dos passageiros embarcados em navios que efectuem cruzeiros na Europa;
- Reforçar a regras de segurança marítima;
- Favorecer o regresso do maior número possível de navios às bandeiras comunitárias;
- Melhorar a situação do transporte fluvial.

Seria desejável associar a utilização do transporte rodoviário ao modo marítimo. Sobretudo o desenvolvimento do transporte marítimo de curta distância, tão encorajado pela União Europeia, poderia ser de grande valia para o relacionamento económico da nossa região com o exterior.

A potencialidade do transporte marítimo destaca-se no que se refere às mercadorias. Deste modo, o apetrechamento dos portos comerciais constitui uma linha de acção.

A importância do porto de Faro não pode ser desinserida do seu posicionamento no Algarve central nem da proximidade dos portos de Sines, Setúbal e de Huelva, com dimensões muito superiores no transporte de mercadorias.

Pressupondo o equilíbrio ambiental no Parque Natural da Ria Formosa (os problemas na regularização da barra não podem ser omitidos), onde está inserido, o porto de Faro poderá ter um papel complementar no transporte de mercadorias de e para a região, devendo para isso aprofundar a sua especialização funcional e aumentar a sua produtividade, assumindo-se como o principal porto comercial do Algarve, remetendo para Portimão o papel de porto de recreio e de terminal marítimo turístico.

A relevância que o porto de Faro pode vir a ter dependerá, contudo, enormemente da política marítima europeia e do papel que o transporte de cabotagem (livre prestação de serviços nos transportes marítimos internos dos Estados Membros) aí venha a ter. A progressiva liberalização de tráfegos indicia uma maior participação de bandeiras estrangeiras nos portos nacionais.

Relativamente a Portimão, um dos objectivos prioritários deverá ser a criação de condições para que possam entrar e acostar navios até 150 metros, englobando assim a maioria das categorias dos navios susceptíveis de serem atraídos a este mercado. Por outro lado, deverá ir a par da melhoria das condições operacionais do porto. Poderão assim ficar criadas condições para que este segmento de actividade dos cruzeiros venha a constituir-se como mais um dos pólos de turismo de qualidade que se pretendem implementar na região.

A consolidação da rede de marinas e portos de recreio do Algarve, com qualificação dos aspectos de integração ambiental e de funcionalidade dos serviços complementares de apoio, é uma intervenção de médio prazo indispensável ao alargamento das fronteiras internas de crescimento e uma vertente-chave para a afirmação da capacidade competitiva da Região.

<sup>12</sup> JACOB (1999); SILVA e CAETANO (1999); GARCIA (1999); CCR Algarve (2000a); CCR Algarve (2000b).

<sup>13</sup> Comissão Europeia (2001); CCR Algarve (2000b); GARCIA (1999); CCR Algarve (2000a); <http://europa.eu.int/>

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### PRIORIDADES

Apresentam-se como prioridades para a região, relativamente ao modo de transporte marítimo:

- ✓ Associação do modo marítimo aos outros modos de transporte (rodoviário e ferroviário), designadamente no porto de Faro;
- ✓ Desenvolvimento do transporte marítimo de curta distância;
- ✓ Melhoria das condições de exploração dos portos comerciais da região e consolidação da rede de marinas e portos de recreio do Algarve;
- ✓ Aprofundar a especialização funcional dos portos de Faro e Portimão, aquele nas mercadorias e este último no segmento de cruzeiros.

### Modo Rodoviário

#### DIAGNÓSTICO<sup>14</sup>

A abertura do comércio à Europa Central e Oriental está a gerar novos fluxos de tráfego e a quota de transporte rodoviário internacional cresce a um ritmo elevado, tendendo a verificar-se fluxos de transporte cada vez maiores nas zonas congestionadas da Europa. Assim, ao nível da União Europeia perspectiva-se que as emissões poluentes vão exigir ecotaxas ou limitações ao transporte rodoviário.

Apesar das recentes melhorias em curso e previstas no plano rodoviário nacional, é no domínio dos transportes terrestres que continuam a ser identificadas as principais carências da região: o ciclo de investimento na última década, caracterizado pelo fecho da rede rodoviária fundamental, só agora vai parcialmente ocorrer no Algarve, designadamente no tocante à ligação por Auto-Estrada a Lisboa, mas ainda se aguarda a conclusão dos eixos intra-regionais (VLA e Eixo Longitudinal Serrano) e dos acessos ao longo do Guadiana (IC27) e da Costa Vicentina (IC4).

A ligação à Andaluzia pela Ponte sobre o Rio Guadiana em Castro Marim tem igualmente preferência nos movimentos de entradas e saídas no Algarve, em especial com a recente conclusão da rede de auto-estradas da Estremadura espanhola, permitindo assim a inserção da VLA no sistema de vias principais da Península Ibérica.

No Plano Rodoviário Nacional 2000 prevêem-se melhorias na rede complementar, nomeadamente a conclusão do IC4 (ligação de Sines a Faro) na zona do Barlavento algarvio, e do IC27 (ligação de Beja a Castro Marim) no Sotavento. Está previsto também o prolongamento da VLA até Lagos, retirando assim à EN125 a função de via de atravessamento, passando a assumir uma função exclusiva ao nível da distribuição do tráfego junto dos aglomerados urbanos que atravessa.

A conclusão da A2 representa uma redução do tempo de viagem significativa (15%) para volumes de tráfego normais, mas bastante importante nos meses de verão onde as situações de congestionamento são mais frequentes.

O transporte rodoviário é actualmente o modo de transporte colectivo com maior procura para as ligações em grande escala, em especial nas ligações com a Área Metropolitana de Lisboa. Na zona litoral, a rede de transportes colectivos apresenta uma elevada cobertura, com carreiras que passam dentro dos principais aglomerados urbanos, mas com muito fraca articulação às estações de caminho de ferro.

Para além disso, observando o funcionamento do sistema urbano, constata-se que quer a localização dos aglomerados quer a dimensão da sua população não permitem suportar redes urbanas de transporte colectivo isoladas.

É de referir a existência de ligações regulares à Andaluzia, particularmente a articulação rodoviária Faro-Huelva-Sevilha com expressão no segmento de passageiros.

O transporte de mercadorias no Algarve está fortemente dependente do transporte rodoviário, já que existe uma desconcentração de cargas em toda a região algarvia. Sendo este modo o mais versátil, regular, com capacidade de resposta a curto prazo e que requer uma menor organização, apresenta-se como o mais adequado à distribuição geográfica algo difusa da procura. No entanto, as crescentes necessidades de transporte da região, põem em causa a manutenção da quase exclusividade do transporte rodoviário de mercadorias.

Outro aspecto, não menos importante, prende-se com o transporte de produtos perigosos por via rodoviária, que condiciona a segurança de condutores e habitantes, dados os necessários atravessamentos das zonas densamente povoadas.

No diagnóstico prospectivo, surgem como pontos fracos as deficientes ligações rodoviárias ao aeroporto de Faro, as acessibilidades centradas no modo rodoviário e não articuladas, a deficiente qualidade de alguns troços da rede viária regional e municipal, a sinalização viária e turística deficiente, o elevado nível de sinistralidade da EN 125 (segurança), a existência de pontos críticos de congestionamento de tráfego. As ameaças surgem com a crescente concentração da actividade económica (localização de empresas) no litoral com tendência para o congestionamento rodoviário, a sobrecarga do modo rodoviário e a inexistência dos IC's poente e nascente de acesso à região (IC4 e IC27).

Os pontos fortes são a ligação rodoviária à região de Andaluzia (ponte Guadiana), o grande investimento realizado na rede rodoviária interna e a incidência do plano rodoviário nacional na região (PRN 2000). Constituem oportunidades a rede rodoviária bem definida com forte expectativa de execução, o traçado ferroviário no sotavento como alternativa à rodovia (EN125), a integração da rede regional de transportes rodoviários na rede ibérica, a execução prevista da VLA e a existência de procura (residente, turística) para sistemas rodo-ferroviários urbanos.

Em suma, o transporte rodoviário encontra-se em grande expansão, tanto no caso do transporte de passageiros quanto no de mercadorias. Tal resulta não só da falta de condições de funcionamento apresentada pelos outros modos de transporte, como pelo tipo de procura a que dá resposta – sazonal e de lazer, no caso dos passageiros; muito dispersa e de pequeno volume, no que se refere às mercadorias.

A melhoria das acessibilidades efectuadas e previstas para a rede rodoviária continuará a estimular o crescimento do transporte individual, do transporte colectivo rodoviário e do transporte de mercadorias em pequena escala, que no entanto estão a suscitar a necessidade de proceder ao planeamento dos parqueamentos e da logística.

Deste modo, os principais estrangulamentos que se verificarão em relação a este modo de transporte, resultarão essencialmente do facto de se concentrar a chegada ao Algarve num único ponto, da inexistência de uma ligação transversal completa na região e da articulação insuficiente de alguns troços da VLA para o desvio do tráfego de atravessamento regional, para os centros urbanos principais.

Face à primordial função de distribuição regional da EN125 e à comprovada tendência de crescimento das interdependências concelhias, será altamente provável que a saturação da EN 125 se venha a acentuar ainda mais, face ao modesto efeito que a VLA terá no descongestionamento daquela rodovia. Com efeito, a VLA não apresenta grande atractividade face à EN125 para as ligações regionais de proximidade, dado que não estão ainda construídos os acessos aos principais centros urbanos.

#### PROPOSTAS<sup>15</sup>

São propostas como linhas de acção a execução dos eixos fundamentais de acessibilidade rodoviária do Algarve, a conclusão dos eixos rodoviários longitudinais e execução dos eixos transversais, a aplicação de planos de segurança e sinalização rodoviária, a melhoria da rede viária regional e municipal, e a melhoria da rede viária de acesso às cidades e construção de variantes urbanas. Este conjunto de intervenções permitirá a diversificação dos acessos rodoviários ao Algarve.

No caso do IC27 trata-se não só de aproveitar as novas condições de acessibilidade oferecidas pela conclusão da AE Lisboa-Évora-Badajoz e pelo IP2, como completar as ligações com a Estremadura espanhola via Vila Real de Santo António. A melhoria/beneficiação do IC4 permitirá eliminar os principais problemas e estrangulamentos deste eixo de

<sup>14</sup> SILVA e CAETANO (1999); PINELO (1999); JACOB (1999); CCR Algarve (2000b); CCR Algarve (2000a).

<sup>15</sup> CCR Algarve (2000b); CCR Algarve (2000a); CCR Algarve (2001b); SILVA (1998); SILVA e CAETANO (1999); PINELO (1999).



penetração no Algarve por poente, com a prevista melhoria da EN120 até Bensafrim para ligação ao fim da VLA no Barlavento. No caso da EN2, objecto de recente intervenção, pretende-se que venha a funcionar como quase prolongamento do IP2, embora com o estatuto de via panorâmica.

No sentido de tornar mais atractiva a utilização da VLA, estão previstas beneficiações nos acessos aos centros populacionais mais importantes (Faro, S. Brás de Alportel, Albufeira, Quarteira/Vilamoura), bem como a melhoria do acesso ao aeroporto de Faro. A construção do último troço da VLA inclui as ligações às sedes de concelho de Lagoa, Silves, Portimão e Lagos.

O estrangulamento de alguns centros urbanos também constitui preocupação, pelo que surgem como prioritários projectos de circulares ou variantes: Loulé, S. Brás de Alportel, Faro, Olhão, Aljezur, Raposeira, Odiáxere. Estas intervenções permitirão efectuar a separação do tráfego fora dos aglomerados urbanos, reduzindo-se o tempo entre pólos importantes e melhorando a circulação interna.

As ligações ao exterior serão estimuladas através da construção da Ponte Internacional Alcoutim-San Lucar, numa tentativa de abrir o interior ao desenvolvimento harmonioso, garantindo a crescente mobilidade às populações, reforçando simultaneamente a coesão social.

No que se refere ao interior da região, o prolongamento e melhoria da EN264 até S. Marcos da Serra são essenciais para o aumento da acessibilidade aos aglomerados urbanos do sopé da serra e para o desenvolvimento de um eixo viário longitudinal no interior algarvio, desde Aljezur a Alcoutim.

As propostas de intervenção sobre a EN125 no âmbito da melhoria das acessibilidades regionais deve passar pela beneficiação de alguns troços, nomeadamente entre Tavira-VRSA e entre Albufeira-Lagos.

Assume particular importância estratégica a diversificação dos acessos rodoviários ao Algarve e a localização dos nós da A2 quando esta entra na região. Para lá da ligação com a VLA, após a travessia da serra, a A2 deve também funcionar como eixo distribuidor de tráfego para as outras vias principais do sistema rodoviário regional, como sejam as EN124 e EN267. Daí que seja essencial prever um nó em S. Marcos da Serra (ou Santana da Serra), para além do previsto em S. Bartolomeu de Messines, de modo a permitir a distribuição de tráfego para o eixo rodoviário do sopé da serra.

Por outro lado, dever-se-á estudar a viabilidade técnica, as vantagens e os inconvenientes de introduzir um novo nó na VLA, entre Tavira e Altura (nó da Pinheira), por forma a servir a área de Manta Rota onde se verificou na última década, e está projectado, um grande crescimento urbano.

O transporte rodoviário de mercadorias tem um papel quase insubstituível na região, e nas relações do Algarve com o exterior. Face à proximidade dos seus centros urbanos, à sua reduzida dimensão e à grande dispersão do povoamento urbano e das actividades económicas, dificilmente se poderá viabilizar uma alternativa ao transporte rodoviário de mercadorias que não seja para produtos muito especiais e para satisfazer picos de procura com forte sazonalidade e previsibilidade.

Os transportes colectivos rodoviários com características regionais e suburbanas deverão adaptar-se a uma lógica de rede integrada com o caminho de ferro de serviço regional. Ao nível do transporte colectivo urbano, dever-se-á prever que as concessões incluam o centro urbano e a sua periferia imediata, bem como aglomerações de outros centros urbanos próximos, como sejam as de Faro-Olhão; Lagos-Portimão, Albufeira-Vilamoura-Quarteira-Loulé; Monte Gordo-VRSA.

Segundo a Estratégia de Desenvolvimento, são necessárias intervenções na reestruturação do transporte colectivo rodoviário, no sentido de assegurar um adequado rebatimento sobre as principais estações, constituindo uma bacia de recolha de passageiros suficientemente atractiva que fundamente os investimentos de coordenação modal necessários.

De acordo com as orientações do Livro Branco sobre Transportes, a incorporação dos custos externos na tarificação de utilização das infra-estruturas rodoviárias deve ser encorajada, para uma utilização de modos de transporte que tenham menor impacto ambiental.

Nesta linha de preocupação é fundamental que se avance também na execução de vias de comunicação autónomas, reservadas a percursos não motorizados, desenvolvidos num quadro que valorize o meio ambiente e a qualidade de vida,

cumprindo as condições suficientes de largura, inclinação e qualidade de superficialidade para garantir uma utilização em conveniência e segurança a todos os utilizadores de qualquer capacidade física.

As rotas verdes, as vias cicláveis e ou pedonais, contribuem hoje para uma estrutura de recreio ao ar livre e um sistema de circulação que facilite a população, a pé ou de bicicleta, a uma circulação alternativa e independente da circulação rodoviária.

### PRIORIDADES

São adiantadas as seguintes intervenções principais:

- ✓ Nó da A2 a Santana da Serra (a melhorar);
- ✓ Conclusão da Via do Infante (VLA);
- ✓ Construção de ligações da VLA aos principais centros e aglomerações urbanas;
- ✓ Reordenamento da circulação, estacionamento e acessos marginais em toda a extensão da EN125, em particular no troço Olhão/VRSA;
- ✓ Construção de variantes rodoviárias de Lagos, Faro, Loulé, S. Brás de Alportel, Olhão (estas duas associadas à construção da VLA);
- ✓ Implementação nas principais aglomerações urbanas de um serviço integrado de mini-autocarros e estacionamento tarifado nas áreas centrais complementado com o desenvolvimento de parques de estacionamento e de espaços e percursos pedonais nessas áreas;
- ✓ Execução dos eixos fundamentais de acessibilidade rodoviária do Algarve, a conclusão dos eixos rodoviários longitudinais e execução dos eixos transversais;
- ✓ aplicação de planos de segurança e sinalização rodoviária;
- ✓ Melhoria da rede viária de acesso às cidades e construção de variantes urbanas;
- ✓ Coordenação modal do transporte colectivo rodoviário com o caminho-de-ferro;
- ✓ Transportes colectivos urbanos abrangendo a periferia e centros urbanos próximos.
- ✓ Implementação de rotas verdes, ou vias cicláveis, nos concelhos do litoral.

### Modo Ferroviário

#### DIAGNÓSTICO<sup>16</sup>

O transporte ferroviário tem sido objecto de investimentos diminutos, destinados essencialmente à manutenção e reposição da linha, não potenciando a modernização deste meio de transporte. A linha Lisboa-Faro e a linha regional são antiquadas quer no que respeita ao traçado e características da via, quer em relação aos sistemas de regulação, segurança e energia. A ferrovia do Algarve é desajustada das potencialidades e necessidades, uma vez que as ligações Faro-Olhão-Tavira-VRSA e Lagos-Portimão-Lagoa podem ter um papel importante na ligação dos centros urbanos regionais e nas ligações nacionais. Por outro lado, o traçado pela serra algarvia não tem em conta as velocidades esperadas no futuro.

Existindo uma importante infra-estrutura ferroviária de ligação a Lisboa (Linha do Sul) e uma possibilidade de ligação a Espanha através da Linha do Algarve, este modo de transporte apresenta enormes potencialidades de exploração para o transporte regional, nacional e transfronteiriço de passageiros. Todavia, as ligações ferroviárias com Lisboa processam-se de forma desconfortável e lenta e as que existiam com Espanha são actualmente asseguradas por modo rodoviário. A desactivação da ligação ferroviária entre Ayamonte e Huelva impede a ligação à rede ferroviária espanhola por sul. Assim, o transporte ferroviário tem vindo a perder a importância que detinha no quadro das deslocações face à degradação da qualidade do serviço prestado, quer ao nível nacional e local, quer ao nível das ligações a Espanha.

A acessibilidade interna por via ferroviária encontra-se bastante dificultada. O transporte ferroviário a partir da cidade de Lisboa não é directo, dependendo actualmente do atravessamento do rio Tejo por barco, sendo ainda necessário efectuar outro transbordo no entroncamento da Linha do Sul com a Linha do Algarve, em Tunes, para quem prossegue para Lagos.

<sup>16</sup> SNEDE (1999); SILVA e CAETANO (1999); CCR Algarve (2000b); CCR Algarve (2000a); CP (1999).

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Estas dificuldades agravam-se quando se observa que a grande maioria do tráfego de passageiros está associada ao turismo, tornando-se muito desconfortável e penalizante qualquer tipo de transbordo nestas condições.

Em termos da gestão da exploração do serviço ferroviário, os problemas decorrem essencialmente das limitações de capacidade e de velocidades resultantes da circulação em via única e da sinuosidade do traçado na travessia da serra algarvia. Os atrasos são frequentes em praticamente toda a Linha do Sul, já que esta funciona em via única (apenas o troço entre o Barreiro e Pinhal Novo funciona em via dupla) e não está electrificada em toda a sua extensão.

A Linha do Algarve não favorece as ligações internas ao longo do litoral algarvio. O seu traçado no troço entre Faro e Lagos está bastante descentrado relativamente a zonas turísticas importantes (como é o caso de Albufeira e Quarteira) encontrando-se igualmente distante de outros aglomerados urbanos (como é o caso de Loulé, Lagoa e Silves). Esta situação, possível de se contornar futuramente, necessitaria de uma conveniente articulação entre o transporte regional ferroviário e o transporte colectivo rodoviário de distribuição local.

Quanto à oferta, conclui-se que, apesar de existirem muitas circulações diárias, a oferta não é atractiva especialmente porque não existem horários cadenciados, com consequências na frequência e pontualidade dos comboios, não há circulações rápidas vocacionadas para determinadas ligações, nomeadamente Faro-Olhão, Lagos-Portimão e Faro-Lagos, não há diferenciação nítida entre os dois tipos de serviço, regional e interregional, efectuam-se demasiadas paragens com a consequente baixa de velocidade comercial, e o material circulante é velho, pesado e sem conforto.

De acordo com o estudo do SNEDE, o modo ferroviário apresenta elevada capacidade de captação da quota de mercado nas deslocações pendulares do tipo casa-trabalho localizadas nos eixos Tavira- Olhão-Faro-Loulé e Portimão-Lagos. A actual procura nesta linha deve-se assim exclusivamente às baixas tarifas praticadas quando comparadas com as alternativas oferecidas pelos transportes colectivos rodoviários.

O elevado número de passagens de nível existentes na Linha do Algarve constitui um factor que condiciona a exploração ferroviária quer nas operações em si mesmas, quer em especial no que se refere à circulação e segurança das circulações.

Em relação à movimentação de carga interna, agrava-se o problema pelo facto de só existirem condições de funcionamento (embarque e desembarque) de mercadorias em quatro cais (Tunes, Tavira, Loulé e Faro), sendo assim quase todo o escoamento e distribuição efectuado por rodovia. Em particular, o terminal ferroviário de mercadorias da estação de Loulé encontra-se subutilizado por ausência de intermodalidade com outros modos de transporte. Por outro lado, actualmente, a rede ferroviária no Algarve não tem acesso aos pontos finais do sistema de transportes, ou seja, aos portos e aeroportos.

Apesar de tudo, perspectiva-se um desenvolvimento deste modo de transporte, tendo em conta os investimentos a realizar pela REFER: electrificação da linha de Braga-Faro, duplicando-a e introduzindo sistemas de sinalização e comando de tráfego (com conclusão para 2004, embora não beneficiando o troço que atravessa a serra algarvia); ligação do troço de 4 Km entre Coia-Pinhal Novo (prevista para 2003). Por seu lado, a CP prevê investimentos na melhoria da tabela de horários e informatização das estações (sistema de vendas).

O simples facto de se concluir a ligação Coia-Pinhal Novo permitirá desde logo diminuir o tempo de percurso e evitar o transbordo barco-comboio no Barreiro. Por outro lado, a introdução do comboio pendular, mesmo sem intervenção na linha actual, permitirá ainda reduzir esse tempo de percurso, o que transformará o comboio num modo de transporte atractivo, nomeadamente em relação à rodovia.

Estão ainda em estudo, em função de vários cenários de desenvolvimento, a criação de novos pontos de paragem nas zonas de maior densidade populacional do litoral algarvio e a construção de alguns troços de via dupla para cruzamentos, possibilitando aumentar a oferta por aumento de frequência das circulações.

O diagnóstico prospectivo da região apresenta como pontos fracos as acessibilidades ferroviárias obsoletas e ausência de articulação intermodal, a ausência de ligação da rede ferroviária com Andaluzia, o traçado ferroviário de ligação da Lisboa e ao país (Funcheira-Tunes) com mais de um século de existência, a ausência de ligações ferroviárias ao aeroporto de Faro, e a desadequação e antiguidade da rede ferroviária transversal (ausência de investimento).

As oportunidades são a existência de ligação ferroviária sobre o Tejo, o traçado ferroviário no sotavento junto ao litoral algarvio como alternativa à rodovia (EN 125), a existência de corredor reservado pelo PROT-Algarve no que respeita ao eixo ferroviário no barlavento, e a existência de procura (estudantil, turística) para sistemas rodo-ferroviários urbanos.

Por inquérito aos utilizadores, a CP – Caminhos de Ferro Portugueses conseguiu apurar que cerca de 56% não utilizaria o comboio como meio de transporte para acesso (saída/entrada) ao aeroporto de Faro. Apenas 25% utilizaria de certeza esse meio de transporte. Relativamente à intenção de utilizar o comboio na deslocação à Universidade (Gambelas), 52% dos alunos e trabalhadores inquiridos confirma que utilizaria de certeza esse meio de transporte. Apenas 18% não utilizaria o comboio, pelo facto de possuir alternativa de transporte ou pela localização da estação pouco acessível.

### PROPOSTAS<sup>17</sup>

Segundo as orientações do Livro Branco, os investimentos deverão ser reorientados para dar prioridade ao caminho-de-ferro. A revitalização do caminho-de-ferro passa pelas seguintes medidas:

- assegurar a abertura progressiva do mercado ferroviário na Europa;
- reforçar a segurança ferroviária;
- apoiar a construção de novas infra-estruturas, nomeadamente corredores ferroviários com prioridade às mercadorias;
- reduzir os impactos ambientais do sector ferroviário.

Segundo a Estratégia de Desenvolvimento, destaca-se como intervenção de médio prazo a melhoria da acessibilidade ferroviária à Região, visando atenuar a sazonalidade do turismo algarvio e contemplando a redução do tempo do percurso Lisboa-Faro, a modernização do corredor ferroviário litoral e a programação do troço transfronteiriço da linha ferroviária Lisboa-Faro-Sevilha.

Numa perspectiva de captação de mercados turísticos da Andaluzia e da ligação ao Mediterrâneo, e de ampliação da área de influência do aeroporto de Faro, no curto e médio prazo interessaria estudar em definitivo uma articulação com a rede ferroviária espanhola a sul, sem esquecer que está desactivado o troço Ayamonte-Huelva e que isso implica uma nova travessia do Guadiana.

Por outro lado, é necessário um investimento de melhoria da circulação na linha do Algarve pelo menos no troço entre Vila Real de Santo António e Faro. Este investimento deverá incidir principalmente na alteração das actuais condições de segurança da via férrea que permitam um importante aumento das velocidades comerciais. Também a renovação do material circulante deve ser considerada (adopção de material circulante automotor ligeiro recorrendo às novas tecnologias de tracção *diesel* não agressivas do ponto de vista ecológico), por forma a proporcionar melhor conforto aos utilizadores, factor particularmente importante em viagens de longo curso. Os serviços complementares de apoio aos passageiros, nomeadamente no que respeita ao estacionamento para os automóveis particulares e táxis, e às condições de acesso ao transporte colectivo rodoviário, carecem de intervenção rápida em termos de estrutura e de procedimentos.

A acessibilidade ferroviária também passará a ser mais atractiva com o completar da ligação do Pinhal Novo a Coia. Será igualmente necessário um grande esforço de investimento na electrificação da via em quase toda a sua extensão, bem como no desdobramento da linha para via dupla em alguns troços, além de se promover uma melhor exploração da mesma em termos de horários.

A melhoria do serviço ferroviário de passageiros passa também pela articulação com o modo rodoviário colectivo de rebatimento em pontos centrais – Lagos, Portimão, Albufeira, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. A partir destas estações o serviço rodoviário colectivo deverá assegurar a distribuição local, praticando-se tarifas de complemento ao caminho de ferro.

<sup>17</sup> Comissão Europeia (2001); CCR Algarve (2000b); SNEDE (1999); SILVA e CAETANO (1999); CCR Algarve (2000a); CCR Algarve (2001c).

Esta coordenação implica a possibilidade de o comboio funcionar como ligação sub-urbana entre os centros das principais aglomerações urbanas e as suas áreas envolventes, melhorando por essa via a acessibilidade da população residente entre Lagos e V. R. Santo António. Por outro lado, deve ser pensada a possibilidade da linha regional de vir a efectuar pequenas "antenas" à rede, de ligação ao aeroporto, ao Campus Universitários de Gambelas e à Ilha de Faro.

Relativamente ao transporte ferroviário no Algarve central, surge como ideia chave a criação de uma nova estação rodo-ferroviária em Faro, que congregue os aspectos fundamentais da multimodalidade. Vislumbra-se igualmente de grande interesse, a criação de uma variante à linha de caminho de ferro actualmente existente, que servirá o pólo universitário das Gambelas, o Aeroporto e o Montenegro. Entretanto, a construção do Parque das Cidades nas proximidades do local onde nascerá a variante do Aeroporto (São João da Venda), as funcionalidades futuras previstas para esse grande espaço, para além da realização do EURO-2004 e, por sua vez, a relativa proximidade à capital do 2º maior concelho (Loulé), permite crer que se justificaria o avanço da linha até esta localidade.

### PRIORIDADES

As medidas relevantes para a ferrovia na região incluem:

- ✓ Electrificação da linha de caminho de ferro até à Funcheira, antecipação temporal do troço Coina-Pinhal Novo (4km), e estudo do percurso Funcheira/Neves Corvo a Loulé/Tunes;
- ✓ Estudo de eventual ligação ferroviária Lisboa-Faro-Sevilha;
- ✓ investimentos nas infra-estruturas e material circulante, na adequação das estações e no ajustamento da política de horários, com uma correcta articulação com os restantes modos de transporte;
- ✓ Construção de uma nova estação rodo-ferroviária, com características multimodais, que exerça a coordenação de todo o sistema de transportes que serve a região central do Algarve;
- ✓ Serventia, em transporte ferroviário (metro de superfície), da área que abrange o Campus Universitário das Gambelas, o Aeroporto, o Montenegro, o Parque das Cidades, com prolongamento a Loulé;
- ✓ melhoria do serviço regional, com possibilidade do comboio funcionar como ligação sub-urbana entre os centros das principais aglomerações urbanas e as suas áreas envolventes;
- ✓ promover a utilização da via ferroviária para o transporte concentrado de grandes cargas, nomeadamente combustíveis, cimento e produtos susceptíveis de serem concentrados na origem e em grandes unidades de armazenamento no destino;
- ✓ Recurso ao transporte ferroviário de âmbito regional, apenas entre locais com procura adequada;
- ✓ Eliminação de apeadeiros/estações que não se integrem na rede suburbana, ou eventualmente a sua utilização como pontos de apoio para eléctricos rápidos ou do tipo metropolitano de superfície.

### Multimodalidade e Logística

#### DIAGNÓSTICO<sup>18</sup>

A logística permite fomentar a articulação intermodal e a coerência interna do sistema de transportes, contribuindo para a integração territorial e desenvolvimento das ligações regionais.

No quadro da globalização e da construção europeia, coloca-se o desafio do ordenamento da logística e dos parques empresariais. A região do Algarve é extremamente deficitária em espaços para acolhimento de empresas. Esta insuficiência foi sendo contornada através da instalação das empresas ao longo das principais vias da região, mas revela-se agora uma situação de conflito de usos com desvantagens associadas a menor eficiência e consequente perda de competitividade das empresas. A solução empresarial tomada isoladamente não permitiu que a região possuísse espaços dotados de equipamentos essenciais à promoção regional e o insuficiente volume e variedade de matérias (primas e transformadas) a movimentar, de e para a região, também não gerou uma apetência para a criação de zonas de concentração.

Actualmente, o aumento do fluxo de mercadorias, associado ao elevado número de visitantes e ao aumento da população residente, veio colocar na ordem do dia a necessidade de áreas de logística, cada vez mais prementes na medida em que o

Algarve começa a ter um volume substancial de tráfego com as outras regiões do País e com a Andaluzia. A existência destes espaços deve ter associada uma oferta adequada de serviços complementares e de meios técnicos de apoio, que contribuam para o melhor desenvolvimento da actividade empresarial na região.

De acordo com o Estudo Estratégico para a Rede Nacional das Plataformas Logísticas em Portugal, os terminais públicos existentes na região estão pouco desenvolvidos e carentes em funções logísticas, verifica-se escassez de serviços de apoio de armazenagem e distribuição. Neste sentido, as plataformas a desenvolver beneficiarão pequenas e médias companhias de transporte rodoviário, que podem ganhar com as economias de escala que as plataformas podem oferecer.

A região apresenta uma procura elevada de serviços de apoio a plataformas logísticas para o tráfego interno de distribuição local. Este padrão da procura de transporte de mercadorias indica que existe possibilidade de desenvolver terminais no Algarve. Apesar de uma reduzida população e indústria pouco desenvolvida, o Algarve dista 300 km de Lisboa, tornando difíceis de concretizar viagens diárias de ida e volta, tendo em conta as restrições horárias de condução impostas pela U.E.. Deste modo, os operadores irão necessitar de implementar os seus próprios armazéns na área, abrindo a possibilidade de criação de uma nova plataforma.

Por outro lado, uma vez que a procura tem picos no Verão que é necessário satisfazer, justifica-se o desenvolvimento de uma logística de armazenamento na região.

#### PROPOSTAS<sup>19</sup>

Para o desenvolvimento do transporte de mercadorias, é necessária uma associação clara entre os modos ferroviário e marítimo, com a realocação dos depósitos de tancagem de combustíveis de Faro, por forma a permitir a construção de uma infra-estrutura responsável pelo abastecimento dos produtos petrolíferos entre Sines e o aeroporto. Se existir uma plataforma logística que faça a concentração de cargas no Algarve (nomeadamente na zona de Loulé-Faro), pode ainda pensar-se numa ascensão ligeira do transporte de mercadorias por via marítima no porto de Faro.

A reorganização da logística do abastecimento do combustível ao Algarve, considerando as crescentes necessidades do aeroporto de Faro, é determinante. Deste modo, afigura-se indispensável avaliar a transferência da tancagem existente no porto de Faro para um ponto de armazenamento que concentre as necessidades de *stockagem* de combustíveis da região, desejavelmente em área próxima do aeroporto (principal consumidor individual), desde que bem servida por rodovia e ferrovia.

Como intervenção possível surge a construção de um parque de armazenamento de combustíveis nas proximidades da nova estação rodo-ferroviária de Faro, em local suficientemente seguro, que concentre a *stockagem* de todo o tipo de combustível, efectuando-se a partir deste ponto a ligação ao aeroporto por *pipeline*. Esta solução deverá ser temporalmente compatível com as alterações na zona de tancagem do Aeroporto, que irão ser deslocadas no âmbito do projecto de ampliação desta infraestrutura.

Quanto às mercadorias que permitam a sua fácil grupagem e o seu transporte em sistema concentrado, dever-se-á estudar pormenorizadamente a viabilidade de construir um grande entreposto próximo da ligação da A2 com a VLA e da linha férrea de Lisboa com a do Algarve, de modo a permitir o seu transporte por caminho de ferro até esse entreposto e depois efectuar a sua distribuição fina por via rodoviária. Uma plataforma logística que faça a concentração de cargas no Algarve para o transporte de mercadorias, permitirá condições de maior desenvolvimento do transporte ferroviário, desde que estejam asseguradas ligações ferroviárias aos portos de Sines e de Lisboa.

Assim, surge como medida relevante promover a utilização da via ferroviária para o transporte concentrado de grandes cargas, nomeadamente combustíveis, cimento e produtos susceptíveis de serem concentrados na origem e em grandes unidades de armazenamento no destino. A crescente importância do porto de Sines, com grande peso nas cargas de combustível e carvão, justifica o estudo da extensão da ferrovia Sines-Algarve.

Para além da reorganização da logística de abastecimento e armazenamento de combustível ao Aeroporto e à região, está identificado um conjunto de investimentos no domínio da logística e da localização empresarial, alguns já em fase de

<sup>18</sup> CCR Algarve (2000a); Halcrow Fox (2000/2001)

<sup>19</sup> CCR Algarve (2000a); SILVA e CAETANO (1999); CCR Algarve (2001c); SILVA (1998); Halcrow Fox (2000/2001).

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

concretização, outros em fase de pré-projecto: Centro Empresarial e de Logística de Tunes, Área de Negócios de Castro Marim, Mercado Abastecedor da Região de Faro.

A área de Tunes, localizada na convergência do IC1, IC4, ER125, ferrovia e A2/IP1, seria desenvolvida não apenas como plataforma logística, mas também como parque industrial e logístico, como nó estratégico. No longo prazo, a indústria instalada ao longo da ER125 será encorajada a realocar-se Centro Empresarial e de Logística de Tunes, libertando terrenos para usos residenciais e turísticos mais apropriados.

Existe uma proposta para desenvolver a área de Castro Marim como um parque industrial/empresarial com serviços de apoio logísticos, funcionando como ponto transfronteiriço que permita responder à procura do lado espanhol. A Área de Negócios do Sotavento Algarvio pretende oferecer espaços para serviços, actividades logísticas e industriais, com uma área de influência transfronteiriça, sub-regional e mesmo regional.

O Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF) surge como uma plataforma logística e de distribuição no domínio grossista agro-alimentar para todo o Algarve. Situado a 8 km de Faro, junto ao IP1, próximo do nó Faro/S. Brás de Alportel, prevendo um volume de transações anuais de 200.000 toneladas, correspondente à movimentação de 2.200 viaturas/dia, constitui-se como uma verdadeira plataforma logística e de distribuição para todo o Algarve, quer ao nível do abastecimento local e regional, quer no que diz respeito às trocas comerciais com o resto do País e, mesmo, com o mercado externo (em especial, com Espanha). O MARF, já em fase de desenvolvimento, prevê uma plataforma TIR e de abastecimento de combustível.

A Estratégia de Desenvolvimento aponta para um perfil de intervenção em matéria de reordenamento e qualificação dos espaços de localização para actividades industriais, de distribuição e logística, designadamente das Zonas de Localização Prioritária. Este objectivo deve ser articulado com o reforço de factores de competitividade das empresas e das actividades produtivas.

A médio prazo deverão existir verdadeiros parques empresariais locais e sub-regionais que regulem a atomicidade das localizações e favoreçam, simultaneamente, a criação de redes empresariais e o ordenamento, quer das áreas urbanas, quer dos espaços produtivos e logísticos de carácter difuso.

### PRIORIDADES

São considerados como investimentos prioritários:

- ✓ Construção de uma infra-estrutura de pipeline para o transporte dos produtos petrolíferos entre a tancagem de combustíveis de Faro e o aeroporto;
- ✓ Analisar a construção do parque de armazenamento de combustíveis nas proximidades da nova estação rodo-ferroviária de Faro;
- ✓ desenvolvimento das zonas logísticas e de localização empresarial: Centro Empresarial e de Logística de Tunes, Área de Negócios de Castro Marim, Mercado Abastecedor da Região de Faro;
- ✓ reordenamento e qualificação das Zonas de Localização Prioritária.

## 5.5 – SANEAMENTO

### 5.5.1 – Drenagem

#### Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

No Algarve, a distribuição geográfica das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) segue a ocupação territorial, concentrando-se junto ao litoral, onde se encontram os maiores aglomerados populacionais e onde a pressão turística se faz sentir com mais intensidade.

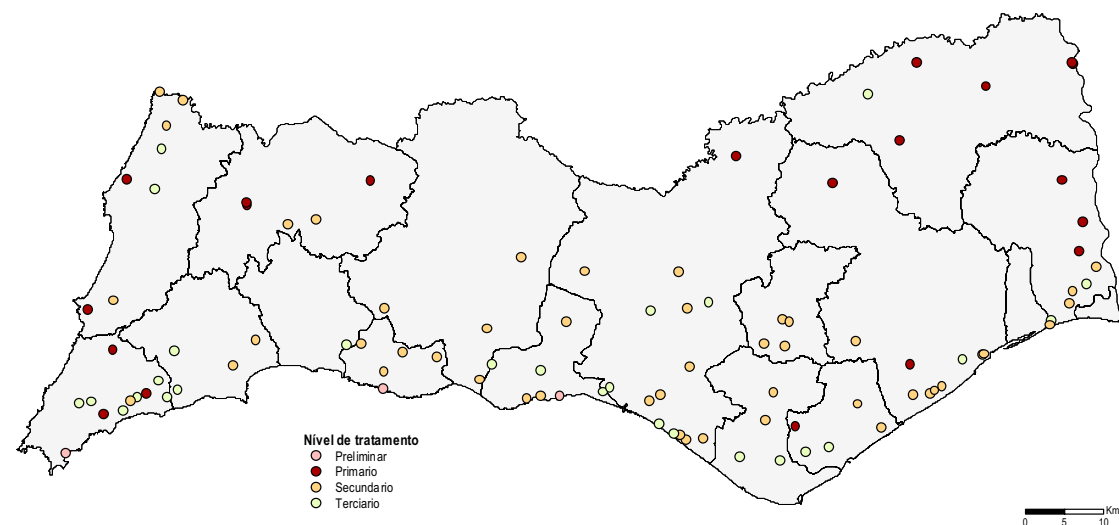
A proximidade das zonas balneares levou desde cedo à implementação de ETAR com um nível de tratamento compatível com aquele uso. Assim, no Algarve cerca de metade das ETAR apresenta nível de tratamento secundário, correspondendo à remoção de carga orgânica e cerca de 25 % das ETAR apresentam ainda remoção bacteriológica.

Durante os anos de 1993 e 1994, a Direcção Regional do Ambiente, em estreita colaboração com as Câmaras Municipais da região do Algarve, desenvolveu um conjunto de estudos com o título comum de “Saneamento Básico da Região Algarve - Anos 2000”, que teve como objectivo principal a determinação de soluções de tratamento de águas residuais de escala adequada do ponto de vista técnico-económico e, simultaneamente, a preservação dos meios receptores, tendo sido norteado pela necessidade de dar cumprimento à legislação nacional e comunitária em vigor.

Em resultado desses estudos, foram identificadas as intervenções ao nível da intercepção e tratamento de águas residuais de execução prioritária, a concretizar pelas Câmaras Municipais, e que permitirão atingir níveis de atendimento superiores a 90%, valor que corresponde à meta definida no Plano Nacional da Água.

Os valores a nível nacional de população servida com redes de colectores e por ETAR são, respectivamente, de 75% e 55%. A região do Algarve apresenta uma situação mais satisfatória, com 84% da população servida com drenagem e 83% servida com tratamento de águas residuais. As obras em curso e as previstas relativamente a este sector e no âmbito do III QCA, para a região do Algarve, permitirão atingir os níveis de atendimento preconizados no Plano Nacional da Água. Por outro lado, o mapa das ETAR deverá sofrer alterações com a entrada em funcionamento do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, o qual permitirá otimizar a gestão destas infra-estruturas e consequentemente obter um elevado nível de qualidade do serviço prestado, garantindo a preservação dos meios receptores.

Mapa I – Localização das ETAR por níveis de tratamento



#### Abastecimento de Água

##### ⇒ ORIGENS DE ÁGUA

O aproveitamento hidráulico de fins múltiplos Odeleite/ Beliche, que tem origem nas albufeiras das barragens de Odeleite e de Beliche, situadas na bacia do Guadiana, abastece desde 1999 os concelhos do Sotavento de Castro Marim, Vila Real de Stº António, Tavira, Olhão, São Brás de Alportel, Faro e Loulé.

O sistema do Barlavento, com origens actualmente nas albufeiras das barragens da Bravura e do Funcho, abastece os concelhos de Albufeira, Loulé, Lagoa, Portimão, Lagos e Vila do Bispo.

Mapa II – Localização da Principais Albufeiras



A vila de Alcoutim tem como principal origem de água a albufeira da barragem de Alcoutim. As restantes freguesias deste concelho têm na água subterrânea a única origem do abastecimento público.

Os concelhos de Silves, Monchique e Aljezur têm como origem do abastecimento de água captações de água subterrânea.

Em todos os concelhos as captações públicas de água subterrânea de qualidade boa e aceitável são considerados pontos de água estratégicos.

Com a conclusão da construção da Barragem de Odelouca, da responsabilidade do INAG, ficam garantidas origens de água superficiais fiáveis para a região, que permitirão o abastecimento público a todos os concelhos, com excepção de pequenos aglomerados populacionais das zonas mais interiores que se abastecem a partir de captações subterrâneas. Salienta-se o caso particular do concelho de Aljezur, que carece ainda de definição sobre a origem de água a adoptar. O fornecimento de água “em alta” aos municípios é da responsabilidade da empresa Águas do Algarve S.A. através de dois Sistemas Multimunicipais (Sotavento e Barlavento).

##### ⇒ DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

A optimização do funcionamento dos Sistemas Multimunicipais e sua ligação aos sistemas municipais obriga a algum reforço da capacidade de armazenamento e de adução ao nível municipal, encontrando-se o financiamento de algumas obras a executar pelas Câmaras Municipais previsto no PROALGARVE.

Os estudos mais recentes têm vindo a confirmar a grande importância e urgência em proceder à remodelação de redes de distribuição por forma a reduzir perdas de água e garantir a qualidade da água no consumidor. Os valores médios cifram-se em 30%, tendo os Planos de Bacia Hidrográfica aprovados fixado como meta a redução para 15 % no prazo de 20 anos.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

**Quadro I – População Servida**

Concelho	Tratamento águas residuais (%)		Drenagem de águas residuais (%)		Abastecimento de água (%)	
	1994 (1)	2001(2)	1994 (1)	2001(2)	1994 (1)	2001(2)
	Albufeira	90	94	90	94	97
Alcoutim	29	44	29	44	29	82
Aljezur	55	61	55	61	73	96
Castro Marim	82	78	82	78	86	55
Faro	12	77	59	77	75	90
Lagoa	60	93	68	93	92	80
Lagos	83	91	89	91	98	98
Loulé	75	64	75	64	77	80
Monchique	45	40	48	56	61	70
Olhão	65	83	76	83	94	95
Portimão	36	81	97	81	100	99
S.B. Alportel	63	64	63	64	88	90
Silves	69	64	72	65	79	90
Tavira	55	62	55	62	70	90
Vila do Bispo	90	92	90	92	90	97
V.R.S <sup>o</sup> António	14	8	86	85	99	96
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>79</b>	<b>78</b>	<b>73</b>	<b>87</b>	<b>90</b>

(1) Fonte: Inventário Nacional de Saneamento Básico de 1994.

Nota: Os níveis de atendimento da população servida foram calculados com base na população máxima (residente + flutuante)

(2) Fonte: Planos de Bacia, Águas do Algarve, Câmaras Municipais

Nota: Os níveis de atendimento da população servida foram calculados com base na população residente

Mapa I – Sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos

### 5.5.2- Resíduos

Até 1997, os resíduos sólidos urbanos recolhidos no Algarve eram depositados em lixeiras – no geral terrenos relativamente próximos dos centros urbanos, muitas vezes propriedade de particulares e onde, em alguns casos, tinham sido extraídos inertes. Face ao crescimento da região e à produção de resíduos no Verão, cerca de 4 vezes superior ao que se verificava no resto do ano, em 1990 procedeu-se à realização de um estudo sobre a produção de resíduos, tendo-se concluído pela necessidade de construção de dois aterros na Região, um no Sotavento outro no Barlavento.

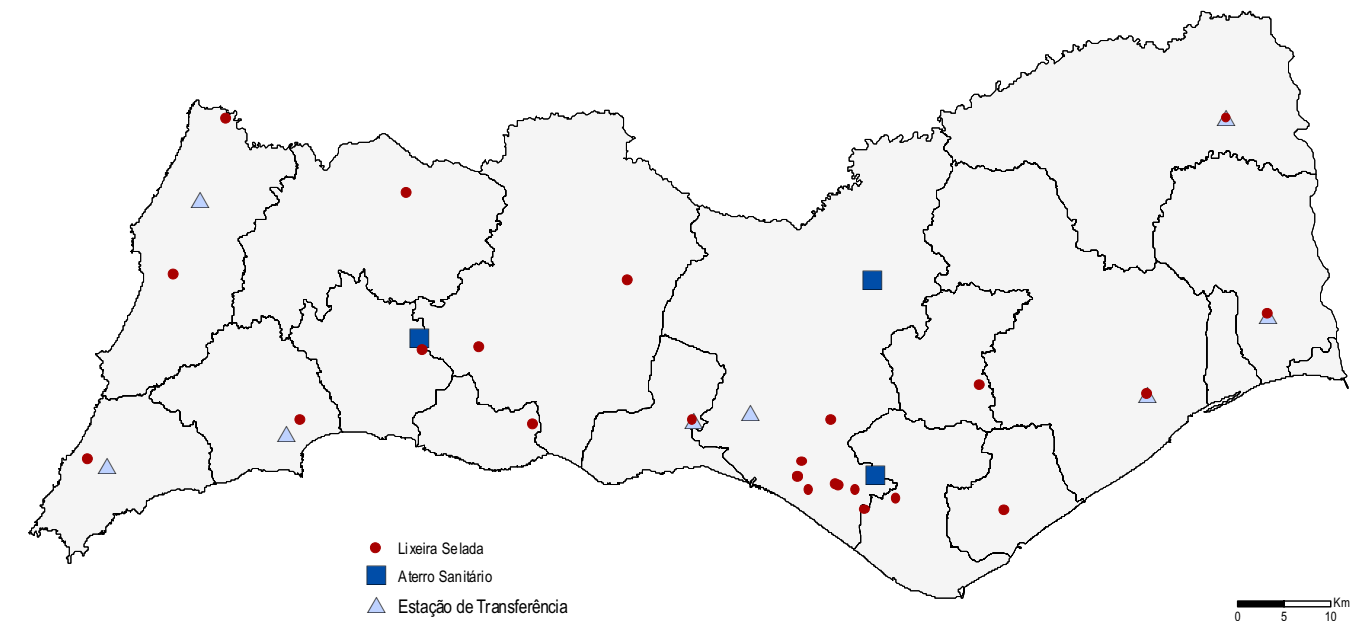
Em 1996 deu-se início aos trabalhos técnicos relativos à localização da instalação dos aterros. No Barlavento, a decisão final quanto à localização recaiu sobre Porto de Lagos (Portimão), e no Sotavento foi seleccionado um local no Barranco do Velho (Tavira). Ambos os aterros se encontram actualmente em funcionamento, sob gestão da Algar, S.A., recebendo apenas resíduos sólidos urbanos (RSU). Em ambos os aterros foram construídas duas células para deposição de resíduos, prevendo-se um tempo de vida de 12 anos e tendo sido previsto espaço para mais duas células por aterro.

Dados os problemas de localização geográfica relativamente à maior parte dos concelhos, foram construídas estações de transferência (ET) de RSU no Barlavento (em Lagos, Aljezur, Vila do Bispo e Albufeira) e no Sotavento (em Castro Marim, Tavira, Alcoutim e Faro – esta última servindo os concelhos de Faro, Loulé e Olhão).

Simultaneamente à entrada em funcionamento dos aterros – o do Barlavento em Fevereiro de 1998 e o do Sotavento em Junho de 2000 – foi instalado o sistema de recolha selectiva de resíduos, com a implantação de cerca de 1000 ecopontos na região, para recolha selectiva de embalagens, papel e cartão e vidro. Existem igualmente duas estações de triagem, uma junto da Estação de Transferência de Faro/ Loulé/ Olhão, e outra junto da nave de enfardamento de resíduos do aterro do Porto de Lagos, e duas unidades de compostagem de resíduos verdes, em Porto de Lagos/ Portimão e Fonte Salgada/ Tavira.

Com a entrada em funcionamento dos dois aterros foram encerradas todas as lixeiras municipais existentes na Região. Ultrapassada uma boa parte dos problemas neste domínio, permanece, no entanto, o problema dos resíduos de construção e demolição (RC&D), monos, etc. – que têm vindo a ser ilegalmente depositados de forma anárquica um pouco por toda a Região.

Neste âmbito, desde 2000 que têm vindo a ser desenvolvidos dois projectos, um relativo a um “Modelo de Gestão de RC&D” e outro relativo aos “Resíduos Agrícolas”. O primeiro propõe a recolha dos RC&D e deposição em pedreiras abandonadas para efeitos de recuperação paisagística. Quanto ao Modelo de Gestão, concluiu-se uma primeira fase de caracterização dos resíduos agrícolas produzidos, tendo sido assinados protocolos com associações de agricultores com vista ao desenvolvimento de estruturas que permitam recolher e encaminhar os resíduos agrícolas (ver esquema de enquadramento).



Fonte: DRAOT-Algarve

#### Enquadramento

- O Decreto-Lei nº 270/2001, de 6 de Outubro, que regulamenta a exploração de massas minerais, prevê que a recuperação de locais de extracção seja efectuada pelos exploradores, obrigando a que na fase de licenciamento seja prestada uma caução.
- Face à nova legislação, a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, em colaboração com a Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia, Direcção Regional de Agricultura do Algarve e Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da GNR, tem em curso um processo de intensificação da fiscalização no sentido da regularização do licenciamento de areiros e pedreiras.

#### Proposta de Actuação

⇒ 1ª FASE

Identificação de areiros e pedreiras para recuperação paisagística com RC&D, mediante a autorização de deposição e licenciamento da triagem destes resíduos, de acordo com o previsto no DL nº 239/97, de 9 de Setembro e Portaria nº 961/98, de 10 Novembro.

#### Acção a desenvolver

- A DRAOT, DRE e DRAALG têm em curso um trabalho de identificação de areiros, quer em actividade quer abandonados.
- Pretende-se o envolvimento individual das Câmaras Municipais para identificação e confirmação das situações com vista à sua eventual legalização e selecção de locais que permitam a recuperação paisagística com utilização de RC&D, seleccionando-se pelo menos um local por concelho, podendo haver aglomeração de concelhos quando num deles não se encontre local adequado. Pretende-se assim criar uma equipa técnica que identifique as situações existentes, promova a sua legalização e procure o envolvimento dos proprietários dos terrenos por forma a reduzir os impactes negativos e permanentes que uma exploração com ou sem deposição anárquica de resíduos gera.
- Quanto a pedreiras e areiros abandonados, a serem utilizados por empresas de construção civil e outros grandes produtores para deposição de RC&D, duas situações podem acontecer:
  - os proprietários estão interessados na actividade,
  - ou dão a privados para exercer a actividade.
- Quanto aos pequenos produtores de RC&D, para além dos ecocentros e estações de transferência da Algar, haverá que analisar por concelho as situações, podendo as Câmaras Municipais criar nos seus concelhos locais para armazenamento temporário e posterior deposição em areiros e pedreiras autorizadas para deposição, podendo estes locais ser geridos ou não por privados. Quanto ao FINANCIAMENTO será ponderada a recorrência a fundos comunitários

⇒ 2ª FASE

- Valorização dos RC&D, com trituração e utilização em diversas obras: caminhos, betões mais pobres, aterros, etc., com a conseqüente redução da taxa de extracção de inertes primários. Esta actividade será exercida por proprietários de pedreiras ou privados.

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**



## 5.6- RECURSO HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

Os recursos hídricos subterrâneos na região do Algarve têm uma importância fundamental, nomeadamente para rega, tendo suportado durante longo tempo a quase totalidade do abastecimento público.

As formações geológicas com aptidão hidrogeológica localizam-se no Barrocal e Litoral, sendo de natureza carbonatada e detrítica. Foram identificados 17 sistemas aquíferos, instalados na sua maioria em rochas carbonatadas, apresentando em alguns casos um elevado grau de carsificação. De acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PBHRA), os recursos médios renováveis estimam-se em cerca de 190 hm<sup>3</sup>/ano.

De um modo geral, a recarga destes sistemas aquíferos efectua-se a partir da infiltração directa da precipitação sobre as formações carbonatadas carsificadas aflorantes, a partir das linhas de água que atravessam os respectivos sistemas e das transferências de água entre aquíferos. A produtividade dos diversos sistemas é muito variável, apresentando as formações carbonatadas jurássicas, localizadas no Barrocal, caudais mais elevados (podendo atingir os 50 l/seg), que os sistemas aquíferos instalados em formações de natureza detrítica, que afloram no Litoral.

Em termos qualitativos verificam-se problemas na qualidade da água de alguns sistemas aquíferos, nomeadamente naqueles situados no Litoral, devendo-se esta situação, essencialmente, a concentrações elevadas de cloretos e nitratos. Os cloretos provêm da existência de rochas salinas existentes em profundidade e / ou intrusão salina. As concentrações elevadas de nitratos observam-se em zonas de agricultura intensiva, estando a zona da Campina de Faro classificada como zona vulnerável à contaminação por nitratos (Portaria n.º 1037/97).

Na Serra Algarvia existem ainda formações paleozóicas constituídas por xistos e grauvaques, pouco produtivas, com interesse a nível local, constituindo em alguns casos a única origem de água para abastecimento.

O conceito de vulnerabilidade à poluição das diferentes formações aquíferas é definido, segundo o PBHRA, como a *sensibilidade da qualidade das águas subterrâneas a uma carga poluente, função apenas das características intrínsecas do aquífero*. De acordo com o trabalho referido, a cada formação litológica/ hidrogeológica é atribuída uma classe de vulnerabilidade ( ver figura II em anexo ):

- V1 – Aquíferos em rochas carbonatadas de elevada carsificação / **Alto**.
- V2 – Aquíferos em rochas carbonatadas de carsificação média a alta / **Médio a Alto**.
- V3 – Aquíferos em sedimentos não consolidados com ligação hidráulica com a água superficial / **Alto**.
- V4 – Aquíferos em sedimentos não consolidados sem ligação hidráulica com a água superficial / **Médio**.
- V5 – Aquíferos em rochas carbonatadas / **Médio a Baixo**.
- V6 – Aquíferos em rochas fissuradas / **Baixo e Variável**.
- V7 – Aquíferos em sedimentos consolidados / **Baixo**.
- V8 – Inexistência de aquíferos / **Muito Baixo**.

Em função deste critério, apresentam-se graficamente as principais classes de vulnerabilidade dos sistemas aquíferos do Algarve (cf. PBHRA, 2000).

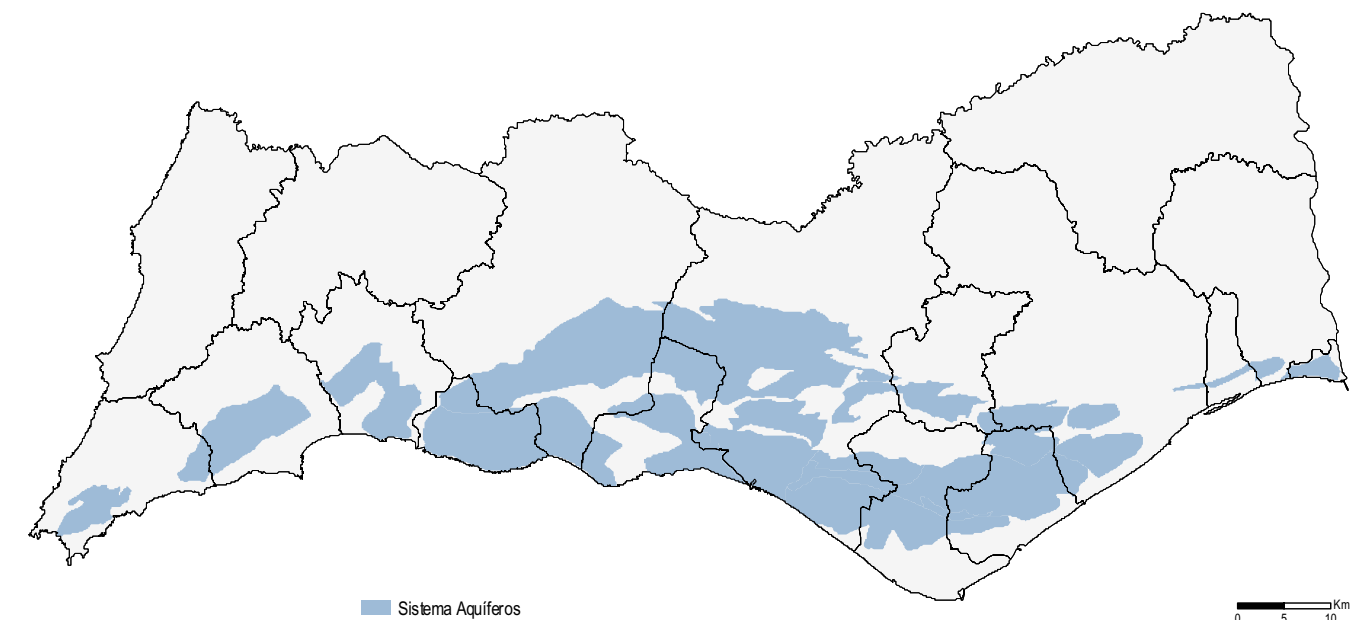
A análise da evolução piezométrica indica uma melhoria quantitativa dos recursos hídricos subterrâneos na zona de Sotavento a partir de 1999.

Esta data coincide com a entrada em funcionamento do sistema de abastecimento multimunicipal, que tem como origem a água de superfície. As captações públicas de água subterrânea implantadas nos sistemas de Sotavento entraram em reserva,

dando origem a uma subida dos níveis piezométricos, que atingiram recentemente, em alguns aquíferos, valores muito próximos dos máximos da série total de observações (estas iniciaram-se por volta de 1980). Em termos qualitativos, verificou-se uma ligeira melhoria da qualidade da água, com diminuição das concentrações de alguns parâmetros (como os cloretos) devido à redução das extracções, evitando as chamadas de água de maior profundidade e pior qualidade.

Na zona de Barlavento, a melhoria observada não foi significativa, ocorrendo apenas uma estabilização dos valores. No Algarve central, nomeadamente no sistema aquífero Querença-Silves, verifica-se ligeira tendência para um aumento das concentrações de nitratos e para uma descida dos níveis piezométricos.

Figura I - Localização dos principais Sistemas Aquíferos da Região do Algarve



Fonte: Instituto da Água

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Figura II - Vulnerabilidade Hidrogeológica

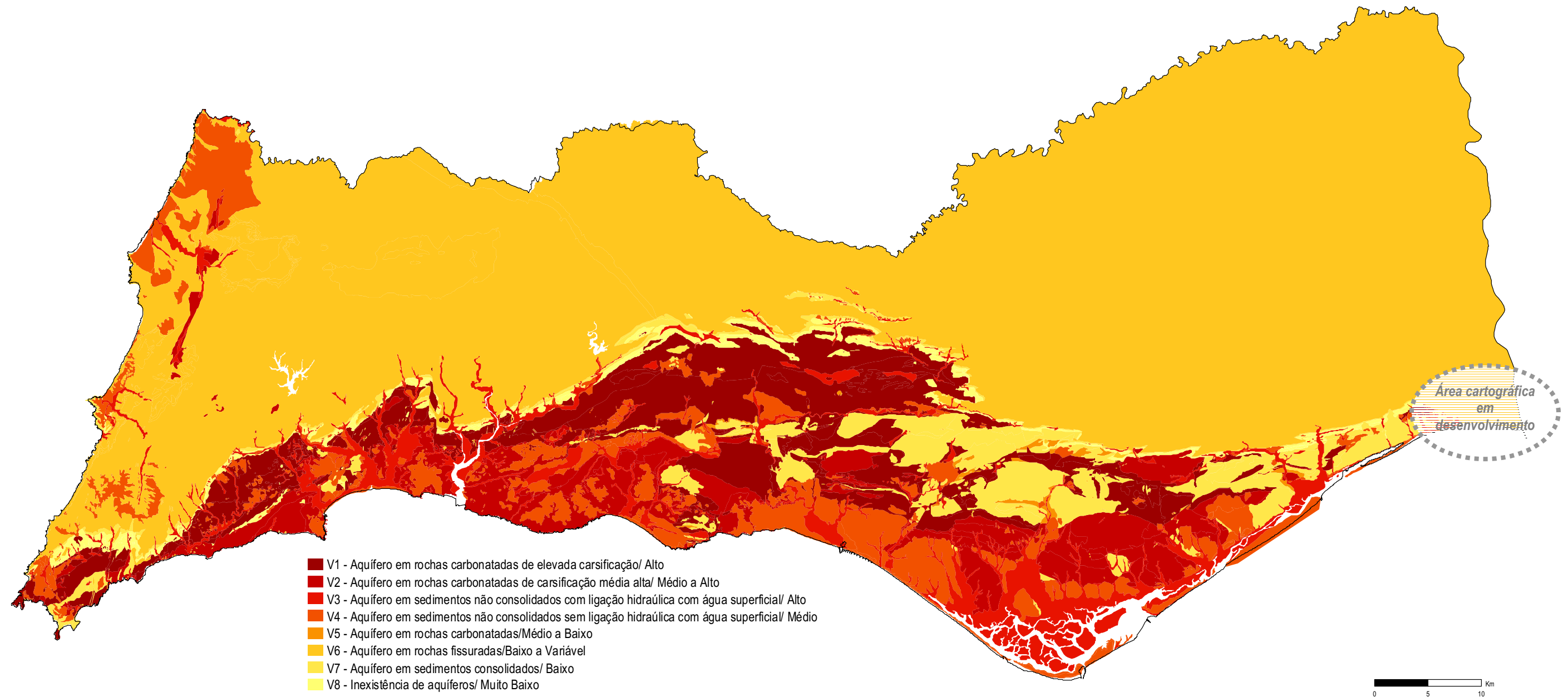
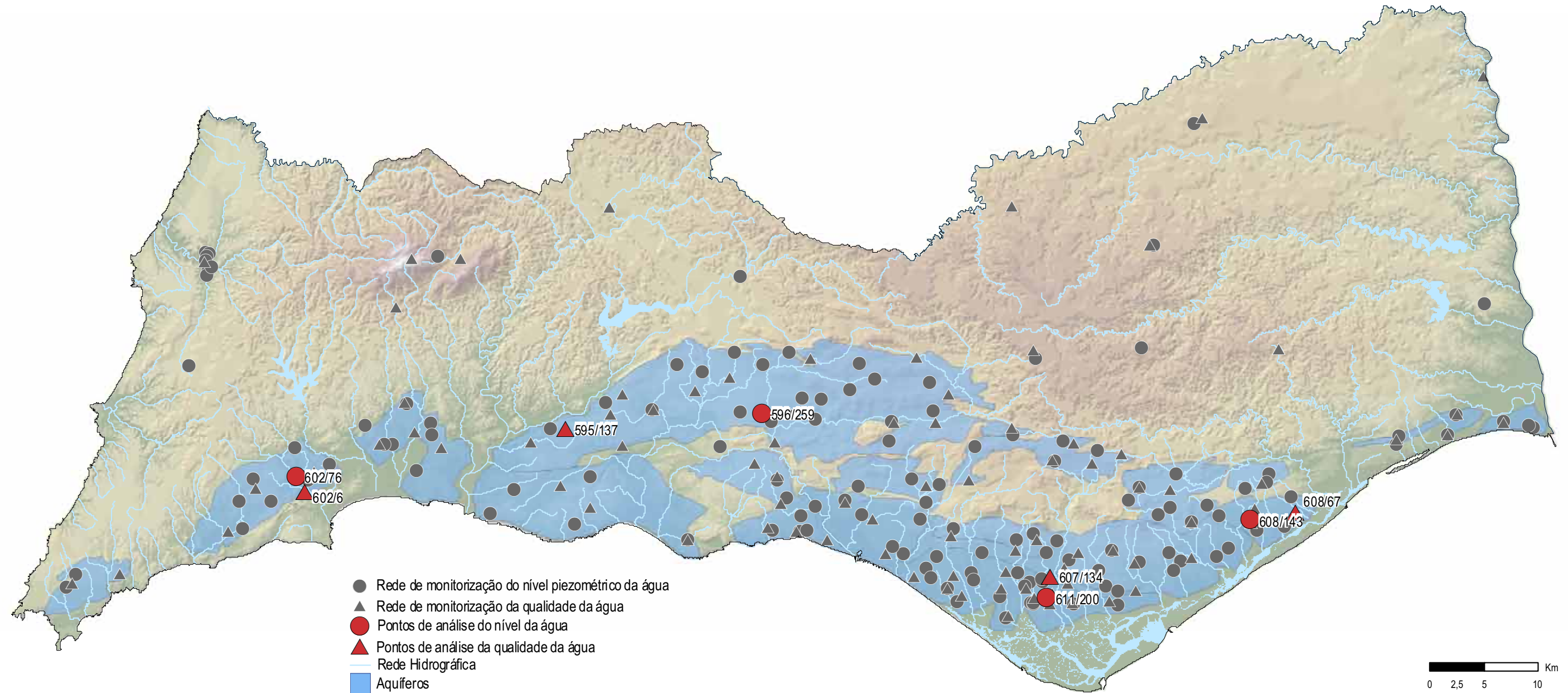


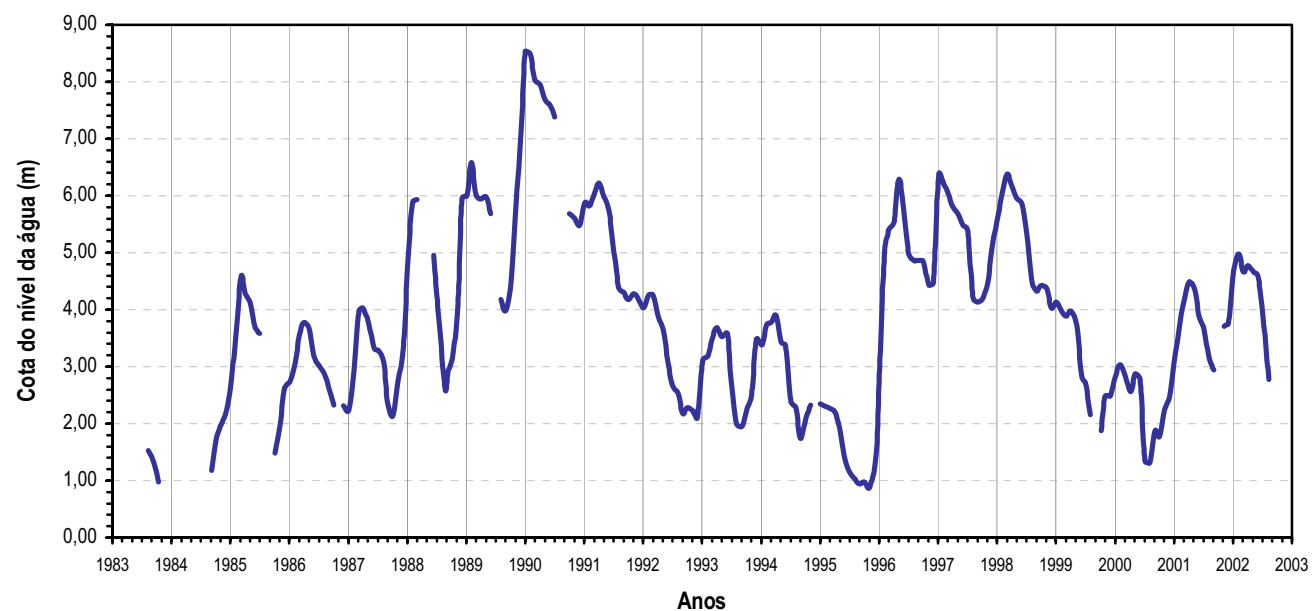
Figura III – Sistema Hidrológico – Hidráulico do Algarve e Rede de Monitorização



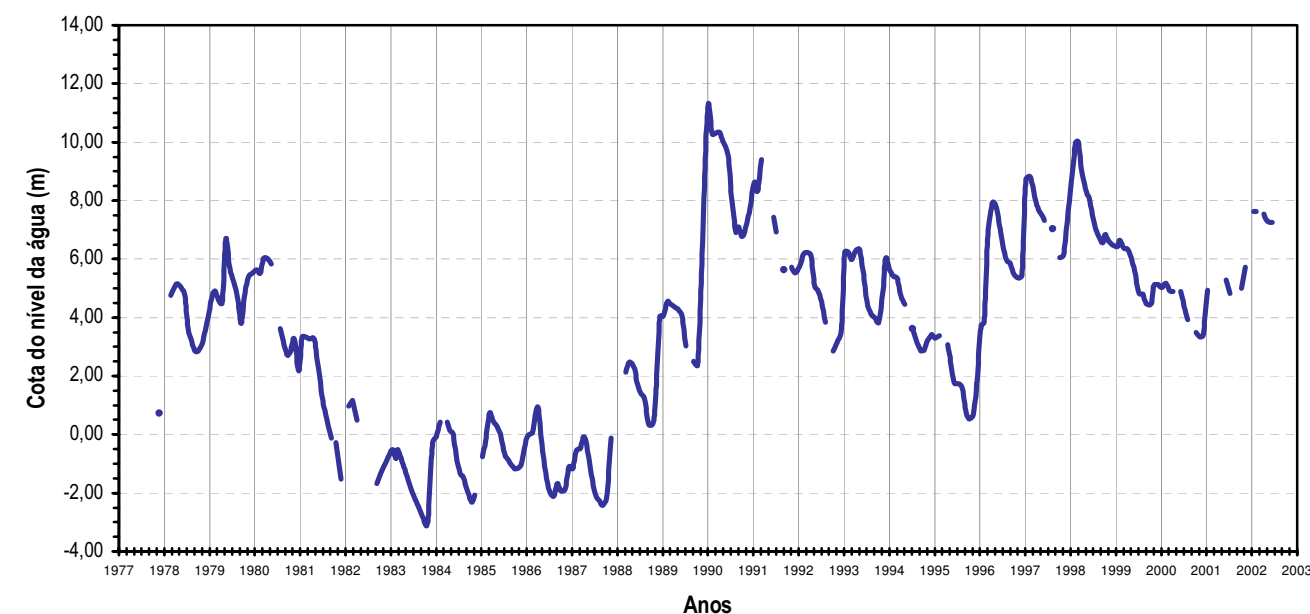
## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### Gráficos I – Análise dos níveis piezométricos

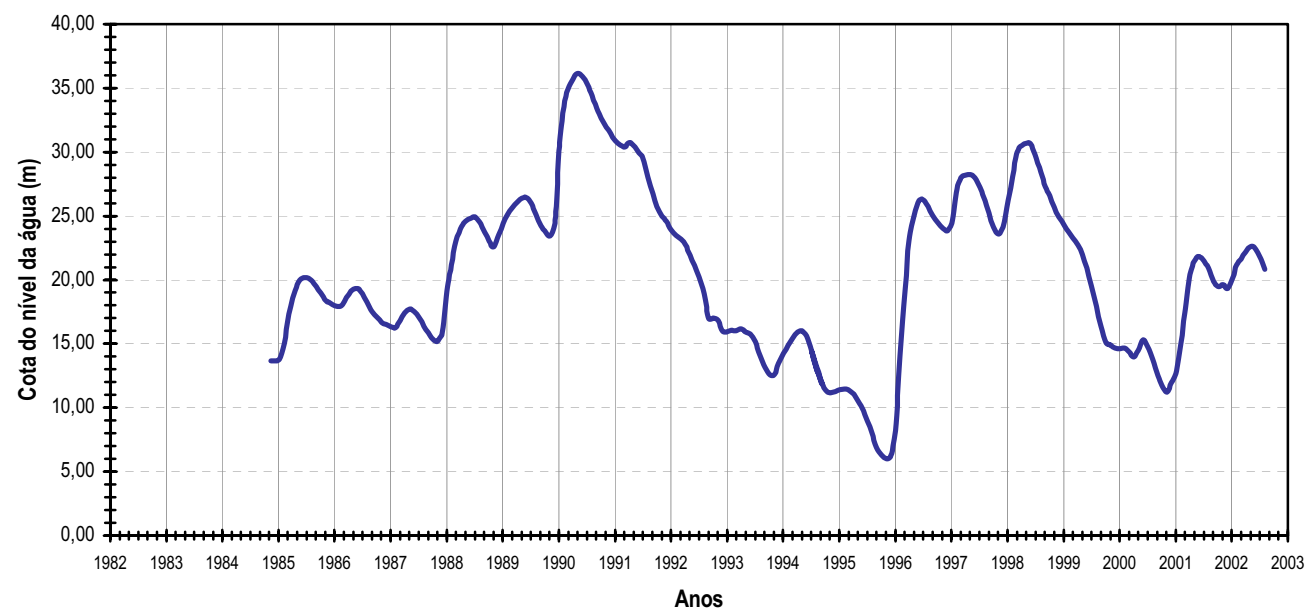
602/076 - Bensafrim



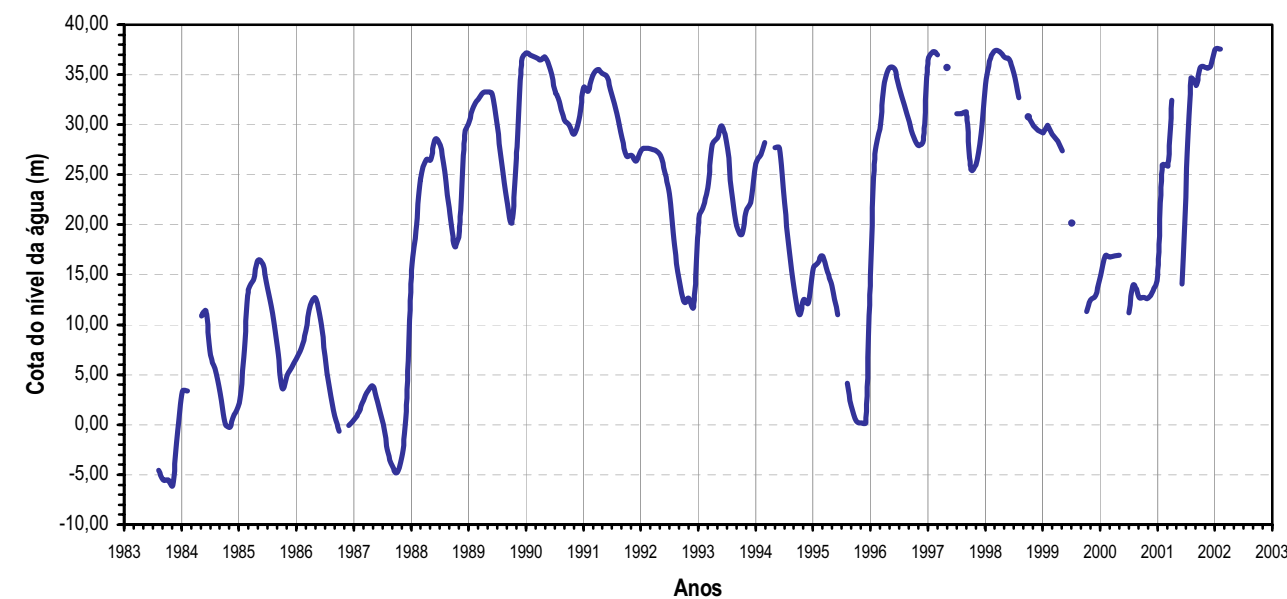
611/200 - Campina de Faro



596/259 - Foral

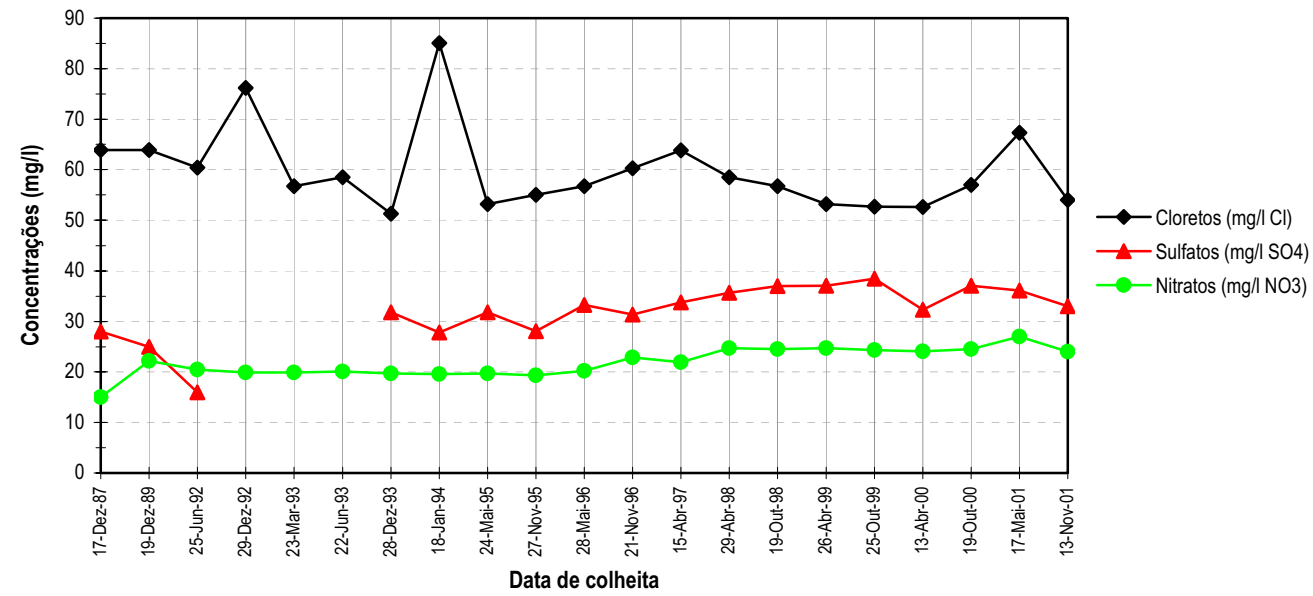


608/143 - Fazenda S. José

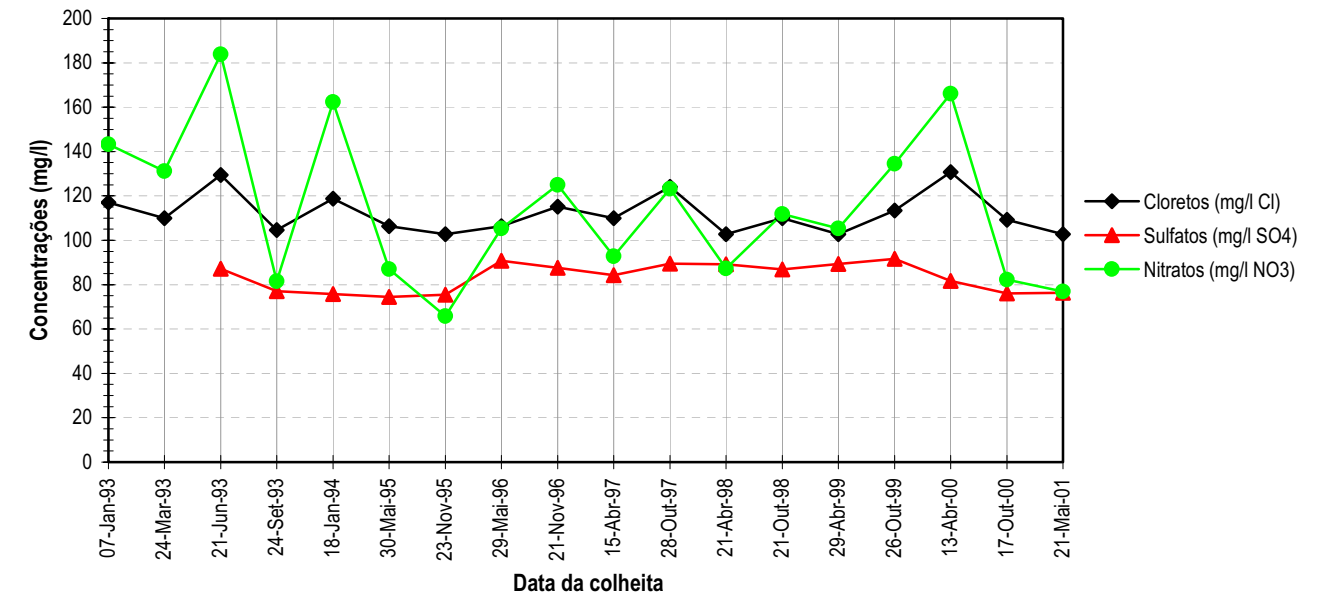


Gráficos II – Análise qualitativas da água

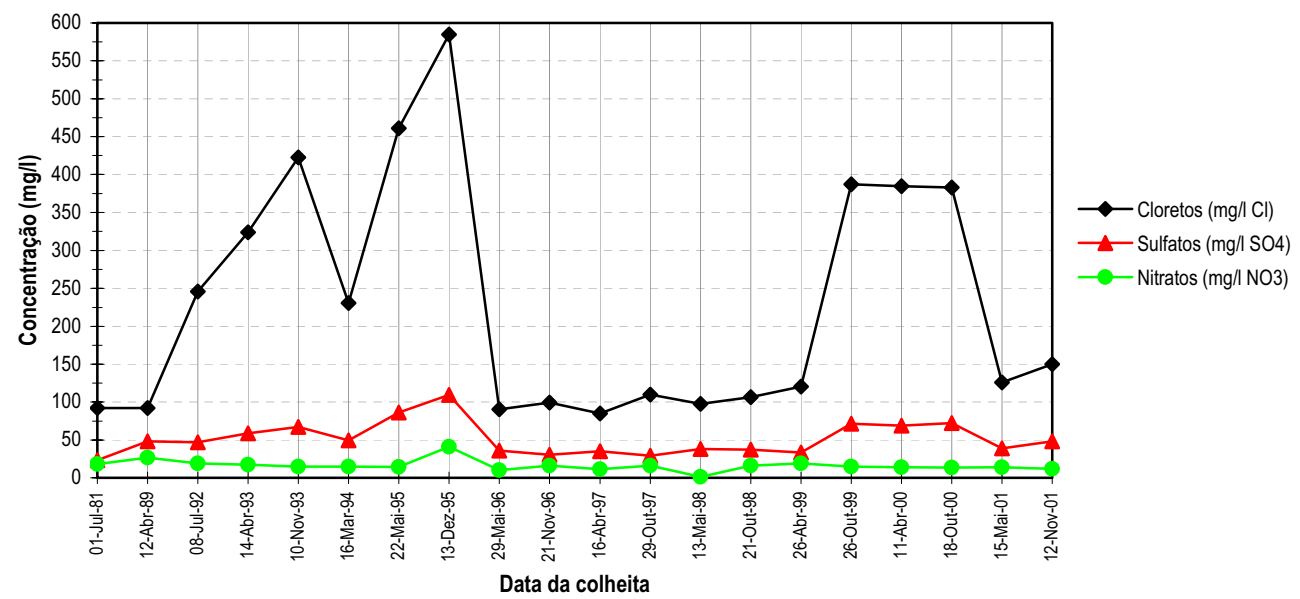
595/137 - Medeiros



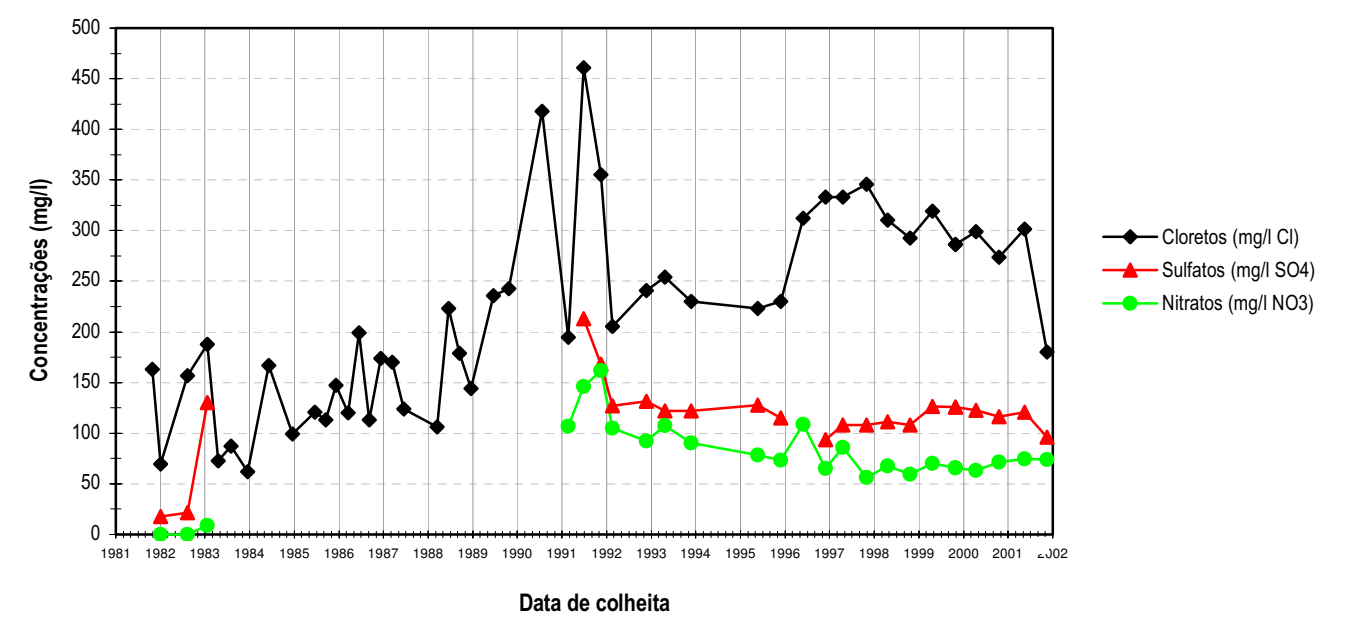
607/134 - Paço Branco



602/006 - Portelas



608/067 - S. Pedro



Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

## 5.7- SOLOS

### Reserva Agrícola Nacional

De acordo com o Estudo de Avaliação do PROT-Algarve, entre 1989 e 1996 foram desafectados 8468736 m<sup>2</sup> de área de Reserva Agrícola Nacional, o que significa uma média de 1058592 m<sup>2</sup>/ano. O valor máximo verificou-se próximo do início do período, em 1990 (5007013 m<sup>2</sup>), correspondendo o menor valor ao ano de 1996, com 183561 m<sup>2</sup>.

Analisados os dados correspondentes ao período compreendido entre 1997 e 2001, assiste-se a uma tendência geral para o decréscimo destes valores. Neste período, a área correspondente aos processos que mereceram parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola do Algarve (CRRAA) cifrou-se nos 3099275 m<sup>2</sup>, o que significa uma média de 619855 m<sup>2</sup>/ano. Entre 1997 e 2001 é ainda de salientar a variação de valores, com o ano de 2001, por exemplo, a corresponder apenas a uma área de 52587 m<sup>2</sup>, enquanto que o valor correspondente ao ano de 2000 é de 1970480 m<sup>2</sup>.

Estando ainda em preparação os dados relativos à distribuição destas áreas pelo tipo de pedidos que lhes esteve na origem, parece possível adiantar desde já, com base no transmitido de uma forma preliminar pela CRRAA, que os valores mais elevados, relativos a 1999 e 2000 (838524 e 1970480 m<sup>2</sup>, respectivamente), se deverão à existência de pedidos para empreendimentos/ infraestruturas com grandes exigências de ocupação de solo, como foram os casos, nomeadamente, de campos de golfe e infraestruturas rodoviárias.

### Classes de Solos e suas Características Genéricas

No desenho em anexo apresenta-se uma carta de trabalho, para discussão, em que se procedeu ao agrupamento de grupos de solos com características semelhantes, com vista à definição de áreas territoriais com aptidões agrícolas genericamente afins.

Trata-se, repete-se, de um ensaio que só fará sentido depois de uma profunda discussão, sobretudo com o sector da Agricultura, devendo as propostas apresentadas ser entendidas como ponto de partida para uma discussão sobre as potencialidades que devem ser consideradas para cada uma das classes identificadas.

Como se sabe, a Reserva Agrícola Nacional constitui-se como o instrumento legal que visa “defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura” (cf. DL 196/89), sendo demarcada tendo por base a Carta de Capacidade de Uso do Solo.

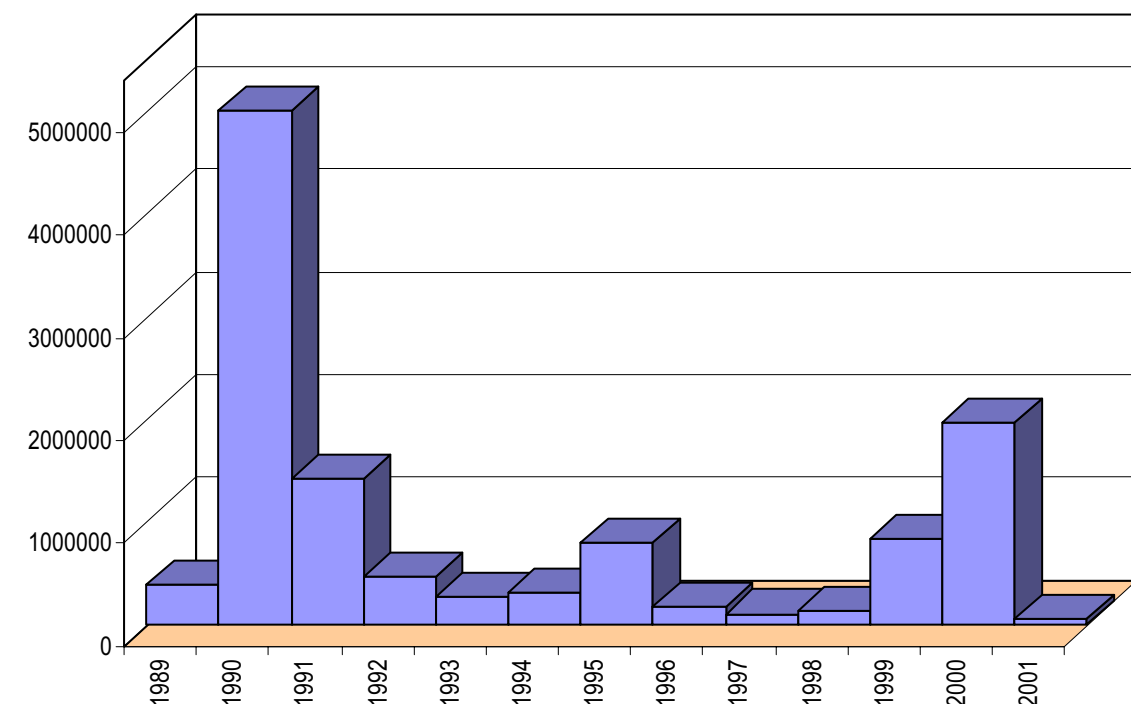
São conhecidas as deficiências que se apontam a esta Carta, desde logo porque os critérios utilizados se dirigiam predominantemente a sistemas cerealíferos extensivos e mecanizados, não considerando os tipos de exploração ou a possibilidade de um melhor aproveitamento através do recurso a novas tecnologias ou sistemas culturais.

Se é verdade que a Reserva Agrícola Nacional define um recurso a preservar – e portanto estas observações não podem ser entendidas como uma sub-valorização apressada deste importante instrumento de protecção legal do recurso solo –, a verdade é que os critérios subjacentes à sua demarcação têm um carácter estático, não permitindo uma perspectiva dinâmica, prospectiva, indicativa de potencialidades.

Deverá ter-se presente, por exemplo, que, “hoje, algumas das características naturais do solo têm menor significado do que dantes: a falta de nutrientes pode ser corrigida através de fertilizações, compactamentos ou pedras podem ser eliminados com a ajuda de máquinas, e encostas íngremes podem ser tornadas acessíveis através de terraços” (Kopp et al.).

Por outro lado, o solo não pode também ser entendido apenas como recurso agrícola no sentido estrito da produção de alimentos e fibras, devendo ter-se presente um conjunto mais vasto de funções que cumpre ou pode cumprir (de ordem ambiental, por exemplo). Finalmente, “como problema novo surgiu a necessidade de serem verificados os limites de utilização do solo ou famílias de solos quando utilizados intensivamente, para que não sejam postos em perigo o próprio solo, água, meio ambiente ou a produção” (idem).

Gráfico I – Áreas desafectadas da RAN em m<sup>2</sup>



Fonte: Direcção Regional de Agricultura do Algarve

São estas limitações, na perspectiva do ordenamento do território, que se pretendem ultrapassar com o presente ensaio, em que se consideraram grandes grupos de famílias com características genéricas afins, procurando a definição de orientações genéricas e propostas de acção num quadro dinâmico e integrado.

Mas esta abordagem enferma, ela própria, de algumas fragilidades e limitações de base que importa referir: a simplificação, por exemplo, inerente à escala de trabalho, que obrigou à não individualização de alguns solos dentro das grandes manchas consideradas; as dificuldades associadas aos conceitos de fertilidade e aptidão agrícola, e graus de relação, em função da sua localização, com os aspectos climáticos (ou, mesmo, à escala do micro-clima); o facto de, ao procurar-se uma visão de conjunto à escala regional, se poderem estar a desprezar pequenas manchas sem grande significado territorial mas que podem deter importância local em função da sua singularidade, etc...

Em resumo, foram consideradas seis classes genéricas de aptidão agrícola. Numa primeira incluíram-se os aluviossolos (modernos e antigos), os barros e os solos de baixas (coluviossolos) não calcários e calcários.

## 5- ELEMENTOS DE ACTUALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Numa segunda classe, agruparam-se os solos mediterrâneos e solos calcários sem afloramentos rochosos.

Embora esta opção seja discutível, individualizou-se uma terceira classe que corresponde a uma especificidade no contexto regional: incluíram-se aqui os solos sieníticos associados à elevação da cumeada de Monchique.

Numa escala decrescente de aptidão, considerou-se uma quarta classe, onde foram incluídos os solos litólicos não húmicos de arenitos ou não húmicos de grés de Silves, solos hidromórficos de sedimentos de arenitos, e solos podzolizados, por vezes associados a regossolos.





Uma quinta classe inclui solos variados, que no essencial definem toda a zona interior da Região, e que agrupa os solos esqueléticos e mediterrâneos delgados (de xistos e grauvaques), bem como solos de outras ordens em complexos com afloramentos rochosos em declive superior a 8%.

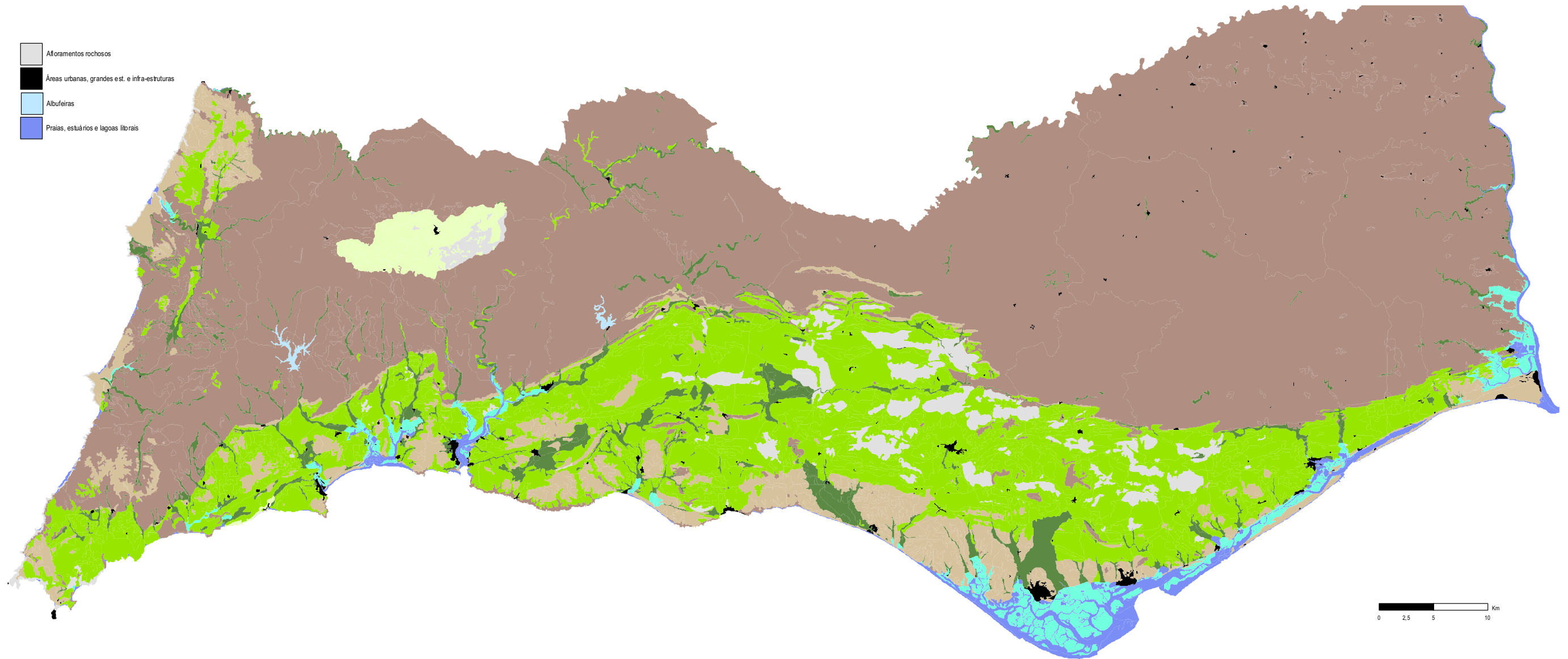
Os solos salinos – solos influenciados pelo regime das marés e cuja salinização pelas águas subterrâneas atinge posições a montante por vezes elevadas – foram individualizados numa classe. Trata-se de solos cuja utilização agrícola não é actualmente discutível, atentas as dificuldades de melhoramento e utilização, e sobretudo tendo presente as funções de ordem ecológica e ambiental que desempenham.

No presente ensaio avança-se para a indicação de potencialidades genéricas associadas a cada classe. Este é o objectivo último do ensaio, sendo também, por isso mesmo, o aspecto que deverá ser objecto de maior discussão, em particular com o sector da Agricultura.



**Grupos de Solos e suas Características Genéricas**  
*documento de trabalho*

-  Afloramentos rochosos
-  Áreas urbanas, grandes est. e infra-estruturas
-  Albufeiras
-  Praias, estuários e lagoas litorais



**CLASSE 1**

**Solos de elevada aptidão agrícola**

→ Incluem-se nesta classe os aluviosolos (modernos e antigos), os barros e os solos de baixas (coluviosos) não calcários e calcários.

→ Apesar das diferenças existentes entre si, são solos de um modo geral profundos e extremamente aptos à agricultura. Em regra, são utilizados de forma intensiva.

→ Suscetíveis de usos múltiplos e diferenciados conforme a drenagem, textura e disponibilidade de água de rega, apresentam excelentes potencialidades para os sistemas de regadio (hortícolas, arvenses, frutícolas...), mas também para sistemas de sequeiro (horticultura de inverno ou sistemas cerealíferos, por exemplo).

**CLASSE 2**

**Solos de fertilidade boa a mediana.**

→ Incluem-se nesta classe os solos mediterrâneos e solos calcários sem afloramentos rochosos.

→ Solos em geral com riscos de erosão fracos, têm sido aproveitados com as tradicionais fruteiras de sequeiro (alfarrobeira, figueira, amendoeira e oliveira) – por vezes com recurso a terraceamento. Em alguns casos, são utilizados também para culturas sub-anuais, vinha e sistemas cerealíferos. Quando se verifica baixo teor de carbonatos (solos Pcs, nomeadamente), têm sido utilizados para feijão e sistemas cerealíferos. Maiores facilidades na disponibilidade de água para rega têm levado a um aumento crescente das áreas de citrinos.

→ Em geral, aptos para as tradicionais fruteiras de sequeiro. Desde que haja disponibilidade de água, são aptos para hortofruticultura de regadio, vinha e uva de mesa. Nos casos mais desfavoráveis podem ser sujeitos a despedregas, apresentando potencialidades para produção frutícola e horticultura em estufas – sendo de salientar, neste caso, os constrangimentos de ordem ambiental existentes, em particular quando se sobrepõem a sistemas aquíferos.

**CLASSE 3**

**Solos de aptidão agrícola mediana, com alguns constrangimentos de ordem topográfica, em área climática específica no contexto regional.**

→ Incluem-se nesta classe os solos sileníticos, associados à elevação da cumeeada de Monchique.

→ Compostos pelos materiais de desagregação dos flancos, são solos geralmente ricos em húmus, constituindo uma excepção no conjunto dos solos algarvios, geralmente pobres em matérias orgânicas. Em situações de grande declive, estes solos têm vindo a ser explorados por silvicultura intensiva de eucalipto e pinheiro. Nos vales e encostas pouco declivosas cultivaram-se intensivamente hortícolas e frutas.

→ Muito aptos para sistemas florestais (nomeadamente castanheiro e sobreiro) e aptos para a hortofruticultura e a generalidade das culturas intensivas, embora apresentem limitações topográficas que obrigando com frequência à construção de terraços. A especificidade climática da zona em que ocorrem permite um variado leque de opções, aproveitando a sua singularidade no contexto regional. Através da construção de terraços, possibilitam aproveitamentos muito específicos (cereja, maçã, framboesas, etc.) nas áreas de exposição mais frias.

**CLASSE 4**

**Solos de aptidão agrícola baixa.**

→ Nesta classe incluem-se solos líticos não húmicos de arenitos ou não húmicos de grés de Silves, solos hidromórficos de sedimentos de arenitos, e solos podzolizados, por vezes associados a regossolos.

→ Solos suscetíveis ou muito suscetíveis à erosão, e por vezes com problemas de drenagem. Têm vindo a ser explorados por vinha e, em alguns casos, pela tradicional produção de frutos secos. Nas áreas de maiores riscos de erosão ocorrem pinhais. Nos locais mais húmidos têm sido aproveitados para pastagem. O aumento da disponibilidade em água tem vindo paralelamente a aumentar as áreas de plantação de citrinos, morangos e culturas de estufas.

→ Através de melhoramentos (mobilização das camadas subjacentes, nomeadamente) apresentam boas potencialidades para a vinha e uva de mesa, sendo ainda aptos para os tradicionais frutos secos (amendoeira e figueira), e sistemas florestais (pinheiro e sobreiro) nos solos sem influência hidromórfica. Nas zonas do litoral Sul e com exposição de encostas mais favorável, abrem-se excelentes perspectivas para o cultivo de espécies tropicais e sub-tropicais.

**CLASSE 5**

**Solos de aptidão agrícola muito baixa.**

→ Nesta classe incluem-se solos variados, mas essencialmente esqueléticos e mediterrâneos delgados (de xistos e grauvaques), bem como solos de outras ordens em complexos com afloramentos rochosos em declive superior a 8%.

→ Estes solos apresentam severas limitações a um uso produtivo directo, embora em alguns casos de acumulação de materiais tenham uma espessura satisfatória de alteração e algumas condições para a realização de melhoramentos. De um modo geral, têm permitido uma agricultura extensiva e aproveitamento florestal, que nos últimos anos se caracterizou pelo aumento significativo de áreas de eucalipto, em particular nos solos de xistos e grauvaques. Os solos complexos de calcários e mediterrâneos de materiais calcários, mesmo em áreas com declive superior a 8%, foram durante alguns anos sujeitos a fortes despedregas e terraceamento, essencialmente para aproveitamento com citrinos, situação que tem vindo a ser travada pelo agravamento dos resultados económicos.

→ Estes solos devem essencialmente ser aproveitados por sistemas florestais, com predominância das funções de protecção e recuperação, e preferencialmente com base no sobreiro e na azinheira. Em alguns casos mais favoráveis permitem a silvo-pastorícia, que preferencialmente deverá ser integrada no sistema montado.

**CLASSE 6**

**Solos salinos.**

→ Incluem-se nesta classe os solos influenciados pelo regime das marés, cuja salinização pelas águas subterrâneas atinge posições a montante por vezes elevadas.

→ Alguns destes solos foram ao longo do tempo objecto de acções de enxugo e técnicas culturais especiais, permitindo alguma utilização agrícola (prados, trigo e arroz, por exemplo).

→ Atenas as dificuldades de melhoramento e utilização, e em particular as funções ecológicas e ambientais que desempenham, a utilização agrícola destes solos não é actualmente discutível.

Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

### Introdução

A DRAOT-Algarve organizou três visitas de campo com o objectivo de auscultar sensibilidades e representações sociais (elaboradas a partir de quadros de apreensão que fornecem os valores e os sistemas de categorização social), procurando diagnósticos da situação em matéria de ordenamento do território (dinâmicas territoriais, urbanísticas, demográficas, económicas, ambientais, sociais...). Para o efeito, envolveram-se os técnicos da DRAOT, tendo-se elaborado o guião de um inquérito com questões abertas/tópicos, com vista a captar traços qualitativos e quadros de referência.

Do mesmo modo, foi previamente definido um conjunto de unidades territoriais para apoio a este processo. Estas unidades foram definidas com base numa interpretação territorial em que se considera a paisagem como um conceito que integra equilibradamente as vertentes ecológica, cultural e sensorial, ou seja, como um sistema dinâmico em que os factores naturais e culturais interagem e se modificam em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, de que resulta uma configuração particular de relevo, coberto vegetal, povoamento, etc, que normalmente lhes confere coerência e à qual está associado um determinado carácter e uma dada situação socio-económica. Estas unidades correspondem, pois, a áreas com características homogéneas, não exactamente idênticas em toda a superfície, mas tendo um padrão específico que se repete e que as diferencia das envolventes.

No presente capítulo apresenta-se uma síntese preliminar desta análise territorial, **considerando exclusivamente – e este aspecto deverá ser salientado – os resultados das três visitas de campo efectuadas, com base nos registos dos participantes.**

### Interpretação dos resultados

Os guiões das visitas de reconhecimento de campo foram objecto de um tratamento muito simples, que se baseou fundamentalmente no apuramento e transcrição dos registos no seu estado bruto, na arrumação desses registos em domínios temáticos dentro de cada um dos parâmetros de referência, na contagem dos registos em cada um dos domínios temáticos dos parâmetros de referência e posterior quantificação.

### Análise dos parâmetros de referência

⇒ POTENCIALIDADES

Em função do teor dos registos procedeu-se ao seu agrupamento por áreas temáticas, tendo em conta, dada a especificidade deste parâmetro, os domínios de actuação nos quais tais registos poderiam ser inscritos. Trata-se, sobretudo, de registos relacionados com as existências e características intrínsecas dos lugares e/ou unidades territoriais, tendo sido definidos os seguintes grupos de potencialidades:

**Locativas** – ou seja, a valorização atribuída aos lugares/unidades territoriais em função da sua localização estratégica no território;

**Naturais** – considerando-se aqui as potencialidades dos lugares/unidades territoriais em função da suas características relacionadas com especificidades naturais e humanas (agrossistemas, estabelecimentos humanos...), a beleza da paisagem, o património natural, etc.;

**Património** – aspectos do património edificado, histórico e cultural que poderão aumentar a atractividade e funcionar como forma de valorização dos lugares/unidades territoriais;

**Actividades** – as actividades económicas cuja implementação, em conformidade com o respeito e a salvaguarda das existências, poderá gerar riqueza e contribuir para a valorização das unidades territoriais;

**Relação** – que se definiu como domínio autónomo, uma vez que relaciona aspectos de diferentes naturezas: humanos/económicos; agrícolas/ambientais, etc.

A análise dos registos permitiu estabelecer uma hierarquia das potencialidades (Quadro I), de onde se destacam claramente as Actividades económicas<sup>1</sup> como principais potencialidades da Região, seguidas, mas já de longe, pelas potencialidades proporcionadas pelos factores naturais e do património.

**Quadro I - Potencialidades**

	Registos	
	N.º absoluto	%
Actividades económicas	332	53.1
Naturais	184	29.4
Património	75	12.0
Locativas	23	3.7
Relação	11	1.8
<b>TOTAL</b>	<b>625</b>	<b>100.0</b>

### POTENCIALIDADES RELACIONADAS COM AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Uma primeira análise das potencialidades relacionadas directamente com as actividades económicas mostra-nos um claro domínio das actividades circunscritas no sector terciário (Quadro I.a). É essencialmente o Turismo que é referido – nas suas diferentes expressões –, sendo de assinalar a importância atribuída a formas emergentes de turismo, alternativas a um turismo de massas, como sejam o turismo de natureza, rural, percursos, náutico e cultural.

As actividades primárias, nomeadamente as actividades agrícolas, surgem num segundo conjunto de potencialidades para a Região. Registe-se que as actividades agrícolas citadas não remetem para práticas agrícolas intensivas e/ou monoculturais, fortemente consumidoras de espaço e recursos naturais, mas essencialmente para actividades com potencialidades emergentes e – nos casos da apicultura, das plantas de cheiros e corantes, etc. – com novas perspectivas do ponto de vista comercial e com fortes tradições em determinadas unidades territoriais.

**Quadro I.a – As actividades económicas como potencialidades**

Actividades primárias	124	Actividades terciárias	182
Agricultura	49	Caça (turismo)	24
Plantas de cheiro / corantes	10	Turismo de natureza	49
Apicultura	8	Turismo rural	47
Fruticultura	7	Turismo balnear	21
Pesca	11	Turismo de percursos	13
Extracção de Sal	8	Turismo náutico	4
Produção de madeira	11	Turismo cultural	4
Indústria extractiva	7	Lazer / tempos livres	12
Aquicultura / marisqueiros	10	Educação ambiental	6
Pastorícia	3	Logística	2
<b>Actividades Secundárias</b>	<b>26</b>		
Artesanato	7		
Indústria (tradicional)	9		
Indústria ligeira e serviços	1		
Energias	9		

<sup>1</sup> Naturalmente, as potencialidades de um território são sempre induzidas por actividades económicas que tirarão partido do suporte físico e natural.

## 6- ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL

### POTENCIALIDADES RELACIONADAS COM AS CONDIÇÕES NATURAIS

As potencialidades naturais – o segundo domínio mais citado – apontadas para o conjunto da Região prendem-se fundamentalmente com os aspectos da paisagem algarvia (Quadro I.b). Estes aspectos foram referidos de uma forma geral para todo o território, independentemente da especificidade de cada unidade territorial – zonas húmidas, a Serra, o Barrocal, a orla ocidental, a orla meridional... – afirmando a extrema importância da conservação e da valorização da paisagem, que se constituem como objectivos fundamentais a alcançar no sentido de não comprometer irremediavelmente um dos principais atractivos da Região.

A paisagem, contudo, não é aqui entendida apenas como cenário ou moldura das actividades humanas no território, mas na sua concepção mais orgânica das relações entre o meio ambiente e a ocupação humana, numa perspectiva de “*inserção no quadro natural*”. A cobertura vegetal, principalmente nas áreas onde a mancha florestal tem mais expressão, foi igualmente referida, entendida mais como um recurso cénico (não esquecendo a sua função de protecção) do que propriamente como recurso passível de exploração económica. A diversidade da paisagem, dentro de cada unidade territorial considerada, mereceu igualmente a atenção dos participantes, no entendimento de que contribui significativamente para a afirmação da paisagem, nas suas diversas vertentes, enquanto fortíssimo atractivo da Região.

**Quadro I.b – Os factores naturais como potencialidades**

Paisagem	69
A inserção no quadro natural	37
Floresta / coberto vegetal	22
Diversidade	17
Água	11
Altitude / elevação	8
Vastidão / fraca ocupação	7
O ecossistema	7
Aspectos geológicos	3
Micro-clima	2
Zonas húmidas	1

### POTENCIALIDADES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO, LOCATIVAS E DE RELAÇÃO

Um terceiro conjunto de registos relaciona-se com o Património (Quadro I.c), assumido na sua forma mais abrangente como o património edificado (arqueológico, histórico e contemporâneo), o património cultural (identidade, gastronomia...), as intervenções ocorridas nos locais, e ainda a classificação de sítios/áreas naturais – estas, obviamente, já em sobreposição com os factores naturais.

Uma referência ainda a dois conjuntos de potencialidades – locativas e de relação. As primeiras entendidas como valorização dos lugares/unidades territoriais em função da sua localização no espaço (regional, nacional e europeu), as segundas como uma combinação, passível de ser separada dos restantes domínios, dos aspectos naturais e humanos da paisagem.

**Quadro I.c – O património como potencialidade**

Identidade (cultural, histórica)	23
Arquitectura do casario	19
Gastronomia	10
Arqueológico	8
Equipamentos desportivos	2
Intervenção positiva no lugar	2
Sítios/zonas classificados	1

### HIERARQUIZAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS DE ACORDO COM AS POTENCIALIDADES

Num esboço de hierarquização das unidades territoriais segundo o número dos registos apontados como potencialidades, podemos verificar (cf. Gráfico I) que aquelas que, de acordo com as opiniões dos técnicos participantes nas visitas de campo, adquirem maior significado, são, de um modo geral, as unidades territoriais que apresentam e combinam uma certa *diversidade* de paisagens. Os casos mais evidentes são os seguintes:

- **Extremo Litoral Sotavento** – onde se combinam de forma harmoniosa, num território de pequenas dimensões, o litoral de praia, o sapal e as salinas (da Reserva de Castro Marim), o lugar dominado pelo castelo, a margem do Guadiana... – cujas principais potencialidades estão no domínio das actividades económicas, seguidas da valorização do património (sendo esta a unidade onde o património colheu mais registos) e, em terceiro lugar, na valorização das características naturais;
- **Litoral Barrocal Sotavento** – que engloba toda uma parcela do litoral na retaguarda da Ria Formosa que se estende até ao Barrocal, apresentando uma diversidade própria da transição dos sapais e salinas, pelos campos agrícolas do litoral até ao sopé da Serra – estando as potencialidades maioritariamente do lado das actividades económicas e nos aspectos do equilíbrio e harmonia entre as formas de agricultura praticadas e o povoamento;
- **Vertente Sul de Monchique** – com o sapal do Rio Arade, uma paisagem de campos agrícolas no sopé da serra e uma área da própria Serra de Monchique – onde as potencialidades estão exclusivamente afectas às actividades económicas (em clara maioria) e aos aspectos naturais;
- **Orla Lagunar** – com a diversidade de aspectos físicos e humanos da Ria Formosa e a paisagem de campos agrícolas do litoral – onde há uma distribuição quase equitativa das potencialidades entre as actividades económicas, os aspectos naturais e o património.

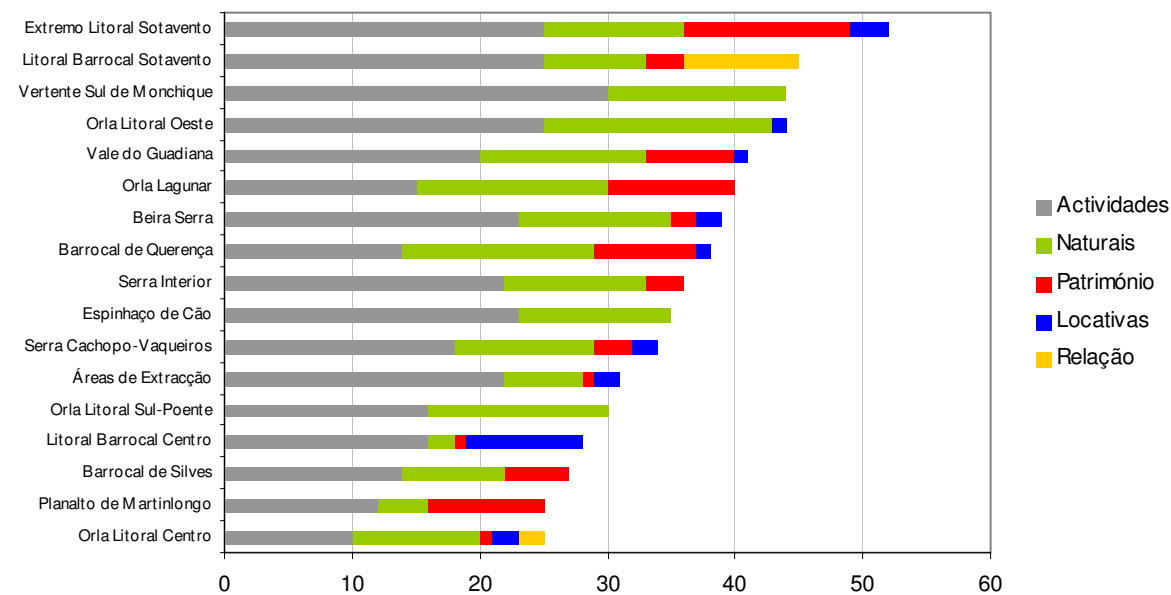
Há um segundo grupo de unidades territoriais cujo número de registos relativos às potencialidades surge igualmente destacado, não tanto em função da diversidade de paisagens, como os primeiros que referimos, mas sim da *especificidade*, beleza e valor do património natural da paisagem dominante. São os casos de:

- **Orla Litoral Oeste** – o domínio da orla ocidental algarvia, com uma extensa costa de arriba alta, praias pouco frequentadas e, para o interior, um conjunto de pequenos vales abrigados - unidade do território onde as potencialidades relacionadas com os aspectos naturais são mais relevantes;
- **Vale do Guadiana** – a margem esquerda algarvia do Guadiana com os lugares, os estreitos campos agrícolas fronteiros ao rio, as vertentes arborizadas;
- **Beira Serra** – unidade territorial caracterizada pelos campos agrícolas do Barrocal e por uma rede de pequenos aglomerados com uma vida muito relacionada com as actividades agrícolas.

Quanto às unidades territoriais para as quais foram apontadas menos potencialidades, não é possível estabelecer um padrão tão claramente definido. Nesta situação vamos encontrar unidades territoriais – quer do litoral, quer do interior – caracterizadas tanto pela diversidade como pela homogeneidade. A explicação para o menor número de registos nas três unidades com menos potencialidades poderá ter a ver com a forma de ocupação actualmente existente e ou com características físicas da paisagem. Assim se explicam as menores potencialidades apontadas para as seguintes unidades:

- **Orla Litoral Centro** – uma longa faixa do litoral onde a intensificação da edificação não deixou grandes margens para a exploração de outras eventuais potencialidades que não um turismo de massas associado ao sol e à praia. Unidade onde o património foi menos referido, mas onde os aspectos naturais assumem (ainda) um interesse passível de potencialização.
- **Planalto de Martinlongo** – que corresponde a uma área do interior, caracterizada por uma grande aridez e monotonia, com fracos recursos naturais (água, solos, floresta) e más acessibilidades, cujas potencialidades não são de facto muito assinaláveis – que surge, juntamente com a unidade acima referida, com o menor número de registos nas potencialidades relacionadas com as actividades económicas;
- **Barrocal de Silves** – uma unidade caracterizada por uma grande transformação na ocupação agrícola tradicional e na qual a exploração de outras potencialidades se afigura difícil.

Gráfico I – Potencialidades, segundo a sua natureza, por unidades territoriais



⇒ PROBLEMAS/ AMEAÇAS

Os problemas e as ameaças que os participantes mais referiram para o conjunto do território algarvio (ver Quadro II) resultam essencialmente das formas de **Uso e Ocupação do Solo** exercidas. Foi este o domínio que recolheu a esmagadora maioria dos registos, claramente superior a todos os restantes – **Físicos, Sociais e Económicos** –, que poderão, designadamente os Físicos (de uma forma mais imediata) mas também os sociais e económicos (num horizonte mais distante), recair igualmente na questão das formas de uso e ocupação do solo.

Quadro II – Problemas e Ameaças

	Registos	
	N.º absoluto	%
Uso e Ocupação do Solo	357	62,6
Físicos	116	20,4
Sociais	75	13,1
Económicas	22	3,9
<b>TOTAL</b>	<b>570</b>	<b>100,0</b>

PROBLEMAS/ AMEAÇAS RESULTANTES DAS FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Uma análise mais pormenorizada da grande questão dos Problemas e Ameaças resultantes do **Uso e Ocupação do Solo** leva-nos à constituição de nove subconjuntos relativamente autónomos, embora alguns deles acabem por se relacionar (cf. Quadro II.a). O principal problema identificado no território regional pode designar-se genericamente por **Habituação**<sup>2</sup>. Aqui recaem observações que estão inevitavelmente entrecruzadas, como a pressão excessiva no território exercida pela construção para habitação, nomeadamente para segunda residência (o que, de certa forma, poderia justificar a inclusão deste aspecto no subconjunto Turismo), a dispersão da construção e o conseqüente alastramento da mancha edificada sobre áreas condicionadas (zonas aluvionares, áreas agrícolas, etc.) e/ou com outras potencialidades, bem como os custos que tal dispersão acarreta em termos de infra-estruturas, a excessiva densidade da construção, a má qualidade arquitectónica da

<sup>2</sup> Como mais adiante se verá, os problemas com a habitação advêm do modelo de expansão do parque habitacional da população residente nos principais aglomerados urbanos, mas sobretudo da habitação para fins turísticos e de lazer, seja nas grandes concentrações (ex: Quarteira, Armação de Pêra, Praia da Rocha, Monte Gordo, Albufeira, etc.), seja na dispersão das vivendas na faixa Litoral e Barrocal.

construção, entendida nos seus aspectos técnicos e estéticos, e ainda a descaracterização do casario antigo, transformado ou substituído por tipologias de habitação incaracterísticas.

Em segundo lugar, merecem especial referência os problemas e ameaças relacionados com o **Uso Agrícola e Florestal**. As situações mais referidas neste subconjunto foram:

- o caso das monoculturas – essencialmente de citrinos e de eucaliptos nas áreas interiores do Barrocal, Beira Serra e Serra – com as conseqüências daí resultantes tanto nos aspectos físicos (contaminação de aquíferos, exaustão e erosão dos solos), ecológicos (perda de biodiversidade, risco de incêndio, entre outros), como nos aspectos económicos (cristalização e dependência do tecido produtivo em torno de um bem);
- o abandono de instalações como as estufas, e a não remoção das estruturas metálicas, plásticos e terras utilizadas;
- a cobertura vegetal desadequada dos tipos de solo e de clima da região, geradora de desequilíbrios ambientais de difícil reversibilidade;
- as práticas agrícolas desadequadas – intensivas ou extensivas –, fortemente consumidoras do solo e dos recursos hídricos existentes, bem como causadoras de poluição dos terrenos e dos aquíferos;
- o problema da desflorestação e substituição do coberto vegetal específico da região;
- o problema das suiniculturas e aviários;
- os efeitos perversos de uma política de subsídios comunitários a determinadas produções (citrinos, por exemplo).

Quadro II.a – Problemas/ Ameaças resultantes do Uso e Ocupação do Solo

Habituação	158
Agrícola e Florestal	118
Turismo	29
Infra-estruturas	21
Pedreiras	14
Resíduos	7
Conflitos de uso	5
Indústria	3
Equipamentos	2

PROBLEMAS/ AMEAÇAS RESULTANTES DOS ASPECTOS FÍSICOS

O segundo conjunto de Problemas e Ameaças mais referido tem a ver com os aspectos **Físicos**. É certo que muitos destes aspectos decorrem dos problemas identificados em outros domínios e que, desta forma, resultem mais em efeitos (a médio ou longo prazo). Contudo, dada a gravidade de alguns deles, com uma clara e actual visibilidade no território, justifica-se que se destaquem alguns aspectos, como sejam:

- a descaracterização da paisagem rural – considerando a desfiguração de um espaço rural com uma identidade bem definida: o casario, a pequena parcela fundiária, os caminhos, muros, sebes, renques e canaviais, ancestrais obras de hidráulica agrícola, etc.;
- a afectação da qualidade da água – resultante de más práticas agrícolas, suiniculturas, falta de tratamento de águas residuais, etc.;
- a diminuição (quantidade/qualidade) dos recursos hídricos;
- a pressão em áreas naturais classificadas;
- a perda de biodiversidade;
- a erosão dos solos;
- a degradação de arribas e falésias e afectação do trânsito de sedimentos.

## 6- ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL

### PROBLEMAS/ AMEAÇAS RESULTANTES DOS ASPECTOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

O terceiro conjunto de Problemas e Ameaças mais referidos prende-se com os aspectos **Sociais**. Eles são o resultado de dinâmicas populacionais, económicas e sociais ocorridas durante períodos de tempo de considerável duração e que se manifestaram no território de diferentes formas, deixando à vista as fragilidades das unidades territoriais menos favorecidas pelos modelos de ocupação e uso do território inerentes às filosofias de crescimento e/ou desenvolvimento vigentes. O principal aspecto social problemático registado pelos participantes foi, esmagadoramente, a questão da *desertificação* (humana), fenómeno que assola todo o interior português e, no caso da região, toda a faixa interior do Barrocal e, essencialmente, da Serra. Outros problemas, decorrentes ou com este relacionados, foram também referidos, designadamente o *envelhecimento da população*, o *abandono de práticas tradicionais*, a *escassa oferta de emprego*, a *fraca qualificação dos activos*, o *isolamento* e a *inércia*.

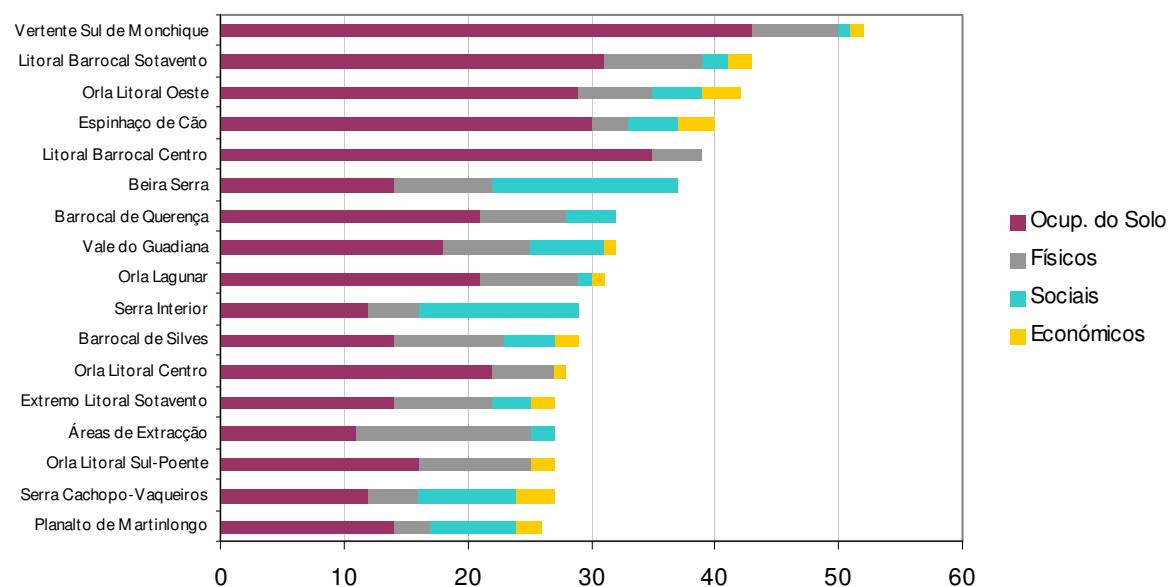
### HIERARQUIZAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS DE ACORDO COM OS PROBLEMAS/ AMEAÇAS

As unidades territoriais que contabilizaram um maior número de registos relativos aos Problemas e Ameaças são, de uma forma geral, as unidades que incluem o litoral (Gráfico 2). Assim, é para as unidades **Vertente Sul de Monchique**, **Litoral Barrocal Sotavento**, **Orla Litoral Oeste** e **Litoral Barrocal Centro**, que se referenciam os maiores problemas resultantes das formas de uso e ocupação dos solos, obviamente como resultado da dispersão da edificação, da excessiva construção e densidade, da pressão do turismo, etc.

Porém, também algumas unidades do interior aparecem com valores relativamente elevados, como são os casos de **Espinhaço de Cão**, **Beira Serra** e **Barrocal de Querença**, onde determinados usos do solo por parte das actividades agro-pecuárias são susceptíveis de criar problemas graves. Registe-se ainda que algumas das unidades territoriais que haviam sido referidas como as que possuíam maiores potencialidades, como é o caso de **Vertente Sul de Monchique** e **Orla Litoral Oeste**, são também aquelas que apresentam problemas que ameaçam pôr em risco o aproveitamento das suas potencialidades.

De salientar que apenas numa unidade – **Áreas de Extracção** – os problemas físicos são referidos em primeiro lugar, problemas esses que resultarão certamente de actuais e passadas ocupações do solo.

Gráfico II – Problemas/ Ameaças, segundo a sua natureza, por unidades territoriais



### ⇒ CAUSAS

As Causas apontadas para os problemas e ameaças referidos no ponto anterior são diversas (ver Quadro III), mas confluem maioritariamente em dois grandes domínios que designamos por **Aspectos Económicos** e **Aspectos Institucionais** (juntos, representam 2/3 dos registos).

Quadro III – Causas dos Problemas/ Ameaças

	Registos	
	N.º absoluto	%
Aspectos Económicos	57	33,9
Aspectos Institucionais	54	32,1
Aspectos Sociais	32	19,1
Aspectos Físicos	25	14,9
<b>TOTAL</b>	<b>168</b>	<b>100,0</b>

### CAUSAS RELACIONADAS COM OS ASPECTOS ECONÓMICOS E COM OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Consideraram-se como **Aspectos Económicos** (Quadro III.a) as várias pressões exercidas no território por parte das actividades económicas – agricultura, extracção, indústria, construção, etc. – das quais se destaca a pressão exercida pela construção, inequivocamente ligada ao turismo. O avanço da área construída sobre as áreas agrícolas, florestais e naturais é a causa de muitos problemas com que a região actualmente se debate e que poderão comprometer a sustentabilidade do seu sector impulsionador: o turismo.

As transformações e as dinâmicas ocorridas nas actividades primárias são também apontadas como causa de alguns problemas existentes, designadamente a agricultura, em função:

- da sua fraca vitalidade nalgumas unidades territoriais, geradora de problemas sociais graves (desertificação humana, envelhecimento da população, abandono dos campos, etc.);
- das suas novas formas de exploração - monoculturas, práticas intensivas, etc. - noutras unidades territoriais, geradoras de desequilíbrios ambientais graves a curto ou médio prazo (erosão dos solos, esgotamento e/ou contaminação dos aquíferos, diminuição da biodiversidade, etc.).

Neste domínio há ainda a referir a menção a uma política de atribuição de fundos comunitários a práticas agrícolas que se reveste de alguma perversidade, com culturas desenvolvidas em regime monocultural e em áreas de risco ecológico, gerando problemas ambientais graves.

Os aspectos económicos, enquanto geradores dos problemas e ameaças apontados na Região, nomeadamente quanto à pressão exercida pelas actividades no território – construção excessiva, em áreas de risco ambiental, em áreas agrícolas, práticas agrícolas erradas, etc. –, não podem ser dissociados daquilo que designamos por **Aspectos Institucionais**, na medida em que serão estes últimos que poderão criar as condições (ou não controlar o seu surgimento) para formas de intervenção que acarretam problemas para o território.

Esses aspectos institucionais (Quadro III.a) surgem como críticas ao papel desempenhado pela Administração Pública (central, regional e local) em matéria de ordenamento do território. As referências são várias e podem resumir-se da seguinte forma:

- inexistência de instrumentos de plano/regulamentos em determinadas áreas/ situações;
- falta de acompanhamento e fiscalização de planos que, no terreno, são desvirtuados;
- os efeitos nocivos em determinados aspectos de certos planos/ projectos;
- o desconhecimento de terreno por parte das entidades promotoras dos planos;
- a falta de coordenação entre organismos públicos, mais concretamente entre os serviços da Agricultura e do Ambiente, que se manifesta em actuações contraditórias no terreno.

**Quadro III.a – Principais Causas dos Problemas/ Ameaças**

Aspectos Económicos		Aspectos Institucionais	
Geral	14	Inexistência de plano	8
Falta de investimento	5	Má gestão do território	8
Fraco dinamismo / diversidade	8	Falta de intervenção das entidades	7
A sazonalidade	1	Falta/inoperância de fiscalização	7
Actividades primárias, extractivas e indústria	18	Baixos níveis exigência na aprovação de projectos	6
Fraca competitividade da agricultura	1	Pouca intervenção técnica	4
Abandono de práticas tradicionais	4	Insuficiência de equipamentos	4
Más práticas agrícolas/florestais	8	O PDM	3
Suicultura	1	Desconhecimento da realidade	2
Apoios comunitários perversos na agricultura	2	Descoordenação entre organismos	2
Actividade das pedreiras	1	Corredor do eixo viário	1
Actividade industrial	1	Regulamentação de lixos e sucatas	1
Construção	25	Projectos	1
Especulação	6		
Procura de segunda residência	2		
Pressão do Turismo	8		
Pressão urbanística	9		

CAUSAS RELACIONADAS COM OS ASPECTOS SOCIAIS E COM OS ASPECTOS FÍSICOS

Por último, salientem-se ainda as referências aos **Aspectos Sociais** e **Aspectos Físicos** como causadores de alguns dos problemas apontados para a Região. Quanto aos aspectos sociais:

- um conjunto de referências que imputa às causas demográficas – desertificação, envelhecimento – a responsabilidade por alguns dos problemas detectados, bem como à estrutura socio-económica das populações – desemprego, população empobrecida e desqualificada;
- um conjunto de referências que atribui a co-autoria da responsabilidade dos problemas e ameaças a uma certa incultura cívica das populações – desrespeito e incumprimento da legislação, falta de cultura cívica e ambiental, anacronismo das mentalidades, atitudes consumistas;
- e, nalgumas áreas, uma falta de identidade local que não contribui para a preservação do território, uma vez que as forças actuantes no terreno – população, administração, agentes económicos – não têm, todos ou apenas alguns, um vínculo forte como o território.

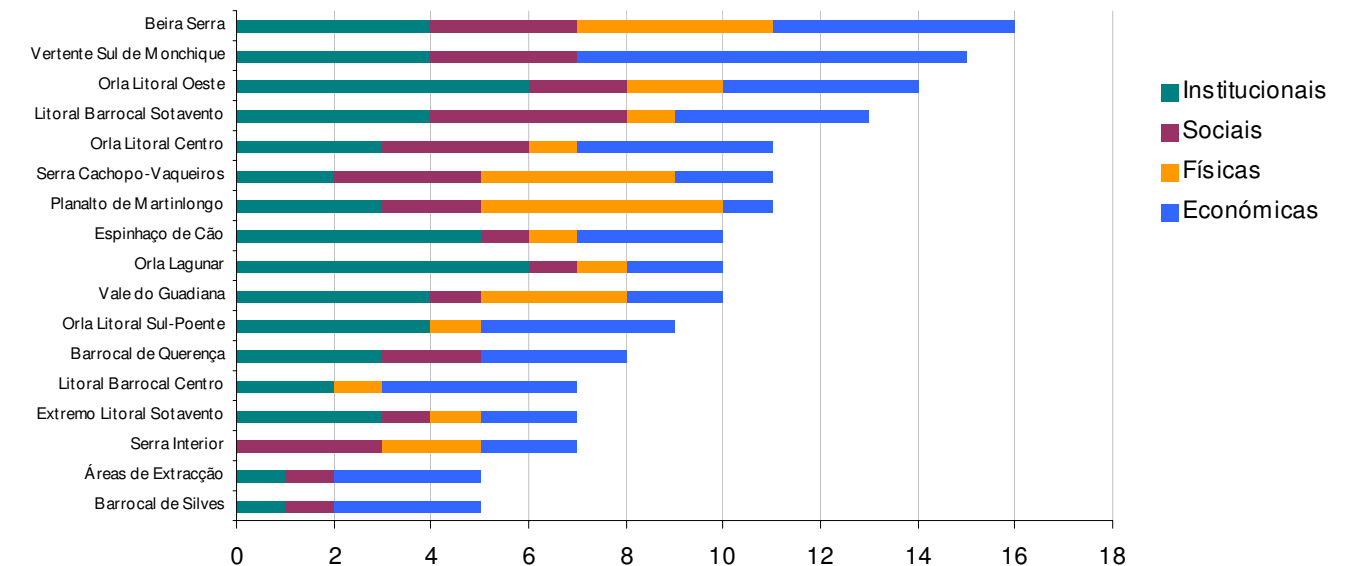
Como aspectos físicos, foram apontados:

- a pobreza do meio, em termos de recursos naturais;
- a difícil topografia, o isolamento e a conseqüente má acessibilidade.

HIERARQUIZAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS DE ACORDO COM AS CAUSAS

As unidades do território onde é maior o número de Causas referidas como geradoras dos actuais Problemas e Ameaças (Gráfico 3) não são tanto as que compreendem largos troços da orla meridional, como eventualmente seria de esperar dada a gravidade dos problemas aí existentes, mas sim outras áreas com uma maior diversidade de paisagens e de recursos onde as pressões são exercidas em várias frentes, isto é, onde se combinam pressões de natureza urbanística, turística e de determinadas formas de exploração agrícola.

**Gráfico III – Causas dos Problemas/ Ameaças, segundo a sua natureza, por unidades territoriais**



Encontram-se neste caso unidades como a **Beira Serra**, **Vertente Sul de Monchique**, **Orla Litoral Oeste** e **Litoral Barrocal Sotavento**, genericamente unidades de uma retaguarda da frente litoral onde ainda subsiste uma actividade agrícola tradicional mas socialmente muito importante, uma rede de pequenos aglomerados ainda não muito transformados, e algumas áreas naturais sobre a qual a mancha urbana, os empreendimentos turísticos e práticas agrícolas intensivas e de monocultura tendem a avançar. São também unidades territoriais onde as causas de natureza económica são mais significativas, ou seja, onde a fragilidade da base económica local contribui para os problemas existentes e favorece as pressões exercidas sobre o território.

Neste sentido, podemos ainda salientar a quase exclusividade das causas económicas (abandono de práticas tradicionais, fraco dinamismo económico, falta de investimento, etc.) para os problemas detectados em unidades como **Barrocal de Silves** e **Áreas de Extração**; o peso dos aspectos institucionais (falta de fiscalização, má gestão do território, falta de intervenção das entidades, etc.) nos problemas detectados em **Orla Lagunar**, **Espinhaço de Cão**; e, ainda, a importância dos aspectos físicos (pobreza do meio, difícil topografia, abandono das terras, etc.) nos problemas existentes em **Serra Cachopo-Vaqueiros**, **Planalto de Martinlongo** e **Beira / Serra**.

⇒ EFEITOS

Os efeitos no terreno das situações mais problemáticas apontadas nos pontos anteriores recaíram essencialmente no tema Ambiente (Quadro IV). Este domínio surge claramente à frente dos restantes (de forma alguma negligenciáveis mas muito secundarizados), revelando, numa primeira análise, que os problemas detectados, nomeadamente aqueles relacionados com o Uso e Ocupação do Solo – as práticas vigentes – são fortemente susceptíveis de acarretar danos no frágil equilíbrio ambiental da Região.

**Quadro IV – Efeitos dos Problemas/ Ameaças**

	Registos	
	N.º absoluto	%
Ambiente	189	59,2
Património	47	14,7
População	43	13,5
Económicos	28	8,8
Equipamentos / Infraestruturas	12	3,8
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>100,0</b>

EFEITOS SOBRE O AMBIENTE E SOBRE O PATRIMÓNIO

Focando a análise somente nos efeitos sobre o **Ambiente**, verifica-se que a maioria dos registos refere a *descaracterização da paisagem* como o efeito maior das transformações ocorridas no território algarvio ao longo das últimas décadas no Algarve (Quadro IV.a). Este aspecto é, simultaneamente, um Problema e Ameaça (já identificado num dos pontos anteriores) e um Efeito de uma actuação predadora sobre o território, cujos efeitos são ainda mais graves, não se limitando ao aspecto visual, como ressalta das significativas alusões:

- à degradação dos sistemas naturais;
- à contaminação dos solos e aquíferos;
- à erosão e à destruição/ degradação de sistemas dunares e arribas.

Em segundo lugar surge um conjunto de referências relativas aos efeitos dos problemas citados sobre o **Património** (no seu âmbito mais alargado), sendo de destacar os registos que referem:

- a descaracterização dos núcleos populacionais;
- a perda de identidade do espaço rural;
- o abandono de práticas tradicionais.

**Quadro IV.a – Efeitos sobre o Ambiente**

Descaracterização da paisagem	79
Degradação dos sistemas naturais	33
Contaminação solos e aquíferos	22
Erosão (solos/arribas/dunas)	18
Decréscimo da biodiversidade	11
Destruição dos recursos	7
Diminuição da área natural	6
Degradação floresta/coberto vegetal	5
Aumento do risco de Incêndio	4
Esgotamento dos aquíferos	1
Aumento do risco de Cheias	1
Descrédito do Parque	1
Desafecção da RAN e REN	1

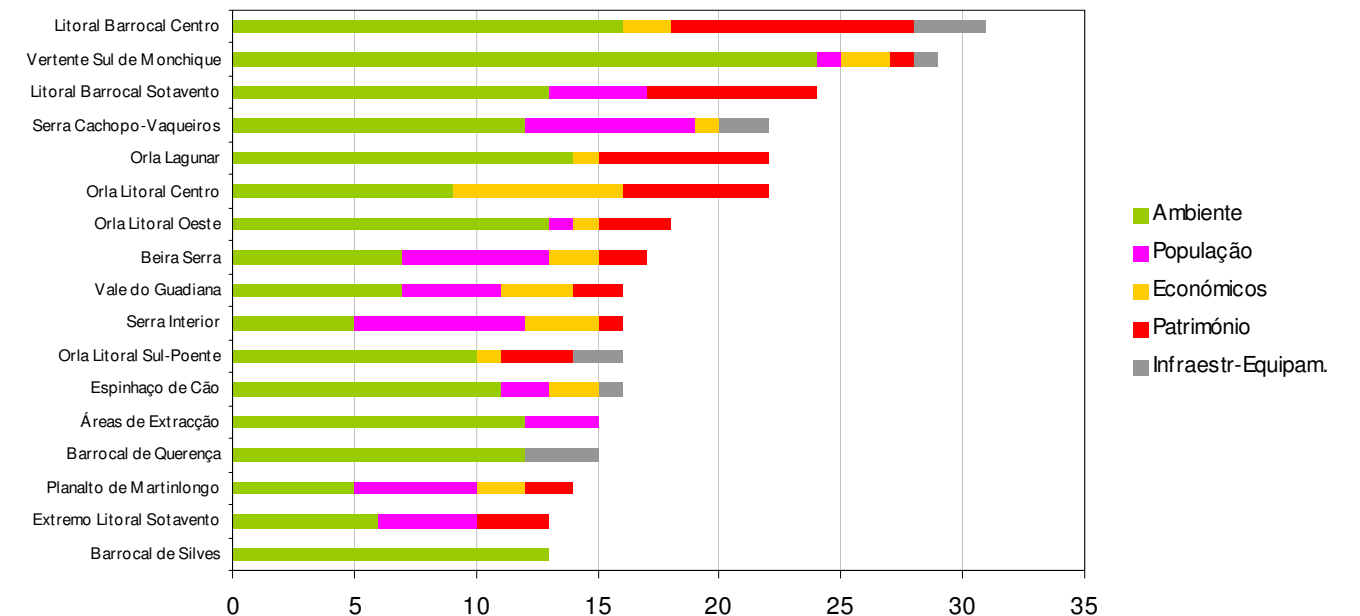
HIERARQUIZAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS DE ACORDO COM OS EFEITOS

Das unidades territoriais onde os efeitos esperados dos actuais problemas se tornam mais visíveis destacam-se claramente (Gráfico 4):

- o **Litoral Barrocal Centro** – onde os efeitos esperados da actual ocupação do território serão visíveis principalmente na degradação do ambiente (sistemas naturais, descaracterização da paisagem e contaminação de solos e aquíferos) e sobre a riqueza do património construído (descaracterização dos núcleos, etc.);
- o **Vertente Sul de Monchique** – esmagadoramente sobre o ambiente (degradação dos sistemas naturais, degradação da floresta, erosão dos solos, etc.).

Tal como para a maioria das restantes unidades territoriais, nomeadamente as que incluem troços do litoral, os efeitos apontados – descaracterização da paisagem, degradação dos sistemas naturais, destruição dos recursos, etc. – resultam essencialmente da pressão exercida pela expansão urbana, pela pressão exercida pela construção afecta a um tipo de turismo fortemente consumidor de espaço e por formas de agricultura lesivas para o ambiente. Saliente-se ainda o facto de a unidade **Vertente Sul de Monchique** surgir de novo nos lugares de topo, para a qual já se haviam referenciado fortes potencialidades de valorização e de desenvolvimento com base nos seus recursos endógenos, mas também fortes ameaças e, agora, igualmente referida como uma das unidades onde mais se temem os efeitos da forma de ocupação actual. No mesmo sentido, registre-se que as restantes unidades que haviam sido referidas como as de maiores potencialidades - **Extremo Litoral Sotavento, Orla Litoral Oeste e Vale do Guadiana** – não são das que, num horizonte próximo, parecem suscitar maiores preocupações com os efeitos dos actuais problemas.

**Gráfico IV – Efeitos dos Problemas/ Ameaças, segundo a sua natureza, por unidades territoriais**



⇒ PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO E AS SUAS INCIDÊNCIAS GEOGRÁFICAS

Uma vez apontadas as potencialidades, salientados os problemas e ameaças, bem como as causas desses problemas e ameaças, e ainda os seus efeitos (que, como adiante se fará referência, se revelam no agravamento dos problemas e ameaças detectados), procede-se neste ponto a uma breve abordagem aos principais domínios de estratégias de actuação, apontados pelos técnicos participantes nas visitas de reconhecimento de campo, como formas de aproveitar as potencialidades das unidades territoriais para o desenvolvimento e/ou combater os problemas e ameaças latentes detectados no terreno. As propostas de actuação surgem fundamentalmente agrupadas em dois grandes conjuntos – **Actividades Económicas e Instrumentos de Planeamento** – que, recolhendo no total a grande maioria dos registos (quase 80%), apresentam percentagens bastante semelhantes, e relegam para um plano muito secundário as restantes propostas de actuação. Contudo, estas últimas, não tendo uma grande expressão para a totalidade da região algarvia, poderão ter uma expressão bem mais significativa no contexto específico de determinadas unidades territoriais.

**Quadro V – Propostas de Actuação**

	Registos	
	N.º absoluto	%
Actividades Económicas	168	40,5
Instrumentos de Planeamento	158	38,1
Infra-estruturas e Equipamentos	37	8,9
Ambientais	34	8,1
Articulação Institucional	9	2,2
População	9	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>415</b>	<b>100,0</b>

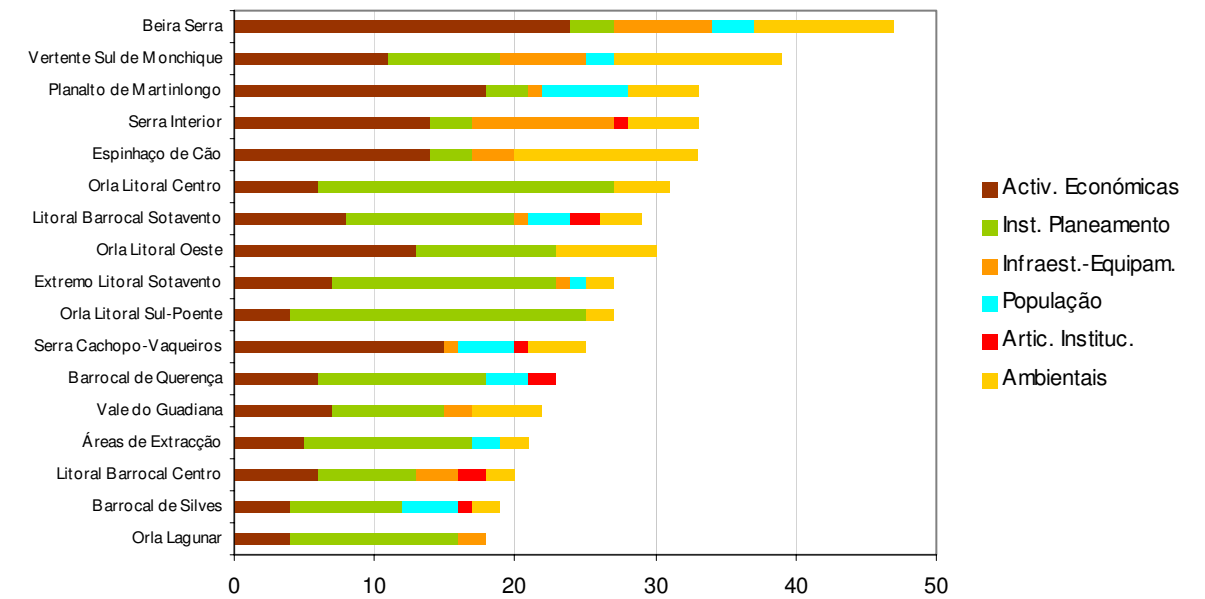
As propostas de actuação no domínio das actividades económicas visam essencialmente uma revitalização da base económica das unidades territoriais mais interiores. Uma primeira análise da distribuição geográfica das propostas de actuação avançadas para fazer face aos problemas e ameaças detectadas, revela que estas foram direccionadas em maior número para as unidades territoriais do interior (Gráfico 5): **Beira Serra, Vertente Sul de Monchique, Planalto de Martinlongo, Serra Interior e Espinhaço de Cão**. Com excepção da segunda (**Vertente Sul de Monchique**), verifica-se que são todas unidades territoriais de um interior que tem, de década para década, vindo a acentuar os problemas que resultam de um contínuo êxodo populacional que já leva meio século de existência.



Quadro V.a – Propostas de actuação no domínio das Actividades Económicas

Desenvolvimento de turismo de natureza/interior	53
Revitalizar núcleos tradicionais	16
Apoio aos produtos locais	16
Promover agricultura tradicional	15
Diversificação da base económica	10
Criação de zonas de caça	8
Apoio à gastronomia tradicional	8
Actividades de lazer / recreio	8
Agricultura biológica	6
Desenvolver a agro-indústria	6
Revitalizar as pescas	5
Concentrar a activ. industrial	4
Diversificar a oferta turística	3
Parque eólico/energias renováveis	3
Desenvolvimento da pastorícia / agro-pecuária	2
Exploração de rochas ornamentais	2
Desenvolver as salinas	1
Subsídios à interioridade	1
Desenvolvimento de Marketing local	1

Gráfico V – Proposta de Actuação, segundo a sua natureza, por unidades territoriais



## ⇒ IDENTIFICAÇÃO/ SISTEMATIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS E AMEAÇAS

As causas e as consequências são conhecidas: a falta de oportunidades para uma população jovem que não tem na Região correspondência para as expectativas de melhoria das condições de vidas, a inevitável saída para os centros urbanos e/ou litoral, o acentuar das condições que levaram à saída de população. Naturalmente, as propostas de actuação nestas unidades são de natureza diferente das que foram apontadas para unidades territoriais no litoral. São propostas que visam essencialmente estancar a saída de população e o conseqüente envelhecimento da que permanece, e recaem sobretudo nos domínios:

- da revitalização das actividades económicas – incentivando a exploração dos recursos endógenos, como sejam os casos da retoma de pequenas produções de carácter tradicional (queijo, mel, plantas de cheiro), da exploração de formas de turismo alternativo (rural, de natureza, percursos, etc.);
- da infra-estruturação e equipamentos colectivos – alargando a rede de abastecimento de água e do saneamento básico, melhorando a rede viária e proporcionando melhores acessibilidades, construindo equipamentos colectivos essenciais, ainda em falta algumas freguesias do interior serrano;
- ambientais – através de programas de reflorestação (ou de florestação) que reponham o coberto vegetal original, sacrificado décadas atrás por práticas agrícolas lesivas para o ambiente, e que ajudem a combater a erosão dos solos e a reter as águas pluviais.

As unidades territoriais que compreendem partes significativas do litoral foram objecto de menos propostas (em termos absolutos), uma vez que não apresentam os sinais de depressão das unidades acima referidas. Contudo, a natureza das propostas de actuação para as unidades do litoral é substancialmente diferente e incide essencialmente:

- na necessidade de tornar os instrumentos de planeamento mais eficazes para fazer face às pressões urbanísticas e turísticas;
- na necessidade de implementar medidas que salvaguardem o património natural;
- e, no aspecto das actividades económicas, incentivar a diversificação da base económica que tende a cristalizar-se no sector turístico.

Alguns de entre a totalidade dos problemas que foram identificados no território algarvio, atendendo à constância das suas referências e ao facto de serem referidos simultaneamente nas causas e nos efeitos, parecem passíveis de serem destacados dos restantes. Eles constituem aquilo que se poderá designar como **problemas de fundo**.

Esses problemas, que se situam a montante, geraram, directa ou indirectamente, outros que foram identificados no decurso do presente ensaio. O destaque destes problemas de fundo fica também a dever-se ao facto de, nalgumas situações, os efeitos esperados de tais problemas serem, precisamente, o agravar desses mesmos problemas e a recriação das condições que estiveram na origem do surgimento dos mesmos. Para melhor compreender esta questão, atente-se nas principais “fileiras” de causas/problemas/efeitos identificados, conforme Figura 1. Este esquema permite várias leituras, das quais se destacam duas:

## 1 - Relativamente às unidades territoriais do Interior da região:

As causas (C1 e C2), que estão na origem dos problemas (P1 e P2), irão ser recriadas nos efeitos (E1 e E3). Mais concretamente:

## a) as Causas (C1 e C2),

- como sejam as más condições de vida, os condicionamentos físicos e o fraco dinamismo económico, assim como algumas apostas mal sucedidas (designadamente no sector agrícola);
- e que caracterizaram as unidades territoriais do Interior durante largas décadas.

## b) criaram os Problemas (P1 e P2),

- abrindo caminho para a saída em massa das populações – desertificação e envelhecimento populacional – e para um avanço de formas de ocupação do solo dominadas pelas monoculturas (nomeadamente de floresta);
- sem que se consolide um sector produtivo que consiga proporcionar respostas às expectativas das populações.

## 6- ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL

c) dinâmicas esta cujos **Efeitos (E1 e E3)** apontam para uma continuação da saída de população e o correspondente processo de envelhecimento, um acentuar do enfraquecimento da base produtiva local e a descaracterização dos núcleos tradicionais em função do desaparecimento de actividades económicas diversificadas e da construção de segundas residências, uma degradação dos sistemas naturais e da paisagem, um recuo da área natural e um decréscimo da biodiversidade, bem como a perpetuação das ameaças sobre os solos e os aquíferos, ocasionadas pelas monoculturas.

Ou seja, os efeitos esperados dos actuais problemas contêm algumas das condições que estiveram na origem dos problemas das unidades territoriais do interior de toda a região do Algarve.

2 - Em relação às unidades territoriais que abrangem o Litoral podemos fazer a seguinte leitura:

a) as **Causas (C3)**, como sejam as pressões exercidas na faixa litoral meridional da região durante as últimas décadas, essencialmente desde a década de 70,

b) criaram (e criam) os **Problemas (P3 e P4)**:

- uma enorme dispersão da edificação, uma excessiva densidade e um avanço sobre as áreas naturais.

c) provocando, entre muitos outros, os **Efeitos (E2 e E3)**:

- descaracterização da paisagem, uma progressiva degradação das áreas naturais e degradação das arribas e sistemas dunares e, no fundo, uma perda de atracção da faixa litoral;
- Não se pode falar, tal como no primeiro caso, de uma recriação das condições que geraram os problemas, mas de uma certa irreversibilidade. Ou seja, estão ameaçadas todas as condições naturais da região (com excepção do clima) que proporcionaram o desenvolvimento do turismo, sector que representa actualmente a maior fonte de riqueza da região.

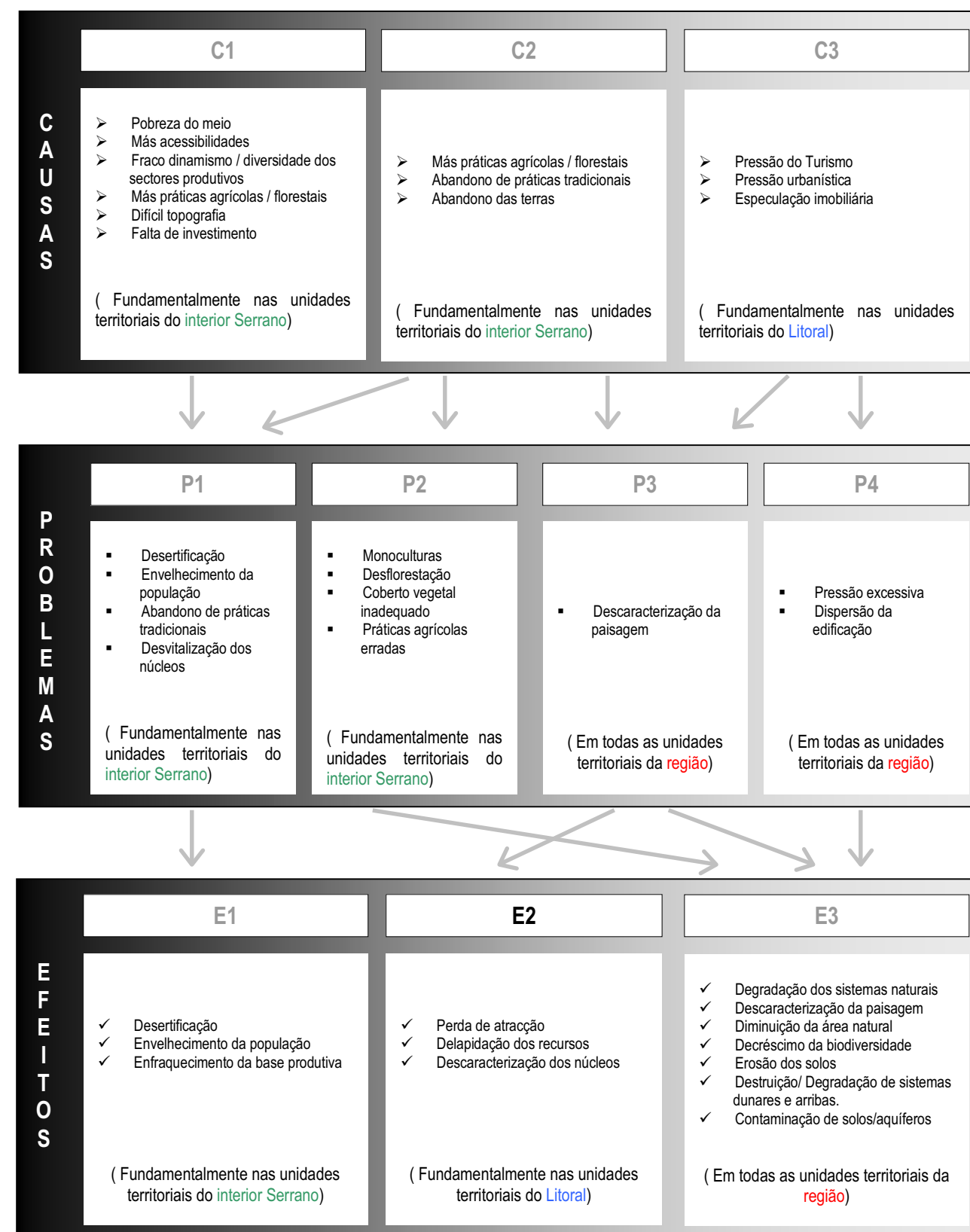
### ⇒ SÍNTESE DOS PARÂMETROS DE REFERÊNCIA POR UNIDADE TERRITORIAL

No presente ponto apresenta-se uma tentativa de síntese dos parâmetros de referência para cada uma das dezassete unidades territoriais definidas na região do Algarve. Em cada uma das unidades apresentam-se:

- as Potencialidades apontadas, destacando-se a verde aquelas que foram mais vezes referidas no universo dos registos para a unidade, inscrito no canto inferior direito do respectivo quadro;
- os Problemas e Ameaças detectados na unidades, destacando-se a vermelho as mais referidas no universo dos registos para a unidade, inscrito no canto inferior direito;
- as Causas dos actuais Problemas e Ameaças;
- os Efeitos esperados (já visíveis ou não) dos actuais Problemas e Ameaças, destacando-se a vermelho aqueles que foram mais vezes referidos no universo dos registos para a unidade, inscrito no canto inferior direito;
- as Propostas de Actuação para fazer face aos Problemas e Ameaças detectados, destacando-se a azul as que foram mais vezes referidas no universo dos registos para a unidade, inscrito no canto inferior direito.

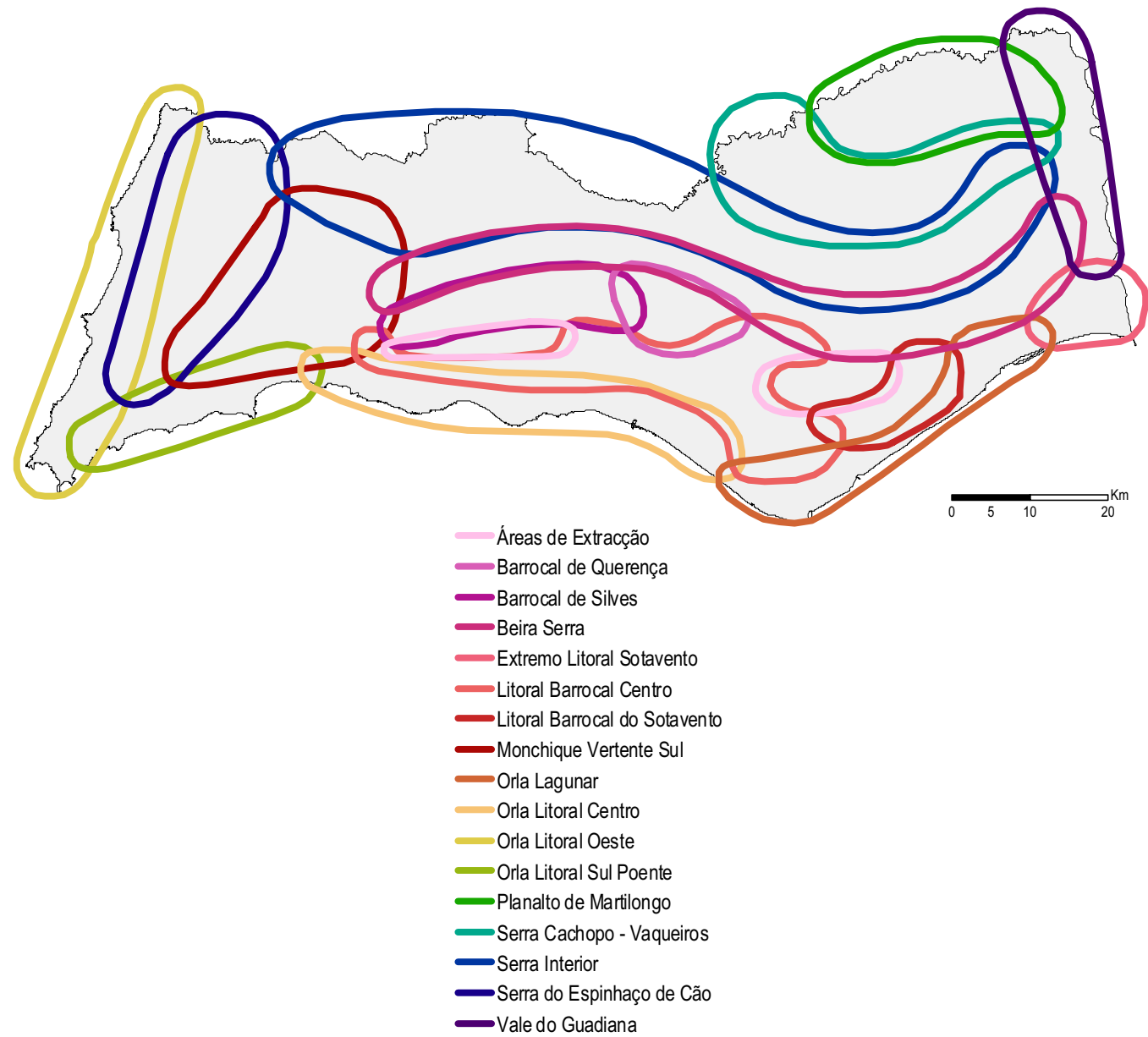
A ordem de apresentação das fichas-síntese das unidades territoriais obedece somente a um critério de natureza geográfica, isto é, sequenciaram-se as unidade de Oeste para Leste, do Barlavento para o Sotavento.

Figura I – Identificação dos problemas de fundo na Região do Algarve



Fichas – síntese

Figura II – Unidades Territoriais



ORLA LITORAL OESTE

POTENCIALIDADES

Locativas:

- Localização privilegiada

Naturais:

- O ecossistema
- A inserção no quadro natural
- Paisagem
- Diversidade
- Altitude / elevação
- Floresta / coberto vegetal

Actividades:

- Agricultura
- Produção de madeira
- Pesca
- Energias
- Turismo balnear
- Turismo de natureza

43

Causas

Aspectos Institucionais:

- Falta/inoperância de fiscalização
- Má gestão do território
- Insuficiência de equipamentos
- Pouca intervenção técnica
- Inexistência de plano(s)
- Projectos

Aspectos Sociais:

- Filosofia de desenv. inadequada
- População activa desqualificada

Aspectos Físicos:

- Localização privilegiada

Aspectos Económicos:

- Más acessibilidades
- Especulação imobiliária
- Pressão do Turismo
- Pressão urbanística
- Fraco dinamismo / diversidade

PROBLEMAS / AMEAÇAS

Físicos:

- Poliuição
- Solos pobres
- Perda da biodiversidade

Sociais:

- Desertificação
- Poucas oportunidades de emprego

Económicas:

- Sazonalidade
- Debilidade do tecido produtivo

Uso e Ocupação do Solo:

- Parque / Autarquia / Privados
- Coberto vegetal inadequado
- Desflorestação
- Excessiva construção
- Dispersão da edificação
- Má qualidade arquitectónica
- Segunda habitação / dispersão
- Más apostas turísticas
- Más acessibilidades

42

Efeitos

Ambiente:

- Degradação dos sistemas naturais
- Descaracterização da paisagem
- Decréscimo da biodiversidade
- Delapidação dos recursos
- Descrédito do Parque
- Erosão (solos/arribas/dunas)
- Degradação floresta/coberto vegetal

População:

- Desertificação

Económicos:

- Excessivo peso da sazonalidade

Património:

- Descaracterização dos núcleos
- Disseminação da construção

18

PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

Instrumentos de Planeamento:

- Requalificação
- Legislação menos permissiva
- Papel mais interventivo do Parque
- Planos integradores ordem regional
- Contenção de grandes empreendimentos turísticos
- Regulação da construção

Actividades económicas:

- Requalificação
- Promover a agricultura biológica
- Desenvolver o turismo de natureza/interior
- Revitalizar núcleos tradicionais
- Promover actividades de lazer / recreio
- Aproveitamento de energias renováveis

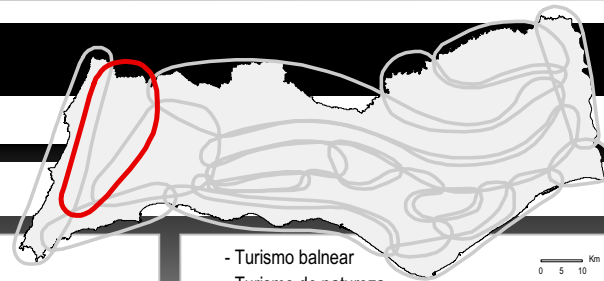
Ambientais:

- Reflorestação / Florestação
- Promover investigação da natureza

30

# 6- ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL

## SERRA DO ESPINHAÇO DE CÃO



### POTENCIALIDADES

- Naturais:**
- Paisagem
  - Vastidão / fraca ocupação humana
  - Floresta / coberto vegetal

- Actividades:**
- Agricultura biológica
  - Apicultura
  - Produção de madeira
  - Pesca
  - Indústria extractiva

- Turismo balnear
- Turismo de natureza
- Turismo náutico
- Turismo de natureza
- Lazer / tempos livres

35

## ORLA LITORAL SUL - POENTE



### POTENCIALIDADES

- Naturais:**
- Paisagem
  - Diversidade
  - Vastidão / fraca ocupação humana
  - Micro-clima

- Actividades:**
- Turismo balnear
  - Turismo de natureza
  - Turismo náutico

- Percursos
- Turismo cultural
- Lazer / tempos livres

30

### Causas

- Aspectos Institucionais:**
- Má gestão do território
  - Incuria das entidades
  - Insuficiência de equipamentos
  - Pouca intervenção técnica
  - Inexistência de plano(s)
- Aspectos Sociais:**
- Não cumprimento da Lei
- Aspectos Físicos:**
- Incêndios
- Aspectos Económicos:**
- Especulação imobiliária
  - Fraco dinamismo/ diversidade
  - Falta de investimento

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

- Físicos:**
- Descaracterização da paisagem
  - Solos pobres
  - Perda da biodiversidade
- Sociais:**
- Desertificação
  - Envelhecimento da população
- Económicas:**
- Debilidade do tecido económico
  - Fraco dinamismo económico
- Uso e Ocupação do Solo:**
- Parque / Autarquia / Privados
  - Monoculturas (eucalipto)
  - Coberto vegetal inadequado
  - Desflorestação
  - Incêndios
  - Suicultura / aviários
  - Pressão excessiva no território
  - Dispersão da edificação
  - Má qualidade arquitectónica
  - Más apostas turísticas
  - Insuficiência/deficiência de equipamentos
  - Insuficiência/deficiência de infra-estruturas
  - Más acessibilidades

### Efeitos

- Ambiente:**
- Degradação dos sistemas naturais
  - Descaracterização da paisagem
  - Decréscimo da biodiversidade
  - Contaminação de solos / aquíferos
  - Erosão (solos/arribas/dunas)
- População:**
- Desertificação
  - Falta de mobilidade
- Económicos:**
- Enfraquecimento da base produtiva
  - Perda de poder de atracção
- Equipamentos / infra-estruturas:**
- Insuficiência

16

### Causas

- Aspectos Institucionais:**
- Falta / inoperância de fiscalização
  - Má gestão do território
  - Fraco exigência da autarquia
  - Inexistência de plano
- Aspectos Físicos:**
- Localização privilegiada
- Aspectos Económicos:**
- Especulação imobiliária
  - Pressão do Turismo
  - Pressão urbanística
  - Fraco dinamismo/ diversidade

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

- Físicos:**
- Descaracterização da paisagem
  - Perda da biodiversidade
  - Pressão em áreas naturais / classificadas
- Económicas:**
- A sazonalidade
- Uso e Ocupação do Solo:**
- Pressão excessiva no território
  - Dispersão da edificação
  - Más apostas turísticas
  - Insuficiência / deficiência de infra-estruturas

27

### Efeitos

- Ambiente:**
- Degradação dos sistemas naturais
  - Diminuição da área natural
  - Decréscimo da biodiversidade
  - Delapidação dos recursos
- Económicos:**
- Excessivo peso da sazonalidade
- Equipamentos / infra-estruturas:**
- Insuficiência

16

### PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

- Instrumentos de Planeamento:**
- Legislação menos permissiva
  - Papel mais interventivo do Parque
  - Contenção da expansão dos núcleos

- Equipamentos / Infra-estruturas:**
- Melhorar acessibilidades
  - Melhorar o abastecimento de água / saneamento

- Actividades económicas:**
- Promover a agricultura tradicional
  - Promover a agricultura biológica
  - Desenvolver o turismo de natureza/interior
  - Apoiar a gastronomia tradicional
  - Promover os produtos locais
  - Diversificar a base económica
  - Desenvolver o marketing local

- Ambientais:**
- Reflorestação / Florestação
  - Cobertura florestal adequada
  - Preservar a paisagem litoral
  - Prevenção de incêndios
  - Controlar as suiculturas
  - Controlar a acção das pedreiras
  - Promover a investigação da natureza

33

### PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

- Instrumentos de Planeamento:**
- Requalificação
  - Papel mais interventivo do Parque
  - Contenção da expansão dos núcleos
  - Legislação menos permissiva
  - Planos integradores de ordem regional
  - Contenção de grandes empreendimentos turísticos
  - Regulação da construção
  - Reordenamento do tráfego

- Actividades económicas:**
- Desenvolver o turismo de natureza
  - Diversificar a base económica

- Ambientais:**
- Preservar a paisagem litoral

27

MONCHIQUE VERTENTE SUL



**POTENCIALIDADES**

<p><b>Naturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inserção no quadro natural</li> <li>- Ecossistema</li> <li>- <b>Diversidade</b></li> <li>- Floresta / coberto vegetal</li> <li>- Água</li> </ul>	<p><b>Actividades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura biológica</li> <li>- Apicultura</li> <li>- Produção de madeira</li> <li>- Aquicultura / marisqueiros</li> <li>- Indústria extractiva</li> <li>- Artesanato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Percursos</li> <li>- Turismo de natureza</li> <li>- Turismo rural</li> <li>- Caça</li> <li>- <b>Turismo de natureza</b></li> <li>- Lazer / tempos livres</li> </ul>
---	---	--

44

BARROCAL DE SILVES



**POTENCIALIDADES**

<p><b>Naturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inserção no quadro natural</li> <li>- Paisagem</li> <li>- Vastidão / fraca ocupação</li> <li>- Água</li> </ul>	<p><b>Actividades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura</li> <li>- Fruticultura</li> <li>- Lazer / tempos livres</li> <li>- <b>Turismo de natureza</b></li> <li>- Turismo rural</li> <li>- Turismo cultural</li> </ul>	<p><b>Património:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Arquitectura do casario</li> <li>- Gastronomia</li> <li>- Identidade (cultural e histórica)</li> </ul>
---	--	---

25

<p><b>Causas</b></p> <p><b>Aspectos Institucionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Má gestão do território</li> <li>Incuria das entidades</li> <li>Pouca intervenção técnica</li> <li>Demarcação de corredor do eixo viário</li> </ul> <p><b>Aspectos sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Procura de rendimentos</li> <li>Filosofia de desenvolvimento inadequada</li> <li>População envelhecida</li> </ul> <p><b>Aspectos Económicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pressão do Turismo</li> <li>Pressão urbanística</li> <li>Más práticas agrícolas / florestais</li> <li>Abandono de práticas tradicionais</li> <li>Fraco dinamismo/ diversidade</li> <li>Falta de investimento</li> <li>Suinicultura</li> <li>Actividade industrial</li> </ul>	<p><b>PROBLEMAS / AMEAÇAS</b></p> <p><b>Físicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Descaracterização da paisagem</li> <li>Deficiente manutenção das ribeiras</li> <li>Afectação da qualidade da água</li> <li>Perda da biodiversidade</li> </ul> <p><b>Sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desertificação</li> <li>Fracas oportunidades de emprego</li> </ul> <p><b>Uso e Ocupação do Solo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Monoculturas de eucalipto</b></li> <li>Coberto vegetal inadequado</li> <li>Desflorestação</li> <li><b>Incêndios</b></li> <li><b>Suinicultura / aviários</b></li> <li>Pressão excessiva no território</li> <li>Dispersão da edificação</li> <li><b>Segunda habitação</b></li> <li>Dispersão das actividades industriais</li> </ul>	<p><b>Efeitos</b></p> <p><b>Ambiente:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Degradação dos sistemas naturais</li> <li><b>Descaracterização da paisagem</b></li> <li>Decréscimo da biodiversidade</li> <li><b>Destruição dos recursos</b></li> <li><b>Contaminação dos solos / aquíferos</b></li> <li>Erosão (solos/arribas/dunas)</li> <li>Degradação da floresta / coberto vegetal</li> <li>Risco de cheias</li> </ul> <p><b>População:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desertificação</li> </ul> <p><b>Económicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Abandono das culturas</li> </ul> <p><b>Património:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Disseminação da construção</li> </ul> <p><b>Equipamentos / infra-estruturas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiência</li> </ul>
--	--	--

52 29

<p><b>Causas</b></p> <p><b>Aspectos Institucionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Descoordenação entre organismos (Agricultura e Ambiente)</li> </ul> <p><b>Aspectos sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fraca presença humana</li> </ul> <p><b>Aspectos Económicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Más práticas agrícolas / florestais</li> <li>Fraco dinamismo/ diversidade</li> <li>Apoios comunitários perversos</li> </ul>	<p><b>PROBLEMAS / AMEAÇAS</b></p> <p><b>Físicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Afectação da qualidade da água</li> </ul> <p><b>Sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desertificação</li> <li>Fracas oportunidades de emprego</li> </ul> <p><b>Económicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fraco dinamismo económico</li> </ul> <p><b>Uso e Ocupação do Solo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Monoculturas de eucalipto</b></li> <li>Desflorestação</li> <li>Apoios comunitários desadequados</li> <li>Desvitalização dos núcleos</li> <li>Pressão excessiva no território</li> <li>Dispersão da edificação</li> <li>Má qualidade arquitectónica</li> </ul>	<p><b>Efeitos</b></p> <p><b>Ambiente:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Degradação dos sistemas naturais</li> <li><b>Descaracterização da paisagem</b></li> <li>Alteração da paisagem</li> <li><b>Contaminação dos solos / aquíferos</b></li> <li>Erosão (solos/arribas/dunas)</li> <li>Degradação da floresta / coberto vegetal</li> </ul>
--	--	--

29 13

**PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO**

<p><b>Instrumentos de Planeamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Requalificação</li> <li>- Contenção da expansão dos núcleos</li> <li>- Protecção da paisagem natural</li> <li>- Revisão das AAT's</li> </ul> <p><b>Actividades económicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Desenvolver o turismo de natureza/interior</b></li> <li>- Promover a agricultura biológica</li> <li>- Promover a revitalização económica dos núcleos tradicionais</li> <li>- Apoiar os produtos locais</li> <li>- Desenvolver o marketing local</li> </ul>	<p><b>Equipamentos / Infra-estruturas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Melhorar o abastecimento de água / saneamento</b></li> </ul> <p><b>População:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fixar população</li> </ul>	<p><b>Ambientais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Reflorestação / Florestação</b></li> <li>- Cobertura florestal adequada</li> <li>- Preservar a paisagem litoral</li> <li>- Regularizar as ribeiras</li> <li>- Divulgar a paisagem</li> <li>- Melhorar a prevenção de incêndios</li> </ul>
---	--	---

39

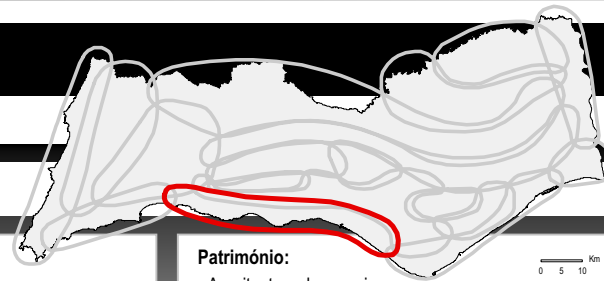
**PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO**

<p><b>Instrumentos de Planeamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Classificação das áreas de protecção dos aquíferos</li> <li>- <b>Controlar a expansão dos regadios</b></li> <li>- Contenção da expansão dos núcleos</li> <li>- Definição de plano(s) de conservação dos núcleos</li> <li>- Protecção da paisagem natural</li> </ul>	<p><b>Articulação institucional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a articulação de estratégias com a DGA</li> </ul> <p><b>Actividades económicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar a agricultura tradicional</li> <li>- Desenvolver o turismo de natureza/interior</li> <li>- Promover actividades de lazer / recreio</li> </ul>	<p><b>População:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fixar população</li> <li>- Desenvolver estratégias de atracção da população</li> <li>- Sensibilizar os jovens para a importância dos valores locais</li> </ul> <p><b>Ambientais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reflorestação / Florestação</li> <li>- Promover acções de Educação Ambiental para agricultores</li> </ul>
---	--	---

19

# 6- ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL

## ORLA LITORAL CENTRO



### POTENCIALIDADES

- Naturais:**
- Zonas húmidas
  - Paisagem
  - Aspectos geológicos
  - Percursos
  - Inserção no quadro natural
- Locativas:**
- Localização privilegiada

- Actividades:**
- Pesca
  - Turismo balnear
  - Percursos
- Relação:**
- Os recursos humanos

- Património:**
- Arquitectura do casario

25

## BARROCAL DE QUERENÇA



### POTENCIALIDADES

- Naturais:**
- Diversidade
  - Paisagem
  - Aspectos geológicos
  - Floresta / Coberto vegetal
  - Água
- Locativas:**
- Localização privilegiada

- Actividades:**
- Plantas de cheiro / corantes
  - Turismo rural
  - Percursos
  - Indústria ligeira / serviços

- Património:**
- Arquitectura do casario
  - Sítios / áreas classificadas
  - Gastronomia
  - Arqueologia

38

### Causas

- Aspectos Institucionais:**
- Má gestão do território
  - Incúria das entidades
  - Fraca exigência das autarquias
- Aspectos sociais:**
- Filosofia de desenvolvimento inadequada
  - Falta de cultura cívica / ambiental
  - Não cumprimento das leis
- Físicas:**
- Localização privilegiada
- Aspectos Económicos:**
- Especulação imobiliária
  - A sazonalidade
  - Pressão do turismo
  - Pressão urbanística

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

- Físicos:**
- Descaracterização da paisagem
  - Degradação das arribas / falésias
  - Desassoreamento
- Económicas:**
- A sazonalidade
- Uso e Ocupação do Solo:**
- Excessiva construção
  - Erosão
  - Pressão excessiva no território
  - Dispersão da edificação
  - Excessiva densidade
  - Descaracterização do casario
  - Especulação imobiliária
  - Pressão do turismo
  - Insuficiência de infra-estruturas
  - Insuficiência de equipamentos

28

### Efeitos

- Ambiente:**
- Degradação dos sistemas naturais
  - Descaracterização da paisagem
  - Erosão (solos/arribas/dunas)
- Económicos:**
- Excessivo peso da sazonalidade
  - Fraca qualidade da oferta turística
- Património:**
- Descaracterização dos núcleos
  - Ocupação desordenada

21

### Causas

- Aspectos Institucionais:**
- Falta / inoperância da fiscalização
  - Incúria das entidades
  - Descoordenação entre organismos
- Aspectos sociais:**
- Fraca presença humana
  - Não cumprimento das leis
- Físicas:**
- Localização privilegiada
- Aspectos Económicos:**
- Más práticas agrícolas / florestais
  - Fraca dinamismo / diversidade
  - Apoios comunitários perversos

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

- Físicos:**
- Descaracterização da paisagem
  - Afectação da qualidade da água
  - Pressão em áreas naturais / classificadas
- Sociais:**
- Desertificação
  - Envelhecimento da população
  - Abandono de práticas tradicionais
- Uso e Ocupação do Solo:**
- Monocultura de citrinos
  - Desflorestação
  - Apoios comunitários desadequados
  - Dispersão da edificação
  - Má qualidade arquitectónica
  - Descaracterização do casario
  - Más apostas turísticas
  - Pressão do turismo

32

### Efeitos

- Ambiente:**
- Degradação dos sistemas naturais
  - Descaracterização da paisagem
  - Contaminação de solos / aquíferos
  - Erosão (solos/arribas/dunas)
  - Desafecção da RAN e REN
- Equipamentos / Infra-estruturas:**
- Insuficiência
  - Congestionamento de tráfego

15

### PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

- Instrumentos de Planeamento:**
- Classificação das zonas húmidas
  - Requalificação
  - Legislação menos permissiva
  - Contenção da expansão dos núcleos
  - Revisão do PDM
  - Regulação da construção

- Actividades económicas:**
- Desenvolver o turismo de natureza/interior
  - Diversificar a oferta turística
  - Diversificar a base económica

- Ambientais:**
- Protecção de arribas e falésias
  - Requalificação ambiental

31

### PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

- Instrumentos de Planeamento:**
- Classificação de áreas de protecção de aquíferos
  - Controlar a expansão de regadios
  - Contenção da expansão dos núcleos
  - Preservar o espaço rural
  - Plano de conservação dos núcleos
  - Protecção da paisagem natural

- Articulação institucional:**
- Melhorar articulação com a DGA
- Actividades económicas:**
- Desenvolver o turismo de natureza/interior
  - Promover a agricultura tradicional
  - Promover actividades de lazer / recreio
  - Diversificar a base económica

- População:**
- Fomentar a solidariedade inter-geracional
  - Fixar população

23

LITORAL – BARROCAL CENTRO



POTENCIALIDADES

**Naturais:**  
- A paisagem  
- A água

**Locativas:**  
- Localização privilegiada

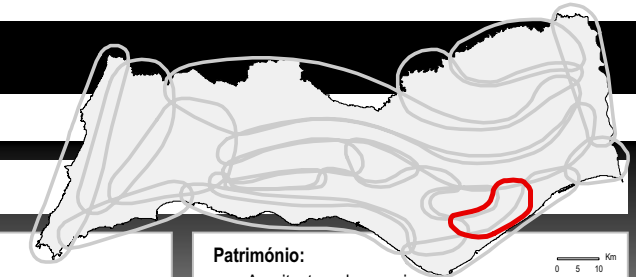
**Actividades:**  
- Agricultura  
- Turismo rural  
- Turismo balnear  
- Actividades de lazer / tempos livres

**Património:**  
- Arquitectura do casario

0 5 10 Km

28

LITORAL BARROCAL DO SOTAVENTO



POTENCIALIDADES

**Naturais:**  
- A paisagem  
- Inserção no quadro natural  
- O ecossistema  
- A diversidade

**Relação:**  
- Povoamento / actividade agrícola  
- Fruticultura / agricultura de sequeiro

**Actividades:**  
- Plantas de cheiro / corantes  
- Turismo rural  
- Turismo balnear  
- Turismo de natureza  
- Actividades de lazer / tempos livres  
- Aquicultura / marisqueiros  
- Fruticultura  
- Pesca  
- Extração de sal

**Património:**  
- Arquitectura do casario  
- Intervenção positiva no lugar

0 5 10 Km

47

Causas

**Aspectos Institucionais:**  
Má gestão do território  
Regulamentação da questão dos lixos e sucatas

**Físicas:**  
Abandono das terras

**Aspectos Económicos:**  
Especulação imobiliária  
Procura de segunda residência  
Pressão do turismo  
Pressão urbanística  
Má práticas agrícolas / florestais

PROBLEMAS / AMEAÇAS

**Físicos:**  
Descaracterização da paisagem  
Afectação da qualidade da água  
Solos pobres  
Pressão em áreas naturais / classificadas

**Uso e Ocupação do Solo:**  
Agricultura intensiva  
Práticas agrícolas erradas  
Estufas abandonadas  
Suinicultura / aviários  
Excessiva construção  
Pressão excessiva no território  
Dispersão da edificação  
Má qualidade arquitectónica  
Excessiva densidade  
Instalações industriais abandonadas  
Acumulação de lixos e sucatas  
Má acessibilidades

Efeitos

**Ambiente:**  
Degradação dos sistemas naturais  
Descaracterização da paisagem  
Alteração da paisagem  
Contaminação de solos / aquíferos

**Económicos:**  
Abandono de culturas

**Património:**  
Disseminação da construção  
Perda de identidade  
Ocupação desordenada

**Equipamentos / Infra-estruturas:**  
Insuficiência  
Congestionamento de tráfego

39

31

Causas

**Aspectos Institucionais:**  
Falta / inoperância de fiscalização  
Incuria das entidades  
Pouca intervenção técnica  
Fracá exigência das autarquias

**Sociais:**  
Filosofia de desenvolvimento inadequada  
Falta de cultura cívica / ambiental  
Não cumprimento das leis  
Anacronismo das mentalidades

**Físicas:**  
Localização privilegiada

**Aspectos Económicos:**  
Procura de segunda residência  
Pressão do turismo  
Pressão urbanística  
Má práticas agrícolas / florestais

PROBLEMAS / AMEAÇAS

**Físicos:**  
Descaracterização da paisagem  
Poluição  
Deficiente manutenção das ribeiras

**Sociais:**  
Crise na pesca  
Desertificação

**Económicas:**  
Baixa rentabilidade agrícola  
A sazonalidade

**Uso e Ocupação do Solo:**  
Monoculturas de citrinos  
Agricultura intensiva  
Práticas agrícolas erradas  
Abandono das pedreiras  
Excessiva construção  
Pressão excessiva no território  
Dispersão da edificação  
Má qualidade arquitectónica  
Excessiva densidade  
Dispersão da segunda habitação  
Descaracterização do casario  
Dispersão das actividades industriais  
A AAT  
Pressão turística

43

Efeitos

**Ambiente:**  
Degradação dos sistemas naturais  
Descaracterização da paisagem  
Diminuição da área natural  
Decréscimo da biodiversidade  
Alteração da paisagem  
Destruição dos recursos  
Contaminação de solos / aquíferos

**População:**  
Diminuição da qualidade de vida  
Empobrecimento

**Património:**  
Descaracterização dos núcleos  
Disseminação da construção  
Perda de identidade  
Fragmentação da propriedade

24

PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

**Instrumentos de Planeamento:**  
- Classificar as áreas de protecção de aquíferos  
- Demarcar áreas para agricultura  
- Procurar compatibilizar usos  
- Plano de conservação dos núcleos  
- Regulação da construção  
- Reordenamento do tráfego

**Actividades económicas:**  
- Promover a agricultura tradicional  
- Concentrar a actividade industrial

**Articulação institucional:**  
- Melhorar articulação com a DGA  
- Desconcentrar a administração

**Ambientais:**  
- Resolução do problema das sucatas

**Infra-estruturas / Equipamentos:**  
- Criar espaços de lazer  
- Desenvolver transportes públicos

20

PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

**Instrumentos de Planeamento:**  
- Plano de Salvaguarda  
- Plano de Pomenor  
- Requalificação  
- Legislação menos permissiva  
- Papel mais activo da autarquia  
- Papel mais interventivo do Parque  
- Contenção da expansão dos núcleos  
- Preservar o espaço rural

**População:**  
- Desenvolver estratégias de atracção da população

**Actividades económicas:**  
- Promover a agricultura tradicional  
- Concentrar a actividade industrial  
- Revitalizar as pescas  
- Revitalizar a actividade nas salinas  
- Desenvolver o turismo de natureza / interior  
- Promover a agricultura biológica  
- Promover a agro-indústria

**Ambientais:**  
- Regularização das ribeiras

**Articulação institucional:**  
- Alterar a Lei das Finanças Locais

**Infra-estruturas / Equipamentos**  
- Construir Habitação Social  
- Investir no mobiliário urbano

## ÁREAS DE EXTRACÇÃO



### POTENCIALIDADES

- Naturais:**
- A paisagem
  - Água
- Locativas:**
- Proximidade do litoral

- Actividades:**
- Agricultura
  - Produção de madeira
  - Caça
  - **Indústria extractiva**
  - **Indústria tradicional**
  - **Turismo rural**

- Património:**
- Arquitectura do casario

31

## ORLA LAGUNAR



### POTENCIALIDADES

- Naturais:**
- **A paisagem**
  - **Inserção no quadro natural**
  - O ecossistema
  - Vastidão / fraca ocupação

- Actividades:**
- Agricultura
  - **Aquicultura / marisqueiros**
  - Turismo balnear
  - Turismo de natureza
  - Actividades de lazer / tempos livres

- Património:**
- **Arquitectura do casario**
  - **Identidade (cultural, histórica)**
  - Arqueológica

40

### Causas

- Aspectos Institucionais:**
- Má gestão do território
- Sociais:**
- Não cumprimento das leis
- Físicas:**
- Localização privilegiada
- Aspectos Económicos:**
- Pressão urbanística
  - Abandono de práticas tradicionais
  - Actividade das pedreiras

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

- Físicos:**
- Descaracterização da paisagem**
  - Poluição
  - Escassez de recursos hídricos
  - Afectação da qualidade da água
  - Perda da biodiversidade
- Sociais:**
- Abandono de práticas tradicionais
- Uso e Ocupação do Solo:**
- Excessiva pressão das pedreiras**
  - Dispersão da edificação

27

### Efeitos

- Ambiente:**
- Degradação dos sistemas naturais**
  - Descaracterização da paisagem
  - Contaminação de solos / aquíferos
  - Erosão (solos/arribas/dunas)
- População:**
- Desertificação
- Económicos:**
- Enfraquecimento da base produtiva

15

### Causas

- Aspectos Institucionais:**
- Falta/inoperância de fiscalização
  - Má gestão do território
  - Incúria das entidades
  - Fraca exigência das autarquias
  - O PDM
  - Inexistência de plano
- Sociais:**
- Anacronismo de mentalidades
- Físicas:**
- Localização privilegiada
- Aspectos Económicos:**
- Pressão urbanística
  - Pressão do turismo

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

- Físicos:**
- Escassez de recursos hídricos
  - Afectação da qualidade da água
  - Pressão em áreas naturais / classificadas**
- Sociais:**
- Abandono de práticas tradicionais
- Económicos:**
- A sazonalidade
- Uso e Ocupação do Solo:**
- Pressão excessiva no território**
  - Dispersão da edificação
  - Má qualidade arquitectónica
  - Excessiva densidade
  - Descaracterização do casario
  - Más apostas turísticas
  - Pressão do golfe**

31

### Efeitos

- Ambiente:**
- Degradação dos sistemas naturais**
  - Descaracterização da paisagem**
- Património:**
- Descaracterização dos núcleos
  - Disseminação da construção
  - Perda de identidade**
- Económicos:**
- Abandono das culturas

22

## PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

- Instrumentos de Planeamento:**
- **Requalificação**
  - Legislação menos permissiva
  - Planos integradores de ordem regional
  - Procurar compatibilizar usos

- População:**
- Fixar a população
  - Preservar as tradições e os valores culturais
- Actividades económicas:**
- Desenvolver o turismo de natureza / interior
  - Concentrar a actividade industrial
  - Diversificar a base económica

- Ambientais:**
- Cobertura vegetal adequada
  - Preservar a paisagem

21

## PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

- Instrumentos de Planeamento:**
- **Requalificação**
  - Legislação menos permissiva
  - **Contenção da expansão dos núcleos**
  - Revisão do PDM
  - Protecção da paisagem natural
  - **Rever a questão do Golf**
  - Aquisição de terrenos para acções de conservação

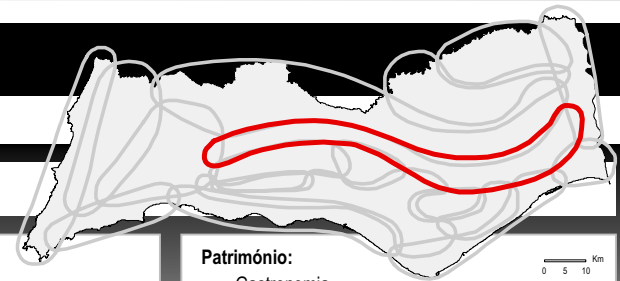
- Actividades económicas:**
- Revitalizar as pescas
  - Promover a agricultura tradicional
  - Desenvolver actividades de lazer / recreio

- Infra-estruturas / Equipamentos**
- Criar / melhorar infra-estruturas
  - Melhorar abastecimento de água / saneamento

18



**BEIRA SERRA**



**POTENCIALIDADES**

**Naturais:**

- A paisagem
- Altitude / elevação
- **Floresta / coberto vegetal**
- Vastidão / fraca ocupação

**Locativas:**

- Proximidade do litoral

**Actividades:**

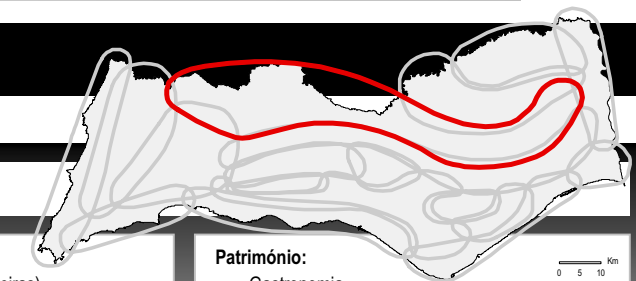
- Agricultura
- Plantas de cheiro / corantes
- **Turismo rural**
- Turismo de natureza
- Actividades de lazer / tempos livres
- **Caça**
- Pastoreia
- Percursos

**Património:**

- Gastronomia
- Identidade (cultural, histórica)

38

**SERRA INTERIOR**



**POTENCIALIDADES**

**Naturais:**

- **A paisagem**
- **Altitude / elevação**
- **Floresta / coberto vegetal**
- Vastidão / fraca ocupação
- Inserção no quadro natural

**Actividades:**

- Agricultura (margens das ribeiras)
- **Plantas de cheiro / corantes**
- **Turismo rural**
- Turismo de natureza
- Aproveitamento de energias renováveis
- **Caça**
- Pastoreia
- Apicultura

**Património:**

- Gastronomia
- Identidade (cultural, histórica)

36

**Causas**

**Aspectos Institucionais:**

- O PDM
- Desconhecimento da realidade
- Insuficiência de equipamentos
- Inexistência de plano

**Sociais:**

- Desemprego
- Fraca presença humana
- População empobrecida

**Físicas:**

- Pobreza do meio (clima/solos)
- Abandono das terras
- Dificil topografia
- Má acessibilidade

**Aspectos Económicos:**

- Pressão urbanística
- Más prática agrícolas / florestais
- Abandono de práticas tradicionais
- Fraco dinamismo / diversidade
- Fraca competitividade da agricultura

**PROBLEMAS / AMEAÇAS**

**Físicos:**

- Descaracterização da paisagem
- **Escassez de recursos hídricos**
- Solos pobres

**Sociais:**

- Desertificação
- Envelhecimento da população
- Abandono de práticas tradicionais
- Inércia

**Uso e Ocupação do Solo:**

- Práticas agrícolas erradas
- Coberto vegetal inadequado
- Desflorestação
- Erosão
- Segunda habitação / dispersão
- Especulação imobiliária
- As AAT's
- Más apostas turísticas
- Insuficiência / deficiência de infra-estruturas
- Más acessibilidades

**Efeitos**

**Ambiente:**

- Decréscimo da biodiversidade
- **Alteração da paisagem**
- Incêndios
- Erosão (solos/arribas/dunas)

**População:**

- **Desertificação**

**Económicos:**

- Enfraquecimento da base produtiva
- Abandono das culturas

**Património:**

- Disseminação da construção
- Ocupação desordenada

37

17

**Causas**

**Sociais:**

- Filosofia de desenvolvimento inadequada
- Desemprego
- Fraca presença humana

**Físicas:**

- Pobreza do meio (clima/solos)
- Abandono das terras

**Aspectos Económicos:**

- Fraco dinamismo / diversidade
- Falta de investimento

**PROBLEMAS / AMEAÇAS**

**Físicos:**

- Descaracterização da paisagem
- **Escassez de recursos hídricos**
- Solos pobres

**Sociais:**

- **Desertificação**
- Isolamento

**Uso e Ocupação do Solo:**

- Práticas agrícolas erradas
- Áreas agrícolas abandonadas
- Erosão
- Incêndios
- Não-preservação da floresta
- Descaracterização do casario
- Especulação imobiliária
- Más apostas turísticas
- Insuficiência / deficiência de infra-estruturas

**Efeitos**

**Ambiente:**

- **Alteração da paisagem**
- **Incêndios**
- **Erosão (solos/arribas/dunas)**

**População:**

- Desertificação

**Económicos:**

- Enfraquecimento da base produtiva
- Abandono das culturas
- Abandono de práticas tradicionais

29

22

**PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO**

**Instrumentos de Planeamento:**

- Desenvolver planos integradores de ordem regional
- **Contenção da expansão dos núcleos**

**Infra-estruturas / Equipamentos**

- Criar / melhorar infra-estruturas
- Melhorar acessibilidades
- Criar pontos de água
- Criar mini-hídricas

**Actividades económicas:**

- Promover a agricultura tradicional
- Desenvolver o turismo de natureza / interior
- Desenvolver a agro-indústria
- Criação de zonas de caça
- Revitalizar os núcleos tradicionais
- Apoiar a gastronomia tradicional

**População:**

- Fixar população
- Salvar os valores culturais / tradições

**População:**

- Fixar população
- Salvar os valores culturais / tradições

47

**PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO**

**Instrumentos de Planeamento:**

- Plano de conservação dos núcleos

**Infra-estruturas / Equipamentos**

- Criar pontos de água
- Melhorar acessibilidades
- Criar pontos de apoio ao viajante
- Abastecimento de água / saneamento
- Equipamentos

**Actividades económicas:**

- **Subsidiar actividades económicas de base local**
- **Desenvolver o turismo de natureza / interior**
- Criação de zonas de caça
- Revitalizar os núcleos tradicionais

**Articulação institucional:**

- Articular estratégias com o Alentejo

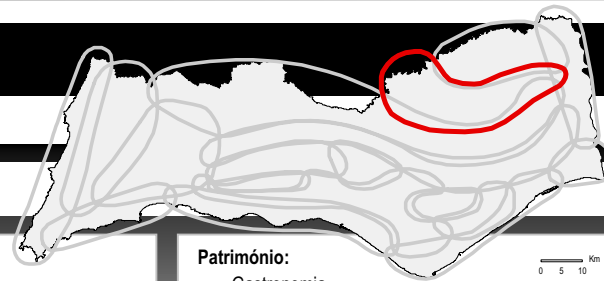
**Ambientais:**

- **Reflorestação / florestação**

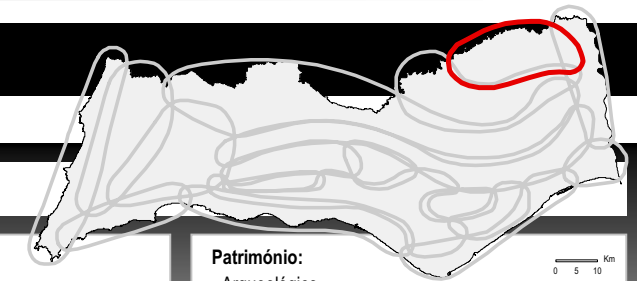
33

# 6- ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL

## SERRA CACHOPO - VAQUEIROS



## PLANALTO DE MARTILONGO



### POTENCIALIDADES

#### Naturais:

- A paisagem
- Diversidade
- Floresta / coberto vegetal
- Água
- Micro-clima

#### Locativas:

- Proximidade a Espanha
- Proximidade ao Alentejo

#### Actividades:

- Fruticultura
- Plantas de cheiro / corantes
- Turismo rural
- Turismo de natureza
- Turismo cultural
- Caça
- Pastoreira
- Apicultura
- Indústria (pequenas unidades)
- Educação ambiental

#### Património:

- Gastronomia
- Identidade (cultural, histórica)
- Arqueológico

33

### POTENCIALIDADES

#### Naturais:

- A paisagem
- Floresta / coberto vegetal

#### Actividades:

- Agricultura
- Plantas de cheiro / corantes
- Turismo rural
- Turismo de natureza
- Artesanato
- Caça

#### Património:

- Arqueológico
- Identidade (cultural, histórica)

25

### Causas

#### Institucionais:

- Desconhecimento da realidade
- Inexistência de plano

#### Sociais:

- Filosofia de desenvolvimento inadequada
- Desemprego
- População envelhecida

#### Físicas:

- Pobreza do meio (clima/solos)
- Difícil topografia
- Má acessibilidade
- Abandono das terras

#### Aspectos Económicos:

- Más práticas agrícolas / florestais
- Falta de investimento

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

#### Físicos:

- Escassez de recursos hídricos
- Solos pobres
- Perda de biodiversidade

#### Sociais:

- Desertificação
- Envelhecimento da população

#### Económicas:

- Debilidade do tecido económico

#### Uso e Ocupação do Solo:

- Monocultura (floresta)
- Erosão
- Incêndios
- Não-preservação da floresta
- Dispersão da edificação
- Especulação imobiliária
- Más acessibilidades

27

### Efeitos

#### Ambiente:

- Decréscimo da biodiversidade
- Alteração da paisagem
- Incêndios
- Erosão (solos/arribas/dunas)

#### População:

- Desertificação

#### Económicos:

- Enfraquecimento da base produtiva

#### Equipamentos / infra-estruturas

- Dependência de concelhos vizinhos
- Insuficiência

22

### Causas

#### Institucionais:

- Fraca exigência da autarquia
- Insuficiência de equipamentos
- Inexistência de plano

#### Sociais:

- Desemprego
- População envelhecida

#### Físicas:

- Pobreza do meio (clima/solos)
- Abandono das terras
- Difícil topografia
- Má acessibilidade
- Isolamento

#### Aspectos Económicos:

- Más práticas agrícolas / florestais

### PROBLEMAS / AMEAÇAS

#### Físicos:

- Descaracterização da paisagem
- Solos pobres

#### Sociais:

- Desertificação
- Abandono de práticas tradicionais
- Fraca qualificação dos activos

#### Económicas:

- Debilidade do tecido económico

#### Uso e Ocupação do Solo:

- Conflito Turismo/Ambiente/Agricultura
- Monocultura (floresta)
- Coberto vegetal inadequado
- Dispersão da edificação
- Descaracterização do casario
- Especulação imobiliária
- Más apostas turísticas
- A AAT
- Insuficiência/deficiência de infra-estruturas
- Más acessibilidades

26

### Efeitos

#### Ambiente:

- Descaracterização da paisagem
- Esgotamento dos aquíferos
- Incêndios

#### População:

- Desertificação
- Falta de mobilidade

#### Económicos:

- Especulação imobiliária
- Perda de atracção

#### Património:

- Descaracterização dos núcleos
- Ocupação desordenada

14

### PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

#### Infra-estruturas / Equipamentos:

- Desenvolver / melhorar infra-estruturas

#### População:

- Fixar população
- Qualificar mão-de-obra
- Preservar valores culturais / tradições

#### Articulação institucional:

- Apoiar associações locais

#### Actividades económicas:

- Desenvolver a pastoreira / agro-pecuária
- Desenvolver o turismo de natureza / interior
- Criar zonas de caça
- Revitalizar os núcleos tradicionais
- Apoiar os produtos locais

#### Ambientais:

- Reflorestação / florestação
- Preservar a paisagem

25

### PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

#### Instrumentos de planeamento:

- Papel mais activo da autarquia
- Procurar compatibilizar usos
- Menos restrições a empreendimentos turísticos

#### População:

- Fixar população
- Sensibilizar os jovens

#### Actividades económicas:

- Desenvolver a pastoreira / agro-pecuária
- Desenvolver o turismo de natureza / interior
- Apoiar os produtos locais
- Revitalizar os núcleos tradicionais
- Criação de zonas de caça
- Apoiar a gastronomia tradicional

#### Infra-estruturas / Equipamentos:

- Criar pontos de descanso/apoiar ao viajante

#### Ambientais:

- Reflorestação / florestação
- Cobertura vegetal adequada

33

VALE DO GUADIANA



POTENCIALIDADES

Locativas:

- Proximidade do litoral

Naturais:

- **A inserção no quadro natural**

Actividades:

- Agricultura
- Plantas de cheiro / corante
- Apicultura
- Produção de madeira
- **Caça**
- Artesanato
- Turismo de natureza

Património:

- Identidade (cultural, histórica)
- Arqueológico
- Gastronomia

41

EXTREMO LITORAL SOTAVENTO



POTENCIALIDADES

Locativas:

- Proximidade a Espanha
- Proximidade ao Alentejo

Naturais:

- **A inserção no quadro natural**
- A paisagem
- A diversidade

Actividades:

- Produção de madeira
- Pesca
- Aquicultura / marisqueiros
- **Extracção de Sal**
- Pequena indústria (tradicional) de construção e reparação naval
- Energias alternativas
- Actividades logísticas
- Turismo balnear
- Actividades de lazer / tempos livres
- **Turismo de natureza**

Património:

- **Identidade (cultural, histórica)**
- Arqueológico
- Equipamentos desportivos
- Arquitectura do casario

51

Causas	PROBLEMAS / AMEAÇAS	Efeitos
<p><b>Institucionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Falta/inoperância de fiscalização</li> <li>O PDM</li> <li>Inexistência de plano</li> <li>O Projecto do Alqueva</li> </ul> <p><b>Sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fraca presença humana</li> <li>População activa desqualificada</li> </ul> <p><b>Físicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pobreza do meio (clima/solos)</li> <li>Má acessibilidade</li> </ul> <p><b>Aspectos Económicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Abandono de práticas tradicionais</li> <li>Falta de investimento</li> </ul>	<p><b>Físicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Descaracterização da paisagem</li> <li>Poluição</li> <li>Afectação da qualidade da água</li> <li>Solos pobres</li> <li>Impacto negativo do Alqueva</li> </ul> <p><b>Sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Desertificação</b></li> </ul> <p><b>Económicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Debilidade do tecido económico</li> </ul> <p><b>Uso e Ocupação do Solo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ordenamento muito restritivo</li> <li>Práticas agrícolas erradas</li> <li>Erosão</li> <li><b>Incêndios</b></li> <li>Salinização dos solos</li> <li>Pressão excessiva no território</li> <li><b>Ocupação de zonas aluvionares</b></li> <li>Más apostas turísticas</li> <li>A AAT</li> <li>Insuficiência / deficiência de equipamentos</li> </ul>	<p><b>Ambiente:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Degradação dos sistemas naturais</li> <li><b>Descaracterização da paisagem</b></li> </ul> <p><b>População:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Desertificação</b></li> <li>Envelhecimento da população</li> </ul> <p><b>Económicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Abandono das culturas</li> <li>Desvio do turismo para Espanha</li> </ul> <p><b>Património:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Descaracterização dos núcleos</li> <li>Ocupação desordenada</li> </ul>

32

16

Causas	PROBLEMAS / AMEAÇAS	Efeitos
<p><b>Institucionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Falta/inoperância de fiscalização</li> <li>Incúria das entidades</li> <li>Fraca exigência das autarquias</li> </ul> <p><b>Sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desemprego</li> </ul> <p><b>Físicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Localização privilegiada</li> </ul> <p><b>Aspectos Económicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Especulação imobiliária</li> <li>Pressão do turismo</li> </ul>	<p><b>Físicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Poluição</li> <li>Perda da biodiversidade</li> <li>Impacto negativo do Alqueva</li> <li><b>Pressão em áreas naturais / classificadas</b></li> </ul> <p><b>Sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desertificação</li> <li>Inércia</li> <li>Fraca qualificação dos activos</li> </ul> <p><b>Económicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Debilidade do tecido económico</li> </ul> <p><b>Uso e Ocupação do Solo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Pressão excessiva no território</b></li> <li>Insuficiência / deficiência de equipamentos</li> <li>Más acessibilidades</li> </ul>	<p><b>Ambiente:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Degradação dos sistemas naturais</li> <li>Decréscimo da biodiversidade</li> <li><b>Descaracterização da paisagem</b></li> </ul> <p><b>População:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuição da qualidade de vida</li> <li><b>Desertificação</b></li> </ul> <p><b>Património:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Descaracterização dos núcleos</li> <li>Ocupação desordenada</li> </ul>

27

13

PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

<p><b>Instrumentos de planeamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conter a expansão dos núcleos</li> <li>- <b>Elaborar planos de gestão das águas/margens</b></li> <li>- Elaborar planos transfronteiriços</li> <li>- Conter grandes empreendimentos turísticos</li> </ul>	<p><b>Actividades económicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conter a expansão dos núcleos</li> <li>- <b>Desenvolver o turismo de natureza / interior</b></li> <li>- Apoiar os produtos locais</li> <li>- Promover actividades de lazer / recreio</li> </ul> <p><b>Infra-estruturas / Equipamentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar acessibilidades</li> </ul>	<p><b>Ambientais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Cobertura vegetal adequada</b></li> <li>- Combater a salinização dos solos</li> </ul>
--	--	---

22

PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

<p><b>Instrumentos de planeamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar Planos de Pormenor</li> <li>- <b>Desenvolver o turismo de natureza / interior</b></li> <li>- Papel mais interventivo do Parque</li> <li>- Conter a expansão dos núcleos</li> <li>- <b>Elaborar planos de gestão das águas/margens</b></li> <li>- Revisão do PDM</li> <li>- Elaborar planos transfronteiriços</li> </ul>	<p><b>Actividades económicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Desenvolver o turismo de natureza / interior</b></li> <li>- Apoiar os produtos locais</li> <li>- Diversificar a base económica</li> </ul> <p><b>População:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Redistribuição da população pelo território</li> </ul>	<p><b>Infra-estruturas / Equipamentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Investir no mobiliário urbano</li> </ul> <p><b>Ambientais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação da paisagem / litoral</li> <li>- Promover o "bird watching"</li> </ul>
--	--	--

27



Página sem redacção

Página sem redacção

Página sem redacção

**Página sem redacção**

- AMAL, Associação de Municípios do Algarve – *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve*, Junho 1999.
- CARAVACA, I.- *Los Nuevos Espacios Emergentes* - Comunicação apresentada no XV Congresso de Geógrafos Espanhóis, Santiago de Compostela, 1997.
- CASTELLS, M. - *The Rise of the Network Society, Massachusetts* – Oxford, Blakwell (1996).
- CEDRU, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda - *Estudo de Avaliação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (1989/96)*, Comissão de Coordenação Regional do Algarve, Junho 2000.
- CONFEDERAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO ALGARVE – *Vencer os Desafios Económicos/ Empresariais do Século XXI no Algarve*, Abril 1999
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE, *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve*, Agosto de 1990.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE, *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve, Algarve 2000-2006*, Dezembro 2000a.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE, *Um Retrato do Algarve na Viragem do Século, Algarve 2000-2006*, Dezembro 2000b.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE, *Programa Operacional do Algarve, Algarve 2000-2006*, Dezembro 2001a.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE, *Rede Viária do Algarve (2000-2006)*, Dezembro 2001b.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE, *Transporte Ferroviário no Algarve Central – uma perspectiva*, Abril 2001c.
- COMISSÃO EUROPEIA, EDEC – *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE*, Maio de 1999.
- COMISSÃO EUROPEIA, *Livro Branco sobre a política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções*, Setembro 2001.
- CONSELHO DO PLANO REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE, *PRTA -Plano Regional de Turismo do Algarve anos 2000*, Dezembro 2001.
- CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, *Estudo: Linha do Algarve*, 1999.
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, *Dinâmicas e Perspectivas Demográficas*, Colecção Divulgação – n.º 8, DGOTDU, Lisboa, 1997.
- DOLLFUS, O., *A Mundialização* – Lisboa, Europa-América, 1999.
- GARCIA, Fernando, *Transportes Marítimos e Portos no Algarve*, Seminário sobre Transportes Transfronteiriços Algarve/Andaluzia, 11 e 12 de Fevereiro de 1999.
- HALCROW FOX, *Plano da Rede Nacional de Plataformas Logísticas*, Relatório da 1ª Fase (Junho/2000), Relatório da 2ª Fase (Setembro/2000) e Relatório Final (Abril/2001).
- JACOB, Jorge Manuel, *Redes Transeuropeias e Intermodalidade*, Seminário sobre Transportes Transfronteiriços Algarve/Andaluzia, 11 e 12 de Fevereiro de 1999.
- JUNTA DE ANDALUCIA, *Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía*, Andalucía, 1991.
- KOPP, Erwin e SOBRAL, Manuel e SOARES, Teresa e WOERNER, Martin - *Os solos do Algarve e suas características*, IHERA (Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente) - Faro, Junho de 2000.
- LOPES, Raúl, *Dinâmicas de Competitividade Territorial: Portugal por Referência* - Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1998.
- MARADO, M.O.B. e SOBRAL, M.T.M.S.C, 1986 – *Associações naturais de unidades pedológicas (unidades de terra principais) e suas características genéricas*. Cit. In SISMET/HP/OA, 1990. *Estudo de ordenamento e desenvolvimento do Alentejano*
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO – *Plano de Desenvolvimento Regional 2000/2006*, Dezembro 1999.
- SEVERINO, Francisco, *Liberalização do Modo de Transporte Aéreo*, Seminário sobre Transportes Transfronteiriços Algarve/Andaluzia, 11 e 12 de Fevereiro de 1999.
- SCHEID, Andreas Hildenbrand, *Política de Ordenación del Territorio en Europa*, Universidad de Sevilla, Colección: Kora, N.º 8. (1996).
- SILVA, Fernando Nunes da e CAETANO, Sandra, *O Sector dos Transportes na Região do Algarve – Diagnóstico e Propostas*, Seminário sobre Transportes Transfronteiriços Algarve/Andaluzia, 11 e 12 de Fevereiro de 1999.
- SILVA, Fernando Nunes da, *Desenvolvimento Estratégico dos Transportes no Algarve*, Faro, Novembro 1998.
- SNEDE – Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico, SA, *Estudo Relativo ao Contrato de Serviço Público – Linha do Algarve*, 1999.

Planos Directores Municipais da Região do Algarve

Principais Fontes Estatísticas:

INE, Anuários Estatísticos da Região do Algarve (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001)

INE, Estimativas da População Residente (1994, 1995, 1998)

INE, Estatísticas Demográficas (1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000)

INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (1991, 2001)

INE, Recenseamentos Gerais da Agricultura, Dados comparativos 1989-1999 (2001)

INE, Estatísticas da Pesca (1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001)

INE, Estatísticas do Turismo ((1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001)

<http://europa.eu.int/>

<http://www.ccr-alg.pt/estrategia/capi.html>

<http://www.ine.pt/index.htm>